UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura

André Rosemberg

Tese de doutorado na área de
História Social do Departamento
de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena P. T. Machado

Na folha de rosto, projeto de um carro para transporte de presos proposto por João Heinz. É um carro dotado de “*toda a solidez e segurança*”, de quatro rodas, dois animais, com espaço para carregar quatro presos e, na boléia, levar dois soldados, além do cocheiro. O carro foi orçado em 2:300\$000 réis e ficaria pronto em cinco meses. Em 1880, o carro estava pronto e foi aprovado pelos peritos designados pelo chefe de polícia. Arquivo Público do Estado de São, co2595, e01532.

RESUMO

O presente estudo se debruça sobre a polícia paulista no final do Império em suas variantes corporativas – Corpo Policial Permanente, polícia local e Companhia de Urbanos – a partir de uma abordagem sociocultural do policial e do policiamento. Além de verificar o papel institucional da polícia na construção de um espaço público liberal, por meio do seu evoluir normativo, pretendemos dissecar o cotidiano do agente policial na sua rotina de trabalho, nos momentos de lazer e na sua interface com a população nos seus diversos matizes – do escravo ao senhor – para verificar como essa relação influenciava no policiamento. Em outro sentido, pretendemos estudar a construção de uma subcultura policial, alheia aos desígnios da cúpula administrativa, mas imbricada com aspectos culturais populares mais amplos. Buscamos realizar, ainda, um perfil socioeconômico do policial paulista como um recorte válido para análise mais global da população pobre em geral num momento de expansão do mercado de trabalho livre.

Palavras-chave: polícia, Império, província de São Paulo, mercado de trabalho, controle social

ABSTRACT

The present work studies the São Paulo State police at the end of the Empire in its institutional variations – Corpo Policial Permanente, polícia local, e Companhia de Urbanos – through a sociocultural approach of the policemen routine. Aside the anylisis of the institutional role of the police in the construction of a public and liberal realm, within its normative evolution, we intend to stress the officer's daily life, either in its job routine or at leisure breaks and its relation to the public – from slaves to slaves owners – trying to understand how this interface influenced policing policies. In another sense, we study the process of the building of a police subculture, beyond the interests of the bureaucracy chiefs, but intimate to a wide range of popular cultural aspects. We seek to determinate a socioeconomic profile of São Paulo State policemen in the end of the Empire, as a valid instrument to the analysis of other strata of the poor population in an important historical period which indicates a growing of the free labor market.

Key words: police, Empire, São Paulo province, labor market, social control

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – AS FORÇAS POLICIAIS E A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO	15
ASPECTOS GEOECONÔMICOS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO	21
AS FORÇAS POLICIAIS ESTRANGEIRAS	35
O MODELO GENDÁRMICO	38
ORGANIZAÇÃO POLICIAL NO BRASIL	41
AS FORÇAS POLICIAIS EM AÇÃO	45
A COMPANHIA DE URBANOS	46
AS FORÇAS RURAIS	50
O CORPO POLICIAL PERMANENTE	52
ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	56
A POLÍCIA LOCAL	58
O CPP <i>VERSUS</i> A POLÍCIA LOCAL	59
UMA MEDIDA DESASTRADA	64
UMA NOVA REFORMA	76
OS POLICIAIS EM CONFLITO	81
CAPÍTULO 2 – UM PERFIL SOCIOECONÔMICO DO POLICIAL PAULISTA	90
A POBREZA	93
UM PERFIL	100
IDADE	102
OFÍCIO	105
ALTURA	109
LOCAL DE NASCIMENTO	110
COR DA PELE	116
UM LUGAR PARA OS NÃO-BRANCOS	133
CAPÍTULO 3 - A CARREIRA POLICIAL	139
O TRABALHADOR NACIONAL	139
SER POLICIAL: UMA CARREIRA?	146
PROMOÇÃO E ASCENSÃO HIERÁRQUICA	155
SER POLICIAL: UMA ALTERNATIVA DE TRABALHO ENTRE MUITAS OUTRAS	172
LOCAL DE NASCIMENTO ENTRE OS NACIONAIS	181
SITUAÇÃO FAMILIAR	184
CAPÍTULO 4 - O COTIDIANO DA POLÍCIA	208
ENTRAR NA POLÍCIA	210
O POLICIAMENTO RURAL	213
A PRISÃO DE CRIMINOSOS	216
MOBILIDADE	225
UM TRABALHO PERIGOSO?	227
POLICIAMENTO URBANO	236
OUTRAS TAREFAS	248

CAPÍTULO 5 - NAS BRECHAS DO COTIDIANO	257
A ROTINA POLICIAL	259
COMER, DORMIR, MORAR...	284
DISCIPLINA E <i>ESPRIT DE CORPS</i>	289
SOLIDARIEDADES POLICIAIS	292
DESVIO DE SALÁRIOS	308
FALTA DE PAGAMENTO	314
CAPÍTULO 6 - O POLICIAL E A POPULAÇÃO: AJUSTES E TENSÕES	320
A REPRESENTAÇÃO DO POLICIAL NA SOCIEDADE	325
ASPECTOS DA VIOLÊNCIA POLICIAL	336
OUTROS CONFRONTOS E PROVOCAÇÕES	354
LEGITIMIDADE E DESCRÉDITO	363
A POLÍCIA E O ABOLICIONISMO	375
ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	387
CONSIDERAÇÕES FINAIS	404
ANEXOS	407
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	415

QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO EM 1886 EM PORCENTAGE	22
TABELA 2 – POPULAÇÃO SEGUNDO A DIVISÃO TRADICIONAL EM ZONAS EM 1886	22
QUADRO 1 – EFETIVO LEGAL PREVISTO PARA A COMPANHIA DE URBANOS	49
QUADRO 2 – EFETIVOS DO CPP E DA POLÍCIA LOCAL	59
QUADRO 3 – ENGAJAMENTOS POR ANO	102
GRÁFICO 1 – IDADE DOS ENGAJADOS	103
GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA DE ENGAJAMENTOS POR NACIONALIDADE	111
QUADRO 4 – ESTRANGEIROS ENGAJADOS POR NACIONALIDADE	111
GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA DE ENGAJAMENTOS POR COR DA PELE	116
GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA DE ENGAJAMENTO POR COR DA PELE/BRASILEIROS	117
QUADRO 5 – ENGAJAMENTOS DE NÃO-BRANCOS POR DESIGNAÇÃO DE COR DA PELE	119
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE ENGAJAMENTOS BRASILEIROS ENTRE 1888 E 1889 POR COR DA PELE	133
TABELA 3 – ENGAJAMENTOS DE NÃO-BRANCOS POR DESIGNAÇÃO DE COR DA PELE	134
QUADRO 6 – AVALIAÇÃO DE OFICIAIS E INFERIORES REALIZADA EM 1876	159
QUADRO 7 – ENGAJADOS POR REGIÃO EM 1888	176
QUADRO 8 – ENGAJADOS INÉDITOS POR LOCAL DE NASCIMENTO	182
GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE ENGAJADOS POR LOCAL DE NASCIMENTO	182
GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE ENGAJADOS POR SITUAÇÃO COJUGAL	184

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível com o auxílio da FAPESP, que possibilitou não apenas a minha imersão exclusiva no “mundo da polícia”, como financiou a estada de três meses em Paris, onde fui tão bem acolhido pelos pesquisadores do Centre de Recherche en Histoire du XIXeme Siècle. Agradeço principalmente a Jean-Noël Luc, que, com muita generosidade, me abriu as portas das bibliotecas e arquivos parisienses. Estendo meu agradecimento aos colegas franceses Laurent Lopez, Arnaud-Dominique Houte, Aurélien Lignereux e Quentin Deluermoz.

Em terra *brasilis*, sou muito grato aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que foram meus companheiros e confidentes durante quatro penosos anos.

Renovo, como não podia deixar de ser, meus agradecimentos àqueles que me auxiliaram desde meus primeiros passos como historiador: Maria Odila Dias, Maria Lúcia Mott (minha tia Cuca), Fernando Salla, Maria Cristina Wissenbach e Paulo Garcez, que participou da minha banca de qualificação e cujas observações foram imprescindíveis para incrementar este trabalho (além de serem responsáveis por dobrarem seu tamanho). A esses, outros diletos colegas se juntaram e contribuíram para essa empreitada: Marco Antonio Cabral dos Santos, Alex Gebara e Marcos Luiz Bretas. Ao Luís Antonio, sempre presente, um agradecimento especial.

Maria Helena, você que há oito anos me acompanha com paciência, compreensão, cobrança e, principalmente, estímulo intelectual, acho que agora podemos romper o cordão umbilical. Levarei, doravante, sua postura, conduta e dedicação como espelho.

Agradeço à minha mãe, Fúlvia, pelo duplo papel desempenhado: do ombro caridoso e da pesquisadora exemplar: leitora rigorosa de uma parte do texto. Igualmente sou grato a meu pai, Sérgio, e sua companheira, Dirce, pelo apoio inestimável.

É difícil encontrar palavras para agradecer a Mariana, que com paciência atenuou a solidão dessa jornada, povoando com muita vida o vale dos mortos por que atravessei, assombrado pelos meus “soldadinhos”, os quais não se furtaram a cobrar caro a intromissão indevida. Os almoços solitários, com o jornal de esportes como único companheiro (isso quando o Coringão me agraciava com uma semana alvissareira), ruminando as peripécias e as intimidades de tanta gente, passavam mais rápido quando pensava em você. Obrigado, Primprim.

Dedico este trabalho ao meu grande amigo e camarada de glórias e infortúnios, Mário Eduardo Martinelli, o Marinho, tão querido, que nos deixou precocemente por um dos desgovernos inexplicáveis dessa vida besta. É em você e nos seus que penso agora.

INTRODUÇÃO

“A Tiririca é o jogo da pernada. Naquela brincadeira, na época, não podia fazer samba na rua em São Paulo. Quem fazia samba ia em cana. Quem conseguia ia com uma moeda de dois mil-réis, que era dinheiro pra chuchu, rapaz, na época, no bolso, porque sabia que se cantava samba ia preso, era pra pagar a carceragem. Tinha alguns polícias que tiravam sarro da gente. As meninas também entravam na roda, sambar, aquela brincadeira. Tinha um policial lá que tinha uma veia musical. Então ele chegava: ‘A cadeia tá suja! Vai todo mundo lavar’. Pelo menos ele cantava: ‘Vem cá, menino/Vem cá, menina/Tá tudo preso/Pra amanhã fazer faxina’. E levava a negada pra cadeia, lavava a cadeia e ia embora”.¹

Geraldo Filme (1928-1995), sambista paulista

“Não há (...) metiê mais nobre que aquele de comissário de polícia. Não existe nenhum outro que exija reunidos em um só indivíduo: as virtudes do padre, do poeta, do soldado... como o poeta ele é levado a se curvar sobre a miséria humana, a se lhe compadecer, a aliviá-la, como o soldado ele é chamado a proteger, a defender seus concidadãos de seus próprios riscos, algumas vezes sob o risco de sua vida, e, se ele é forçado a castigar, ele tem licença, como o padre, de perdoar e de absolver”.

Ernest Raynaud.

Em dezembro de 1873, o chefe de polícia escreveu um ofício ao presidente da província versando sobre o deslocamento de algumas bestas para o destacamento policial de Campinas: *“Constatando-me que tem de vir para esta cidade uns animais para o serviço do destacamento, e tendo eu certeza que as praças que aqui estão não podem prestar serviço algum de cavalaria por serem maus cavaleiros tornando-se por isso quase inútil a vinda desses animais, por isso lembrei-me de requisitar a V. Exa. que se digne dar as providências a fim de que venha daí seis praças da companhia de cavalaria do exército (...)”*.²

¹ Agradeço a Rafael Galante por essa referência ao depoimento de Geraldo Filme, sambista paulista; depoimento prestado durante gravação do programa *Ensaio* (1982), da TV Cultura.

² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 19/09/1873*. Arquivo Público do Estado de São Paulo, doravante AESP, co2549.

Mesmo sem intenção, e contando com a discrição inerente à correspondência policial, o mais alto dignitário da polícia paulista legou à posteridade uma das imagens mais constrangedoras da força policial que capitaneava. Duas, portanto, são as informações essenciais que podem ser extraídas desse ofício. A primeira é o caráter quase anedótico da comunicação: a inutilidade da arribada do tropel, vez que os policiais disponíveis em Campinas não tinham pendor para a montaria, o que levou à solicitação do chefe de polícia do auxílio da tropa de linha no policiamento de uma das cidades mais importantes da província; a segunda é o emblemático ano em que se faz a solicitação: 1873.

Da divulgação indiscreta pelo historiador da aura branca-eônica que emana do comunicado citado acima, a mesma que, como veremos, embala a trajetória da polícia da província de São Paulo durante as décadas de 1870 e 1880, decorre um dos pontos fulcrais deste trabalho: a possibilidade de lançar um olhar que devesse o véu opaco da instituição com vistas a perscrutar as entranhas da polícia e do cotidiano policial. Assim, a hipérbole desse ofício acentua o apanágio imperfeito e, por isso, falível da polícia. Empresta-lhe, pelo recurso do exagero e pela caricatura, um quê de humanidade a despontar canhestramente por baixo, seja do idealizado uniforme impoluto, do rampante corcel garboso e do rifle impiedoso – todos os três símbolos de um arquétipo com o qual se delineiam a forma e os atributos das forças policiais brasileiras, tanto no que diz respeito à sua endohistória panegírica, baseada na glória do mito originário, quanto à bibliografia especializada, que muitas vezes tende a exagerar o grau de seu poderio, eficiência, apego corporativo e obediência classista.

Animada pela honestidade do chefe de polícia, ao expor sem escrúpulos as vergonhas da instituição que dirigia, é escopo desta tese fazer uma história de base sociocultural da polícia paulista no final do Império. Uma história que, sem menosprezar o peso político e institucional que obrigatoriamente carrega o *braço armado do estado*, avance por uma seara teórico-metodológica amplificada, a fim de desnudar uma faceta oculta, e muitas vezes adrede escondida, dessa organização ainda atual, poderosa, onipresente, mas bastante mal conhecida.

É nossa intenção aqui extravasar uma interpretação limitada do papel representado pela polícia no teatro social, que tem por hábito jungir sua atuação aos comandos da elite dirigente e dos detentores do capital. Sem dúvida que não lhe negamos esse caráter instrumental. Como ficará patente no curso deste texto, a polícia em muitos momentos serviu de extensão do poder dominante. No entanto, um estudo mais apurado do cotidiano policial e da interação dos seus agentes com a população, desvelados, por exemplo, na passagem derrisória (para dizer o mínimo) descrita na abertura deste trabalho, serve para, primeiro, clivar a amplitude da intervenção policial no dia-a-dia ordinário e, depois, para

qualificar e nuançar o alcance e a eficácia desse aparato de força, o símbolo mais destacado do weberiano “*monopólio da violência legítima*” que constitui a própria base dos Estados modernos.

A dificuldade em se fazer uma história sociocultural da polícia está justamente no peso opressor das paredes institucionais que podem, numa primeira abordagem, solapar as dimensões não-normativas desempenhadas pelos policiais no curso de sua rotina. Essa primeira camada – dura e inflexível – simbolizada pelos discursos oficiais, leis, regulamentos e estatísticas esconde uma outra, muito mais viva e resiliente, que está associada à prática cotidiana, com toda a carga dramática que as trajetórias individuais e as histórias microlocalizadas conferem.

Num momento específico da história brasileira e paulista, em que o regime escravista se desarticulava a olhos vistos e o governo central consolidava seus esforços para estabelecer um espaço público liberal, racional e burocratizado, a polícia aparece como uma metonímia desse processo: uma instituição construída sofregamente, a partir da integração conflituosa das expectativas nutridas pelas autoridades e da concretização desse projeto, que obrigatoriamente passava pelos anseios e pressões de outros atores sociais, à primeira vista relegados do jogo político. No papel de mediadores, em meio às graves tensões que se urdiam na ordem da sobrevivência, estavam os policiais – eles também, gente de carne e osso, com nome, sobrenome, origem – impados de desejos, anseios e necessidades.

Interessa-nos, portanto, acompanhar esses indivíduos: praças e guardas, principalmente os de baixa patente, espalhados pelos quatro cantos da província, os primeiros pontas-de-lança do poder público a arrostar a população. Privilegiamos retratar a trajetória dos policiais em ação – praças do Corpo Policial Permanente, guardas da Companhia de Urbanos e, em menor escala, os policiais locais, sem descuidar nem dos outros componentes da estrutura jurídico-policial, como delegados, subdelegados, juízes, promotores, inspetores de quartirão, carcereiros; nem do arcabouço político-administrativo que forjou a base institucional, isto é, da dinâmica organizacional da polícia paulista. Mas, em primeiro plano, propomo-nos a jogar luz no indivíduo policial: retratamos seu trabalho, sua vinculação institucional, sua função social, seu perfil socioeconômico, seu cotidiano, sua interação com a população em seus mais variados matizes.

A se notar, como ressaltado anteriormente, o ano em que foi escrito o ofício: 1873. É nessa data específica que se deu a desmobilização da Guarda Nacional, que perde definitivamente sua função policial, passando a ostentar mero caráter heráldico-solene. Com efeito, o esvaziamento das funções da Guarda Nacional é um dos indícios do processo de desmilitarização da sociedade levado a cabo pela administração central na tentativa de retirar de mãos particulares os instrumentos de poder e concentrá-los no Estado, esforços esses iniciados no momento da retomada monárquica dos anos de 1840 e 1850

e consolidados com a Guerra do Paraguai. Após o fim do conflito, as forças policiais paulistas, que também estiveram no calor da batalha, foram reorganizadas e, a partir dos primeiros anos da década de 1870, passaram a ser, por excelência, a instituição responsável pelo policiamento e a manutenção da ordem na província, repartindo essa missão com a tropa de linha, mas cujos destacamentos em São Paulo eram escassos e mal distribuídos. Assim, as últimas décadas do Império marcam um aumento expressivo do interesse do governo provincial em relação às forças policiais, inclusive ensaiando constantes ajustes normativos, orçamentários e burocráticos. Por isso, no que toca o recorte cronológico, delimitamos o lapso temporal deste estudo de 1868, quando ocorre a regulamentação do Corpo Policial Permanente (CPP), na expectativa do retorno dos contingentes policiais enviados ao *front*, até o final de 1889, quando tem início uma série de alterações legais que reorganizaram as forças policiais paulistas de acordo com os novos alvitre dos governos republicanos.

A realização deste trabalho dependeu de uma ampla pesquisa na documentação que dormita no Arquivo do Estado de São Paulo. Duas ordens foram examinadas: a primeira referente ao CPP, cujas latas guardam, além dos ofícios trocados pelo comandante geral da instituição com outros dignitários, todo o material relativo à administração econômico-funcional do Corpo. São relatórios, mapas e planilhas que versam sobre o movimento financeiro, institucional e de pessoal. A documentação compreende, em uma série relativamente bem organizada, a vida corporativa do CPP e de seus agentes. Nessa base documental encontram-se os livros de Relação de Mostra onde se escrituravam mensalmente toda a movimentação das companhias. É a partir da análise inédita dessa fonte que pudemos levantar a lista nominativa dos 4228 engagements que se realizaram entre 1868 e 1889.

A segunda ordem examinada foram as indefectíveis latas referentes à rubrica “Polícia”. A pesquisa nesses *corpus* consistiu basicamente no escrutínio quase individual dos documentos, isso porque não há uma divisão sistemática dos ofícios em subassuntos. Também procedemos assim para conseguir acompanhar cronologicamente e sem interrupção os temas mais pertinentes tratados nos desvãos da administração policial – muitos dos quais obsidianes – bem como seguir de perto os passos das personagens mais recorrentes.

Além disso, a ainda precária especialização técnico-administrativa de fins do Império, como veremos no curso deste trabalho, impunha à polícia uma ampla carga administrativa, ainda um legado da Intendência Geral de Polícia, uma das primeiras instituições burocráticas da nação emancipada.³

³ Essa dimensão alargada das tarefas policiais pode ser apreendida pela amplitude das significações que carregava o termo *polícia* na concepção da época. O exemplo é extraído do verbete *polícia* inscrito num dicionário publicado em 1868: “1) *Polícia* (latim *politia*; do grego *polites*, *cidadão*, de *polis*, *cidade*) governo e boa administração do Estado, da segurança dos cidadãos, da salubridade, subsistência etc. Hoje entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança e de tudo o que respeita à vigilância sobre vagabundos, mendigos, ladrões, facinorosos etc. 2) *Polícia* (do latim *politio*, de

Como consequência, a Secretaria de Polícia, principalmente na pessoa do seu dignitário-mór, o chefe de polícia, servia de repositório das demandas as mais variadas, assumindo, juto com a instituição que comandava, a competência para se imiscuir em assuntos das mais variadas procedências.⁴ No ralo policial, concentravam-se ofícios multiinstitucionais, além de uma série de pedidos, demandas e súplicas privadas.

Assim, além de conter documentos produzidos pelos órgãos policiais (delegacias, subdelegacias, Companhia de Guardas Urbanos, comandantes de destacamentos, chefia de polícia, comando do CPP, polícias locais), as latas pesquisadas guardam ofícios provenientes do Governo, da Magistratura em suas múltiplas divisões, do Ministério Público, das câmaras municipais, das juntas de higiene e saúde, das Santas Casas, das administrações de hospícios e das colônias de imigração, de consulados, de vigários, da Secretaria de Obras Públicas, da secretaria militar, do Ministério da Justiça, e também cartas de um sem-número de particulares, das mais variadas origens sociais e munidos dos interesses e expectativas mais difusos em relação à atuação policial, além de recortes de jornais provenientes de toda a província de São Paulo.

Diferente dos arquivos judiciais, que normalmente, num único bloco, enfeixam uma série completa e racional de documentos – da petição inicial (ou libelo acusatório) até a sentença – os arquivos policiais, consubstanciado numa coleção caótica de documentos, tendem a ser muito mais aleatórios e assistemáticos. Portanto, se por um lado, a documentação oferece um potencial mais abrangente para análise, por outro, demanda cautela e atenção redobradas, a fim de se evitarem armadilhas metodológicas, como a tentação de se exagerar a amplitude da plausibilidade e verossimilhança, tomando a versão por verdade. Um historiador francês, pioneiro em trabalhos sobre a polícia, assim descreve os arquivos policiais: “*Compostos pêle-mêle de recortes de jornal, intrigas de vizinhança, de calúnias, de confabulações tendenciosas, de indiscrições vulgares, de segredos reais ou inventados, mas também de detalhes autênticos... os arquivos de polícia constituem-se, no senso próprio, ‘nas lixeiras da história’ e se se concede de bom grado que eles excitam a curiosidade legítima de historiadores (...), compreender-se-á que sua utilização em toda a pesquisa científica necessita de infinitas precauções metodológicas e muita prudência sobre o plano da deontologia*”.⁵

polire, polir, assear; adornar) cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação, introduzir melhoramentos na civilização de uma nação”. Almeida & Lacerda, *Dicionário*, apud. Thomas H. Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro – Expressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997, p. 273.

⁴ Egon Bittner. “Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia”, in: Egon Bittner. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo : Edusp, 2003.

⁵ Jean-Marc Berlière. “Archives de police: du fantasme au mirage”, in: J.G. Petit e F. Chavaud (dir.). *L’histoire contemporaine et les usages des archives judiciaires 1800-1939*. Paris : H. Champion, Collection “Archives et Histoire”, 1998, p. 299.

Além disso, em muitos momentos, enquanto os autos crimes visavam à publicidade, estabelecer uma arena onde os contendores se enfrentavam, cada qual para validar sua porção da verdade, os ofícios permutados entre as instâncias policiais, por sua vez, a despeito do seu aspecto de “pública forma”, apresentavam um caráter mais privado, pois, na maioria das vezes, eram produzidos unicamente com o fito de comunicação interna, principalmente aqueles documentos dotados do selo de “reservado” ou “confidencial”.

É claro que incidentalmente aspectos da vida cotidiana geral, principalmente a interação da polícia com a população, emergem dos comentários e discursos das autoridades policiais. Também é verdade que em grande parte das vezes a “voz” das praças e guardas só é ouvida indiretamente por meio do intermédio de seus superiores, mas, mesmo assim, os ofícios formam um manancial importante para recuperar os dramas e tramas da soldadesca mais rasa, ainda mais porque, ao contrário do que ocorreu na República, o regulamento do CPP não interditava as praças de manifestarem-se por meio de petições coletivas e abaixo-assinados.

Uma abordagem sociocultural da polícia paulista no fim do Império, à parte de seu ineditismo e originalidade no que concerne às fontes pesquisadas, consiste numa contribuição importante aos estudos sobre o desenvolvimento e a presença do Estado, seu relacionamento com o público, bem como na análise do cotidiano da população pobre, oferecendo um caminho alternativo para uma nova aproximação e compreensão desse tema tão relevante da história brasileira. Enfim, estudar os meandros da polícia como instituição e como organização de trabalho, isto é, funcionando ao mesmo tempo como um ramo essencial do Estado e como cadinho de experiências socioculturais, num momento particularmente atribulado da história brasileira, torna-se uma ferramenta metodológica muito útil ao historiador. Foi justamente nessa intersecção e com esse alvitre que tentamos conduzir este trabalho.

Para isso, dividimos o trabalho em seis capítulos. O primeiro, “As forças policiais e a província de São Paulo”, descreve as forças policiais responsáveis pelo policiamento da província, quais sejam o CPP, a Companhia de Urbanos e a polícia local. Revelamos sua situação material, as discrepâncias conceituais entre elas, rivalidades e as alterações institucionais por que passaram durante as décadas de 1870 e 1880 e a maneira como essas reestruturações influenciavam o cotidiano do policiamento. Descrevemos também as variações geoeconômicas da província e como essas diferenças regionais determinaram as funções desempenhadas pela polícia. Finalmente, empreendemos uma tipologia das forças policiais estrangeiras e averiguamos o impacto que tiveram na formalização da polícia brasileira, em geral, e paulista, em particular.

No segundo e terceiro capítulos, “Um perfil socioeconômico do policial paulista” e “A carreira policial” apresentamos um perfil socioeconômico das praças do CPP por meio das informações extraídas dos livros de Relação de Mostra. A partir de uma base de dados de 4228 engajamentos, dispomos de dados como idade, local de nascimento, cor da pele, altura, ofício, situação marital, última residência. Através desse estudo, traçamos as expectativas e perspectivas de uma carreira policial como uma das ocupações possíveis para os trabalhadores brasileiros pobres, em meio à ampliação do mercado livre, além das possibilidades de ascensão social e hierárquica. Principalmente no capítulo três, ressaltamos algumas biografias individuais que se destacaram entre os policiais.

No capítulo quatro, “O cotidiano policial”, tratamos da rotina do policial em serviço. Mostramos quais as suas funções – das mais normativas (perseguição a criminosos e manutenção da ordem pública) às menos esperadas (assistência pública e serviços administrativos) – e como os policiais as desempenhavam. Além disso, apresentamos outros aspectos do cotidiano dos policiais, tais como a moradia, a alimentação, as doenças, a morte e os perigos do trabalho.

No capítulo cinco, “Nas brechas do cotidiano”, estendemos a análise anterior para mostrar as frinchas do cotidiano policial: o lazer, a religiosidade e a diversão (as mulheres, as festas, a taverna), o desenvolvimento das solidariedades grupais e do *esprit de corps*, as rixas e mesquinhas, o relacionamento com os superiores hierárquicos e com a burocracia, a competição e os dramas financeiros. Enfim, tentamos mostrar as tramas por onde se urdiu uma cultura policial específica.

Finalmente, no sexto capítulo, “O policial e a população: ajustes e tensões”, descrevemos a interação dos policiais com a população, a representação do público sobre a polícia e o policial, bem como uma análise sobre a tipologia da violência policial. Mostramos como os policiais lidavam com indivíduos de diferentes estratos sociais – dos aristocratas aos escravos – e como aprenderam, sobre o terreno, a manejar e equilibrar as imposições das regras efetivas e aquelas provenientes da fronteira embaciada da tradição e do não-dito que ordenavam a praxe costumeira naquela sociedade vinculada pela rígida estratificação social e cujos espíritos se ouriçavam na medida em que cresciam as turbulências abolicionistas.

Capítulo 1 - As forças policiais e a província de São Paulo

Em 1873, o chefe de polícia recém-empossado, em ofício ao presidente da província, se gabava da posição conspícua que a província a qual administrava alcançava no cenário nacional: “*A província de São Paulo (...) progride a olhos vistos. As estradas de ferro em construção fazem com que o chefe de polícia esteja sempre em comunicação oficial com os seus delegados e subdelegados*”.¹ Mais excertos de falas de outros titulares da chefia de polícia podem ser agregados a este, sem que o tom exaltado do primeiro seja arrefecido: “*Marchando esta província na vanguarda de suas irmãs, em tudo quanto é atinente a progressos e melhoramentos materiais, crescendo a sua população mais rapidamente do que em qualquer outra do Império (...)*”.² Ao proclamar o desenvolvimento da malha ferroviária, a facilidade das comunicações, ao aclamar a “*marcha para a vanguarda*”, o chefe de polícia reverberava, em tribuna importante (os relatórios apresentados anualmente ao presidente da província), uma projeção idealizada do fado auspicioso destinado à província de São Paulo, e incorporada, mais tarde, por outros discursos laudatórios.

As imagens são patentes: o trem, os trilhos, a marcha a pavimentar uma senda inevitável rumo ao progresso. Uma ponte simbólica que alçava o país, sob o empuxo da locomotiva paulista, ao panteão das nações civilizadas.³ E, naquele momento, o projeto de modernidade e de progresso passava inevitavelmente pela manutenção da ordem e da tranqüilidade pública, isto é, demandava a transitividade para o espaço público das regras relacionais vigentes na esfera privada, por meio da substituição das estratégias tradicionais de poder – baseadas na dominação pessoal – por estratégias fundamentadas pela mediação de um agente impessoal e legitimado por lei. Uma nação moderna não podia prescindir que a desordem fosse aplacada e os agitadores, mantidos nos lugares que exigia a deferência às hierarquias sociais.⁴ O “*progresso moral dessa sociedade*”, segundo um chefe de polícia, deveria ser vigiado com cuidado para que não retrocedesse e não se permitisse que “*os mais*

¹ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 07/08/1873. AESP, co2549.*

² *Relatório do chefe de polícia ao presidente da província, em 17/11/1884. AESP, co2638.*

³ Joseph Love. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira: 1889-1937*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982, principalmente capítulo 3.

⁴ Robert Moses Pechman. *Cidades estreitamente vigiadas – o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2002.

sagrados direitos” e os “*preceitos que garantem o estado social e a individualidade de cada um de seus membros*” fossem violados.⁵

Em resumo, a sustentação das bases da sociedade escravista brasileira de final do Império necessitava do apoio cerrado da autoridade pública – através da polícia, seu principal braço armado e importante instrumento ideológico – como um garante da manutenção de um sistema que, nas décadas de 1870 e 1880, se esfacelava em grave crise.⁶

Pois, se por um lado, a polícia funcionava como um baluarte do “*monopólio da violência legítima*”⁷, que em termos weberianos constitui-se na própria essência do Estado moderno; por outro, esperava-se que ela fosse portadora de um condão moralizador, ao lado da escola e da Igreja, capaz de amansar o corpo e inculcar temperança nos espíritos mais recalcitrantes.⁸ Altas taxas de criminalidade e educação precária formavam um elo inexpugnável, segundo análise de um chefe de polícia: “*A estatística das escolas ou da frequência destas basta para demonstrar o avultado número de analfabetos que o censo da população registra; a gravidade dos crimes, a crueza com que eles são praticados; a frivolidade dos motivos; a paixão que amiúde guia os assassinos; todos estes atos externos mostram a perversão dos costumes, a intenção do mal*”.⁹

A corroborar o discurso acima, emanado num período tenso, de escravaria agitada, do início da imigração em massa, das transformações socioeconômicas, os grandes fazendeiros e os capitalistas urbanos viam-se obrigados a conquistar, a partir de estratégias múltiplas, a cooperação de uma mão-de-obra barata, que fosse obediente e morigerada e

⁵ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/03/1880. AESP, co2597.*

⁶ A bibliografia sobre o assunto é amplíssima. Podemos citar, entre muitos, Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo : Editora da Unesp, 1997; Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978; Paula Beiguelman. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo : Brasiliense, 1981; Maria Helena P. T. Machado. *O plano e o pânico - os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/EDUSP, 1994.

⁷ Max Weber. *The theory of social and economic organization*. Oxford : Oxford University Press, 1947. A pacificação da sociedade através do controle sobre o uso de armas proibidas, por exemplo, foi incumbência da polícia paulista na primeira metade do século XIX. Denise A. Soares de Moura. *Sociedade movediça – economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850*. São Paulo : Editora da Unesp, 2005, ver, principalmente, capítulo 6.

⁸ Sobre a polícia como base da formação de um Estado-nação, ver David H. Bayley. “The police and political development in Europe” in: Charles Tilly (org.) *The formation of national states in Western Europe*. Princeton : Princeton University Press, 1975. Sobre a polícia como instrumento de moralização, ver Robert D. Storch. “O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 5 e, do mesmo autor, “The Policeman as domestic missionary”, in: *Journal of Social History*, 1976.

⁹ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/03/1880. AESP, co2597.*

que continuasse a gerir riqueza, em troca de salários irrisórios.¹⁰ Era a polícia o mediador mais destacado para impor a nova ordem aos trabalhadores recém-desgarrados das peias da escravidão. Ao garantir a ordem social e a tranquilidade pública, a instituição asseguraria que cada indivíduo se mantivesse no lugar social que a ele estava atribuído no plano das aspirações dos poderosos.¹¹ E, mais além, como braço da administração central, às instituições policiais impunha-se regular a ordem privada, constituída por grandes ou pequenos proprietários de escravos, quando tais interesses se mostravam dissonantes aos interesses gerais, como no caso da aprovação das leis emancipatórias de 1871 e de 1886.¹²

No fundo, nas décadas de 1870 e 1880 mostrava-se ainda mais nítido o processo conflituoso da tentativa de implementação de um espaço público regido por princípios burocráticos e liberais, que ditavam a racionalidade de critérios administrativos, a impessoalidade das relações, a prevalência da lei, a primazia de interesses gerais diante de vontades particulares, em suma, a própria constituição de um Estado moderno que embutisse toda a ideologia civilizatória.¹³ Alguns indícios da agudeza desse processo eram nítidos nas políticas implementadas pelo poder público naqueles dois decênios: a Lei do Ventre Livre, de 1871; a Lei de Pesos e Medidas, regulamentada em 1872; a reforma nos

¹⁰ A análise sobre o contexto denominado de *transição do trabalho escravo para o trabalho livre* é pródiga e tem abordagens multivariadas na historiografia brasileira. Dentre as obras que tratam do tema sob perspectivas diversas, podemos citar Décio Saes. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*; Ademir Gebara. *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*. São Paulo : Brasiliense, 1986; Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987; Lucio Kvarick. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo : Brasiliense (2ª edição).

¹¹ Como sugere Robert Moses Pechman, “as instituições policiais foram fator fundamental na concepção, implementação e manutenção da ordem do que seria o esqueleto da sociedade que se forjava [após a chegada da Corte, em 1808]; por isso mesmo, podemos pensar numa polícia muito mais ‘construtiva’ que ‘destrutiva’”. Robert Moses Pechman. *Cidades estreitamente vigiadas – o detetive e o urbanista*, op. cit., p. 107.

¹² A analogia de Ilmar Mattos é precisa para descrever esse jogo de interesses cruzados. Segundo esse autor, não se tratava de forçar a substituição do “Governo da Casa”, que detinha o poder sobre homens e coisas (Mundo do Trabalho) nos círculos mais afastados do núcleo dirigente (“Mundo do Governo”), situado na Corte e seus arredores, mas sim lhe aviar uma receita de civilização. Ilmar Rohloff Mattos. *O tempo Saquarema*. São Paulo : Editora Hucitec, 2004, pp. 122-141.

¹³ Esse processo conflituoso da luta pelo monopólio da violência legítima foi analisado, entre outros, e a partir de pontos de vista divergentes por Raymundo Faoro. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro : Editora Globo, 1958; Fernando Uricoechea. *O minotauro imperial*. São Paulo : Difel, 1978; Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres numa ordem escravocrata*. São Paulo : Unesp, 1997 e Ilmar Rohloff Mattos. *O tempo Saquarema*, op. cit.. Numa perspectiva histórica internacional, sobre a formação dos estados modernos e sua correlação com o império da lei, com a sobreposição das forças privadas e com o controle da violência, ver Charles Tilly. “Reflections on the History of European State-Making”, in Charles Tilly (org.). *The formation of national states in Western Europe*, op. cit. e Norbert Elias. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1990, 2 volumes.

critérios de recrutamento para o Exército, em 1874; a desmobilização da Guarda Nacional, em 1873; a Lei de Prestação de Serviços, em 1879; a reforma policial, em 1871; a reforma eleitoral, de 1881; a extinção da polícia local, em 1877. De uma forma ou de outra, todas essas medidas visavam a ampliar a abrangência de instâncias regulatórias imparciais, a partir da valorização dos instrumentos isonômicos e impessoais de controle e de mediação, o que interferiria sobremaneira tanto nas dinâmicas tradicionais das relações interpessoais, quanto nos métodos de resolução de litígios, ambos baseados na mediação direta, personalista, arbitrária e desigual entre as partes.

E como verdadeiros batedores que anunciavam a presença do Estado, as forças policiais deveriam se postar como agentes de uma ordem ideal. Esperava-se que fossem capacitadas a apaziguar – num espaço fora da dominação pessoal – o ambiente de desordem; desordem pertencente a um mundo hostil e atrasado, cujo destino era civilizar-se. Para o cumprimento desses desígnios, confiava-se a missão à polícia, que deveria manter controle sobre a população errática, de estatuto incerto e, por isso, ameaçadora; além de regular as dissidências no seio da Casa. Enfim, esse seria o lugar ideal para a polícia estar. Mas será que a polícia foi capaz de desempenhar a contento a missão da qual foi investida?

Não se pode negar que havia uma polícia ideal, sonhada por dignitários e administradores – uma instituição plenamente capaz de prover a ordem social dentro da cartilha predicada por eles. No entanto, a lógica do policiamento efetivo muitas vezes não converge à lógica do policiamento projetado: de um lado há a norma e a intenção, de outro, a aplicação da norma e a prática efetiva. Esta é desviada pela conjunção de diversos interesses conflitantes que se constituem no bojo arena social. No caso da polícia, podemos citar, dentre os múltiplos fatores desviantes de que trataremos neste trabalho, as fragilidades materiais da instituição, a discricionariedade inerente à ação do agente policial, o poder de negociação da população e mesmo os projetos conflitantes esboçados por facções adversárias no seio das próprias classes dirigentes.¹⁴

¹⁴ Marcos Luiz Bretas comenta sobre a polícia carioca dos primeiros anos da República. “*Nesse processo, a instituição policial emerge com características próprias, capaz de aliar-se a grupos em conflito em defesa de uma determinada política. De toda forma, deixa de ser um agente de políticas - iluminadas ou nefastas - definidas por grupos no poder, para tornar-se um dos atores, capaz de ter interesses próprios, de participar na definição de seus poderes e atribuições, construindo seu saber específico sobre como controlar o espaço urbano (...) A polícia não será o resultado da aplicação de um projeto burguês, mas a construção resultante*

É de se supor, assim, que a concretização efetiva desse projeto subsistiu apenas na imagem retórica dos discursos mais engajados. De uma ponta à outra, as instituições burocráticas, de uma forma geral, e a polícia, em particular, mostraram-se incapazes de fazer valer esse lugar ideal onde imperasse o liberalismo universalista em detrimento de interesses privados ou mesmo de fazer valer sem peias os interesses privados do grupo dominante. Até o final do Império, a trajetória da formação do Estado brasileiro, isto é, as tentativas de consolidação de um espaço público orientado por princípios liberais, foi marcada não apenas pela contradição inerente ao sistema escravista, mas pela disputa ferrenha por cada centímetro dessa ordem desejada.

Mesmo os discursos laudatórios dos chefes de polícia deixavam transparecer as marcas de tensão entre os atores sociais envolvidos. Subliminarmente, apontava para a incompletude do projeto civilizatório e, em consequência, para a derrocada de um de seus dínamos fundamentais, a polícia, em garantir a ordem pública: *“A província não está estacionária em população. O progresso da indústria, o desenvolvimento das vias férreas, traz como consequência o crescimento de freguesias e vilas até pouco tempo consideradas como de desenvolvimento e futuro remotos. Daí, mais um foco de população formado com indivíduos de todas as classes, insinuando providências de que se não tinha cogitado”*.¹⁵

E a intranquilidade e a insegurança pareciam espalhar-se como epidemia pelos quatro cantos da província, fazendo desmoronar o otimismo ilusório da ideologia do progresso redentor, ao mesmo tempo em que escancarava as fragilidades do poder público. Fazendo eco à ladainha de delegados e subdelegados a prantear a desordem e o descontrole endêmicos que assolavam tanto os centros mais proeminentes quanto as freguesias mais sertanejas, até as barbas do regime republicano, o chefe de polícia sumariava a desolação desse estado de espírito: *“A estatística criminal infelizmente não decresce na proporção desejada e compatível com o progresso moral que se revela nestas importantes províncias, antes em alguns lugares os crimes se repetem, a audácia em cometê-los escandaliza a opinião pública e a autoridade vê-se na maioria dos casos impossibilitada para cumprir seu dever por falta dos agentes por meio dos quais exercita a sua ação. Nesta conjuntura,*

de respostas dadas a necessidades reais e imediatas, transformadas em saber institucional. A polícia dos sonhos dos liberais ou positivistas teria de esperar”. Marcos Luiz Bretas. *A guerra das ruas – povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1995, pp. 28 e 34.

¹⁵ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 25/02/1878. AESP, co2584.*

*V. Exa. compreende que a impunidade é duplamente perigosa: o crime campeia a salvo do rigor da punição e criminoso zomba dos executores da lei”.*¹⁶

Sendo assim, a história das forças policiais brasileiras e, mais particularmente, das forças policiais paulistas, quando analisada no plano miúdo das práticas, desvela sem pejo a falibilidade da instituição e, por via de consequência, da implantação de um projeto modernizador. E, em paralelo, como veremos mais adiante neste capítulo, a história da polícia e do policiamento na província de São Paulo espelha todas as contradições e ambigüidades que marcaram as disputas pelo poder nas ranhuras desse espaço público em eterna construção. A polícia tornou-se, afinal, um palco privilegiado para examinarmos, sobre o terreno, o embate entre os múltiplos interesses conflitantes que disputavam um lugar ao sol e contribuíam, à sua maneira e dentro dos seus limites, com uma parcela da ordem possível: a autocracia burocrática, a elite socioeconômica desgarrada dos círculos mais centrípetos do poder e, claro, a população mais empobrecida, que, afinal, no contato com essa instituição (melhor seria dizer com os seus membros, os policiais) sentia na carne e na linha de frente a intervenção estatal. E, ainda mais, a luz que nos propomos a jogar sobre a questão – olhar a polícia de dentro para fora – nos abre um prisma propício para revelar as imperfeições da construção dessa instituição capital e, ao mesmo tempo, ajuda-nos a investigar os significados que os atores sociais elaboravam sobre o cotidiano em que viviam.

Estudar a polícia paulista em todos os seus matizes – sua constituição, seus encargos e seus personagens – pode nos auxiliar a entender os conflitos sociais nos estertores do Império, a interferência do poder público na vida cotidiana da província e de seus habitantes, bem como o relacionamento da população, em seus vários níveis sociais, com uma instituição que, ao fim e ao cabo, representava o Estado. A polícia é, no fundo, um retrato localizado da história do próprio Estado: da sua existência formal (polícia enquanto instituição), da relação com sua gente (polícia enquanto organização de trabalho) e da sua representação no meio social (polícia enquanto mediadora de conflitos). Esse tema ganha contornos ainda mais interessantes se levarmos em conta o contexto geoeconômico que marcou as últimas décadas do regime imperial na província de São Paulo.

¹⁶ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 04/10/1873. AESP, co2549.*

Aspectos geoeconômicos da província de São Paulo nas décadas de 1870 e 1880

A notar, em primeiro lugar, a evolução demográfica da província de São Paulo, que de 1872 a 1890 cresceu 65%, passando de 837.354 habitantes para 1.384.753 habitantes.¹⁷ Em segundo lugar, vale ressaltar as patentes desigualdades regionais da província. A divisão consagrada proposta, primeiro por Sérgio Milliet, e reatualizada por José Francisco Camargo, em que se esquadrinhou o território paulista em dez zonas nomeadas a partir dos ramais ferroviários que as serviam, é anacrônica para o período analisado nesse estudo, uma vez que uma grande porção da província a oeste de uma linha que passa por Franca, Barretos, Rio Preto, Jaú e Campos Novos, ainda permanecia ignota em fins do século XIX.¹⁸ Cidades como Marília, Assis, Lins, por exemplo, situadas na região Noroeste, de acordo com a classificação mais corrente, nasceram no empuxo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inaugurada apenas em 1905.¹⁹ No mesmo compasso, mostra-se igualmente insuficiente a referência às quatro zonas “antigas” de ocupação de São Paulo, quais sejam, a capital e sua circunvizinhança, o Vale do Paraíba, o sul subdesenvolvido (equivalente à Baixa Sorocabana) e o litoral sul.

Para o período estudado, mais adequado seria falar de uma clivagem regional baseada nas transformações econômicas encetadas no compasso do avanço da lavoura cafeeira a partir de 1850, alterando o panorama da província e cujo reflexo é patente na divisão demográfica de cada área, conforme se vê nas tabelas 1 e 2. O que chamamos de Oeste estendido conglomerava cidades das zonas Mogiana, Baixa Paulista e Araraquarense, Douradense e Paulista.²⁰

¹⁷ Dados de *Memória Urbana – a grande São Paulo até 1940 – volume 2*. São Paulo : Emplasa, 2001, tabela 1. Nesse volume estão compilados os dados publicados por José Francisco de Camargo. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos (Ensaio sobre as relações de demografia e a economia)*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1952, 3 vol.

¹⁸ Sérgio Milliet. *Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo*. São Paulo, s/n, 1938; José Francisco de Camargo. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos (Ensaio sobre as relações de demografia e a economia)*, op. cit. Joseph Love faz uma análise crítica dessas e de outras divisões propostas, como a de Pierre Monbeig e Pierre Defontaines. Joseph Love. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*, op. cit., pp. 41 a 56. Essa linha divisória é proposta por José Antonio Tobias. *História de Campos Novos Paulista - capítulos da Boca do Sertão do Paranapanema*. Marília : Editora da Unoeste, 1990. O autor ressalta que os rios Feio e Peixe só eram conhecidos nas suas nascentes.

¹⁹ Ver para o surgimento das cidades a extremo oeste, Nilson Ghirardello. *À beira da linha – formações urbanas da Noroeste paulista*. São Paulo : Editora da Unesp, 2002.

²⁰ Essa divisão funcional do Oeste estendido é usada por Paula Paula Beiguelman. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. São Paulo : Biblioteca pioneira de Ciências Sociais, 1977.

Tabela 1 –População da província de São Paulo por região em 1886 em porcentagem²¹

Localidade	Porcentual em relação ao total
Oeste estendido	28,2 ²²
Capital	6,1 ²³
Vale do Paraíba	27,6 ²⁴
Ribeira e Paranapanema	10,4 ²⁵
Total	67,62

Fonte: *Memória Urbana – a grande São Paulo até 1940 – volume 2*. São Paulo : Emplasa, 2001 – tabela 4.

Tabela 2 – População segundo a divisão tradicional em zonas em 1886 em números absolutos

Capital	74.893	Araraquarense, Douradense e Paulista	33.151
Vale do Paraíba e Litoral Norte	335.922	Noroeste e Alta Paulista	_____
Central	295.782	Alta Sorocabana	71.903
Mogiana	178.795	Baixa Sorocabana	54.805
Baixa Paulista	53.257	Santos e Litoral Sul	42.430

Fonte: *Memória Urbana – a grande São Paulo até 1940 – volume 2*. São Paulo : Emplasa, 2001 – tabela 7.

Muitos estudos recentes flexibilizaram a imagem monótona da atividade econômica, que em ciclos sucessivos elegeria exclusivamente uma *commodity* única – cronologicamente, cana de açúcar, minério e café – sufocando à morte iniciativas discrepantes. Não se nega a prevalência de uma produção predominante consubstanciada em mão-de-obra escrava nem a inclinação exportadora do país como base do desenvolvimento econômico, mas, escorados em bibliografia copiosa, queremos sublinhar a importância dos empreendimentos alternativos à *plantation*, mesmo em São Paulo e mesmo durante o monopólio da lavoura cafeeira. Essas pesquisas mostram marcadas diferenças regionais do uso, ocupação e

²¹ Para efeitos deste trabalho, remanejamos a divisão sugerida, agrupando cidades de zonas diferentes. Assim, em referência ao Oeste agregamos municípios das zonas Araraquarense, Douradense e Paulista; Baixa Paulista e Mogiana e alguns municípios da Zona Central, como Campinas, Santa Bárbara e Piracicaba.

²² Esse percentual se refere à população das Zonas Mogiana, Baixa Paulista e Araraquarense, Douradense e Paulista. Não estão computadas as populações de Campinas, Piracicaba e Santa Bárbara, pertencentes, em conformidade com a sugestão de Camargo, à Zona Central, junto a cidades como Sorocaba, Atibaia, Piracicaba, São Roque, Porto Feliz, entre outras, o que torna esse valor sub-representado.

²³ Referente aos municípios de São Paulo, Guarulhos, Cotia, Itapeverica, Juqueri, Santo André, São Bernardo e Santo Amaro.

²⁴ Refere-se à população da zona do Vale do Paraíba, incluída a população das cidades do litoral norte.

²⁵ Refere-se à população das Zonas Alta e Baixa Sorocabana.

exploração da terra, inerentes à própria dinâmica do processo histórico de construção do espaço econômico, social e político da província.²⁶

Tomadas apenas a segunda metade do século XIX e a província de São Paulo, pode-se dizer que aspectos geográficos, a qualidade ou o esgotamento da terra, o atraso da chegada da malha ferroviária, a topografia mais ou menos acidentada, o desenvolvimento anterior de outra atividade econômica (cana-de-açúcar e algodão, por exemplo) culminaram no avanço intermitente da fronteira agrícola cafeeira, do dinheiro e, por via de consequência, do “progresso”, modulando feições específicas para cada rincão da província. E o processo de internalização do poder público, a partir da implementação das forças policiais, é sensivelmente matizado pelas particularidades locais que, não apenas determinavam quais “problemas” perturbariam a ordem pública, como indicavam a propensão da mão-de-obra disponível para preencher as fileiras policiais.

A cultura do café, que dominava a zona do Vale do Paraíba já nas décadas de 1830 e 1840, só vai ocupar uma posição de destaque no Nordeste Paulista no último quartel daquele século, e, como veremos, ainda é organizado de forma nuançada nas diferentes microrregiões daquela área extensa.

Para ficarmos nos extremos, eram evidentes as diferenças entre a região geográfica de Campinas, coberta desde os anos de 1850 pelo rubiáceo, e o Alto Paranapanema, uma longínqua “boca de sertão”, portal para as “terras desconhecidas”, conforme denominação documental da época. Porém, mesmo entre as zonas próximas havia diferenças sensíveis, ora cunhadas pela marcha irregular do café, ora pela sobrevivência de resquícios de alguma atividade tradicional. As áreas de ocupação mais antiga, vinculadas ainda à herança bandeirista, como Jundiaí, Bragança e Mogi Mirim²⁷, erguidas à categoria de freguesia em meados do Dezoito, desde o início do século seguinte já tinham sido estruturadas para atender a agricultura extensiva e exportadora, fruto da cultura canavieira.²⁸ Podemos citar,

²⁶ Entre outros, ver Maria Thereza Schorer Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo – expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo : Difel, 1968 e José Luis Frago. “O império escravista e a república dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora”, in: M. Y. Linhares (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro : Campus, 1990.

²⁷ Jundiaí tinha 7.805 habitantes em 1872, e 10.254, em 1886; Bragança, 11.623 e 16.214 habitantes, respectivamente; Mogi Mirim, 12.044 e 14.935, respectivamente. Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*. Campinas : Unicamp/NEPO, 2001.

²⁸ Essas cidades eram englobadas pelo que ficou denominado de quadrilátero do açúcar, delineado entre Itu, Sorocaba, Jundiaí e Campinas, ver Maria Thereza Schorer Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo – expansão e declínio (1765-1851)*, *op. cit.* Para estudos mais específicos sobre a região, ver Leonel de Oliveira

igualmente, o caso de Rio Claro²⁹, onde a estrutura fundiária caracterizou-se pela concentração de terras nas mãos de poucos proprietários³⁰, e Araraquara³¹, cuja ocupação original baseou-se nas pequenas propriedades voltadas ao abastecimento local, cenário que resistiu à chegada do café, conforme análise de Rosane Carvalho Messias:

*“As bocas de sertão, São Carlos e Araraquara, eram então novas fronteiras do café que começavam lenta e timidamente a participar do mercado externo e, ao mesmo tempo, mantinham seus setores econômicos voltados para o mercado interno. Esse é um ponto significativo, o café não veio substituir setores econômicos em decadência, mas sim dividir espaço com os segmentos econômicos voltados para o mercado interno que tinha grande peso”.*³²

Mas foi a região do Nordeste Paulista, principalmente a zona em torno de Ribeirão Preto, que nos últimos anos do século XIX tornou-se a verdadeira menina dos olhos dos fazendeiros. A história da ocupação daquele rincão remonta a meados do século XVIII, então denominado de Sertão do Rio Pardo, extensa área que se estendia entre os rios Pardo e Grande, por onde se estendia a movimentada Estrada de Goiás, caminho que rasgava o interior do país, unindo a capital da então capitania de São Paulo à região mineradora de Goiás e Mato Grosso e aproveitando o fluxo de mercadorias de parte a parte. Nas terras do derredor, pequenos sitiantes prosperavam roças e apascentavam gado com o fito de abastecer o mercado local. É, assim, da ligação antiga com a zona mineradora, dos conflitos fronteiriços entre São Paulo e Minas acerca do contrabando e taxaço dos metais faiscados, além das ramificações dos velhos caminhos que desembocavam em diferentes trechos do Nordeste paulista que várias cidades da região conheceram suas origens a partir das

Soares. *No caminho dos Goiaes: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2003. Ver, também, para a região de Bragança, Maria de Fátima Guimarães Bueno. *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)*. Tese de doutoramento. Campinas : Unicamp/FE, 2007.

²⁹ Rio Claro tinha 15.035 habitantes, em 1872, e 20.133 habitantes, em 1886. Dados coligidos por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit.

³⁰ Warren Dean. *Rio Claro – um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

³¹ Araraquara tinha 7.128 habitantes, em 1872, e 9.559 habitantes, em 1886. Dados coligidos por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit.

³² Rosane Carvalho Messias. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista – mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 – 1888*. São Paulo : Editora da Unesp, 2003, p. 58.

dezenas de pousos e arraiais que lá floresceram³³: Franca, Caconde, Cajuru, Ituverava, Batatais, São João da Boa Vista, entre outras.³⁴ No arrebol dos Setecentos, os “entrantes” mineiros, atingidos pela decadência da mineração, empreenderam vigoroso fluxo migratório atrás dos campos férteis inexistentes nas regiões mineradoras, estabelecendo-se no sul de Minas e, num movimento centrífugo, se apossaram das terras de além-fronteira, já em área paulista, para dar curso à atividade agrícola e pecuária em pequena escala com vistas ao abastecimento do mercado interno. Assim, a ocupação do Sertão do Rio Pardo agregava antigos colonos paulistas e sitiantes mineiros em busca de novos pastos:

“Atividade efêmera, a mineração contribuiu, no entanto para a ocupação e povoamento das terras de serra acima, como se usava chamar a região interior, do planalto de Piratininga e além. Uma vez esgotados os aluviões, as pastagens e capões do entorno eram ocupados com gado e roças, permitindo que boa parte dos mineradores se transformassem em criadores e lavradores. Assim, no final do século XVIII e início do XIX, a principal atividade econômica do Nordeste Paulista continuava sendo o comércio com os viajantes, efetuado nos pousos”.³⁵

³³ Segundo Alcir Lenharo, o pouso era “um tipo especial de negócios, montado para satisfazer as necessidades dos viajantes, de suas mulas e gado”, p. 76. Alcir Lenharo. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo : Símbolo, 1979.

³⁴ Lucila Reis Brioschi. “Caminhos do Ouro”, in: Carlos de Almeida Prado Bacellar e Lucila Reis Brioschi (org). *Na Estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*. São Paulo : Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

³⁵ Lucila Reis Brioschi. “Caminhos do Ouro”: in Carlos de Almeida Prado Bacellar e Lucila Reis Brioschi (org). *Na Estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*, op. cit., p. 51. Para os fins deste trabalho, consultei Lucila Reis Brioschi (org.). *Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo : Ceru, 1991; da mesma autora, *Criando historia : paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo, 1725-1835*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 1995; Ricardo Alexandre Ferreira. *Senhores de poucos escravos – cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo : Editora da Unesp, 2005; Batatais, Juliana Garavazo. *Riqueza e escravidão no Nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2006; Mildred Regina Gonçalves Naldi. *O Barão e o bacharel: um estudo de política local no II Reinado, o caso de Franca*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 1988; José Chiachiri Filho. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto : Ribeira, 1986; Janes Jorge. “A vida turbulenta na Capital D’oeste: Ribeirão Preto, 1880-1920”, in: *Revista História & Perspectivas*, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, nº 29, jul./dez. 2003; Rodrigo Santos de Faria. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930) – o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina*, op. cit.; Jorge Henrique Caldeira de Oliveira. *Ribeirão Preto na República Velha : economia e riqueza através das transações imobiliárias*. Tese de doutoramento. Franca : UNESP, 2006 e, do mesmo autor, *As transações imobiliárias de Ribeirão Preto de 1874 a 1899*. Edição do autor, 2004; Luciana Suarez Lopes. *Sob os olhos de São Sebastião – a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 2005.

Essa foi a vocação da região de Franca, que décadas depois, premida pelo latosolo amarelo, ainda guardava, em parte, esse mesmo cenário. Embora sob o domínio do café, era palmilhada de pequenas propriedades, tangidas por senhores de poucos escravos.³⁶

Por seu lado, a zona onde foi fundada Ribeirão Preto, cidade a poucas léguas de Franca, até os anos de 1880 a mais proeminente daquela área, gozava de um predicado essencial: terra roxa de excelente qualidade e propícia ao plantio do café. Mesmo assim, situada à oeste da Estrada de Goiás, no que era chamado de “sertão desconhecido”, permaneceu inexplorada durante todo o século XVIII. Fronteira agrícola varejada apenas a partir dos anos de 1870, as vizinhanças de Ribeirão Preto aguçavam o desejo desenvolvimentista dos grandes fazendeiros paulistas.

Martinho Prado Júnior, em carta de outubro de 1877, louvou: “*Campinas, Limeira, Rio Claro, Araras, Descalvado, Casa Branca, tudo é pequeno, raquítico, insignificante, diante desse incomparável colosso*”.³⁷ Luis Pereira Barreto, fazendeiro do Vale do Paraíba, em uma série de artigos publicados em *A Província de S. Paulo*, ainda em 1874, também exaltava o solo ribeirão-pretano.³⁸ Lucila Reis Brioschi descreve assim a evolução das duas cidades, já inseridas no contexto cafeeiro: “*Com a expansão da cafeicultura, a antiga Franca do Imperador perdeu a sua hegemonia no Norte Paulista para a nova vila de Ribeirão Preto, que se torna a ‘capital do café’*”.³⁹

Se a região do Nordeste paulista tornou-se o exemplo paradigmático do modelo de exploração extensiva da cultura cafeeira em São Paulo, outras variantes regionais determinam diferentes modos de ocupação e que, por via de consequência, implicavam diferentes formas de relação da população entre si e com o poder público. Muitas delas estavam localizadas nos confins da província, na última fronteira antes das brenhas cerradas de um sertão vasto e desconhecido, estancado sob estagnação econômica.

³⁶ Ricardo Alexandre Ferreira. *Senhores de poucos escravos – cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*, op. cit.

³⁷ Apud. Paula Beiguelman. *A crise do escravismo e a grande imigração*. op. cit.

³⁸ Apud. Carlos de Almeida Prado Bacellar. “Apogeu do café na Alta Mogiana”: in Carlos de Almeida Prado Bacellar e Lucila Reis Brioschi (org.). *Na Estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*, op. cit., p. 153. Para se ter uma idéia, em 1874, Franca contava 21.419 habitantes e Ribeirão Preto, 5.552. Já em 1886, Franca contava 10.040 habitantes e Ribeirão Preto, 20.113. Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*. Campinas : Unicamp/NEPO, 2001.

³⁹ Em 1874, ainda nos balbucios da expansão do rubiáceo, São Simão tinha pouco mais de 3.500 moradores. Lucila Reis Brioschi. “Caminhos do Ouro”: in Carlos de Almeida Prado Bacellar e Lucila Reis Brioschi (org.). *Na Estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*, op. cit., p. 76.

O caso do Vale do Ribeira, por exemplo, reflete o contraponto da mesma moeda e, do ponto de vista econômico, regredia na proporção que se desenvolviam as regiões de fronteira agrícola do Oeste. Os efeitos dessa dinâmica perversa podem ser sentidos até os dias de hoje, já que a região é considerada uma das mais pobres do estado. Mas, apesar disso, a ocupação do Vale do Ribeira é antiga, remontando ao final do século XVII, instigada pela perspectiva de prospecção de minérios encontrados no fim do século XVII, na área de Apiaí, cidade situada serra acima.⁴⁰ No início dos Setecentos até as primeiras décadas do século XIX, despontava outra atividade econômica: a construção de embarcações (Cananéia e Iguape)⁴¹, além da produção e a comercialização de farinha de mandioca com as praças do Rio de Janeiro e de Santos. Mas foi a exploração do arroz, incentivada pela tecnologia hídrica trazida pelos portugueses dos Açores e com característica de monocultura, que marcou economicamente a região. De fato, a rizicultura deu um sopro de desenvolvimento ao lugar, que se tornaria o maior produtor e exportador nacional, baseado em mão-de-obra escrava. O cultivo do grão moldou a estrutura fundiária local com cores próprias, como ensina Agnaldo Valentin:

*“(...) o uso da terra no Vale do Ribeira não permite classificá-lo dentro do conceito clássico de plantation, muito menos afirmar que se tratava de uma agricultura camponesa (...). As peculiaridades da empresa rizicultora, a saber, a mercantilização independente do uso de força de trabalho cativa, o estrito aproveitamento das áreas ribeirinhas, a relação ambígua entre proprietários de engenhos de arroz e comerciantes e o próprio evoluir da economia ribeirense conformam um ambiente onde as práticas agrícolas se imiscuem, porém de forma a reproduzir a mesma estrutura fundiária”.*⁴²

⁴⁰ Apiaí tinha 5.366 habitantes, em 1872, e 7.531 habitantes, em 1886. Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit.

⁴¹ Cananéia tinha 3.945 habitantes, em 1872, e 5.355, em 1886; Iguape tinha 16.005 e 17.638 habitantes, respectivamente. Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit.

⁴² Agnaldo Valentin. *Uma civilização do Arroz – agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. Tese de doutorado. São Paulo : USP/FFLCH/USP, 2006, p. 77. Ver também Fábio José Bechara Sanchez . *Identidade e conflito: a construção política dos “remanescentes de quilombo” do Vale do Ribeira*. Dissertação de mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2004.

No entanto, o esgotamento da produção, em virtude de fatores externos, como o barateamento da produção estrangeira e as dificuldades de embarque no porto de Iguape apontaram para o declínio acentuado da produção. Mesmo assim, até o início da década de 1880, não obstante uma política capaz de orientar a produção e os mecanismos de distribuição para o consumo, a produção de arroz permaneceu a principal prática agrícola dos ribeirenses. Se por um lado, a rizicultura promoveu o enriquecimento da parcela dos proprietários que possuíam engenho e foram capazes de, à vista da retração econômica, canalizar os ganhos prévios em atividades mercantis, o mercado refreio daquela cultura provocou o endividamento de pequenos produtores e o conseqüente processo de caipirização – refluxo da população à economia de subsistência, ao trabalho isolado e à cooperação ocasional.⁴³

Assim como as povoações do Vale do Ribeira, o desenvolvimento econômico das localidades do litoral norte – Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião⁴⁴ – sofria de grave estagnação no final do século XIX, talvez influenciada pela desaceleração da produção cafeeira do Vale do Paraíba.⁴⁵ Para se ter uma idéia, São Sebastião conheceu uma economia importante em tempos coloniais, baseada na produção e exportação de açúcar, e, mais tarde, assentada no comércio de madeira com a Inglaterra, da qual no final do século XIX não restavam quaisquer vestígios. Até mesmo a extração do precioso óleo de baleia entrara em declínio no início do século XIX. O porto local, embora em ótima posição geográfica, não rivalizava em importância com o vizinho de Santos, por onde escoava a maior parte da produção da lavoura paulista. De difícil acesso para o interior, restava a seus habitantes ocuparem-se com roças de subsistência, onde cultivavam arroz, mandioca e cereais.

⁴³ Sobre o processo de caipirização, ver Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1964. Para se ter uma idéia da dimensão da pobreza da área do Ribeira em contraposição à Campinas, a renda per capita de Iguape, que concentrava os dividendos da exportação de arroz, contava 534 réis, enquanto a de Campinas 9506 réis, ou 17 vezes mais, segundo o cálculo do engenheiro J. Coutinho, no início da década de 1870. Agnaldo Valentin. *Uma civilização do Arroz – agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*, op. cit., p. 315.

⁴⁴ Caraguatatuba tinha 1.668 habitantes em 1872, e 1.951, em 1886; São Sebastião, 4.712 e 5.132 habitantes, respectivamente; Ubatuba, 7.565 e 7.803 habitantes, respectivamente. Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit.

⁴⁵ Maria Luiza Marcílio. *Caiçara – terra e população*. São Paulo : Edusp, 2006.

Não se trata de negar aqui a existência da exploração econômica majoritária, com vistas ao mercado externo e baseada no uso do escravo. Muito menos discutir a influência da cultura expansiva do café na província, como marca fundamental de organização da produção, do estilo de vida e da mentalidade da população paulista, ou mesmo desprezar a gana quase unânime dos grandes fazendeiros na luta política pela manutenção do escravismo. Também reconhecemos a eminência do grande proprietário e a expansão de seu poder sobre a comunidade pobre circunvizinha, com a qual estabelecia laços tutelares, num jogo de interdependência, que expurgava suas roças volantes e a despojava da posse da terra. Todavia, resguardamo-nos no mérito das pesquisas recentes que desfizeram o esquematismo do modelo consagrado, ao exhibir a riqueza das variantes socioeconômicas regionais, mesmo insertas nas áreas de predomínio da agricultura extensiva, exportadora e escravista.

Nas décadas de 1870 e 1880, muitas regiões eram à pena colonizadas, e seus pioneiros, a fim de ocupar as enormes glebas de terra devoluta, eram obrigados a enfrentar “o temível gentio”. Botucatu é um caso típico de um agrupamento populacional situado no limite da “civilização”, na boca do Sertão do Paranapanema.⁴⁶ A povoação original da cidade tem origens que datam do século XVIII, quando de lá partia o Caminho de Peabiru, que seguia rumo ao Paraguai e as Minas Gerais e Goiás. São daquele período os “*caminhos religiosos*”, por onde se locomoviam padres jesuítas, no sustento das fazendas que a Companhia de Jesus mantinha no sertão. Essas picadas e caminhos, que perderam sentido econômico com a intensificação do bandeirismo e do uso do caminho fluvial pelo rio Tietê, renasceram com o segundo fluxo migratório – principalmente de entrantes mineiros, criadores de gado – que se estabeleceram na região a partir dos anos de 1830.⁴⁷ Segundo César Mucio Silva, “*essa corrente migratória [a partir do Norte da província] estava constituída principalmente por criadores de gado. A região já registrava, contudo, não apenas a presença da criação de gado, mas também, de um regular cultivo de algodão e feno. Além disso, começava a dar os primeiros sinais da chegada do café*”.⁴⁸

⁴⁶ Botucatu tinha 9.434 habitantes, em 1872, e 14.161 habitantes, em 1886. Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit.

⁴⁷ Ver Maria do Carmo Sampaio Di Credde. *A propriedade da terra no Vale do Paranapanema – a Fazenda Taquaral (1850/1910)*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP, 1987.

⁴⁸ César Mucio Silva. *Processos-crime – escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo : Alameda, 2004, p. 22.

Também as perseguições políticas contra os liberais após a sedição de 1842 explicariam o refúgio dos derrotados naquelas plagas, o que serviu para aferventar as disputas políticas na região. No decorrer da segunda metade do Dezenove, a vila, fundada em 1847, tornou-se ponto de partida para o sertão desconhecido, parada obrigatória do gado que seguia para Sorocaba e ponto centrífugo de contrabando bovino para as fazendas do norte da província, fintando o controle oficial do posto sorocabano. Botucatu, assim, desenvolveu-se como ponto de apoio para o negócio com animais – aluguel de pastos e cultivo de produtos de primeira necessidade – carne seca e farinha – para as longas viagens dos tropeiros. Não obstante, no início da década de 1870, a cidade ainda era considerada, aos olhos contemporâneos, um dos “*mais sertanejos da província e onde se acoutam criminosos de diversas localidades desta e das Províncias limítrofes: além disso existem em alguns lugares índios ainda semi-bárbaros que de vez em quando cometem assassinatos*”.⁴⁹

Deve-se o início do povoamento do Vale do Paranapanema, que se abre a partir do Botucatu, principalmente aos mineiros, entrantes que bateram a província desde o Sertão do Rio Pardo, em busca de pasto para a pecuária de corte, estimulada pelos recursos amealhados com a mineração. Atrás de terras férteis e desocupadas, gradativamente tomaram aquele sertão ermo e palmilhado de índios. Acompanharam a empreitada do pioneiro José Theodoro de Souza, que em meados do século XIX, saído de Pouso Alegre, atravessou a Freguesia de Botucatu, passou às vertentes do Rio Pardo, chegando às margens do rio Turvo e, finalmente, desceu até as barrancas do rio Pary, onde delimitou sua primeira posse. A fim de garantir a posse da imensa gleba, o aventureiro carregou de Minas seus familiares, agregados e escravos domésticos em número reduzido. Na região, fundou, a partir de 1850, alguns povoados, como São Pedro do Turvo e Campos Novos e passou a vender retalhos de sua terra a preços irrisórios. Mais tarde, outra vaga de mineiros chegou ao local fugindo do recrutamento compulsório durante a Guerra do Paraguai, originando outros povoados, como Lençóis, Paranapanema, Rio Verde, Tijuco Preto, Rio Bonito, Rio Novo, terras de além-Botucatu.⁵⁰ Em realidade, a zona entre os rios Tietê e Paranapanema

⁴⁹ *Ofício do chefe de polícia para o presidente da província, em 21/10/1872. AESP, co2546.*

⁵⁰ Maria do Carmo Sampaio Di Credito. *A propriedade da terra no Vale do Paranapanema – a Fazenda Taquaral (1850/1910), op. cit.*, pp. 77 e 83. Lençóis tinha 5.814 habitantes, em 1872, e 4.542, em 1886; Paranapanema, 3.205 habitantes em 1886; Tijuco Preto, 2.522 e 10.238 habitantes, respectivamente; Rio

só foi cartografada como um plano adjunto do desenvolvimento da já citada Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que uniu Bauru a Corumbá, inaugurada em 1905.⁵¹

A esse recorte multifacetado da província, podemos somar outras variantes, a começar pela região do Vale do Paraíba, cuja produção cafeeira, apesar de ainda intensa, dava sinais de esgotamento e forçava o deslocamento de escravos e da população livre para regiões de fronteira ou para os centros urbanos em expansão.⁵²

Também as cidades de Taubaté, Santos, Campinas e, principalmente, a capital de São Paulo, apesar de contarem com populações diminutas em relação à explosão demográfica das décadas seguintes, já se assentavam numa estrutura econômica e funcional própria, mantendo certa autonomia do entorno rural.⁵³ Campinas, município criado por um fundador “nomeado” no final do século XVIII, no bojo da administração de Morgado de Mateus, além de ser um centro urbano em expansão, concentrava, nas propriedades do entorno, uma população escrava de 9.966 mil indivíduos em um total de 41.253 habitantes, conforme indica o censo de 1886.⁵⁴ Como São Paulo e Santos, a cidade acolhia e distribuía os imigrantes que chegavam para trabalhar nas fazendas de café da região e do Oeste novo.⁵⁵ Era um município que, nas décadas de 1870 e 1880, se espremia entre os anseios de modernidade e uma atávica vocação rural: “*a capital agrícola da província*”, a “Princesa d’Oeste”, como foi alcunhada no final do século XIX. O capital acumulado desde o apogeu da produção açucareira e, depois pela, “onda verde”, foi investido “*numa série de ações patrocinadas e quotizadas pela sociedade senhorial dos barões do café para e pela*

Novo, 4.617 e 8.706 habitantes, respectivamente; Rio Bonito, 2.928 e 3.661, respectivamente; Rio Verde, 2.821 e 6.727, respectivamente. Dados coligidos por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit.

⁵¹ Nilson Ghirardello. *À beira da linha – formações urbanas da Noroeste paulista*, op. cit.

⁵² Sobre o desenvolvimento econômico do Vale do Paraíba, ver Maria Cristina Martinez Soto. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935*. São Paulo : Annablume, 2000 e Paula Beiguelman. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*, op. cit.

⁵³ Campinas tinha 31.397 habitantes, em 1872, e 41.253, em 1886; Santos, 9.191 e 15.605 habitantes, respectivamente; Taubaté, 18.933 e 19.501 habitantes, respectivamente. Dados coligidos por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit. São Paulo, Santos, Campinas e Taubaté, nessa ordem, eram as cidades mais ricas da província no biênio de 1885 e 1886, no que concerne a distribuição de rendas. Joseph Love. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira*, op. cit., tabela 1.7, p. 54.

⁵⁴ *Apud*. Ulysses C. Semeghini. *Do café à indústria – uma cidade e seu tempo*. Campinas : Editora da Unicamp, 1991.

⁵⁵ Para a gênese da cidade, ver Odilon Nogueira de Mattos. “Campinas: de freguesia a metrópole. Um breve roteiro para sua história”, in: Lília Inês Zanotti de Medrano e João Miguel Teixeira de Godoy (orgs.). *Campinas – visões de sua história*. Campinas : Editora Átomo, 2006.

cidade".⁵⁶ José Roberto do Amaral Lapa, ao estudar as transformações urbanas campineiras, lembra que é na "área que se define a expansão cafeeira, modelando propriedades e relações sociais de produção, vontades e comportamentos, que a modernidade se abaterá sobre o espaço urbano, exigindo para sua admissão o controle social e político desse espaço". Segundo o autor, esse impulso de modernidade era obstado pela tradição despojada dos que enriqueceram à custa do açúcar e criaram uma "civilização caipira", que só com muito custo "quebrou a auto-suficiência rural dos engenhos e fazendas de café".⁵⁷

Santos, por seu turno, apresentava dois atributos particulares que a singularizavam. Primeiro, sua vocação portuária e, segundo, o desenvolvimento primordial de atividades comerciais e de serviços, em prejuízo da produção agrícola.⁵⁸ Conforme sintetiza Anna Lucia Duarte Lanna, a origem urbana santista derivava da "*presença de uma elite de cunho comercial e origem portuguesa, fortes clivagens sociais, predomínio de população urbana e uma estreita e tensa relação com o planalto em torno da qual vai se construindo a imagem de cidade livre e independente*".⁵⁹

Em resumo, a distribuição desigual dos escravos (concentrados nas fazendas cafeeiras do Oeste novo), muitos deles alheados do jugo ferrenho, que vigorava nas grandes unidades produtoras, o largo grau de autonomia do estrato livre da população em relação aos grandes proprietários e as formas de ocupação econômicas foram clivados na proporção das variações regionais. O panorama da província aparece, então, como um retrato multifacetado de atividades e ocupações, coordenadas, em parte, pelas características inerentes a cada localidade. Mesmo o acesso à terra, que a partir da Lei de 1850, condicionou o domínio fundiário à existência de um título cartorial, extinguindo a

⁵⁶ Maristela Coccia de Souza. "Fênix adoecida: higiene, habitação e população pobre em Campinas, em fim dos oitocentos", in: Lilia Inês Zanotti de Medrano e João Miguel Teixeira de Godoy (orgs.). *Campinas – visões de sua história*, Campinas : Editora Átomo, 2006, p. 74.

⁵⁷ José Roberto do Amaral Lapa. *A cidade: os cantos e os antros*. São Paulo : Edusp, 1995, pp. 20 e 23.

⁵⁸ Zélia Cardoso de Mello & Flávio A. M. Saes comprovam a hipótese levantada nos documentos: "*Santos era, juntamente com São Paulo, município com predomínio de população urbana e vinculada a atividades comerciais. Teve seu processo de crescimento associado e semelhante ao da capital distinguindo-se dos demais núcleos urbanos paulistas. Apesar disso, a cidade de Santos não conseguiu um desenvolvimento e diversificação tal como o que ocorreu em São Paulo, com a transformação das iniciativas locais em empresas de maior porte*". Zélia Cardoso de Mello & Flávio A. M. Saes, "Características dos núcleos urbanos em São Paulo", in: *Revista de Estudos Econômicos* 15 (2), maio/agosto de 1985. São Paulo, IPE, 1985, p. 326.

⁵⁹ Ana Lúcia Duarte Lanna. *Uma cidade na transição Santos: 1870- 1913*. São Paulo : Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996, p. 44.

propriedade de base consuetudinária, deve ser equacionado segundo a estrutura fundiária de cada região. Principalmente nas zonas de retaguarda, as terras abundantes e com baixa taxa de ocupação favoreceram a presença dos posseiros e estremeceram a relação de dependência destes para com os proprietários, que vêem arrefecido o poder de barganha e a tutela paternalista.⁶⁰ Até o conceito de dependência, ou de “clientela paternalista” – um truísmo básico presente nas análises sobre a integração da população livre pobre – deve ser relativizado, já que agregados propriamente ditos, aqueles que viviam de favor nas fazendas de café, abrangem uma parcela diminuta entre os habitantes livres do Centro Sul.⁶¹

Nas áreas de maior concentração de terra, principalmente nas zonas de fronteira do Oeste, o intenso dinamismo econômico e as dificuldades cada vez mais acentuadas de angariar mão-de-obra cativa fizeram multiplicar as formas de organização de trabalho e o poder de barganha dos trabalhadores nacionais, que, até meados da década de 1880, sofreram concorrência mitigada do braço estrangeiro. Devemos lembrar que as décadas de 1870 e 1880 foram períodos em que se clamava por mão-de-obra livre. Mesmo o poder público arrefeceu, por meio de reformas legais, os sistemas tácitos de constrangimento da população empobrecida pelas mãos dos grandes fazendeiros locais. A desmobilização da Guarda Nacional, o fim da polícia local, a imposição do sorteio para o recrutamento e a reforma eleitoral de 1881, que eliminou os votantes preliminares, elevando para 400 mil réis o piso censitário e abolindo o voto de analfabetos, visavam a diminuir o grau de dominação que jungia fazendeiros a roceiros e pequenos sitiantes. Com as mudanças, pretendia-se mitigar a amplitude de manipulação privada dessas vias diretas de barganhas, favores, punições e compromissos. As reformas pretendiam também evitar com que sitiantes e roceiros se distraíssem de suas tarefas originais num momento em que grassava grave crise de abastecimento, devido à supressão das pequenas roças de subsistência, gradativamente engolidas pela monocultura cafeeira.⁶²

Como resultante, essas diferenças regionais levavam a polícia a deparar realidades distintas, marcadas justamente pelas particularidades locais. A tranquilidade e a segurança

⁶⁰ Hebe Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

⁶¹ Maria Odila da Silva Dias. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*, in: Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo : Contexto/USF, 1998, p. 61.

⁶² Maria Odila da Silva Dias. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*, op. cit., p. 66.

pública variavam de acordo com “problemas” localizados. Assim, se no Oeste paulista, a ordem pública era constantemente turbada pela ameaça de rebeliões escravas ou pela presença indistinta de imigrantes estrangeiros, a exemplo das levadas de imigrantes portugueses contratados para construção da malha ferroviária; no Alto do Paranapanema, os fazendeiros locais sofriam com o ataque dos índios.

No primeiro caso, é esse panorama tenebroso que é pintado pelo delegado de Descalvado, em 1883, onde a ordem é ameaçada pela mistura explosiva entre escravos e estrangeiros: dos 8.250 habitantes recenseados em 1886, 13,61% era de estrangeiros e 26,45% era de escravos matriculados.⁶³

*“A grande população estrangeira domiciliada no município ou com residência temporária; o espírito de nacionalidade, aliás, muito responsável que anima os indivíduos que a compõem sempre agrupados a se manifestarem pela força bruta a favor de seus respectivos compatriotas, não só em brigas e rixas, como em causas de mais importância; e acima de todas estas razões, a mais importante sobre a qual chamo a atenção de V. Exa. é a grande população escrava encerrada em grandes fazendas de café quase em contigüidade umas as outras e sofreada unicamente pela disciplina muitas vezes severa ao ponto de repugnar aos sentimentos de humanidade que seus proprietários são obrigados a manter (...) são providências que proporcionarão às autoridades o meio de prontamente poderem evitar alguma insurreição dos escravos, quando pressentida ou sufocá-la em seu começo”.*⁶⁴

No segundo caso, a barbárie é originária dos índios, os quais, segundo o delegado de Campos Novos, “*infestam os sertões desta zona*”. Num dos vários ataques relatados, eles teriam assassinado o fazendeiro Manoel Pereira Alvim, seu genro, Antonio Luis, e uma velha escrava, enquanto faziam a colheita no cafezal. O delegado, em desespero, informou

⁶³ O número de escravos refere-se aos cativos matriculados até 30 de março de 1887. Não estão computados os filhos de mãe escrava. Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*, op. cit. Robert Conrad mostra, inclusive, que a população escrava no Oeste paulista aumentou gradualmente entre 1874 e 1882. Particularmente em Descalvado, passou de 1.339 a 2.860. Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, op. cit.

⁶⁴ *Ofício do delegado de Descalvado para o chefe de polícia, em 17/01/1883. AESP, co2622.*

que as agressões são cada vez mais freqüentes e que os índios se aproximam cada vez mais das vilas. “*O terror popular é indescritível (...) e a população, seriamente ameaçada de morte, clama por providências enérgicas e seguras que a garante e a tranqüilize*”.⁶⁵

As duas situações, apesar de retratarem contextos diferentes, essencialmente possuem um fundo comum. Ambos os casos denotam o temor das autoridades diante do descontrole. Em outras palavras, o pedido, ou melhor, a súplica por auxílio policial, indica que o plano ambicioso de adestrar a população, incluídos índios e escravos, não surtia os efeitos desejados. Em uma ponta da província, os “gentios” rejeitavam as catequeses, as prédicas morais e os aldeamentos compulsórios⁶⁶; em outra parte, escravos se rebelavam contra a dominação senhorial e os imigrantes perambulavam sem tutela e sem respeito, refratários às restrições da hierarquia social. Diante da barbárie e do caos, clamava-se por uma ordem que se prenunciava quimérica. E a ordem desejada pelas autoridades públicas implicava obediência e deferência por parte daquela parcela da população que, aos olhos dos dirigentes, lhe era inatamente desafeiçoada. E, pelo menos na esfera institucional, o país tentava se equiparar aos modelos que queria alcançar. Não só emprestara das “nações civilizadas” as estruturas mais adequadas para garantir o cumprimento das leis, o respeito aos bens e à pessoa, em suma, para manter a tranqüilidade social, como idealizou e estruturou as forças policiais sobre princípios formais e ideológicos parelhos.

As forças policiais estrangeiras

Com efeito, fazia parte da agenda das forças policiais modernas durante o século XIX, a manutenção da ordem pública, antes mesmo das atribuições mais específicas do combate e detecção do crime, nas quais essas agências paulatinamente se especializaram a partir da habilitação de outros serviços da burocracia administrativa.⁶⁷ No decorrer daquele século, principalmente a partir da segunda metade, dois modelos de policiamento se destacavam no dito mundo civilizado: um era o modelo urbano inspirado na polícia londrina – a Metropolitan Police de Londres – e o outro era o modelo rural, de origem

⁶⁵ *Ofício do delegado de polícia de Campos Novos ao chefe de polícia, em 20/08/1887. AESP, co2676.*

⁶⁶ Sobre os projetos de catequização dos índios na fronteira com a província do Paraná, ver Maria do Carmo Sampaio Di Credito. *A propriedade da terra no Vale do Paranapanema – a Fazenda Taquaral (1850/1910)*, *op. cit.*

⁶⁷ Robert Reiner. *The police and politics*. Oxford : Oxford University Press, 2001; Eric H. Monkkonen. *Policing in urban America, 1860-1920*. Cambridge : Cambridge University Press, 2004.

francesa, cujo símbolo é a *gendarmerie*. Ambos os sistemas de policiamento foram copiados e adaptados pelos governos mundo à fora como parte do processo de burocratização e profissionalização das agências responsáveis pelo controle social.⁶⁸

No que concerne o policiamento urbano, a Metropolitan Police londrina ganhava status e fama como o mais moderno e eficiente de todo o mundo, espalhando-se pelas grandes cidades européias. A polícia londrina se tornou, ao longo do século XIX, o paradigma para o desenvolvimento de outras forças policiais urbanas na Europa, nos Estados Unidos e mesmo na América Latina.⁶⁹ No início do século XX, seus administradores se gabavam de gerenciar “*the best police in the world*”.⁷⁰ E o mito se fez em história. O modelo londrino de polícia urbana tornou-se, nas palavras de Haia Shpayer-Makov, “*um elemento indispensável da vida moderna*”.⁷¹

Paris, por exemplo, reorganizou sua guarda urbana dotando-a de uniforme, desarmando-a e privilegiando ex-militares, a partir de uma intensa reforma iniciada em 1854, com o intuito de substituir os antigos agentes à paisana – os *mouches* – recrutados entre os delinquentes e comandados, na década de 1830, pelo famigerado Vidocq, ele também um notório criminoso. Esse sistema, que se identificava “*ao mesmo tempo com a ordem e com a desordem, [pois eram] criminosos e protetores*”⁷², fomentava muitas críticas

⁶⁸ Um excelente sumário desse processo está em Clive Emsley. *Policing and its context*. Oxford : The Macmillan Press, 1983. Clive Emsley, Herbert Reinke, René Lévy fazem um grande apanhado sobre a bibliografia histórico-policia no Reino Unido, Alemanha e França. O estudo, entretanto, vai apenas até 1994. Clive Emsley, Herbert Reinke, René Lévy. “Les polices au XIXe et XXe siècles: aperçus sur les historiographies anglaise, allemandes et françaises”, in: *Cahiers de la sécurité intérieure*, n. 14, 3º semestre de 1994. Ver também Clive Emsley. “A typology of nineteenth-century police”, in: *Crime, histoire et sociétés/Crime, history and societies*, vol. 3, n. 01, 1999.

⁶⁹ Ver Clive Emsley. *The English police – a political and social history*. Essex : Pearson Education Limited, 1996, 2a edição; Wilbur Miller. *Cops and bobbies – police authority in New York and London, 1830 – 1870*. Ohio : Ohio State University, 1999, 2a Edição; Roger Lane. “Polícia urbana e crime na América do século XIX”, in: Michael Tonry & Norval Morris (orgs.). *Policiamento moderno*. São Paulo : EDUSP, 2003; Quentin Deluermoz. *Les policiers en tenue dans l’espace parisien (1854-1913) : la construction d’un ordre public*. Tese de Doutorado. Paris : Universidade Paris I - Sorbonne, 2006; Sandra Gayol. “Entre lo deseable y lo possible. Perfil de la policía de Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX”, in: *Estudios Sociales*, n. 10, 1996; Luís Antônio Francisco de Souza. “Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa”. *Revista Estudos Históricos* : Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.

⁷⁰ Barbara Weinberger. *The Best Police in the World: An Oral History of English Policing from the 1930s to the 1960s*. Londres : Scholar Press, 1995.

⁷¹ Haia Shpayer-Makov. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Burlington : Ashgate, 2002, p. 06. Um outro livro fundamental sobre a criação da nova polícia londrina é de Clive Emsley. *The English police – a political and social history*, op. cit.

⁷² Quentin Deluermoz. *Les policiers en tenue dans l’espace parisien (1854-1913) : la construction d’un ordre public*, op. cit. Uma ampla compilação sobre a história da polícia francesa está em Jean-Marc Bérlière. *Le monde des polices en France, XIX^{ème}-XX^{ème} siècles* : Bruxelles, Complexes, 1997.

por parte da imprensa, dos próceres e da população em geral⁷³, acarretando uma herança nefasta, a “*síndrome de Vidocq*”⁷⁴, espécie de “lenda negra”, que se impregnou no sistema de representações populares sobre a polícia urbana parisiense, ligada administrativamente à *Préfecture de police*.

Na carta de intenção dos reformadores franceses, a nova força se basearia sobre os princípios da modernidade que se pretendia instaurar naquela cidade presa ainda a recortes urbanísticos e culturais antiquados. Almejava-se, com o intercurso dos novos agentes da ordem, amplificar o “saneamento” do espaço público e o controle de uma população em franca expansão demográfica. Os *sergents de ville* “en tenue”, criados em 1829 (que se tornaram *gardiens de la paix* a partir da 3ª República), proveriam um policiamento regular, de ampla visibilidade, em constante movimento e organizado segundo uma decupagem lógica do espaço público. Representariam, enfim, o espírito de um novo tempo, simbolizado concomitantemente pelo golpe de 2 de Dezembro, que inaugurou o 2º Império, sob a batuta de Luis Napoleão; pela Exposição Universal de Paris e concretizado pela reforma haussmaniana.⁷⁵

Imbuídos dessa aura de modernidade, os novos agentes e o novo sistema londrino-parisiense de policiamento urbano, talvez impulsionado pela prevalência cultural francesa sobre a porção do planeta que se pretendia civilizada, passaram a causar furor entre os departamentos de polícia mundo à fora. Nos *Archives de la Préfecture de Police de Paris* descansa toda uma série de correspondências trocadas entre as autoridades parisienses e as de países como Áustria, Turquia, Japão, Inglaterra, Rússia, Alemanha, EUA, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Portugal. Por evidente, não poderiam faltar ofícios permutados pelas polícias de Argentina, Uruguai e Brasil. Todas elas solicitavam informações sobre a organização, regulamentos, normas, além de dados estatísticos sobre o policiamento parisiense.⁷⁶

⁷³ Quentin Deluermoz. *Les policiers en tenue dans l'espace parisien (1854-1913) : la construction d'un ordre public*, op. cit., p. 53.

⁷⁴ Jean-Marc Bérlière. *Le préfet Lépine, vers la naissance de la police moderne*. Paris : Denoel, 1993, p. 118.

⁷⁵ Quentin Deluermoz. “Paris sous le rapport de la police. Incertitudes et mutations dans les politiques de sécurité urbaine : 1854-1896”, in *Cahiers de la Sécurité Interieure*, n. 16, 2006.

⁷⁶ Agradeço a Quentin Deluermoz que me alertou sobre essa documentação. Em 1883, por exemplo, o representante da polícia de Buenos Aires escrevia um ofício para seu colega parisiense. Dizia que “*empeña do em dar à la policía de esta capital una organizacion posicionada al adelanto de todas nuestras instituciones, he adquirido numerosos libros sobre las policias de las principales ciudades à fin de estudiarlas y tomar de ellas aquello que pueda ser convenientemente aplicado aqui (...) En una palabra, los reglamentos que rigen*

O governo brasileiro também privava de uma íntima parceria. A Legação Imperial em Paris, por intermédio do Chevalier d'Araujo, solicitava diretamente ao *préfet de police* “para uso do governo, as informações sobre a organização e as atribuições do departamento confiado a sua direção”. Em resposta, o *préfet* forneceu documentos contendo o orçamento da cidade e das prisões, além de dados sobre a organização dos *gardiens de la paix*. Em 1885, um novo pedido da Legação Brasileira em Paris requisitava informações sobre o *service des mœurs* realizado pela polícia parisiense.⁷⁷

Assim, podemos sugerir, sem erro, que as forças de policiamento urbano no Brasil, criadas a partir da segunda metade do século XIX, foram tributárias das congêneres européias. A criação da Guarda Urbana no Rio de Janeiro, em 1866, no bojo do conflito no Paraguai, foi diretamente inspirada na polícia londrina, conforme justificava o ministro da Justiça para quem a nova força era “uma imitação da polícia da cidade de Londres, também adotada em Paris (...)”.⁷⁸ Por sua vez, a Companhia de Urbanos de São Paulo, surgida em 1875, como veremos mais adiante, nasceu com o propósito de ser uma força polida e elitista. Sem dúvida, os governantes paulistas se espelharam na polícia londrina, em que os *bobbies*, ao menos no discurso, desfilavam sua cordialidade e altivez, dirimindo conflitos à base da paciência, da sagacidade e do discernimento.

O modelo gendármico

Na França, por seu turno, o Estado napoleônico almejava levar sua burocracia administrativa unificada às regiões recalcitrantes, em que os costumes e os idiomas locais

todos los detalles internos de la organizacion del servicio y del personal de policia”. A relação entre os dois departamentos vinha de longa data, já que desde 1871 a polícia buenairense se dirigia à sua congênera francesa para tomar informações. *Ofício de Marcos Paz ao préfet de police, em 17/05/1883*. Archives de la Préfecture de Paris. Série DB 4.

⁷⁷ *Correspondência entre a Legação Imperial brasileira e a Préfecture de Police, em fevereiro de 1875*. Archives de la Préfecture de Paris. Série DB 4.

⁷⁸ Durante sua existência, a Guarda Urbana carioca recebeu diversas críticas devido à frouxidão disciplinar dos agentes e, foi abolida, em 1885, conforme Thomas H. Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1997, pp. 216 e ss. Uma nova guarda civil, estabelecida sob o signo da modernidade só foi implantada, no Rio de Janeiro, em 1905, conforme Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997. Sobre a polícia urbana de Porto Alegre, ver Claudia Mauch. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul : Edunisc/Anpuhrs, 2004 e Paulo Roberto Staudt Moreira. “E a rua não é do rei. Morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre, século XIX”, in: Paulo Roberto Staudt Moreira e Acácia Hagen (orgs.). *Sobre a rua e outros lugares - reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre : Caixa Econômica Federal, 1995.

muitas vezes erguiam-se infensos à assimilação pela lei e cultura oficiais. O instrumento mais adequado para “portar a bandeira”⁷⁹, num evidente esforço colonizador, era a força policial centralizada e militarizada – a *gendarmerie imperiale*.⁸⁰ Os regimes políticos subseqüentes – principalmente os golpistas – associaram à manutenção da ordem à manutenção do *status quo* e à supressão das manifestações de fundo libertário, a exemplo das revoltas de 1848 e 1870.⁸¹ Em defesa do governo de plantão, a polícia e a *gendarmerie* eram manipuladas como verdadeiras guardas pretorianas.⁸²

O modelo gendármico – militarizado, nacional e rural – foi adotado por outras nações européias no curso do século XIX, dentre os quais a Espanha (Guardia Civil)⁸³, Irlanda (Royal Irish Constabulary), Holanda (Marechaussée)⁸⁴, estimulados pela aura cavalheiresca que transparecia daquela força policial nos seus primeiros anos de existência, num período de florescimento do movimento romântico na Europa. No entanto, foi entre os países em vias de unificação que gendarmerias epígonas fincaram raízes mais profundas. Uma polícia nacional militarizada, constituída ao estilo francês, sobreviveu à derrocada de Napoleão na Itália, na Rússia e na Prússia, tornando-se um instrumento importante da autocracia central para levar às províncias a burocracia centralizada, seduzir os princípios locais e, por que não, subjugar à baioneta os relutantes.⁸⁵ É evidente que a *gendarmerie*,

⁷⁹ Termo cunhado por Clive Emsley. “Evolution de la gendarmerie au milieu rural, de l’Empire à nos jours”, in: *Cahiers de la sécurité intérieure*, n. 11, novembro de 1992-janeiro de 1993.

⁸⁰ Para a história da *gendarmerie* na França, sugerimos o recente e completíssimo trabalho de Arnaud-Dominique Houte. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*. Tese de Doutorado. Paris : Université Paris IV – Sorbonne, 2006, a coletânea organizada por Jean-Noël Luc (org.). *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle*. Paris : Publication de la Sorbonne, 2002 e também de Jean-Noël Luc (dir.). *Histoire de la Marechaussée et de la gendarmerie. Guide de recherche*, Maisons-Alfort : SHGN, 2005. Sobre as forças de base gendármica em outros países europeus, ver Clive Emsley. *Gendarmes and the State in Nineteenth-Century Europe*. Oxford : Oxford University Press, 1999.

⁸¹ Jean-Marc Bérlière. “Du maintien de l’ordre républicain au maintien républicain de l’ordre”, in: *Genèses*, 12, maio, 1993; Société d’histoire de la révolution de 1848 et des révolutions du XIXe siècle. *Maintien de l’ordre et polices en France et en Europe au XIXe siècle*. Paris, Créaphis, 1987.

⁸² Terry Strieter. “Louis Napoleon’s coup d’état and the police: the activities of the gendarmes during 2 December”. *Proceedings of the Annual Meeting of the Western Society for French History*, 19, 1986.

⁸³ Jean-Paul Le Flem. “La création de la *Guardia Civil* et le modèle gendarmique français (1808-1844)”, in: Jean-Noël Luc (org.). *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle*. Paris : Publication de la Sorbonne, 2002.

⁸⁴ Cyrille Fijnaut. “De la gendarmerie hollandaise à la marechaussée royale des pays-bas (1805-1815)”, in: Jean-Noël Luc (org.). *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle, op. cit.*

⁸⁵ Michael Broers. “La gendarmerie au XIXe siècle: les origines d’un modèle”, in *Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 11, novembro de 1992-janeiro de 1993. Ver também Jean-Noël Luc. “La gendarmerie en Europe – l’exportation du modèle français – Introduction”, in: Jean-Noël Luc (org.). *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle, op. cit.* Especialmente para o caso italiano, ver Michael Broers. “De la gendarmerie impériale à la Carabiniere Reale: l’expérience policière piémontaise, premier exemple d’exportation du

assim como outros aparelhos jurídico-policiais, influenciaram o arcabouço formal de instituições em Estados sul-americanos em vias de organização pós-emancipação política. O Brasil, com seus Corpos Policiais Permanentes, e o Chile, beberam da fonte européia.⁸⁶

Podemos sugerir que, a partir de um prisma localizado, a história do desenvolvimento das forças policiais modernas, ou melhor dizendo, a história dos projetos e teorias que justificaram a criação e a formalização dessas organizações, está imbricada com a construção da legitimidade da intervenção estatal, seus limites e espaços de negociação. Essa observação é particularmente sensível no Brasil, que, talvez como nenhum outro país do mundo, no momento em que formalizou seu arcabouço burocrático, estabeleceu as linhas básicas de governo e de administração pública por meio de um vocabulário eminentemente pautado na justiça criminal. Em outras palavras, no Brasil, durante o processo de formação de um Estado independente, a estrutura legal e institucional que deveria reger a vida das gentes pressupôs um controle eminentemente jurídico-policial. Num primeiro momento, a partir de uma proposta liberal e descentralizada – que privilegiava a garantia de direitos individuais e o respeito à lei; mais tarde, descambando para a centralização do poder e para a primazia da autoridade pessoal.⁸⁷

Sem cair na polêmica extenuada sobre o lugar das idéias⁸⁸, buscou-se adotar os modelos estrangeiros de policiamento mais pertinentes às realidades práticas, cada qual respondendo as necessidades mais pungentes de manutenção da ordem e que variavam no tempo e no espaço. Principalmente no último quartel do Dezenove, algumas cidades esboçaram instituir uma estrutura civilista e amparada pelos ideais desejados de temperança e decoro, transparecidos pelo próprio projeto de polícia urbana.⁸⁹ Na hinterlândia largamente rural, que ocupava a maior porção do território, a distância da população

modèle français”, in: Jean-Noël Luc (org.). *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle*, op. cit. Para o caso russo e prussiano, ver Clive Emsley. *Gendarmes and the State in Nineteenth-Century Europe*, op. cit.

⁸⁶ Para o caso chileno, ver Fernando Bustamante. “Origine du corps de Carabiniers du Chili – militarisation de la sécurité publique et influence des modèles européens sur l’organisation de la police chilienne”, in: *Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 11, novembro de 1992-janeiro de 1993.

⁸⁷ Sobre o assunto, ver Marcos Luiz Bretas. “A polícia carioca no Império”, in: *Estudos Históricos*, n. 22, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

⁸⁸ Trata-se do célebre debate que se estabeleceu entre Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwartz na década de 1980. Ver Roberto Schwartz. “As idéias fora do lugar”, in: Roberto Schwartz. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo : Editora 34/Duas Cidades, 1998 e Maria Sylvia de Carvalho Franco. “As idéias estão no lugar”, in: *Cadernos Debate*, n. 01. São Paulo : Brasiliense, 1976.

⁸⁹ Citamos as guardas urbanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1881, forças policiais correlatas foram criadas em Santos e Campinas.

desclassificada do núcleo civilizatório impunha a presença mais ostensiva e marcante dos representantes do Estado, funcionando como agentes replicadores de uma ordem desejada. Exigia-se, assim, uma força militarizada, centralizada, armada e altamente disciplinada, a exemplo da *gendarmerie* francesa.⁹⁰

É dessa organização que trataremos a seguir.

A organização policial no Brasil

A estrutura jurídico-policial brasileira já foi tratada em detalhes em trabalhos anteriores.⁹¹ Aqui, para além de recuperar os formalismos dessa organização, nos interessa perceber como seus agentes traduziam sobre o terreno essas instruções, bem como resgatar, a partir das práticas sociais, a resposta das instituições às limitações que se lhe apresentavam a partir das variantes situacionais.

São duas as “linhagens” policiais que atuavam nas décadas de 1870 e 1880. Do topo para a base, a primeira delas tem início com o chefe de polícia, passa por delegados e subdelegados, e termina com os carcereiros e inspetores de quarteirão. É tentador para o analista aproximá-la do que hoje se convencionou denominar de polícia civil ou judiciária, isto é, o ramo policial encarregado de agir após a ocorrência do evento, num trabalho de inteligência e investigação, auxiliando a instrução do processo crime, principalmente na construção do inquérito policial. Ocorre que essa analogia arrisca-se a se tornar anacrônica, primeiro pela complexidade das funções desses agentes, que, como veremos, extravasava o combate à criminalidade; e, depois, porque serviços especializados de investigação criminal datam das reformas policiais instituídas na República.⁹²

⁹⁰ A ambigüidade entre as duas forças, uma rural e outra urbana, com todos os atributos que caracterizam cada uma delas, aparece com frequência nos sistemas de representação na França. Segundo Quentin Deluermoz, “*gendarmes e sergents de ville aparecem pouco a pouco como figuras nacionais, mas ilustram versões diferentes da nação. De fato, eles remetem a dois universos específicos: um é rural, forte, vigoroso e próximo da população, enquanto o outro é o agente da capital, marca de civilização e modernidade*”. Quentin Deluermoz. “Images de policiers en tenue, images des gendarmes – vers un modèle commun de représentants de l’ordre dans la France de la seconde moitié du XIXe siècle”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003, p. 203.

⁹¹ Thomas Flory. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política en el nuevo estado*. México : Fondo de Cultura Económica, 1986.

⁹² Para a organização da polícia na República, ver Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997 e Luis Antônio Francisco de Souza. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de Doutorado : USP. São Paulo, 1998.

O cargo de chefe de polícia, de sua criação, em 1827, até a promulgação da Lei de Interpretação de 1841, tinha um caráter meramente decorativo. A chefatura de polícia, outorgada a um magistrado togado, fazia de seu titular um “*nome vão*”, sem “*jurisdição para passar um só mandado de prisão*”, segundo estatuiu o Ministro da Justiça, em 1833.⁹³ Ou, como afirmou o Visconde de Uruguai trinta anos depois, “*ele era menos que um juiz de paz*”.⁹⁴ A partir daquela reforma legal, o chefe de polícia passou a ser um personagem central na administração policial e política, assumindo, junto com delegados e subdelegados, as funções judicantes que estavam a cargo do juiz municipal. Também participavam intensamente das barganhas e negociações municipais pelo controle do poder local. Se de um lado, a otimização do serviço policial demandava práticas baseadas em pressupostos de racionalidade administrativa, isto é, a distribuição econômica dos recursos disponíveis, a impessoalidade e imparcialidade dos agentes, a observância equânime na aplicação de leis e na distribuição das punições; na prática, a lógica que informava o trabalho policial se desviava dos princípios modernos da burocracia já no ponto de partida. A estrutura policial, após a reforma de 1841, passou a se basear na aguda concentração de poder nas mãos do chefe de polícia, que delegava as atribuições seguindo uma orientação arbitrária e interesseira, que não era orientada por quaisquer princípios formais.

Desse modo, abria-se à pessoa do chefe de polícia e, em menor grau, a seus subordinados, uma perspectiva quase ilimitada do poder regulador, uma vez que à rigidez e à amplitude normativa, somava-se sua autoridade de fundo carismático, aproveitando a terminologia weberiana, ainda mais considerando-se que outras instâncias administrativas, ou simplesmente inexistiam, ou tinham um funcionamento incipiente. Debruçando-nos sobre a documentação, transparece com nitidez a alta carga de pessoalidade presente em suas decisões e, em sentido inverso, o lugar altaneiro em que era colocado pelos administrados, os quais costumavam se dirigir à sua figura com a mesma deferência – ao

⁹³ *Apud.* Thomas Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, op. cit., p. 104.

⁹⁴ *Apud.* Wellington Barbosa da Silva. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*, tese de doutorado. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 125. O juiz de paz, eleito localmente, até a reforma centralizadora de 1841, concentrava o grosso do poder judicante e policial. Com a reforma, suas atribuições foram bastante limitadas. Ver Thomas Flory. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política en el nuevo estado*, op. cit. Uma descrição das atribuições legais do chefe de policía está em Luiz Antonio Francisco de Souza. *São Paulo: polícia urbana e ordem disciplinar. A polícia civil e a ordem social na Primeira República*. Dissertação de mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 1992, pp. 84 e 87.

mesmo tempo íntima, subserviente e mística – com a qual se esperava que agraciassem o Imperador.

De fato, era justamente à chefia de polícia que convergiam todos os sobressaltos que atribulavam a vida cotidiana da província. Seu titular firmava-se como o repositório final de todos os problemas e queixumes que afligiam a população. Das graves insurreições de escravos de fins dos anos 1880 a apelos para se impedir um casamento indesejado, a autoridade policial máxima – como um olho panóptico – se apercebia de tudo e para tudo dava um despacho, mobilizando as várias instâncias do policiamento que lhe estavam disponíveis.

O chefe de polícia tinha um condão demiúrgico. Espetáculos e eventos passavam pelo crivo censor das autoridades policiais e sua realização dependia de um despacho favorável. Seu poder se mostrava quase irrestrito, estendendo-se sobre vários aspectos do cotidiano da população. Em última instância, regulava, inclusive, a faculdade de ir e vir das pessoas, ao conceder passaportes, autorização para viagens, salvo-condutos para escravos. E ele agia baseado muito mais em conveniências íntimas do que em qualquer regulamentação burocrática. Também era o chefe de polícia que aviava atestados de boa conduta solicitados pela gente do povo.

Já os delegados eram nomeados pelo governo imperial através dos presidentes de província. Eles foram o símbolo do processo de centralização do poder encetado com o Ato de Interpretação, que restringiu as prerrogativas dos governos provinciais. Só em 1871, com o advento de uma nova reforma legislativa, limitaram-se o poder judicial das autoridades policiais, restrito aos termos de bem viver e termos de segurança. Entretanto, o poder judicante concentrado nas mãos de delegados e subdelegados não diminuiu à proporção desejada pela reforma liberal, já que permaneceram responsáveis pela elaboração do inquérito policial, peça essencial que instruía o julgamento posterior dos magistrados, por meio do qual ainda podiam manipular a consecução do julgamento judiciário.⁹⁵

Vale lembrar que a função de delegado e subdelegado era, de acordo com o Regulamento 120, de 31 de janeiro de 1842, graciosa, litúrgica, compulsória, de nomeação

⁹⁵ Sobre o papel dos delegados, ver Luis Antônio Francisco de Souza. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*, op. cit.; sobre o poder judicante da polícia, ver Thomas Holloway. “The Brazilian ‘judicial police’ in Florianópolis, Santa Catarina, 1841-1871”, in: *Journal of Social History*, n. 20, vol. 04, verão de 1987.

exclusiva do presidente da província, que podia (e assim era praxe) receber indicações dos notáveis locais (magistrados, vereadores, cúpula partidária). Era função dos delegados e subdelegados zelar pela manutenção da ordem pública, além de desempenhar funções administrativas, como ajudar na organização das eleições gerais e locais, bem como fazer valer as normas dispostas nos códigos de posturas municipais e, como visto, após a lei de 1871, preparar os inquéritos policiais que instruíam as decisões judiciais.⁹⁶ Para além, desempenhavam uma função patrimonial, servindo como suportes para a realização de medidas administrativas e de governança indireta. Assim, a investidura de titulares e suplentes dependia das complexas tramas políticas, que se desdobravam desde o cume da administração Imperial, na Corte, até as mais remotas freguesias de São Paulo. Muitos fatores concorriam para que se nomeasse ou exonerasse uma autoridade: desde a mudança de gabinete até a denúncia de peculato, passando pela ascensão de um grupo rival.

Principalmente nas localidades menores, o governo tinha muitas dificuldades de completar os postos vagos. As queixas de lacunas eram freqüentes. A rotatividade do cargo também se mostrava marcante. São poucos os exemplos de delegados e subdelegados que permaneceram vários anos na função, desafiando alterações políticas ou controvérsias locais. O serviço não-remunerado muitas vezes não valia as compensações laterais que o uso do fitão, o símbolo por excelência da autoridade policial, proporcionavam. Assim, as queixas e pedidos de desligamento eram igualmente copiosos. E, apesar da obrigatoriedade do aceite, muitas declinações eram acolhidas pelo governo.

É difícil traçar um perfil e a biografia do delegado-médio. Talvez nas cidades maiores – como São Paulo, Santos e Campinas – ele gozasse de um prestígio social mais eminente: magistrados, deputados, vereadores e grandes negociantes exerceram o cargo. Alguns, vê-se pela correspondência compulsada, manejavam a contento o vernáculo e logravam concatenar as idéias de forma organizada e escorreita. Mas se por um lado não nos é permitido, baseando-nos na documentação disponível, lhes esmiuçar rigorosamente o traço socioeconômico, ao menos nossa impressão empírica é que esses também eram a exceção. Nos recantos mais isolados e empobrecidos, infere-se que pertenciam,

⁹⁶ Ver Thomas Flory. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política en el nuevo estado*. México, op. cit.; Luis Antônio Francisco de Souza. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*, op. cit.; Beatriz Westin Cerqueira Leite. “A reforma judiciária de 1871 e sua discussão no Senado do Império”. *História*, n. 1, 1992.

notadamente os subdelegados, a um estrato mais modesto – sitiantes ou pequenos negociantes – e se faziam títeres dos grandes fazendeiros. Amadores nas lidas administrativas, ao contrário dos magistrados, que recebiam treinamento formal, raramente se destacavam na seara intelectual, alguns, inclusive, foram acusados de serem analfabetos. Ocorria também de, nas localidades mais sertanejas, certos potentados assumirem de próprio punho (ou investirem algum parente próximo) a jurisdição.

As forças policiais em ação

A segunda linhagem envolve as forças policiais incumbidas do policiamento administrativo, isto é, trata-se dos agentes estatais uniformizados, armados e remunerados que cuidam da manutenção da ordem pública, ao desempenhar uma série de serviços policiais em contato direto com a população. Durante o período estudado, na província de São Paulo, as forças policiais eram compostas pelo Corpo Policial Permanente (doravante CPP), polícia local e Companhia de Urbanos. Também há a tendência de aproximar esse braço policial do que hoje se denomina de Polícia Militar, ou, no caso de policiamento urbano, da Guarda Civil Metropolitana.⁹⁷ Se é verdade que a literatura memorialística produzida pela própria corporação identifica a origem mitológica da PM atual nos primeiros corpos policiais criados em 1831, condescender com essa linearidade inconsútil seria leviano, uma vez que variantes formais, estruturais e de princípios interferiram na vida institucional desde então.⁹⁸

⁹⁷ A tentação de traçar uma linha cronológica inconsútil da trajetória institucional é cara a bibliografia panegírica da polícia. Um mito de origem, evidentemente glorioso e triunfal, está presente já no título da Canção da Força Pública, publicada em 1964, com letra de Guilherme de Almeida. O título *130 de 31* faz referência aos 130 policiais que compuseram o primeiro batalhão da Guarda Municipal Permanente, em 1831. “Sentido! Frente, ordinário, marcha!/Feijó conclama, Tobias manda/E, na distância, desfila e marcha/- Nova Cruzada, nova Demanda/um só por todos, todos por um/dos cento e trinta de trinta e um/Legião de idealistas/Feijó e Tobias/legaram-se aos seus, tornando-os vigias/da lei e paulistas/por mercê de Deus!/Ei-los que partem! Na paz, na guerra/-Brasil Império, Brasil República/seus passos deixam, fundo na terra/rastro e raízes: é a Força Pública/multiplicando-se por mil e um/os cento e trinta e um!/Missão cumprida em Campos de Palmas/Laguna, heroísmo na retirada/Glória em Canudos; e, de armas e almas,/ao nosso julho da clarinada sob as Arcadas vêm, um a um,/os cento e trinta de trinta e um!”. Apud. Waldyr Rodrigues de Moraes. *Milícia Paulista – história da polícia militar paulista*. São Paulo : Museu da Polícia Militar, 2003, 3 vol., p. 766.

⁹⁸ Entre outros, ver Euclides Andrade e 1º Tenente Hely F. da Câmara. *A força pública de São Paulo – esboço histórico – 1831 – 1931*. São Paulo : Sociedade Impressora Paulista, 1931; Hermes Vieira e Oswaldo Silva. *História da polícia civil de São Paulo*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1955; Laura Della Monica. *História da banda de música da polícia militar do Estado de S. Paulo*. São Paulo : Weril, 1975, 2ª edição; Cel. Arrison de Souza Ferraz. *Grandes soldados de São Paulo*. São Paulo : Serviço gráfico da Secretaria de Segurança Pública, 1960; Pedro Gagini. *Fragmentos da história da polícia de São Paulo*. São Paulo : s/e,

A organização formal e os princípios conceituais que regeram o desenvolvimento das forças policiais estão diretamente vinculados à primazia do aspecto rural da província em detrimento à urbanização ainda incipiente. O modelo gendármico francês, militarizado, foi o privilegiado pelo governo provincial. A intervenção pós-fato, isto é, levada a cabo depois de o evento criminoso ter se produzido, consistia numa característica fundamental do policiamento rural, reduzido a contingentes aquartelados em pequenos destacamentos esparsos pelo território. Nesses casos, um caráter policial preventivo, que visa antecipar (e evitar) a ocorrência do crime, a partir da presença ostensiva e regular (baseado num sistema de rondas) de policiais uniformizados, ficava prejudicado e foi voltado basicamente para o policiamento citadino, representado principalmente pela Companhia de Urbanos. Apesar de no contexto geral, uma força urbana ser a exceção à regra geral da província, cuja população rural era sobejamente superior, tratemos em primeiro lugar da Companhia de Urbanos.

A Companhia de Urbanos

A criação da Companhia de Urbanos, em 1875, pode ser considerada um marco na história da administração policial de São Paulo.⁹⁹ É de se perguntar por que, em determinado momento, o governo paulista decidiu criar uma força policial exclusivamente para cuidar de uma cidade que, naquele período, contava cerca de trinta mil habitantes e estava longe de se constituir um centro urbano com as dimensões da Corte, ou mesmo de Recife ou Salvador.¹⁰⁰

E o adjetivo ‘nova’ se aplica perfeitamente à ocasião. Afinal, sua estrutura funcional e regulamentar era inédita e bem diferente à dos outros corpos policiais. A Companhia de Urbanos se contrapunha aos policiais dos corpos de permanentes no sentido de que era uma

1966; José Canavo Filho. *Asas e glória de São Paulo: polícia militar*. São Paulo : CSM, 1977; Waldyr Rodrigues de Moraes. *Milícia Paulista – história da polícia militar paulista*, op. cit.

⁹⁹ Para um relato sobre o policiamento urbano em São Paulo na primeira metade do século XIX, ver Denise A. Soares de Moura. *Sociedade movediça – economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850*, op. cit., pp. 221 e ss. A autora mostra que até a metade do século a manutenção da ordem pública urbana ainda se valia das organizações de estirpe colonial – patrulhas litúrgicas e ordenanças. Nos primeiros anos da década de 1850 foi criada uma Companhia de Pedestres, que durou efêmeros dois anos. Em 1868, na documentação referente ao CPP, há uma lista de 12 guardas urbanos e três policiais que se ocupavam da capital. Eram praças do CPP lotados, os primeiros, na Câmara Municipal, e, os últimos, na Casa de Correção.

¹⁰⁰ De uma população de 31.385 habitantes, em 1872, São Paulo chegaria a 64.934, em 1890. São Paulo. *Memória urbana – a grande São Paulo até 1940*. São Paulo : Arquivo do Estado/Emplasa/Imprensa Oficial, 2001. 2 vol. Tabela 09.

organização desmilitarizada, cujo objetivo não estava marcado pela imposição *a posteriori* da ordem, isto é, após a ocorrência do fato; mas sim pela prevenção, evitando que o evento ilícito ocorresse. A autoridade dos urbanos não deveria manar da força repressiva, mas sim ser exarada pela presença ostensiva, polidez e amabilidade com que deviam tratar a população, atributos fundamentais prescritos pelo regulamento da instituição. Havia uma ressalva explícita no regulamento, dizendo ser “*absolutamente proibido aos guardas maltratar de qualquer maneira os presos, nem por palavras, nem por gestos, e muito menos fisicamente, podendo, porém, caso o réu não obedeça (...) empregar o grau de força necessário para efetuar a prisão*”. Também deviam “*mostrar-se polidos e corteses nas suas observações e respostas, abstendo-se de altercações com as pessoas que tiverem de prender ou conduzir à estação (...) revestindo-se de prudência (...)*”.¹⁰¹ Exigia-se, ainda, que o guarda soubesse ler e escrever, requisito não obrigatório aos seus homólogos permanentes.

A cidade de São Paulo, que no sonho de seus dirigentes e administradores ansiava ultrapassar a velha pecha de ser um mero “burgo de estudantes” a partir de um “segundo nascimento”,¹⁰² movia-se pudicamente no sentido de encampar aspectos de uma modernidade insuflada pela sua inserção na dinâmica do capitalismo internacional, ditado pelo ideário da racionalidade, isto é, “*a premência do cálculo e da ação voltada para o maior benefício pelo mínimo custo*”.¹⁰³ As novas tecnologias oferecidas pelas empresas privadas de infra-estrutura – do bonde à iluminação a gás; do sistema de distribuição de água e de coleta de esgoto às reformas no traçado urbano; do telefone às ao calçamento das ruas – se de um lado açulavam o imaginário das elites, que emulavam nas análises mais extáticas o roldão inevitável do progresso, por outro, marcavam ainda muito timidamente nas décadas de 1870 e 1880 o novo cenário paulistano, que à pena se desvinculava do universo rural predominante e cujos limites permaneciam muito pouco nítidos.

Mesmo assim, num plano ideal, só uma força policial compatível com as novas demandas do progresso e da modernidade poderia ser eficaz na manutenção da ordem pública. Os guardas urbanos, vestidos nos seus uniformes janotas, alfabetizados e afeitos às

¹⁰¹ *Regulamento da Companhia de Urbanos de 30 de junho de 1876*. São Paulo : Typografia do Correio Paulistano, 1876. AESP, co2584.

¹⁰² Essa é a tese de Richard Morse. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo : Difel, 1974.

¹⁰³ Fraya Frehse. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. São Paulo : EDUSP, 2005.

malícias da cidade, funcionavam como o espelho e a antecipação do próprio progresso que, nos desígnios dos paulistanos de escol, seria alcançado sem demora. Assim, talvez obnubiladas pela ânsia da modernidade, as autoridades resolveram instituir uma força policial atualizada ao novo tempo, que se fizesse presente e ostensiva nesse espaço público que se desejava novo, apesar de ritmos e mentalidades ainda martelassem em passo tradicional.¹⁰⁴ Era essa o espírito que inspirava o projeto para a criação da Companhia de Urbanos:

*“A população desta província vai aumentando em número, riqueza e extensão (....) Talvez fosse conveniente criar-se uma seção de companhia de 40 a 50 praças, comandados por um oficial subalterno para policiar unicamente a capital, ficando esta força sob a imediata direção do Chefe de Polícia. As praças engajadas para esta seção de companhia deverão vencer melhor soldo do que as outras e gozar de certas vantagens que convidem a indivíduos de reconhecida moralidade e de aptidão especial para este serviço”.*¹⁰⁵

Por outro lado, na capital e nas cidades mais populosas da província, como Santos e Campinas, o sentimento de insegurança e de apreensão medrava, pelo menos no que concerne à impressão recolhida na correspondência policial. A presença crescente de estrangeiros em mobilidade, que escapavam do jugo dos contratos de trabalho nas fazendas ou mesmo permaneciam particularmente em São Paulo, sem jamais rumar ao interior e que

¹⁰⁴ O pioneirismo dessa interpretação é de Maria Odila L. S. Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo : Brasiliense, 1984. No mesmo sentido, ver também Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas - escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo : Editora Hucitec, 1998. A idéia dessa contradição de ritmos é muito bem analisada em Fraya Frehse. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império, op. cit.* Uma análise teórica do assunto está em José de Souza Martins. “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil”, in: José de Souza Martins. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo : Hucitec, 2000. Uma história da normatização de hábitos populares, a partir da proibição do uso de rótulas e gelosias nas janelas foi feito por Paulo César Garcez Marins. *Através da rótula - sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 1999, principalmente o capítulo 4. Ver também Alzira Lobo de Arruda Campos. “Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista”, in: Paula Porta (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*, volume 2. São Paulo : Paz e Terra, 2004.

¹⁰⁵ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Exmo. Sr. Dr. João Theodoro Xavier, presidente da província no dia 5 de fevereiro de 1873*. São Paulo : Typ. Americana, 1873, relatório anexo do chefe de polícia, p. 16, *apud*, Heloisa Rodrigues Fernandes. *Política e segurança*. São Paulo : Editora Alfa-ômega, 1974, p. 100.

forçavam o inchamento demográfico da cidade¹⁰⁶, alarmava o chefe de polícia, que clamava pela ampliação da rede policial: “*O pouco tempo de exercício no cargo de chefe de polícia da província me tem feito conhecer a necessidade de prover não só a repressão dos crimes, como a prática deles. O crescido número de estrangeiros que diariamente estabelecem-se nesta cidade, a freqüência de passageiros de todos os pontos da província que transitam e pernoitam na capital, enfim o desenvolvimento que tem tido a população nos diversos bairros da cidade, me trazem a presença de V. Exa. para propor a criação de mais um delegado de polícia (...)*”¹⁰⁷.

Essa preocupação também se reflete no aumento constante do efetivo da Companhia de Urbanos ao longo dos anos analisados, conforme indica o quadro 1.

Quadro 1 – Efetivo legal previsto para a Companhia de Urbanos

Ano	Urbanos	Ano	Urbanos	Ano	Urbanos
		79/80	120	84/85	160
75/76	61	80/81	148	85/86	160
76/77	40	81/82	153	86/87	160
77/78	120	82/83	150	87/88	190
78/79	120	83/84	150	88/89	230

Fonte: Coleção de leis e decretos da província de São Paulo

A polícia urbana é criada, então, como um mecanismo público que devia encampar esse ideário quase utópico de modernidade. Dessa forma, o CPP e a polícia local – vinculados à imagem arcaica e retrógrada do universo rural – se mostrariam instituições obsoletas e inadequadas para desempenhar o policiamento citadino. O guarda urbano surgia como um personagem novo na cena da cidade, assim como o eram os funcionários das empresas concessionárias: o cobrador, o acendedor de lampião, o condutor de bonde. Acima de tudo, ele deveria funcionar como a ponta-de-lança do Estado num espaço tenso e conflituoso de transição, representado pela coexistência da mentalidade ainda subsistente – própria de uma sociedade ferrenhamente escravista e hierarquizada – e cujo ritmo de

¹⁰⁶ Maria Inez Machado Borges Pinto. *Cotidiano e sobrevivência - a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 - 1914)*. São Paulo : Edusp, 1994, pp. 44 e 45.

¹⁰⁷ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 29/05/1879*. AESP, co2591.

transformação era lento – com o desejo das elites de equiparar a cidade a suas congêneres européias. O guarda urbano deveria servir, então, como um agente essencial na reeducação de hábitos e reequação de espaços públicos.¹⁰⁸ A Companhia de Urbanos, pode-se dizer, inscrevia-se no bojo de um projeto político amplificado que visava à ordenação do espaço público urbano “*capaz de coibir usos e costumes pautados pela violência, arraigados e legitimados nas relações pessoais de dependência*”.¹⁰⁹

As forças rurais

Se os guardas urbanos foram a realização possível de se colocar a capital no ritmo de um progresso desejado, porém irrealizado, as demais forças policiais paulistas refletiam a dinâmica rural brasileira e eram esquematizadas para lidar com os problemas oriundos dessa tradição. O CPP e a polícia local, apesar de essencialmente desempenharem o mesmo serviço, qual seja, a manutenção da ordem na hinterlândia paulista, estão assentados em princípios conceituais divergentes, que marcam duas impressões conflitantes sobre, em primeiro lugar, a maneira com que o Estado se relaciona com seus administrados, e, em segundo, sobre as concepções gerais que os dirigentes tinham do policiamento.

Enquanto o CPP coroava o desenvolvimento de uma força burocratizada, vinculada ao poder central, orientada por princípios impessoais e liberais, caros à administração moderna, que visavam não apenas à prevalência da lei, mas ao estabelecimento de um sistema racional e meritório de funcionamento interno, fortemente influenciado pelo controle disciplinar corporativo; a polícia local organizava-se em âmbito municipal e estava muito mais sujeita aos humores vacilantes das contendidas de poder no interior das localidades, além de não estabelecer critérios corporativos ou disciplinares rigorosos.

Também as discrepâncias conceituais que as orientavam causaram choques e controvérsias que não só interferiram com o policiamento cotidiano, como igualmente denotam o processo tortuoso de implementação de instâncias regulatórias impessoais num período de crise escravista e de turbulências sociais. Várias tentativas de ajustes se

¹⁰⁸ Uma história do policiamento da capital, em contexto, republicano foi feita por Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP/FFLCH, 2004. Faremos a crítica dessa historiografia no capítulo 6.

¹⁰⁹ Ana Montoia. “O ideal de cidade: a reforma dos costumes e a gênese do cidadão em São Paulo no século XIX”, in: Paula Porta (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*, volume 2. São Paulo : Paz e Terra, 2004, pp. 158 e 159.

sucederam: a extinção e o renascimento da polícia local, a criação das companhias de urbanos, o esboço natimorto de uma polícia municipal. Tantas variações só trouxeram transtornos para a efetiva consolidação do serviço sobre o terreno e serviram de combustíveis para refregas de vários calibres – da freguesia mais modesta ao topo da pirâmide institucional. Esse paradoxo imanente ao período estudado também se ressentiu do desenvolvimento flagrante da província de São Paulo nos últimos decênios do Império e das contradições inerentes a esse contexto de transição. A formação da força policial paulista – excluída qualquer inclinação teleológica – foi marcada por um complexo jogo de ajustes e desajustes, anelos e frustrações que envolveram e influenciaram – direta e indiretamente – a vida de milhares de pessoas.

Pode-se dizer que os destinos do policiamento condicionavam-se às renhidas disputas encetadas em âmbito local. Controlar os cargos policiais significava controlar os recursos humanos e materiais, que deveriam servir ao interesse público. Durante as duas últimas décadas do regime imperial, são copiosas as tentativas das mais altas autoridades policiais de livrar das mãos privadas o cabedal policial e dar a ele um uso coadunado às aspirações do governo central. Assim, era nesse ambiente de confronto e cizânia entre duas vertentes policiais que se tentava estruturar uma “política de segurança pública” na província em fins da década de 1880.

Mas antes de analisarmos na prática os contornos desse dilema – simbolizado na história da dicotomia entre o CPP e a polícia local – apresentaremos em linhas gerais a conformação das duas forças.

Em termos formais, a organização dessas instituições, em São Paulo, a partir do final da década de 1860, está intimamente ligada ao fim da Guerra do Paraguai e à conseqüente desmobilização das forças armadas brasileiras. Aqueles que lograram sobreviver ao lustro que durou a batalha retornaram às suas cidades e vilas. Muitos soldados das tropas de linha foram reformados ou receberam baixa, outros voluntários retornaram – com maior ou menor trauma – a seus ofícios originais. Também retomaram suas funções antigas aqueles batalhões formados no seio das corporações policiais provinciais, no caso de São Paulo, a Guarda Municipal Permanente, que integraram o Corpo de Voluntários da Pátria.

Durante os anos de guerra, as forças policiais paulistas foram reorganizadas a fim de se adequar àquela situação de emergência. Em regime extraordinário, o governo de São Paulo instituiu um Corpo Policial Provisório, desmantelado devido ao envio de praças para o *front*, o que levou a administração a “*mandar servir nele aqueles recrutas que eram, por moléstias ou por isenções legais, libertados do serviço de guerra*”.¹¹⁰ Destarte, o fim do conflito ensejaria, inevitavelmente, um rearranjo das forças policiais paulistas com a necessária re-incorporação dos soldados beligerantes. Em 1868, com a Lei n. 11, de 22 de fevereiro, são restabelecidos nos mesmos moldes dos predecessores, o Corpo Policial Permanente, em substituição à Guarda Municipal Permanente, e a polícia local, reproduzindo a estrutura da antiga Guarda Policial.

O Corpo Policial Permanente

O Corpo Policial Permanente tem suas origens no período regencial. Foi estabelecido pela Lei de 10 de outubro de 1831 (e, em São Paulo, regularizado pela Lei de 15 de dezembro de 1831), no mesmo contexto de turbulência que ensejou a criação de outras corporações policiais. Criada no bojo do Ato Adicional de 1834, a Guarda Municipal Permanente, instituída num primeiro momento na Corte, em Pernambuco e em São Paulo, teve sua estrutura hierárquica vinculada aos governos provinciais. Assim, cabia aos presidentes de província e às Assembléias Provinciais regular o funcionamento formal da instituição: estabeleciam o contingente, a distribuição dos destacamentos pelas cidades, os vencimentos, a estrutura funcional e as regras de promoção e reforma. Ela surgiu como um contraponto à recém-criada Guarda Nacional, a milícia civilista, como uma forma de garantir ao governo o controle sobre um corpo militarizado que pudesse confrontar as insatisfações dos grupos expurgados após os remanejamentos políticos encetados durante o período Regencial. Foi patente o papel de guarda pretoriana que desempenhou nos primeiros anos de existência, seja na Corte, em Pernambuco e em São Paulo, onde reprimiu a revolta liberal de 1842, dando caça aos principais cabeças do movimento.¹¹¹

¹¹⁰ *Relatório com que o Exmo. Sr. Coronel Joaquim Floriano de Toledo passou a Administração da província ao Exmo. Sr. Barão do Tietê, São Paulo, Typografia Americana, 1868, apud. Heloisa Rodrigues Fernandes. Política e segurança. São Paulo : Editora Alfa-ômega, 1974, p. 83. Em 1866 foi criada a Guarda Municipal da Província, organizada em âmbito municipal e subordinada ao chefe de polícia, força extinta em 1868.*

¹¹¹ Para uma história da gênese dos corpos policiais, ver Thomas H. Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX, op. cit.*; Wellington Barbosa da Silva. *Entre a liturgia e o*

Força civil militarizada, o CPP é encabeçado por um comandante geral, normalmente algum alto oficial reformado do exército, nomeado pelo presidente da província. Este respondia diretamente a seu superior e, em princípio, estava no mesmo patamar hierárquico do chefe de polícia. Todavia, como veremos mais adiante, os conflitos de competência entre as duas instâncias foram copiosos. Descendo a linha hierárquica, os postos do oficialato reproduziam a matriz militar, divididos em estado maior e estado menor: major, capitão, tenente e alferes. Os inferiores eram furriéis, sargentos e cabos; a base formava-se de soldados e cornetas.

O regulamento que regia a rotina do CPP também reproduzia o homólogo do exército, com diferenças no tocante à dureza das penas disciplinares, atenuadas no tocante à polícia: as praças, incorporadas para um serviço de quatro a seis anos, deveriam permanecer aquarteladas, à mercê das deliberações do comando central e viam-se sujeitas aos rigores disciplinares de um corpo militarizado, com uma diferença fundamental: ao contrário das forças armadas, a polícia foi uma clara tentativa de se criar uma força de manutenção da ordem cujos espírito, filosofia e administração fossem dissociados daqueles inerentes às tropas de linha.

A começar pelo voluntarismo vinculado às forças policiais e expressamente estabelecido no art. 19 do regulamento do CPP, publicado em 1875.¹¹² Não se tratava – o voluntarismo – de mero pormenor. Consistia numa diferença fundamental entre o serviço nas forças armadas (tropas de linha e marinha) e o serviço policial.¹¹³ A conscrição para as forças armadas era ditado pelo recrutamento compulsório, que visava a preencher (mesmo em tempos de paz) as vacâncias em ambas as instituições. O Ministério da Guerra estipulava anualmente as cotas de conscritos a serem cumpridas por cada província e a partir daí dava-se início a uma verdadeira caçada empreendida por autoridades civis,

salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850), op. cit., Heloisa Rodrigues Fernandes. *Política e segurança, op. cit.* e Caiuá Cardoso Al-Alam. *A negra forca da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo : UNISINOS, 2007.

¹¹² *Regulamento do Corpo Policial Permanente de 28 de abril de 1875*. São Paulo : Typografia do Correio Paulistano, 1975. Uma cópia desse regulamento está em AESP, co2584.

¹¹³ No início, nas várias corporações policiais, havia possibilidade de recrutamento forçado para completar as lacunas de efetivos nos CPPs de várias províncias, mas paulatinamente essa medida foi sendo suprimida. Ver Wellington Barbosa da Silva. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850), op cit.*; Marcos Luiz Bretas. “A polícia carioca no Império”, *op. cit.*, e Caiuá Cardoso Al-Alam. *A negra forca da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857), op. cit.*

policiais e agentes recrutadores atrás dos indivíduos que cumprissem os requisitos regulamentares e que não apresentassem isenções legais. As táticas dos agentes recrutadores – violentas e dissimuladas – se assemelhavam às de capturas de escravos na África.¹¹⁴

O recrutamento, além do objetivo óbvio de prover as forças armadas de mão-de-obra, era empregado pelo como instrumento de punição, correção e controle social, uma vez que o exército e a marinha foram o sumidouro de milhares de indivíduos considerados “indesejáveis”. O exército, inclusive, teria funcionado como uma “*instituição protopenal*”, em substituição a instâncias judiciárias, para se ocupar, de um lado, de desordeiros e perturbadores da ordem pública – através do recrutamento – e, de outro lado, ao punir criminosos condenados – por meio das prisões militares (a principal delas estava situada em Fernando de Noronha), aliviando, assim, os governos provinciais dos gastos com a construção de cadeias e com a manutenção de uma população carcerária.¹¹⁵

Em paralelo, as campanhas de recrutamento eram violentíssimas e expunham um sistema odioso de barganhas, privilégios e compromissos, de que não apenas o Estado, mas todo o corpo social, e mesmo a população pobre, portanto alvejada pela conscrição forçada, se valiam para e punir inimigos e facilitar o escape dos aliados.¹¹⁶ Num movimento que Peter Beattie chamou de “*troop trade*”, desenvolveu-se um sistema de “*transporte penal*”

¹¹⁴ Sobre o assunto, a análise de Peter Beattie é arguta: “*Como os homens livres pobres definiam sua virilidade e honra em contraposição ao status e o comportamento dos escravos, a conscrição forçada evocava um estigma poderoso*”. Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*. Durham : Duke University Press, 2001, p. 18.

¹¹⁵ Conforme Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit., pp. 136 a 148. Mesmo o Ministro da Guerra, Barão de Rio Branco, em 1872, alardeava a missão social das forças armadas: “*O exército salvou muitos indivíduos da ociosidade perigosa, vivendo vidas inúteis para a sociedade. Nas instituições militares, o vadio encontra severa vigilância e pronta correção, reformando seus hábitos enquanto é instruído e preparado para se tornarem cidadãos melhores*”. Apud. Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit., pp. 140 e 141 (tradução livre).

¹¹⁶ Sobre o recrutamento, ver Álvaro Pereira do Nascimento. *A Ressaca da Marujada – recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2001; Fábio Faria Mendes. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”, in: Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004 e, do mesmo autor, “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o sorteio militar”, in: *Estudos Históricos*, 24, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1999; Vitor Izecksohn. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, in: Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs). *Nova História Militar Brasileira*, op. cit.; Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit. e Hendrik Kraay. “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial”, in: *Diálogos – revista do Departamento de História e do programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá*, v. 3, n. 1, 1999.

que estrategicamente realocava uma parcela de homens considerados perigosos de uma região do país para outra, esta normalmente carente de “*trabalhadores de guarnição*”, uma vez que esse autor compara o regime de trabalho dos soldados do exército com aqueles próprios aos sistemas compulsórios, dentre os quais o de escravos.¹¹⁷ Além disso, não podemos esquecer que o regulamento das forças armadas, principalmente na Marinha, previa a inflicção de castigos corporais, dos quais os policiais estavam isentos por regulamento.¹¹⁸ Essa medida drástica também “*mantinha as praças desconfortavelmente aproximadas ao status ‘desonroso’ dos escravos*”.¹¹⁹

Até a terminologia adotada nos discursos oficiais deixava patente a diferença: indefectivelmente, empregava-se *engajamento* para o CPP e *recrutamento* para as tropas de linha.¹²⁰ Com efeito, o *status* inerente ao CPP invertia definitivamente o viés da relação entre Estado e indivíduo: o ingresso na polícia dependia exclusivamente da manifestação individual do interessado e não de estratégias, mais ou menos coercitivos, próprios das outras instituições. Em teoria, o Corpo deveria ser a expressão mais bem acabada de uma força burocratizada e moderna, que respeitava a vontade do postulante e valorizava princípios cidadãos e liberais (no sentido em que restringiam os canais arbitrários), quais sejam, a individualidade e a liberdade – a ação individual – do indivíduo, em primazia em

¹¹⁷ Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit., p. 126. O autor mostra como esse trânsito se dava do Nordeste para o Sul, num fluxo parecido ao dos escravos pós-extinção do tráfico internacional.

¹¹⁸ A reforma legal de 1875 aboliu os castigos físicos para o Exército. Na Marinha, eles permaneceram ativos até início do século XX.

¹¹⁹ Conforme Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit., p. 9. Os castigos corporais eram especialmente violentos na Marinha, conforme estudos de Álvaro Pereira do Nascimento. *A Ressaca da Marujada – recrutamento e disciplina na Armada Imperial*, op. cit. e Paloma Siqueira Fonseca. “A presiganga e as punições na Marinha (1808-1831)”, in: Celso Castro, Vítor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs). *Nova História Militar Brasileira*, op. cit. O argumento de Peter Beattie que aproxima o status de escravo e de soldado em vários aspectos da vida militar, como disciplinamento e vida em caserna, ver Peter Beattie no livro supracitado é destrinchado em “The house, the street, and the barracks: reform and honorable masculine social space in Brazil, 1864-1945”, in: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 76, n. 3, agosto de 1996.

¹²⁰ Segundo Hendrik Kraay, “*na verdade, a própria linguagem do recrutamento destacava sua natureza coercitiva: as autoridades falavam da ‘apreensão’ e da ‘prisão’ dos que recrutavam*”. Hendrik Kraay. “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial”, op. cit. Ainda no que se refere a nuances de linguagem, Peter Beattie sugere, talvez com um certo exagero, a aproximação semântica do termo ‘praça’ – soldado raso – à “*área pública não construída*” (Dicionário Houaiss), não sendo uma coincidência “*que soldados fossem lingüisticamente localizados no ‘desonroso’ e ‘desordenado’ mundo da rua*”. Nos tempos coloniais, prossegue o autor, “*o termo soldado era um eufemismo freqüente para condenados exilados ou simplesmente para homens solteiros*”. Peter Beattie. “The house, the street, and the barracks: reform and honorable masculine social space in Brazil, 1864-1945”, op. cit., p. 441. No nosso trabalho, por questões de medida estilística, recrutamento e engajamento são usados em referência aos ingressantes nos corpos policiais.

relação ao Estado, mantendo diametral contraposição às relações encetadas pelas forças armadas.¹²¹ Nos alvitres dos governantes, o CPP não se prestava a ser um repositório regenerador de enjeitados, vadios e criminosos. O conceito que lhe cingia apontava justamente em outra direção: a polícia visava a compor-se de indivíduos aptos, honrados e moralmente qualificados para disseminar a missão civilizatória e que estivessem desvinculados da imagem associada aos soldados de linha e à marujada, como uma forma desonrosa de servidão. O policial era um trabalhador de quem, ao contrário do que ocorria com seus homólogos de outras corporações, não se lhe tinha vilipendiado a honra do provedor nem o estatuto da liberdade. Assim, a precisão do lugar que ocupava o indivíduo em relação às forças policiais será essencial para entender essa dinâmica.

A organização e distribuição

Uma vez engajadas, as praças do CPP eram divididas em companhias, cujo número e amplitude variaram ao longo do tempo. Em função do alvitre da Assembléia Provincial, eram lotadas em pontos estratégicos, como São Paulo, Sorocaba, Guaratinguetá, Campinas, Santos e Franca. Também, mais tarde, depois da reorganização de 1884, como veremos, outras cidades serviram como sede: Rio Claro, Araraquara, Ribeirão Preto, num reflexo claro da nova configuração geoeconômica da província.

As companhias eram, por sua vez, distribuídas em destacamentos de tamanho variado e que se espalhavam por toda a província. Em 1868, havia três companhias de infantaria e uma de cavalaria; em 1871, havia apenas quatro companhias de infantaria; em 1881, seis companhias; em 1884, elas foram reduzidas para quatro novamente e, em 1888, havia sete. Em 1881, ressurgiu uma companhia de cavalaria, com 80 praças, extinta em 1882. A marca do serviço do CPP era a onipresença de seu efetivo, dividido em grupos que se espalhavam por toda a província, seja em destacamentos permanentes ou em diligências temporárias, pelo tempo que durassem as necessidades do serviço. Para se ter uma idéia, em janeiro de 1881, as 857 praças do efetivo estavam divididas em 114 municípios e freguesias. Havia também tropas volantes que patrulhavam os recantos da província (anexo 1).

¹²¹ Uma coletânea sobre os princípios filosóficos do liberalismo e sua adoção no Brasil está em Lucia Maria Paschoal Guimarães e Maria Emilia Prado (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial – origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro : Editora Revan/UERJ, 2001.

Cada destacamento era de responsabilidade de um comandante, normalmente com o grau mínimo de cabo, furriel ou sargento. Os destacamentos das localidades mais importantes podiam ser comandados por um tenente ou mesmo um capitão. Para mobilizar a força, as autoridades policiais e judiciárias, isto é, delegados, subdelegados e juízes, deveriam *requeritar* – e nunca ordenar – junto ao comando do CPP o auxílio dos policiais, que, por sua vez, não podiam, salvo em situações de emergência, declinar o pedido.

O controle sobre as praças pretendia ser bastante estrito, através de um liame hierárquico bem cerrado, em que os elos intermediários eram regularmente instados a prestarem conta aos superiores. Além disso, à parte do fato de os permanentes permanecerem aquartelados, as leis e regulamentos os obrigavam a uma rotatividade constante: não podiam permanecer muito tempo estacionados em uma mesma localidade, dependendo da distância em relação à capital – três meses nas cidades próximas e seis meses, nas distantes. O regulamento tinha caráter militar, tanto nas punições disciplinares que previa, como nas oportunidades que se abriam para seus membros desenvolverem uma carreira institucional, por meio de políticas de promoção, prêmios por reengajamento e, ao fim da carreira, reforma remunerada. De acordo com um chefe de polícia, o serviço policial prestado pelos permanentes era “*pesadíssimo*”, uma vez que “*priva o soldado do indispensável repouso dos gozos de família, e obriga-o a contínuo viajar: é além disso, mal remunerado*”.¹²²

Esse sistema era inspirado na mesma organização da *gendarmerie* francesa: uma força híbrida (ao mesmo tempo civilista – obedecia ao presidente da província – e militar – quanto à organização e disciplina), dividida em pequenos destacamentos e responsável, sobretudo, pelo policiamento da hinterlândia, nas zonas de caráter eminentemente rural.¹²³ O CPP, da mesma forma, concentrava o grosso de seu efetivo no interior da província, desenvolvendo basicamente um policiamento repressivo e adjutório, que se dava no momento em que as praças eram mobilizadas para interceder em eventos pontuais: a perseguição de criminosos e de escravos fugidos, o desmembramento de um quilombo, o auxílio às vítimas de enchentes, de doenças ou de acidentes. As praças zelavam também

¹²² Relatório apresentado ao exm. presidente da província de S. Paulo pelo chefe de polícia da mesma província Sebastião José Pereira em 1871.

¹²³ Ao contrário do que ocorria no CPP, a *gendarmerie* francesa era um dos ramos das forças armadas, junto com a Marinha e o Exército, vinculada também ao Ministério da Guerra.

pela proteção de edifícios de uso público (teatros, Casa da Câmara, estações de trem e bonde), da guarda da cadeia e da condução de criminosos de uma cidade à outra. Quando recolhidos à capital, auxiliavam os guardas urbanos no policiamento da cidade, desempenhavam serviços administrativos ou de ordenança das autoridades superiores, além da vigilância dos próprios provinciais e municipais e do policiamento ordinário de praxe. Em tese, se estacionados na capital, deveriam receber treinamento militar e intelectual.

Polícia local

Segundo um chefe de polícia, a polícia local foi efetivada como desafio ao serviço policial prestado pelos permanentes. Ela era organizada em nível municipal, mas financiada pelos cofres provinciais. Criada em 1868 (mas regulamentada em 1871), substituiu as antigas guardas locais. Seu efetivo era profissional e voluntário, recebiam os mesmos vencimentos que os permanentes, mas não estavam sujeitos ao mesmo regulamento, nem se subordinavam aos princípios militares que regiam o CPP. Recrutados por delegados e subdelegados de vilas e freguesias, até o limite estipulado por lei, ao contrário das praças de CPP, ficavam atrelados aos municípios de origem e às ordens do chefe de polícia. Nas localidades, os destacamentos eram comandados pelo policial mais destacado a ser escolhido pela autoridade local (delegado ou subdelegado) e ascendia à patente de sargento. Em defesa da nova força, um chefe de polícia estatuiu: *“É minha opinião, baseada na experiência de alguns anos que o melhor agente ou auxiliar da autoridade é aquele que melhor conhece a localidade e o pessoal desta (...) A guarda local é a que pode obter pessoal mais moralizado; a ela pode pertencer o homem casado, sem separar-se da família; o filho família sem deixar o lar paterno; e o pequeno proprietário sem abandonar seus interesses”*.¹²⁴

Apesar de prestarem um serviço similar aos permanentes, alguns dos princípios conceituais das duas instituições eram distintos. A começar pela hierarquia: enquanto os permanentes respondiam a um comandante militar, a polícia local estava vinculada diretamente ao chefe de polícia. Embora por vezes tenha sido mais numerosa (pelo menos no que tange ao efetivo total previsto em lei), conforme se vê no quadro 2, a polícia local,

¹²⁴ Relatório apresentado ao exm. presidente da província de S. Paulo pelo chefe de polícia da mesma província Sebastião José Pereira em 1871.

por seu turno, era considerada um corpo suplementar ao CPP. Foi criada, de fato, para completar as lacunas deixadas pelo primeiro nas localidades onde aquele não estava organizado. Durante o período estudado, a polícia local sofreu críticas contumazes e foi extinta em duas ocasiões, em 1877 e 1888, sendo reativada em 1884. Na verdade, ela foi sempre considerada pela cúpula do CPP como a extensão e o instrumento do poder de grandes fazendeiros, que nelas travestiam suas milícias privadas.

Quadro 2 – Efetivos do CPP e da polícia local¹²⁵

Ano	CPP	Local	Total	Ano	CPP	Local	Total	Ano	CPP	Local	Total	Ano	CPP	Local	Total
67/68	800	0	800	73/74	453	500	953	79/80	708	0	708	85/86	508	800	1308
68/69	300	0	300	74/75	422	500	922	80/81	1080	0	1080	86/87	508	800	1308
69/70	800	0	800	75/76	346	500	846	81/82	1134	0	1134	87/88	508	800	1308
70/71	800	0	800	76/77	384	700	1084	82/83	958	0	958	88/89	1500	0	1500
71/72	429	322	751	77/78	708	0	708	83/84	1102	0	1102	89/90	1500	0	1500
72/73	453	500	953	78/79	708	0	708	84/85	498	800	1298				

Fonte: Coleção de leis e decretos da província de São Paulo

O CPP *versus* a polícia local

A despeito da vontade do legislador e da administração da província de estabelecer uma polícia *eficiente*¹²⁶, durante as décadas de 1870 e 1880, muitas reformulações estruturais foram realizadas para prover a província de uma força policial ubíqua e respeitável. Os remanejamentos foram marcados pela criação das Companhias de Urbanos e pela extinção e ressurgimento das polícias locais, em trâmites que levaram em conta a adequação a um sistema de policiamento idealizado, mas que tiveram que se conformar com outras variantes menos nobres, como as pressões políticas e medidas de economia orçamentária. Essas alterações estruturais, muito mais do que indicar meras decisões burocráticas, traziam embutidos conceitos divergentes acerca da constituição das instâncias administrativas e da ingerência do Estado na vida cotidiana da província. Principalmente o CPP e a polícia local eram assentados em bases constitutivas por vezes contraditórias, e

¹²⁵ A soma do efetivo do CPP leva em conta Estado Maior, Estado Menor, oficiais e praças.

¹²⁶ Sobre o conceito de eficiência policial, ver André Rosenberg. “Os limites do policiamento em São Paulo na década de 1870 e 1880 – Corpo Policial Permanente entre a cruz e a caldeirinha”, in: Andrei Koerner (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo : Ibccrim, 2006.

essa certa confusão institucional que marcou o período estudado denuncia a trajetória vacilante, intermitente e, por vezes, retroativa da implementação de um espaço público liberal, representado, na essência, pela prevalência do CPP em relação à polícia local. Além disso, o controle sobre as forças policiais também foi um objeto de disputa entre os administradores mais destacados. Chefes de polícia e delegados, por um lado, e o comandante geral de permanentes e seus subordinados, de outro, se digladiavam na arena política pela primazia do comando policial.

Muitos dignitários acreditavam que só uma polícia militarizada e disciplinada nos rigores da caserna poderia se desincumbir da missão de manter a ordem e garantir a tranquilidade pública. Os policiais locais, portanto, não passavam pelo crivo moralizador da hierarquia militar e se mostravam além de incapazes, atrelados às dinâmicas locais de poder. Em 1873, por exemplo, o chefe de polícia, ao responder ao juiz de direito de Araraquara, que reclamara do comportamento dos policiais destacados na cidade, condicionou o mau comportamento de alguns ao fato de pertencerem à polícia local, “*cuja criação com o devido respeito, qualifico de infeliz*”, justificando que “*o indivíduo que tem em sua própria localidade o mesmo interesse pecuniário, não vem alistar-se num corpo disciplinado, e sujeito a serviços onerosos e arriscados*”.¹²⁷ Em outro ofício, declarava que “*os serviços da polícia local são tão insignificantes que não demandam instrutores*”.¹²⁸

Em Itapetininga, a situação da polícia local referendava o temor da chefia de polícia. Em ofício de 1871, o delegado reclamava que “*os guardas policiais que tenho chamado para o serviço não podem oferecer a menor garantia, porque na polícia só há a escória dos cidadãos (...)*”.¹²⁹ De Bragança, o delegado reclamava da postura da polícia local da Vila de Socorro, onde os “*três guardas engajados para o serviço da polícia (...) estando vencendo o dinheiro da Província sem fazerem o mínimo serviço (...) O distintivo do povo e do próprio subdelegado é faca na cinta (...) Algum ofício que manda o subdelegado não o*

¹²⁷ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/09/1873. AESP, co2549. Euclides Andrade e 1º Tenente Hely F. da Câmara. *A força pública de São Paulo – esboço histórico – 1831 – 1931, op. cit.* reproduzem um ofício do chefe de polícia, Dr. Antonio Joaquim Rodrigues, em janeiro daquele mesmo ano: “*Ou ter soldados fardados, convenientemente armados e com indispensável disciplina, ou não tê-los!*”, citação da p. 21. Os autores comentam que “*as reclamações contra a Guarda multiplicavam-se, procedentes de quase todas as sedes dos destacamentos. Lavrava a indisciplina entre os seus componentes. O desleixo era cada vez maior. As deserções aumentavam e ninguém mais queria alistar-se para preencher os claros existentes, pois o emprego na lavoura era muito mais remunerador*”, citação da p. 21.

¹²⁸ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 26/08/1873. AESP, co2549.

¹²⁹ Ofício do delegado de Itapetininga ao chefe de polícia, em 18/10/1871. AESP, co2540.

faz pelos engajados, chama qualquer polícia do povo poupando assim as que vencem soldo (...)”.¹³⁰

Embora custassem menos para os cofres provinciais, já que nas despesas não se contabilizavam a mobilização, o uniforme e o armamento – estes a serem providenciados pelo próprio indivíduo¹³¹ – os policiais locais estavam muito próximos aos poderes privados e, por isso, mais sujeitos às manipulações clientelísticas. E, ao contrário do que ocorria com os permanentes, pelo menos em teoria, não teriam chance de adquirir qualquer tirocínio militar.

Em um ofício enviado ao chefe de polícia em 1875, o delegado de Taubaté lamentava a negativa do superior em ratificar a nomeação do alferes Henrique Herculano Guerra Leal para comandante da polícia local, sob a justificativa de ser notoriamente reconhecido como ébrio. Não obstante esse traço negativo do caráter do candidato, “*o estado normal da sociedade a tarefa da polícia em um termo extenso e populoso como este*” suplantaria a nomeação de um outro comandante “*em quem [eu] não depositasse a minha plena confiança em uma quadra em que os espíritos estão agitados pela luta dos partidos*”. Além disso, segundo seu padrinho, Guerra Leal seria dotado de outros atributos muito bem-vindos para o comando policial: “*tem se portado muito bem e tem muita prática militar (...) prestou muitos bons serviços na Guerra do Paraguai, tanto assim que a fé de ofício do mesmo muito o honra, portanto será muito bom que não sejam esquecidos os serviços que ele prestou a favor da pátria*”. Os argumentos do delegado escondem o temor de ter à frente da polícia local alguém com quem não privasse a necessária intimidade e com isso, aparentemente, conseguiu embromar o chefe de polícia, pois um ano depois, teve que justificar a presença de Guerra Leal nas hostes policiais.¹³²

Finalmente, a Lei n. 61 de 1877 previu a extinção gradual das polícias locais e sua substituição por praças do CPP. Em ofício enviado ao presidente da província, a autoridade máxima da polícia paulista reafirmava que a alteração era sadia na medida em que se propunha a “*1º instruir os soldados novéis e prepará-los pela disciplina a servirem de acordo com o seu regulamento; 2º evitar que continuem no regime frouxo que*

¹³⁰ Ofício do delegado de Bragança ao chefe de polícia, em 20/02/1872. AESP, co2546.

¹³¹ Entre 1884 e 1888, quando a polícia local foi reativada, o governo passou a ceder uniforme e armamentos aos policiais locais.

¹³² Ofícios do delegado de Taubaté para o chefe de polícia, em 26/04/1875 e 11/08/1876. AESP, co2575 e 2580.

*desmoralizou a polícia local e que mais tarde tenhamos de lamentar um grande número de deserções com prejuízo da fazenda que abona dinheiros no ato do assentamento de praça e dá fardamento”.*¹³³

O fim da polícia local pode ser interpretado de duas maneiras. Além do motivo óbvio que pretendia retificar uma força alquebrada e ineficiente, sua abolição pode ser situada no bojo das reformas que visaram tolher os poderosos locais de uma força suscetível à sua influência. Do mesmo período são as alterações dos critérios de recrutamento para as forças armadas, que instituiu o sorteio como método único de conscrição, além de suprimir várias isenções que davam margem a manipulações arbitrárias por parte dos agenciadores. Além disso, destaca-se a própria desmobilização da Guarda Nacional, cujo alistamento gerava outra fonte de barganhas e abusos.¹³⁴ Assim, a polícia local podia ser igualmente considerada como um repositório de apaniguados dos fazendeiros que necessitavam de meios coercitivos e persuasórios que lhes garantisse o controle local.

Esperava-se que a rotina militar constante aproximasse, gradualmente, o comportamento dos soldados de um suposto ideal almejado pelas autoridades. Seria o caso, portanto, de crer que a submissão a um cotidiano de exercícios e disciplina, em que a supervisão fosse mais rigorosa, tivesse o condão de preparar os indivíduos para cumprir as expectativas de um bom policiamento, mesmo que não houvesse qualquer consenso formal do que isso significasse. Esse sentimento geral refletia uma tendência à profissionalização do serviço policial, que deveria ser desincumbido por um grupo especializado, dotado de treinamento e conhecimentos específicos, não compartilhados pelo resto da população.¹³⁵

Os policiais deviam comungar atributos próprios e ser burilados para missões especiais – muitas vezes arriscadas e perigosas – para as quais os paisanos não estavam preparados. Os permanentes não eram simples soldados do exército, treinados para o confronto com o inimigo da pátria. Como fica claro em muitas passagens do discurso das autoridades, o policial tinha que ser educado a partir de uma cartilha apropriada para, em

¹³³ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/12/1877. AESP, co2576.*

¹³⁴ Sobre a Guarda Nacional, ver Jeanne Berrance de Castro. *A milícia cidadã, a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Rio de Janeiro : Ed. Nacional, 1979.

¹³⁵ Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997, p. 97. Ver sobre a profissionalização da polícia, Clive Emsley e Bárbara Weinberger (orgs.). *Policing Western Europe – politics, professionalism, and public order, 1850-1940*. Westport : Grennwood Press , 1991.

contato com o público, fazer propagar o insumo do aprendizado. Em sentido inverso, a indisciplina e a falta de um espírito militar tornavam os policiais locais agentes despreparados. Na fala policial, só a centralização de comando e o recurso a expedientes disciplinares severos transformariam o homem em um policial capaz de suportar as mazelas do ofício e de impor o projeto de policiamento. Com a reforma, esperava-se que os policiais permanecessem mais tempo na sede do comando geral, *“porque a desídia, a indisciplina, relações de certa ordem enfraquecem-nas no cumprimento de seus deveres de soldado”*. Assim, questionava o chefe de polícia no fim de 1877, *“o que não sucederá com aqueles que só entram no quartel para prestarem juramento que não conhecem deveres, que não sabem as penas a que estão sujeitos, que supõem o novo engajamento como mera formalidade? É preciso”*, continuava a autoridade, *“que vão desde já conhecendo os laços que os prendem ao comando geral do corpo, que não ignorem o capítulo das penas do regulamento militar, e tudo isso só poderão adquirir tendo os destacamentos comandantes moralizados, disciplinados e capazes de impor respeito”*.¹³⁶

No entanto, sobre o terreno, o programa de implementação das bases estruturais da polícia mostrava que a ambição teórica dos administradores não era de fácil execução. A história da polícia paulista e, particularmente, do CPP durante o final do Império, longe de ser marcada por façanhas gloriosas, está palmilhada de contratempos e de uma somatória de pequenas decepções. Em nenhum momento, a administração foi capaz de construir uma força policial equiparada às suas mais auspiciosas aspirações, uma instituição que fosse digna de ser exibida com o mínimo de orgulho.

Se as leis e portarias se sucediam, criando um arcabouço legislativo que atualizava a polícia paulista às homólogas européias – distinção marcada entre uma polícia eminentemente urbana e outra rural, por exemplo – o governo provincial encontrou muitas dificuldades para concretizar as reformas almejadas. Mas, para além disso, as medidas extravasaram a mera abstração regulamentar – não encontraram o destino de outras leis mortas – e surtiram sim efeitos reais no policiamento cotidiano, a maioria deles, entretanto, um tanto indesejada.

¹³⁶ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/12/1877. AESP, co2576.*

Uma medida desastrada

A extinção da polícia local e o acréscimo do efetivo do CPP, no lugar de prover a província de um policiamento mais eficiente e adequado aos princípios burocráticos de uma polícia moderna, causaram toda sorte de problemas às localidades, uma vez que a decisão formal não foi seguida de medidas práticas que propiciassem a alteração. A transição causou transtornos ao serviço policial, já que a substituição dos destacamentos de policiais locais por permanentes não foi automática, provocando o esvaziamento dos destacamentos que foram desmobilizados.¹³⁷ O processo era moroso, uma vez que os antigos policiais obrigatoriamente tinham que se deslocar para capital jurar fidelidade ao novo corpo. Muitas vezes faltavam passagens de trem para o transporte das novas praças; em outras ocasiões não se cumpria a promessa de devolver as praças para as antigas localidades, o que causava desconfiança nos voluntários.¹³⁸ Assim, o resultado desse impasse administrativo foi o pânico que dominou delegados e subdelegados, os quais, de uma hora para outra, viram os contingentes estacionados em suas vilas e freguesias, já bastante parcos e debilitados, desaparecerem de vez.

Já em meados de 1878, algumas vilas ainda não tinham dado cabo de seus contingentes de policiais locais, levando o chefe de polícia a oficializar individualmente cada uma delas para mandar aplicar à deliberação.¹³⁹ Literalmente, estavam os delegados entre a cruz e a caldeirinha: se o cumprimento da ordem deixava-os em maus lençóis, uma vez que um mês depois, muitos lugares não haviam recebido os destacamentos de permanentes que substituiriam a força extinta; a desobediência em recolher as praças podia ser considerada crime de responsabilidade. Mesmo as cidades mais importantes se viam às voltas com o problema.

¹³⁷ O período de transição teve fim oficialmente com a circular 337, de 4 de abril de 1878, que declarou definitivamente extinta a polícia local, proibindo terminantemente novos engajamentos para aquela força. As praças remanescentes foram adidas ao CPP.

¹³⁸ O delegado de Batatais, por exemplo, informava ao chefe de polícia, em fevereiro de 1878, que havia muitas pessoas que queriam engajar-se no CPP, desde que permanecessem nas cidades de origem, pois se tratava de pais de família. *Ofício do delegado de Batatais ao chefe de polícia, em 02/02/1878*. AESP, co2582. Quatro anos depois da vigência da nova lei, o delegado de Mogi Mirim queixava-se de que a praça engajada no CPP sob a promessa de ser destacada na cidade ainda não havia retornado. *Ofício do delegado de Mogi Mirim ao chefe de polícia, encartado no ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 13/05/1881*. AESP, co2608

¹³⁹ Em abril de 1880, ainda duas praças da extinta polícia local percebiam o salário diário de 1400 réis em São Bento do Sapucaí. O chefe de polícia deu ordens terminantes para que fossem despedidas as praças. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 27 de abril de 1880*. AESP, co2599.

Nesse momento de transição, o expediente ao uso de paisanos para complementar o policiamento deficiente parece ter sido generalizado. Contra tal prática, o governo fazia publicar interdições expressas, como aquela publicada na Circular n. 461, de 30 de abril de 1878.¹⁴⁰

O emprego de paisanos nos serviços próprios à polícia confirma a incapacidade do governo provincial em traduzir na prática as novas diretrizes legais. Trata-se de uma medida diametralmente oposta aos princípios basilares do policiamento moderno. Afinal, a extinção da polícia local objetivava forjar um corpo a ser burilado em técnicas específicas de policiamento; um corpo a ser constituído de homens munidos de expertise exclusiva, vedada ao resto da sociedade. O recrutamento, mesmo que provisório, de homens comuns, significava um retrocesso infando. Com a polícia local, o policiamento podia ser ineficaz e despreparado, porém inserido num âmbito de legalidade, de algum grau de profissionalismo e legitimado por práticas consagradas pela tradição; já a conscrição pura e simples de paisanos, muitos deles arrebanhados por meio de ludíbrios e promessas indecorosas, não só reaproximava o policial do soldado de linha, como marcava a volta a um tempo de barbárie, sob o domínio das milícias e ordenanças, em que a presença concreta do Estado pairava apenas numa quimérica abstração. Ao contrário, a polícia moderna devia se consubstanciar em princípios liberais que respeitavam a individualidade do voluntário. Por isso, a um governo que se jactava modernizado seria vedado servir-se do arbítrio para compor sua força policial, ainda mais quando lembramos o papel pedagógico e proselitista de que deveria se desincumbir. E, como veremos mais adiante, a liberdade formal era condição *sine qua non* para que o indivíduo postulasse seu engajamento.

Não por acaso, naquele mesmo período de transição deliberou-se sobre uma proposta, nunca concretizada, de se criar uma escola de primeiras letras e ensino militar no quartel do Carmo¹⁴¹, conforme ofício do chefe de polícia ao presidente da província, ainda em 1876:

¹⁴⁰ Antes da proibição, o delegado de Araraquara, 3º suplente em exercício, despendera 200 mil réis “*com o sustento de uma escolta composta de paisanos para o fim de capturar a diversos criminosos que infestavam este município*”. Em janeiro de 1878, mandava ao chefe de polícia a segunda solicitação para ser ressarcido do prejuízo. *Ofício do delegado de Araraquara ao chefe de polícia, em 03/01/1878*. AESP, co2582.

¹⁴¹ O CPP contava com um Instituto de Educandos Artífices, conhecida por Companhia de Menores, criada por lei em 1869, mas regulamentada apenas em 1874. De acordo com o coronel Pedro Dias de Campos, “*o fim principal, além do de povoar os quartéis de bons elementos, era educar esses meninos segundo os preceitos da moral, formar-lhes os corações ‘ensinando-os amar a Deus, a pátria, a família, instruí-los de*

*“Permita V. Exa. que no interesse de concorrer para o melhoramento de um dos ramos mais importantes do serviço no que concerne à polícia e às garantias da sociedade eu proponho a criação de uma escola de ensino elementar no quartel do Corpo de Permanentes (...) idéia de largos frutos para o serviço publico e que há de influir beneficiamento na vida privada dos agentes da autoridade dos que assumem a responsabilidade perante a lei de serem guardas dos mais sagrados direitos (...) Um soldado de polícia que não sabe ler nem escrever não com habilidade, tanto não se pode exigir, mas como simples rudimento, falseia o ponto principal de seus deveres e vem a propósito citar as seguintes palavras do sr. Conselheiro Alencar quando Ministro da Justiça: “Se o cidadão deve obedecer a autoridade, ao agente armado da autoridade, cumpre sobretudo conhecer a lei e respeitar o direito do cidadão”. É para mim uma das causas influentes do mau serviço da polícia a ignorância dos seus agentes no conhecimento de seus deveres. Ao mesmo tempo não conhecem as garantias que assistem ao cidadão, não podem discriminar os casos de maior ou menor severidade na execução da lei e daí resulta um péssimo serviço, ora pecando pela violência, ora pela frouxidão. O enfraquecimento moral do agente era força pública é manifesta consequência. A sociedade não o respeita, pode temê-lo pelo aparato militar e como o instrumento da força bruta, ele por sua vez ou tem a ousadia da ignorância ou teme de si na perplexidade em que o coloca a falta de recomendável título de capacidade”.*¹⁴²

Uma vez educadas e bem preparadas, as praças estariam aptas a semear entre os desclassificados – caipiras e caboclos esparsos nos rincões da província – uma ideologia forjada por uma elite restrita, no caso a cúpula do governo paulista.¹⁴³

seus direitos e deveres, habituá-los ao trabalho e a serem os sustentáculos da liberdade e da ordem”. Privilegiava o engajamento dos filhos legítimos de voluntários da pátria, de militares, de guardas nacionais e de soldados do CPP que tivessem servido na Guerra. A Companhia foi extinta em 1883. No entanto, na documentação não encontramos quaisquer referências ao Instituto, ao contrário do que ocorria com a Companhia de Aprendizes Marinheiros. Pedro Dias de Campos. “A Força Pública do Estado de São Paulo”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIV, 1909, pp. 270 e 271.

¹⁴² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/09/1876. AESP, co2573.*

¹⁴³ Essa medida ia ao encontro da filosofia que orientou a reforma do recrutamento, em 1875, que previu o sorteio aleatório e o fim das exceções em detrimento da conscrição forçada. Havia no espírito dos reformadores mais otimistas que a universalização do recrutamento tornaria o exército “a maior instituição

De todo o modo, os esforços para adaptação às leis prosseguiram, apesar dos contratempos e dos projetos deliberados em vão. Quando as substituições eram finalmente efetivadas, ao chegarem às localidades, as praças do CPP traziam consigo a farda, armamento e munição, composta de cinco cartuchos embalados e dez espoletas. Mas a arribada da nova trupe podia causar desconfortos para as autoridades locais, já que mexia com toda a ordem de poder preestabelecida.

O delegado de Caçapava, por exemplo, se queixou do 2º sargento graduado destacado, Manoel Ignácio das Chagas Brandão, nomeado comandante do destacamento, “*pois é ele muito conhecido pela sua procedência*”. Em seu lugar, sugeria que o comando ficasse com o cabo Benedicto Alves Peixoto, que se encontrava na cidade.¹⁴⁴ Não obstante a observação do delegado, Manoel foi mantido no posto, o que culminou com outro ofício reprovativo, alegando que “*o comandante jacta-se em processar e desprestigiar-me com prisões caprichosas de guardas policiais e para amedrontar faz elas à ordem do Dr. Comandante do Corpo de Permanentes (...) assim trazendo prejuízo ao serviço público*”.¹⁴⁵

E, após as transferências, sobrevinham empecilhos de outra sorte, como as picuinhas que se estabeleciam entre delegados e subdelegados e os membros dos novos destacamentos. O ajuste de trabalho e a sobreposição de autoridades conflitantes geravam mais problemas do que soluções. Nem a pesada dotação orçamentária que o governo provincial injetava na polícia atenuou o malfado.¹⁴⁶

para educação pública”. Segundo o ministro da Guerra, João José de Oliveira Junqueira, o exército seria “*uma escola de pontualidade e disciplina*”. Essa lei nunca “pegou” de verdade. Só no final da década de 1890, quando o governo republicano reduziu o tempo de serviço (de seis, para cinco, depois para três anos, em 1900) é que a universalização passou a ter vigência de fato. Em 1908, a Lei do Serviço Militar Obrigatório fixou em dois anos o tempo de serviço e proibiu aqueles com ficha criminal de serem engajados, mas só em 1916, a conscrição compulsória foi definitivamente abolida. Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit., p. 76. Para um histórico mais detalhado da evolução das leis de recrutamento, ver, do mesmo autor, “Conscription versus penal servitude: army reform’s influence on Brazilian State’s management of social control, 1870-1930”, in: *Journal of Social History*, vol. 32, verão de 1999.

¹⁴⁴ Ofício do delegado de Caçapava ao chefe de polícia, em 16/05/1878. AESP, co2582.

¹⁴⁵ Ofício do delegado de Caçapava ao chefe de polícia, em 14/05/1878. AESP, co2582.

¹⁴⁶ Em 1881, por exemplo, foram investidos 911:920\$000 réis, o que significava quase terça parte das rendas da província. Durante as décadas de 1870 e 1880 a despesa da província com as forças policiais variaram de 17% a 43% do total do orçamento, mantendo uma média de em torno de 25%. Em termos de comparação, no mesmo período, a verba destinada para a instrução pública não passou de 19%, mantendo-se em torno dos 15%. Dentro da rubrica forças policiais, salvo nos anos de 1884 e 1885, quando a polícia local foi reconstituída, era o CPP a instituição que recebia a maior dotação. Conforme dados apresentados por Heloísa Fernandes. *Política e segurança*, op. cit., pp.123, 124 e 125. No curso do tempo, essa relação se diluiu. Entre 1890 e 1900, as “tropas e polícias” contavam com 19% das verbas provinciais e, entre 1930 e 1937, com apenas 10%. Apud. Joseph Love. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira*, op. cit.

Num ofício ao presidente da província naquele mesmo ano de 1881, portanto quatro anos após a extinção da polícia local, o chefe de polícia explicava que quando ela foi dissolvida, não havia efetivo suficiente no CPP para fazer face às necessidades do serviço, e por isso empregou-se o recurso de engajar para o mesmo corpo o pessoal da extinta guarda local:

“Os engajados com a promessa de uma vez juramentados voltarem às localidades onde residem, mal chegam, já querem partir e se por falta de fardamento, demoram alguns dias, as reclamações são instantes. De modo que apenas vistam o quartel, se há suspeita de que podem ter outro destino, fogem. Não conhecem o manejo de armas, não fazem a menor idéia do que seja disciplina militar. Não conhecem a parte penal do regulamento, vivem sem consciência de sua missão”.

O chefe de polícia concluiu seu ofício a resumir o fracasso da medida política tomada anos antes. Apesar dos esforços envidados, ele se entregava à dura realidade: *“Temos, pode-se dizer, a polícia local de outrora, com todos os seus defeitos, e custando à província maior soma pela diferença de soldo e preço do fardamento”*.¹⁴⁷

O processo de extinção da polícia local ajuda a expor as fragilidades da instituição. A crônica do desespero percorre todos os anos estudados, minando sobremaneira o serviço policial. A começar pela escassez de pessoal que inibia a distribuição de praças pela

¹⁴⁷ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 13/05/1881. AESP, co2608. Um ofício do subdelegado de Batatais também de 1881 sumariza exemplarmente o estado falimentar da polícia paulista. Escreveu ele ao chefe de polícia: *“Sendo um dos principais deveres da autoridade o de prevenir e providenciar na forma das leis sobre tudo o que pertence à prevenção dos delitos e manutenção da segurança e tranqüilidade pública é esta infelizmente uma das atribuições bastante difícil de execução nesta freguesia, atento à falta de um dos principais elementos com que a autoridade pode contar: a força (...) A autoridade sem a força indispensável e só por si não pode reprimir tais abusos; vê-se por conseguinte desprestigiada, porque a força moral não prevalece para com esses indivíduos, que faltos completamente do conhecimento dos deveres de submissão à Lei e respeito às autoridades abusam e os seus exemplos atraem adeptos. O abuso tem chegado ao ponto de indivíduos pronunciados por crimes de homicídio e outros inafiançáveis, terem aparecido nesta freguesia, sem que a autoridade possa, como lhe cumpre, prendê-los”*. Em desespero, a autoridade policial planejava engajar paisanos no serviço policial. Ofício do subdelegado de Batatais ao chefe de polícia, em 19/05/1881. AESP, co2605. Diante do desabafo do subordinado, o chefe de polícia remete o ofício ao presidente da província, acompanhado de uma mensagem desesperançosa: *“São tão freqüentes as reclamações sobre a força pública e algumas tão justificadas que eu não quero só por meu arbítrio responder negativamente nem empregar como paliativo o recurso de boas palavras, para alimentar esperanças. Prefiro fazer conhecer a V. Exa. o estado da província para que providência como for conveniente. É a razão por que envio, por cópia, o ofício que recebi do subdelegado de Batatais”*. Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 31/05/1881. AESP, co2608.

província e fustigava delegados e subdelegados até o final do Império. Entre os anos de 1851 e 1887, os dados oficiais mostram indefectível diferença entre o número de praças do efetivo decretado por lei e o número real. Em 1883, por exemplo, de um contingente de 1078 policiais previstos, serviam apenas 835.¹⁴⁸ Os pedidos de reforço mostraram-se obsessivos e inesgotáveis durante todo o período e compreenderam todos os recantos da província. Para piorar, as solicitações eram quase sempre negadas pelo comando do CPP e pela chefia de polícia, sob o argumento de que não havia disponibilidade de praças ou de que a lei de força não contemplava a dita localidade com um efetivo pretendido. Nos relatórios anuais que ambas as autoridades enviavam ao presidente da província, a escassez de policiais era assunto rotineiro.

Em 1876, o chefe de polícia confessava o desfalque: *“Sou o primeiro a conhecer que mesmo realizados todos os engajamentos, o número de praças marcado para certas localidades é insuficiente para o serviço diário da polícia e mais ainda para auxiliar a justiça na repressão do crime”*. Ele bem que gostaria de elevar o número do efetivo para 750 policiais, mas estava ciente de que o estado financeiro da província *“não é tão próspero”*, o que servirá *“para justificar a parcimônia de semelhante distribuição perante as autoridades que representaram [pedindo mais praças]”*.¹⁴⁹ Já em 1882, o comandante do CPP escrevia ao presidente sobre a lei de força daquele ano que reduzira o contingente policial, *“razão pela qual os destacamentos da província não estão de harmonia com a tabela aprovada pelo Exmo. Governo, e em muitas localidades, quase em sua totalidade, os destacamentos são por demais diminutos para satisfazerem as exigências do serviço público”*.¹⁵⁰ O desfalque do contingente era assunto tão delicado que em 1º de agosto de 1889, o comandante geral do CPP, na ordem de serviço do dia, exarou um auto-elogio por haver completado pela primeira vez o efetivo legal do corpo: *“É com grande prazer que faz ciente a esta briosa corporação que os seus esforços foram coroados do melhor êxito pois*

¹⁴⁸ *Ofício do delegado de Guaratinguetá ao chefe de polícia, em 22/01/1880. AESP, co2602. Waldyr Rodrigues de Moraes calcula a porcentagem de vacância no efetivo para alguns anos, conforme tabela abaixo.*

Ano	Porcentagem	Ano	Porcentagem	Ano	Porcentagem
1868	24,67	1871	12,12	1880	7,41
1881	22,17	1883	22,52	1885	6,04

Fonte: Waldyr Rodrigues de Moraes. *Milícia Paulista – história da polícia militar paulista*. São Paulo : Museu da Polícia Militar, 2003, 3 vol., p. 41.

¹⁴⁹ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 22/08/1876. AESP,co 2573.*

¹⁵⁰ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 22/08/1882. AESP, co2620.*

como nesta data cumpriu-se a lei vigente a qual fixou a força do Corpo para o exercício de 1888 e 1889 em 1500 homens (...).¹⁵¹

Fardamentos e armamentos também não escapavam do desmazelo geral. Mas, em teoria, não era para ser assim, afinal uma polícia que se prezasse se representava pela farda, exalando autoridade, conforme pregavam os manuais mais modernos. Pretendia-se dotar os policiais com os recursos necessários para ostentar a autoridade, impor a ordem pública e bem representar o Estado. Isso significava vesti-los com uniformes imponentes e dotá-los de armas ameaçadoras. Afinal, o uniforme carrega toda uma simbologia: é sinal heráldico e diferenciador. Conforme escreveu um historiador da *gendarmerie* francesa: “*Sua visão [do uniforme] pode gerar certas atitudes, temor, respeito ou hostilidade, ao mesmo tempo em que seu uso deve induzir (...) uma conduta, um porte militar que vem reforçar uma regulamentação formal bastante estrita (...) O uniforme porta a imagem da gendarmerie, ele é mesmo a imagem da marca*”.¹⁵²

A farda aponta o lugar destacado de quem o veste em relação àqueles que lhes devem prestar continência, além de somar um componente de orgulho para o policial: o uniforme “*deixa visível a masculinidade na sua forma mais pura*”.¹⁵³ Enfim, é símbolo do “*espetáculo da força viril*”.¹⁵⁴

De acordo com o regulamento do CPP, o uniforme do policial permanente era composto de capote, sobrecasaca azul e outra branca, calça azul e branca, camisa, boné, um par de sapato, gravata de couro e uma esteira. Os sargentos recebiam, além disso, uma banda de lã, que servia de sinal distintivo. Carregavam como armas uma espingarda, um terçado, uma pistola, uma baioneta, uma espada, um martelinho, um saca-trapo, uma bandoleira, escovinha e agulheta, cinturão com canana, bainha de baioneta, bainha de terçado, guarda-fechos, porte para pistolas e uma corneta.¹⁵⁵ Os guardas urbanos eram mais

¹⁵¹ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 01/08/1889*. AESP, co2346.

¹⁵² Aurélien Lignereux. *Gendarmes et policiers dans la France de Napoléon – le duel Moncey-Fouché*. Maisons-Alfort : Service historique de la Gendarmerie Nationale, 2003, pp. 116, 117.

¹⁵³ Ute Frevert. “Service militaire et Histoire du Genre em Allemagne au XIXe siècle” in: *L’histoire sans les femmes est-elle possible? Actes du Colloque de Rouen, 27-29 novembre 1997*. Paris : Perrin, 1998, p. 260.

¹⁵⁴ Quentin Deluermoz. “Images de policiers en tenue, images des gendarmes – vers un modèle commun de représentants de l’ordre dans la France de la seconde moitié du XIXe siècle”, *op. cit.*, p. 206.

¹⁵⁵ Em 1889, nos umbrais do regime republicano o comandante do CPP, a bem da elegância da tropa, “concedeu licença” para que praças e oficiais do Corpo usassem “*lista vermelha de dois dedos nas calças de pano e uma outra lista nos bonés de pano (...)*”, lembrando categoricamente que “*essa alteração não importa em despesa para os cofres provinciais, será feita a custa dos oficiais e praças (...)*”. *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 25/07/1889*. AESP, co2345.

garbosos: vestiam uma sobrecasaca de pano azul-ferreta, gola do mesmo pano e botões prateados. Usavam calça de brim azul ou branco, blusa de brim pardo, camisa branca, botina, quepe, um capote de pano escuro com capuz e gravata de verniz. (anexo 2) Em serviço, deviam portar uma espada-rifle, um cinturão com cartucheira e um revólver.¹⁵⁶

No entanto, vasculhando os documentos, verificamos que a história da polícia na província de São Paulo foi marcada por armamentos obsoletos, fardamentos estragados, quartéis depauperados e cadeias rotas. Havia uma renitente cantilena de delegados e oficiais queixando-se, por meio da correspondência interna, do estado geral da corporação. Até por falta de papel, o serviço policial era retardado.¹⁵⁷ De fato, foi quase anedótica a precariedade material que marcou o cotidiano da polícia.¹⁵⁸

Do escaler aos rifles, o equipamento disponível para a manutenção da ordem pública era sofrível ou improvisado. Diante da impossibilidade de comprar no mercado da Corte as 20 pistolas “*do sistema mais aperfeiçoado e do mais acreditado fabricante, apropriadas em tudo ao serviço do Corpo Policial dessa província*”, o chefe de polícia contentou-se com “*revólveres de moto contínuo*”, os mesmo usados pela marinha, a 28 mil réis cada um, municiados de 50 cartuchos.¹⁵⁹ Em 1878, por exemplo, o delegado de

¹⁵⁶ Um interessante trabalho sobre a heráldica dos uniformes militares, especificamente da Guarda Nacional, é o de Adilson José de Almeida. *Uniformes da Guarda Nacional: 1831-1852. A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 1998.

¹⁵⁷ “*Tendo determinado ao alferes comandante do destacamento policial desta cidade que diariamente desse parte por escrito a esta delegacia do ocorrido durante o dia e ronda das patrulhas e respondendo-me em data de ontem que não o pode fazer em razão de não se lhe fornecer papel para o expediente do destacamento como melhor verá V. Exa. do ofício incluso que o mesmo alferes me dirigiu, por isso rogo a V. Exa. providência a respeito*”. *Ofício do delegado de polícia de Santos ao chefe de polícia, em 05/12/1872*. AESP, co2542.

¹⁵⁸ O caso do escaler da alfândega – barco que permitia os policiais a abordarem os navios que fundeavam no porto de Santos – espelha nitidamente os pés de barro da polícia paulista. Nas mais de duas décadas de documentos compulsados, religiosamente os vários amanuenses externos da polícia, que se sucediam de tempos em tempos, oficiavam seus superiores na capital sobre as condições lastimáveis daquela embarcação. Ora o remo estava imprestável, ora o casco estava furado, ora a bandeira tremulava em farrapos. Numa seqüência obsidiante de correspondência, nunca aquele próprio policial mostrou forma decente e nunca se tomou uma providência cabal sobre a questão. O uso da pólvora também era dramático e desnuda o desmazelo administrativo da polícia. Em julho de 1889, o comandante do CPP pede autorização ao presidente da província para usar três arrobas de pólvora do Depósito de Artigos Bélicos por ocasião da festa de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da corporação, Nossa Senhora do Carmo, “*visto que esse artigo em grande quantidade existente no referido depósito está ali há longos anos estragando-se sem utilidade prática*”. Já em Sorocaba, o delegado local, “*em Sete de Setembro, por ocasião do te-deum, fiz a guarda do destacamento dar as três descargas do estilo e como não há verba para isso, fi-lo à minha custa, como tenho sempre feito desde que sou delegado de polícia e ultimamente ainda o fiz no ofício ao finado Duque de Caxias*”. Ver *ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 25/07/1889*. AESP, co2345 e *ofício do delegado de Sorocaba ao chefe de polícia, em 28/10/1880*. AESP, co2562.

¹⁵⁹ *Ofício de Joaquim Antonio Fernandes de Assumpção ao chefe de polícia, em 19/11/1873*. AESP, co2548.

Silveiras atestava que os armamentos do quartel estavam “*quase inutilizados (...) não existe um cartucho, uma bala, uma escova!*”. Solicitava oito espingardas ou clavinotes.¹⁶⁰ Em Santa Bárbara, o novo subdelegado fazia ver o péssimo estado do destacamento, cujos policiais engajados havia mais de seis meses, permaneciam “*desfardados, descalços e desarmados, vagando pelas ruas em mangas de camisa, com um pequeno cassetinho, não podem incutir o mesmo respeito que deviam ter se por ventura estivessem fardados e armados militarmente*”.¹⁶¹ Em Queluz, a situação do destacamento sensibilizou os habitantes da cidade que se cotizaram para adquirir fardamentos e armamentos. O chefe de polícia, inclusive, louvou o “patriotismo” dos cidadãos em ofício ao presidente da província.¹⁶² Em 1881, o chefe de polícia solicitou ao presidente da província que se providenciassem o fardamento e armamento para a recém-inaugurada Companhia de Urbanos de Santos. “*Sobre este assunto diz aquela autoridade [delegado local] que as praças no serviço, à paisana, quando intervêm em qualquer conflito não são reconhecidos como tal, pela marinhagem, resultando serem espancadas e desatendidas*”.¹⁶³ Essa situação de penúria calava fundo nas autoridades policiais, carregando em desespero e desânimo o tom normalmente protocolar dos ofícios trocados, como se entrevê na mensagem enviada pelo comandante interino do CPP ao chefe de polícia:

“O Corpo tem atualmente 502 praças de pré, todas desfardadas, visto que a maior parte delas não receberam fardamento por não a haver manufaturado, e as outras que já receberam antes do engajamento dos últimos incluídos estão todas com ele vencido e estragado, não só pela má qualidade da matéria prima. O Corpo ressentente-se também da falta de armamento, em razão de nunca o ter possuído de sua propriedade; a que está servindo acha-se em péssimo estado e incapaz de inspirar confiança numa diligência em que seja de absoluta necessidade o emprego da força; esse mesmo foi obtido por empréstimo do Armazém de Artigos Bélicos, depois de já estragado pelo 35º Batalhão de Voluntários da Pátria e pela Guarda

¹⁶⁰ Ofício do delegado de Silveiras ao chefe de polícia, em 30/07/1878. AESP, co2581.

¹⁶¹ Ofício do subdelegado de Santa Bárbara ao chefe de polícia, em 03/09/1872. AESP, co2546.

¹⁶² Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, s/d. AESP, co 2587.

¹⁶³ Ofício do chefe de polícia para o presidente da província, em 11/10/1881. AESP, co2611.

Nacional aqui destacada; esse empréstimo foi de 255 armas, desse número existem 53 imprestáveis, em arrecadação e as outras distribuídas (...).¹⁶⁴

Nem os guardas urbanos escapavam da penúria. Tal como o pomposo cisne, a força instituída como o baluarte da modernidade, da polidez e do civismo não conseguia esconder as patas impróprias. Literalmente. Descalça, a elite da polícia paulista não podia patrulhar as ruas e impor a autoridade sobre a população, igualmente andrajosa e de pés nus. Afinal qual o sinal mais gritante da liberdade, se não o sapato? *“É o calçado o artigo de mais pronto consumo na companhia, basta atender à natureza do serviço. Os guardas mais briosos ou aqueles que dispõem de alguns recursos, apresentam-se decentes, mas fazem a despesa, outros já fazem o serviço em posição humilhante, comprometendo a dignidade da companhia. Em qualquer dos casos há violação do regulamento e enfraquecimento da disciplina (...) O guarda urbano tem necessidade imprescindível, desde que não é a força material o seu principal recurso, de regular-se pelas leis da moral e da decência e para isto não lhe basta a elevação de sentimentos e a consciência do dever; é-lhe também necessário estar acima de pequenas necessidades, como as de uniforme, para não ficar ao nível de qualquer maltrapilho. Zelo os créditos desta instituição porque a ela deve a cidade o seu bom policiamento que, se não é perfeito, contrasta com o sistema de outros tempos em que o abuso constituía a lei”*, escrevia o chefe de polícia ao presidente da província, em 1878.¹⁶⁵

O fardamento andrajoso e o armamento obsoleto punham literalmente a nu o agente representante do Estado. Ruía junto com o uniforme puído toda a sobranceira inerente à sua posição. O símbolo mais destacado da administração, aos olhos dos policiados, fazia figura escarninha – descalça e com o mosquetão engasgado. Assim, a incapacidade do governo de

¹⁶⁴ *Ofício do comandante interino do CPP ao chefe de polícia, em 25/02/1878. AESP, co2584.*

¹⁶⁵ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 06/06/1878. AESP, co2585.* Em 1880, o problema prosseguia, conforme *ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 24/01/1880. AESP, co2599.* Além dos calçados, o fardamento também não andava em bom estado, conforme noticiou o comandante da companhia de urbanos: *“O fardamento não vencido acha-se todo em mau estado, sendo a causa principal, não ter sido feito de fazenda de 1ª qualidade; o serviço contínuo, o mau tempo, tem cooperado para o estrago do mesmo”.* *Ofício do comandante de urbanos ao chefe de polícia, em 05/06/1878. AESP, co2584.* O problema tinha início com o fornecimento, uma vez que havia reclamações contra o fornecedor de fardamentos, que não teria realizado o serviço a contento, entregando peças visivelmente com defeito. O chefe de polícia viu-se obrigado a aceitar a encomenda por medida de emergência, mas solicitou providências para a empreitada seguinte. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em janeiro de 1879. AESP, co2591.*

vestir com zelo seus servidores não podia render a instituição mais humilhada. Tornava-se a polícia exposta a toda sorte de chincalhadas e impropérios, invertendo o lócus da autoridade. No lugar de um policial imponente e intrépido, restava uma figura bufona e impotente, convidativa a atrevimentos e pequenos reptos. Um relato do chefe de polícia interino sobre uma ocorrência de Itu ilustra bem essa situação, em que a força pública foi vaiada pela população: “*Sem fardamento e nem armamentos não inspira confiança às autoridades e nem infunde respeito aos turbulentos e malfeitores*”.¹⁶⁶

Não eram apenas a farda e as armas que envergonhavam as autoridades policiais, comprometendo o serviço geral. Os quartéis também não escapavam do desmazelo geral. Muitas vezes eram improvisados em casas precárias, cujos cômodos eram compartilhados com as enxovias, obrigando “*as praças do destacamento [a dormirem] no chão, seus fardamentos vêm-se pendentes em pregos nas paredes e portadas do quartel e não há lugar apropriado para conservar o armamento novo que, em breve (...) O atual quartel foi aproveitado do espaço que ficou pela remoção da escada do edifício da Câmara Municipal, do que resultou uma economia de 20 mil réis mensais com que concorreria a província pelo aluguel de uma casa para esse fim. É de toda a justiça, portanto que os cofres provinciais forneçam o auxílio pedido que não é avultado, a fim de dotar o quartel desses melhoramentos mais indispensáveis*”, escreveu o delegado de Queluz, em um ofício de maio de 1878.¹⁶⁷

Mesmo na capital, o quartel mostrava-se em situação precária, segundo informam os repetidos relatórios do comandante do CPP: “*É de mais que diminuto para a acomodação das praças*”, lamentava ele ao presidente da província em 1877. “*Acha-se estabelecido no pavimento inferior do convento do Carmo e ali se acham as reservas das quatro companhias mal acomodadas, sendo a prisão e dormitório das praças pouco salubre por*

¹⁶⁶ Ofício do chefe de polícia interino para o presidente da província, em 03/07/1873. AESP, co2550. A derrisão ganha as páginas galhofeiras da imprensa ituana e paulistana. Nesse mesmo ofício, o chefe de polícia interino se impressiona com as correspondências “*em estilo humorístico*” trocadas por Segismundo, no *Diário de São Paulo*, e Mandu, no *Ituano*. O *Diário* reclamava a presença de mais praças, já que o destacamento mostrava-se insuficiente.

¹⁶⁷ Ofício do delegado de Queluz ao chefe de polícia, em 13/05/1878. AESP, co2582.

serem muito acanhados esses alojamentos, não havendo prisão para inferiores nem uma sala para o oficial do estado maior, o que é de grande inconveniente”.¹⁶⁸

Como visto, as reformas promovidas na organização policial não serviram para incrementar o serviço ou melhorar a qualidade material da corporação. Nem a extinção da polícia local nem a ampliação do CPP convergiram para a eficiência do policiamento. Um visionário chefe de polícia, ainda em 1878, já vaticinava que a reorganização policial não se mostraria bem sucedida:

“Uma diminuição de 700 praças para serem substituídas gradualmente, conforme os recursos do corpo de permanentes, onde os engajamentos são escassos, é muito sensível e por muito tempo há de atuar na marcha do serviço. As reclamações do interior não cessam; os reparos da imprensa são até dirigidos com censura às autoridades superiores. Campinas e Santos estão, pode-se dizer, consideradas, neste particular, muito abaixo do que merecem como cidades importantes e populares. As cidades de Guaratinguetá, Franca, Lorena, Areias, Piracicaba, Mogi Mirim e Rio Claro estão quase nas mesmas condições; a Vila de Pirassununga tem na história da estatística criminal tais registros, que todos os pedidos que dali vêm os considero dignos de séria atenção, porque é preciso evitar crimes, combater a

¹⁶⁸ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 20/08/1876. AESP, co2307. Pedro Dias de Campos relata as condições repugnantes do quartel: “Quando pela primeira vez se penetrava no quartel do Carmo, não era sem horror e repugnância; parecia ao visitante que se achava a 50 metros abaixo do solo, tal a má impressão recebida. Notava-se que lhe faltavam alguns cômodos e os que existiam eram insuficientes (...) respirava-se ali um ar quente, fétido e nauseabundo; nunca era ele renovado”.* Pedro Dias de Campos. “Quartéis de São Paulo”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIV, 1909, p. 209. O Convento do Carmo foi residência definitiva do quartel do CPP na Capital até o final do Império, apesar dos seguidos protestos dos comandantes para que houvesse mudança. Em 1892, foi inaugurado o Quartel da Luz, mas o 3º Batalhão da Força Pública permaneceu no Carmo até 1906. Mesmo a Secretaria de Polícia ficava numa “casa imprópria” na rua do Imperador, sendo urgente a necessidade de mudança, segundo apelo do chefe de polícia. *Ofício do chefe de polícia para o presidente da província, em 11/02/1878. AESP, co2585.* Em 1880, a Secretaria foi transferida para os números 18 e 20 da rua do Quartel. *Termo do contrato de locação das casas números 18 e 20 sitas à rua do Quartel (...).* AESP, e01532, fl. 44v. Em 1886, a repartição mudou-se para o número 9 da rua das Flores. *Termo do contrato de locação da casa número 09 sita à rua das Flores (...).* AESP, e01532, fl. 80. Em 1889, o problema prosseguia. Em ofício reservado, o chefe de polícia lamentava que “é impossível continuar a funcionar no prédio em que se acha (...) devido a suas péssimas condições higiênicas. Aglomeração de empregados numa sala estreita, sem ar nem luz e impregnada de uma atmosfera saturada de umidade e fétida pelo ajuntamento de indivíduos de toda espécie (...) são elementos perniciosos (...)”. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 3 de maio de 1889. AESP, co2699.*

*impunidade e garantir a vida dos agentes da polícia, pedidos este há bem pouco tempo corroborados pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca”.*¹⁶⁹

O chefe de polícia responsabilizava a Assembléia Provincial de ter agido apenas de acordo com imperativos econômicos, descuidando dos interesses de ordem pública. Segundo sua análise, a medida não teria sido bem sucedida, pois *“os elementos de ordem [não] firmaram-se a ponto de dispensar o concurso da força armada nem a vigilância que compete à administração para prevenir e reprimir podia ser descurada pelo poder legislador”.*¹⁷⁰

Ao longo dos anos que se seguiram à reforma, as previsões se confirmaram. No seu relatório anual de 1883 sobre o andamento do CPP, o comandante geral foi categórico ao depreciar o estado da instituição. Sob a rubrica de “Considerações Gerais”, consignou que *“a atual organização do CPP é talvez a mais inconveniente possível; um corpo com uma organização de 1068 praças e com um pessoal de oficiais tão pequeno, pois que conta cinco oficiais do Estado Maior e dezoito das Companhias, facilmente se vê quão defeituosa é a mesma organização”.* Sugeriu que o número de praças fosse reduzido a 400 ou 500, com o número proporcional de oficiais, *“organizando-se a polícia local ou companhias com seus respectivos oficiais, tendo por centro uma localidade do Norte, do Sul de Oeste e independente do Corpo de Polícia, mas imediatamente sujeitos à Presidência ou ao Chefe de Polícia, ficando o Corpo para os destacamentos volantes e permanentes das localidades mais centrais”.*¹⁷¹

Uma nova reforma

Os reclamos da autoridade parecem ter repercutido na Assembléia Provincial que, no exercício de 1884/1885, resolveu alterar novamente a estrutura policial, ressuscitando a polícia local e diminuindo o contingente de permanentes. De acordo com a Lei 54, de 1º de abril de 1884, foram mantidos destacamentos do CPP em Taubaté, Santos, Campinas e Ribeirão Preto e, no ano seguinte, também foram contempladas as cidades de Rio Claro,

¹⁶⁹ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 25/02/1878. AESP, co2587.*

¹⁷⁰ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 25/02/1878. AESP, co2587.*

¹⁷¹ *Relatório do comandante do CPP ao presidente da província, em 20/11/1883. AESP, co2327.*

São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Franca. Os destacamentos da polícia local ficaram divididos em 139 cidades de acordo com deliberação legal.

De pronto, percebe-se uma incoerência quando se analisam os motivos que fomentaram a nova reforma em relação aos argumentos que sustentaram à reforma de 1877. Declarava o comandante do CPP que os destacamentos muito reduzidos e afastados do comando central não se prestavam a um controle disciplinar efetivo. Como solução, sugeria a concentração do seu pessoal em poucos destacamentos. Um ofício enviado ao presidente da província em resposta ao pedido do subdelegado de Barretos, localidade das mais sertanejas da província, pedindo um contingente de permanentes naquela vila arrola os principais termos de seu argumento. Alegava o comandante que havia um *“inconveniente que poderá provir com um pequeno destacamento do CPP em um lugar longínquo onde, por via de regra, as praças abandonarão os hábitos de praças para entregarem-se à prática de vícios e de outros costumes reprovados”*.¹⁷²

Assim, a nova medida adotada era diametralmente oposta aos argumentos que levaram à extinção da polícia local em 1877 e o incremento do CPP: a necessidade de uma força policial curada na centralização de comando e na disciplina militar. Por trás dessa nova mudança legal, esconde-se a falência de uma iniciativa ambiciosa que havia cobiçado aliciar um contingente significativo da população paulista num projeto disciplinar-pedagógico.

Mas o projeto subjacente à primeira reforma estancou no nível da quimera. A mesquinhez do cotidiano logo desfez as ilusões. Os recursos disponíveis, como analisamos, não puderam fazer absorver e preparar com decência a importante leva de voluntários. Muitos permanentes só visitavam o quartel do Carmo – em teoria o centro nevrálgico da reciclagem policial – uma única vez, justo no dia do juramento. Assim, o inchamento proposto em 1877 transformara-se num tiro que dolorosamente saía pela culatra, conforme observava o comandante do CPP, em 1882, em referência ao universo dos engajados: *“Muitos desses indivíduos são apresentados pelas autoridades das diferentes localidades só traria despesa para a província, visto que são os mesmo competentes para serem agentes da polícia, pois, ao que parece, são para aqui enviados para se verem livres dos*

¹⁷² Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 01/09/1884. AESP, co2333.

vagabundos que infestam muitas localidades do interior”.¹⁷³ A necessidade de se ampliar o efetivo desviou o Corpo dos princípios mais nobres que orientaram a reforma – inadvertidamente o *engajamento* se assemelhava ao *recrutamento*, isto é, tornava-se uma válvula de escape para o controle social. Mesmo que a incorporação não se concretizasse de fato, durante os anos de transição, delegados e subdelegados do interior lograram enviar à capital aqueles indivíduos indesejáveis, e tudo às expensas do erário.

No plano da organização do policiamento, o retorno da polícia local significava o restabelecimento mais vigoroso das tramas locais de poder. Além disso, no âmbito da rotina policial, a alteração estrutural, fez com que se repetissem os dramas particulares de seis anos antes. Os delegados, durante os anos de 1884 e 1885, se viram obrigados a se adaptar a fórceps às novas diretrizes. A idéia era de assentar os policiais locais – muitos deles antigos praças de permanentes – nas cidades em que lhes melhor conviessem, a fim de estimular sua permanência na corporação reavivada. Essa, aliás, era uma das linhas mestras da reforma. Entretanto, nem sempre o governo fez valer sua boa-fé, levando muitos policiais a refutarem ou desertarem diante de uma transferência indevida. As praças em excesso de contingente, caso não se ajustassem à nova organização, eram simplesmente excluídos da instituição. Para agravar a situação, a reestruturação deixava os policiais à mercê do arbítrio dos delegados, já que não estavam mais subordinados ao comandante do CPP – a linha hierárquica os vinculava diretamente ao chefe de polícia e autoridades locais. Muitas rixas e rivalidades devem ter sido acertadas nos meses de transição.

É que se sugere este ofício enviado ao chefe de polícia pelo delegado de Mococa, em que solicitou que não se oferecesse passagem de trem ao soldado Joaquim Lemos dos Santos, por ser *“imprestável ao serviço, não só por ser maior de 60 anos, como por ser quebrado e muito doentio, deixando ainda há pouco tempo fugir um preso por não ter força para segurá-lo e nem poder ir ao encalço do mesmo”*.¹⁷⁴ Em Franca, o delegado oficiou ao chefe de polícia alertando que as praças destacadas na cidade *“declararam a esta delegacia que não querem fazer parte do Corpo da Polícia Local (...), visto serem praças do CPP; acrescento ainda terem deixado todo o serviço da guarda da cadeia onde se acham reclusos treze presos importantes (...) bem como todas as repartições públicas (...)*

¹⁷³ Relatório do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 20/11/1883. AESP, co2327

¹⁷⁴ Ofício do delegado de Mococa, ao chefe de polícia, em 22/07/1884. AESP, co2634.

*Temo que elas procurem essa capital, visto que declaram que abandonarão o destacamento (...)por falta de quem lhes faça pagamento dos seus pretos [vencimentos]”.*¹⁷⁵

Um primeiro indício do insucesso da empreitada pode ser aferido no ofício que o chefe de polícia enviou ao presidente da província ainda em setembro de 1884, avisando o dignitário que, em muitas cidades, não se completaram os destacamentos locais por falta de pessoal que quisesse prestar os serviços. Ato contínuo, ele sugeriu que se concedessem passagens de trem aos moradores da capital que se voluntariassem ao posto. Prontamente, o presidente anuiu a medida.¹⁷⁶

E as reclamações se repetiam. Muitas cidades não foram contempladas com um destacamento de polícia local. Nesses casos, a demanda pelo auxílio do CPP era a regra, como se depreende do ofício enviado pelo delegado de Piracicaba ao chefe de polícia, em setembro de 1884, em que informava a impossibilidade de constituir o contingente da polícia local, estabelecido em 10 praças, por falta de voluntários. No mesmo documento, alegava que o prolongamento da estrada de ferro para a Vila de São Pedro causava grande aglomeração de trabalhadores, “*turbulentos e desordeiros*”.¹⁷⁷

Com efeito, a situação de penúria policial não foi atenuada com a reforma. Nos anos subseqüentes, foram constantes as reclamações de delegados e subdelegados, que relatavam as dificuldades de se preencher o efetivo dos destacamentos, mesmo passado um ano da vigência da lei.¹⁷⁸

A ineficiência corroborada pela precariedade material das forças policiais prosseguia. Se por um lado, a reorganização da polícia local causava novamente conflitos localizados pelo controle dos aparatos policiais; por outro, a concentração de esforços disciplinares e recursos financeiros num CPP reduzido e, em teoria, melhor treinado e disciplinado, também não obteve sucesso. Em 1886, seu efetivo continuava depauperado e incapaz de impor a autoridade tanto prezada pelo governo. A imagem de uma tropa

¹⁷⁵ *Ofício do delegado de Franca ao chefe de polícia, s/d.* AESP, co2634.

¹⁷⁶ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 11/09/1884.* AESP, co2634.

¹⁷⁷ *Ofício do delegado de Piracicaba para o chefe de polícia, em 01/09/1884.* AESP, co2333.

¹⁷⁸ Ver, por exemplo, os ofícios constantes da caixa co2646, que coleciona a correspondência dos subdelegados ao chefe de polícia no primeiro semestre de 1885.

brancaleônica, sorna e esgazeada, não escapa dessa observação do delegado de São Simão:¹⁷⁹

“Estou informado por pessoa competente que o destacamento provisório do Corpo composto de quatro soldados que se acha na vila de São Simão está num estado deplorável de relaxamento: as praças quase que desfardadas ou com objetos estranhos ao seu uniforme e mesmo sem ter que as comande regularmente. Este destacamento seguiu de Campinas em caráter de diligência para São Simão, não havendo na ocasião uma praça graduada para o comandar, foi designada uma das mesmas praças para comandar as outras”.¹⁸⁰

Finalmente, em 1888, uma nova reforma legal determinou uma nova extinção da polícia local, a partir de 1º de julho daquele ano. A história, então, se repetiu com as queixas e reclamações de delegados e subdelegados incapazes de preencher os recém-criados destacamentos do CPP, cujo contingente passou de 508 para 1500 homens.¹⁸¹ As autoridades policiais das localidades tentavam negociar com a chefia de polícia um escambo de praças e comandantes, muitas vezes enviando para serem engajados paisanos de confiança em troca do recolhimento de soldados indomáveis. Em Bocaina, por exemplo, o subdelegado arregimentou dois *“cidadãos (...) homens de bons costumes, morigerados e sem vícios”*, os quais enviava com recomendação ao chefe de polícia. Em troca pedia a substituição da praça Antonio Pires dos Santos, engajado em novembro de 1888, em Bom Sucesso, nascido em Alambari, em 1842, com 1,59m, branco, sem ofício, casado, recolhido alguns dias antes à capital por ordem do comandante do CPP: *“É para a boa ordem e bom desempenho de meu cargo que envio aqueles cidadãos que por ordem de V. Exa. deverão*

¹⁷⁹ Essa mesma impressão tem Ivan de Andrade Vellasco sobre a polícia na primeira metade do século XIX. Ivan de Andrade Vellasco. “A polícia imperial: notas sobre a construção e a ação da força policial (1831-1850)”. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - Guerra e Paz*, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH, na Universidade Estadual de Londrina, em Londrina – PR, entre 17 e 22 de julho de 2005.

¹⁸⁰ *Ofício do delegado de São Simão para o chefe de polícia, em 30/03/1885. AESP, co2653.*

¹⁸¹ *“Tendo ontem findado o prazo marcado para a extinção da polícia local, acho-me presentemente só com o cabo comandante do destacamento”*. *Ofício do subdelegado de polícia da freguesia de São Bernardo ao chefe de polícia, em 1º de julho de 1888. AESP, co2693.*

fazer parte da força aqui estacionada”. Sem dúvida, contava o delegado com a boa vontade da administração policial em fazer estacionar no município de origem os novos recrutas.¹⁸²

Entretanto, muitas vezes a estratégia malograva e as praças recém-engajadas eram transferidas alhures, como no caso de José Mariano Francisco de Souza, que não retornou para Cruzeiro, no Vale do Paraíba, onde deixara “*sua mulher e família a quem serve de amparo*”, sendo remetido para Pirassununga, no Oeste paulista. O fato ensejou reclamação formal do delegado do local.¹⁸³ Outras vezes era a população em abaixo-assinado que solicitava a permanência ou o retorno de uma praça querida, a exemplo do que se deu em São Pedro, de onde partiu um requerimento ao chefe de polícia subscrito por treze pessoas, dentre elas o vigário, negociantes e eleitores, requerendo a volta do soldado João Pinto de Oliveira, “*valente e de confiança (...) que em ocasiões mais críticas sujeita-se ao perigo*”, além de ser ele morigerado e gozar de alto conceito entre os são-pedrenses.¹⁸⁴

O descompasso entre as autoridades locais e a administração policial podia causar transtorno e estupefação. Em novembro de 1889, logo antes da proclamação da República, o subdelegado de Ribeirão Bonito escrevia ao chefe de polícia relatando que a praça enviada em substituição “*ao bêbado que tínhamos*” não se vexava em anunciar “*já ter estado no hospício de alienados e que foi mandada para aqui tomar ares e engordar*”. O policial, coitado, ainda teria sido espancado e roubado por umas mulheres na rua.¹⁸⁵

Os policiais em conflito

Um outro problema que atordoava os delegados e atrapalhava sobremaneira o serviço policial eram as rixas que se estabeleciam entre os permanentes e os policiais locais. Os primeiros, estacionados em caráter provisório, na maioria das vezes, estabeleciam restritos laços de sociabilidade com a comunidade local; enquanto os policiais locais eram recrutados entre aqueles que estavam entranhados nas redes comunitárias, e nutriam interesses diversos. Com efeito, os permanentes representavam um poder mais alheio às dinâmicas do lugar. Provavelmente ostentavam uniformes menos gastos e armamentos mais vistosos, uma vez que contavam com a prioridade de investimentos.

¹⁸² *Ofício do subdelegado de Bocaina ao chefe de polícia, em 22/04/1889. AESP, co2699.*

¹⁸³ *Ofício do delegado de Cruzeiro ao presidente da província, em 29/12/1888. AESP, co2699.*

¹⁸⁴ *Abaixo-assinado enviado ao subdelegado de São Pedro, em 10/01/1889. AESP, co2699*

¹⁸⁵ *Ofício do suplente de subdelegado de Ribeirão Bonito ao chefe de polícia, em 05/11/1889. AESP, co2702.*

Quando em diligência, chegavam para interceder em um problema específico, sob a força de uma autoridade *ad hoc*, porém inegável. O principal é que formalmente só eram obrigados a responder parcialmente às autoridades locais (delegados, subdelegados, juízes), já que obedeciam diretamente ao comando dos superiores de sua própria hierarquia. Tinham consciência de que se demorariam por pouco tempo, deixando para trás inimizades e remorsos. As contendas encetadas no corriqueiro do dia-a-dia não raro descambavam para a renhida violência. De parte a parte, os policiais, inflados pela porção extra de autoridade, se arreganhavam sobre os apanágios varonis que delineavam o universo militar-policial, sem dúvida instigados pelo armamento, pela farda e pelos códigos sertanejos de honra e valentia.¹⁸⁶

Em Franca, por exemplo, ainda no ano de 1877, onde havia um destacamento híbrido, soldados do CPP espancaram um policial local e, posteriormente, resistiram à voz de prisão. Como não havia força suficiente no quartel para render os três infratores, os permanentes pernотaram na Casa da Câmara, bem como todos os outros soldados do corpo para evitar mais desordem.¹⁸⁷ Em Limeira, em 1886, o delegado atestava os “*inconvenientes em continuar o destacamento desta cidade com praças de permanentes e locais*”. A autoridade reputava a responsabilidade sobre os policiais locais, segundo ele, uns “*indivíduos poltrões e por demais relaxados*”.¹⁸⁸

Em sua edição de 18 de janeiro de 1888, o jornal *Diário Mercantil* publicou a seguinte nota, repercutindo uma notícia vinda de Amparo:

“Reina completa anarquia entre a polícia local e a do corpo de Permanentes. Devido a rivalidades entre ambas, uma está incompatível com a outra. Daí as cenas desagradáveis que tem havido, e que desacreditam e desmoralizam aqueles que devem representar a ordem e a tranqüilidade pública. O sargento da polícia local,

¹⁸⁶ Sobre o código de valentia e a cultura de violência, ver Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres numa ordem escravocrata. op. cit.*; ver também Ivan Andrade Vellasco. *As seduções da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. Bauru/São Paulo : ANPOCS/EDUSC, 2004, principalmente capítulo 4.

¹⁸⁷ *Ofício do comandante do destacamento de Franca para o chefe de polícia, em 06/01/1877*. AESP, co2583.

¹⁸⁸ O delegado recomendava, inclusive, a extinção da polícia local: “*As praças de que se compõe o destacamento local (...) não estão nas condições que requer o respectivo regulamento por serem uns doentes, outros dados ao vício da embriaguez e finalmente outros muito crianças de forma a nenhum respeito infundir*”. *Ofício do delegado de Limeira ao chefe de polícia, encartado em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 02/10/1886*. AESP, co2660.

*que conta com a proteção do delegado de polícia e do chefe conservador, tem feito o que pode para desmoralizar e arredar daqui o cabo que comanda o destacamento do corpo de Permanentes (...) Ontem (...) foi-lhe dada ordem de prisão, efetuada incontinentem, em plena rua pelos policiais locais, com verdadeiro escândalo, porque foi agarrado e arrastado para a enxovia, onde até agora (11 horas da manhã) se conserva!”*¹⁸⁹.

As rivalidades entre os policiais extravasavam o âmbito mais rasteiro para espocar em todos os níveis da administração. A começar pelos comandantes de destacamento que desrespeitavam delegados e subdelegados e vice-versa. São comuns as queixas recíprocas sobre conflitos de competência entre as hierarquias policiais. O destinatário final dessa cadeia de impropérios era o presidente da província, que, em última instância, respondia pelos dois ramos administrativos. Na base da questão estavam uma certa relutância dos permanentes em se subordinarem às autoridades civis e a conseqüente disputa entre a chefia de polícia e o comando do CPP pelo controle do aparato policial. Em teoria, ambos deveriam compartilhar a mesma porção de autoridade, ocupando uma posição hierárquica correlata. Mas, de fato, o chefe de polícia se adjudicava de um poder maior do que seu homólogo. E, com efeito, ele realmente desempenhava um papel supino no controle das instâncias policiais, poder que extravasava para outras searas administrativas. Por sua vez, o comandante do CPP se batia para que sua soberania sobre a instituição que comandava fosse respeitada por delegados e subdelegados, os quais, em relação ao Corpo, deviam se portar com deferência e respeito. Simbolicamente, é no nível da linguagem que essa disputa transparece em primeiro lugar. Foram em arroubos atrabiliários que o comandante do CPP reclamou dos termos com os quais o subdelegado de polícia do Sul da Sé se dirigiu a ele em ofício. Solicitou ao chefe de polícia que seu subordinado usasse “*de expressões mais convenientes e corteses, visto que não transmite ordens ao seu ordenança*”.¹⁹⁰

Da inconveniência da linguagem à interferência indevida é questão de um passo. Em 1886, novamente o comandante do CPP procurou o presidente da província a fim de protestar contra o comportamento de delegados e subdelegados que, de acordo com aquela

¹⁸⁹ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 18/01/1888. AESP, co2690.*

¹⁹⁰ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 25/03/1874. AESP, co2555.*

autoridade, acreditavam que os comandantes dos destacamentos “*estão sujeitos à sua administração, envolvendo-se até na sua economia e disciplina [do Corpo]*”. Em sua resposta, o chefe de polícia saiu em defesa de seus asseclas, atacando o comandante do CPP, ao dizer que “*basta a simples enunciação de tão impertinente representação para se conhecer que o comandante do CPP quer fazer do dito Corpo um Estado no Estado!*”.¹⁹¹

Essa discussão, estabelecida numa esfera intelectualizada, repercutia os atritos tão comuns ocorridos ao rés-do-chão, em que o verniz civilizado cedia lugar a discussões mais acalentadas e até às vias de fato. Foram muito comuns as fricções entre delegados e subdelegados e comandantes de destacamento enviados para o interior. Muitas vezes escamoteada por uma “batalha de ofícios”¹⁹², no limite, a disputa por autoridade extravasava para manifestações explícitas de poder, como no caso de Mogi das Cruzes, em que uma rusga entre o delegado e o sargento do CPP João Candido de Oliveira, comandante do destacamento, e dois de seus subordinados culminou em uma das praças ousar a proclamar a prisão da autoridade. O caso repercutiu na folha local, a *Gazeta de Mogi das Cruzes*, e trouxe indignação generalizada entre os mogianos respeitáveis.¹⁹³

No plano formal, a rivalidade entre o chefe de polícia e o comandante do CPP descortina uma desabrida disputa pelo poder num momento em que a administração pública e suas agências de intervenção se multiplicam e se especializam. Vilas e cidades são repartidas em novas freguesias; agências de correio e cadeiras de primeiras letras se espalham pela província; distritos policiais e comarcas são criados. E a polícia continua sendo o principal esteio administrativo do poder público, como sugere sua privilegiada fatia orçamentária. Evidentemente a ingerência sobre esse aparato conferia bastante poder a seu beneficiário. Mais interessante é que o embate entre a chefia de polícia e o comando do CPP ultrapassava a mera disputa mesquinha pelo controle policial. Representava, na

¹⁹¹ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 27/01/1886 e ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 08/02/1886. AESP, co2666.*

¹⁹² Em janeiro de 1889, o subdelegado de Escada escrevia ao chefe de polícia se queixando da presença do cabo Antonio Correa Galvão Filho, nomeado para comandar o destacamento local. Dizia ser o desafeto “*muito péssimo (...) é mal visto aqui e vem talvez com o fim de vingar-se de alguns inimigos e provocar desordens*”. *Ofício do subdelegado de Escada ao chefe de polícia, em 22/01/1889. AESP, co2699.*

¹⁹³ O entrevero teria se iniciado com a ordem de prisão contra o sargento e três praças que se recusaram a tomar o trem e se recolherem à capital segundo ordem do delegado. Segundo o jornal, consta “*que nessa insubordinação do sargento e soldados andou a misteriosa influência de algum sujeito, somente no intuito de desmoralizar e desprestigiar o sr. delegado de polícia*”. *Ofício do delegado de Mogi das Cruzes ao chefe de polícia, em 13/06/1881. AESP, co2610.*

verdade, duas concepções divergentes sobre o lugar institucional da força pública e, no fundo, pode ser considerado um reflexo, talvez um pouco atenuado, é verdade, dos conflitos ideológicos que opuseram a oficialidade militar, sobejamente a do Exército, e os representantes da política imperial a partir do fim da Guerra do Paraguai. A birra semeada entre a oficialidade do Exército contra os “casacas” e “legistas” – alcunhas pespegadas pelos militares à aristocracia bacharelesca que regia a política partidária, simbolizada, nesse caso específico, pelos ocupantes dos cargos policiais de cepa “civil” – pode muito bem ter permeado os meandros do CPP, estimulando atritos num ambiente naturalmente competitivo. A auto-valorização da oficialidade militar como sendo uma “*contra-elite*”¹⁹⁴, verdadeira ordem privilegiada, dotada de lastro na experiência amarga da guerra, podia emprestar aos comandantes da polícia originários do exército essa aura exclusivista, fechada e, por que não, pedantesca.¹⁹⁵

O CPP, comandado no alto escalão por oficiais oriundos do Exército, aparecia como uma força autônoma, cada vez mais independente e refratária às oscilações políticas.¹⁹⁶ Isso significa que a oficialidade do Corpo, além de se mostrar bastante infensa às investidas externas, estava mais imune aos caprichos da politicagem do que seus colegas.¹⁹⁷ Essa

¹⁹⁴ Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles – o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo : Hucitec/Editora Unicamp, 1996, pp. 279 e 280.

¹⁹⁵ A “classe” militar se considerava uma ordem privilegiada, uma “*fusão mística entre a corporação e a pátria*”. Em 1887, a eclosão da “questão militar” – demanda do exército de participar ativamente na vida pública do país – é considerada um dos fatores precipitantes da queda do Império. Sobre a participação dos militares durante a crise do regime imperial e a “questão militar”, ver Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira*, tomo II, vol. 5, “Do Império à República”. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1997, principalmente o capítulo 3 do livro V, “Da fronda pretoriana”; John Schulz. “O Exército e o Império”, in: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira*, tomo II, vol. 4. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1997; Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles – o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, op. cit., principalmente capítulo 7.

¹⁹⁶ Marcos Bretas lembra que quanto maior o grau de institucionalização, mais maneiras criava de escapar ao controle do governo. Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*, op. cit., p. 62. Para Jean-Marc Berlière, “os policiais que se tornam ‘especialistas’, que adquiriram uma cultura e um saber específicos, são mais independentes vis-à-vis ao poder, este lhes controla menos bem e a polícia, sob essa ótica, adquire uma independência ou uma vontade de independência que (...) não é agradável ao poder político [pois, ao contrário do poder político, que muda de mãos], a polícia e os policiais permanecem”. Jean-Marc Berlière. “La professionnalisation: Revendication des policiers et objectif des pouvoirs au début de la IIIe République”, in: *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, 3, 1990, p. 417.

¹⁹⁷ O afastamento do CPP dos meandros da política mais rasteira pode ter vínculo com o papel que se avocavam os militares, principalmente os oficiais do Exército, no contexto de crise do final do Império. Desde meados do século XIX, a corporação se considerava um estamento cívico desapegado do patronato desmoralizante e corrupto: uma instituição moderna, reformadora e progressista, de inspiração positivista, incompatível com o regime escravista, que combatia na arena pública a política imperial. A fala do capitão do CPP, Guilherme José do Nascimento, acusado de haver agido com parcialidade partidária durante um

tendência se refletia, por exemplo, na baixa rotatividade de comandantes à testa da instituição: durante o período estudado, apenas cinco titulares se revezaram na função.¹⁹⁸

Um CPP fechado em si mesmo – “*um Estado no Estado*”, conforme a grita do chefe de polícia – fomentava o desenvolvimento de uma instituição, a exemplo do Exército, assaz institucionalizada, cerrada em rígidos princípios corporativos e burocráticos, e menos afeita a discricionariedades e às largas resiliências do poder de polícia. A série de entraves interpostos pela inconsútil cadeia hierárquica que caracterizava essa força de caráter militar seria responsável por atravancar o bom curso do policiamento com seu novelo de ordens, contra-ordens e prestações de conta. Portanto, mais adequado seria, aos olhos dos especialistas, vincular o comando das operações ao chefe de polícia e a seus subordinados, garantindo mais celeridade às ações necessárias, mesmo que a legalidade e o respeito à ordem superior – tão prezados pela instância militar – fossem relaxados.¹⁹⁹

imbróglio envolvendo a situação de um escravo quando era delegado-militar em Franca, dá a medida desse pretenso distanciamento: “*Como militar que sou há quase 20 anos, jamais me pronunciei na política do meu país, respeitando as ordens dos meus superiores e mantendo o governo. Como particular nunca externei também posições políticas*”. *Ofício do delegado de Franca ao chefe de polícia, encartado em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/07/1884*. AESP, co2634. Sobre a biografia de Guilherme José do Nascimento, ver capítulo 3.

¹⁹⁸ Carlos Maria de Oliva (1868-1878), Francisco de Paula Toledo Martins (1878-1883), Luiz Francisco Albuquerque Maranhão (1884-1887), Francisco de Castro Canto Mello (1887-1889), Henrique Candido A. Macedo (1889). *Apud.*, Euclides Andrade e 1º Tenente Hely F. da Câmara. *A força pública de São Paulo – esboço histórico – 1831 – 1931, op. cit.*, p. 40. Entre 1889 e 1891, no contexto de reestruturação republicana, houve mais três comandantes. Foram eles Guilherme José do Nascimento (1889-1890 e 1891), João Nepomuceno Pereira Lisboa (1890-1891), Manoel José Branco (1891) e Sérgio Tertuliano Castelo Branco (1891). Dentre esses nove comandantes, seis eram capitães reformados do Exército, um era major do CPP e dois eram tenentes-coronéis do CPP. Waldyr Rodrigues de Moraes. *Comandantes da Polícia Militar de São Paulo*. São Paulo : Museu da Polícia Militar, 1999.

¹⁹⁹ Essa foi a opinião de uma comissão estabelecida em 1887 a fim de analisar uma proposta para um novo regulamento para o CPP. Num primeiro esboço, o regulamento proposto pelo comandante do CPP, Luiz Francisco Albuquerque Maranhão, em 1885, previa independência total do comando do Corpo em relação à autoridade civil. No entanto, de acordo com a revisão exarada pela comissão constituída pelo chefe de polícia, pelo desembargador procurador da Coroa, pelo Secretário do Governo, pelo Procurador Fiscal do Tesouro Provincial, pelo presidente do Tribunal de Relação e por dois lentes da Faculdade de Direito, convencionou-se que o comandante do CPP deveria estar subordinado ao chefe de polícia. Em seu parecer, o chefe de polícia fez a seguinte ressalva: “*Que o chefe de polícia não possa intervir na disciplina do Corpo, acho razoável, mas que ele se torne de igual para igual ou quase subordinado ao seu comandante, a quem não possa dar ordens, que não contrariem as vistas do Administrador da Província é que não se deve admitir sem que se queira desviar o Corpo de Polícia de sua missão de policiamento, e sem que se queira colocar a chefia de polícia em dificuldades e em posição muito secundária*”. No mesmo sentido, o arrazoado do presidente do Tribunal de Justiça e dos lentes da Faculdade de Direito sugeria total submissão da força pública ao chefe de polícia, por ser este a primeira autoridade policial da província, “*a qual não pode deixar de subordinar-se a respectiva força simultaneamente civil e militar (...) cuja disciplina deve ser firme porque é ela um instrumento da lei e ordem interior, não deve ter outra vontade senão essa e a lei ser fiel às autoridades administrativas e judiciárias, debaixo de cujas ordens serve*”. A proposta para um novo regulamento do CPP

Como visto, do ponto de vista político-administrativo, o comandante geral e muitos de seus subalternos oficiais – capitães, maiores, tenentes e alferes – resistiam às alternâncias de presidentes da província e chefes de polícia, e sobreviviam mesmo às mudanças de gabinete e às *derrubadas* que se sucediam. Por isso, em termos práticos, angariavam experiência na administração policial, aprendiam a manejar os desvãos técnico-administrativos, perenizando os próprios métodos e desenvolvendo laços corporativos. Isso não quer dizer que eles saíssem totalmente ilesos das tramas políticas e das coonestações sectárias. A documentação mostra que os permanentes – de alto a baixo do escalão – se envolveram nas malícias da política provincial e local. Entretanto, a autonomia que lograram construir em relação aos demais vetores de poder os credenciava como uma força à parte no jogo político, munidos muitas vezes de boa dose de soberba e uma considerável manobra de barganha.

É fácil perceber que uma instituição estruturada a partir desses amplos espaços de independência não favorecia os pruridos das elites dirigentes, cujas diferentes facções – cada qual a seu turno e durante décadas – se favoreceram do açambarcamento da Guarda Nacional, como caução de governabilidade.²⁰⁰ Nessa luta intestina pelo domínio das forças policiais fica evidente a fratura que havia na cadeia de comando na linhagem da polícia “civil”, que une o chefe de polícia aos inspetores de quartirão, marcada pela intermitência irreparável dos titulares nos seus cargos, normalmente distribuídos de acordo com os humores da política mais rasteira. Esses sim dependiam umbilicalmente dos compromissos exigidos pela situação de momento, dos conchavos e dos acertos de contas estabelecidos nos bastidores. De cabo a rabo, eram postos de caráter eminentemente político.²⁰¹

A começar pela chefia de polícia, em que nada mais nada menos que 19 titulares se sucederam em 20 anos (sem contar os interinos), sendo que nenhum deles ultrapassou três anos na cadeira.²⁰² Eram bacharéis em Direito, muitos deles eram magistrados que faziam do cargo um trampolim para vãos mais altos, um mero estágio antes de alcançarem o

(que nunca entrou em vigor), os pareceres da comissão e o contra-argumento do comandante do CPP estão em *ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 21/07/1888*. AESP, co2342.

²⁰⁰ Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles – o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo : Hucitec/Editora Unicamp, 1996.

²⁰¹ Sobre a política compromissal que unia o governo central e os potentados locais no que tange à distribuição de cargos, ver Richard Graham. *Clientelismo e política no Brasil imperial*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1997.

²⁰² O campeão foi Joaquim José do Amaral que permaneceu no cargo de 20 de março de 1872 até três de junho de 1875.

ministério, o senado ou um tribunal.²⁰³ Do ponto de vista prático, as constantes alterações mostravam-se danosas à rotina policial. Com frequência perdia-se o pé da administração: antigas solicitações eram olvidadas, deliberações revisadas, portarias eram revogadas. Prevaleciam hábitos, costumes e práticas dos poucos servidores de longa data e dos próprios policiais, mesmo os de baixa patente – permanentes, urbanos e locais – que escapavam das peripécias políticas. Estes sim conseguiam amearhar tirocínio específico e instituíam nas brechas da lei, dos regulamentos e das normas regimentais, a reprodução, no fio do tempo, de uma prática policial construída a partir da experiência cotidiana, estruturada sobre princípios e normas muito particulares que passavam ao largo das políticas mais genéricas produzidas pelos dirigentes.

Aliás, seja como for, o controle efetivo sobre o aparato policial por qualquer um dos contendores podia ser frustrante, uma verdadeira vitória de Pirro. Afinal, as limitações da força policial foram mais que patentes. A precariedade que abatia os contingentes parecia ser endêmica à polícia paulista. Nos estertores do regime Imperial, as solicitações para o reforço de policiamento ainda se espalhavam pelos quatro cantos da província. Também se replicavam as reclamações sobre os baixos salários de praças e oficiais, a indecorosa situação do quartel no Carmo e o estado calamitoso do material disponível. Além disso, o estado incompleto e despreparado do destacamento empecia a modernização do armamento.²⁰⁴

²⁰³ Furtado de Mendonça, por exemplo, que exerceu a chefia de polícia por várias ocasiões, primeiro interinamente, e, depois, como titular (de março de 1878 a abril de 1879), atuava como professor da Faculdade de Direito, mesmo que isso causasse críticas por parte da imprensa. Em 1878, ele reclamou que durante o período em que esteve como chefe interino, prestando serviço não remunerado à polícia, teve seu salário como lente da Faculdade de Direito descontado nos dias em que não compareceu na Academia. Descontente, ele escreveu ao presidente para que saneasse o problema. *Ofício de Furtado de Mendonça ao presidente da província, em 05/09/1878*. AESP, co2586. Sobre essa personagem, Affonso A. de Freitas escreveu: “Quando o Conselheiro (...) ia dar aula na Academia de Direito de S. Paulo, ou dirigia-se ao Teatro S. José para assistir espetáculos, habitualmente montava num burro, sendo acompanhado a pé, ao lado, por sua ordenança, de alcunha José Chumbinho, de nacionalidade portuguesa. Por ser baixinho, a ordenança levava seu espadão no braço, quase no ombro, e ficava guardando o animal após o Conselheiro apegar a montaria. Furtado usava calças de brim pardo e capote azul escuro com as iniciais CPP, que ele mandava buscar no Corpo Policial Permanente”. Affonso A. de Freitas. *Tradições e reminiscências paulistanas*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1985, pp. 27 e 28.

²⁰⁴ Em setembro de 1888, o chefe de polícia faz referência ao estado rarefeito do contingente, ao solicitar a mudança do tipo de armamento, do padrão Minié para o Comblain: “Como arma de precisão e de repetição [o armamento à Comblain] é superior à Mauser, à Gras, à Verteli e leva incontestável vantagem à Minié, com que está armado o Corpo Policial. O mecanismo da Comblain, relativamente complicado, demanda entretanto, da parte do soldado, certo grau de instrução que, por circunstâncias conhecidas de V. Exa., notadamente pela manifesta desproporção entre o número de praças até hoje engajadas e as iniludíveis exigências do serviço em província populosa e vasta como esta, não se pode ainda encontrar no CPP. De

Era, portanto, sobre o policial, última instância dessa trama confusa, que recaía o peso da responsabilidade de manter a ordem e a tranquilidade pública, em meio a tantos desmandos. É sobre o perfil socioeconômico desse personagem que falaremos no capítulo que segue.

muito tempo, é sabido, não tem sido possível manter em quartel, na Capital, número de raças maior que o estritamente necessário para a guarnição da Cadeia e Penitenciária, achando-se as demais dispersas em cerca de 180 destacamentos conforme ofício do chefe de polícia ao presidente da província”. Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 11/09/1888. AESP, co2685.

Capítulo 2 - Um perfil socioeconômico do policial paulista

No capítulo anterior, analisamos a organização do policiamento na província paulista, tendo em vista não só o evoluir institucional, como também as ponderações que orientavam o lugar ideal que a polícia devia ocupar. Sendo o braço mais destacado da administração pública, a instituição que se espalhava pelos confins de São Paulo carregava – na sua carta de intenções – o pendor civilizatório e a missão de ordenar o espaço público. Vimos também que a concretização desse projeto foi clivada por vários solavancos: desde a precariedade material até as disputas conceituais, no seio da classe dirigente, sobre qual a melhor maneira de formalizar a instituição. A briga pelo controle das forças policiais foi um escolha na delineação de uma política racional de “segurança pública”.

É momento, então, de agregar outros vetores que influenciaram o cotidiano da polícia que relativizam a força categórica do *dever ser* e da institucionalização, bem como colocam sob suspeita a própria ilação de que a polícia tenha sido bem-sucedida no seu mister. Precisamos, agora, confrontar o plano ideológico e normativo com a introdução do personagem do *agente policial* no calor do fato histórico.

Situados na ponta mais distante das três instituições policiais – CPP, Companhia de Urbanos e polícia local – encontravam-se as praças de pré e os guardas urbanos – policiais de baixa patente. Neles, principalmente entre os permanentes, recaía todo peso de pertencer a uma corporação burocratizada, rigidamente hierárquica e militarizada. Formando a base da pirâmide institucional, eram eles e seus superiores imediatos de menor patente – cabos, furriéis e sargentos – os pontas-de-lança da polícia paulista no contato cotidiano com a população em seus mais variados matizes – do fazendeiro rico ao trabalhador pobre; do escravo ao indivíduo livre; do preto ao branco; do nacional ao imigrante; no interior e na capital.

Não obstante terem sido personagem assíduo no cenário social, quando a polícia é retratada no seu lugar histórico mais evidenciado – como um instrumento de violência, do arbítrio e da repressão – o policial normalmente surge como uma figura amorfa, sem rosto, reificada e generalizada: um mero apêndice da instituição responsável por manter a ordem, aplicar a lei e garantir a dominação de classe. Sua atuação no prosclênio da história limita-se a poucos instantes inglórios em que medeia com brutalidade o contato entre o Estado, a

arraia-miúda e o escravo. Depois de agredir, repreender, brutalizar; retorna autômato ao limbo do silêncio onde permanece até ser reconvocado ao combate.¹

Por se tratar da peça mais marginal de uma engrenagem complexa, parte-se do pressuposto de que a força institucional apague irremediavelmente todos os apanágios e valores que constroem a individualidade dos policiais, substituindo-os por outros, impostos pela corporação, num movimento vertical e incontestável. Restaria ao policial o papel de títere. Um não-agente: sem voz, sem lugar, sem vontade própria. Nesses termos, se tornaria desnecessário escrever uma história do policial e, por conseguinte, uma história da polícia, uma vez que a instituição, bem como o agente policial, sempre desempenhariam uma função normativa, invariável e estipulada a partir de uma perspectiva externa.²

Aqui, interessa-nos colocar esse pressuposto na berlinda e inverter tal assertiva, isto é, pretendemos colocar o policial de baixa patente como protagonista. Desvelar o cotidiano da polícia militar e da Companhia de Urbanos a partir da ação do soldado, do tenente, do sargento, do cabo, do furriel; qualificar seu papel como agente de transformação social. Uma história construída a partir da biografia dos personagens, do entrecruzamento das vidas e de experiências variadas no campo do cotidiano.

Dentro desse espírito, este capítulo tem como objetivo analisar o perfil dos indivíduos que se engajaram no CPP, entre os anos de 1868 e 1889. A escolha desse filão institucional específico, em detrimento da polícia local e da Companhia de Urbanos, deve-se a dois motivos principais. O primeiro é de ordem prática, uma vez que a documentação referente ao Corpo é a única que permite a elaboração de uma série biográfica das praças bastante completa. A outra razão diz respeito à prevalência dos permanentes em relação, principalmente, à polícia local, considerada, como visto anteriormente, uma força de curso intermitente, menos organizada e complementar à primeira. Em relação à Companhia de Urbanos, o CPP, além de ter sido mais numerosa, teve alcance provincial. Não obstante tais ressalvas, nada impede que os resultados e conclusões obtidas na análise das praças do CPP possam abarcar, guardadas as cautelas de praxe, os congêneres das outras instituições, até

¹ No que concerne a literatura policial tradicional, a mesma crítica é feita por Clive Emsley. “The Policeman as Worker: A Comparative Survey c. 1800–1940”, in: *International Review of Social History*, n. 45, 2000.

² Para uma crítica da historiografia da polícia, ver Marcos Luiz Bretas. *A guerra das ruas – povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Editora do Arquivo Nacional, 1997. Ver, do mesmo autor, “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente”, in: *IB*, n. 32, Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1991.

porque houve constante migração de mão-de-obra entre elas. Sendo assim, no curso deste trabalho, apesar de focarmos precipuamente os permanentes, a casuística se estenderá a urbanos e policiais locais, defendida a especificidade de cada instituição.

Cruzando os dados referentes à idade, nacionalidade, cor da pele, residência, altura e ofício, pretende-se esmiuçar, com uma riqueza de detalhes, as características de um estrato da população brasileira, que a historiografia tradicional denominou de “*homens livres pobres*”³, a partir de uma abordagem metonímica, cuja amostra é extraída da lista nominativa de mais de quatro mil praças.

São três características comuns que comungam os aspirantes à praça de permanentes. Duas delas são formais: ser homem e ser livre. A masculinidade inerente à ocupação policial deve estar sempre presente quando se estuda a história da polícia, pois ela é um fator que, de pronto, exclui as mulheres do foco direto da análise. Ser policial, pelo menos no século XIX, significava ser homem e, por isso, deve ser esse lugar social deve ser examinado com toda a carga que porta a identidade sexual exclusiva do masculino: a virilidade, o ideal corporal, o sentido de coesão, a categórica diferenciação entre a função social entre os sexos.⁴

Além de homem, o voluntário tinha que gozar de liberdade formal. A ideologia que conformava a força policial paulista era compatível com os princípios que identificavam a inclusão e a inclusão institucional – polícia e forças armadas – na Europa do final do século XIX como um fundamento do exercício de cidadania.⁵ Os escravos, *pour cause*, não eram aceitos na corporação, se bem que alguns, como veremos, tentaram burlar a proibição e assentaram praça mesmo assim, permanecendo engajados até que se flagrasse sua real situação. Isso significa dizer que pertencer ao CPP era uma condição do homem livre, isto é, uma ocupação exclusiva de quem formalmente era reconhecido como tal. Essa particularidade tem uma importância extra num momento em que as condições de autonomia e de vida do escravo, imiscuídos entre aqueles pertencentes aos estratos menos favorecidos economicamente, se confundiam muito com as do trabalhador livre, e a

³ Caio Prado Junior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo : Brasiliense, 1957.

⁴ Para uma “história do masculino” ligado ao mundo militar, ver os trabalhos de Odile Roynette. “Signes et traces de la souffrance masculine pendant le service militaire au XIXe siècle” e Ute Frevert. “Service militaire et Histoire du Genre em Allemagne au XIXe siècle”, in: *L’histoire sans les femmes est-elle possible? Actes du Colloque de Rouen, 27-29 novembre 1997*. Paris : Perrin, 1998.

⁵ Odile Roynette. “Bons pour le service” – *l’expérience de la caserne en France à la fin du XIXe siècle*. Paris : Belin, 2000.

discriminação do estatuto – se cativo ou não – vigorava, em determinados contextos, apenas num distante nível formal.⁶ Assim sendo, o pertencimento à polícia servia de meio de acesso ao mundo institucional e a experiências, a priori, vedadas ao escravo.⁷

A outra é característica que aproxima as praças do CPP é conjuntural. Pode-se dizer que os permanentes compartilhavam da pobreza, independentemente de qual origem tivessem ou a qual etnia pertencessem.

A pobreza

Se tomada como um pressuposto de fundo para análise das condições de vida de uma determinada parcela da população que vivia em São Paulo, em fins do século XIX, a pobreza não deve ser encarada como um apanágio cultural e determinista, e, portanto, transmissível e reproduzida através da memória geracional.⁸ Muito menos pode servir como fundamento tipológico para marcar uma das categorias sociais esquemáticas no estudo da população brasileira do século XIX, a de “homens livres pobres” em contraposição aos senhores-fazendeiros e aos escravos.⁹ Sobre um aparente amalgama gris, que tende a modelar experiências polissêmicas a partir de um modelo analítico, contrastam histórias de vidas singulares, em que a pobreza, funcionando como uma base comum, partilhada pelos personagens focalizados, tem significados específicos e aponta perspectivas únicas para cada um deles.

Para funcionar como ferramenta metodológica, a pobreza deve ser pensada como uma situação – transitória ou duradoura – marcada, evidentemente, por graus maiores ou menores de carestia material, determinante para experiência concreta dos atores sociais nas diversas relações potenciais a que estavam sujeitos.¹⁰ No entanto, apesar de condicionar

⁶ Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas - escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo : Editora Hucitec, 1998 e Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998.

⁷ Ivan Andrade Vellasco. *As sedução da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. Bauru/São Paulo : ANPOCS/EDUSC, 2004, p. 79.

⁸ André Gueslin. *Gens pauvres, pauvres gens dans la France du XIX siècle*. Paris : Aubier, 1998 e Michelle Perrot. “Enjeux et perspectives”, in: *Démocratie et pauvreté. Du quatrième ordre au quart-monde*. Paris : Albin Michel, 1991.

⁹ Maria Sílvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo : Editora Unesp, 1997; Caio Prado Junior. *Formação do Brasil contemporâneo, op. cit.*; Lucio Kvarick. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo : Paz e Terra, 1994 (2ª edição).

¹⁰ A experiência aqui parte do pressuposto metodológico alinhavado por E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo : Paz e Terra, 1988.

experiências análogas, da pobreza deve-se guardar uma perspectiva relativizada, que não permite igualar as condições de vida de uma viúva proprietária de um escravo de ganho na capital, do ‘lavrador’ possuidor de uma situação em terras alheias no interior da província do Rio de Janeiro, do andarilho errante, andrajoso, pelas picadas e caminhos de Taubaté, do ex-escravo recém-liberto, do pequeno sitiante, proprietário de uma gleba nos confins mais sertanejos da província ou mesmo do trabalhador especializado, com domínio de habilidades técnicas específicas. A propriedade de escravos ou de terra não significava, necessariamente, prosperidade.¹¹ Também deve-se ressaltar que é muito difícil fazer qualquer tipo de comparação entre os níveis de pobreza baseada em critérios puramente objetivos que diferencie somente a faixa de rendimentos, que obrigatoriamente deve ser relacionada a outros contextos que variam no tempo e no espaço – custo de vida nas cidades e no campo, preço real angariados pelos produtos negociados, oferta e demanda de ocupação no mercado de trabalho.¹²

A dificuldade de classificação dos indivíduos pobres é um problema de deslinde intrincado, ainda mais se a pretensão se estende para a tentativa estabelecer os critérios de localização na estrutura social do Império, justamente porque, já de início, é necessário estabelecer um modelo de estratificação social que reflita as complexas variações sociais, que são desdobradas pelas particularidades locais, mesmo se tomado o universo regional da província de São Paulo. Como as diferenças econômicas são marcantes, não seria possível estabelecer uma média de pobreza geral e, por via de consequência, uma estratificação detalhada, tendo por base essa mediana. Ivan Vellasco, sob o pano de fundo da comarca do Rio das Mortes, na província de Minas, nos Oitocentos, propõe uma classificação que recorta a sociedade em quatro níveis distintos, a saber:

a) elites locais;

¹¹ Maria Odila L. S. Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo : Brasiliense, 1984; Hebe Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo : Brasiliense, 1987; Maria Cristina Martinez Soto. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935*. São Paulo : Annablume, 2000; Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas - escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo : Editora Hucitec, 1998; Ricardo Alexandre Ferreira. *Senhores de poucos escravos – cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo : Editora da Unesp, 2005; Denise A. Soares de Moura. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas : Unicamp, 1998.

¹² Kattia Mattoso faz essa divisão para Salvador, mas ressalva que esse recorte deve levar em conta as diversidades regionais do país. Katia Maria de Queiroz Mattoso. *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.

b) camadas médias (funcionários públicos de menor escalão, profissionais liberais, oficiais mecânicos, militares de baixa patente, pequenos comerciantes, artesãos, produtores rurais independentes, pequenos lavradores);

c) livres pobres (assalariados sem profissão específica, irregulares ou de ocupação incerta, jornaleiros, roceiros e agenciadores, agregados, capitães do mato, servidores domésticos, lavadeiras, etc.)

d) escravos.¹³

Tomando como modelo tal classificação, de fato, a absoluta maioria das praças do CPP seria recrutada da camada correspondente aos *livres pobres*, uma vez que não declararam dominarem quaisquer ofícios especializados. Ademais, mesmo com a perspectiva de ascendência na instituição, atingindo postos de cabo, furriel ou mesmo sargento, cujos soldos se assemelhavam aos do exército, a situação econômica concreta, apesar da majoração de vencimentos, alterava-se pouco, até porque os rebaixamentos de patentes por descompasso disciplinar eram freqüentes. De acordo com o autor, a essa faixa correspondiam aqueles que “*por sua condição periférica às ou nas atividades produtivas, que se desenvolviam na economia local, formariam um grupo socialmente inferior (...) onde se encontrariam aqueles que se tornaram um alvo progressivo do aparato de controle, recrutamento e perseguição à vadiagem*”.¹⁴ Como veremos a seguir, é apenas uma míngua porcentagem dos policiais que atestaram possuírem habilidade para exercer ofícios mecânicos ou artesanais – mais ou menos especializados – antes de ingressar na corporação.

No universo total dos indivíduos engajados são incomuns os alfaiates, carpinteiros, sapateiros, pedreiros, pintores que decidem se tornar permanentes e, assim, tornam-se obrigados por lei regulamentar a dedicarem-se exclusivamente ao serviço policial (eram proibidos os trabalhadores sob contrato de prestação de serviços assentarem praça na força pública). Segundo a classificação acima, tais indivíduos pertenceriam a uma suposta

¹³ Ivan Andrade Vellasco. *As sedução da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19, op. cit.*

¹⁴ Ivan Andrade Vellasco. *As sedução da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19, op. cit.*, p. 79.

camada média, mas que também não escapa das nuançadas diferenças que não discriminam, por exemplo, o oficial de carpintaria e seus auxiliares.¹⁵

Em resumo, o traço que uniu tais experiências concretas tão díspares parece ter sido o recorrente sentimento de instabilidade e insegurança que marcava o cotidiano desses trabalhadores.¹⁶ Em suma, os homens pobres do século XIX viam-se premidos pela necessidade urgente do imprevisto recidivo, que limitava a possibilidade de previsão e de planejamento e transformavam toda a expectativa do devir num esforço imediato pela sobrevivência, já que no dia de amanhã recomeçava a mesma peleja, sem qualquer resquício de caução ou poupança, no máximo uma roça precária, alguns badulaques de tabuleiro, um bilhete de loteria, poucos mirréis na algibeira, uma choupana de sapé, um tugúrio de taipa ou uma alcova num cortiço.¹⁷

¹⁵ Ivan Andrade Vellasco. *As seduções da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19, op. cit.* e Katia Maria de Queiroz Mattoso. *Bahia século XIX: uma província do Império, op. cit.*

¹⁶ “Incerteza” foi o que marcou o comportamento e escolhas entre os “setores sociais de médias posses” na cidade de São Paulo, no contexto da urbanização da segunda metade do século XIX. Essa situação, sem dúvida, se agrava nas camadas mais desfavorecidas da população. Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850-1900*. São Paulo : Alameda, 2005.

¹⁷ Sobre o cotidiano da população pobre, além dos trabalhos já mencionados acima, podemos citar Paulo César Garcez Marins. *Através da rótula - sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo : Humanitas, 2001; Walter Fraga Filho. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador : Hucitec-EDUFBA, 1996; Maria Inez Machado Borges Pinto, *Cotidiano e sobrevivência - a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 - 1914)*. São Paulo : Edusp, 1994; Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo : Brasiliense, 1986; Rosane Carvalho Messias. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista – mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 – 1888*. São Paulo : Editora da Unesp, 2003; André Rosemberg. *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, na década de 1880*. São Paulo : Alameda, 2006, para ficarmos apenas no século XIX e início do XX. Há poucos estudos a literatura brasileira que se debruçam sobre o perfil socioeconômico de policiais. Um estudo pioneiro sobre o perfil dos policiais do Corpo Policial do Rio Grande do Sul foi feito por Paulo Roberto Staudt Moreira, embora o autor não disponha de uma base de dados sistemática. Paulo Roberto Staudt Moreira. “E a rua não é do rei. Morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre, século XIX”, in: Paulo Roberto Staudt Moreira e Acácia Hagen (orgs.). *Sobre a rua e outros lugares - reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre : Caixa Econômica Federal, 1995. Ver também Caiuá Cardoso Al-Alam. *A negra forca da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo : UNISINOS, 2007, principalmente o capítulo 2. O autor também faz um estudo do perfil dos policiais do Corpo Policial gaúcho a partir dos dados obtidos sobre os soldados internados na Santa Casa de Pelotas, entre 1849 e 1855. Ele utiliza uma base de dados de 111 policiais. Dois trabalhos destacam-se que abordam a origem social dos soldados do exército. São eles Peter M. Beattie. *The tribute of blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*. Durham: Duke University Press, 2001, e Hendrik Kraay. *Race, State and Armed Forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s – 1840s*. Stanford : Stanford University Press, 2001. Um apanhado do livro de Kraay está em “O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889)”, in: Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004.

Alguns flagrantes esparsos na documentação ilustram a penúria das praças de permanentes; situação comparada à da grande maioria dos trabalhadores pobres enveredados em outras ocupações e que palmilham as páginas da historiografia sobre o assunto. Alguns raros bens inventariados encontrados na documentação confirmam o parco patrimônio de toda uma vida. Lendo o comunicado da morte do soldado Forlano Giuseppi, em 1876, de febre tifo, sabemos que legou aos seus 103 mil réis, um relógio de prata com corrente de prata, uma canastra com roupas e alguns objetos, “*declarando-me na hora da morte que tais objetos fossem entregues à sua mulher*”.¹⁸

A praça Eduardo Antonio Rosa, destacada em Campos Novos, foi morta por João Baptista de Camargo, “*que lhe descarregou cinco tiros de revólver sobre a maminha esquerda*”. O subdelegado local enviou para o chefe de polícia a lista de armamentos e de fardamento da praça, bem como seus pertences pessoais, em que constavam “*1 biuna com vareta, 1 sabre baioneta com bainha, 1 cinturão completo, 1 patrona com cartuchos e espoletas, 1 capote usado de pano preto, 1 boné usado, 1 carapuça de pano preto, 4 blusas brancas de brim, 2 camisas de algodão, 2 gravatas de correr, 1 pente preto, 1 escova usada, 1 saco de guarda-roupa, 2 lencinhos pequenos brancos, 4.900 réis, 1 saquinho com vários trens pequenos, 1 guia do praça para o corpo, 1 ofício para o delegado de Lençóis, 1 ceroula de algodão*”.¹⁹ Percebe-se que afora o equipamento pertencente ao próprio Corpo, o policial quase não tinha pertences pessoais.

Já o inventário dos pertences do sargento Joaquim Antonio Ferreira, morto na enfermaria do CPP, em 1883, é mais fornido. Seu legado, aparentemente mais polpudo que o de seu colega, talvez por ter alçado a condição de sargento, somava 190.870 réis. Faziam parte do romaneio um relógio de prata de algibeira com corrente de *plaquet* n. 354; um anel que parece ser de ouro; uma canastra com o competente puxador e chave contendo as seguintes peças de roupas: “*Duas calças pretas de agonal; um fraque da mesma fazenda; um colete de dito; quatro calças de brim branco; três camisas de meias; um chapéu baixo preto; uma ceroula; uma gravata preta de seda; sete camisas de monim; duas ditas de chita; dez pares de meias usadas; meia dúzia de fronhas; duas toalhas para o rosto; uma dita de algodão; uma camisa de flanela; uma calça de pano azul; três ditas de brim pardo;*

¹⁸ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 06/06/1876. AESP, co2307.

¹⁹ Ofício do delegado de Campos Novos ao chefe de polícia, em 29/09/1888. AESP, co2688.

quatro blusas de brim pardo; um colete branco; um espelho pequeno; um bernal para viver; um sobretudo de pano piloto".²⁰ Depois de arrolados os bens, havia dúvida de quem seria o beneficiário imediato: se o juiz de Direito ou a mãe do inferior, que se encontrava internada no Hospital de Morféticos, em Campinas.

É muito difícil rastrear a origem social e familiar das praças, reconstituir a árvore genealógica e determinar o percurso atávico da pobreza através das gerações. Os quesitos pessoais analisados aqui apenas destacam um retrato instantâneo da situação presente. É somente a partir do garimpo de informações rarefeitas sobre a condição de família, nas cartas pessoais das praças enviadas aos superiores ou ao acaso que brota de correspondências aleatórias a respeito de um entrave qualquer, empecilho para o deslinde de um nó burocrático, que nos permite escrutar uma instância mais íntima.

É o caso da petição enviada por Delfina Maria da Conceição para o comandante do CPP, requerendo que lhe fosse entregue o espólio de 27.400 réis, pertencente a seu filho, a praça Antonio Osires de Abreu, falecido na enfermaria do Corpo. Segundo o pedido, *"sendo ela pobre, muito concorrerá para seu adjutório"*. Para provar que o falecido era seu filho, ela juntou seu certificado de batismo. Os esforços de Delfina se mostraram vãos. O parecer exarado pela Seção do Contencioso apontou para a denegação do pedido, *"1º porque a suplicante não provou que seja ela a mesma Delfina Claudiana, mãe de Antonio; 2º porque somente com o documento apresentado não se obtém a certeza de que a dita praça seja o mesmo Antonio declarado na certidão de batismo; 3º porque a suplicante não juntou certidão de óbito"*.²¹ A pobreza de Delfina fica patente, não só pela sua dramática declaração, mas porque não encontrou meios formais de provar a própria identidade ou a identidade de seu filho. Se fosse pessoa mais instruída ou contasse com auxílio de um causídico competente, talvez pudesse ter recuperado a quantia.

Se o contexto familiar e social não nos permite, situar os permanentes em uma faixa mais específica do grande estrato dos "homens livres pobres", parte da indigência que acometia os policiais derivava, sem dúvida, dos baixos salários que percebiam, inferiores às diárias percebidas por trabalhadores não-especializados. Para se ter uma idéia, no exercício dos anos de 1876 e 1877, o salário diário de um soldado ou corneta do CPP era de 1400

²⁰ *Ofício do comandante do CPP ao vice-presidente da província, em 29/01/1883. AESP, co2327.*

²¹ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 04/10/1886. AESP, co2339.*

réis, sendo que houve alguma variação durante o período estudado. Em 1879, os vencimentos das praças do CPP alcançaram 1800 réis/dia, para, no ano de 1880, recuar para 1700 réis, divididos entre salário propriamente dito (1200 réis) e etapa (500 réis).²² No que concerne o biênio de 1888/1889, o estipêndio da soldadesca alcançou 1800 réis mensais, divididos entre salário e etapa. Os guardas da Companhia de Urbanos recebiam um pouco a mais que seus homólogos militares: 1900 réis para o último biênio mencionado. De toda forma, ambos eram vencimentos inferiores aos de um trabalhador braçal sem qualificação no mesmo período.

Em 1872, o chefe de polícia, ao comentar com o presidente da província sobre o salário dos remeiros do escaler da polícia, ainda mais arrochados do que o das praças, disse que *“é de justiça o que reclama o dito amanuense, pois é impossível que um remador possa subsistir atualmente na cidade de Santos com a diária de 800 réis, visto como a vida é caríssima naquela cidade (...) Na capital do Espírito Santo, cujo porto é freqüentado por dois vapores mensais e meia-dúzia de barcos de vela, o escaler da Polícia tem patrão e 4 remadores, como tem o de Sergipe e mais províncias do Norte. O porto de Santos é freqüentado mensalmente por trinta e tantos navios, tanto de vela como a vapor, e entretanto os remadores ainda tem o jornal de 800 réis diários e apenas quatro para o escaler”*.²³ Na mesma ocasião, solicitou a equiparação dos salários com os dos remadores do escaler da Alfândega e a contratação de um patrão para o barco. O pedido surtiu resultado, já que dois anos depois o salário dos remeiros subiu para dois mil réis e três mil réis o do patrão, mais alto, portanto, do que era pago para os soldados.

A gritante defasagem foi objeto constante de comentários das altas autoridades do governo da província desde a década de 1860: *“Examinemos agora quais as razões, ou qual a razão, porque não concorrem a engajar-se no Corpo de Permanentes mais praças, quando este serviço os isenta do recrutamento para a tropa de linha. Creio que, se não é só uma, a causa principal deste fato é a concorrência que lhe faz a empresa da estrada de ferro, pagando grandes salários por serviço que não é mais árduo, e no qual, sobretudo,*

²² Os salários permaneceram nesse patamar até 1889.

²³ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 06/12/1872. AESP, co2544.*

há todos os dias horas certas de descanso, que o soldado nem sempre pode ter”.²⁴ No começo da década de 1870, em relatório para o presidente da província, o chefe de polícia alertou: “*Acresce ainda que hoje não há homem amigo do trabalho que não ganhe pelo menos dois mil réis diários e isto em serviço a que está afeito, praticado com toda a liberdade, tendo as noites livres e com descanso nos dias santificados*”.²⁵

É justamente essa aparente contradição entre um contexto basal comum (a pobreza) e a diversidade das experiências de vida que despontam dessa condição que pode indicar de modo satisfatório tanto o estrato social como a potência quase infinita de variáveis abertas aos milhares de indivíduos que escolheram, entre os anos de 1868 e 1889, trilhar um caminho comum ao se engajarem nas forças policiais de São Paulo – o Corpo Policial Permanente, a Companhia de Urbanos e a polícia local. Eram homens, que, apesar de possuírem origens étnicas, nacionais e culturais múltiplas, comungaram duas características – a instabilidade inerente à pobreza (fator que, inclusive, num momento ou em outro, funcionou de impulso para se voluntariarem como policiais) e o próprio fato de terem decidido se tornar policiais, como uma das alternativas possíveis dentre o gradiente disponível das ocupações que se ofereciam para os homens, pobres e livres. Escolha essa que, sem dúvida, marcou, como a pobreza, o transcorrer de suas existências.

Um perfil

Da leitura dos registros contidos nos livros de Relação de Mostra, escrituradas mês a mês pelo comando do CPP, sabia-se, nominalmente, quem recebera os vencimentos, quais praças tiveram problemas disciplinares, onde estavam destacadas, as passagens pela enfermaria, as mortes, as baixas e, no fim do volume, havia uma lista das praças que foram engajadas naquele mês específico. A escrituração era dividida por companhia. Ao lado do nome do recém-ingresso, o notário acostava algumas informações biográficas sobre o voluntário. Eram elas: filiação (nome do pai), lugar do nascimento, data do nascimento, altura, cor dos olhos, cor do cabelo, cor da pele, situação conjugal, ofício, última residência,

²⁴ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de São Paulo na 1ª Sessão da 14ª legislatura pelo presidente Doutor João Jacyntho de Mendonça. São Paulo : Typ. Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1862, apud. Heloisa Rodrigues Fernandes. Política e segurança, op. cit., p. 117.*

²⁵ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de São Paulo pelo presidente da província, o Exm. Dr. Antonio da Rocha no dia 2 de fevereiro de 1870. São Paulo. Typ. Americana, 1870, apud. Heloisa Rodrigues Fernandes. Política e segurança, op. cit., p. 117.*

local do destacamento e data do juramento. O rol de informações tão inusitadamente completas sobre o indivíduo escriturado pelo CPP é um expediente que guarda origens no sistema de identificação dos soldados franceses pela burocracia do exército ainda no século XVIII. Demonstra, de um lado, uma faceta da profissionalização militar que permite o reconhecimento de direitos adquiridos pelo tempo de serviço (promoção, reforma, prêmios por reengajamento); e, por outro, a caracterização minuciosa dos sinais particulares das praças facilita a identificação mais certa de desertores, cujas fichas eram mensalmente registradas e difundidas até para fora da província de São Paulo.²⁶

A documentação do CPP, que dormita no Arquivo do Estado de São Paulo, guarda a série quase completa desses livros, salvo aqueles referentes ao segundo semestre de 1886, ao ano de 1887 e ao primeiro semestre de 1889.²⁷

Tirante essas três lacunas e o preenchimento, às vezes, parcial das informações individuais, é uma série bem completa que soma 4228 engajamentos no CPP, sendo que há 261 engajamentos repetidos, isto é, indivíduos que entraram no Corpo em momentos diferentes, além de 16 praças que contabilizam três incursões.²⁸ Assim, efetivamente, contabilizam-se 3967 engajamentos inéditos. O ritmo de recrutamento dependia das políticas estabelecidas pelo governo que concerniam o CPP. Era de competência da Assembléia Provincial, através das leis de força, votadas a cada exercício legal, estabelecer o contingente anual de permanentes – praças, oficiais e inferiores – bem como estabelecer o local dos destacamentos e seus respectivos vencimentos. Tanto em 1877, como em 1888, as decisões administrativas já discutidas no capítulo anterior acharam por bem elevar o efetivo de praças de permanentes (ver quadro 2, no capítulo 1). Fora desses períodos, as novas praças eram recrutadas em substituição das que se retiravam ou eram extirpados por

²⁶ Ver, para o assunto, Vincent Denis e Vincent Milliot. “Police et identification dans la France des Lumières”, in: *Genèses*, n. 54, março de 2004. Esse sistema que permitia a identificação dos soldados fujões foi incorporado pela justiça e pela polícia na demarcação de réus revéis, condenados ausentes ou presos fugidos.

²⁷ Fazendo uma média dos engajamentos de 1885 (120 engajados), 1886 (54 engajados até junho) e do primeiro semestre de 1888 (90 engajados até junho), podemos estimar que em 1887 devem ter sido engajados cerca de 135 policiais.

²⁸ A evolução institucional das forças policiais durante o período permite, com certa cautela, tomar como geral o quadro específico das praças de permanentes, uma vez que os critérios de engajamento eram mais ou menos comuns. É verdade que para ingressar na Companhia de Urbanos, o postulante precisava ler e escrever, habilidade prescindível nas outras instituições. Mas a pesquisa empírica mostra que, além de o número de urbanos ter sido muito inferior ao de permanentes e de policiais locais, havia constante trânsito de praças entre as instituições. Portanto, ressalvadas discrepâncias sutis, o estrato cultural de um permanente e de um urbano era consideravelmente parelho.

decurso de prazo, morte, reforma, apresentação de substituto, doença, deserção ou indisciplina. Em 1884, o processo foi inverso: houve a migração das praças de permanentes para as polícias locais.

Como se vê no quadro 3, em 1888, houve 1006 engajamentos, a maioria concentrada no segundo semestre, uma cifra que se configura muito superior às dos outros anos. O recorte deste ano isolado será usado como uma valiosa ferramenta para a análise de dados, uma vez que podemos vislumbrar a dinâmica de engajamento num lapso de tempo muito específico, em contraposição ao exame mais estendido, que cobre quase vinte anos. Além disso, o *boom* de incorporações de 1888 é contemporâneo à abolição final da escravidão, fato que, como veremos adiante, escapa à mera coincidência.

Quadro 03 - Engajamentos por ano

Ano	Engajamentos	Ano	Engajamentos	Ano	Engajamentos
1868	65	1875	51	1882	266
1869	41	1876	59	1883	207
1870	146	1877	152	1884	154
1871	109	1878	501	1885	120
1872	51	1879	210	1886²⁹	54
1873	77	1880	417	1888	1006
1874	44	1881	187	1889³⁰	311

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

Idade

O critério de seleção dos recrutas para a força pública paulista era muito rudimentar. Basicamente, a única restrição regimental e objetiva que crivava o ingresso do voluntário era etária. Esse critério valia para o CPP e para as polícias locais, salvo a Companhia de Urbanos, que exigia que o guarda “soubesse ler e escrever”. Os regulamentos impunham idade mínima e máxima – 18 a 35 anos, no caso do CPP, e 19 a 40, no caso da Companhia de Urbanos.³¹

²⁹ De janeiro a junho.

³⁰ De julho a dezembro.

³¹ Paradoxalmente, o novo regulamento da polícia local, publicado no bojo da reorganização de 1884, trazia avanços e uma racionalização dos critérios de engajamento em relação ao congênere do CPP. Segundo o

No entanto, o limite de idade era absoluta letra morta, pois foi muito comum jovens de 15, 16 e, principalmente, 17 engajarem-se no Corpo.

A média de idade dos indivíduos que se engajavam, excluindo-se os extremos, isto é, aqueles com menos de 17 e os com mais de 50, foi de 26,7 anos.³² Mas a quantidade de jovens entre os 17 e 23, ou seja, no limite inferior da idade regimental, é muito superior ao de homens entre 28 e 36, beirando e mesmo excedendo o limite legal superior. No primeiro caso, se enquadram 1606 indivíduos, ou 37,98% do total. No segundo caso, foram 1158 engajados, ou seja, 27,38% do total.

Gráfico 01– Idade dos engajados

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

Portanto, ser praça CPP era uma ocupação que atraía principalmente os jovens, muito provavelmente aqueles que ingressavam na vida autônoma, recém-desgarrados dos laços familiares primários, como veremos mais adiante. Os engajados eram os indivíduos que ainda não tinham alcançado um ritmo de vida de mais estabilidade e fixidez (a maioria) ou homens de mais idade, que buscavam um socorro emergencial, num padrão semelhante ao dos policiais ingleses do começo do século XIX, quando a perspectiva do

texto, o processo de seleção tornava-se mais rigoroso, já que se exigia a habilidade de ler e escrever, além de privilegiar o engajamento de indivíduos casados ou viúvos e ex-praças do CPP e do Exército. Uma cópia do Regulamento da Polícia Local, editado pela Lei 54, de primeiro de abril de 1884, está em AESP, co2333.

³² Em trabalho sobre o exército brasileiro, Peter Beattie encontra uma idade média de 24 anos entre as praças. Ele utiliza um universo de 315 soldados, extraídos de inquéritos policiais militares, em 1896. Peter M. Beattie. *The tribute of blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*, op. cit., principalmente capítulo 7.

desenvolvimento de uma carreira na polícia era muito remota. Para se ter uma idéia, a média etária dos engajados na Metropolitan Police de Londres girava em torno dos 22 anos no final do século XIX, contra 26 anos nos anos iniciais. Os *gendarmes* franceses eram recrutados, em sua maioria (75%), entre os militares reformados, recuperados da vida civil, embora a idade média dos engajados rondasse os 28 anos, sendo que o mínimo permitido era 25 anos, considerada a idade limiar para que um representante do Estado pudesse “*repudiar a fuga juvenil dos jovens soldados*”.³³ O fato é que, na busca por uma situação menos movediça, o CPP podia fornecer um apoio considerável, principalmente para os solteiros e sem filhos, que não sofriam tanto com a irregularidade do serviço.

Aproveito para fazer uma ressalva metodológica acerca da idade dos engajados. Em primeiro lugar, a referência direta à idade não aparece nas listas nominativas, o que há é a indicação do ano de nascimento das praças. No ato do engajamento, muito provavelmente, o recruta relatava sua idade à autoridade de plantão que calculava o ano de nascimento, preenchendo o termo de engajamento que acompanhava o voluntário à capital. Ato contínuo, sabemos que o regulamento do CPP não exigia a entrega de nenhum documento comprobatório – certidão de casamento ou de batismo – que atestasse as informações prestadas.³⁴ Também foram identificadas divergências nos dados fornecidos pelos reincidentes nos casos de múltiplo engajamento. Às vezes, a variação pode chegar a dez anos, mas esses são casos excepcionais. O ordinário são variações de um ou dois anos.

Conforme observaram Nelson Nozoe e Iraci Del Nero Costa a respeito dos dados relativos à idade nos documentos dos séculos XIX e XX, principalmente quando a coleta era indireta, isto é, tomada pelos recenseadores (como se afigura o caso presente), há um cálculo complexo (os índices Whipple e Myers) que determina o grau de fidedignidade das informações. Outro fator de verificação tem a ver com a recorrência do dígito final zero nos dados colhidos. A incidência acima de 25% do total sugere o comprometimento das

³³ Sobre o perfil do *gendarme* francês, ver Terry W. Strieter. “The faceless police of the Second Empire : a social profile of the gendarmes of mid XIXth-century France”. *French History*. Oxford, vol. 8, n° 2, 1994. A citação é de Arnaud-Dominique Houte. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*. Tese de Doutorado. Paris : Université Paris IV – Sorbonne, 2006, p. 57.

³⁴ No livro de Relação de Mostra referente ao mês de dezembro de 1869, o recruta da Companhia de Cavalaria Benedito Estanislau Rolande, filho de Alexandre Monteiro da Silva Rolande, declarou não saber sua idade. No registro, há indicação de que, “*porém mostra ter vinte anos, pouco mais ou menos*”. AESP, co2293.

informações recenseadas.³⁵ No caso dos policiais, há a prevalência do dígito zero em relação às idades imediatamente subsequentes (p. ex. 20-19-21; 30-29-31), e acreditamos que essa recorrência, se não compromete o resultado final da análise, demonstra que os engajados detinham informações imprecisas em relação à própria idade e devem ter se fiado na fórmula do “*tantos anos pouco mais pouco menos*”, muito comum na qualificação das testemunhas nos autos criminais.

Em primeiro lugar, tal ambigüidade, se não for negligência do recenseador, ávido por arredondar valores, pode significar um sinal inequívoco do desconhecimento do indivíduo das próprias origens; em segundo, pode sugerir um afastamento dos atos formais da vida cotidiana que se modernizava – como a marcação precisa do decurso do tempo³⁶ – fatores inerentes e essenciais à atividade policial, pautada na rigidez dos horários, na rotina de serviços e na hierarquia disciplinar.

Ofício

A maioria esmagadora dos voluntários a uma vaga no CPP declarou não possuir ofício digno de ser especificado nos termos de engajamento. Entre os 4228 engajamentos, 3267 foram classificados sob a rubrica sem ofício ou ofício nenhum (77,27% do total).³⁷ Supõe-se, portanto, que eram jornaleiros ou trabalhadores que viviam ‘de agência’, sem demonstrar nenhuma habilidade específica que os destacasse em meio ao universo de homens livres pobres. De acordo com a análise de Hebe Mattos, esses indivíduos sem ofício eram aqueles que não tinham ainda estabelecidos laços de sociabilidade comunitária e familiar ou mesmo se enraizado em determinada região, como pequenos lavradores. Premidos pela pobreza, eram obrigados a vagar em busca de uma oportunidade de ocupação pontual e volante. Seriam os mais pobres entre os pobres.³⁸

Entre os ofícios declarados, destacam-se as habilidades requisitadas em serviços próprios ao mundo rural, como carpinteiro (182), pedreiro (139), ferreiro (49), marceneiro (41), seleiro (31), fogueteiro (25) que perfazem a maioria dos ofícios declarados. Os que se

³⁵ Nelson Nozoe e Iraci Del Nero Costa. “Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX”, in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, 1992.

³⁶ Arlette Farge. *Le goût de l'archive*. Paris : Éditions du Seuil, 1989.

³⁷ A média é similar para o exército, segundo Peter Beattie, onde quatro quintos dos soldados afirmavam não ter ofício. Peter M. Beattie. *The tribute of blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*, op. cit., principalmente capítulo 7.

³⁸ Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*, op. cit.

declararam lavradores/roceiros foram apenas oito indivíduos. Uma possível explicação para esse número irrisório é a de que os ditos lavradores eram reconhecidamente os proprietários de uma gleba de terra, mesmo que diminuta, e não meramente camaradas ou situantes de posses precárias. Nos censos, almanaques e listas populacionais, muitos fazendeiros são identificados como lavradores, designação de semântica abrangente que compreende grandes e pequenos proprietários, bem como os trabalhadores rurais.³⁹

Dentre os ofícios mais “sofisticados”, associados a um processo ainda incipiente de urbanização e a presença mais incisiva do imigrante, destacam-se os sapateiros (80), os alfaiates (81), pintores (35), padeiros (27) e os tipógrafos (26). Há ainda a presença de ourives (15), chapeleiros (10), funileiros (9) e barbeiros (9). Em complemento, é citada uma dezena de outros ofícios: artista, carteiro, charuteiro, confeitoiro, carteiro, cozinheiro, dentista, dourador, encadernador, farmacêutico, guarda-livro, litógrafo, maquinista, oleiro, professor, tintureiro, entre outros.⁴⁰ Não foi possível vislumbrar, nesse arco de vinte anos, uma mudança significativa na natureza dos ofícios declarados (crescimento do número de ocupações “mais urbanas”) nem uma inflexão no ritmo de absorção de uma ocupação em detrimento de outra, ao contrário do que pôde ser observado na polícia inglesa, onde, à medida que se aproximava o século XX, as profissões tradicionais (açougueiro, padeiro, carpinteiro, sapateiro) foram substituídas por novos profissionais: operador de cinema, trabalhador de chocolate, e também por profissões não-manuais, escriturários e amanuenses (“clerks”). Aqui como lá, a base dos voluntários se inseria na rubrica “labourers”, o amplo espectro de trabalhadores não especializados, apesar de ter existido, na Inglaterra, uma predileção ao engajamento de trabalhadores rurais, considerados mais adaptados ao serviço policial por sua resistência física antes as exigências de um trabalho rigoroso.⁴¹

Não se pode esquecer que na reorganização das forças policiais, após o término da Guerra do Paraguai, foram incorporados ex-combatentes, com experiência de batalha.⁴² Em

³⁹ Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, op. cit.*

⁴⁰ Atapeiro, caldeiro carvoeiro, cavalaria, ceruteiro, chapeiro, cocheiro, colchoeiro, espingardeiro, ferrador, folheiro, fundidor, marchante, modelador, músico, oleiro, palheiro, serigoteiro, serralheiro, tamanqueiro, tanoeiro, tintureiro e torneiro.

⁴¹ Clive Emsley. *The English police – a political and social history, op. cit.*, p. 193.

⁴² Peter Beattie, ao analisar as opções de ocupação dos soldados do exército brasileiro após a dispensa do serviço militar, nota que muitos veteranos eram engajados nos corpos policiais provinciais. Relata, inclusive, o caso de um delegado de polícia de São José dos Campos que prezava os serviços de um furriel que havia sido nomeado para o posto de segundo sargento: “Ele o descrevia como um policial dedicado e um orgulhoso

1870, por exemplo, soldados pertencentes ao 35º Batalhão de Voluntários da Pátria e das próprias forças policiais enviados ao conflito foram engajados ou agregados no CPP.⁴³ Mas com o passar do tempo, naturalmente, os veteranos foram rareando nas fileiras da polícia, uma vez que se privilegiava o engajamento de indivíduos mais novos.

Assim, é difícil identificar qualquer política de engajamento, orientada a selecionar os atributos ótimos para o voluntário ideal. É de se supor a predominância óbvia de trabalhadores rurais ou identificados com o trabalho agrícola, mesmo entre aqueles engajados enquanto residiam na capital. Pode-se sugerir, no entanto, que em determinadas situações, os recrutamentos eram dirigidos para atender necessidades específicas da polícia, hipótese que se ilumina quando se verifica a concentração de engajamento de indivíduos habilitados em determinado ofício em um curto período de tempo, a exemplo dos 23 carpinteiros engajados em 1880 ou dos cinco alfaiates recrutados no mesmo mês de novembro de 1880. Os carpinteiros podiam ser deslocados do serviço ordinário da polícia para realizar consertos e reparos, como fica claro em pelo menos dois momentos: em 1883, quando as praças carpinteiros seriam incumbidas de construir uma guarita na capital e, em 1889, quando além dos carpinteiros, os policiais pedreiros foram alocados para auxiliar a construção do novo quartel do CPP, no bairro da Luz. Nessa ocasião, inclusive, o comandante fez alusão às benesses disciplinares e à economia aos cofres públicos que o serviço representaria.⁴⁴ Os alfaiates, por seu turno, podem ter sido empregados para confeccionar ou coser uniformes danificados.

De fato, a baixa qualificação das praças do CPP só reforça a origem comum de pobreza. Alguns, mais qualificados, se destacavam, mas, como visto, eram a minoria. Também não podemos desconsiderar que entre os carpinteiros, pedreiros, marceneiros e alfaiates, muitos deviam ser meros auxiliares dos empreiteiros, por isso detentores da

veterano da Guerra do Paraguai”. Peter Beattie. *The tribute of blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*, op. cit., p. 171.

⁴³ Os policiais do então Corpo Municipal Permanente foram mandados ao front em 10 de abril de 1865. No total, foram 577 praças de polícia enviados ao Paraguai, dentre os 6.504 soldados paulistas. Waldyr Rodrigues de Moraes. *Milícia Paulista – história da polícia militar paulista*. São Paulo : Museu da Polícia Militar, 2003, 3 vol., p. 351.

⁴⁴ Ver ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 16/01/1883. AESP, co2333, e ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 07/07/1889. AESP, co2345.

necessária habilidade, mas sem possuir de fato as ferramentas – muito onerosas – requeridas para o mister.⁴⁵

É possível fazer um recorte entre o ofício declarado e a cor da pele do voluntário. Entre as ocupações mais citadas – carpinteiro, pedreiro, sapateiro e alfaiate – a relação varia. Entre os carpinteiros, havia 51,09% de brancos contra 44,52% de não-brancos; entre os pedreiros, a relação era de 44,62% de brancos contra 53,71% de não-brancos. Já entre os alfaiates havia 44,82% de brancos e 50% de não-brancos e, finalmente, entre os sapateiros, havia 61,97% de brancos e 30,98% de não-brancos.

É difícil tirar quaisquer conclusões desses dados, pois a comparação demandaria números mais gerais que extrapolassem o universo dos policiais. Se considerarmos a ocupação de pedreiro como a menos qualificada, pois implica o uso de ferramentas mais simples e baratas, o número de não-brancos era superior. Mas, por outro lado, se tomarmos os ofícios de alfaiate e sapateiro, profissões mais sofisticadas que requerem habilidades muito mais afinadas e específicas, além de estarem associadas a um mundo mais tipicamente urbano, notamos que os não-brancos suplantavam os brancos entre os alfaiates, mas por estes eram suplantados quando se tratava de sapateiros, na disparidade mais abissal entre os ofícios citados. A exceção que confirma a regra está entre aqueles que se declararam tipógrafos. Dos 18 engajados, 14 eram brancos e três morenos, não havendo referência de pardos ou pretos. Essa discrepância pode ser explicada pela perspectiva do analfabetismo, que alcançava a grande maioria dos brasileiros.⁴⁶ Como o CPP não tinha como critério seletivo o domínio da leitura, ao contrário da Companhia de Urbanos, não se

⁴⁵ Como demonstram muitos trabalhos, o valor das ferramentas representava um quinhão importante do inventário dos trabalhadores pobres. Ver Agnaldo Valentin. *Uma civilização do Arroz – agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*, op. cit.; Denise A. Soares de Moura. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*, op. cit.

⁴⁶ Segundo os dados coligidos nos censos de 1872 e 1890 referentes à população maior de cinco anos, as taxas de analfabetismo rondavam os 82,5%. *Apud.* Alceu R. Ferrari. “Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes – resultados preliminares”, in: *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 52, fevereiro de 1985. No exército, a taxa de alfabetizados rondaria a proporção de um para três, maior, portanto, que a média nacional. Peter Beattie não afasta a hipótese de que a mera habilidade de assinar o nome fosse suficiente para os notários considerarem o soldado alfabetizado. Além disso, a proporção de alfabetizados era maior entre os brancos. Peter M. Beattie. *The tribute of blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*, op. cit., p. 155. Há quase nenhuma referência à alfabetização de policiais na documentação. Numa das raras ocorrências, o delegado de Itapetininga, ao defender a nomeação de Manoel Vieira da Silva para o comando da polícia local da cidade, alega que dos onze policiais apenas três não eram analfabetos, sendo que Manoel “é o único capaz e inteligente para exercer o lugar de comandante do destacamento e ser nomeado para o posto de sargento (...)”. *Ofício do delegado de Itapetininga ao chefe de polícia, em 07/02/1875*. AESP, co2565.

tolhia o ingresso de libertos e forros, sem acesso prévio à educação formal. No cômputo geral da população alfabetizada, era de se esperar a ocorrência maior de brancos alfabetizados, o que se traduz na ausência de pretos e pardos entre os tipógrafos.

Dominar uma habilidade específica podia ser uma vantagem num contexto de concorrência tão ferrenha e, se nos fiarmos na amostragem extraída da lista dos engajados, tirante os sapateiros, havia uma certa simetria entre brancos e não-brancos no desempenho dessas ocupações. Como se verificará adiante, o CPP, portanto, parece não ter se pautado em nenhuma prevenção quanto a quaisquer habilidades especiais dos voluntários.

Altura

Outro registro individual dos recrutas, averiguado no momento do engajamento, era a altura. Até 1874, as referências baseavam-se no padrão inglês, substituído pela reforma dos pesos e medidas instituída em 1862 e regulamentada em 1872. A conversão para a escala decimal, utilizando as referências consagradas – uma polegada equivalente a 2,55 centímetros – não funciona no caso dos permanentes, pois, se assim fosse, o universo estudado seria mais próximo dos pigmeus africanos. Além disso, o método utilizado pelo CPP não usa o padrão regular de pés e polegadas. A altura dos recrutas é discriminada apenas em polegadas. Infelizmente, não encontramos quaisquer referências na literatura especializada que nos permitisse decifrar esse padrão específico. Portanto, a nossa análise começa a partir da vigência do padrão métrico.⁴⁷

Ao contrário do que ocorria com as forças policiais européias e norte-americanas, a estatura não era um critério restrigente. Não havia nos regulamentos do CPP nem da Companhia de Urbanos nenhuma referência à altura mínima necessária aos voluntários. Infelizmente, não há termos de comparação da altura média das praças – 1,56m – com a população em geral nem mesmo soldados de outras corporações militares. Em países como a Inglaterra e a França, o porte físico do policial era um atributo essencial no momento do engajamento. A análise de Arnaud-Dominique Houte sobre o *gendarme* francês deixa claro esse aspecto: “*Essa discriminação permanece, ainda mais, o apanágio das tropas de elite e*

⁴⁷ José Luciano de Mattos Dias. *Medidas, normalização e qualidade: aspectos da história da metrologia no Brasil*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, 1998.

*constitui-se, então, numa prova de prestígio para o corpo que a impõe. Enfim, a imponente estatura dos recrutas consolida a imagem intimidante do agente da autoridade”.*⁴⁸

A preocupação com o porte físico relaciona-se com a necessidade de se formar um corpo composto de indivíduos que se destacassem da média e, pelo menos na França, a representação do policial dono de uma silhueta avantajada e até atemorizadora, animava a literatura do século XIX, pelo menos no que tange a pena de Victor Hugo: “*L’accusé était tellement petit que, debout, il ne dépassait pas la tête des deux gendarmes assis à côté de lui*”.⁴⁹

O regulamento da *gendarmerie*, estabelecido pela primeira vez em 1791, firmava a estatura mínima para o *gendarme* de 1,73m, disposição que raramente foi cumprida à risca, já que a média de altura geral da população, na primeira metade do século XIX, era de 1,68m. No que concerne os recrutas da Metropolitan Police de Londres, força criada em 1829, a altura mínima exigida era de 5’7’’ (1,69m), majorada para 5’9’’ (1,75m) no final do século XIX. Qualidades físicas superiores eram a meta dos administradores da nova organização para balizar os primeiros recrutamentos numa associação direta entre as boas condições físicas e morais: “*Força física e boa aparência eram consideradas intrínsecas aos deveres dos agentes da lei (...) presença física, reforçada por um uniforme distintivo, elevava a figura do policial a um símbolo de autoridade, servia como um refreio para criminosos em potencial e ajudava a regular o comportamento público*”. Tanto que a média de altura dos policiais londrinos era de 5’10’’ (cerca de 1,78m) e em média 75 kg.⁵⁰

Local de nascimento

Dos 3967 engajamentos inéditos, 3589 eram brasileiros e 379 eram estrangeiros (gráfico 02). Entre os estrangeiros, os italianos somaram 214 engajados; os portugueses, 95;

⁴⁸ Arnaud-Dominique Houte. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*. Tese de Doutorado. Paris : Université Paris IV – Sorbonne, 2006.

⁴⁹ Victor Hugo. *Choses vues (1830-1846)*. Paris : Gallimard, 1972, p. 369, *apud*. Arnaud-Dominique Houte. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*, *op. cit.*, p. 29.

⁵⁰ No caso da polícia londrina, a aparência física era um requisito importante para o engajamento, uma vez que nem defeitos físicos (pé-chato, varizes, tumores, doenças cutâneas) nem características físicas repugnantes (peito estreito, aparência débil e deformidades na face) eram tolerados. Haia Shpayer-Makov. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Burlington : Ashgate, 2002, pp. 36, 37 e 38. Ver, do mesmo autor, “Le profil socio-économique de la police métropolitaine de Londres à la fin du XIXe siècle”. *Revue d’Histoire moderne et contemporaine*, 39, 4, 1992.

seguidos pelos espanhóis, 37 praças; sete austríacos, sete alemães e seis paraguaios. Argentina, quatro; França, três; Inglaterra e Prússia, cada qual com dois policiais; Chile e África, um engajado cada, completam a relação (quadro 04).

Gráfico 02 – Percentual de frequência de engajamentos por nacionalidade

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

Quadro 04 – Estrangeiros engajados por nacionalidade

Nacionalidade	Engajamentos	Porcentagem
Italianos	214	56,64%
Portugueses	95	25,06%
Espanhóis	37	9,76%
Outros	33	8,70%
Total	379	100%

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

No total, os estrangeiros perfizeram 10% dos engajados. Escandindo as nacionalidades mais representativas (italianos, portugueses e espanhóis), podemos apontar dados interessantes. A contar de 1875, quando há o primeiro registro de uma praça italiana, até 1887, ano de inflexão, quando 32.110 estrangeiros ingressaram em São Paulo⁵¹, foram feitos 132 engajamentos de italianos para um total de 2.376 praças, perfazendo 5,8% do total. Em 1888, quando há o *boom* de engajamentos, visando à alteração da lei de força para

⁵¹ Apud. Thomas Holloway. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

os anos subseqüentes, de um total de 1006 engajamentos, foram recrutados 89 peninsulares, ou o equivalente a 8,84% das praças alistadas. No segundo semestre de 1889, de 311 engajamentos, 28 eram italianos, o que corresponde a 9%.

Já quanto aos portugueses, cujas raízes no Brasil eram mais antigas, há uma taxa equilibrada de engajamentos ao longo dos anos. Entre 1868 e 1886, foram incorporados ao CPP 74 súditos de Portugal, o que corresponde a 2,42% do total de engajamentos, sendo que entre 1886 e 1888, foram engajados 21 de um montante de 1317, o que representa 1,6%.

Os espanhóis, por seu turno, que concorrem com apenas três praças até 1886, sendo que o primeiro só é engajado em 1880, fornecem 32 praças em 1889, o que perfaz um pouco mais de 10% do total de engajamentos naquele ano.

É difícil estimar o número absoluto de estrangeiros na província. Não há dados disponíveis para estabelecer quantos estrangeiros viviam na província até o grande impulso migratório de meados dos anos 1880. Estima-se que em 1886, havia 38.825 estrangeiros para uma população de 1.221.380 pessoas, o que equivale a 3,1% do total.⁵²

Esses números podem indicar uma tendência de que a presença cada vez mais marcante de imigrantes em São Paulo era traduzida na incorporação do alienígena na vida administrativa paulista. Ainda mais no que toca o CPP, que viveu durante aquele período enormes dificuldades em atingir o contingente de praças estipulado por lei. Uma vez que o “elemento nacional” não formava um excedente considerável para preencher as vagas disponíveis, restava ao governo abrir as portas da polícia para o estrangeiro, não obstante o expresse desaconselhamento dessa prática. Também se erguiam como empecilho (mas não impeditivo) a barreira lingüística (salvo, bem entendido, os portugueses) e o preconceito contra o forasteiro, principalmente em relação ao italiano, que mesmo antes da imigração massiva, era objeto de invectivas no discurso oficial.

Em 1877, junto com uma circular expedida pelo governo da província requerendo o engajamento de praças pelos comandantes de destacamento, o comandante do CPP fazia a seguinte ressalva: “*Considerando cidadãos idôneos para esse fim, tendo toda a cautela na*

⁵² São Paulo. *Memória urbana – a grande São Paulo até 1940*. São Paulo : Arquivo do Estado/Emplasa/Imprensa Oficial, 2001. 3 vol. Tabela 32. Emilia Viotti da Costa estima em 4% o total da população estrangeira em 1886. Emilia Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo : Editora Unesp, 1997.

escolha dos mesmos, sob moralidade, caráter físico e idade, recomenda-se (...) que o pessoal escolhido só deve ser composto de cidadãos brasileiros [grifos meus]".⁵³ Três anos mais tarde, devido à ordem do presidente, não prestaram juramento para o CPP quatro italianos que foram engajados pelo delegado de Bragança.⁵⁴

Apesar de não ser vedado pelo regulamento nem do CPP nem da Companhia de Urbanos⁵⁵, o engajamento de estrangeiros exigia especial atenção do governo. Em alguns casos, mesmo se passassem pelo crivo inicial, os imigrantes corriam o risco de serem expulsos sumariamente, como aconteceu com Miguel de Túlio, afastado do CPP em 21 de outubro de 1878, pelo único motivo de ser ele italiano.⁵⁶ O mesmo ocorreu com Pdro Stuche, cujo alistamento na Companhia de Urbanos, em maio de 1889, foi indeferido devido à sua origem.⁵⁷ Outras vezes, estabelecia-se um problema de comunicação, pois simplesmente as praças de fora não falavam o português.⁵⁸

A ressalva do governo em incorporar imigrantes pode ser aferida tanto no nível do discurso, como na prevenção dos corpos policiais em engajar estrangeiros.⁵⁹ Essa ojeriza ia ao encontro dos arroubos preconceituosos que palmilhavam a correspondência interna da corporação, bem como os relatórios de prestação de contas do chefe da polícia apenas às mensagens do presidente da província para a Assembléia Provincial.

⁵³ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 12/04/1877.* AESP, co2309.

⁵⁴ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 22/11/1880.* AESP, co2597.

⁵⁵ Regimentalmente, a Companhia de Urbanos limitava o engajamento de estrangeiros a no máximo um terço do contingente.

⁵⁶ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 21/10/1878.* AESP, co2309.

⁵⁷ *Requerimento de Pedro Stuche ao chefe de polícia, em 20/05/1889.* AESP, co2701. Em julho seguinte, Stuche conseguiu ser admitido na força. *Requerimento de Pedro Stuche ao chefe de polícia, em 05/07/1889.* Outra estratégia para evitar o engajamento de estrangeiros nas fileiras de urbanos era alegar falta de vagas, que só valiam para os forâneos. Em 22 de maio, Antonio José de Lemos, brasileiro, enviou requerimento ao chefe de polícia e foi engajado; já o português Clemente Balthazar, entrou com requerimento em 21 do mesmo mês e teve seu pedido negado, sob a justificativa de excesso de contingente. Ver *Requerimento de Antonio José Lemos ao chefe de polícia, em 22/05/1889* e *requerimento de Clemente Balthazar ao chefe de polícia, em 21/05/1889.* AESP, co2701.

⁵⁸ *Ofício do delegado de Descalvado ao chefe de polícia, em 17/01/1883.* AESP, co2622.

⁵⁹ Na primeira turma de Guardas Urbanos, não havia nenhum estrangeiro. Em 1887, havia 14 italianos de um total de 180 guardas urbanos, de acordo com *ofício enviado pelo comandante da guarda de urbanos para o chefe de polícia, em 08/10/1887.* AESP, co2677. Em comparação a outros corpos policiais – do Rio de Janeiro e de Buenos Aires – o CPP paulista era o que mais ressentia da presença de estrangeiros, com cerca de 10% do efetivo. No seu congêneres fluminense, a taxa de alienígenas chegava a 20%, enquanto a polícia portenha chegou a contar com 80% de estrangeiros nas suas fileiras. Marcos Luiz Bretas. “A polícia carioca no Império”, *op. cit.* e Sandra Gayol. “Entre lo deseable y lo possible. Perfil de la policía de Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX”, in: *Estudios Sociales*, n. 10, 1996.

Num ofício de 1883 enviado ao presidente da província, o chefe de polícia alertava que “*V. Exa. não deve ignorar quantas e quantas vezes é provocada a ordem pública pelos colonos residentes nesta província, que ordinariamente são tirados da escória existentes em seu país e assim vêm para cá, com raras exceções levados pelo intuito de roubarem o público, tornando-se por esse modo verdadeiros desordeiros*”.⁶⁰ Em 1880, por ocasião de um violento latrocínio cometido por dois italianos contra um transeunte na travessa do Colégio, na capital, às 11 horas da noite do dia 15 de março, o chefe da polícia fez ver ao presidente da província “*o instinto do mal*” que contaminava a índole estrangeira.⁶¹ Talvez essa aversão ao italiano explique o maior número de espanhóis incorporados em 1889, apesar de representarem uma colônia mais diminuta.

Composta na maioria de jovens e solteiros que cruzavam o oceano premidos pela miséria européia, a população de imigrantes arribava no Brasil desenraizada e com limitadas perspectivas de trabalho, uma vez que muitos se desviavam do destino original – o contrato com o fazendeiro de café – e permaneciam nas cidades maiores.⁶² Nesses casos, a presença do estrangeiro aparecia ainda mais ameaçadora, pois ele recusava-se deliberadamente a comungar do feixe de valores a ser estimado pela gente de bem da nova terra e que só o trabalho tutelado podia prover. Estes mostravam-se imprestáveis para levar a cabo o novo projeto de nação que se desejava implantar.

Do total de italianos recrutados, 161 foram engajados quando residiam na capital, o que significa que, no momento, encontravam-se fora do circuito agrícola, alheados da grande propriedade rural, apesar de não podermos precisar havia quanto tempo estavam no país. Não sabemos se se tratava de ex-colonos, cansados do draconiano sistema de parceria, ou se aportaram diretamente em São Paulo, burlando os contratos de trabalho avençados na Europa, em busca de ocupação nos incipientes mercados urbanos. O fato é que de uma forma ou de outra, não se ajustaram ao padrão ansiado pelos grandes proprietários, carentes de mão-de-obra. Desviaram-se do sentido original da imigração de suprir a lacuna deixada pela desagregação do escravismo, que inflacionou o preço do cativo e levou à concentração

⁶⁰ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 01/09/1883. AESP, co2623.

⁶¹ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/03/1880. AESP, 2597.

⁶² Maria Inez Machado Borges Pinto, *Cotidiano e sobrevivência - a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 - 1914)*, op. cit.; Wilson Toledo Munhós. *Da circulação ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : Pontifícia Universidade Católica, 1992.

da propriedade escrava. Irresignados e recalcitrantes diante do projeto que se lhe foi impingido, visando a substituir, ou pelo menos complementar o trabalho da mão-de-obra compulsória, a força os imigrantes se integraram no cotidiano da província, muitas vezes, por vias alternativas às expectativas iniciais.

Nas ruas, sem tutela de patrão ou da família, os estrangeiros viviam atrás de um afazer qualquer, imersos na informalidade, no trabalho instável, e, invariavelmente, na criminalidade: das pequenas ilicitudes furtivas, vinculadas à necessidade imediata de sobrevivência, à criminalidade “profissional”, rebocada pelo desenvolvimento urbano e decorrente das novas oportunidades de ganho ilícito. A cafetinagem, a circulação de moeda falsa, o roubo de casas comerciais, o jogo do bicho e da vermelhinha, os criminosos de carreira, toda uma série de novos atos e personagens citadinos eram ligados à figura do imigrante, muitos deles com passagem prévia pela região do Prata, de onde saíam após saturarem o “mercado” local.⁶³

Até o chefe de polícia da província, em 1879, já avaliava essa situação por ocasião de um confronto entre estrangeiros que trabalhavam na extensão do ramal da estrada de ferro Mogiana e o CPP, em Araras:

*“Se procuram esta província uma das primeiras do Império, por seu clima, uberdade de terras e energia de seus habitantes, milhares de estrangeiros laboriosos e honestos, que aqui vem estabelecer-se e procurar fortuna, aparecem infelizmente centenas deles sobretudo espanhóis e italianos do sul da Itália que dão todos os dias trabalhos e incômodos à polícia que precisa tê-los sob vigilância, pois são destros e peritos em todas as formas do vício e do crime que cometem conseguindo escapar à ação da justiça. Em todos os delitos em que se manifesta mais ou menos um pouco de astúcia vai se encontrar envolvido um espanhol ou italiano, distinguindo-se os que do Rio da Prata passaram para o Brasil”.*⁶⁴

Sua presença fora dos lugares previamente determinados, de difícil vigilância e supervisão, reunidos em grupos solidários, amalgamados na face anônima da população em

⁶³ Guido Fonseca. *Crimes, criminosos e a criminalidade em São Paulo (1870 – 1950)*. São Paulo : Editora Resenha Tributária, 1988.

⁶⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 21/04/1879*. AESP, co2591.

crescimento, falando em língua incompreensível, causava calafrios nas autoridades, que traduziam essa apreensão nas análises preconceituosas. No combate aos maus costumes do imigrante, preferia-se, não sem ressalvas, o “elemento nacional”.⁶⁵

Cor da pele

Sequiosa por policiais, o CPP se abria aos brasileiros, conjurando de pronto a prevenção ideológica contra mão-de-obra nacional.⁶⁶ Também fazia vistas grossas ao preconceito contra outro atributo, esse determinante numa sociedade escravista: a cor da pele.⁶⁷ Ao todo, foram 1793 engajamentos de não-brancos (morenos, pardos, pretos, fulas, caboclos, cabras, mulatos), contra 1796 de brancos.

Gráfico 03 – Percentual de frequência de engajamentos por cor da pele

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

⁶⁵ A terminologia “elemento nacional” foi criada no mesmo momento de crise do sistema escravista e corresponde a um eufemismo de referência à população de brasileiros pobres. Márcia Regina Capelari Naxara. *Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo : Fapesp/Annablume, 1998.

⁶⁶ Sobre o discurso contra o trabalhador nacional, ver capítulo 3.

⁶⁷ Não encontramos na bibliografia internacional sobre a polícia estudos específicos sobre a composição racial das forças policiais. Como exceção, podemos citar o trabalho de Eugene Watts. “Black and blue: afro-american police officers in twentieth-century St. Louis”, in: *Journal of Urban History*, vol. 07, n. 02, fevereiro de 1981. O autor mostra o processo político refratário, lento e preconceituoso de paulatina abertura do departamento de polícia de Saint Louis para policiais negros.

Contados apenas os brasileiros, a relação é de 53,53% (1773) de não-brancos para 44,26% de brancos (1466), conforme o gráfico 04.⁶⁸

Gráfico 04 – Percentual de frequência de engajamento por cor da pele entre os brasileiros

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

Ao contrário de outros registros civis e judiciais, que se “silenciavam” a esse respeito, os registros dos livros de Relação de Mostra discriminam, desde maio de 1875, a cor da pele dos recrutados. A partir da segunda metade do século XIX, a ausência da referência à cor das testemunhas citadas nos autos processuais, segundo Hebe de Castro Mattos, reflete o processo de absorção pela sociedade livre de mestiços e negros. Até então, as designações negro e preto eram referências quase inexoráveis à condição atual ou passada de escravidão, enquanto branco e pardo livre referiam-se invariavelmente à condição de liberdade. Em resumo, a definição do lugar e da condição sociais estava irremediavelmente vinculada à etnia.

“A designação pardo era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo o escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana –

⁶⁸ Os engajados não brancos são quase exclusivamente brasileiros, salvo um caboclo e cinco morenos portugueses e cinco italianos morenos.

*fosse mestiço ou não (...) Reforçavam-se, desta maneira, a liberdade como atributo específico dos 'brancos' e a escravidão dos 'negros'. Os 'pardos', fossem negros ou mestiços, tornavam-se, nesta forma de enunciação, necessariamente exceções controladas".*⁶⁹

A integração do negro e do mestiço no mundo livre fez desaparecer a cor branca como critério de diferenciação de liberdade e, apesar de os qualificativos pardo e preto continuarem a marcar uma situação de escravidão passada, seja própria, seja da progenitura, quando associados a testemunhas processuais, eles aparecem como atributos negativos.⁷⁰ O sumiço da cor dos autos processuais também está associado a uma mudança no critério de atribuição de cidadania na sociedade Imperial (cuja única pré-condição era a liberdade), que, a partir de meados do Dezenove, deixa de ser monopólio dos brancos. Dito em outras palavras, a liberdade não é mais um critério eminentemente étnico e passa a ser associada a outras experiências, como o trabalho assalariado eventual e a solidariedade familiar, sinais inequívocos de margens alargadas de autonomia em relação às experiências de escravidão. Portanto, a loquacidade da lista nominativa dos permanentes ajuda a jogar luz a um aspecto oculto da historiografia, desbotado pelo silêncio dos autos: o lugar dos libertos na dinâmica socioeconômica da província.

A presença do qualificativo de cor nas listas nominativas do CPP já trazia como inerente o apanágio da liberdade, independente dos gradientes cutâneos. Afinal, o serviço policial era uma função exclusiva dos homens livres e, portanto, a indicação sem qualquer pejo da cor dos engajados, que prossegue, inclusive, após a abolição definitiva da escravidão, se inscreve em um registro diverso daquele que omite essa informação dos designativos das testemunhas judiciais com o propósito de esconder uma ordem social escravista, mas de difícil diferenciação. Talvez a indicação da cor da pele tenha sido agregada à ficha do recruta como técnica para individualização, junto com outros atributos agregados (filiação paterna cor dos olhos e do cabelo, altura), a fim de facilitar o reconhecimento posterior. Se assim for, uma medida técnica suplantou a carga

⁶⁹ Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, op. cit.*, pp. 34 e 35.

⁷⁰ Ver André Rosemberg. *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, na década de 1880, op. cit.*

discriminatória que escondia a cor dos indivíduos em outras instâncias oficiais. Por isso, em certa medida, embora se possa sugerir uma persistência do estigma social na qualificação étnica dos recrutas, tendo em vista alguma (porém rara) insistência dos censores no uso dos designativos impregnados de um ranço ideológico (fula e cabra) ou vestígios históricos da miscigenação tradicional (caboclo e mulato), deve ser considerado que os designativos empregados também tiveram como objetivo marcar, mesmo grosseiramente, a amplitude do matiz da pele dos recrutados. Mas, como mostraremos a seguir, a caracterização da cor dos engajados não sai impune e reverbera na construção ideologicamente condicionada de um discurso sobre o lugar social que deve ocupar os recrutas de acordo com a cor com que são designados.

Por ora, sabemos que no momento do engajamento, os voluntários eram enquadrados em cinco grupos maiores: branco (1796), pardo (689), moreno (793) e preto (225) e caboclo (61).⁷¹ (quadro 05)

Quadro 05 – Engajamentos de não-brancos por designação de cor da pele

Cor da pele	Engajamentos	Porcentagem
Moreno	793	44,22%
Pardo	689	38,42%
Preto	225	12,54%
Caboclo	61	3,4%
Outros	25	1,39%
Total	1793	100%

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

É interessante notar que a designação não é rígida e depende muito de um impulso subjetivo da autoridade de plantão. Desconfio que os dados eram coligidos na origem do engajamento, às vezes pelo delegado ou subdelegado, às vezes por um oficial do próprio CPP que excursionava à busca de voluntários. As informações eram aditadas ao termo de engajamento que devia ser entregue ao comando do Corpo, no momento em que o recruta chegava à capital para o exame médico obrigatório. Depois, cada companhia escriturava os

⁷¹ Fula (07), cabra (01) e mulato (17) são as outras designações.

dados nos livros competentes. Dessa forma, não havia um critério objetivo que definisse a cor da pele, cabelo e olhos das praças. Existiam, como assinalado, os designativos de praxe aos quais eram associados os ingressantes. As variações de designação são constantes, como fica patente nos casos de reincidência. É o caso de Alfredo José da Silva, engajado em Araras, em 1877, designado como moreno. Já em 1883, foi designado como pardo. Antonio Pereira Ferraz, mineiro, foi engajado em 1878, como pardo, e, em 1883, em Piracicaba, como mulato.

Mas é o designativo moreno que joga o papel mais fluido e interessante, uma vez que não prefigura como designativo de cor nos censos de 1872 e 1886. Entre os casos reincidentes, ele tanto se emparelha com branco, quanto com pardo. E há uma particularidade: normalmente aparece como a segunda (ou mesmo terceira) designação. Antonio José da Silva, engajado na vila do Una, em 1882, foi considerado branco; já no segundo engajamento, em 1888, foi declarado moreno. Antônio José dos Santos Junior foi engajado como pardo, em 1881. Sete anos mais tarde, em novo engajamento, foi designado moreno.

Ademais, tratava-se de um apanágio pespegado quase exclusivamente aos brasileiros⁷², um sinal inequívoco de que extravasava o caráter expressamente colorístico; carregava significados muito mais complexos do que um mero ponto nebuloso no gradiente de cor de pele. Era de fato uma marca ideológica que substituíra, na identificação do lugar social, os qualificativos pardo e branco, cujos sentidos originais perdiam força à medida que a escravidão se definhava e eram substituídos por uma nova representação – a ‘morenice’ – que distinguia toda uma nova categoria social: os brasileiros livres pobres. Funcionava como uma espécie de curinga lançado com o fito de cobrir a amplitude do espectro da cor e das múltiplas variantes fisionômicas, cujas nuances eram potencializadas pela crescente miscigenação e pela incorporação no universo dos homens livres de uma miríade de ex-escravos dos mais variados tons de pele.

A patente veleidade político-administrativa de encetar um processo de branqueamento da população nacional consubstanciada no programa de imigração subsidiada inaugurada em meados da década de 1880 reflete-se na crescente rarefação do

⁷² Na relação, há dez morenos sem identificação de procedência, porém com nomes brasílicos (há chance de serem portugueses), cinco portugueses, cinco italianos, um paraguaio e um espanhol.

designativo branco e, em sua contraparte, a vulgarização do qualificativo moreno nos engajamentos pós-abolição. Entre 1888 e 1889, dos 1167 brasileiros engajados, 534 eram morenos (45,75%) contra 402 brancos (34,47%); em contraposição aos 253 morenos engajados entre os anos de 1871 e 1887. Naqueles dois anos, também foram engajados 117 pardos e 92 pretos. Verifica-se, assim, a tentativa de se infundir à cor branca uma carga mais “aristocrática”, ao se atribuí-la a um número cada vez mais restrito e, talvez, mais seleto de indivíduos ou aos estrangeiros, a quem se atribuía o selo de uma indefectível “branquitude”; enquanto o selo moreno era distribuído a granel, como marca generalizante de uma população desclassificada, inclassificável e que saía do controle das autoridades administrativas.⁷³ O estigma a ser pespegado no grupo socialmente inferiorizado, até então marcado pela designação preta ou parda, as quais perderam esse caráter categórico ao longo da segunda metade do século XIX, passava a ser associado com o designativo moreno. Corrobora essa hipótese o fato de que entre os brancos, quase 11% dos indivíduos declaram possuir algum ofício qualificado, enquanto entre os morenos essa proporção cai para pouco menos de 7%.

Quanto às outras designações, é interessante notar que o qualificativo preto está invariavelmente associado ao cabelo carapinha (315 indivíduos do universo total dos engajados tinham cabelo carapinha). Dos 225 indivíduos identificados como pretos, 154 tinham cabelo carapinha, o que representa 68,4% do total. Esse traço capilar, por sua vez, também qualifica os pardos, mas quase nunca morenos e brancos (apenas dois indivíduos brancos-carapinhas). Os pardos-carapinhas configuram 11,75% dos pardos (81), enquanto os morenos-carapinhas perfazem apenas 1,6% do universo total de morenos (13). Funcionavam – a cor preta e o cabelo carapinha, portanto, como um duplo selo classificatório a indicar, talvez, uma situação de menor miscigenação, característica que decrescia à medida que a designação da cor da pele atingia tons menos distintos – pardo e, finalmente, moreno – cujas possibilidades de combinação com a cor e tipo de cabelo (preto, castanho, grisalho, loiro, escorrido, liso, grenho, etc.) verificaram-se mais abundantes. Essa pode ser a melhor pista para identificar a presença de forros e libertos na instituição. Talvez, no momento do engajamento, diante do censor oficial, responsável por identificar

⁷³ Dos cinco portugueses morenos, três foram engajados numa mesma leva em julho de 1888, o que pode denunciar uma tendência de desvio do agente responsável. Dentre os italianos morenos, apenas um foi engajado em 1888, quando há a proliferação da “morenice” entre os recrutados.

os voluntários, os ex-escravos fossem diretamente associados aos pretos/pardos/morenos-carapinhas (com eminente prevalência para os pretos), cujos fenótipos – cor da pele e tipo de cabelo – eram classificados sob um mesmo par de atributos.

Mas, se por um lado, a polícia tentava qualificar os postulantes de acordo com sua origem social, a taxionomia precisa se consubstanciava em tarefa difícil. O esmaecimento da cor como sinal da condição social pode ser ilustrado pelo engajamento accidental de escravos no CPP, que quando flagrados, foram prontamente expulsos da corporação. Tal imprecisão fica patente na justificativa do chefe de polícia para o engajamento accidental do escravo Francisco, pertencente a Ignácio Caetano Leme Teixeira, incorporado sob o pseudônimo de Caetano José da Costa: “*Verificada a condição dessa praça que pelos seus traços fisionômicos e cor, nenhuma suspeita podia inspirar no ato do engajamento, mandei que ela fosse recolhida ao xadrez do quartel de permanentes*”.⁷⁴ Já no caso do escravo Dorotheo, engajado para o serviço do CPP com o nome de Manoel Romão de Oliveira, em 28 de outubro de 1874, o logro não se consubstanciou propriamente na cor da pele, já que o recruta foi considerado de cor parda escura. De fato, durante os trâmites de exclusão solicitada por sua proprietária, houve um longo processo para determinar se Manoel era, na verdade, Dorotheo, inclusive com a realização de um exame pericial que avaliou seus sinais característicos (alto, de cor parda escura, cabelo grenhos, testa grande, cara redonda, sem barba, olhos pequenos, nariz aquilino, lábios salientes, bons dentes, corpo regular, pernas curvas, mãos e pés grandes, com duas cicatrizes perto do estômago, com sinais de castigos nas nádegas).⁷⁵

Reforçando esse argumento, entre os oito casos identificados de escravos incorporados, um dos engajados foi considerado pardo e carapinha, quatro deles foram considerados pardos; um, preto carapinha e, pasme-se, o escravo Ignácio, que se engajou em fevereiro de 1880, na capital, com o nome de Caetano José da Costa, ludibriando a todos, inclusive ao chefe de polícia, foi classificado como sendo branco.⁷⁶

⁷⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, s/d.* AESP, co2599.

⁷⁵ *Ofício do comandante do CPP para o chefe de polícia, em 24/03/1875.* AESP, co2563.

⁷⁶ Um dos escravos flagrados não foi localizado na lista nominativa, portanto não sabemos sua cor. A presença furtiva de escravos foi uma constante nas forças armadas brasileiras, descontando os casos em que o governo ressarcia os proprietários dos cativos alforriados como soldados na Guerra do Paraguai. Entre o final do século XVIII e 1885, Hendrik Kraay contabilizou 276 escravos no Exército brasileiro, entre soldados e recrutas, que foram reclamados por seus senhores. Esse montante, estima o autor, é apenas uma pequena parcela do total de escravos que se esgueiraram das vistas oficiais. Hendrik Kraay. “The shelter of the

O caso de outro escravo, um certo Caetano da Motta Freitas, é exemplar desse movimento ambivalente. Em ofício enviado no dia 17 de setembro de 1886, ao chefe de polícia, o comandante do CPP faz saber que a praça Caetano da Motta Freitas foi excluída da instituição por ser escravo e se encontrava preso no calabouço da cidade à espera de seu senhor que deveria indenizar o Estado das etapas fornecidas a ele no valor de 137 mil réis, provenientes de 274 dias, na razão de 500 réis diários, a contar a partir de 18 de dezembro de 1885, data do seu engajamento.

No interrogatório, o escravo, natural de Iporanga, filho de Pelonia da Motta e Venancio de Freitas, ambos escravos, com 28 anos, solteiro, pardo, alto, maus dentes, pouca barba, nariz um pouco chato, cabelo preto e liso, sem saber ler e escrever, pertencente à Custódia da Motta, “*respondeu que não fugiu, visto como trabalhava por sua conta dando jornal, ora por semana, ora por mês à sua senhora*”, ausentando-se há quase um ano, “*indo de Iporanga para Santos, onde esteve seis meses mais ou menos, e daí veio a convite de alguns amigos (‘praças de permanentes e alguns paisanos’) para esta capital, onde sentou praça no CPP, onde serviu um ano, sendo depois preso, o que há já três meses*”. Em outro interrogatório, ao ser perguntado se era considerado escravo em Xiririca, vila em que residiu, “*respondeu que sim, mas vivia com muita liberdade, trabalhando por sua conta própria e pagando jornal (...)*”. Mais tarde, fora alugado para um senhor na Penha do Rio do Peixe que o teria abandonado. Não soube dizer como se descobriu que era escravo, porque foi destacado em Campinas e, depois, Ribeirão Preto.⁷⁷

Além do fato de manter Caetano detido por dois meses, a polícia teve que lidar com outro problema: Custódia, proprietária da ex-praça, era pobre e não podia ressarcir a quantia despendida com o engajado, apesar de o escravo se encontrar em liberdade (Caetano ficara detido no calabouço até 26 de novembro de 1886). O governo, em 27 de agosto de 1887, viu-se obrigado a lidar com a situação inusual: o escravo já há quase um ano vivia em liberdade, sem ser reclamado por sua senhora, que, por seu turno, era devedora da instituição. Um parecer do procurador fiscal do governo provincial apontava para um deslinde favorável a todos: “*Em todo o caso, como o escravo garante a indenização dessas despesas, que, por modo algum deve exceder do seu valor, por ser ele o*

uniform””: the Brazilian army and runaway slaves, 1800-1888”, in: *Journal of Social History*, vol. 29, n. 03, 1996.

⁷⁷ Ofício do comandante do CPP para chefe de polícia, em 17/09/1886. AESP, co2688.

*causador direto delas, me parece também que pela mesma razão deve D. Custódia ser relevada do pagamento dessas despesas se por ventura o dito escravo já estiver gozando de plena liberdade”.*⁷⁸

Vamos por partes. Em primeiro lugar, Caetano da Motta Freitas foi engajado em dezembro de 1885, em Xiririca, coração do Vale do Ribeira. Natural daquela mesma cidade, tinha 28 anos, 1,74m de altura, era solteiro, sem ofício declarado, de cor parda e cabelos carapinhas. Até ser reconhecido como escravo, viveu 274 dias como praça dos permanentes, recebendo salário e verba de etapa. Flagrado, ficou detido dois meses no calabouço e, aparentemente, gozava havia sete meses sua liberdade, apesar de, oficialmente, permanecer cativo. Segundo o parecerista do governo, comprometia-se a ressarcir os cofres públicos da dívida assumida enquanto policial.

A compreensão da trajetória de Caetano de Motta Freitas está umbilicalmente condicionada ao lugar do Vale do Ribeira na história socioeconômica paulista do século XIX. Afinal, ele era natural de Xiririca, que junto com Iguape, formava o centro desenvolvimentista daquela região, que, como visto em capítulo anterior, sofria de aguda estagnação econômica.

Assim sendo, em Xiririca, a comunidade onde Caetano estava inserido reconhecia seu lugar de cativo, apesar de ele fruir, no cotidiano, uma condição de grande autonomia, alheio à supervisão cerrada e violenta, própria das grandes unidades produtoras. Esse estatuto era corroborado pelo contexto de franca retração econômica por que passava a região, devido à desaceleração da rizicultura, que forçava os proprietários a alugar ou vender os escravos, cuja manutenção tornara-se muito onerosa. Num contexto de aguda pobreza, principalmente as mulheres, viúvas e herdeiras de minguados legados, como provavelmente foi o caso de D. Custódia, sobreviviam da renda gerada do jornal de seus cativos. Até por isso, os laços de sociabilidade e a incursão comunitária, para os escravos, tinham caráter precário, apesar do considerável grau de independência de que gozavam. Afinal, Caetano fora vendido a um fazendeiro de Penha do Rio do Peixe, vila localizada no coração da fronteira de expansão cafeeira. Abandonado, segundo seu relato, voltou ao Vale do Ribeira (Iporanga), foi para Santos, sumidouro de grandes levadas de escravos fugidos

⁷⁸ Encartado no ofício do comandante do CPP para chefe de polícia, em 17/09/1886. AESP, co2688.

durante a última década do regime escravista⁷⁹ e, depois, São Paulo, onde, instado por colegas, alguns deles praças de permanentes, engajou-se no Corpo, permanecendo na instituição quase um ano.

Nesse grande périplo, Caetano carregava no âmago a condição de cativo, apesar de ter vivido como livre fosse. Não escapou do estigma da escravidão, quando sua identidade foi descoberta, não sabemos por que meios. E mesmo liberado do calabouço, sobre ele ainda pairava a necessidade de quitar com o governo o débito adquirido justamente devido à sua condição. Curioso é que a dívida correspondia apenas ao valor das etapas fornecidas. O montante equivalente ao salário não lhe era cobrado, talvez num reconhecimento tácito das ambigüidades concernentes ao seu estatuto.

Semelhante dilema viveu o comandante do CPP no momento em que teve que cobrar a dívida contraída pelo escravo Ozório da Silva Monteiro, flagrado como policial em 1883. Talvez munido de inesperado espírito cívico ou defendendo o bolso do proprietário em detrimento do erário, numa reafirmação do sacrossanto princípio da propriedade privada, o diretor da Seção do Contencioso, órgão do governo responsável por dirimir dúvidas administrativas, respondeu que *“quanto ao fardamento, entendo que se deve exigir apenas a entrega, porquanto se se obrigar o senhor do escravo a pagá-lo, deixar-se-á a faculdade usá-lo, o que é contra a disciplina. Quanto à etapa e soldo percebidos pelo escravo, devendo-se considerá-los como a retribuição pelos serviços prestados como praça, penso que não devem ser exigidos”*.⁸⁰

Será que o Estado reconheceu os serviços prestados por Caetano e Ozório mesmo sendo escravos? De todo o modo, mesmo indiretamente, esse ato correspondia a uma espécie de chancela oficial à ousadia do cativo em se enveredar ao mundo exclusivo dos livres.

Temos que lembrar que na década de 1870, mas, principalmente, durante a década de 1880, devido ao recrudescimento do movimento abolicionista e a pressão da escravaria,

⁷⁹ Maria Helena P. T. Machado. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”, in: *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (orgs). São Paulo, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005; Ana Lúcia Duarte Lanna. *Uma cidade na transição Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos : Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996; Ver André Rosemberg. *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, na década de 1880, op. cit.*

⁸⁰ AESP, co3030. Esse era um dilema vivido pelo governo no tocante aos escravos engajados nas tropas de linha. Ver Hendrik Kraay. “‘The shelter of the uniform’: the Brazilian army and runaway slaves, 1800-1888”, *op. cit.*

que promovia rebeliões a granel, proliferavam nas cidades, vilas e freguesias, circulando pelas estradas, indivíduos cujo estatuto formal – escravos, forros e libertos – se embaciava nas reentrâncias dos caminhos, ruas, becos, praças, pontes e mercados.⁸¹ Vale dizer que em meados da década de 1880, a escravidão subsistia calcada tão-somente nos seus fundamentos intrínsecos de repressão, violência e autoridade, uma vez que sua legitimação legal soçobrava mediante as contestações, desfazendo, de roldão, as práticas paternalistas de deferência e autonomia que perpetuaram o regime durante 380 anos.⁸²

Pelos caminhos do interior, a presença constante desses viramundos preocupava os senhores e as autoridades, que permaneceram em constante alerta, monitorando o trânsito nas estradas e a chegada de forasteiros nas vilas e cidades. Notícias de fugas e insurreições pipocavam, quilombos eram formados nas brenhas e matos e havia um constante vai-e-vem de escravos fugidos ou escamoteados rumo a São Paulo e Santos.⁸³

Rufino de Jesus Cabral pode ter sido um desses indivíduos a ter caído na malha fina da polícia, através da ação do subdelegado de Cotia, Benedicto José Teixeira. Em ofício ao chefe de polícia, disse que prendera *“hoje quando passava por esta vila, tentando aqui pernoitar, um indivíduo de estatura regular, mulato claro, bons dentes bem falador, sabendo escrever, o qual sendo interrogado declarou (...) ter 30 anos, ser natural da cidade de Alcântara, província do Maranhão, e morar na estrada Vergueiro, nessa Capital. Declarou mais ter perdido hoje o trem da Sorocabana, por onde pretendia vir a esta vila comprar frangos, ovos etc para negócio, e que não obstante, veio, de pé, pelo leito da linha (...) Negando o mesmo indivíduo trazer consigo dinheiro, não obstante foi-lhe encontrada a quantia de 11 mil réis, não trazendo qualquer outro documento. Ele veste camisa de meias e blusa de usuarte azul, ceroula de brim e calça de brim de angola, listrado, escura e paletó de casemira já usado. Suspeitando de semelhante indivíduo, tenho-o detido, pedindo V. Exa. se digne obter alguns esclarecimentos aí na capital sobre a veracidade do que afirma o preso (...) caso seja ele desertor ou escravo fugido”*. Uma

⁸¹ Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas - escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, op. cit, p. 75; Ver também Maria Odila L. S. Dias. “Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”, in: *Estudos Econômicos*, n. 15 (número especial)

⁸² Maria Helena P. T. Machado. *O plano e o pânico - os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/EDUSP, 1994, pp. 26, 27 e 77.

⁸³ Emilia Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. op. cit. e Maria Helena P. T. Machado. *O plano e o pânico - os movimentos sociais na década da Abolição*, op. cit..

rubrica do próprio delegado indicava que o tinha posto em liberdade no dia 20 de março de 1882.⁸⁴

Nesse cenário confuso, o quepe, a gravata, a espada e o casaco do policial conferiam a seu titular a possibilidade de compensar as desvantagens que a cor da pele, a origem embaciada e a falta de registros oficiais inexoravelmente impunham, apagando definitivamente o vínculo com o fantasma da escravidão. Talvez se estivesse vestido a caráter, Rufino não despertasse desconfiança.⁸⁵ Ainda mais considerando-se o período subsequente ao fim da Guerra do Paraguai, quando os escravos que serviram a bandeira imperial contra as forças de Solano Lopes, sob a promessa de alforria, haviam vislumbrado no Exército a possibilidade de seguir na carreira militar ou de se arriscar em outras ocupações, atreladas ao universo de homens livres⁸⁶, dentre elas a possibilidade de inserção na força policial. É difícil acompanhar o engajamento de ex-escravos no CPP após o fim do conflito, uma vez que nos registros não menção a atributos que identificassem os possíveis ex-cativos. A referência à cor da pele só é introduzida em 1874. A exceção fica a cargo de Domingos Pereira da Costa, engajado em maio de 1870, natural da África, cabelos carapinhas, nascido em 1844, sem ofício e solteiro, que fazia parte do 35º Batalhão de Voluntários da Pátria. Assim sendo, mencionar o vínculo com as forças armadas pode ter sido uma estratégia eficiente usada pelos indivíduos de quem se desconfiasse do estatuto social.

Foi esse o caso de Cypriano da Costa Lima, preso em Guaratinguetá “*para indagações policiais*”. Segundo o relatório do delegado,

⁸⁴ *Ofício do subdelegado de Cotia para o presidente da província de São Paulo, em 08/02/1883*. AESP, co2625.

⁸⁵ O estatuto individual dos negros pobres – se livres ou escravos – era fonte de sempiterna desconfiança policial. Aqueles, quando controlados, na maioria das vezes, eram obrigados a provar sua condição formal de liberdade. Ver Keila Grinberg, “Senhores sem escravos: A propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”, “Senhores sem escravos: A propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”, in: *Almanack Braziliense*, n. 06, novembro de 2007. Também não era fato incomum os escravos buscarem a farda para fugir da condição de cativo. Quando flagrados, a marinha muitas vezes contemporizava a situação e lhes concedia liberdade de fato. Ver Álvaro Pereira do Nascimento. *A Ressaca da Marujada – recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2001.

⁸⁶ Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990 e Hendrik Kraay. “‘The shelter of the uniform’: the Brazilian army and runaway slaves, 1800-1888”, *op. cit.*

*“esse Cypriano de tal é com efeito o seu nome, foi me conduzido pela patrulha de ronda por suspeito de algum criminoso. Viajava de noite trazendo consigo apenas um saco de roupa e outro extra – blusas de brim pardo de voluntários da Pátria. Interrogado sobre o seu destino, declarou ser natural de Montevideú, e que há três anos reside na Corte, tendo ultimamente se passado para Barra Mansa onde trabalhava na estrada de ferro; que apenas conhece o delegado de polícia daquela cidade – Barra Mansa – e na cidade de São Paulo alguns soldados e oficiais do 7º e 31º Batalhão de Voluntários. Este indivíduo fala o espanhol, mas tão mal que nutro sérias desconfianças de ser ele algum desertor. E porque não trouxesse passaporte, deixei-o em custódia, escrevendo para Barra Mansa donde aguardo informações. Dos conhecidos guardas tem em São Paulo, mencionou o nome do Capitão Macedo. É pardo magro, estatura menos do ordinário, barba no queixo, fala espanhol e diz ter sido soldado do Flores e vindo para a Corte como criado de Antonio Maria, escrivão da Marinha”.*⁸⁷

Se para essa massa imprecisa de libertos e homens livres não-brancos, envergar a farda – principalmente as dos corpos policiais – podia significar o alargamento das alternativas de sobrevivência, para os escravos o engajamento livrava-os do domínio do senhor. Quiçá buscassem a polícia como um disfarce, uma maneira de *vestir* uma liberdade precária ou, quem sabe, apelavam tacitamente ao princípio clássico do Direito Romano e evocado por Perdigão Malheiros em sua obra magna, que concedia liberdade ao escravo que servisse em armas o Estado.⁸⁸ O fato é que o uniforme servia como uma alforria transitória. Enquanto passassem incólumes pelas vistas perscrutadoras da autoridade, diante de olhos mais relapsos, avançariam um degrau na escala social. Usufruíam, além disso, do livre arbítrio no momento de procurar a polícia. Em suma, o engajamento era a legitimação ultimada de consideráveis porções de autonomia que experimentaram muitos escravos durante a crise derradeira do regime escravista.⁸⁹ Serviu, enfim, como uma estratégia de resistência eficiente contra a astúcia dos senhores negligentes e contra os insistentes riscos

⁸⁷ *Ofício do delegado de Guaratinguetá para o chefe de polícia, em 02/09/1871. AESP, co2540.*

⁸⁸ Hendrik Kraay. “‘The shelter of the uniform’: the Brazilian army and runaway slaves, 1800-1888”, *op. cit.*

⁸⁹ Sobre os vários graus de autonomia e o conceito amplo de liberdade, ver Maria Helena P. T. Machado. “Em torno da Autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”, in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 08, n. 16, março-agosto 1988.

de re-escravização, principalmente nas regiões economicamente mais desenvolvidas.⁹⁰ Ingressar na polícia consubstanciou-se numa tática complementar às ações judiciais de manumissão por pecúlio ou manutenção de liberdade, fomentadas pela Lei do Ventre Livre.⁹¹ Ao fim e ao cabo, na condição de policial os escravos requalificavam a legitimidade da relação com os senhores no que concerne os limites do jugo escravista e a expectativa da praxe paternalista. Ao procurarem a polícia, talvez buscassem um senhor mais piedoso.

A exemplo de Caetano e de Ozório, engajar-se foi o estratagema de que lançaram mão outros indivíduos que procuravam validar uma posição mais estável no meio social. Em janeiro de 1878, por exemplo, o subdelegado de Santa Efigênia interrogou um preto de nome Francisco Antonio José Lyra que vinha de Caçapava. No ato, ele confessou chamar-se Francisco André e ter sido escravo do falecido Francisco Clementino Dias, de Santo Antonio da Cachoeira, que teria deixado libertos 20 escravos, inclusive o próprio. Atestou Francisco que teria vindo à capital no mês anterior para engajar-se no CPP, trazendo um ofício do Alferes Branco, comandante do destacamento de Caçapava. Não sendo aceito, foi preso no caminho de volta, por suspeito de cativo, e de lá reenviado para São Paulo, a seu pedido pessoal, pois alegava ser mal alimentado. Afirmou que os “*grandes sinais que tem sobre as nádegas foram dos castigos aplicados por seu senhor há quatro anos*”, embora o subdelegado acreditasse que fossem mais recentes.⁹² Em março de 1881, Antonio Tolentino de Carvalho, residente em Rio Verde (MG), informava ao chefe de polícia que seu escravo Francisco Sant’Anna dos Santos, 21, fugira de sua fazenda em 06 de janeiro de 1878, e estava alistado na Companhia de Urbanos. Flagrado e interrogado, o escravo assumiu que fugira havia três anos quando contava 16 anos, vindo para São Paulo e se alistou, primeiro, no CPP onde permaneceu dois anos, transferindo-se em seguida para a Companhia de Urbanos, fato que denotava uma notória ascensão na trajetória institucional.⁹³

⁹⁰ Keila Grinberg, “Senhores sem escravos: A propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”, *op. cit.*

⁹¹ Esse estratagema foi verificado por Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990 e Paulo Roberto Staudt Moreira. “E a rua não é do rei. Morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre, século XIX”, *op. cit.* Sobre a Lei do Ventre Livre, ver além do próprio Sidney Chalhoub, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Entre a mão e os anéis - a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas : Editora da Unicamp/ Cecult, 1999.

⁹² *Ofício do subdelegado de polícia de Santa Efigênia para o chefe de polícia, em 24/01/1878*. AESP, co2580.

⁹³ *Requerimento de Antonio Tolentino de Carvalho ao chefe de polícia, em 05/03/1881*. AESP, co2605.

Outro caso interessante é o de Fernando Arruda, que se juntou ao CPP, sob o pseudônimo de Francisco Marques de Araújo. Preso em julho de 1884 à requisição do delegado de Santos, Fernando não chegou sequer a receber o fardamento. No auto de perguntas conduzido pelo chefe de polícia, o escravo, além de confessar sua condição, respondeu que se inscrevera no corpo “*na esperança de que por esse modo pudesse conseguir a sua liberdade*”. Confessou que se chamava Fernando Magalhães Arruda, natural de Tietê, solteiro, 24 anos, sabendo ler e escrever; que chegara na capital no dia 25 de junho, tendo morado na rua da Esperança, até dia 12 de julho, quando se transferiu para o quartel dos permanentes.⁹⁴

Fernando já fora autor de peripécias escondidas em outros arquivos.⁹⁵ Na ocasião, ele tinha sido flagrado após aplicar um golpe em seus senhores, quando trabalhava na firma Arruda & Viegas. Ardilosamente, falsificou pedidos para compra de sacos de aniagem, com os quais, numa manobra complexa, conseguiu não só ludibriar vendedores da cidade, persuadindo-os a lhe entregar a mercadoria, depois revendida abaixo do preço de mercado, como articular uma rede de transporte e armazenamento que movimentava várias pessoas. De acordo com os peritos que trabalharam no caso, ele conseguiu auferir a quantia de 1.800\$000 réis. E só foi descoberto e preso no momento em que as lojas que venderam os sacos foram reclamar o pagamento na Arruda & Viegas.

Além de Fernando, Ozório, Dorotheo, dos dois Francisco e dos dois Caetanos, outros escravos se engajaram ou tentaram se engajar no CPP. Manoel Francisco Eugênio, este pertencente a Antonio Egídio de Souza Aranha⁹⁶ e Simão, escravo de Maria Joaquina de Barros, de Piracicaba, que, no momento de se engajar, em janeiro de 1880, dissimulou sua condição de cativo sob o pseudônimo de Luiz Gama, também foram aceitos pela polícia.⁹⁷

Já em 1883, uma carta assinada por Antonio Escravo, preso no calabouço da capital, para o chefe de polícia, dava conta de que, sendo escravo, com sinais de maus tratos, aparecendo seu senhor depois de sete meses que estava recolhido, sem ter tido o cuidado de

⁹⁴ *Autos de perguntas ao escravo Fernando, inserto no ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 23/07/1884. AESP, 2331.*

⁹⁵ Ver André Rosemberg. *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, na década de 1880, op. cit.*, pp. 159 a 168.

⁹⁶ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 29/01/1876. AESP, co2307.*

⁹⁷ *Ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 07/04/1880. AESP, co2316.* O escravo só foi flagrado em abril do mesmo ano.

tê-lo tirado há mais tempo, “o suplicante vem (...) respeitosamente implorar do benévolo coração humanitário e justiceiro de V. Exa. para que V. Exa. veja se o mesmo suplicante poderá sair desta prisão e assentar praça no Corpo Policial Permanente e pelo seu respectivo soldo poderá pagar o seu senhor a sua liberdade, visto hoje nossa lei facultar esse meio e mesmo para ver se assim poderá livrar-se do azorrague porque tem certeza de que se seu senhor lhe tirar lhe fará rigoroso castigo”.⁹⁸

Para os escravos urbanos, que gozavam de privilégios e de alguma autonomia característicos da dinâmica escravista do período, a exemplo dos escravos domésticos e escravos de ganho ou de aluguel, o engajamento somava-se ao amplo rol de estratégias de que lançaram mão para escapar nos jugos do regime.⁹⁹ Dentro do uniforme, portando uma baioneta, a praça ostentava um marcado símbolo distintivo que o diferenciava em meio a uma paisagem homogeneamente amalgamada, em que um par de sapatos já conferia *status* de escol. O fardamento injetava uma dose de personalidade ao indivíduo reificado, dotava-o de direitos e deveres que até então lhes eram interditos. Funcionava como uma ponte para o mundo dos livres, cujo acesso, por outras vias, podia se mostrar inviável.¹⁰⁰

Nas zonas de economia proeminente, onde seu preço atingia altos valores, para aqueles escravos sobre os quais recaíram, nos anos finais da escravidão, uma vigilância mais cerrada, o controle mais estreito do trabalho e a supressão das margens de acomodação, o engajamento era uma alternativa de legitimar o lugar social, depois que fugiam das fazendas e, como foragidos, caíam na ilegalidade.¹⁰¹ Em vez de refugiarem em um quilombo seguro, como o Jabaquara, em Santos, ou passarem a homiziados sob a tutela

⁹⁸ Carta de Antonio Escravo para o chefe de polícia, em 13/05/1883. AESP, co2626.

⁹⁹ Sobre os escravos urbanos, principalmente em São Paulo, ver Maria Odila L. S. Dias. “Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”, in: *Estudos Econômicos*, n. 15 (número especial); Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas - escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, op. cit.; Maria Helena P. T. Machado. “Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na Cidade de São Paulo”, in: Paula Porta (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*, volume 2. São Paulo : Paz e Terra, 2004.

¹⁰⁰ Maria Helena P. T. Machado. “Em torno da Autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”, in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 08, n. 16, março-agosto 1988. Ver também Enidelce Bertim. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo : USP e Joseli Maria Nunes Mendonça. *Entre a mão e os anéis - a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, op. cit.

¹⁰¹ Nas regiões economicamente mais desenvolvidas, onde o escravo tinha valor elevado, o processo de manumissão por pecúlio era mais difícil que em outras áreas e as negociações, judiciais ou não, tornavam-se mais tensas e conflituosas. Manolo Florentino. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”, in: *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

e guarda de colaboradores e abolicionistas, com o risco de serem explorados pelos libertadores, num lance de fina ironia, buscavam guarida entre aqueles que os deveriam perseguir.¹⁰² E, uma vez engajados, além de escapar do peso da relação de dominação, passavam a compartilhar os benefícios de uma ordem social inédita, em que as regras, pelo menos formalmente, valiam para todos de sua classe.

Um lugar para os não-brancos

A presença de escravos declarados no CPP é apenas a ponta do iceberg, cuja massa restante indica presença maciça de não-brancos na instituição, ainda mais depois da abolição definitiva. De maio de 1888 a dezembro de 1889, entre os 1100 brasileiros engajados no Corpo, foram incorporados 387 brancos (34,86%), contra 704 não-brancos (64,00%), divididos em 507 morenos, 110 pardos, 85 pretos, um caboclo e um cabra.¹⁰³ (gráfico 05)

¹⁰² Sobre o quilombo do Jabaquara, ver Maria Helena P. T. Machado. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”, in: *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (orgs). São Paulo, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

¹⁰³ Peter Beattie, em seu estudo sobre o Exército, informa que aquela instituição também classificava os soldados em quatro categorias principais: branco, parda, morena e preta, sendo que havia três grupos menos frequentes: fula, cabocla e indiática. Segundo seus cálculos, 20% dos soldados eram brancos, 25% eram pretos (incluindo fulas), 2% eram indiáticos (indiático e caboclos) e 50% eram mestiços (pardos e morenos). Em relação ao censo nacional de 1890, havia sobre-representação de soldados não-brancos. No entanto, o autor não dá muita atenção à componente sociocultural da designação da cor da pele, a categorização dos diferentes matizes de cores seria um instrumento para evitar as deserções. É de se ressaltar que sua amostra contempla apenas as praças que foram objeto de inquéritos policiais militares, o que pode significar a leniência da instância judicante com soldados de pele mais clara. Peter M. Beattie. *The tribute of blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*, op. cit., p. 155.

Gráfico 05 – Distribuição de frequência de engajamentos brasileiros entre maio de 1888 e dezembro de 1889 por cor da pele

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

Outra correspondência essencial é cotejar o engajamento de não-brancos com a população geral da província. Lembramos que, em termos gerais, como demonstrado no gráfico 04, a porcentagem de engajamentos de não-brancos sobrepujava a de brancos. Em 1888 e 1889, a proporção se aprofunda. Comparando esses dados com os números populacionais totais, chegamos ao seguinte resultado: o censo de 1872 aponta a existência de 433.432 brancos, para uma população total de 837.354 pessoas, incluindo os 156.612 escravos: os brancos somariam 51,77% do total. No mesmo período havia 167.699 negros e 235.923 pardos, somando 403.922 não-brancos, o que significava 48,23% do total. Contando apenas a população livre, isto é, 680.742 pessoas, a porcentagem de brancos sobe para 59,33 e a de não-brancos, por conseguinte, decresce para 40,67. Em 1890, a população do estado de São Paulo somava 1.384.753 pessoas, das quais 873.423 eram brancas; 179.526, pardas e 337.814, negras. Isso significa que havia 63,07% de brancos e 36,93% de não-brancos.¹⁰⁴ (tabela 03)

¹⁰⁴ São Paulo. *Memória urbana – a grande São Paulo até 1940*. São Paulo : Arquivo do Estado/Emplasa/Imprensa Oficial, 2001. 3 vol. Tabela 26.

Tabela 03 – Distribuição da frequência entre a população livre da província de São Paulo por ano do censo e cor da pele

Ano	Branços	Não Brancos	Total
1872	59,33%	40,67%	100%
1890	63,07%	36,93%	100%

Fonte: Censos populacionais de 1872 e 1890

Isso implica sugerir que, numa sociedade escravista, altamente hierarquizada, em que a cor da pele era um estigma, a porta de entrada da polícia estava aberta a eles. O acirramento pela disputa de um lugar no mercado de trabalho, que criava um quadro de desemprego crônico, a imprevisibilidade das oportunidades e uma paulatina preferência pelo emprego de estrangeiros nas vagas ainda incipientes de uma indústria de bens de consumo que se estabelecia em São Paulo, tornavam as oportunidades de inserção dos trabalhadores nacionais, principalmente os libertos, ainda mais diminutas. Aliás, os engajamentos encetados logo após a abolição da escravidão, muito acima da média, podem refletir uma política deliberada do governo de assimilar no serviço público a imensa população de ex-escravos liberados com a Lei Áurea.¹⁰⁵ O aumento do efetivo visando empregar os egressos da escravidão pode confirmar o papel resolutivo que desempenhou esse ramo da administração do Estado a partir do agravamento da crise escravista, com a entrada em vigência da Lei do Ventre Livre. A sobre-representação de não-brancos na lista nominativa sugere que a polícia re-equilibrava a desvantagem dos não-brancos, patente em outros setores de atividade. Também podemos considerar que essa tendência refletia com mais fidedignidade a divisão étnica da população do que fizeram crer os resultados publicados nos censos de 1872 e 1890, os quais deliberadamente teriam exagerado a presença de brancos.¹⁰⁶ De todo o modo, é certo dizer que a polícia estava aberta aos indivíduos proscritos pelos preconceitos vigentes e, por via de consequência, banidos dos anais oficiais. Além disso, mesmo que de uma forma indireta, a instituição não os escondia de seus registros internos.

¹⁰⁵ Maria Odila Dias lembra o número elevado de brasileiros desfavorecidos empregados por repartições públicas na segunda metade do Dezenove, em vez de recorrer, como faziam as indústrias, à mão-de-obra estrangeira. Maria Odila da Silva Dias. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*, op. cit., p. 70.

¹⁰⁶ Maria Odila Dias. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*, op. cit., p. 67.

Formava-se, assim, um movimento de mão dupla: os libertos ou insertos marginalmente nas novas formas de organização de trabalho ou indesejosos de permanecer sob o jugo de ex-senhores, vestidos sob a nova carapuça de patrões, buscavam na polícia uma válvula de escape e uma porta de entrada para a vida fora do cativeiro. Um novo trabalho cuja organização relacional estava baseada em regras pré-estabelecidas e, em teoria, menos arbitrárias. O governo, por seu turno, ávido para aumentar as hostes da força pública, arregimentava os indivíduos que não mais estavam sob a vigilância privada do senhor de escravos. A disciplina militar do CPP, a hierarquia e as estritas regras de conduta serviriam como substitutivos da chibata e da tutela paternalista que caracterizaram o regime moribundo. Aproximá-los do coração do Estado seria o instrumento pedagógico mais eficiente para tutelar essa população recém-desgarrada e de quem se tinha tanto receio.

Essa leva de mais de 1000 praças que ingressaram no CPP em 1888 receberia, ainda, o amparo de veteranos cujas histórias de vida eram parelhas às suas. Ingressavam num universo de iguais e, muitas vezes, podiam se espelhar em experiências auspiciosas de gente – não-branca, pobre e sem qualificação – que, na polícia, logrou ascender socialmente, não só no que concerne a incrementos financeiros, mas também ao alcançar uma escala na pirâmide hierárquica, em que de subordinado passou a subordinador. Não que a trajetória meteórica fosse a regra entre as praças. Ao contrário. Como veremos no capítulo subsequente, tratava-se de uma inusitada exceção. Os exemplos extraídos da crônica policial daqueles que conseguiram grimpar os primeiros degraus não devem ser menos espetaculares que um Antônio Pereira Rebouças ou um Luiz Gama, este, inclusive, ex-praça de permanentes.¹⁰⁷ Não aventamos aqui a hipótese de que o CPP tenha sido um oásis de “democratização” no deserto de desigualdade que marcou a sociedade escravista imperial. O que propomos é que, no ponto de partida, a polícia deve ter se apresentado como uma alternativa atraente a uma enorme parcela da população, cujas perspectivas de

¹⁰⁷ Para a trajetória de André Rebouças, ver Keila Grinberg. *O fiador dos brasileiros – cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002; e para Luiz Gama, ver Elciene Azevedo. *Orfeu de carapinha – a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas : Editora da Unicamp, 1999. Luiz Gama assentou praça em 1848, quando já não era mais cativo, e permaneceu seis anos em serviço, “quando recebeu baixa – depois de ter ameaçado um oficial que o insultou”. Alfabetizado, chegou a ser cabo-de-esquadra, trabalhando como copista do escrivão Benedito Antonio Coelho Neto e como amanuense do gabinete do conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, então delegado de polícia, pp. 38 e 39.

inserção no mercado de trabalho, num período de crise e de tensos ajustes, mostrava-se restrita e pouco convidativa.

A trajetória de José Pedro de Oliveira exemplifica tal dinâmica e se destaca em meio à miríade de outras histórias pessoais. No fundo, é a exceção que confirma a regra, tanto que sua história ficou eternizada nos anais da Polícia Militar.

Em sua vida corporativa, ele alcançou o posto de tenente-coronel, o mais alto da hierarquia do CPP. Além disso, dizia-se que era um prodígio da música, exímio tocador de triângulo, de onde proveio sua alcunha nos tempos de quartel: Triângulo. Sua notoriedade trespassou o limite privado de ofícios e recomendações para ganhar o panteão da polícia militar. Primeiro sendo citado nas páginas panegíricas do livro *Grandes soldados de São Paulo*¹⁰⁸ e, mais tarde, com sua biografia e foto estampada no *site* da instituição¹⁰⁹, cujo texto louva sua história:

“Nascido em 1858 na cidade de Sorocaba, de origem humilde, veio para São Paulo a fim de ingressar no Corpo Policial Corpo Policial Permanente em 1873, tendo sido promovido a alferes em 1890. Foi subcomandante do 1º Batalhão (hoje 1º BPChq - BTA) no ano de 1897 quando, como major, comandou a unidade na Campanha de Canudos. Mesmo ferido no combate, liderou pessoalmente uma das colunas de ataques ao último reduto de Antônio Conselheiro. Tenente Coronel em 1905, comandou a Guarda Cívica, recém-criada na capital. Com a grave crise que se instalou na Força Pública, quando da vinda da missão francesa, e conseqüente exoneração do Comandante Geral, foi nomeado para o Comando Interino da Milícia, a 8 de maio de 1906, onde aplainou, pela liderança, respeito e carisma pessoal que gozava entre seus subordinados, o árduo caminho dos militares franceses. Faleceu no exercício do Comando, em 1909. Sua obra à frente da força

¹⁰⁸ Cel. Arrison de Souza Ferraz. *Grandes soldados de São Paulo*. São Paulo : Serviço gráfico da Secretaria de Segurança Pública, 1960. “A 5 de fevereiro houve um concerto no Carmo. Havia 30 figuras e José Pedro de Oliveira executava o triângulo com singular maestria. Este rapaz galgou todos os postos e cada vez mais elogiado. Sempre e sempre. Cidadão e soldado, guerrilheiro e administrador, herói e diplomata, o cel. José Pedro de Oliveira foi uma dessas figuras raras que deixou legendas de luz na sua passagem”. O mesmo Coronel Arrison foi incumbido da biografia de José Pedro publicada na Revista do Arquivo Municipal. “José Pedro de Oliveira”, in: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. CXXXIII, 1950.

¹⁰⁹ <http://www.polmil.sp.gov.br>.

*foi das mais benéficas, devendo-se a ele a consolidação da Caixa Beneficente e a reforma do Hospital Militar”.*¹¹⁰

Não que todos alçassem vôos tão altos como José Pedro de Oliveira. Como se vê às mancheias neste trabalho, na maioria das vezes, as biografias dos policiais foram dragadas para a vala comum dos arquivos. Os policiais entravam e saíam da instituição sem que houvesse mudança sensível na rota de vida. Pelo menos nada que os documentos registrassem – eram apenas mais um nome e um número somado às estatísticas.

Talvez tivessem a esperança de contar com um dinheirinho certo no fim da quinzena, sem se preocupar com a sazonalidade dos misteres citadinos ou rurais, em que disputavam palmo a palmo as oportunidades de trabalho. No entanto, mais importante que o dinheiro minguado, para os pobres e, principalmente, para os não-brancos, muitos deles ex-escravos, o engajamento podia significar a entrada no mundo oficial, do reconhecimento, de uma certa dose de cidadania: uma importante via de inclusão social. Conferia a uma biografia anônima um reconhecimento, se não social, ao menos oficial. Como policial, um indivíduo sem patrônimo, herança de genealogia entrecortada, de súbito ganhava uma identidade civil, orgulhoso via seu nome e sobrenome inscritos nos compêndios da instituição. Passava a ter direitos, deveres, mas que lhe empenhavam uma carga de responsabilidade e de visibilidade. O engajamento funcionava como uma espécie de validação, de chancela, de um passaporte à efetiva existência no mundo formal. E, ao contrário do que ocorria nas forças armadas, em que o recrutamento compulsório era a regra e efígie de uma mácula social, o ingresso na polícia era fruto de uma iniciativa individual. Afastado um eventual viés punitivo, violento e restritivo inerente ao Exército e à Marinha, adentrar nas fileiras policiais não deixava de ser, em certa medida, o exercício de uma cidadania em construção, um meio oficialmente aceito de proteção e acionamento de direitos, além da possibilidade de pavimentar, mesmo que obliquamente, o caminho da própria história.¹¹¹

¹¹⁰ Há na lista de engajados um José Pedro de Oliveira, engajado em novembro de 1873, mas que teria nascido na capital, em 1858. Ainda segundo sua ficha era filho de pais incógnitos, com 55 polegadas de altura, cabelos crespos pretos, olhos pardos, de ofício marceneiro e solteiro. Ver também Laura Della Mônica. *História da banda de música da polícia militar do Estado de S. Paulo*. São Paulo : Weril, 1975, 2ª edição.

¹¹¹ Sobre os vários significados de cidadania, ver José Murilo de Carvalho. “Cidadania: tipos e percursos”, in: *Estudos Históricos*, n.18, 1996. O autor ressalta que o conceito de cidadania não se restringe ao direito de

Enfim, ao entrar na polícia, o homem não-branco, principalmente o recém-liberto, consumava a liberdade em seus significados mais pragmáticos, incrustados, mesmo, na experiência de vida da população não escrava, mas cujo estatuto se embaciava no concreto do cotidiano. O ser policial coroava a liberdade nos seus significados mais tangíveis: a mobilidade, o exercício de autoridade e um lustro de diferenciação, de destaque, sob um pano de fundo muito homogêneo. Em suma, representava certa estabilidade sobre o chão movediço da pobreza: uma vez policial conjurava-se, momentaneamente, o risco de re-escravização, confirmava-se o lugar no mundo dos livres, rompiam-se os grilhões de dominação, além de vincar com mais precisão o lugar social de sujeitos, cujo contraste entre si mostrava-se muito pouco nítido.

votar e ser votado. Estende-se aos “*manifestos políticos, as representações, queixas, abaixo-assinados, petições e cartas dirigidas ao público ou às autoridades*”. A cidadania pode ser definida como a “*maneira pela qual as pessoas se relacionam com o Estado*”, mesmo que muitas vezes essa introdução se desse a partir de um aspecto negativo, como no caso de recrutamento para as forças armadas (“*cidadãos em negativo*”). Em contrapartida, a extensão dos poderes do Estado em assuntos privados podia acionar mecanismos de defesa dos direitos e garantias individuais, como a participação na máquina judiciária e a responsabilização de funcionários públicos por atitudes ilegais. A citação está na p. 341.

Capítulo 3 – A carreira policial

Vimos anteriormente que pobreza era um atributo geral no que toca à experiência de vida dos policiais. Estes compunham-se de uma parcela da população inserida no turbulento processo de expansão do mercado de trabalho baseado em mão-de-obra livre, no bojo da sociedade escravista brasileira¹, particularmente na província de São Paulo, e, portanto, vivenciavam todas as contradições, complexidades e singularidades que marcaram tal dinâmica durante o período mais vertiginoso de declínio do regime.² Assim, neste capítulo, em complementação ao anterior, pretende acompanhar a inserção do homem livre pobre (e dos escravos eventuais que fintavam a regulamentação legal), principalmente o trabalhador brasileiro, pois eram a maioria, nos corpos policiais, como sendo uma importante alternativa de ocupação e trabalho e, em menor grau, de uma carreira e de ascensão social. É, finalmente, da história do policial como trabalhador que nos ocupamos agora.

O trabalhador nacional

Perfazendo grande maioria entre os recrutados, foram 3589 os “homens livres pobres” brasileiros a optarem, em determinado momento de suas vidas, a se engajar no CPP.

Não é desprezível esse número. Tendo em conta a média da população da província, limitando-a a homens, livres, dos 17 aos 50 anos, entre os anos de 1868 e 1889, o engajamento no CPP pode ser considerado uma alternativa viável de ocupação, num período de franca expansão do mercado de trabalho livre.

Já é bem sedimentada na historiografia a discussão sobre o período de crise escravista, agravado pelo fim definitivo do tráfico internacional e pelas leis subseqüentes que afrouxaram o regime (Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários), as tentativas de incorporação do braço livre e a participação do trabalhador nacional no mercado de

¹ De acordo com Keila Grinberg, sociedades escravistas eram sociedades “*nas quais a escravidão era a forma dominante de organizar o trabalho*”, Keila Grinberg, “Senhores sem escravos: A propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”, in: *Almanack Braziliense*, n. 06, novembro de 2007.

² A integração social da população pobre por vias institucionais, no caso as forças armadas, foi estudada por Joan E. Meznar. “The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875”, in: *Hispanic American Historical Review*, vol. 72, n. 3.

trabalho. Interessa-nos recuperar aqui algumas interpretações já consagradas a respeito do brasileiro e do papel desempenhado por ele nesse processo complexo.

A começar pelas análises clássicas de Caio Prado Junior e Maria Sylvia de Carvalho Franco, que relegam os “homens livres pobres”, termo cunhado pelo próprio Caio Prado Junior, à marginalidade econômica quase ingente, num recorte social estanque, que considerava o proprietário e os escravos como as únicas ordens dinâmicas do processo produtivo, que se pautaria, por seu turno, considerado um recorte esquemático e redutor, na exploração agrícola extensiva, escravista e monotemática, voltada para a exportação.³ “Ralé” e “desclassificados” foram termos empregados pelos pesquisadores para se referir a esse grupo que se inseria apenas de forma marginal e intersticial na economia dominante. A inépcia e a anomia, atributos que lhes foram pespegados, os colocava numa espécie de limbo social, um não-lugar, a partir de onde reproduziam no fio do tempo um estilo de vida desidioso, vadio e improdutivo, em que a dependência irrestrita dos poderosos consistia, de fato, no sentido social de sua existência. A análise histórica reiterava sem a crítica necessária a imagem preconceituosa que os viajantes dos séculos XVIII e XIX pintaram do “caboclo” paulista. Sendo assim, apesar de comporem um universo demograficamente numeroso em relação à população total do território (de 1874 a 1886, a porcentagem de escravos em São Paulo passou de 18,7% para 8,8%), os homens livres pobres foram desconsiderados enquanto potenciais atores históricos.⁴

Estudos posteriores retificaram o lugar do “elemento nacional”, reconsiderando não apenas a relevância do papel que desempenharam como força motriz, inseridos nos setores produtivos predominantes, mas também ao reavaliar a complexidade das múltiplas possibilidades de mediação e de arranjo que estabeleceram, tanto nas relações horizontais, como no contato com os “ricos” e com os escravos. Percebeu-se que a secção tradicional da sociedade em três ordenamentos inconsúteis não satisfazia as conclusões das pesquisas empíricas específicas e microlocalizadas.⁵

³ Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo : Editora Unesp, 1997; Caio Prado Junior. *Formação do Brasil contemporâneo*. . São Paulo : Brasiliense, 1957.

⁴ *Apud*. Peter L. Eisenberg. “Trabalhadores esquecidos: o trabalhador livre nacional no século XIX – sugestões para uma pesquisa”, in: *Homens esquecidos- escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas : Editora Unicamp, 1989, p. 225.

⁵ Em abordagem mais teórica, Maria Odila L. S. Dias faz ver a importância de estudos regionalizados a respeito da inserção do trabalhador livre nas dinâmicas socioeconômicas, privilegiando a hermenêutica sobre experiência de vida da população em lugar de lançar mãos de modelos abstratos. Diz ela: “*Abrir à pluralidade*

Por trás de um biombo opaco e redutor, esses estudos desnudaram as ricas formas de articulação da população livre com as alternativas socioeconômicas que se apresentavam. Às formas consagradas de meação, camaradagem, parceria e locação de serviço, se somaram outros ajustes de trabalho entre o brasileiro pobre e o proprietário. Ocupações que extrapolaram aquelas identificadas desde as épocas coloniais como privativas do homem livre, os cargos de confiança nas fazendas, a condução de tropas e a derrubada de matas virgens, consideradas impróprias ao escravo, pois alheadas da vigilância do senhor e seus asseclas.⁶ O trabalho por empreitada, por exemplo, desobrigava o empregado a se submeter a uma rotina sistemática, baseada na rigidez dos horários e das atribuições. Podia ser efetivado num ritmo mais baldio, de acordo com alvedrios que levavam em conta exigências de outros talantes, como o tempo certo de plantar e de colher, as liturgias religiosas, os infortúnios de uma estação. Nos interstícios, viam-se livres para realizar outros serviços e davam vazão a pequenos negócios particulares, ora trocando e vendendo o excedente produzido nas roças e nos pastos, espichando uma conversa de porta em porta ou arengando nos mercados urbanos, tocando animais de lá para cá, cujos lucros auferidos, muitas vezes, suplantavam os rendimentos provenientes das relações assalariadas.⁷

De todo o modo, era esse um estilo de vida baseado em ocupações temporárias, que demandava certa autonomia e muita mobilidade, atributos imprescindíveis para escapar do processo concentrador de terra, à medida que o café rasgava as fronteiras da província, além de ser essencial para estabelecer laços de sociabilidade. A adesão irrestrita ao trabalho sistemático e disciplinado, exigido pelo grande proprietário, podia limitar o gradiente de

é uma condição para este sondar das possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que coexistem entre si, mas não têm a necessária coerência". Maria Odila L. S. Dias. "Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881", in Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo : Contexto/USF, 1998, p. 61. Podemos destacar alguns estudos localizados e pioneiros, como Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro : Graal, 1982; e o clássico de Maria Odila L. S. Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, op. cit.

⁶ Emilia Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo : Editora Unesp, 1997 e Lucio Kovarick. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo : Paz e Terra, 1994.

⁷ Como ensina Maria Odila Dias, "o pequeno comércio era parte importante das atividades de subsistência, desdobrando-se em cadeias infindáveis de múltiplos intermediários, desde o caminho das roças aos ranchos de tropas, às vendas de beira de estrada (...)". Maria Odila da Silva Dias. "Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881", in Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*, op. cit., p. 66.

independência do trabalhador, estreitando, assim, as margens de sobrevivência disponíveis. Premidos pela necessidade de mão-de-obra, muitos fazendeiros viram-se obrigados a ceder ante a essa demanda tácita e adaptar a exigência idealizada do trabalho capitalista à praxe consagrada pelos dos trabalhadores. Mesmo que essa relação tenha se consubstanciado através de freqüentes tensões e conflitos, houve espaço para ajustes vantajosos aos desfavorecidos.⁸

Como mostram as pesquisas recentes, a variedade da estrutura fundiária e da exploração econômica determinou as variáveis no que concerne à organização do trabalho, principalmente a partir da segunda metade do Dezenove. Dos senhores de poucos escravos, em Franca, aos plantadores de arroz, no Vale do Ribeira, passando pela desolação e isolamento de além-Botucatu, pelas colônias pioneiras do Senador Vergueiro ou mesmo as roças de subsistência que palmilhavam o “cinturão caipira” ao redor da capital, a presença do “elemento nacional” como protagonista da atividade econômica, mesmo em parte alijado da produção majoritária, foi uma constante e absolutamente compatível com a mão-de-obra cativa predominante.⁹ Até nas áreas da fronteira agrícola mais avançada, depois da vigência da política de subsídio oficial, muitas fazendas privilegiaram a mão-de-obra livre nacional, seja ao lado do braço escravo, seja ao lado do estrangeiro, ou mesmo lavorando sozinha os ricos cafezais, como foi o caso das fazendas do Doutor Carvalho, grande proprietário de terras em Araraquara, cuja empresa era movida exclusivamente por mão-de-obra livre e brasileira.¹⁰

Não obstante a integração do trabalhador brasileiro à dinâmica socioeconômica paulista, como faz ver a extensa bibliografia, repercutiram estridentes os queixumes dos grandes fazendeiros e a crítica ferina dos viajantes quanto as suas indolência, desídia e

⁸ Denise A. Soares de Moura. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas : Unicamp, 1998.

⁹ Ricardo Alexandre Ferreira. *Senhores de poucos escravos – cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*, São Paulo : Editora da Unesp, 2005; Agnaldo Valentin. *Uma civilização do Arroz – agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. Tese de Doutorado. São Paulo : FFLCH/USP, 2006; César Mucio Silva. *Processos-crime – escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo : Alameda, 2004; Maria Lucia Lamounier. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas : Papirus, 1986; Silvia Queiroz Ferreira Barreto Lins. *De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos do auge das tropas de muare à instalação das estradas de ferro (1855-85)*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 2003 e Juergen R. Langenbuch. “Os Núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX”, in: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 46, dezembro de 1971; Peter L. Eisenberg. “Trabalhadores esquecidos: o trabalhador livre nacional no século XIX – sugestões para uma pesquisa”, *op. cit.*

¹⁰ Rosane Carvalho Messias. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista – mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 – 1888*, *op. cit.*, p. 76.

calaçaria. As falas dos fazendeiros presentes no Congresso Agrícola de 1878, organizado para vislumbrar uma solução ante os problemas com a mão-de-obra disponível, ilustram o preconceito dos proprietários contra o estilo folgado do “caipira” e do “caboclo”, em síntese, considerado inapto e inepto para a faina do campo. Do preconceito, derivou um estereótipo: a marca da vadiagem estigmatizou o brasileiro pobre no discurso da intelectualidade nacional, justificando em termos raciais sua inexistência como povo. “*Le Brésil n’a pas de peuple*”, escreveu Louis Couty, em 1881. Má fama que adentrou o século XX e ilustrou as teorias deterministas e fatalistas que pressagiavam um futuro desastroso para o país.¹¹

Lasso, preguiçoso e sorna, sem amor ao labor – fruto da herança maldita do cativo¹², sem nem sequer possuir a necessidade fisiológica de trabalhar para sobreviver¹³, em número insuficiente para suprir o incremento técnico da indústria cafeeira¹⁴ ou demonstrando patente falta de condição “*sócio-psicológica do caboclo*”¹⁵ – no contexto da crise do sistema escravista, o brasileiro foi preterido pelo braço europeu, tido como cultural e racialmente superior, alvo, disciplinado e pronto para o trabalho sistemático. Ao menos formalmente, o arcabouço ideológico construído em torno da não-identidade desse povo em lacuna e de sua indigência racial justificou a política governamental de subsídio à imigração a partir de meados da década de 1880 e a sua conseqüente marginalização, principalmente no que concerne o ex-escravo, na disputa pelas vagas de trabalho abertas em função do recrudescimento da atividade industrial na virada do século XIX para o XX.¹⁶

¹¹ A citação de Louis Couty está em Márcia Regina Capelari Naxara. *Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo : Fapesp/Annablume, 1998. Ver também Peter L. Eisenberg. “Trabalhadores esquecidos: o trabalhador livre nacional no século XIX – sugestões para uma pesquisa”, *op. cit.*; Maria Lucia Lamounier. *Da escravidão ao trabalho livre, op. cit.*; Lília Schwarcz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993. Para uma análise de um contradiscurso, oposto a esse “oficial”, ver Maria Helena P. T. Machado. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese de livre docência. São Paulo : FFLCH/USP, 2005, especialmente capítulo 3.

¹² Lucio Kovarik. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil, op. cit.*

¹³ Célia M. Marinho Azevedo. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

¹⁴ Thomas Skidmore. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

¹⁵ Paula Beiguelman. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. São Paulo : Biblioteca pioneira de Ciências Sociais, 1977.

¹⁶ George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru : EDUSC, 1991; Maria Lucia Caira Githay. *Ventos do mar - trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889 – 1914*. São Paulo : Editora Unesp/Prefeitura de Santos, 1992; Maria Helena P. T. Machado. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-

É a partir desse quadro, em que se entrecruzam uma potente construção ideológico-racial e sua efetiva concretização prática, que deve ser analisado o aproveitamento do brasileiro como praça do CPP. Se, por um lado, o discurso dominante se inclinou ao estrangeiro, num claro projeto de criação de uma identidade augusta para um povo sem rosto; no que toca às autoridades policiais, uma parcela dessa população estrangeira, principalmente a italiana, era indesejada, como bem mostramos no capítulo anterior.

Com isso, queremos sugerir que a presença do “elemento nacional” nas forças policiais de São Paulo foi um dos vetores na intensa dinâmica da concretização de um mercado de trabalho livre em meio a um sistema produtivo eminentemente escravista, apreciando os aspectos socioeconômicos, geográficos e ideológicos que caracterizaram tal conjuntura. E, nesse contexto intrincado, o CPP, enquanto instituição governamental, instalada em todas as áreas da província, mesmo nos mais remotos grotões, tornou-se mais uma alternativa viável de ocupação para esses homens disponíveis, que cotidianamente pelejavam pela sobrevivência.

Talvez essa seja uma análise precipitada, um instantâneo do recorte temporal, e que *pari passu* ao avanço das discussões, o discurso policial se coadune com o ideário geral. Mas podemos enxergar essa contradição como um reflexo da complexidade da matéria, observada de um viés até então inédito. Com efeito, aos olhos dos responsáveis pela administração policial, o estrangeiro não era visto como uma raça altaneira. Não poderia, portanto, ser adjudicado como um dos missionários, responsáveis por retificar o prumo do país com vistas ao progresso e à civilização. O fato de prestar para a liça no eito não era suficiente para qualificá-lo a ostentar a farda e carregar a baioneta em nome do Estado e do futuro da Nação. Ainda que desclassificado, indolente, mestiço e desvalorizado racialmente, o brasileiro, não sem ressalvas, vale dizer, contou com a condescendência do governo.

Isso fica claro quando se tem em conta a representação da praça presente no discurso das autoridades. Seja na correspondência ordinária, seja nos relatórios específicos, a responsabilidade pelas falhas essenciais da corporação era repartida entre a condição

emancipação”, in: Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (orgs). *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005; Karl Monsma. “Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between Italians and blacks in western São Paulo, 1888-1914”, in: *Journal of Social History*, verão de 2006.

material depauperada da força pública e pela mediocridade do caráter do indivíduo. Mas, principalmente, era a essência da praça-brasileira que embotava o pleno desenvolvimento da missão policial. Se não, vejamos a análise tecida pelo próprio comandante do CPP:

*“O pessoal de praças do Corpo ainda que não tenha chegado ao grau que convém a uma instituição como esta comissão especial de manter a segurança pública e a propriedade particular tem, no entanto, melhorado nestes últimos tempos devido decerto a ter sido expurgado o Corpo de quem não compreendendo sua missão entregava-se a atos de turbulência e insubordinação, que muito concorria para o descrédito de uma corporação como esta. O pessoal que procura o Corpo não é, como de todos é sabido, na sua maior parte daquele mais instruído e treinado da nossa sociedade, daí provém decerto, como provém em outras instituições congêneres, as manifestações de desrespeito e falta de cumprimento de ordens, algumas das vezes provenientes da ignorância, às vezes de disciplina e instrução que nem todo o tempo podem lhes ser ministradas no Corpo pelo constante movimento que há no mesmo, preterindo assim a missão de quem tem por dever disciplinar aqueles que principiam uma vida inteiramente diversa daquela tida fora dos quartéis; no entanto, tem sido o meu particular empenho moralizar o Corpo de Polícia debaixo de todo o ponto de vista”.*¹⁷

Ao mesmo tempo em que responsabilizava o indivíduo-policial pelo mau funcionamento da instituição, o comandante geral passava um atestado de incompetência corporativa, confessando o CPP incapaz de inculcar valores disciplinares nas praças e de retificar o comportamento inadequado, inerente ao estrato social de onde eram recrutadas. A inépcia da polícia era tributada basicamente na conta dos policiais, incapazes, segundo a análise corrente, de internalizar as prescrições disciplinares que transformariam a índole original – ociosa, indolente e preguiçosa – numa outra, forjada pelos ideais militares que informavam os ideais da instituição. Aspirava-se, no fim, a apagar a origem social dos

¹⁷ Relatório do comandante do CPP referente às atividades do Corpo de novembro de 1884 e outubro de 1885, enviado ao presidente da província. AESP, co2334.

soldados, introjetar-lhes uma doutrina nova, construída pelos escalões mais destacados, e que por suas mãos fosse semeada entre a população policiada.

No entanto, tal tarefa não foi das mais fáceis. Em nenhum momento, a disciplina e moralidade “atingiram (...) ao grau conveniente (...) uma força armada só pode ser disciplinada no quartel, onde as praças possam receber o regime conveniente, no entanto (...)”.¹⁸ Mesmo nos ofícios das autoridades locais, a má índole do policial – ébrio, desordeiro, turbulento e indisciplinado – consistia uma sempiterna ladainha endereçada aos seus superiores. Esgotadas as medidas disciplinares regimentais, o castigo aos recalcitrantes podia ser a terrível transferência para as forças armadas.¹⁹

Ser policial: uma carreira?

Uma das razões da ingente indisciplina dos policiais, de acordo com a análise da administração, era o pouco tempo que permaneciam engajados, conforme alegação do comandante do CPP, em ofício para o chefe de polícia, respondendo a uma reclamação do delegado da capital sobre as praças responsáveis pela guarda da cadeia:

“Para concluir, devo declarar a V. Exa. que a disciplina do Corpo Policial ainda não está no pé em que deveria estar: esta irregularidade vem de longe, não é, certamente, de pouco tempo a esta parte; muitas e conhecidas são as causas, e entre elas sobressai o constante movimento de entradas e saídas do Corpo, entre praças

¹⁸ Relatório do comandante do CPP referente às atividades do Corpo de novembro de 1884 e outubro de 1885, enviado ao presidente da província. AESP, co2334.

¹⁹ Conforme sugeriu o comandante do CPP ao presidente da província, em fevereiro de 1876, em ofício no qual solicitou o desligamento da praça Amaro José Dias, pois “é minimamente incorrigível (...), além disso é amigo do alheio (...) Por isso, a bem da disciplina e moralidade rogo a V. Exa. se digne expedir essas ordens a fim de que esse soldado tenha baixa deste Corpo, e seja recrutado para a armada por achar-se nas condições precisas e ter a robustez necessária”. Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 23/02/1876. AESP, co2568. Além de ostentar uma ficha disciplinar desairosa, Amaro José Dias fora acusado de furtar de “uma crioula de nome Dijenisa” um relógio e um cordão de ouro. Confrontada, a praça alegou que tinha recebido os objetos para que fossem vendidos, e o dinheiro, fruto da venda, entregue à mulher. Dijenisia, que não recebera nada, em vista do prejuízo iminente, pediu ao corneta do CPP, Arlindo José de Brito, que convencesse Amaro a lhe devolver os objetos, os quais, no fim das contas, já tinham sido repassados para um tal de Joaquinzinho. Em meio a todo esse imbróglio, o corneta afirmou em depoimento ao tenente Barbosa que “no dia seguinte, viu o soldado Amaro com dinheiro e que supõe ser produto da venda do dito cordão porque tendo de fazer-se o pagamento à tarde, já de manhã ele estava endinheirado”. Interessante notar nesse episódio que o crime cometido por Amaro não foi, por si só, uma ocorrência insueta, pelo menos não aos olhos de Arlindo. O fato que causou assombro ao corneta foi o colega estar “endinheirado” mesmo antes do pagamento. Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 23/02/1876. AESP, co2568.

*que obtêm baixa do serviço e paisanos que são alistados, não podendo o Corpo ter continuamente praças conhecedoras do serviço, as quais, por outro lado, deixam de ter a necessária aprendizagem, por terem de entrar no serviço determinado pelas circunstâncias especiais do Corpo”.*²⁰

O ofício do comandante do Corpo toca na ferida ao detectar a efemeridade do tempo de serviço. Os dados coligidos neste trabalho não permitem uma avaliação sistemática do período médio de engajamento nem a taxa de desistência, lembrando sempre que apesar de o alistamento ser voluntário, a praça não podia deixar o serviço salvo nos casos previstos em lei. O abandono antes de expirado o decurso dos quatro anos (ou seis anos) regulamentares era considerado deserção e passível de perseguição e severas punições.

No entanto, algumas indicações podem ser feitas, a partir de resultados parciais. A tendência sugere que o tempo de permanência na instituição era de 3,5 anos. Isso quer dizer que o ingresso no CPP não significava um passo firme em direção à fixidez profissional e à estabilidade em contraposição à cultura do imprevisto que caracterizava a vida em pobreza. Ao escolherem a polícia, os voluntários não tinham obrigatoriamente a expectativa de se perenizar numa carreira segura e rentável, visando, numa perspectiva de longo prazo, à estabilidade e ascensão social. Emplacar uma carreira no CPP era mais fruto do acaso e de conjunturas específicas do que uma aspiração vocacional do recruta ou uma política formativa do governo.²¹

Em contrapartida, em nenhum momento, durante o período estudado, a administração policial logrou estabelecer uma política de engajamento que selecionasse do universo disponível de homens livres os indivíduos considerados mais aptos servir. A oferta maior que a procura e a necessidade de mão-de-obra obstava qualquer planejamento de qualificar a matéria-prima, uma das chaves para a melhoria e a profissionalização do serviço prestado.²² Ao contrário do que ocorreu com as forças policiais européias e nortee-

²⁰ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 12/05/1883. AESP, co2624.*

²¹ Sandra Gayol identifica o mesmo padrão para a polícia de Buenos Aires, em que o período de permanência do recrutado era ainda muito mais efêmero do que no CPP. Sandra Gayol. “Entre lo deseable y lo posible. Perfil de la policía de Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX”, in: *Estudios Sociales*, n. 10, 1996.

²² Jean-Marc Berlière. “La professionnalisation: Revendication des policiers et objectif des pouvoirs au début de la IIIe République”, in: *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, 3, 1990. Um painel multivariado sobre o processo de profissionalização das forças policiais modernas na Europa está em Clive

americanas, que ainda durante o século XIX criaram mecanismos de depuração dos candidatos em forma de testes intelectuais, atestados de boa conduta e adequação do porte físico, o ingresso no CPP, e na polícia brasileira de uma forma geral, era uma decisão que partia do interessado e não uma prerrogativa da corporação.²³

Além disso, se na origem, o universo de recrutados não era aquele idealizado pelos administradores, a rotatividade dos policiais em serviço atravancava quaisquer ensaios de forjar um espírito de corpo, a partir da convivência continuada com superiores e, por via de consequência, com os princípios militares basilares. A estabilidade do efetivo, outra chave para a eficiência e profissionalização policial, nunca foi alcançada.²⁴

Sem uma política de capacitação, o comando da polícia esforçava-se em não desperdiçar os policiais que à custa do tirocínio e da experiência acumulavam algum saber empírico, tornando-se potenciais agentes replicadores. O comandante do CPP, por exemplo, negou às praças Luiz de Sampaio Moreira, Benedicto Rodrigues e João Thomas Ferreira dos Santos a concessão de baixa, mediante apresentação de um substituto, justificando não ser “*conveniente a pretensão (...) porquanto estando já essa praça apta para o serviço, com a sua substituição ficará o Corpo com mais um soldado sem disciplina alguma, influenciando assim para que o serviço sofra por falta de praças habilitadas*”.²⁵ Interessante notar que João Thomas estava engajado havia quase 10 anos, mas Luiz havia assentado praça um ano antes e, mesmo assim, seu desligamento foi considerado inapropriado.

O governo tampouco compactuava com as insistentes solicitações dos permanentes de se bandearem para a Companhia de Urbanos, que, além de prometer mais estabilidade, remunerava melhor. Respondendo à requisição das praças Porfírio Baptista de Oliveira e Bernardino de Sant'Anna Leite, o chefe de polícia alegava que “*tenho tomado por norma de proceder não consentir a transferência das praças de permanentes para a referida Companhia, já por causa da boa disciplina que devem ter os referidos corpos, porque como V. Exa. melhor compreenderá, se o guarda é bom faz falta o seu serviço no corpo em*

Emsley & Barbara Weinberger. *Policing Western Europe: politics, professionalism, and public order, 1850-1940*. Londres : Greenwood Press, 1991.

²³ Jean-Marc Berlière. “La professionnalisation: Revendication des policiers et objectif des pouvoirs au début de la IIIe République”, *op. cit.* e Haia Shpayer-Makov. “Le profil socio-économique de la police métropolitaine de Londres à la fin du XIXe siècle”. *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, 39, 4, 1992.

²⁴ Philippe Chassaigne. “Du “travailleur en manteau bleu” au gardien de la loi et de l’ordre: professionnalisation et statut des policiers em Angleterre au XIXe siècle”, in: Pierre Guillaume (org). *La professionnalisation des classes moyennes*. Editions de la maison des sciences de l’homme d’aquitaine, 1996.

²⁵ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 14/02/1883*. AESP, co2328.

que está e se é mau pede a transferência para se ver livre de todo o serviço porque terá de ser expulso, já também porque pagando a Companhia de Urbanos maior vencimento, ninguém querirá ir para o CPP pelo que dificilmente se terá o número legal”.²⁶

A baixa qualificação da mão-de-obra e a dificuldade de promover um treinamento adequado afetavam também o nível dos oficiais, pelo menos daqueles que ascendiam a partir dos critérios de promoção interna.²⁷ Em 1884, em substituição do tenente demissionário Manoel Marcellino Felício de Oliveira, foi alçado ao seu posto o então alferes Francisco de Assis Mendonça. A trajetória desses dois personagens é um retrato das contradições inerentes ao evoluir da instituição.

A começar pelo primeiro: Manoel Marcellino Felício de Oliveira, natural de São Paulo, solteiro, marceneiro, com 60 polegadas, cabelos castanhos, rosto comprido, olhos pardos e pouca barba, assentou praça de soldado em agosto de 1872, quando tinha dezoito anos. Um ano mais tarde já fora alçado a cabo de esquadra e furriel. Em 1875, tornara-se 2º sargento e, em menos de quatro meses, já era 1º sargento.

Em 1882, já no posto de tenente, “*para a boa ordem do serviço público*”, foi enviado a Santos, a fim de comandar o destacamento local e servir de instrutor da recém-instituída companhia de urbanos.²⁸

Mas parece que em 1884 a fortuna soprou para outro lado e seu conceito junto ao comando do CPP decaiu, quando foi preso para responder a Conselho Criminal, acusado de ter descontado, sem ordem superior, 28.800 réis de duas praças, no tempo em que comandava o destacamento de Amparo. Em 30 de junho do mesmo ano, Manoel Marcellino pediu demissão, ao que o comandante do CPP não viu nenhum “*inconveniente (...) uma vez que restitua a quantia*”.²⁹ Essa improbidade parece não ter sido exceção à regra. Ao contrário. Durante sua longa carreira policial, sua fé de ofício, espécie de ata que registrava todas as ocorrências da vida institucional da praça (boas ou más), registra um sem-número de irregularidades cometidas pelo tenente, as quais acarretaram longo período de prisão. Desde faltas administrativas, como “*responder com pouca atenção ao primeiro sargento*” ou a ausência nas revistas diárias, até altercações com colegas policiais, como

²⁶ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/08/1883. AESP, co2626.*

²⁷ Alguns oficiais vinham de outras instituições militares e ingressavam na polícia já com as patentes de origem.

²⁸ *Ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 03/01/1882. AESP, co2325.*

²⁹ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 30/06/1884. AESP, co2333.*

quando provocou “*desordem no quartel e [ter] insultado e ameaçado a um seu companheiro, primeiro sargento Sebastião*”; passando por reprimendas de ordem moral, como quando foi acusado de ter “*provocado desordens no Hotel América em companhia de prostitutas*”. Em contrapartida, não só dissabores marcaram sua trajetória, apesar de os elogios terem sido mais rarefeitos: em uma única vez foi louvado pelo presidente por sua “*firmeza e disciplina com que se apresentou na formatura (...)*”.³⁰ Não obstante a ficha disciplinar maculada, Manoel Marcellino alcançou o posto de tenente alguns anos depois de ter ingressado no CPP no patamar mais baixo da hierarquia, galgando, não se sabe por que meios, várias posições na escala militar.

Ainda mais interessante é o personagem que substituiu Manoel Marcellino no posto de tenente. Numa medida aparentemente disparatada, a administração policial escolheu o policial Francisco de Assis Mendonça, esse, talvez, a figura mais assídua na documentação compulsada e, sempre, pelo viés negativo. Assim como seu antecessor, Francisco também ingressou na corporação como praça de pré, em março de 1868, quando contava 18 anos. Mas devia ter um santo muito forte, pois imediatamente tornou-se furriel ainda em 1868 e, na sequência, foi alçado a 2º e 1º sargento, em 1872.³¹

Durante sua carreira, foi preso algumas vezes por questões disciplinares. No entanto, parece que a sua especialidade eram as brigas e altercações. E elas foram várias, envolvendo delegados, colegas, soldados de linha, além de mulheres. De fato, seu histórico de indisciplina vinha de longa data. Ainda como 2º sargento, quando comandava o destacamento de Bragança Paulista, criou caso com o delegado local, que se queixava de seus “*deboches e pagodeiras em alta noite pelas ruas com violão e cantorias em companhia de prostitutas*”.³² Por isso e pela insolência com que tratou a autoridade foi recolhido à prisão. Anos mais tarde, envolvera-se em uma briga generalizada com praças do exército, depois que a patrulha do CPP que rondava a cidade prendeu um soldado.³³ Ainda em 1876, espancou uma mulher de nome Joana Caldeira em pleno Largo da Sé. A

³⁰ *Fé de ofício de Manoel Marcellino Felício de Oliveira, anexa a ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 30/06/1884. AESP, co2333.*

³¹ *Avaliação elaborada pelo comandante do CPP a respeito da conduta de seus subordinados durante o segundo semestre de 1876, sem data. AESP, e4680.*

³² *Ofício do delegado de Bragança ao chefe de polícia, em 12/12/1871. AESP, co2540.*

³³ *Ofício do chefe de polícia para o presidente da província, em setembro de 1876. AESP, co2573.*

agressão lhe rendeu um rebaixamento temporário de patente, voltando a ser um simples soldado.³⁴

E, pelo jeito, seu gênio não se emendou nem mesmo depois de ter sido promovido a tenente. Basta dizer que, em 1885, junto com o sargento Antonio Pinto de Mendonça, meteu-se num conflito com as praças da Companhia de Cavalaria de Linha, em que ambos apanharam da soldadesca. Depois da briga, a apuração dos fatos ficou a cargo de uma comissão capitaneada pelo comandante do CPP, o qual, despidido de qualquer corporativismo, concluiu serem os responsáveis pela refrega seus próprios subordinados. No relatório final, não se pouparam vitupérios contra a conduta de Francisco de Assis Mendonça: *“O tenente Mendonça, além do seu irregular procedimento, provocando distúrbios fora de horas com praças de linhas, devia dar antes exemplo de bons costumes aos seus subordinados e esquivar-se de andar com eles vagando nas ruas da cidade depois de se achar com os mesmos em botequins e em restaurantes em comezainas e ainda mais com pessoas desconhecidas de si e de seus companheiros e subordinados. O referido tenente, assim, deu o maior testemunho de sua leviandade e ao mesmo tempo inabilitou-se para o exercício de um cargo de agente policial cuja circunspecção é o predicado inerente a tais agentes”*.³⁵ Não obstante o severo reproche de seu superior, Francisco de Assis Mendonça permaneceu no serviço pelo menos até 1890, quando a despeito de sua má fama era o comandante da 1ª Companhia do CPP.

Acompanhar as trajetórias de Manoel Marcellino e Francisco de Assis Mendonça serve como parênteses vívidos das dificuldades da instituição em se ornar de mão-de-obra qualificada. Se nos debruçarmos sobre os relatórios elaborados pelos comandantes do CPP, percebemos outros fatores que concorriam para a falta de preparo dos policiais, culminando com a necessidade de alavancar ao oficialato indivíduos sem o estofo ideal para ostentar galões tão importantes.³⁶ Ao contrário do Exército, que contava com uma escola de oficiais, a Academia Militar, e doutrinava *intra muros* seus agentes mais graduados, os quais

³⁴ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 11/11/1876. AESP, co2568.*

³⁵ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 25/08/1885. AESP, co2648.*

³⁶ A dificuldade de encontrar pessoal capacitado para comandar, mesmo quando se tratava da Companhia de Urbanos. Em 1878, o chefe de polícia propôs para comandante daquela instituição o capitão honorário do exército Pedro Brasiense de Almeida, fiado em informações vindas de *“pessoa acima de toda a exceção, mas que infelizmente foi iludida em sua boa-fé (...) Suas relações e hábitos, freqüentando casas de pasto em companhia de mulheres dissolutas e homens que se embriagam, o excluem absolutamente de um cargo de tanto respeito e de tanta confiança”*. Diante da revelação indigesta, o mandatário revogou a proposta. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 08/04/1878. AESP, co2587.*

provinham de um “estrato médio” da população; no CPP, pelo menos 50% dos oficiais de mais baixa patente (alferes e tenentes), como veremos adiante, eram oriundos das próprias fileiras e não receberam, durante o período estudado, nenhuma instrução básica ou específica.

Em relatório sobre o estado da corporação que dirigia, o comandante do CPP lamentava-se que o desfalque de força na capital resultava “[n]a falta de pessoal para receber a instrução prática de que necessita, isentando-a também da convivência que era para desejar entre seus camaradas, da qual pudesse derivar o amor-próprio e o brio que deve possuir o soldado, tão necessários na emergência do perigo. A força que é regularmente empregada no serviço da guarnição da capital é aquela mesma que muitas vezes, em parte recolhera-se ao quartel no dia anterior, de destacamentos ou de diligências do interior da província, com os hábitos de soldado quase extintos e a instrução prática que adquirira anteriormente; perdida”.³⁷

Essa situação era agravada pela indigência material que assolou a polícia, o que impedia, por exemplo, a estruturação das casernas como centros pedagógicos, a elaboração rotineira de exercícios militares ou a criação de escolas de treinamento, outra necessidade em prol da profissionalização do policial, essencial para transformá-lo em agente portador de um saber específico e exclusivo.

Por seu lado, as exclusões por razões disciplinares ou de saúde e as defecções por conclusão de tempo de serviço, apresentação de substituto ou deserção pura e simples, mantiveram-se elevadas durante todo o período. Para se ter uma idéia, em 1880, de um total de 976 praças, 103 policiais foram desligados por razões médicas e outros 54 foram “eliminados” por motivos disciplinares (35 qualificados de incorrigíveis e 19 expulsos por embriaguez), o que dá uma média de 16,08% do efetivo total.³⁸ Entre 1881 e 1882, foram 176 aqueles que deixaram o CPP, sendo que 26 por causas disciplinares (incorrigíveis, condenação pelo júri, crime, mau comportamento), 11 por incapacidade física e 17 por deserção.³⁹ O número elevado de exclusões por motivos disciplinares espelha o arbítrio que

³⁷ Relatório do comandante do CPP para o presidente da província, em novembro de 1884. AESP, co2333.

³⁸ Esse foi o número efetivo do contingente do CPP para o ano de 1880. O total estipulado pela lei era de 1056.

³⁹ Relação das praças excluídas do Corpo de 01/01/1881 a 31/12/1882, AESP, co2324. Além dos motivos citados, as exclusões se deveram a conclusão de tempo, falecimento, apresentação de substituto, ser menor de 18 anos, reforma, devido à Lei 119, 25/04/1880 e excesso de contingente.

regia as decisões de comando no CPP, uma vez que ao presidente da província era lícito por regulamento afastar um policial (mesmo um oficial) sem qualquer trâmite administrativo, desde que a pena regimental para o delito cometido não ultrapassasse 15 dias de detenção. Mas a recidiva em infrações menos graves era motivo suficiente para a exclusão sumária do faltoso. Para que isso ocorresse, bastava uma nota negativa do comandante do destacamento ou de um superior direto para que o presidente da província aquiescesse a exclusão. O Conselho Criminal, o órgão colegiado instituído para julgar os faltosos e, em princípio, prolator de decisões menos arbitrárias, se ocupava dos casos em que a pena era superior a 15 dias, cuja matéria mais frequente eram episódios de deserção.⁴⁰

Com efeito, o governo passava por muitas dificuldades no processo de engajamento de novas praças. O voluntarismo que norteava a filosofia policial, principalmente o CPP e a Companhia de Urbanos, impedia o recrutamento forçado com fins correccionais e punitivos. No máximo, o engajamento tinha um caráter pedagógico e preventivo, visando a evitar o florescimento de um mal maior. Foi justamente essa a preocupação do juiz de órfãos da capital ao propor ao comandante do CPP a incorporação de Joaquim Antonio de Oliveira, de 18 anos: *“Tendo em vista evitar a perdição do dito órfão que se acha detido na Estação Central de Urbanos, deliberarei depois de ouvir o dito órfão a respeito, pô-lo à disposição de V. Exa. para ordenar que o mesmo assente praça em seu Corpo de Permanentes, depois do necessário exame ou inspeção de saúde”*. O comandante anuiu de bom grado a indicação, dizendo não haver mal nenhum em tal procedimento.⁴¹

Em 1877, o comandante da Companhia de Urbanos pedia transferência para o CPP do guarda n. 16, João Baptista de Camargo, detido *“pelas repetidas faltas que tem cometido (...)”*, uma vez que *“tenha se tornado infrutífero os castigos que já se lhe tem sido aplicado na forma do regulamento (...), visto existir nesse corpo [CPP] outros castigos que não têm nesta Companhia e mesmo para exemplo de outros guardas que por ventura se tomem em idênticas circunstâncias”*.⁴² A Companhia de Urbanos era mais rigorosa no processo de engajamento. Além de exigir o domínio da escrita, ao postulante cabia provar sua

⁴⁰ Regulamento do Corpo Policial Permanente de 28 de abril de 1875. São Paulo : Typografia do Correio Paulistano, 1975, art. 204. Uma cópia desse regulamento está em AESP, co2584. Em 1885, das 17 praças que se achavam detidas para responder a Conselho Criminal, oito eram desertores. *Relação nominal das praças detidas para responder a conselho criminal, em 1885*. AESP, co2333.

⁴¹ *Ofício do juiz de órfãos de São Paulo ao comandante do CPP, em 16/07/1885*. AESP, co2334.

⁴² *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos para o chefe de polícia, em maio de 1877*. AESP, co2583.

moralidade com atestados emitidos por autoridades (delegados, subdelegados, juízes) ou pessoas reconhecidamente gradadas na comunidade. O “rebaixamento” de patamar – da Companhia de Urbanos para o CPP – significava a diminuição gradativa do lugar social. Em 1882, por exemplo, o comandante do CPP alertava o chefe de polícia em 30/06, que na Companhia de Urbanos de Santos fora engajado e promovido a cabo José Pereira de Araújo, expulso da corporação por incorrigível. Ato contínuo, solicitava que não fossem engajados na Companhia praças expelidos do Corpo.⁴³

Mesmo os casos de engajamentos emergenciais de paisanos, conforme a analisado no primeiro capítulo, eram condenados pela sociedade e se restringiam à polícia local. Talvez por isso, o delegado de Araraquara não conseguia convencer habitantes locais a assentar praça: *“Há por aqui grande número de homens desocupados e aptos para o serviço do CPP, porém não aceitam os convites que se lhes faz para este fim, apesar das boas maneiras com que se procura convencê-los, porém eu procurando com esforço ver se convenço alguns (...)”*.⁴⁴

Algumas hipóteses foram aventadas para explicar a pouca afluência de voluntários. Uma delas diz respeito a uma atávica aversão do paulista à farda, vinculada ao *“desejo de não alienar a sua independência, submetendo a própria liberdade de ação aos rigores da férrea disciplina”*.⁴⁵ Outra explicação é bem mais pragmática e aponta para aspectos inerentes ao baixo poder de sedução do serviço: os salários eram baixos e não compensavam a vida regulamentada, exigida pela rotina militar. O ingresso na corporação impunha como contraparte dedicação exclusiva. Oficialmente, as praças eram proibidas de realizar serviços paralelos. No momento em que vestiam o fardamento, permaneciam integralmente à disposição dos superiores. Pelo menos essa era a exigência e a expectativa do alto comando policial. Para compensar o exclusivismo, foram criados, portanto, alguns benefícios que poderiam estimular não apenas o ingresso de recrutas, como atilar os policiais já engajados a permanecerem no serviço, pois só a pertinácia fomentaria um

⁴³ Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 30/06/1882. AESP, co2620.

⁴⁴ Ofício do delegado de Araraquara ao chefe de polícia, em 15/03/1883. AESP, co2622.

⁴⁵ Segundo análise do Coronel Pedro Dias de Campos, em Euclides Andrade e 1º Tenente Hely F. da Câmara. *A força pública de São Paulo – esboço histórico – 1831 – 1931, op. cit.*, p. 20. Também pode se explicar o desafeiçoamento à farda segundo uma abordagem Iluminista, que, no século XVIII, desenvolvia uma filosofia pacifista, que reprovava a guerra e a figura do soldado. Ver Odile Roynette. *“Bons pour le service” – l’expérience de la caserne en France à la fin du XIXe siècle*. Paris : Belin, 2000.

ambiente de estabilidade nas hostes da polícia, fundamental no que concerne à formação de um quadro mais eficaz, especializado e profissional.⁴⁶

Assim, além do prêmio de 50 mil réis oferecido no ato do primeiro engajamento, outra recompensa, mais substancial ainda, que variou de 120 mil réis a 150 mil réis, era concedida aos policiais que se reengajavam após a conclusão dos quatro anos de serviço regulamentar.

Promoção e ascensão hierárquica

As oportunidades de promoção dentro da hierarquia corporativa, principalmente no que concerne o CPP, também podiam fomentar a permanência do soldado na polícia. Era, afinal, um caminho viável de ascensão social em uma sociedade marcada pela rigidez estamental. A perspectiva de estampar na ombreira os galões de oficial, partindo do degrau mais raso da hierarquia, por exemplo, não era um sonho impossível.

Algumas normas regimentais, ainda muito incipientes no tocante à racionalização dos princípios burocráticos, regiam o avanço na carreira. Em 1846, foi estabelecido um novo critério de promoção, que permitia a sargentos do CPP a ocuparem postos do oficialato, anteriormente concedidos apenas a oficiais das forças armadas. Mas é somente em 1884 que essas determinações se tornam irrevogáveis e inverte-se a ordem de preferência em favor dos policiais agregados ao CPP. Até então, os regulamentos da polícia privilegiavam a realocação de oficiais de outras corporações para ocupar os postos vagos. Outros critérios objetivos de promoção, como o de antigüidade, vigoraram durante o período estudado, mas sempre permeados por critérios personalistas na eleição dos contemplados, como aqueles previstos no regulamento de 1875, que indicavam os alferes mais idôneos para substituir os tenentes reformados. O mesmo princípio valia para a promoção de sargento a alferes.⁴⁷

Não obstante, os postos do Comando Maior eram todos cedidos aos oficiais deslocados do exército. Não sabemos exatamente os motivos que levavam à migração de uma corporação à outra. Talvez fosse uma opção para os oficiais paulistas se estabelecerem

⁴⁶ A concessão de benefícios foi uma política comum as forças policiais européias e responderam pela gradual estabilidade do serviço. Jean-Marc Berlière. “La professionnalisation: Revendication des policiers et objectif des pouvoirs au début de la IIIe République”, *op. cit.* e Haia Shpayer-Makov. “Le profil socio-économique de la police métropolitaine de Londres à la fin du XIXe siècle”, *op. cit.*

⁴⁷ *Apud.* Heloísa Fernandes. *Política e segurança, op. cit.*, p. 134 e 135.

definitivamente na província, evitando riscos de deslocamento. Pode ser também que a polícia oferecesse uma rotina de trabalho mais suave, uma maneira de encostar o corpo e receber vencimentos sem muitas amolações. Nesses casos, serviria quase como um “cabide de emprego”, principalmente para os oficiais mais combalidos. Em 1882, por exemplo, o comandante do CPP recebeu uma solicitação do alferes honorário do exército, Florêncio José de Oliveira, para ser incorporado ao corpo de oficiais da polícia, percebendo vencimentos de sargento. O comandante respondeu informando que não havia mais vagas para oficiais nem para sargento. Sugeriu ao postulante ingressar recebendo soldo de soldado, mas com direito a usar as insígnias de alferes, visto que o corpo já tinha oficiais nessas circunstâncias. Ainda segundo o comandante, tal medida parecia de justiça, *“já pelo estado precário em que se acha esse oficial, já por ter ele servido na campanha, aonde recebeu numerosos ferimentos (...)”*.⁴⁸ O mesmo valeu para o sargento José Vieira Marques, do extinto corpo de Voluntários da Pátria, que em 1883, solicitou o engajamento no CPP, mantendo-se a mesma graduação. O pedido foi negado, visto não existirem mais vagas para inferiores. O comandante fez a mesma indicação, lhe sugerindo que ingressasse como *“simples soldado e isto mesmo caso não tenha mais de 35 anos de idade”*.⁴⁹

Embora o CPP tenha estabelecido critérios de promoção não manipuláveis pelo compromisso arbitrário, como o de antigüidade, a mediação de princípios personalistas e de compromissos firmados fora da esfera burocrático-meritória deve ter sido a tônica que marcou o histórico de acessos e rebaixamentos na trajetória de um policial. Não devem ter sido raros pedidos como esse, da lavra de um provável cidadão de grande naipe, morador na cidade de Batatais:

“Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Santos Camargo,

Estimo a sua saúde e a da Exa. família. Certo da sua nomeação para dirigir o honroso cargo de chefe de polícia desta província, ousou pedir-lhe para que V. Exa. atendendo aos serviços prestados pelo soldado do Corpo Policial Francisco Alves de Castro, destacado nesta cidade, promova ou consiga do Exmo. Presidente da

⁴⁸ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 17/05/1882. AESP, co2325.*

⁴⁹ *Solicitação anexa em ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 17/05/1882. AESP, co2325.*

Província a promoção do mesmo para o posto de cabo do destacamento desta cidade, de cujo favor desde já lhe agradeço, certo de que será servido. Alguma coisa que apareça contra o referido soldado é insensato.

*Disponha sempre do amigo, Homem de Mello”.*⁵⁰

Infelizmente não sabemos se o pedido foi atendido pelo chefe de polícia Felício Ribeiro dos Santos Camargo, que assumiu o posto interinamente em maio de 1880, já que não encontramos outro registro do nome de Francisco Alves de Castro na documentação. Sabemos, isso sim, que ele foi engajado em 1879, aos 22 anos, era natural do Rio de Janeiro, branco, solteiro e sem ofício declarado. Em 1880, contava menos de um ano e meio como policial e, se por ventura, a solicitação de seu patrono (aparentemente muito bem colocado, pois privava de intimidade com o chefe de polícia) tiver sido acatada, quem sabe Francisco não tenha empreendido vôos mais altos na instituição?⁵¹ De toda a forma, a promoção aberta para membros do próprio corpo, embora obliquamente, permitia às praças de base alcançar o oficialato, mesmo que não tivessem passado por escolas preparatórias. Tanto Manoel Marcellino, como seu colega Francisco de Assis Mendonça, citados algumas páginas acima, conquistaram a patente de tenente, tendo iniciado a vida corporativa a partir dos degraus mais baixos.

É de se supor, assim, que a ascensão nos degraus corporativos era incomum, muito mais fruto de uma série de arranjos personalistas e casualidades, do que de uma política racional de carreira. Prova disso é que no mês seguinte da proclamação da República, o chefe de polícia, Bernardino de Campos, e o presidente do Estado, Prudente de Moraes, receberam uma chuva de cartas e bilhetes particulares requerendo em favor de terceiros uma promoção ou um benefício qualquer. A perspectiva de uma alteração profunda no organograma do CPP e o aumento do número de companhias assanharam praças e

⁵⁰ *Carta de Homem de Mello ao Doutor Santos Camargo, Batatais, em 11/05/1880. AESP, co2592*

⁵¹ Como é de se esperar, essa mesma tendência pode ser encontrada na polícia local, cuja estrutura burocrática era bem mais laxista do que a do CPP. Em 1885, o policial local Antonio Francisco Longuinhos, lotado em Santo Antonio do Pinhal, escreveu uma carta para o chefe de polícia dizendo que havia solicitado proteção do Ministro da Justiça, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, para se tornar sargento do destacamento local de Guaratinguetá, Lorena ou São Bento do Sapucaí. O chefe de polícia, por sua vez, oficiou o subdelegado pedindo informações sobre Antonio. As informações foram favoráveis. *Carta de Antonio Francisco Longuinhos para o chefe de polícia, em 16/12/1885. AESP, co2682.*

sargentos que buscavam nos próceres de ocasião proteção e auxílio para sensibilizar as altas autoridades. Um desses pedidos chegou diretamente do gabinete do Ministro da Justiça:

“Bernardino,

Atendendo à recomendação de um bom amigo, Dr. Cesário Travassos, peço-te que eleve a oficial o 2º sargento graduado do CPP, honorário do Exército, comandante do destacamento de Santa Rita do Passa Quatro, Antonio Benedicto da Silva.

Saúde e Fraternidade,

*do amigo C. Salles”.*⁵²

Mesmo os próprios policiais buscavam sensibilizar os “pistolões” mais bem colocados no novo regime, na tentativa de abiscoitar uma boquinha. O sargento do CPP, Antonio Benedicto da Silva, comandante do destacamento de Santa Rita do Passa Quatro, apelou para a influência do “*amigo cidadão*” Dr. Carlos Paes de Barros para que se “*entenda com nossos amigos do governo, a fim de eu não ser preterido, visto ter todos os direitos e vantagens (...) espero que terá paciência em entender-se co o nosso amigo Dr. Bernardino de Campo (...) que já está orientado pelo nosso amigo Cricério (...)*”.⁵³

É de se perguntar, então, se há apontamentos objetivos que possam determinar um padrão entre a porcentagem de promoções em relação ao contingente geral, além de uma relação entre o tempo de serviço e a ascensão na carreira. Entretanto, com os documentos disponíveis, é difícil mensurar essa taxa média de promoção entre os recrutas ingressantes e o lapso de tempo entre as passagens de *ranking*. Afinal, a razão entre as vagas para furriel, cabo, sargento, mas principalmente para os postos de oficialato – alferes, tenente e capitão – e a soldadesca era pequena e não aumentaram na proporção da expansão das praças de pré quando da reforma das leis de força. No exercício dos anos de 1872 e 1873, por exemplo, havia no Estado Menor, como oficiais de companhia, quatro tenentes, doze

⁵² *Bilhete de C. Salles ao chefe de polícia, em 30 de dezembro de 1889. AESP, co2697.*

⁵³ *Carta de Antonio Benedicto da Silva para Dr. Carlos Paes de Barros, em 16/12/1889. AESP, co2698.*

alferes, doze sargentos, oito furriéis e 24 cabos num contingente de 453 homens (3,5% de oficiais de companhia).⁵⁴ Em 1881 e 1882, eram seis capitães, seis tenentes, doze alferes, dezoito sargentos, seis furriéis e 72 cabos para um contingente de 1134 policiais (2,1% de oficiais de companhia).⁵⁵ Já em 1888 e 1889, a proporção apertou: eram sete capitães, sete tenentes, sete alferes, 21 sargentos, sete furriéis e 42 cabos para 1500 homens (1,4% de oficiais de companhia).⁵⁶ Com um número insuficiente de oficiais e inferiores, a perspectiva de ascensão mostrava-se limitada, já que era necessária muita paciência para a fila andar. Mesmo assim, uma certa dose de sorte e um bom pistolão podiam catapultar a carreira de um policial.

Podemos, então, apresentar fragmentos desse movimento, a partir das experiências de vidas localizadas de policiais e também um instantâneo de 1876, quando há uma avaliação da *performance* de inferiores e oficiais realizada pelo comando geral dos permanentes. Esse documento nos permite rastrear as origens desses policiais e sugerir algumas tendências. (quadro 06)

Quadro 06 – Avaliação de oficiais e inferiores realizada pelo comando do CPP, em 1876

Nome	Idade	Praça de acesso	Ano	Última patente	Ano
André Barboza Corrêa	42	Soldado	1865	Tenente	1874
Geraldo Galdino da Silva	28	Furriel	1867	Tenente	1873
Guilherme José do Nascimento	31	Soldado	1865	Tenente	1876
Francisco Augusto de Azevedo	39	Alferes	1867	Tenente	1869
João José Ribas	33	Alferes	1868	Alferes	1868
Fernando Martins Bonilha	40	Alferes	1868	Alferes	1868

⁵⁴ O Estado Maior era composto de um comandante (tenente-coronel), um capitão mandante, um tenente cirurgião, um alferes-quartel-mestre e um alferes secretário.

⁵⁵ Em 1882, a Lei n. 42 propôs uma reorganização no CPP, extinguindo, por exemplo, a Companhia de Cavalaria e reduzindo as praças graduadas (sargentos, ajudante e quartel mestre, primeiros e segundos sargentos, furriéis e cabos de esquadra) de 208 para 60. O comandante se viu obrigado a rebaixar os graduados e foi hostilizado pela *Gazeta do Povo*. Na ocasião, declarou que “*com estas providências muito lucrarão a disciplina e o serviço do Corpo, pois desaparecerão muitos inconvenientes determinados por um número tão avultado de graduados, entre os quais, principalmente, destacam-se as praças que não tinham graduação, sobrecarregadas com os serviços daquelas, pois que não podiam elas concorrer em serviço de guarda, destacamentos e diligências, resultando daí grande injustiça na distribuição do serviço, em consequência de uma prática fora dos limites da Lei (...) os cofres provinciais auferirão uma economia de despesa superior a 6.000\$000 anual, porque com a dispensa dessas graduações não autorizadas por Lei, cessou o pagamento de gratificações de comando dos destacamentos exercidos por praças graduados nos postos de furriel e sargento, e superior ao número marcado por lei*”. *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 04/01/1883*. AESP, co2326.

⁵⁶ No Estado Maior havia um coronel comandante, um major fiscal, um capitão cirurgião, um tenente ajudante, um tenente quartel-mestre e um tenente secretário.

Pedro José do Espírito Santo	30	Soldado	1865	Alferes	1872
Carlos Oliva de Mello Franco	29	Soldado	1868	Alferes	1869
Manoel Castaño de A. Júnior	30	Alferes	1871	Alferes	1871
Antonio Joaquim Fernandes	42	Soldado	1866	Alferes	1872
Carlos Santos Bárbaras	27	Alferes	1873	Alferes	1873
Manoel José Branco	22	Alferes	1873	Alferes	1873
José Alves de Oliveira	S/i	Alferes	1873	Alferes	1873
Ricardo de Moura Telles	33	2º Sargento	1866	Alferes	1874
Antonio Joaquim do Pinho	53	Alferes	1875	Alferes	1875
José Raymundo de A. Marques	25	Soldado	1867	Alferes	1875
Alexandre Magnaime	29	Soldado	1868	Alferes	1875
Theophilo de Assis Lorena	49	Soldado	1868	Alferes	1875
Benedicto G. de Figueiredo	33	Soldado	1867	Alferes	1876
Hylario Gomes Gaia	39	Soldado	1866	Sargento Q. Mestre	1873
Antonio Joaquim E. Ribeiro	29	Cabo	1867	Sargento ajudante	1876
Francisco de Assis Mendonça	26	Soldado	1868	1º Sargento	1872
Eugenio Joaquim Gonçalves	24	Soldado	1871	1º Sargento	1875
Manoel Marcellino F. Oliveira	24	Soldado	1872	1º Sargento	1875
Henrique Antonio de Camargo	21	Soldado	1873	1º Sargento	1876
Antonio Filippe das N. Santiago	42	Soldado	1873	1º Sargento	1876
Francisco Januário do Carmo	20	Soldado	1871	2º Sargento	1873
João Martinho de Toledo	25	Soldado	1867	2º Sargento	1873
Manoel Pedro de Andrade	23	Soldado	1866	2º Sargento	1875
Manoel Carlos da Cunha	22	Soldado	1871	2º Sargento	1875
Lourenço Justo de Miranda	20	Soldado	1870	2º Sargento	1875
Francisco Narciso da Rocha	25	Soldado	1870	2º Sargento	1875
Arthur da Fonseca Ozório	23	Soldado	1873	2º Sargento	1876
Paulo Pereira Mendes	23	Soldado	1873	2º Sargento	1876

Fonte: Avaliação elaborada pelo comandante do CPP a respeito da conduta de seus subordinados durante o segundo semestre de 1876, sem data. AESP, E4680.

Dos quatro tenentes que compunham a corporação naquele ano, dois deles entraram na polícia como soldados (a mais baixa patente), um como furriel e outro como alferes, ou seja, estes provavelmente provenientes dos quadros do Exército. André Barboza Corrêa, que ingressou no CPP, em 1865, demorou nove anos para alcançar o posto. Já Guilherme José do Nascimento, que também entrou na polícia como soldado, em 1865, levou onze anos. Geraldo Galdino da Silva, que entrou como furriel, em 1867, tornou-se tenente em 1873. E, finalmente, Francisco Augusto de Azevedo, que começou sua carreira como alferes, em 1867, foi alçado a tenente, em 1869, portanto apenas dois anos depois.

Dentre os 15 alferes listados, sete eram praças de origem, um entrou como sargento e os demais já ingressaram como alferes, isso significa dizer que cerca de 50% do efetivo

era originário da própria corporação.⁵⁷ Antes que fossem criadas a Escola de Recrutas, em 1896, e as escolas de instrução básica e militar, em 1910, cuja frequência passou a ser imprescindível como critério de ascensão hierárquica, podemos acreditar que a tendência é que parte significativa da baixa oficialidade do CPP provinha das próprias fileiras da polícia. Mais do que demonstrar uma política deliberada da cúpula administrativa, essa idiosincrasia, fruto da inépcia burocrática da polícia, preenchia as instâncias de comando com gente da arraia-miúda numa espécie de democratização imprevista. Essa “aberração”, de um lado, potencializava a balburdia hierárquica, visto que se afastavam os comandantes dos ideais de moralidade e espírito corporativo, a exemplo dos comportamentos desabridos de um José Marcellino e de um Francisco de Assis Mendonça; e, por outro, impediu de se plasmar no seio do CPP, como ocorreu no exército, uma elite de oficiais instruídos, irmanados e bem-pensantes, prontos a afrontar com idéias progressistas e atitudes desaforadas a ideologia vigente.

O tempo médio que os soldados levaram para se tornar alferes foi de 6,42 anos. O mais expedito, Carlos Oliva de Mello Franco, foi graduado em apenas um ano, passando como um relâmpago pelas grades de 2º e 1º sargento. Já entre os 15 sargentos (1º e 2ºs sargentos, além do sargento quartel-mestre e o sargento-ajudante), apenas o sargento-ajudante Antonio Joaquim Estevão Ribeiro começou sua carreira como cabo. Todos os outros ingressaram como praças de pré. O tempo médio que os soldados levaram para atingir o posto de 2º sargento foi de 3,5 anos.

Vasculhando a documentação, com sorte podemos localizar esses personagens em outros momentos de suas vidas e, assim, acompanhar o desenlace de suas carreiras na polícia. Ao longo deste trabalho outros vão aparecer. Por ora, comentaremos o paradeiro de alguns de seus colegas.

- a) O tenente **Francisco Augusto de Azevedo** comandou interinamente o CPP em 1878 e 1880. Também foi suplente de subdelegado na freguesia de Santa Ifigênia, na capital.

⁵⁷ Apesar de serem listados 15 alferes, a Lei de Força para o biênio de 1876 e 1877 previa apenas 12 alferes.

- b) O alferes **Pedro José do Espírito Santo** foi comandante do destacamento de Franca, onde entrou em desinteligência com o delegado local.⁵⁸ Em março de 1876, o comandante do CPP enviou informações ao presidente da província sobre o procedimento desse oficial. Lembrou o episódio de Franca, de onde retirou-se por estar “*desmoralizado a ponto de deixar desfeitar-se em público vergonhosamente (...)*”. Ainda de acordo com o comandante, em Santos, onde depois permaneceu algum tempo, “*também não teve bom proceder, tanto que o chefe de polícia requisitou um oficial morigerado para o substituir no comando do destacamento, por não achar-se em harmonia com o respectivo delegado*”. E prosseguia: “*Não me refiro ao comportamento que em seguida teve em Mogi Mirim, porquanto foi ele que deu motivo à repreensão que sofreu em ordem do dia (...), devo, no entretanto, acrescentar que em seu regresso a essa capital procedera relaxadamente na ocasião em que embarcava deixando à revelia na estação os dois animais do corpo que deviam se recolher à capital (...)*” Para finalizar, condescendia: “*Presentemente desempenha satisfatoriamente os seus deveres e é morigerado, porém isto é em consequência de achar-se nas vistas de seus superiores, o que não acontece nos destacamentos por faltar talvez aquela energia e sisudez que na qualidade de comandante de destacamento lhe cumpre observar, ao menos para salvar as aparências*”.⁵⁹ No entanto, apesar das críticas ácidas que recebera, Pedro José do Espírito Santo já figurava como capitão do CPP em 1881. Para piorar, no começo de 1883, foi acusado junto com outros oficiais (inclusive com a participação do ex-comandante geral Toledo Martins) do desvio de 28.093.000\$350 réis do orçamento do Corpo, montante que deveria ter sido distribuído para o pagamento de salários. Pedro José teria ficado responsável por 1.823.240\$000 réis que não foram computados nos livros de registro.⁶⁰ Mas seu santo devia ser

⁵⁸ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/10/1873. AESP, co2549.

⁵⁹ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 30/03/1876. AESP, co2307.

⁶⁰ Relatório final da comissão instituída para averiguar os desfalques cometidos pelo ex-comandante Francisco de Paula Toledo Martins, em 10/11/1883.

muito forte, pois nem mesmo essa grave acusação de corrupção estancou sua carreira. Em 1886, oficiava ao comandante do CPP reclamando ter sido preterido pelo Capitão José Fortes de Lima Franco para assumir a função de capitão mandante, posto correspondente ao de major fiscal, já que era ele o capitão mais antigo disponível.⁶¹ Em janeiro de 1888, quando destacado em Jaú, escreveu em carta particular ao chefe de polícia para “*não esquecer-se de mim com a gratificação que pedi, e ao mesmo tempo vir a minha licença que pedi ao Exmo. Governo, visto que tenho necessidade urgente de arranjar uns negócios particulares na capital (...)*”.⁶² Ainda em 1888, foi acusado de novamente de desviar verbas da polícia (114.900\$000 réis) e preso por quatro dias pelo comandante do CPP.⁶³

- c) O alferes **Antonio Joaquim Fernandes** ocupou a delegacia de Santos entre 1877 e 1878. Em 1882, era comandante do destacamento de Faxina. Em 1884, já ocupava o cargo de tenente. E, em 1885, enquanto ocupava o cargo de tenente secretário foi acusado de desviar um lote de fardamento. O comandante do CPP, em nota ao presidente da polícia, asseverava no ofício em que solicitou seu afastamento da corporação, não sem uma nota de decepção: “*O tenente Fernandes, além de praticar um ato de deslealdade para comigo, que depositara-lhe confiança para o cargo que exercia, cometeu um furto, senão um estelionato, desfalcando ainda a fazenda pública provincial*”. O mesmo tenente já tinha sido julgado e absolvido por falsificar a assinatura de um outro oficial.⁶⁴
- d) **Antonio Joaquim do Pinho** foi delegado de Santos em 1876 e, já alçado a tenente, foi comandante do destacamento de Cachoeira, em 1879. Naquela localidade, teria exortado seus subordinados a “*levantarem aqui*

⁶¹ Anexo em ofício do comandante do CPP ao presidente da província em 01/06/1886. AESP, co2336.

⁶² Carta de Pedro José do Espírito Santo ao chefe de polícia, em 29/01/1888. AESP, co2691.

⁶³ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 07/07/1889. AESP, 2345.

⁶⁴ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 07/10/1885. AESP, co2334.

qualquer conflito”, a fim de sabotar e desmoralizar o novo comandante, Antonio Canuto de Oliveira.⁶⁵

- e) A despeito de ser filho do Coronel Francisco de Assis Lorena, portanto portador de origem gabaritada, **Theophilo de Assis Lorena** ingressou no CPP aos 40 anos, já com cabelos grisalhos, como praça de soldado. Estava fora do limite etário legal, detalhe que não impediu sua carreira na corporação. No início da década de 1880, o alferes era comandante do destacamento de Casa Branca, onde, parece, deixou muito boa impressão, como pode ser deduzido de um abaixo-assinado enviado pela população local ao presidente da província portando uma reclamação contras as praças destacadas na cidade, que agiam com muito desrespeito. Os 22 signatários sugeriam o Alferes Lorena para comandar o destacamento, *“único militar que soube fazer-se respeitar por seus subordinados, mantendo sempre a ordem e respeito que devem reger um destacamento”*.⁶⁶ Em São Carlos do Pinhal, o delegado noticiava um tiro dado em direção à porta do alferes Theophilo de Assis Lorena, que servia de quartel, *“em desafio à autoridade policial”*. Já em abril de 1885, sua moral foi contestada pelo delegado de Santos, que pediu sua exoneração do comando do destacamento local, por *“seu comportamento arredio ao serviço”* e *“índole inerte”*.⁶⁷ Finalmente, em 1888, o chefe de polícia repercutiu um ofício do juiz de direito de Lençóis protestando contra o recolhimento do já capitão Theophilo de Assis Lorena, *“por ser esta uma autoridade cumpridora de seus deveres, mostrando-se sempre zeloso e imparcial no cumprimento de seu árduo e difícil cargo”*.⁶⁸
- f) **Guilherme José do Nascimento** conheceu carreira longa nas fileiras da polícia. Para começar, entre 1877 e 1878 foi comandante da Companhia de Urbanos. Em 1882, comandava o destacamento de Faxina, onde recebeu críticas ácidas do juiz municipal, acusando-o de ser *“criatura*

⁶⁵ Ofício do subdelegado de Cachoeira para o chefe de polícia, em 11/07/1879. AESP, co2588. Esse personagem aparece com destaque no capítulo 6.

⁶⁶ Anexo em ofício do delegado de Casa Branca ao chefe de polícia, em 11/03/1881. AESP, 2606.

⁶⁷ Ofício do subdelegado de Santos ao chefe de polícia, em abril de 1885. AESP, co2643.

⁶⁸ Anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 07/07/1888. AESP, co2690.

cega dos conservadores, a quem presta os melhores serviços com detrimento dos interesses liberais, hipocritamente se diz agente do governo (...)”. Saindo da seara política, o magistrado estrilava contra a moralidade do oficial, que “*desmoralizado na localidade, [conserva] em sua casa, com público escândalo, vã mulher de vida desregrada*”.⁶⁹ Em 1883, comandava a delegacia de Franca, quando foi nomeado quartel-mestre do CPP. A população local, “*sem distinção de partidos ou de classes*”, diante da ameaça de perdê-lo para a burocracia, enviou abaixo-assinado para a presidência, solicitando a revogação da medida. Assinaram a petição 164 pessoas, entre fazendeiros, artistas, lavradores, pensionários do governo, tipógrafos, negociantes, tabeliães, advogados, caixeiros, maestros e médicos.⁷⁰ Naquele mesmo ano, ele foi responsável pela arbitragem num processo de liberdade por pecúlio impetrado pelo escravo Firmiano contra o maior potentado local, o coronel José Garcia Duarte. Ao que tudo indica, o delegado teria tomado partido do proprietário, mandando prender o cativo e devolvê-lo a Garcia, por isso, foi repreendido pelo juiz municipal, que anteriormente havia nomeado um curador responsável. Acusado de ser conservador e ter agido por motivação política, o delegado se defendeu veementemente.⁷¹ Finalmente, em 1886, o juiz de direito de São Simão escrevia ao presidente louvando o chefe de polícia pela nomeação do Capitão Guilherme José do Nascimento delegado militar de Ribeirão Preto. Em 1890 e 1891, no auge da carreira, chegou inclusive a comandar o CPP.

O rápido passeio por essas trajetórias nos permite vislumbrar algumas de suas experiências concretas como policiais que perseveraram por longos anos. Outros exemplos excepcionais podem ser extraídos do panteão da Polícia Militar. Alguns policiais que se

⁶⁹ *Ofício do juiz municipal de Faxina ao presidente da província, em 22/07/1882, anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 26/07/1882. AESP, co2616.*

⁷⁰ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 07/12/1883. AESP, co2328.*

⁷¹ A fala do Capitão está no capítulo 1, nota 182. Ver *ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/07/1884. AESP, co2634, ofício do juiz municipal ao presidente da província, em 26/05/1884 e ofício do delegado de Franca ao chefe de polícia, em 27/05/1884. AESP, co2635.*

engajaram no degrau mais baixo da hierarquia chegaram efetivamente a posições de destaque e hoje têm suas biografias louvadas pelo *site* da instituição e pelo livro do Cel. Arrison Ferraz.⁷² E, como honra última, suas fotos atualmente estampam a capa de *A Força Policial*, revista publicada mensalmente pela Polícia Militar. (ver as fotos no anexo 2)

José Pedro de Oliveira, cuja trajetória foi descrita no capítulo anterior, talvez seja o caso mais destacado. A ele somam-se Joaquim Antão Fernandes, Manuel Baptista Cepellos, Antonio Baptista da Luz e João Antonio de Oliveira: todos notabilizaram-se não apenas na vida policial, como realizaram façanhas que extravasaram o contexto corporativo e, pela excepcionalidade do exemplo, como medida justiceira, tenham sido perenizados pela crônica hagiográfica da polícia.

- a) **Joaquim Antão Fernandes**, nascido em 1864, na capital, ingressou no CPP em 1880, chegando ao posto de major. Estudou na Itália entre 1898 e 1899. No retorno ao Brasil, organizou o Corpo Musical, criando a Banda Sinfônica. É autor da *Marcha Batida*, executada juntamente com o Hino Nacional Brasileira, como consta do regulamento do Hino Nacional. Morreu em julho de 1949. Segundo os dados extraídos da Relação de Mostra, a praça tinha 1,56m, era pardo, sem ofício e solteiro, tendo sido engajado em Casa Branca.⁷³
- b) **Manuel Baptista Cepellos** nasceu em Cotia em 1872, antes de ingressar no Corpo em julho de 1889, foi carroceiro e garçom. Integrou o 1º Batalhão de Polícia de Choque na repressão aos federalistas, no sertão do Paraná. Estudou Direito no Largo de São Francisco, bacharelando-se em 1902. Ingressou no Ministério Público e passou a se dedicar também às Letras. É considerado pela crítica um dos mais destacados poetas parnasianos. Sobre ele Bilac disse haver “*adivinhado ou descoberto um caminho novo*” em relação à poesia nacional. Faleceu em 1915. Seu *opus magno* é *O vil metal*, obra naturalista publicada em 1910. Ele tinha 1,62m, pele branca, sem ofício, solteiro e foi engajado na

⁷² Cel. Arrison de Souza Ferraz. *Grandes soldados de São Paulo*. São Paulo : Serviço gráfico da Secretaria de Segurança Pública, 1960.

⁷³ As informações constantes na Relação de Mostra são, às vezes, um pouco discrepantes dos dados recolhidos no site e no livro do Cel. Ferraz, como, por exemplo, seu ano de nascimento que indica 1862.

capital.⁷⁴ Cepellos foi protagonista de uma das cenas mais trágicas da crônica criminal paulistana, contribuindo diretamente para o homicídio seguido de suicídio do então senador da República Peixoto Gomide. Inconformado com as bodas de sua filha com ex-policia, o político assassinou-a e pôs cabo à própria vida em 20 de janeiro de 2006. O literato René Thiollie, um dos principais animadores da Semana de Arte Moderna de 22, deixou em memória suas impressões sobre a tragédia: “*E não é que Peixoto Gomide vai casar a filha com um ex-soldado de polícia, um boêmio... um poeta!*”.⁷⁵ O ex-policia acabou também por se matar em 1915, no Rio de Janeiro.

- c) **Antonio Baptista da Luz** era natural de Patrocínio Paulista, nasceu em 1867 e era filho de sargento furriel do CPP. Entrou na corporação em 1885, assumindo o comando geral da Força Pública em 1909, tendo sido um dos pilares da Missão Francesa. Permaneceu no comando da instituição até sua morte, em 1918. Foi um dos ardorosos defensores do escotismo. Consta que tinha 1,65m, era de cor morena, sem ofício, solteiro e fora engajado em Franca.⁷⁶
- d) **João Antonio de Oliveira**, conhecido como tenente Galinha, o “Caçador de Homens”, nasceu em São Paulo em 1871, ingressando na força em 1888. Foi comandante de uma Patrulha de Capturas e enveredou-se por mais de 130 cidade do interior paulista no encalço de criminosos. Considerado uma figura polêmica pela crônica oficial, foi assassinado em casa pelo amante da mulher, enquanto dormia, em 1913. Hoje dá nome a uma das principais ruas do bairro da Mooca.⁷⁷

⁷⁴ Conforme a Relação de Mostra consta que teria nascido em 1870. Essa discrepância etária para mais talvez servisse para ludibriar o oficial, uma vez que a idade mínima de engajamento era 18 anos.

⁷⁵ *Apud.* Guido Fonseca. *Crime, criminosos e a criminalidade em São Paulo (1870-1950)*. São Paulo : Editora Resenha Tributária, 1988, pp. 113 e 114. Na sequência, Fonseca, ele próprio um ex-delegado, faz questão de ressaltar que, para o cronista, o “*epíteto de poeta era dito num sentido mais pejorativo que o de soldado de polícia*”.

⁷⁶ Antônio Baptista da Luz ganhou páginas elogiosas de seu colega de farda, o Tenente-Coroneel José Hippólito Trigueirinho, publicadas em “Antônio Baptista da Luz”, in: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. CXXXIII, 1950.

⁷⁷ João Antonio de Oliveira é o mais difícil de identificar nos registros da Relação de Mostra, devido à homonímia (constam cinco xarás). Também não há nenhum dos engajados cujos dados biográficos batem com os fornecidos no *site*. O que mais se aproxima – idade e cor da pele – é um certo João Antônio de Oliveira natural de Campinas e engajado em São Carlos, em 1888. Consta ter nascido em 1869, portanto dentro da idade limite e era bastante alto para a média das praças: 1,74m. Tinha pele branca, sem ofício e era solteiro. Sobre o tenente Galinha, ver mais informações no capítulo 6.

Romper a barreira da mediocridade é exclusividade de um universo diminuto em meio aos mais de 4.000 permanentes que se engajaram nos 22 anos estudados, mas que não deixa de desvelar a possibilidade assaz aleatória de se subir os degraus institucionais e, por via de consequência, ganhar alguma projeção na escala social. Nem fichas disciplinares poluídas obstavam as promoções que, como visto, se baseavam, antes em critérios arbitrários, do que necessariamente meritórios ou burocráticos. E quanto mais alto se ascendia na hierarquia policial, mais se ampliava a responsabilidade, bem como as possibilidades de ganhos extra salariais, mesmo que fossem eles provenientes de fontes ilícitas, como bem mostram as várias acusações de desvio e peculato sofridas por esses oficiais. Ademais, a autoridade inerente à farda crescia à medida que se lhe somavam galões. Para aqueles que começaram a carreira como soldados e, portanto, imersos em um ambiente de pobreza e indistinção, o *upgrade* pecuniário e social abria caminho para experiências de vida e contatos sociais impensáveis para a parcela da população de que eram oriundos. Uma majoração nos vencimentos, principalmente se o policial atingisse o oficialato, podia mudar seu patamar financeiro e social. Deixava o nível dos trabalhadores sem qualificação, com seus 1800 réis diários, como praça ou 2000 réis, como 2º sargento, para passar a receber 3200 réis/dia, como alferes ou 3530 réis/dia, como tenente.⁷⁸ Saltava, portanto, do “*degrau da pobreza absoluta [para] a estabilidade*”, tornando-se capaz de adquirir bens que fossem suscetíveis de, consumada a desdita, justificar um inventário.⁷⁹

Nesse sentido, se a raridade dessas trajetórias não funcionasse como um chamariz para que a população pobre se engajasse na polícia; uma vez incorporados e inseridos nas engrenagens da política policial, talvez a possibilidade de subir na carreira seduzisse as praças a permanecerem na corporação.

Assim sendo, além da possibilidade de promoção, outros benefícios foram concedidos aos policiais, com vistas não apenas a atrair noviços, mas a estruturar o CPP a partir de princípios das burocracias modernas. Dentre essas medidas, podem ser citadas as Leis n. 24, de 1857 e a Lei n.113, de 1881, que estabeleceram a política de reformas do

⁷⁸ Essa foi a média salarial que vigeu entre 1877 e 1889, sendo que os salários dos oficiais aumentaram muito pouco no período deste estudo. Em 1874 os alferes ganhavam 80.000 réis/mês e os tenentes, 90.000. Em 1889, os alferes percebiam 96.000 réis/mês; os tenentes 106.000/mês e os capitães 155.000/mês.

⁷⁹ Conforme análise de Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850-1900*. São Paulo : Alameda, 2005.

Corpo, garantindo reforma com soldo integral às praças com mais de 30 anos de serviço, desde que não tivessem “*nota de deserção e àqueles indivíduos que se tornassem incapacitados por lesão física ou moléstia grave e incurável adquirida no serviço*”.⁸⁰ Aos que chegassem à idade de 60 anos, com pelo menos 10 anos de serviço no CPP, seria concedida reforma com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Já de acordo com a lei de 1881, teria direito à reforma com meio-soldo a praça com 15 anos de serviço; com soldo proporcional, aquela que contasse mais de 15 anos; e soldo integral, o policial que contasse mais de 25 anos na corporação. Os que se tornassem inválidos teriam direito à reforma com soldo proporcional ao tempo de serviço. As leis que regulavam a concessão de reformas não interromperam as práticas personalistas, reconhecidas mesmo pela administração policial. Quando o tenente André Barbosa Correa solicitou a aposentadoria em 1878, após 14 anos de plena dedicação ao CPP (entrara na força em 1864, como praça de pré), a concessão do benefício dependia de uma decisão arbitrária do comandante geral, pois o tenente ainda não completara o lapso regulamentar. Segundo o procurador fiscal que analisou o caso, “*é só por um favor do Exmo. Governo pode ser reformado*”. A ficha disciplinar quase virginal e os bons serviços prestados à corporação⁸¹ sensibilizaram o comandante, que sugeriu ao presidente da província a deferência da reforma, mesmo à revelia da lei. Ao analisar o pedido de mais dois oficiais, o alferes Fernando Martins Bonilha e João José Ribas, a autoridade policial prezava muito mais aspectos subjetivos de suas trajetórias corporativas e de suas vidas privadas do que propriamente os comandos legais. Sobre o tenente Barboza, o comandante do CPP asseverou que “*muito me auxiliou como secretário interino do Corpo, mostrando muita lealdade, esclarecendo-me tudo para a boa marcha do serviço pelo que acho justo que V. Exa. o atenda*”; Fernando Martins “*como ajudante do corpo tem se portado bem e cumpre seus deveres; acho também razoável que V. Exa. o atenda, atento a ser pai de seis filhos e ter sua mulher gravemente doente*”; quanto à João José Ribas “*tem em seu favor ter sido voluntário da pátria e achar-se doente*”.⁸²

⁸⁰ Apud. Heloísa Fernandes. *Política e segurança, op. cit.*, p. 133.

⁸¹ Entre outros cargos, fora o escolhido para dirigir a escola de primeiras letras que seria instalada no quartel do Carmo.

⁸² *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 15/01/1878. AESP, co2312.*

Em paralelo a essas medidas, o governo provincial promovia campanhas de engajamento com o intuito de difundir as vantagens que o serviço policial oferecia. Em ofício ao presidente da província, o chefe de polícia solicitou permissão para enviar a Botucatu, à guisa de comandante do destacamento, o alferes Ricardo de Moura Telles, que seria incumbido de agenciar o engajamento do CPP: *“Ninguém [é] mais competente do que os comandantes do destacamento que forem oficiais do Corpo para receberem tal autorização (...) O alistamento na capital poucos resultados oferece, no entanto os oficiais nas diversas localidades podem adquirir boas praças, fazendo constar as vantagens que elas têm a esperar do engajamento. Essas vantagens apenas conhecidas por quem conhece o regulamento do Corpo não podem influir no ânimo dos cidadãos que não lêem e que de mais a mais infundadamente nutrem prevenções desfavoráveis ao serviço da polícia, embora dele dependa a própria segurança de vida e bens”*.⁸³

O alferes Ricardo de Moura Telles, ele próprio, pode muito bem ter funcionado como um modelo ambulante a fim de atrair novas praças, afinal sua trajetória na polícia era um exemplo bem acabado de ascensão, já que ingressara na instituição, em 1866, como 2º sargento e, em 1874, já havia alcançado o oficialato, com o galão de alferes.⁸⁴ Em 1888, ainda no CPP, ele ocupava a graduação de capitão.⁸⁵

Além do estímulo pecuniário, em forma de um salário regular e dos outros benefícios, a lei previa a distribuição de um uniforme e de armamento no momento do engajamento, o que podia constituir um patrimônio considerável. Ademais, os policiais tinham direito a quartel, rancho e enfermaria – teto, comida e saúde – quando um ou outro estava disponível. Fazia parte desse pacote proselitista, o esforço do governo de convencer a população de que o ser policial era uma ocupação honrosa, em oposição ao exército, sumidouro da ralé social.

Mas mesmo todas as vantagens pareciam insuficientes para tornar o CPP uma alternativa de ocupação efetiva e duradoura. Muito ao contrário: como visto, pode-se sugerir que ao se engajar, o jovem “homem livre pobre” brasileiro não tinham em perspectiva seguir uma carreira policial, diferentemente do que se via em outros países,

⁸³ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 06/05/1876. AESP, co2572.

⁸⁴ Avaliação elaborada pelo comandante do CPP a respeito da conduta de seus subordinados durante o segundo semestre de 1876, sem data. AESP, e4680.

⁸⁵ Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 11/02/1888. AESP, co2691.

como França e Inglaterra, em que a polícia se mostrava como uma promessa de porto-seguro para ex-militares e trabalhadores não-qualificados, principalmente após a estruturação burocrática e profissional dos corpos policiais que se processou ao longo do século XIX.⁸⁶

À guisa de comparação, até 1860, os voluntários ingressavam na London Metropolitan Police, criada em 1829, devido a uma premência da “*regulação do mercado de trabalho (...) como uma opção temporária*”. Ou, nas palavras de Schpayer-Makov: em resposta ao “*stress of weather*”. Gradativamente, tornar-se policial passou a ser visto não só como uma carreira promissora, mas uma oportunidade real de ascensão social, uma forma de os indivíduos oriundos das camadas inferiores da escala social, que formavam a base dos recrutados, atingirem um nível de vida que os aproximava das classes médias. Esse movimento é perceptível pela análise da taxa de defecção (voluntária ou forçada), que no final do século XIX cai para 5%/ano (era de 14% em torno dos anos de 1860), queda acompanhada pelo decréscimo da idade média dos engajados, que passa de 26 para 22 anos.⁸⁷

Em contrapartida, a tendência do CPP foi inversa, isto é, a idade média dos ingressantes aumentou no curso dos anos. Entre 1868 e 1873, 31,9% dos recrutas tinham entre 17 e 20 anos (a proporção sobe para 37,2% se considerarmos os ingressantes com menos de 17 anos); entre 1878 e 1883, os mais jovens voluntários perfaziam 18,56% do total e, entre 1888 e 1889, apenas 16,24%.⁸⁸ É de se notar um sensível envelhecimento dos engajados nesses três intervalos. No primeiro, apenas 22,32% dos recrutas contavam mais de 30 anos ao ingressarem na corporação; no segundo a porcentagem salta para 28,32 e no terceiro chega a 32,29% dos engajados, suplantando, inclusive, o percentual de praças

⁸⁶ Haia Shpayer-Makov. “Le profil socio-économique de la police métropolitaine de Londres à la fin du XIXe siècle”, *op. cit.*; Clive Emsley. *The English police – a political and social history*. Essex : Pearson Education, 1996 (2a edição); Philippe Chassaigne. “Du “travailleur em manteau bleu” au gardien de la loi et de l’ordre: professionnalisation et statut des policiers em Angleterre au XIXe siècle”, in: Pierre Guillaume (org). *La professionnalisation des classes moyennes*, *op. cit.*; Quentin Deluermoz. *Les policiers en tenue dans l’espace parisien (1854-1913) : la construction d’un ordre public*. Tese de Doutorado. Paris : Universidade Paris I - Sorbonne, 2006.

⁸⁷ Haia Shpayer-Makov. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*, *op. cit.* Do mesmo autor, ver também “The making of a police labour force”, in: *Journal of Social History*, n. 24, v. 1, 1990.

⁸⁸ Nesses dois intervalos o ingresso de engajados abaixo dos 17 anos é residual. Há uma discrepância entre o universo total de praças engajados a cada intervalo. Entre 1868 e 1873 trabalhos com 489 engajados; entre 1878 e 1883, são 1768; e entre 1888 e 1889 o universo é de 1377 indivíduos.

incorporadas com idade entre 21 e 25 anos (27,71%), que no interregno anterior soma a maioria dos recrutas (29,64% para os anos de 1878-1883 e 25,97% entre 1868 e 1873).⁸⁹

Esses dados indicam que, mesmo no fim do Império, o ingresso na polícia brasileira consistia num recurso a mais a ser articulado pelo brasileiro pobre, em meio às diversas possibilidades de ajustes no bojo da complexa rede de organização do trabalho que se lhe ofereciam. Pode-se aventar que o trabalhador tenha buscado a polícia como uma maneira pontual de complementar o orçamento, muitas vezes transitória e fugaz, que se conjuminava com outros proventos oriundos de outras atividades.⁹⁰ Fosse no intervalo da colheita, fosse premido pelo agravamento de uma seca ou geadas, fosse pela expulsão de sua sesmaria de terra ou mesmo como estratégia de inserção comunitária, no caso de um migrante recém-arribado de outra província, o indivíduo via no CPP um arrimo para se aliviar dos apertos momentâneos. Só incidentalmente o recruta perseverava na polícia, assumindo o ser policial como seu ofício majoritário.

Ser policial: uma alternativa de trabalho entre muitas outras

Esse movimento é reconhecível pela presença recidiva de algumas praças que se engajaram duas ou três vezes ao longo do período estudado, em intervalos aleatórios. São 260 os possíveis reincidentes.⁹¹ O português Antonio Lopes Ferreira, natural de O Porto, engajou-se pela primeira vez em janeiro de 1871. Cinco anos depois, em maio de 1876, assentou praça novamente, quando residia no Rio de Janeiro. Seus registros aparecem também em 1888, quando, aos 47 anos, foi incorporado mais uma vez. Não sabemos se Antonio cumpriu os quatro anos regulamentares ou se abandonou o CPP durante o

⁸⁹ Heloísa Fernandes aponta que esse processo é invertido no intervalo entre 1904 e 1919, quando há uma sensível diminuição na idade dos recrutas da Força Pública. Heloísa Fernandes. *Política e segurança*, op. cit., pp182 e 183.

⁹⁰ Essa dupla jornada de trabalho era interdita pelo regulamento policial, mas parece ter sido prática constante dos policiais, seja como complementação de renda, seja como forma de escapar do jugo patronal. Em 1871, um certo José Francisco Barbosa Aranha escreveu ao chefe de polícia reclamando contra o engajamento de Joaquim Antonio Ribeiro, no CPP de Campinas, e enviado para a Capital, pois Ribeiro “*está pelo contrato incluso obrigado a prestação de serviços. Ribeiro quando engajou-se ocultou essa circunstância de ter contrato de locação de serviços. Rogo a V. Exa. se digne de resolver se deve Ribeiro continuar como praça ou se deve-se-lhe dar baixa, como me parece mais razoável para ir dar cumprimento ao contrato*”. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província*, em 01/02/1871. AESP, co2538.

⁹¹ Os casos de reincidência devem ser tratados com certa reserva, já que não podemos afastar totalmente a homonímia, ainda mais considerando-se os nomes e sobrenomes mais ordinários. No entanto, o entrecruzamento de outros atributos ajuda limitar essa possibilidade.

intercurso do prazo. O fato é que em quase vinte anos de vida adulta, por diversas ocasiões, ele encontrou na polícia alguma proteção.

Já o caso de Benedicto Ferreira de Castilho é diferente. Natural de São Luis do Paraitinga, engajou-se pela primeira vez em 1880, aos 23 anos. Dois anos mais tarde, em 1882, seu nome aparecia novamente dos registros, como recruta da terceira companhia. Não constam da documentação quaisquer resquícios detalhados de sua passagem pelo Corpo. Não se sabe se foi excluído por indisciplina, motivo de saúde ou mesmo se desertou. Quando foi engajado pela segunda vez, morava em Taubaté, município vizinho de sua cidade natal.

Com efeito, Taubaté era o centro irradiador daquela zona do vale-paraibano, a despeito do declínio da produção cafeeira que afetava a região.⁹² O momento de crise restringiu as oportunidades de trabalho no campo e transformou a urbe num lugar “*de refúgio dos desmobilizados procedentes das fazendas da comarca ou de outros pontos do Vale, dos latifundiários que para lá transferiam definitivamente suas residências, dos pequenos proprietários que visavam se manter das rendas dos escravos ou de cargos públicos*”.⁹³

O crescimento urbano em conjunto com a carência de postos de trabalho nas grandes fazendas e mais o agastamento das terras disponíveis para a agricultura de sobrevivência, como decurso do próprio desenvolvimento regional, voltado à monocultura cafeeira, condicionavam a população pobre a um processo deambulatório freqüente, ou rumo às fronteiras em expansão, ou se adaptando precariamente às condições locais⁹⁴:

“Sob o genérico denominador de ‘camaradas’, ou seja, trabalhadores assalariados não-especializados, os homens alternavam as ocupações na cidade com o trabalho

⁹² Maria Cristina Martinez Soto evita falar em declínio ou decadência. Refere-se à crise na produção vale-paraibana como uma reestruturação dos investimentos. “A população de Taubaté não diminuiu e a substituição do café por outros produtos, somada à transferência de recursos para outros setores econômicos, amenizaram consideravelmente, ao menos para os grandes produtores, o impacto da crise. Seria, pois, mais exato falar em reestruturação”. Maria Cristina Martinez Soto. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935*. São Paulo : Annablume, 2000, p. 75.

⁹³ Maria Cristina Martinez Soto. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935*, op. cit, p. 81.

⁹⁴ Warren Dean. *Rio Claro – um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*, op. cit.; D. Graham e Sérgio Buarque de Holanda. *Migrações internas no Brasil, 1872-1970*. São Paulo : IPÊ, 1984; Peter Eisenberg, Peter L. Eisenberg. “Trabalhadores esquecidos: o trabalhador livre nacional no século XIX – sugestões para uma pesquisa”, in: *Homens esquecidos- escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*, op. cit.

*na roça e com períodos de desemprego. Eram os eventuais colhedores, os empregados na construção, os que transitavam pelas ruas oferecendo seus serviços e consertos caseiros ou comercializando produtos da roça, os empregados no comércio, os trabalhadores do matadouro, os coletores de lixo, os soldados. Destacam-se dessa maioria, porém convivendo com ela, encontrava-se o minoritário segmento dos artesãos ou trabalhadores especializados com oficina aberta (...) e os comerciantes em pequena escala ou os donos de vendas periféricas”.*⁹⁵

Inserido nesse contexto, Benedicto deve ter se aproveitado da oferta quase inesgotável de trabalho para os voluntários à praça de permanentes, já que em duas ocasiões servira-se da polícia. Como era natural de São Luis do Paraitinga, talvez tivesse tentado a sorte nas lavouras de algodão que se reproduziram no município, e por toda a região, em decorrência do declínio da atividade tropeira.⁹⁶ Considerado de cor parda no segundo engajamento (embora na primeira vez que assentou praça foi determinado como de cor branca) pode ter sido escravo, já que nascera antes da promulgação da Lei do Ventre Livre, junto a um dos muitos que se internaram nos sertões do Vale do Paraíba, região que concentrou grande população de libertos.⁹⁷

Assim como Benedicto, outros 17 reincidentes no CPP tinham residência em Taubaté quando foram engajados. E destes, apenas dois eram naturais daquela cidade, sendo 13 deles originários do próprio Vale do Paraíba, e outros dois que vieram de outras regiões (Itaquaquetuba e Sorocaba). Ampliando-se a análise para os engajamentos realizados em 1888, em que foram incorporados, de uma só vez, 1006 praças, podemos ter uma idéia das variações regionais em relação ao local de engajamento, o que pode ser um indicativo das nuances do mercado de trabalho na província e do papel do CPP como alternativa de ocupação para a população pobre.

Como visto anteriormente, no final dos anos 1880, o café já dominava as regiões do Oeste, bem para além das fronteiras de Campinas, atingindo os umbrais de Araraquara,

⁹⁵ Maria Cristina Martinez Soto. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935*, op. cit., p. 90 e 91.

⁹⁶ Sobre a cultura algodoeira, ver Alice P. Canabrava. *O algodão em São Paulo 1861-1875*. São Paulo : T. A. Queiroz, 1984.

⁹⁷ Maria Odila da Silva Dias. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*, op. cit., p. 67.

Ribeirão Preto e até mesmo Bauru. A transferência do eixo econômico para aquela região provocou um adensamento demográfico local, em detrimento de outras áreas da província, a exemplo do Litoral Norte, do Vale do Paraíba e do Vale do Ribeira.

Nas regiões de economia estagnada, à escassez de oportunidades e à progressão da concorrência, muito devido à abolição definitiva da escravidão, engajar-se no CPP era uma opção relevante e temporária para uma parcela da população alijada de uma inserção econômica mais compensatória. Isso pode explicar a sobre-representação dos engajamentos realizados nas cidades daquela região em relação ao Oeste Paulista, consideradas aí as áreas de fronteira antiga e recente. Em 1888, no que concerne o Vale do Paraíba, foram 284 engajados, o que representa 28,23% do total de incorporações para aquele ano. Já para na região do Oeste estendido, foram recrutadas 176 praças, correspondente a 17,49% dos 1006 recrutas.⁹⁸

Tanto as regiões mais isoladas da província, quanto aquelas de menor potencial econômico, aí considerada a região ao sul de Itapetininga e o Vale do Ribeira (Apiaí, Iguape, Xiririca), no primeiro caso; e as bocas de sertão mais avançadas a oeste do Vale do Paranapanema, último bastião das “terras conhecidas” (Botucatu, Faxina, Campos Novos, Rio Verde, Rio Novo), forneceram 159 policiais, ou 15,80% do total de engajados, a despeito da menor densidade demográfica daquela zona (quadro 07).⁹⁹ Isso quer dizer que enquanto os engajamentos no Vale do Paraíba e nas regiões do Ribeira e do Paranapanema

⁹⁸ Para efeitos deste trabalho, agrupando cidades de zonas diferentes, conforme se vê no capítulo 1. Assim, em referência ao que chamamos de Oeste estendido, agregamos municípios das zonas Araraquarense, Douradense e Paulista; Baixa Paulista e Mogiana e alguns municípios da Zona Central, como Campinas, Santa Bárbara e Piracicaba. As cidades do Oeste estendido consideradas (isto é, cidades que forneceram engajados) foram Amparo, Araraquara, Araras, Batatais, Cabreúva, Cajuru, Campinas, Capivari, Descalvado, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Indaiatuba, Itatiba, Limeira, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Mor, Penha do Rio do Peixe (atual Itapira), Piracicaba, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Bárbara, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Paraíso, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Antonio da Alegria, São Carlos, São João da Boa Vista, Socorro, São Simão e Serra Negra. Igualmente, a fim de alcançar os efeitos comparativos desejados aqui, para o Vale do Paraíba foram consideradas as cidades e freguesias de Areias, Bananal, Bairro Alto, Caçapava, Cachoeira, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lorena, Natividade, Paraíba, Redenção, Santa Isabel, Pindamonhangaba, Queluz, Santa Branca, São José do Barreiro, São José do Paraitinga (atual Salesópolis), São José dos Campos, São Bento do Sapucaí, São Luis do Paraitinga, Silveiras, Taubaté e Santo Antonio do Pinhal.

⁹⁹ Foram considerados os municípios e freguesias dessas duas áreas, congregando as zonas Alta Sorocabana e Baixa Sorocabana. São eles: Apiaí, Bom Sucesso, Botucatu, Campos Novos, Faxina (atualmente Itapeva), Lençóis, Iguape, Itapetininga, Paranapanema (atual Capão Bonito), Pilar, Rio Bonito (atual Bofete), Rio Novo (atual Avaré), Rio Verde (atual Itaporanga), São Manuel, São Miguel Arcanjo, Tijuco Preto (atual Piraju), Xiririca (atual Eldorado), Piedade, Iporanga, Lavrinhas (atual Itaberá), Ribeira, Santo Antonio da Boa Vista (atual Itaí).

estão sobre-representados em relação à população daquelas áreas, os engajamentos realizados nas cidades do Oeste estendido estão sub-representados. Num silogismo simples, podemos sugerir que quanto mais pobre a região, mais sedutora era a “carreira” policial para seus habitantes.

Quadro 07 – Engajados por região em 1888

Região	Engajados	Região/total engajados	População região/ População total província (1886) ¹⁰⁰
Oeste	176	17,49%	25,72%
Vale do Paraíba	279	27,73%	19,33%
Ribeira e Paranapanema	159	15,80%	10,78%
Total	614	61,52%	55,83%

Fonte: Livro de Relação de Mostra e Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*. Campinas : Unicamp/NEPO, 2001.

A história de José Antonio Praxedes, praça do CPP, ilustra bem a situação. Natural da cidade de Faxina, na boca do Paranapanema, foi engajado pela primeira em 1878, aos 21 anos, quando morava naquela cidade. Na ocasião, declarou ser casado, ser ferreiro e foi considerado de cor parda. Em 1882, quando estava destacado em Ribeirão Preto, no extremo oposto da província, escreveu de próprio punho uma carta particular ao comandante do Corpo, solicitando sua transferência para Paranapanema, onde tinha sua família. Numa missiva pintada de cores dramáticas, atestou ser *“um súdito obediente quando se vê coagido manifesta os seus lamentos aos seus superiores e por isso peço concessão a V. Exa. para expor a minha pretensão (...) Ora (...) naquele lugar tenho mulher e filhos de quem sou o único arrimo e a essas horas talvez chorem em pão por não ter ao pé de si quem os possa socorrer; o transporte de recursos torna-se mais que dificultoso (...) e o mínimo vencimento que percebo apenas dá para essas despesas”*.¹⁰¹

O périplo do policial pela província o tinha levado para muito longe dos seus. A enorme distância dos familiares, que talvez experimentassem uma situação de pobreza agravada pela retração econômica por que atravessava aquela região, somada à dificuldade

¹⁰⁰ Total relativo à soma da população dos municípios e freguesias que forneceram praças para o CPP, tirante as freguesias de Porto Ferreira, Santo Antonio do Pinhal, Pilar, Ribeira e Santo Antonio da Boa Vista que não estão discriminadas no censo de 1886. Pilar foi incorporado ao município de Piedade, em 1934; Porto Ferreira, distrito de Descalvado, foi emancipada em 1896.

¹⁰¹ *Carta do soldado José Antonio Praxedes ao comandante do CPP, anexa a um ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 02/01/83. AESP, co2327.*

de receber notícias e de comunicar recursos, tornava muito aflitiva a permanência da praça em Ribeirão Preto. Por outro lado, parece que Praxedes não podia simplesmente se desligar do CPP, mesmo que o período regulamentar de quatro anos de engajamento tivesse exaurido, já que muito provavelmente teria dificuldade em encontrar ocupação em Ribeirão Preto, onde estava apenas de passagem, ou mesmo de se dirigir até o sul da província. A viagem era longa, tortuosa e, sobretudo, onerosa. Agora, caso conseguisse uma transferência, os custos seriam arcados pela instituição e, uma vez reunido aos familiares e à sua comunidade de origem, poderia se empenhar em uma atividade complementar ao serviço policial (lembremo-nos de que era ferreiro de ofício), embora fosse prática legalmente interdita.

Mas, infelizmente para Praxedes, seu pedido foi negado, sob a justificativa de que a praça teria sido transferida para a 5ª Companhia, na Capital, por “*conveniência do serviço, visto ter apurado as autoridades policiais da localidade*”. Assim, deve ter sido encaminhado para São Paulo e, provavelmente, sofreu medidas disciplinares que podem ter reduzido seu soldo. Até 1888, perdemos o contato com o policial. Naquele ano, entretanto, ele é novamente engajado para o CPP. Permanecia casado, mas não declarou ofício. E residia em Faxina, como no primeiro engajamento.

Como analisado em capítulo anterior, a boca do sertão do Paranapanema, para aonde queria voltar Praxedes, era, no final do Dezenove, uma das regiões mais isoladas da província, congregando as povoações ao sul de Sorocaba e a oeste de Botucatu, fronteiriças com a província do Paraná e do Mato Grosso. As poucas cidades, vilas e freguesias espalhadas por um vasto território insistiam em permanecer insuladas por florestas virgens, comunicando-se entre si por sendeiros ínvios, impaludados e, muitas vezes, intransitáveis. Só morosamente é que a especulação fundiária foi desbastando a mata e permitiu ao grande fazendeiro se apossar das enormes glebas devolutas ou ocupadas precariamente. E se o povoamento daquela região demandava do fazendeiro pioneiro cabedais suficientes para o preparo da viagem e para garantir a infra-estrutura necessária a uma vida independente, da mesma riqueza não compartilhava o povoador ordinário, o agregado, companheiro que chegava a tiracolo ou o colono que fugira da conscrição. Estes comungavam da pobreza, sentiam na pele a penúria da economia regional. Muitos deles sobreviviam de suas roças de

subsistência, da pesca, da caça ou do extrativismo, às vezes se acapangavam para resolver uma rixa política ou encetar uma terrível “dada” contra os índios.¹⁰²

E no Paranapanema permaneceram avulsos, pobres, já sem escravos, os quais, pelos anos de 1880, consistiam num bem raro e caríssimo por aquelas bandas, vendidos há muito para outras regiões de dinamismo mais proeminente. Entre as alternativas de chapinhar uma quirera, engajavam-se no CPP, que não olhava cor nem origem. No mínimo, levantavam um salário. Com sorte, e se desterrados, ganhavam o mundo e se aventuravam para outras paragens mais animadas.

Outros se embrenharam nessas áreas recônditas e isoladas com vistas a driblarem a vigilância da justiça. Na documentação compulsada, sobre a rubrica *Réus Capturados*, são recolhidas as sagas de alguns desses desventurados: como Euclides da Cunha, que vivia esquecido em Santa Cruz do Rio Pardo, no sertão do Paranapanema, onde acreditava poder soterrar seu passado criminoso. Mineiro de Campanha, aos 43 anos, era acusado por um crime de morte cometido já no longínquo ano de 1857, em Muzambinho, distrito de Cabo Verde, província de Minas Gerais, onde teria assassinado, a facadas, um preto forro. Não sabemos quando chegara em Rio Pardo, mas devia estar havia tempo suficiente para criar relações na cidade, onde era conhecido pelo nome de José Joaquim do Nascimento, descrito como tendo “*estatura regular, barba regular e pouca e olhar sempre baixo*”. Talvez por incúria ou mesmo por bazófia; talvez por vindita de inimigos, o fato é que sua façanha chegou no ouvido do subdelegado, que exarou um ofício ao chefe de polícia delatando a presença de José Joaquim, o qual descreveu como um sujeito “*perturbador do sossego público*”. Preso em junho de 1875, foi remetido a Ouro Preto para cumprir sentença.¹⁰³

Mas havia outro artifício a ser intentado seja por criminosos condenados, seja por indivíduos de reputação notória para escapar das garras da justiça. Era fato corriqueiro que se engajassem na polícia com o fito de legitimarem a liberdade ameaçada. Afinal, qual melhor esconderijo que sob as fuças do inimigo? Aproveitavam-se dos registros precários e equívocos que dificultavam a individualização para se camuflar em meio aos fardados. É verdade que em algumas ocasiões eram flagrados com a boca na botija. Em 1880, o

¹⁰² Sobre as ‘dadas’ contra os índios no Vale do Paranapanema, ver Maria do Carmo Sampaio Di Credto. *A propriedade da terra no Vale do Paranapanema – a Fazenda Taquaral (1850/1910)*, op. cit. e José Antonio Tobias. *História de Campos Novos Paulista - capítulos da Boca do Sertão do Paranapanema*, op. cit.

¹⁰³ Ofício do subdelegado de Santa Cruz do Rio Pardo ao chefe de polícia, em 17/06/1875. AESP, co2565.

delegado da cidade de Lorena estranhou que a praça José Antonio de Oliveira tivesse fantasiado seu nome no momento do engajamento, em fevereiro de 1880, já que, na verdade, se chamaria Joaquim José Antonio de Oliveira, nascido em 1859, de 1,69m, caboclo, solteiro, sem ofício, cabelos pretos, natural de Airuoca, província de Minas Gerais. A autoridade desconfiava de que ele “*devia crime*”. Em sua defesa, a praça alegou que, quando criança, todos o conheciam por José e, por esse motivo, fornecera esse nome. Não obstante a explicação de José (ou de Joaquim), o delegado oficiou a Secretaria de Polícia mineira atrás de informações.¹⁰⁴

Em setembro de 1888, o comandante do CPP pediu a exclusão da praça José de Paula Ferreira Marques, “*por ter já cumprido pena na casa de correção desta capital e ter retrato na polícia por gatuno, o que só foi agora verificado, visto ter o mesmo vindo remetido por uma autoridade do interior, que certamente foi por ele iludido, com o fim de ser engajado no Corpo*”.¹⁰⁵ Ferreira Marques, branco, solteiro, pedreiro, natural de São José do Barreiro, que contava 24 anos e havia se engajado naquele mesmo mês de setembro na capital, levou azar ao ser reconhecido como gatuno. Ao se engajar, talvez mancasse da eficiência policial em reconhecê-lo por foto no rol dos criminosos.

Um ano antes, em 1887, o comandante do CPP oficiou ao presidente da província no seguinte sentido: “*Estando pronunciado pelo Dr. Juiz de Direito do 1º Distrito Criminal desta Capital o soldado deste Corpo Francisco Antonio Gomes, conhecido por Chico Sorocabano, por crime de furtos de animais quando paisano, peço a V. Exa. para que se digne autorizar-me a excluí-lo do estado efetivo do Corpo com baixa do serviço (...)*”.¹⁰⁶ Infelizmente, a praça Francisco não se faz presente na lista nominativa do CPP, muito provavelmente porque fora engajado naquele mesmo ano de 1887, cuja série está perdida. O epíteto, entretanto, é revelador: grande é a chance de Chico ser natural, ou radicado, em Sorocaba. E, por isso, deve ter se envolvido diretamente no contexto econômico local: o comércio de animais e a feira de muares.

A cidade de Sorocaba funcionou como o foco centrípeto do comércio de muares provenientes do Sul do país e redistribuídos a partir da cidade para os centros produtores de açúcar, algodão e depois café. Mesmo os modestos sitiantes e os donos de minguados

¹⁰⁴ *Ofício do delegado de Lorena ao chefe de polícia, em 31/12/1880. AESP, co2599.*

¹⁰⁵ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 27/09/1888. AESP, co2344.*

¹⁰⁶ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 14/05/1887. AESP, co2341.*

terrenos no entorno da cidade aproveitavam a ocasião do evento para alugar os pastos e suplementar a renda familiar, fruto da agricultura de primeiros gêneros que abastecia aquele mundaréu. Segundo Cassia Maria Badini, “a vila atraía moradores dos bairros do entorno, entusiasmados com a possibilidade de enriquecimento pelo comércio em tempo de feira. Para essas pessoas, a forma mais fácil e de lucro garantido era a constituição de um pasto de aluguel próximo ao caminho das tropas”.¹⁰⁷

Foi a partir do início da década de 1880 que essa atividade entrou em desaceleração, muito pela expansão da rede ferroviária que, pouco a pouco, tornava obsoleto o transporte animal. Os investimentos no comércio de animais foram paulatinamente deslocados para outros empreendimentos e Sorocaba foi perdendo seu lugar de destaque na geografia da província.

É verdade que em fins dos anos de 1880, a feira já não era mais organizada, mas Sorocaba ainda vivia sob os auspícios de sua tradicional vocação e era um centro efervescente e em transformação devido às constantes obras de readaptação urbana, financiada pelo capital acumulado com o comércio de animais. Mas só gradativamente os antigos pastos usados para descanso e engorda dos plantéis a serem negociados, que se espalhavam pelo perímetro urbano, vinham sendo remanejados para novas finalidades.¹⁰⁸

É possível que, num passado recente, Chico Sorocabano tivesse tirado seu sustento da lida com animais. Talvez tivesse sido proprietário de alguns desses pastos, recém-expropriados pelo poder público. Ou quem sabe fora tropeiro, tratante, ferrador... O trânsito fácil com os negociantes, a oportunidade instigante, a pobreza que ameaçava à medida que o antigo negócio minguava podem tê-lo influenciado a ampliar sua margem de ação. E o furto surgiu como mais uma opção no concorrido mercado da sobrevivência. Pronunciado, tentou a sorte na polícia. Visava obliterar o apelido pespegado no “mundo paisano”, adquirir nova identidade. Esta outra, oficial, assumida quando se tornou praça de polícia: Francisco Antonio Gomes. Nome garboso que substituiu a alcunha famigerada e, de roldão, ensaiou apagar o passado criminoso. Engajar-se no CPP tornou-se, portanto, uma alternativa de ocupação em meio a outras formas de organização do trabalho e, mais

¹⁰⁷ Cassia Maria Badini. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo : Fapesp/Annablume, 2001, p. 128.

¹⁰⁸ Cassia Maria Badini. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*, op. cit.

largamente, de luta pela sobrevivência, numa seqüência que pode ser traduzida assim: tropeiro, ladrão e policial.

Local de nascimento entre os nacionais

Entre todas as regiões estudadas, a capital da província fornece a maioria dos engajados. Foram 217 apenas em 1888. Naquele ano, a cidade, em pleno crescimento demográfico, recolhia as levas de imigrantes que se desviavam das lavouras, além de milhares de libertos recém-emancipados, São Paulo não lograva, com sua indústria ainda incipiente, absorver essa mão-de-obra ociosa, normalmente desqualificava, que se integrava na vida econômica da cidade através de ocupações precárias, improvisadas e transitórias. O desemprego campeava e se agravava *pari passu* à chegada de novos habitantes.¹⁰⁹

Não por acaso, dos 217 engajados na capital, 100 não eram nascidos na província, o que representa 46,1% do total. Se contarmos a província inteira, incluindo a capital, dos 1006 engajados, havia 265 forasteiros, ou o equivalente a 26,34 %. De 1871, primeiro ano em que há registro sobre o local do engajamento, até o final de 1886, portanto desconsiderando o grande *boom* de engajamentos de 1888, dos 2659 recrutados em toda a província, apenas 28,70% era de não-paulistas. Na capital, muitas vezes sozinhos (55% eram solteiros contra 38% de casados), sem tempo hábil de estabelecer raízes comunitárias, aos estrangeiros, brasileiros oriundos de outras províncias e mesmo os paulistas que acudiam à capital, a polícia podia funcionar como porta de entrada para a nova vida que se apresentava.

Além disso, o declínio da atividade tropeira, que até meados da década de 1880 fora importante fonte de trabalho para os pequenos sitiantes do chamado “cinturão caipira” que circundava a capital, vinculados a atividades correlatas àquele negócio, provocava um rearranjo compulsório nas estratégias de ocupação da população desamparada.¹¹⁰ Entrar no CPP podia ser um recurso com vistas a mitigar um aperto mais.

Com efeito, durante o período estudado, o CPP recebeu gente oriunda de todo o Império. Contando os engajamentos inéditos, houve claro predomínio para os paulistas, que

¹⁰⁹ Maria Inez Machado Borges Pinto. *Cotidiano e sobrevivência - a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*, op. cit.

¹¹⁰ Ver Silvia Queiroz Ferreira Barreto Lins. *De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos do auge das tropas de muires à instalação das estradas de ferro (1855-85)*, op. cit.

perfizeram 2799 policiais. Das Minas Gerais, vieram 222 praças e, do Rio de Janeiro, 209, sendo essas as duas províncias que mais forneceram praças depois de São Paulo. Unidas, as províncias do Norte (Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí e Pará) forneceram 202 praças. As províncias de Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo contribuíram com 22 policiais. Paraná, com 53, e Rio Grande do Sul, com 32, completam a conta. (quadro 08 e gráfico 06).

Quadro 08 – Engajados inéditos por local de nascimento

Local de nascimento	Engajados
São Paulo	2799
Minas Gerais	222
Rio de Janeiro	209
Províncias do Norte	202
Paraná	53
Rio Grande do Sul	32
Outros	22
Total	3539

Fonte: Livros de Relação de Mostra. AESP.

Gráfico 06 – Distribuição de frequência de engajados por local de nascimento

Fonte: Livros de Relação de Mostra. AESP.

Embora informações mais qualificadas sobre o perfil da população migrante sejam muito difíceis de serem aferidas, a presença de não-paulistas nas hostes policiais vai ao encontro das dinâmicas socioeconômicas que configuravam a província de São Paulo

durante o período. O desenvolvimento da fronteira agrícola no Oeste novo fomentava não só o deslocamento da mão-de-obra cativa, que se concentrava na região, mas também um intenso trânsito dos homens livres pobres, que acompanhavam o avanço cafeeiro. A estagnação da economia nordestina e a grande seca entre 1876 e 1879 foram fatores importantes que provocaram a migração para o Sul. De acordo com dados de D. Graham e Sérgio Buarque de Holanda, entre 1872 e 1890, a migração total para São Paulo foi de 119.959, sendo que a migração interna líquida de nativos foi de 72.649, ou seja, mais de 60% do total.¹¹¹ No mesmo sentido, Warren Dean, em seu texto clássico sobre a economia cafeeira em Rio Claro, ressaltou que “*a migração interna de trabalhadores livres de outras províncias constituía um fator tão constante do crescimento das fazendas que é surpreendente que tenha recebido tão pouca atenção*”.¹¹²

No Norte e Nordeste paulistas, os migrantes vinham se somar a entrantes mais antigos, que haviam cruzado as fronteiras com Minas Gerais desde o fim do século XVIII, na vasta região denominada Sertão do Rio Pardo, em busca seja de pasto para a criação de gado vacum, seja de terras extensivas para o cultivo de víveres que abastecia as precisões locais, principalmente daqueles que percorriam os tortuosos caminhos que ligavam São Paulo a Goiás.

Tomando como exemplo o engajamento das praças que se declararam naturais do Ceará, o maior contingente incorporado entre as províncias do Nordeste (foram 64 cearenses, contra 55 baianos e 43 pernambucanos, entre as províncias nordestinas mais expressivas)¹¹³, 13 deram como última residência cidades do Oeste, sendo que oito deles foram engajados em Campinas, cujos fazendeiros firmaram uma espécie de convênio com aquela província, contratando os trabalhadores por intermédio do governo provincial.¹¹⁴ A maioria dos cearenses, 26 engajados, residia na capital, assim como a maioria dos pernambucanos (14) e dos baianos (13).¹¹⁵ Isso comprova que São Paulo servia como ponto de chegada ou de refúgio para os imigrantes, ainda mais para aqueles que não tinham vínculos diretamente com as fazendas contratantes. A experiência era semelhante à dos

¹¹¹ D. Graham e Sérgio Buarque de Holanda. *Migrações internas no Brasil, 1872-1970*, op. cit.

¹¹² Warren Dean. *Rio Claro – um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*, op. cit., p. 119.

¹¹³ Alagoas com 6; Maranhão, 7; Pará, 5; Paraíba, 4; Piauí, 4; Rio Grande do Norte, 4 e Sergipe, 4 completam a série.

¹¹⁴ Denise A. Soares de Moura. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*, op. cit.

¹¹⁵ Até 1871, não havia informação sobre a localidade onde as praças eram engajadas.

estrangeiros que arribavam na cidade expropriados e desenraizados. Entrar na polícia era, portanto, uma oportunidade aberta aos trabalhadores pouco qualificados, que pelejavam a sobrevivência pelas frinchas do sistema produtivo majoritário e eram parcamente absorvidos pela indústria ainda balbuciante.

Situação familiar

A união marital e a formação de família eram um passo importante para o indivíduo pobre estabelecer raízes em uma localidade, mesmo que por um período limitado de tempo. Num contexto de extrema mobilidade que caracterizava o cotidiano da pobreza, sempre como uma etapa na busca por enraizamento, ainda mais se tomado o universo rural, a estabilidade era um fator determinante na garantia da sobrevivência. A vinda da prole e o estatuto conjugal reforçavam laços de sociabilidade e vizinhança, além de ser um indicativo de honradez, o que ampliava as oportunidades de encontrar um quefazer, mesmo se consideradas as múltiplas possibilidades de organização de trabalho que se descortinavam na província de São Paulo, em sua diversidade regional.¹¹⁶

Para a praça do CPP, a vida familiar parece ter tido um peso determinante, a considerarmos o número de praças que se declararam casados no momento do engajamento. No universo de 4228 engajamentos, 43,04% eram casados (1820), 52,38% solteiros (2215) e 2,1% viúvos (91) (gráfico 07).

Gráfico 07 – Distribuição de frequência de engajamentos por situação conjugal

Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP.

¹¹⁶ Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, op. cit.*

Interessante cotejar esse dado com os dados relativos à totalidade da província, de acordo com o censo de 1872, o qual contabilizou 70% de solteiros, 26% de casados e 4% de viúvos; já conforme o censo de 1886 havia 63% de solteiros, 33% de casados e 4% de viúvos.¹¹⁷ Numa rápida comparação, percebe-se que entre os permanentes havia sobre-representação dos casados. Ao longo deste item, analisaremos as razões para esse fato.

Observando algumas cartas enviadas pelas praças aos superiores, percebe-se que a proximidade com a família muitas vezes se tornava uma questão fundamental para esses indivíduos imersos em um universo de incertezas em que o risco, a rudeza militar e a intensa mobilidade amargavam o cotidiano. Muitas vezes separados pelos trâmites regulamentares, que impunham rodízio compulsório aos destacamentos do CPP, não raro os policiais solicitaram a própria transferência ou a transferência da família. As praças Antonio Moreira de Castro, Francisco Candido de Assis e Joaquim Antonio de Oliveira, por exemplo, se dirigiram zelosamente ao chefe de polícia, requerendo:

*“Primeiro lugar mto praser terei em saber que V. Sa. toda a sua Ilma Família esteja no goso de perfeita saúde e felicidade. Pr. Meio desta rogo a V. Sa mandar nos render o quanto antes, conforme V. Sa nos prometeu pois V. Sa bem vê que nós temos famia, e eu deixei minha mulher quase a dar a lus, e acresse que aqui esta sahindo desta [ileg]. Mais longe e deixar minha mulher ao desamparo, pesso mais a V. Sa o especial obzo. de nos mandar dizer como vai as nossas famia e mandar nos a resposta o mais breve q. puder e muitas recommendacoes ao mano Fraco. De ma. mulher ma. cunhada e todos. De V. Sa. súditos criados”.*¹¹⁸

Servindo em Queluz, os soldados da 4ª Companhia do CPP, José Lucio de Sant’Anna, Joaquim Antonio da Costa, Fidencio Antonio de Siqueira e Antonio da Costa, todos residentes em Jacareí, solicitaram por intermédio do delegado local a remessa de suas esposas para Queluz, com a inclusa concessão de passagens de trem por conta do erário. O

¹¹⁷ Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*. Campinas : Unicamp/NEPO, 2001.

¹¹⁸ Carta do soldado praças Antonio Moreira de Castro, Francisco Candido de Assis e Joaquim Antonio de Oliveira ao chefe de polícia, sem data. AESP, co2582.

requerimento das praças foi considerado justo pelo delegado. Já em período republicano, o sargento Manoel Pereira Baptista, estacionado na capital, valeu-se de um contato poderoso para interceder diretamente junto a Prudente de Moraes, solicitando sua remoção para Itu ou Piracicaba a fim de ficar próximo à sua mulher adoentada, que residia em Capivari. Na carta particular que enviou à autoridade, o intermediário, proprietário da Casa Payão & Companhia, situada no número 4, da rua do Comércio, alegava que “*o cidadão Baptista é um homem digno de proteção; mas fazemos a V. Exa. o pedido de protegê-lo sem quebra da justiça que caracteriza os atos emanados de seu governo*”.¹¹⁹

Num primeiro plano, como já esboçado no capítulo dois, é de se considerar o papel provedor que muitos policiais desempenhavam no sustento de suas famílias. O vencimento, mesmo minguado, tornava-se um arrimo imprescindível para erguer mulher e filhos para fora da draga da indigência. A praça Faustino Martins Carneiro de Campos, engajado em janeiro de 1878, natural de São Paulo, nascido em 1859, de 1,62m, branco, sem ofício e solteiro, lotado em Amparo, solicitou seu recolhimento para a capital a fim de tratar dos seus três irmãos menores que ficaram órfãos com a morte da mãe. O pedido foi prontamente deferido.¹²⁰ A partir da desdita da genitora, seu salário de policial, mesmo ainda adolescente, podia significar o único socorro contra o desamparo dos irmãos.

Assim, qualquer alteração da renda ordinária criava uma situação ameaçadora, que levava os policiais presos ou adoentados – portanto, alijados dos salários integrais – a pedir clemência às autoridades competentes. A detenção por deserção da praça Bento José Alves reduziu, como mandava o regulamento do CPP, seu soldo pela metade. Em um ofício ao presidente da província, o policial resume seu drama, ao pedir o próprio desligamento da instituição:

“Esse abaixo assinado, obediente e respeitador e subordinado e Sua Exa, venho ajoelhar-me aos pés de sua Exa por me ver em um estado tão infeliz desgraçadamente jogado no fundo desta prisão que me vejo bem mal de reumatismo, não tenho mais valia para servir o meu governo que tanto já servi (...) e minha mulher na hora da morte sem ter quem possa a ela valer para dar ao

¹¹⁹ Carta assinada por Payão e Cia. ao chefe de polícia, em 06 de dezembro de 1889. AESP, co2697.

¹²⁰ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em abril de 1879. AESP, co2592.

menos uma gota de água, com dois filhinhos que tanto adoro sem poder a eles valer, perdendo eu todo meu vencimento que servia pra comprar um paõzinho para matar a fome”.

Ao pedido de “*piedade de um miserável soldado*”, o comandante argumenta que o preso está esperando o julgamento por deserção e que deve ser excluído assim que cumprir o tempo de sentença cominado pelo Conselho, “*visto ser de irregular comportamento*”.¹²¹

A situação irregular das praças detidas por razões disciplinares podiam atribular sobremaneira o precário equilíbrio orçamentário dos policiais. Nesses casos, no mínimo implorava-se pela comiseração dos superiores ou se apelava para a intervenção de amigos poderosos. O delegado de Tatuí, por exemplo, interferiu junto ao comandante do CPP na tentativa de aliviar a sina da praça Pedro Celestino Fernandes, presa naquela cidade, por ter abandonado o posto na capital, mas transferido pelo delegado para a polícia local. Num primeiro momento, o comandante do CPP denegou a migração; mais tarde, no entanto, diante dessa insistência emotiva da autoridade tatuiense, acabou por ceder: “*Estou certo de ser este fato de justiça, mas apesar disso, achando-se em minha presença sua infeliz mulher e uma porção de filhos menores que com lágrimas da família pedem a minha intervenção a fim de que o soldado referido seja transferido na polícia local*”.¹²² Pedro Celestino Fernandes era natural de Itapetininga, cidade na região de Tatuí, nascido em 1852, com 1,63m, moreno, casado, sem ofício. Ele engajou-se duas vezes no CPP: em 1878 e 1884. Na segunda ocasião, residia em Piracicaba e talvez tenha voltado ao Corpo para ficar mais perto da família.

A presença da família e o casamento poderiam contrapor o contexto de instabilidade que caracterizava a rotina policial. Ao contrário do exército, que dificultava o casamento dos soldados, exigindo anuência do oficial, a polícia militar nunca se opôs oficialmente à vida conjugal regular.¹²³ Isso fica claro pelo número de praças casadas, que também estão

¹²¹ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 20/01/1888. AESP, co2343.*

¹²² *Ofício do delegado de Tatuí para o comandante do CPP, encartado em ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 19/07/1884. AESP, co2331.*

¹²³ Apesar de não proibir o casamento, como ocorria com exércitos de outros países, ao soldado brasileiro era permitido o matrimônio desde que tivesse mais de 24 anos, a mulher fosse “honesta” e houvesse consentimento de um oficial. Hendrik Kraay. “O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889)”, in: Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004.

sobre-representadas em comparação com os soldados do exército ou de outras corporações policiais – nacionais e estrangeiras. Em trabalho sobre a guarnição de Salvador, na Bahia, Hendrik Kraay encontrou uma taxa de 6,6% de soldados casados; Peter Beattie, por sua vez, estima que apenas um em dez soldados das forças armadas brasileiras era casado; já Caiuá Cardoso Al-Alam, em estudo sobre o Corpo Policial do Rio Grande do Sul no início da década de 1850, estabelece uma média de 90% de celibatários.¹²⁴

A vida familiar estabilizada poderia servir como um indício efetivo de morigeração, disciplina e obediência, atributos essenciais ao bom trabalhador no período de crise do escravismo, em que aumentava a participação de forros e libertos nos censos populacionais. Como visto, o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre, cujas bases de sustentação já estavam estabelecidas na década de 1880, pretendia a organização e o controle de um contingente de indivíduos submissos às regras rígidas do trabalho sistemático – de horários rígidos e dedicação exclusiva – principalmente no que tange aos ex-cativos e imigrantes recém-ingressos, que deveriam se curvar à tutela do empregador e ao império da lei.¹²⁵ Pertencente a essa reserva de trabalhadores livres, com ampla margem de barganha, o policial devia cumprir a mesma cartilha imposta a seus congêneres nas primeiras indústrias e nas grandes empresas cafeeiras. Daí, a grande participação dos que se declaravam casados pode significar que havia, senão uma política deliberada, uma inclinação oficial para privilegiá-los em oposição aos solteiros. E, sabendo disso, os postulantes, ao se apresentarem, confirmavam o estado marital, mesmo que não o fossem sob a bênção da Igreja. Até porque o casamento era um dos critérios de isenção previstos

¹²⁴ Dados de Hendrik Kraay. “O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889)”, *op.cit.*; Peter M. Beattie. *The tribute of blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*, *op. cit.*, principalmente capítulo 7; Caiuá Cardoso Al-Alam. *A negra forca da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*, *op. cit.* É preciso lembrar que o universo de amostra desse último autor restringe-se aos 111 policiais internados na Santa Casa de Pelotas. Já entre as forças públicas estrangeiras, os casados atingiam 80% (*gendarmarie*) e oscilou de 15% a 9% entre os *bobbies* londrinos. No caso particular francês, o alto número de casamentos é um dado inusitado, se for ombreado com uma certa “cultura do celibato”, vigente entre os militares. Arnaud-Dominique Houte. *Gendarmes et gendarmerie dans le département du Nord (1814-1852)*. Paris : Service historique de la Gendarmerie nationale/Phénix Éditions, 2000, p. 176. Para o caso inglês, ver Haia Shpayer-Makov. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Burlington : Ashgate, 2002 e, do mesmo autor, “Le profil socio-économique de la police métropolitaine de Londres à la fin du XIXe siècle”. *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, 39, 4, 1992.

¹²⁵ Sobre o sistema de trabalho nas grandes fazendas, ver Verena Stolcke e Michael Hall. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Marco Zero, n. 6, setembro de 1983 e sobre a lei de locação de serviços Maria Lucia Lamounier. *Da escravidão ao trabalho livre*, *op. cit.*

em lei que desobrigava o recrutamento obrigatório para as forças armadas. O reconhecimento de laços conjugais sólidos podia evitar esse terrível infortúnio, funcionando como um sinal inequívoco de honestidade, inclusive no que concerne ao reconhecimento comunitário, âmbito em que o casamento sugere honradez.¹²⁶

Assim, eles se arvorariam arditamente de um atributo caro ao discurso oficial. Infere-se essa possibilidade uma vez que nos livros de Relação de Mostra os notários registram como situação conjugal um “*diz ser casado*”, o que pode indicar que o postulante não apresentava qualquer certidão comprobatória, ao contrário do que ocorria nas forças armadas em que a análise documental para comprovação das isenções era rigorosa.¹²⁷ Nesse sentido, confessar uma vida familiar talvez não só auxiliasse a fugir dos agenciadores do recrutamento, como podia sacramentar a incorporação nas forças policiais. De qualquer modo, isso não exclui o fato de que as futuras praças, ao se registrarem, pudessem alargar a estreiteza semântica do termo, considerando como casamento uma relação conjugal estável, mesmo alheia dos cânones da Santa Sé, e fora do padrão normativo da tradicional família patriarcal, como já deixou patente a bibliografia sobre o assunto.¹²⁸ Nesse caso, as taxas de nupcialidade inscritas nos documentos policiais refletiriam não o registro oficial dos censos, matizado por vieses limitados e discriminatórios, mas sim o entendimento da população pobre sobre sua própria situação familiar, em que a relação conjugal, mesmo

¹²⁶ Segundo Peter Beattie, aqueles que violavam seus votos de casamento ou se engraçavam com a virgindade alheia “*arriscavam os liames sociais básicos e o fundamento do status. Como punição, oficiais freqüentemente enviavam vadios, defloradores e homens que abandonavam suas esposas a servirem como praças no exército*”. Peter Beattie. “The house, the street, and the barracks: reform and honorable masculine social space in Brazil, 1864-1945”, in: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 76, n. 3, agosto de 1996, p. 441. Quando da Lei do Recrutamento, de 1875, que instituiu a conscrição por sorteio, extinguindo muitas das isenções legais, houve ampla resistência popular no que toca a exclusão da isenção dos indivíduos casados, uma vez que, de acordo com a nova lei, os “*homens e filhos de família*”, e, portanto, honrados, podiam ser alistados. E, como visto anteriormente, o recrutamento era um fator de depreciação social. Ver Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit., pp. 73 e 74. Sobre as revoltas populares que se seguiram à lei, ver Fábio Faria Mendes. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o sorteio militar”, in: *Estudos Históricos*, 24, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹²⁷ Fábio Faria Mendes. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”, in: Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004.

¹²⁸ Ver uma crítica sobre a prevalência de um modelo normativo da família patriarcal, ver Mariza Corrêa. “Repensando a família patriarcal brasileira – notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil”, in *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 37, maio de 1981, e, especificamente sobre o casamento fora dos padrões canônicos, ver Eni de Mesquita Sâmará. “Casamento e papéis familiares em São Paulo no séc. XIX”, in *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 37, maio de 1981; Maria Odila L. S. Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, op. cit.

escanteada pelas exigências normativas da religião e da tradição patriarcal, era considerada como legítima, isto é, significava uma união regular, estável e pública.¹²⁹

Se a união conjugal significava estabilidade para o policial, que mantinha a família perto de si, aproveitando, eventualmente, dos proventos extras decorrentes do trabalho integrado, aos olhos institucionais, a vida em família consistia numa via de mão dupla. Tanto podia representar uma “influência negativa”, ao atribular a disciplina e desviar a atenção do policial durante o tempo de serviço, ou, de modo inverso, o casamento se inscrevia no âmbito de uma “*profissionalização em gestação, cuja primeira etapa consiste em tornar fiel e moralizar o pessoal. Ele se torna um remédio possível contra o alcoolismo e o endividamento*”.¹³⁰

No discurso institucional a respeito do CPP, a imagem do bom praça é associada ao casamento e à família, em clara homologia à representação do bom cidadão, que aparece, principalmente, na qualificação dos réus e testemunhas nos processos judiciais. Nesses casos, o sucesso ou o fracasso num processo criminal dependia de estabelecer uma imagem positiva do acusado e das testemunhas, em adequação com os critérios aceitos no amplo da sociedade: morigeração, amor ao trabalho, ortodoxia na vida familiar, recato e discrição eram atributos mais que desejados.¹³¹

Não é à toa que esse estribilho se repete na fala das autoridades: “*É de muita necessidade que as praças expedidas para estes lugares centrais sejam muito bem escolhidas para darem o exemplo de moralidade e para que sejam auxiliares da autoridade, tornando-se respeitados pelo seu comportamento*”, clamava o delegado de São João da Boa Vista, ao oficialar o chefe de polícia, em 1871, sobre o mau comportamento do destacamento estacionado na cidade, recolhidos à capital justamente pela atitude

¹²⁹ Esses são os atributos que caracterizavam o reconhecimento do “amasiamento” entre os populares. Tanto a polícia como a justiça não consideravam esse estado conjugal como sendo casamento e identificavam os amásios nos autos e formulários como fossem solteiros. Ver Silvia Maria Fávero Arend. “Casar ou amasiar: a vida conjugal dos populares porto-alegrenses no final do século XIX”, in: Paulo Roberto Sataudt Moreira e Acácia Hagen (orgs.). *Sobre a rua e outros lugares - reinventando Porto Alegre*, op. cit., p. 10.

¹³⁰ Cyril Cartayrade. “Le marié était en bleu. Les mariages de gendarmes dans le Puy-de-Dôme au XIX^e siècle”, in: *Sociétés et Représentations*, n° 16, especial “Figures de gendarmes”, sob a direção de Jean-Noël Luc, p. 271.

¹³¹ Ver para o assunto Yvonne Maggie. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1992; Mariza Corrêa. *Morte em família - representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro : Graal, 1983; Carlos Antonio Costa Ribeiro. *Cor e criminalidade - estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1995.

inadequada.¹³² O comandante do CPP, ao se referir a um subordinado cuja conduta fora atacada pelo juiz de direito de Araraquara, assim o defendeu: “*O soldado João Francisco Cubas, comandante do destacamento ali estacionado tem tido até o presente bom comportamento, é morigerado e cumpridor de suas obrigações e por isso é natural que faça manter a necessária disciplina e moralidade das praças (...)*”.¹³³ A mesma opinião sobre seus comandados comungava o delegado de Itapetininga, quando se recusou a fazer recolher duas praças do CPP, no bojo da reformulação do Corpo de 1884, que enxugou drasticamente o contingente da instituição. Nessa ocasião, ao justificar o expediente reprovado por lei, a autoridade oficiou ao chefe de polícia dizendo que ambos são “*boas praças, casados, com família, amparando ainda irmãos órfãos (...)*”.¹³⁴

Pertencer à boa família e ser bem casado foi o motivo aventado pelo delegado local para nomear comandante do destacamento o cidadão Manoel Vieira da Silva em substituição de Firmino de Almeida Braga, “*porque além de ter as habilitações precisas é membro de uma família importante e conquanto moço é casado também em família igual, tem muitos filhos*”.¹³⁵

Drástico é o caso de Francisco José Ferreira, engajado em fevereiro de 1879, nascido em 1853, em São João da Boa Vista, de cor parda, sem ofício, casado, que teve a solicitação de transferência do CPP para a Companhia de Urbanos denegada pelo comandante, em 1884. Em ofício ao superior, a praça tentou sensibilizá-lo ao justificar o pedido dizendo “*ter em sua companhia um filho pequeno, o qual precisa mandar educar, e que como praça do Corpo não o pode fazer em consequência de andar sempre para o interior (...)*”. Talvez o soldado não contasse que seu bom comportamento, em vez de ajudá-lo em seu propósito, foi o vetor da recusa. Segundo o comandante, a “*alegação do suplicante não procede, porque tendo-se ele engajado para o serviço do Corpo e sendo de bom comportamento e asseado em seus uniformes, deve preencher o tempo de seu engajamento no mesmo Corpo, sem que por isso fique prejudicada a educação de seu filho*”.¹³⁶ Vê-se, assim, que um indivíduo casado, chefe de uma família estruturada e

¹³² Ofício do delegado de São João da Boa Vista, ao chefe de polícia em 23/08/1871. AESP, co2540.

¹³³ Anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/09/1873. AESP, co2549.

¹³⁴ Encartado no ofício do comandante do CPP ao vice-presidente da província, em 17/07/1884. AESP, co2331.

¹³⁵ Ofício do delegado para o chefe de polícia, em 07/02/1875. AESP, co2565.

¹³⁶ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 10/05/1884. AESP, co2333.

preocupado com a educação dos rebentos era um bem a ser cuidadosamente preservado pela instituição, mesmo que em sua vida particular, o serviço policial causasse contratempos.¹³⁷

Forçado pela itinerância regulamentar a permanecer longe de sua região de origem, a praça de CPP encontraria no casamento um canal de enraizamento. E mais: “*A virtude do casamento não se resume ao paliativo de uma sociabilidade restritiva. O perfil profissional das esposas demonstra uma ótica utilitária com a presença de mulheres ativas, aportando um provento complementar*”.¹³⁸

Assim sendo, o estrato a que pertenciam as esposas dos policiais também é um bom indicativo do nível de inserção social que a praça alcançaria depois do matrimônio, apoiada na condição da mulher. Esclareceria igualmente se o fato de pertencer ao CPP indicava uma garantia de estabilidade ou mesmo de ascensão social para as casadoiras. No século XIX, na França, por exemplo, os *gendarmes* eram considerados “bons partidos”, com salário fixo, aposentadoria garantida e a perspectiva de pensão em caso de morte, além de representarem uma chance para as moças do interior deixarem a vida comunal e os estreitos laços familiares para se aventurarem nas regiões mais desenvolvidas.¹³⁹ Por seu lado, os soldados buscavam se associar a mulheres cuja família pertencia a uma camada média, de pequenos comerciantes, funcionários públicos ou proprietários rurais, gente que compartilha do mesmo meio social do qual eram originários. Lembramos que o contingente da *gendarmerie* era formado, em 80% dele, de soldados reformados do exército, que inadaptados à vida civil, passavam a servir naquela corporação.¹⁴⁰ Grosso modo, pertenciam a uma pequena classe média, eram alfabetizados, mas pouco instruídos. Os casamentos representavam, portanto, a necessidade de o *gendarme* amarrar vínculos mais

¹³⁷ A educação da prole era uma preocupação dos policiais, que utilizavam a rede de afinidades em benefício dos filhos. Em 1882, o comandante do CPP oficiou o presidente da província repassando-lhe o pedido do cabo de esquadra Antonio José de Lima “*a graça de ordenar que no Instituto de Educandos Artífices seja admitido o seu filho menor, José, visto não poder o peticionário dar-lhe a necessária educação. Cumpre-me informar a V. Exa. que acho muito justa a pretensão do suplicante visto ter cinco filhos menores a seu cargo e viver apenas de seus soldos (...)*”. *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 13/07/1882*. AESP, co2325.

¹³⁸ Cyril Cartayrade. “Le marié était en bleu. Les mariages de gendarmes dans le Puy-de-Dôme au XIX^e siècle”, *op. cit.*, p. 278.

¹³⁹ Terry Strieter. “To marry or not to marry? Matrimony and the Family among the Gendarmes of Nineteenth-century France”, in *Proceedings of the Annual Meeting of the Western Society for French History*, 23, 1996.

¹⁴⁰ Arnaud-Dominique Houte. *Gendarmes et gendarmerie dans le département du Nord (1814-1852)*, *op. cit.*

estreitos com os membros de um estrato social ao qual ansiavam pertencer, na tentativa de se estabilizarem numa vida mais sedentária, após os anos de imprevisibilidade e mobilidade.¹⁴¹

A documentação referente ao CPP não traz informações relativas à ocupação dos pais e das esposas. Em apenas três oportunidades temos notícia da profissão dos cônjuges das praças: duas delas eram professoras públicas e a outra funcionária fabril.

Esta última, D. Anna Francisca da Conceição, viúva do sargento Gaya (provavelmente se trate de Hylario Gomes Gaya, natural de Franca, casado, sem ofício, nascido em 1817, cabelos castanhos escuros, compridos, pardos, pouca barba, entrou como praça de soldado em primeiro de maior de 1866)¹⁴² recebeu adjutório de ninguém menos que Luiz Gama, que, se aproveitando do bom trânsito entre as autoridades policiais, escreveu um bilhete bem íntimo a um certo Dr. Bellarmino, solicitando, talvez, uma melhor colocação para a senhora:

“Exmo. Sr. Dr. Bellarmino,

Conheço a portadora senhora D. Anna Francisca da Conceição, empregada na fábrica de tecidos do Major Diogo de Barros, e viúva do sargento Gaya, do Corpo Policial. Posso asseverar que ela é paupérrima, que vivia honestamente do seu trabalho, porque o marido era ébrio habitual: tem um filho inservível. Cumpro um dever prestando esta informação a V. Exa, de quem com prazer, subscrevo-me,

criado e amo. obrigo-me,

*Luiz”*¹⁴³

Já em 1877, o chefe da estação de trem de Rio Grande da Serra, em vistas de se aposentar, sugere para substituí-lo o nome do policial do CPP Francisco Ferreira de Paula,

¹⁴¹ Ao assentarem praça, a maioria dos *gendarmes* buscava ser alocado nos departamentos de origem.

¹⁴² Avaliação elaborada pelo comandante do CPP a respeito da conduta de seus subordinados durante o segundo semestre de 1876, sem data. AESP, E4680.

¹⁴³ Carta de Luiz Gama ao Dr. Bellarmino em 13/05/1881. AESP, co2612.

“marido da atual professora pública deste bairro, homem sério e de bons costumes, ex-praça da Armada e Exército e que em alguns lugares já tem exercido o cargo de Inspetor de Quarteirão, e que segundo me consta o tem desempenhado satisfatoriamente. Este homem, além de ser muito enérgico e justiceiro, dispõe de mais tempo do que eu e pode de pronto acudir a qualquer reclamo (...)”.¹⁴⁴ Anos mais tarde, em 1882, o mesmo Francisco Ferreira de Paula, já alçado ao posto de 2º Sargento, quando comandava o destacamento de Xiririca, no Vale do Ribeira, foi lá detido por ter sido acusado de deflorar uma menor de 10 anos.

Outro escândalo sexual envolveu uma ex-praça do CPP, também casado com uma professora de primeiras letras. Em 1881, o chefe de polícia foi pessoalmente a Bananal investigar a denúncia contra Manoel Pereira Baptista, acusado de molestar as alunas, crianças de seis a oito anos, de sua esposa, a professora pública Maria Avelina de Oliveira Baptista. Tomada de ira, a população exigiu que Manoel se retirasse da cidade em 24 horas. Em Bananal, ele ocupava o cargo de carcereiro desde 1880. A indicação para aquele cargo, entretanto, fora desaconselhada pelo chefe de polícia interino, que baseou sua recusa fé-de-ofício de Manoel quando era permanente, eivada de indisciplinas.¹⁴⁵ Entre outros fatos desabonadores, o carcereiro fora preso por espancar um guarda na Estação da Luz; fora recolhido do destacamento de Santa Bárbara, onde tinha sido alçado a furriel, por descumprir ordens; além de ter assinado um falso requerimento e ter agredido um preso na cadeia de Santa Bárbara.¹⁴⁶

O caso de Manoel é *sui generis*, pois é um dos únicos em que podemos rastrear, mesmo que precariamente, a trajetória do policial após deixar a instituição, já que seu registro aparece três vezes na lista de engajados.¹⁴⁷ Segundo os livros, Manoel Pereira Baptista, filho de João Pedro Baptista, nasceu na província do Rio de Janeiro, em 1854, tinha 1,77m, cabelos pretos ondedados, olhos pardos, era seleiro de ofício, de cor parda, solteiro, tendo como última residência Cantagalo. Sabemos também que em 1880, portanto logo após ter dado baixa do CPP por ter apresentado um substituto, Manoel trabalhava

¹⁴⁴ *Ofício do chefe da estação de Rio Grande ao chefe de polícia, em 04/03/1877. AESP, co2583.*

¹⁴⁵ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 07/07/1881. AESP, co2608.*

¹⁴⁶ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 14/08/1880. AESP, co2597.*

¹⁴⁷ Há também o caso de Perciliano José Galvão, ex-corneta do CPP, destacado em Jaboticabal. Quando recebeu baixa do serviço resolveu permanecer na cidade, e, segundo o delegado, *“sem que se sujeitasse a trabalho honesto, apenas recebendo gratificação pelo fato de conduzir homens para casas de mulheres prostituídas”*. Anexo em *ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 01/02/1889. AESP, co2700.*

como carcereiro em Bananal e já tinha se casado com uma professora pública, permanecendo vinculado ao mundo policial. Talvez tivesse sido indicado devido ao traquejo e as *expertises* adquiridas enquanto servira no CPP, afinal durante o tempo de serviço tinha lhe sido concedida a graduação de cabo de esquadra, em dezembro de 1877, apesar de ter sido exonerado do posto um mês depois por “*péssimo comportamento*”. Sua respeitável cancha como agente da lei podia ser encarada tanto como uma solução, tanto como um problema para as autoridades policiais. Se, de um lado, ele se mostrava calejado para os demais serviços policiais, vezeiro na manha do cárcere e nas ronhas dos presos, por outro trazia todos os vícios e *handicaps* adquiridos na profissão, cujo histórico disciplinar não deixa esconder.

A documentação não traz qual foi o desfecho das investigações do chefe de polícia no caso do abuso das crianças. O fato é que Manoel não desistiu da vida policial e, por mais duas vezes, assentou praça no CPP, em setembro de 1883 e julho de 1889. Infelizmente não se sabe qual foi o seu comportamento nessas ocasiões nem mesmo se ele cumpriu o tempo legal de engajamento. Mesmo assim, algumas informações são importantes para determinarmos sua trajetória de vida, permeada de improvisos e pela mobilidade constante, recursos característicos do cotidiano da população pobre na dura faina pela sobrevivência.

Se no primeiro engajamento, Manoel anotara como última residência Cantagalo (fora recrutado em Santo Antonio da Cachoeira, região do Vale do Paraíba); em 1880, estava em Bananal, cidade nas proximidades da fronteira Fluminense. Já em 1883, foi engajado quando morava na capital da província e, em 1889, vivia em Santa Bárbara, cidade do Oeste paulista, de intensa produção cafeeira. Podemos sugerir ainda que a praça fixou residência em Santa Bárbara, uma vez que no período em que fora destacado naquela cidade (de junho de 1878 a março de 1879) estabeleceu relações comunitárias e de sociabilidade¹⁴⁸, que facilitariam sua inserção naquela região e uma eventual oferta de trabalho nas fazendas de café. Mas, uma vez premido pela concorrência dos imigrantes estrangeiros, encontrou guarida no CPP, onde já tinha larga experiência.

Outra boa pista para elucidarmos o percurso de Manoel está no ofício que declarou exercer ao se engajar pela última vez. Disse ser barbeiro, profissão desligada do espectro rural (antes ele se declarava seleiro) e, evidentemente, coadunada com o desenvolvimento

¹⁴⁸ Na primeira vez que assentou praça, foi destacado em Mococa, Capivari, Santa Bárbara, Monte Mor.

urbano das cidades mais importantes da província. Talvez para Manoel e para outra boa porção de “homens livres pobres”, o CPP funcionasse como uma alternativa de ocupação bem-vinda e, muitas vezes temporária, entre as diversas, mas disputadas, oportunidades de ganhar algum dinheiro num período de crise escravista e, mesmo depois, da abolição. Não é ilícito se supor que já o primeiro engajamento, em 1877, a opção pela polícia possa ter sido reflexo do declínio da produção de café no Vale do Paraíba, que impeliu a mão-de-obra dispensada das fazendas da região se voltar para o mercado urbano¹⁴⁹ ou a procurar trabalho nas regiões de expansão de fronteira agrícola. Nesse sentido, a trajetória de Manoel torna-se paradigmática: deixa o Vale do Paraíba como seleiro, passa pela capital e termina, barbeiro, no opulento Oeste paulista. Nos momentos de crise, suplementava a renda irrisória nas hostes da polícia, primeiro como praça de permanente; em seguida como carcereiro. No meio do caminho, ainda casou-se com uma professora pública.

De todo o modo, é impossível sugerir se, para as moças, contrair núpcias com um policial era um expediente mais auspicioso do que casar com qualquer outro trabalhador sem qualificação, caso o propósito fosse conquistar algum lustro social que as destacasse naquele estrato de pobreza e modéstia. Maria Avelina casou-se com Manoel Baptista durante o seu tempo de serviço, isto é, ela estava ciente da ocupação do marido quando decidiu se casar.

É verdade que o enlace com um permanente ou com um guarda urbano podia trazer algum tipo de proteção para a mulher. Não apenas contra as desventuras do dia-a-dia, que podiam ser evitadas tendo a tiracolo um marido armado e fardado; mas também em relação à violência dos próprios parceiros. Afinal, os policiais estavam sujeitos à supervisão sobre seu comportamento, e os eventuais desatinos, mesmo na esfera do convívio privado, eram rechaçados pelo comando policial.

A praça Benedicto José Barbosa, por exemplo, destacada em Santa Isabel, foi afastada do serviço em fevereiro de 1882, acusada de agressão à sua mulher.¹⁵⁰ Benedicto, natural de Santa Isabel, moreno, de 1,61m, casado, sem ofício, fora engajado em 1878, e portanto já estava havia quatro anos no CPP. Nem o tempo razoável de serviço e uma

¹⁴⁹ Esse movimento acontecia, por exemplo, em Taubaté. Ver Maria Cristina Martinez Soto. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935, op. cit.*

¹⁵⁰ *Ofício do comandante do CPP ao presidente de polícia, em 22/02/1882. AESP, co2325.*

conduta disciplinar aparentemente ilibada evitaram sua exoneração, justificada apenas pela atitude controvertida.

Em 1887, o guarda de urbanos Silvestre Romualdo dos Santos foi detido entre outras desordens por ter “*espancado brutalmente sua mulher com uma tesoura*”.¹⁵¹ Em sua ficha, consta que ele tinha de 22 para 23 anos, era casado, natural da capital e sabia ler e escrever. Nos autos de perguntas a que foi submetido, quando perguntado se alguém da família o vinha visitar, disse que estava “*rompido com a mulher*” e que um irmão tentou visitá-lo, mas não foi admitida pela sentinela.¹⁵²

Assim, a união marital – legitimada ou não – foi um expediente recorrente dos indivíduos que se engajaram na polícia. Aliás, não era evento incomum as praças se casarem enquanto estavam engajadas. Dos 262 engajados que reincidem na polícia, 136 eram solteiros no momento do primeiro engajamento. Destes, 50 se casaram em algum momento antes da segunda incursão. É impossível determinar se as núpcias foram contraídas exatamente durante o lapso em serviço, mas, mesmo que intermitente, um segundo ou mesmo um terceiro engajamento denotam certa inclinação para a vida policial. O casamento e a formação de uma família regular faziam parte do rol de recursos manejados pelo “homem livre pobre” a fim de articular um cotidiano mais estável. Em determinados períodos, quando necessidades inesperadas assomavam, assentar praça no CPP podia ajudar a amenizar os infortúnios. Com efeito, tanto a relação familiar quanto o engajamento eram termos complementares de uma mesma estratégia.

A análise do perfil familiar da praça de CPP leva em conta outras relações. Foi relativamente comum, na documentação analisada, encontrarmos membros de uma mesma família que se engajavam num mesmo momento, o que sugere que podiam ser irmãos ou primos. Essa propensão serve para ilustrar a dinâmica socioeconômica da província, além de estabelecer uma correspondência direta do impacto dessa conjuntura na rotina do CPP.

A família Furquim de Almeida, por exemplo, tem uma ligação marcante com o CPP. Em 1878, Francisco, Galdino e Amantino Furquim de Almeida assentaram praça na

¹⁵¹ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos par o chefe de polícia, anexo em ofício do chefe de polícia para o presidente da província, em 16/08/1887. AESP, co2682.*

¹⁵² Clive Emsley percebe um padrão semelhante na polícia inglesa: “*Esperava-se que os policiais tratassem suas mulheres e famílias com respeito e consideração; o menor sinal de escândalo, destrato ou abuso, levava-o a uma audiência disciplinar com a possibilidade de advertência ou demissão*”. Clive Emsley. *The English police – a political and social history*, op. cit., p. 213.

instituição. Contudo, apesar do sobrenome em comum, só os dois primeiros eram irmãos. Amantino era filho de João Furquim de Almeida, enquanto os dois primeiros eram filhos de Bardoino. Todos eles nascidos e engajados em Faxina e de cor parda. O primeiro, sapateiro e solteiro. Os outros dois, sem ofício e casados. Dez anos depois, em 1888, Francisco e Galdino reaparecem como voluntários, mas dessa vez acompanhados de outro Furquim de Almeida, José, moreno, casado e sem ofício.

A família Carvalho, nascida em Capão Bonito, no Alto Paranapanema, e engajada em Rio Verde, também forneceu três irmãos para o CPP, todos eles juramentados em setembro de 1880. Josino Alípio, o mais velho, tinha 30 anos. O irmão do meio, Fernando Feliz, contava 26 anos, enquanto o caçula, Fidêncio Rodrigues tinha apenas 19 anos. Os três eram brancos, casados e não tinham ofício. Em 1888, Josino Alípio reaparece na lista de engajados, mas dessa vez figura sozinho.

A família Paula Mattos, natural de Minas Gerais, mas engajada em Taubaté, em 1884, também contava com três membros na corporação. Todavia, a lista nominativa só dá conta de dois deles: Antonio Gervasio, nascido em 1862, e Joaquim Gervasio, nascido em 1861. No entanto, é o terceiro Paula Mattos, José Gervasio, talvez policial local, que ganhou mais destaque na documentação por ter se metido num entrevero com o comandante do destacamento, Pedro de Alcântara, o que levou seu pai, Francisco Gervasio de Paula Mattos, a escrever, em março de 1885, ao chefe de polícia reclamando do recolhimento de seu filho para a capital, *“pelo simples fato de ter feito uma reclamação de seus direitos contra o sr. Alferes Pedro de Alcantara, quando aqui esteve no comando do destacamento desta cidade que praticou os mesmos infames atos que mancham a dignidade do Corpo Policial e abusando da posição que ocupava para mancha a disciplina e moralidade do mesmo”*. O pai furibundo perorou sua diatribe, invocando sua condição familiar e levantando o tom contra o oficial: *“Exmo. Sr. eu tenho três filhos que servem no mesmo Corpo e como pai que sou peço a V. Exa. que não deixará impune um ato praticado por um oficial que mancha a dignidade da distinta oficialidade do mesmo Corpo”*.¹⁵³

Parece que a queixa formalizada surtiu efeito, uma vez que efetivamente foi instaurado o Conselho Criminal contra o alferes, que terminou, porém, por absolvê-lo, segundo Francisco, porque ele teria contado com a complacência do Major Fiscal, seu

¹⁵³ Carta de Francisco Gervásio de Paula Mattos para o chefe de polícia, em 08/03/1885. AESP, co2653.

compadre, e das praças que testemunharam. Um ano mais tarde, pelo menos para Francisco Gervásio, a justiça foi feita. Em 19 de fevereiro de 1885, Pedro de Alcântara foi acusado de haver descontado indevidamente dinheiro das praças. Uma comissão instaurada pelo comandante confirmou as suspeitas. O alferes foi submetido a Conselho Criminal e condenado.

É compreensível a intervenção de Francisco na tentativa de evitar o recolhimento do filho para a capital. Morando em Taubaté, pai e filhos formavam uma unidade familiar modelar, que possivelmente agregava os parentes colaterais, como a mulher de Antonio, que era casado. Além disso, guardadas as ressalvas quanto à cor da pele, deviam ser mestiços, já que Joaquim foi caracterizado como moreno e Antonio, branco. Provavelmente, tinham na polícia um complemento da renda amealhada na lavoura ou no pequeno comércio. No mesmo sentido, talvez encontrassem dificuldade de se empregarem nas fazendas cafeeiras ou mesmo se recusassem a trabalhar como parceiros ou agregados nas grandes unidades exportadoras.

O rígido sistema de trabalho exigido pela administração das *plantations*, aferrando o ritmo e arrochando os espaços de autonomia, era um empecilho para o recrutamento da mão-de-obra livre. Muitas vezes, os “homens livres pobres”, com seus negócios, arranjos comunitários e contratos por empreitada, conseguiam sobreviver alheios às relações formais de trabalho e às formas normativas de assalariamento. Vivendo pelas beiradas da grande empresa exportadora, conseguiam amealhar lucro mais substancial e eram capazes de escapar aos laços mais cerrados de dependência dos proprietários.

A nos fiarmos na sagesa de Francisco, que sem titubear e, aparentemente, sem apadrinhamento, dirigiu-se diretamente à mais alta autoridade policial da província, pode-se imaginar que circulava numa instância mais elevada do espectro social, mesmo que ele e sua família compartilhasse de um cotidiano de limitados recursos financeiros. Contando com os filhos como agentes da lei, poderia ver reforçada uma certa posição de destaque num meio social extremamente homogêneo e concorrido, em que cada vez mais os sinais distintivos eram embaciados. Assim, para os Paula Mattos, o fato de um dos filhos ser mandado para São Paulo poderia quebrar a dinâmica que assegurava um viver certamente modesto, porém honroso.

Infelizmente, a base de dados só permite aleatoriamente verificar se esse padrão se repete em engajamentos sucessivos, isto é, realizados com lapso temporal entre eles, o que impossibilita estabelecer se houve influência prévia de um irmão sobre o outro na escolha da opção policial. Entretanto, um caso que brotou fortuito é paradigmático da comunicação da carreira policial de um irmão para outro. E, mais interessante, ele denota a insistência de padrões personalistas no processo de engajamento para as instâncias policiais, em detrimento de critérios objetivos ou meramente meritórios. É verdade que o caso se passou na Companhia de Urbanos, mas, mesmo assim, não desmerece o exemplo.

Tudo leva a crer que a Companhia de Urbanos fosse mais atraente àqueles que consideravam intentar uma carreira policial. De pronto, o salário era maior. Além de possuir um *status* mais destacado na hierarquia das corporações, a Companhia de Urbanos oferecia um serviço mais estável e disciplinarmente menos exigente, na medida em que prescindia dos deslocamentos quase compulsórios, no caso do CPP, afora consubstanciar-se em regulamento não-militar. É lícito imaginar, portanto, que as vagas que eventualmente se abriam devido aos problemas de praxe – indisciplina, saúde precária, conclusão de tempo de serviço, transferências – fossem mais concorridas. Podemos supor, inclusive, que entre as alternativas de ocupação que o mercado de trabalho urbano oferecia aos trabalhadores de baixa qualificação – porém habilitados em ler e escrever – a de guarda de urbanos fosse das mais interessantes, não só pela remuneração direta, mas também pelas oportunidades de ganhos complementares que o serviço policial embutia.

Enfim, uma vez que os critérios de seleção pouco seletivos, o ingresso nas fileiras de Urbanos dependia de recursos que passavam ao largo da objetividade. Baseavam-se nos mesmos mecanismos de favorecimento pessoal, patronagem, clientelismo e amizade que azeitaram a engrenagem político-administrativa do país. Uma boa colocação no serviço público – como supomos fosse o caso dos urbanos – dependia, bem evidente, da indicação por parte de uma figura bem postada junto aos próceres do governo e às redes de poder.

Nesse momento, volta à cena a figura de Francisco de Assis Mendonça, já devidamente caracterizada algumas páginas atrás. Em 1887, contando quase 20 anos de serviço policial, exibindo uma lustrosa patente de tenente do CPP, solicitou a um certo Hermenegildo de Almeida que intercedesse junto ao chefe de polícia, a pleitear para seu irmão Belarmino Pinto de Mendonça uma vaga entre os urbanos. Em bilhete particular ao

dileto amigo, o chefe de polícia Pereira Lima, Hermenegildo lhe pediu a indicação como um favor, escrevendo: “*É portador desta o Sr. Mendonça, irmão do tenente Francisco de Assis Mendonça que deseja que seu irmão Belarmino Pinto de Mendonça vá ao sargento de Urbano, que se acha destacado na Estação de Lavapés, sob o n. 118. Se V. Exa. [chefe de polícia] não tem compromisso algum com ninguém, peço esse lugar vago no sábado p. passado para o mesmo Belarmino e de cujo favor mais uma vez lhe serei grato, cujo lugar é acesso que o mesmo Sr. Belarmino tem direito pelo bom comportamento que tem tido até o presente e habilitado para o lugar que deseja. Sendo pois assim possível, desde já me confesso grato a V. Exa. por este obséquio (...)*”.¹⁵⁴

Mesmo assim, o parentesco horizontal entre as praças, além de apontar para a importância da solidariedade familiar no que concerne às estratégias de sobrevivência entre a população livre pobre, sugere que a sedução da “carreira” policial provinha de uma decisão negociada no interior da comunidade mais estreita. O engajamento familiar coletivo e concomitante indica uma tática consciente de abraçar uma alternativa mais rentável de ocupação em uma situação de crise. Existem várias hipóteses que podem abalizar tal movimento, todas elas vinculadas ao processo de transição da mão-de-obra e a reorganização da exploração agrícola na província. Podemos assim citar o processo de concentração da propriedade fundiária que redundou na expulsão de posseiros e situantes, principalmente nas novas fronteiras agrícolas; o empobrecimento de economias pontuais, como o comércio muar, em Sorocaba, o café e o algodão, no Vale do Paraíba, ou a plantação de arroz, no Vale do Ribeira; a arribada em massa dos imigrantes estrangeiros e a gradual, mas constante, presença de libertos e forros, saturando a oferta de braços – no campo e nos centros urbanos em expansão.

Do mesmo modo, examinar a influência do pai policial sobre a opção de engajamento do filho fica prejudicado pela base de dados. Não há qualquer informação direta sobre a profissão dos genitores. Pode-se sugerir, entretanto, como ocorreu entre irmãos, que pai e filho eventualmente se engajaram ao mesmo tempo. Esse é o caso dos sorocabanos Lucio Manoel Pedroso, nascido em 1837, e Benedicto Manoel Pedroso, de 1863, que assentaram praça em Sorocaba, em 1882; o primeiro, em março, e o segundo, em outubro. Ambos eram pretos e alfaiates; o pai, casado e o filho, solteiro.

¹⁵⁴ *Bilhete de Hermenegildo Almeida a Ferreira Lima, em 23/05/1887. AESP, co2681.*

Vivendo em Sorocaba, e como alfaiates, provavelmente estavam enfronhados nas atividades tipicamente urbanas que marcavam o cotidiano daquela cidade. Estimulados pela confluência das gentes de todos os cantos da província é de se supor que vivessem das encomendas recebidas nos períodos da feira dos grandes negociantes e tratantes de todos os quilates que fizeram fortuna com o comércio de animais.

Como visto, os negócios que envolviam a feira murcharam e com eles as encomendas. Provavelmente, viram-se forçados a fechar a pequena oficina. Sem alternativa de trabalho nas fazendas da região, que, ao contrário das zonas de fronteira, não ansiava por mão-de-obra disponível, já que não se pautaram pelo desenvolvimento da empresa agrícola extensiva; talvez relegados pela Fábrica de Ferro Ipanema, optaram por se engajar no CPP – este sim aberto a trabalhadores morigerados, brasileiros, sem restrição quanto à origem étnica. Pai e filho, portanto, decidiram se engajar juntos e, oxalá, juntos enfrentarem, agora, as agruras do serviço policial.

Outros pais e filhos figuram como policiais na documentação sobre a polícia, nem sempre em situações muito airoas. De Taubaté, o delegado local oficiou o chefe de polícia sobre um furto realizado pelo policial local Benedicto Pereira Bibiano, contra o inglês Thomaz Bretterick, em 1878, enquanto este encontrava-se preso por embriaguez. Tanto Bibiano, quanto seu pai, José Bibiano de Souza, também pertencente à polícia local, haviam desertado em 16 de janeiro daquele ano e eram procurados pela polícia. Os sinais particulares que foram divulgados em circulares para todos os delegados de São Paulo e para as secretarias de polícia de outras províncias caracterizavam Benedicto assim: tinha 20 anos, era casado, natural de Paraibuna, cabelos crespos, com princípio de buço, com um dente preto na frente, e tem sinal de uma facada acima do umbigo, olhos gateados. Seu pai José tinha 40 anos, era casado, também natural de Paraibuna, cabelos pretos e corrediços, pouca barba, falta de dentes na frente, olhos gateados, altura regular, com andar meio cambaio e jogador.

As denúncias contra Bibiano se transformaram em processo crime. Na peça acusatória, soube-se que a praça havia subtraído três notas de 50 mil réis do inglês desprevenido. Uma das testemunhas, também praça de permanentes, alertava para a má fama do colega e de seu pai, uma vez que *“sempre que este soldado estava de folga, assim como seu pai, havia acusação de furtos dados em diversos lugares da cidade, onde ele e*

seu pai são indigitados como ladrões”. Além de a vítima ser pessoa influente, chamou a atenção geral o fato de Bibiano ter comprado um burro à vista, “*sendo ele perdulário e que nada tinha*”. Também pretendia comprar o silêncio de duas outras praças, lhes oferecendo dois leitões e vinho.¹⁵⁵

Tendo em vista as análises deste capítulo e do capítulo anterior, durante o período estudado, fica claro que o ingresso no CPP paulista, e nas forças policiais de uma forma geral, independeu de uma política administrativa específica vis-à-vis à formação de um quadro estável e profissional. Os critérios de ingresso muito pouco rigorosos e longe de se sustentar num padrão racional ou em “*princípios administrativos padronizados*”¹⁵⁶, próprios das burocracias modernas, às quais se filiavam as instituições policiais, não selecionavam, na base, o recruta ideal para pôr em prática os princípios de policiamento almejados pela elite. Não havia avaliação de conduta nem atestado de antecedentes, nem se exigia qualquer tipo de aptidão intelectual.¹⁵⁷ No máximo, requeria-se um vago “*que tenham as condições de moralidade, idade ou robustez já declaradas*”, sem que nenhuma lei ou decreto esmiuçassem tais critérios.¹⁵⁸ Partia da boa vontade do responsável pelo engajamento mensurar a aptidão do voluntário, conforme solicitação do comandante do

¹⁵⁵ As informações sobre o processo crime instaurado contra Benedicto Pereira Bibiano estão em Maria Cristina Martinez Soto. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935*, op. cit., pp. 271 e 272.

¹⁵⁶ Haia Shpayer-Makov. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*, op. cit., p. 13.

¹⁵⁷ O regulamento do Corpo Policial pernambucano exigia um atestado de bons antecedentes aviado pelo juiz de paz, conforme Wellington Barbosa da Silva. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*, tese de doutorado. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Também os primeiros regulamentos do CPP paulista exigiam atestado de boa conduta. Euclides Andrade e 1º Tenente Hely F. da Câmara dizem que após a década de 1870, “*se tomara o alvitre de selecionar cuidadosamente os poucos voluntários que se apresentavam, exigindo-se-lhes documentos comprovantes de bom comportamento, tanto civil quanto moral*”. Euclides Andrade e 1º Tenente Hely F. da Câmara. *A força pública de São Paulo – esboço histórico – 1831 – 1931*, op. cit., p. 21. Mas se fosse praxe, essa era uma medida subjetiva, pois não estava prevista em lei. Na Companhia de Urbanos, o postulante precisava atestar a moralidade com comprovantes de boa conduta emitidos por autoridades policiais ou pessoas consideradas gradas na comunidade.

¹⁵⁸ Artigo 19 do *Regulamento do Corpo Policial Permanente de 28 de abril de 1875*. São Paulo : Typografia do Correio Paulistano, 1975. AESP, co2584. O regulamento da polícia local, instituído em 1884, era mais rigoroso. Exigia atestado médico, atestado etário e um atestado do pároco e da autoridade judicial local, além de certificado cartorial, “*mostrando boa conduta e não ter sofrido condenação por crimes infamantes*”. Arts. 2º, parágrafos 1, 2 e 3, *Regulamento da polícia local, previsto pela Lei 54, de 1º de abril de 1884*. AESP, co2634 ou co2333.

CPP: “*Rogo a V. Exa. se digne declarar às autoridades policiais que tenham todo o escrúpulo nos engajamentos que fizerem porquanto os indivíduos que forem alistados devem ser de boa conduta, de 18 a 35 anos, e com a precisa robustez, conforme prescreve o regulamento*”.¹⁵⁹

Se o CPP se tornou uma organização de trabalho, que acolheu uma razoável porção de mão-de-obra nos últimos anos do Império, não foi devido à consecução de um projeto minuciosamente elaborado pela elite dirigente. Foram as contingências históricas, mais a habilidade da população pobre, que lhe cinzelaram essa característica.

No entanto, podemos sugerir que houve um filtro incidental na seleção dos recrutas, pois, muito provavelmente, o engajamento no CPP tenha privilegiado indivíduos que logravam escapar das grandes levas de conscritos para servir nas forças armadas. Podemos sugerir que entrar para a polícia não era uma mera estratégia de se escapar do recrutamento, malgrado não podermos desprezar essa possibilidade, já que o policial estava isento do serviço militar; entretanto, mais razoável é pensar que na polícia ingressavam aqueles que não haviam caído previamente nas teias do alistamento. Assim, ou eram titulares de alguma isenção legal que os eximisse do serviço compulsório ou estavam bem enredados nas redes de poder que barganhavam o destino de milhares de recrutados – acudindo aliados e condenando inimigos. O fato de grande número de permanentes se dizerem casados, por exemplo, é um indicativo dessa situação, uma vez que a situação conjugal desobrigava o alistamento e foi utilizado como estratégia para se escapar do “tributo de sangue”.

Como a convocação para as forças armadas funcionava como instrumento punitivo e de controle social, arrebanhando os indivíduos considerados os mais recalcitrantes e inimigos da boa ordem, pode-se aventar que os que não caíam nas garras dos agenciadores possuíam um grau maior de inserção social nas redes de sociabilidade e de compadrio, além de entreterem um empenho maior com o comportamento morigerado, obediente e educado que rezava o proselitismo das elites. Além disso, os permanentes em potencial seriam homens mais afeitos a uma “economia moral” comunitária, a qual negava proteção àqueles membros que se desgarravam dos valores compartilhados, deixando o deflorador, o mau marido, o desordeiro contumaz mais vulneráveis aos caçadores de recrutas. Procurava-se

¹⁵⁹ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 22/11/1880. AESP, 2597.*

vincar, no fim das contas, a distância e o lugar social entre “*trabalhadores pobres honorários de escravos e indesejáveis*”.¹⁶⁰

Por outro lado, pode-se argumentar que a alta taxa de deserção e de exclusão por medidas disciplinares constatadas no CPP desmentiria uma pretensa inclinação moral prévia, inerente ao postulante, que o certificasse para fileiras policiais. Em estudo sobre a polícia imperial no Rio de Janeiro, Marcos Luiz Bretas inclusive põe em xeque o caráter plenamente voluntário do engajamento para o CPP. Para ele, o ingresso na polícia era uma forma de barganha do governo, a fim de fazer preencher as sempiternas lacunas do efetivo. Nesse caso, aos indivíduos que caíam na extensa rede de controle social “oferecia-se” um posto na corporação em troca da isenção do alistamento para as tropas de linha. As altas taxas de deserção e as estratégias de dispensa seriam um indicativo desse movimento.¹⁶¹

No caso particular de São Paulo, não encontramos na documentação quaisquer reminiscências de engajamento escamoteadamente compulsório. As queixas constantes sobre as dificuldades de encontrar paisanos dispostos a servir mostram que o recurso à conscrição forçada não era utilizado. Os altos índices de defecção e deserção denunciavam justamente o oposto, isto é, certa astúcia do “homem livre pobre” em se servir do governo para aliviar um constrangimento momentâneo. A exclusão por motivos disciplinares não chegava a prejudicar uma recolocação no mercado de trabalho (nem uma nova empreitada nas forças policiais). Assim, a insistência num comportamento hostil que levasse à exoneração do serviço não era um expediente a ser desprezado por aqueles que se cansavam dos misteres policiais, principalmente no tocante ao CPP. Lembremos que a “incurrigibilidade”, ao contrário do que ocorria nas forças armadas, não era motivo para gradação punitiva: simplesmente implicava na inadequação da praça.

Além disso, não deveria ser incomum o episódio do paisano recém-alistado, logo após receber o prêmio de engajamento, uma verba de etapa, um passe de trem, o primeiro salário e o uniforme novo, sumir no mundo, a exemplo do que se sucedeu em

¹⁶⁰ Joan E. Meznar. “The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875”, in: *Hispanic American Historical Review*, vol. 72, n. 3, p. 336. A autora faz essa análise a partir das revoltas contra a reforma legal que instituiu o recrutamento por sorteio, em 1874.

¹⁶¹ Marcos Luiz Bretas. “A polícia carioca no Império”, *op. cit.* Paulo Roberto Staudt Moreira também encontra referências ao engajamento forçado no Corpo Policial gaúcho. Paulo Roberto Staudt Moreira. “E a rua não é do rei. Morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre, século XIX”, *op. cit.* No início do serviço policial em Pernambuco, a lei facultava o engajamento compulsório de paisanos, em caso de os voluntários não serem suficientes para completar o efetivo, conforme Wellington Barbosa da Silva. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*, *op. cit.*

Pindamonhangaba. No dia 17 de novembro 1871, o delegado local oficiou o chefe da polícia relatando a deserção do destacamento do CPP na cidade, no dia seguinte ao recebimento dos salários: “*Sem dúvida houve acordo entre as praças e só esperavam o recebimento do pret para porem em execução o seu intento, visto que ainda ao anoitecer falando eu com a maior parte delas, mostraram-se muito conformadas e dispostas a cumprir o seu dever, dizendo-me até uma que levava dinheiro para dar um substituto por si*”.¹⁶²

A dificuldade de identificação dos faltosos, a necessidade de mão-de-obra policial e a banalidade inerente ao ato de abandono não impediam, inclusive, que os desertores retornassem à polícia quando o calo latejasse de novo. As anistias eram recorrentes, inclusive nas forças armadas, que evitavam impor à deserção um caráter moral de traição à pátria.¹⁶³

Durante o período estudado criou-se, portanto, uma distância brutal entre a exigência formal dos governantes no que diz respeito às expectativas quanto ao policiamento adequado – a manutenção da ordem pública e a garantia da propriedade – patente nos regulamentos, discursos parlamentares, jornais, correspondência administrativa e a política efetiva de constituição da força policial. A praça de CPP, e o policial de uma forma geral, portador de uma porção da autoridade do Estado, missionário dos desígnios dos bem pensantes, bastião do monopólio da violência legítima, era, ao fim e ao cabo, um personagem talhado à imagem e semelhança daqueles sobre quem deveria cair a clava da civilização, uma metonímia daquela parcela indistinta e sem caráter, no retrato construído pelo discurso dominante. Um homem de físico mirrado, de saúde fragilizada, de cor amorenada e bastante indisciplinado.

Em suma, o governo falhava na sua intenção de transformar os policiais em cidadãos, isto é, torná-los indivíduos reabilitados, que travestidos de catequistas e destacados da massa ignara de que eram originários, seriam capazes de contribuir, ao

¹⁶² *Ofício do delegado de Pindamonhangaba ao chefe de polícia, em 17/11/1871. AESP, co2540.*

¹⁶³ Fábio Faria Mendes. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”, *op. cit.*, p. 124. O delegado de Santa Cruz do Rio Pardo, em abril de 1880, noticiou a deserção de quatro praças que só o fizeram por estarem destacados longe da capital e longe de suas famílias, estimulados pela não punição aos primeiros que desertaram. *Ofício do delegado de Santa Cruz de Rio Pardo ao chefe de polícia, em abril de 1880. AESP, co2601.*

menos com uma parcela modesta, na busca pela regeneração moral do “povo”¹⁶⁴ relutante em se curvar à lei e à autoridade, cuja consecução dependia ainda do adjutório do trabalho, da educação e da religião.

¹⁶⁴ A definição de ‘povo’ de Ana Montoia é exemplar: “Homens sem nome, sem eira, nem beira, ao “povo” correspondem agora categorias específicas, muitas vezes designadas pelos duplos que o constituem, a ‘pobreza’, a ‘vagabundagem’ e a ‘degenerescência’”. Ana Montoia. “O ideal de cidade: a reforma dos costumes e a gênese do cidadão em São Paulo no século XIX”, in: Paula Porta (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*, volume 2. São Paulo : Paz e Terra, 2004, p. 164.

Capítulo 4 – O cotidiano da polícia

Em 1876, o comandante da polícia local de Batatais, Joaquim Pedro de Andrade, requeria sua exoneração do serviço, pois *“há dez exerço cargo aqui, crescendo mais que não havendo pessoa alguma que queira aceitar o de carcereiro pesa também este sobre mim e quando em diligências para fora também fazendo as vezes de oficial de justiça pela falta destes, pesando sobre mim grandes despesas, especialmente da maneira que se acham os gêneros de primeira necessidade. Ainda mais como de V. Exa. mesmo não é desconhecido quase que de contínuo estou levando desta para esta recrutas, criminosos e desertores e isto fazendo despesas a minha custa, ficando sempre alcançado”*. Mas não obstante o ofício lastimoso, o pedido de demissão se condicionava à existência de um cargo que lhe tinha sido prometido, *“pois que de forma alguma não me convém ficar desempregado, pois sou pobre e pai de família”*.¹

Esse breve ofício sumariza com singular precisão alguns dos temas que discutimos até aqui. É verdade que apresenta características particulares: trata-se de um policial local que continua na função depois de dez anos, passando imune a todas as turbulências políticas. Aparentemente, seu subscritor domina a contento a linguagem escrita e articula com clareza os argumentos. Também podemos sugerir que ele vivia da polícia, isto é, tirava seu sustento do soldo de comandante, apesar de acumular outras funções administrativas, como a de carcereiro. Por outro lado, pesa sobre o comandante uma carga diletante do serviço, que talvez não pesasse sobre um homólogo que estivesse vinculado ao CPP. De todo modo, para Joaquim, apesar da precariedade, a polícia tornou-se uma maneira oportuna de sustentar a si e a sua família, mesmo que despendesse algum dinheiro no cumprimento da sua função. Apesar disso, ele não está satisfeito. Pretende mudar de ofício e, provavelmente, usa os contatos pessoais que estabeleceu nesses dez anos para arrumar uma ocupação mais rendosa. Naquela ocasião escrevera a um tal de Domingos José da Silva Azevedo, pedindo intervenção junto ao chefe de polícia. O comandante Joaquim,

¹ *Ofício do comandante da polícia local de Batatais a Domingos José da Silva Azevedo, em 30/07/1876. AESP, co2568.*

entretanto, parece não ter tido muito sucesso nos seus desígnios, já que em março de 1877, comunicava-se com o chefe de polícia sobre assuntos da burocracia policial.²

Apesar de constatarmos que Joaquim, como comandante da polícia local, equilibrava-se para sobreviver, levando uma vida de privações, assim como grande maioria dos policiais – mesmo entre aqueles com patente mais alta – até este ponto, ainda não temos muita idéia de como era a rotina de trabalho desses policiais. É escopo deste capítulo, portanto, começar a completar essa lacuna. Pretendemos analisar a partir de agora quais as tarefas – formais e informais – que se apresentavam aos policiais e como eles se lhes desincumbiam. Analisaremos, enfim, uma parcela do cotidiano de seu serviço e como se dava sua integração no mundo institucional.

Para isso, fazemos uso do método consagrado pela historiografia que trata do cotidiano, de cuja rugosidade depreende-se uma escala de análise calcada em rupturas, improvisos e imprevistos, em que nos deparamos com “*uma imensa construção de ruínas e vestígios*”.³ Nesse nível, vislumbram-se histórias que correm em ritmos e temporalidades dissonantes, alheias ao absoluto do normativo e da idéia preconcebida, isto é, do lugar idealizado que deveria ocupar o policial: a repressão indistinta e a adesão incondicional à doutrina dominante. Esse novo espaço – muito mais fluido e flexível – é constituído de múltiplas outras variantes que só a “afinação” do foco da lente histórica a uma dimensão mais comezinha pode denunciar. A partir deste capítulo, pretendemos colocar o policial de baixa patente em posição de protagonismo no prosclênio institucional. Desvelar o cotidiano do CPP, da polícia local e da Companhia de Urbanos por meio da ação do indivíduo; qualificar seu papel como agente de transformação social e como integrante ativo no teatro do cotidiano. Uma história construída a partir da biografia dos personagens, do entrecruzamento das vidas e das experiências variadas em que o policial é portador, também, de uma agência própria e não serve apenas como um fantoche que responde bovinamente a estímulos alheios.

Pertencendo ao CPP, à polícia local ou à guarda de urbanos, o policial era personagem de destaque. Era a terminação nevrálgica e mais visível do poder público. Espalhado pela província, ora recostado nas paredes de taipa, entediado com a pasmaceira

² *Ofício do comandante da polícia local de Batatais ao chefe de polícia, em 13/03/1877. AESP, co2583.*

³ Maria Odila Silva Dias. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”, in: *Projeto História – trabalhos da memória*, n. 17, novembro 1998, p. 226.

dos muares num largo de Barretos, a vinte léguas de distância da última paragem do trem da Alta Mogiana, na já longínqua Jaboticabal; ora de sentinela num posto da Companhia de Urbanos da rua Santa Ifigênia, às três horas da tarde, observador solerte dos quefazeres urbanos, na capital, entretido com os imigrantes, o teatro, as tabernas, o bonde e o telefone.

Entrar na polícia

O ingresso do voluntário na polícia, principalmente no que concerne ao CPP e à Companhia de Urbanos, marcava sua entrada no mundo institucional. Imediatamente lhe era atribuído um nome e um sobrenome, mesmo que fajutos, nesse caso forjados como estratégia para burlar a proibição contra escravos e criminosos condenados. Também se lhes conferiam um número que os acompanhava durante toda sua vida funcional.⁴ Na documentação policial, no que toca ao CPP, a referência às praças normalmente se dá invocando o nome antes que o número; já quanto aos urbanos, a identificação traz com mais frequência o número relativo ao guarda, apesar de por vezes vir acompanhado de seu nome.⁵

Após o engajamento, o candidato à praça de permanentes passava por uma verdadeira experiência de *depaysement*⁶, quando obrigatoriamente seguia, às vezes de trem, para a capital da província onde era examinada pelo médico da corporação que avaliava se o postulante estava apto ou não a ser engajado. É verdade que a administração policial aconselhava os delegados a fazer uma avaliação prévia dos voluntários para se evitarem gastos desnecessários com passagens de indivíduos mofinos. Assim, um exame preliminar que aferia a robustez do candidato era realizado *in loco*, no lugar do engajamento. Uma vez na capital, não sabemos qual a profundidade do exame realizado nem a taxa de pretendentes reprovados no teste médico. Isso não impedia que houvesse aqueles que

⁴ Segundo Peter Beattie, em seu trabalho sobre o exército brasileiro, esse procedimento visava a “*quebrar a identidade individual a fim de facilitar complexas atividades de grupo*”. Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*. Durham : Duke University Press, 2001, p. 152.

⁵ Não sabemos se o policial portava no uniforme um distintivo com seu número, expediente introduzido na polícia parisiense após a reforma de 1854, como forma de aproximar os policiais da população, facilitando a identificação dos indivíduos. Quentin Deluermoz. *Les policiers en tenue dans l'espace parisien (1854-1913): la construction d'un ordre public*. Tese de Doutorado. Paris : Universidade Paris I - Sorbonne, 2006.

⁶ Arnaud-Dominique Houte lembra que no século XIX francês, o horizonte geográfico das populações rurais se limitava ao raio equivalente a um dia de marcha. Arnaud-Dominique Houte. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*. Tese de Doutorado. Paris : Université Paris IV – Sorbonne, 2006, p. 82, nota 260.

logravam burlá-lo (ou se aproveitavam da negligência do cirurgião) e entravam na polícia mesmo sem condições físicas.

Juvêncio Tolentino Rodrigues Barreto, natural de Franca, branco, com 33 anos, sem ofício, engajado em 20 de agosto de 1877, em Casa Branca, apesar do bom porte físico (tinha 1,83m), foi “*hoje reconhecido que esse indivíduo não tem as aptidões precisas para o serviço, por ser completamente inválido (...) vê-se pois que tal indivíduo iludiu completamente o médico do corpo na ocasião de ser inspecionado pelo médico do Corpo (...)*”.⁷ O comandante em ofício ao presidente da província solicitou sua pronta exclusão do Corpo. Mas, além dos prejuízos aos cofres públicos com passagem e alimentação da nova praça, Juvêncio recebeu uma parte do salário adiantada. No caso dos guardas urbanos, no ato da requisição de engajamento, o voluntário juntava ao pedido um atestado de aptidão física. Junto com a capacidade de ler e escrever esse era o único atributo seletivo prezado pelos administradores. Assim, o comandante da Companhia acreditava não ser conveniente a permanência do guarda Euzébio José dos Santos, “*por não ter a necessária robustez (...) e mesmo em consequência de seu estado doentio*”.⁸

Após o exame médico, no caso do CPP, as praças prestavam um juramento de fidelidade institucional, isto é, um compromisso de adesão aos valores corporativos.⁹ Também recebiam o uniforme e o armamento, quando disponíveis, a vencer num tempo determinado pelo regulamento – os calçados tinham validade de um ano, já os capotes precisavam durar no mínimo quatro, isso importava dizer, nas palavras do comandante do CPP, que “*não há fardamento gratuito*”.¹⁰ Qualquer avaria nas peças do equipamento que

⁷ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 25/08/1877. AESP, co2309.*

⁸ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos para o chefe de polícia, em 04/04/1887. AESP, co2678.*

⁹ O Regulamento da polícia local de 1884, art. 8º, exigia que os policiais prestassem juramento, nos seguintes termos: “*Juro cumprir fielmente os meus deveres e obedecer as ordens que me forem prescritas pelas autoridades competentes, em tudo quanto for concernente ao serviço para o qual me engajei*”. Essa forma simbólica de demonstrar fidelidade reproduzia os costumes da *gendarmerie* francesa, conforme atesta Arnaud-Dominique Houte: “*Não teríamos como negligenciar o valor simbólico dessa cerimônia de entronização. Na presença de magistrados, do oficial, dos colegas reunidos e vestidos com pompa, a prestação do juramento constitui incontestavelmente um rito de passagem que marca os espíritos e que sacraliza a missão confiada aos gendarmes*”. Arnaud-Dominique Houte. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*, op. cit., p. 120. Ver também Clive Emsley. *Gendarmes and the State in Nineteenth-Century Europe*. Oxford : Oxford University Press, 1999, p. 258.

¹⁰ Essa política de distribuição de fardamento era criticada pelos administradores, já que “*com esta prática acontece que o soldado que recebe um capote quando assenta praça, só vem a receber outro quando tiver concluído 4 anos de praça que é em geral o tempo da conclusão do engajamento (...) pois acontece as praças do CPP acharem-se desfardadas quando em serviço, para, muitas vezes, serem completamente fardadas*

exigisse reparo ou a substituição antes do período de renovação tinha o valor deduzido de seus vencimentos, o que não era fato incomum. Nesse momento de grande simbologia – em que a farda emprestava ao recruta uma nova identidade: irmanada a seus pares e destacada do resto da população – a transição institucional estava completa. Principalmente no caso dos permanentes, cuja estrutura militar e burocratizada pretendia-se mais rigorosa, as praças deveriam aderir incondicionalmente aos valores corporativos e se encerrarem completamente na esfera institucional, descartando todos os outros valores pertencentes ao mundo externo.

Mas essa passagem não era tranqüila. Transformar o indivíduo em policial-soldado demandava mais que um conjunto de uniforme e de armamento. Era quase necessário regenerar esses homens acostumados a um trem de vida incompatível com as lições militares do CPP ou mesmo os princípios moralizantes e modernizadores da Companhia de Urbanos. De um lado, solicitavam-se a obediência cega, a disciplina ferrenha e o senso de hierarquia; de outro lado, a urbanidade, um comprometimento pedagógico e o domínio da escrita. Como visto, as corporações dispunham de uma mão-de-obra pouco qualificada, originária da mesma população a ser administrada pela polícia, portadora dos mesmos vícios e impropriedades de caráter – a preguiça, a indolência, o espírito lasso – segundo aquele discurso que desancava o trabalhador nacional. A começar pelo básico: era preciso amaciar os caboclos a vestir botas e ostentar o uniforme e admoestá-los para que permanecessem fardadas e armadas, quando em serviço ou não. Tarefa que, às vezes, se verificava penosa. Pelo menos em Bragança, onde o delegado via-se obrigado a ralhar com as praças, visto ser essa a única maneira de *“fazê-los acostumar com todo o seu uniforme”*. Aos recalcitrantes, ele reservou uma medida ainda mais radical: para *“alguns acostumados na roça para poderem estar efetivamente calçados e de farda foi preciso castigá-los com prisão”*.¹¹

O manejo dos armamentos também não era missão simples. A carabina à Minié utilizada pelos permanentes até o final do Império, além de obsoleta, possuía um mecanismo complicado. Segundo o chefe de polícia, o armamento *“não oferece vantagem, por ser mui antigo, visto que foi utilizado durante a Guerra do Paraguai e precisar de*

depois de terem baixa”, em *ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 14/02/1883*. AESP, co2328.

¹¹ *Ofício do delegado de Bragança ao chefe de polícia, em 12/12/1871*. AESP, co2540.

constantes consertos, além de não ser de tanta precisão”.¹² A instrução para o uso desse apetrecho foi sempre uma pedra no sapato do exército, condicionando, inclusive, o período longo de recrutamento para as forças armadas (seis anos), já que havia dúvida que num lapso de tempo menor os recrutas aprenderiam a dominar as carabinas.¹³ É de se imaginar, assim, as dificuldades extras enfrentadas pelos policiais noviços em manipulá-las a contento.

Sem instrução prévia ou treinamento formal, afora caricatos exercícios de tiro e de formação militar¹⁴ e ensaios rudimentares de educação física¹⁵, a única forma de amalgamar os policiais numa ideologia uniformizada estava no próprio pertencimento à instituição e na adstrição às suas normas disciplinares. Além da exposição às regras institucionais, o contato didático com superiores forjaria o caráter do homem-policial, desenraizado de suas origens e heranças e cinzelado por um ideário novo. Mas, acima de tudo, foi da experiência do serviço cotidiano que o policial tirou as lições mais valiosas para seu trabalho, mesmo que elas fossem contraditórias aos desígnios mais nobiliárquicos das autoridades supinas. É, portanto, da atuação da praça sobre o terreno que trataremos a seguir.

O policiamento rural

As praças do CPP deviam obedecer a um regulamento específico que, em vigência desde 28 de abril de 1875, estabelecia nos 237 artigos todos os parâmetros que envolviam a vida institucional do policial.¹⁶ Da distribuição do armamento e do fardamento ao

¹² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 30/01/1887. AESP, co2340.*

¹³ Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945, op. cit.*

¹⁴ Sobre os exercícios de tiro, o delegado de Bragança Paulista escreveu ao chefe de polícia, dizendo que as praças tinham que comprar a própria pólvora. *Ofício do delegado de Bragança ao chefe de polícia, em 12/12/1871. AESP, co2540.*

¹⁵ Em abril de 1881, o comandante da Companhia de Urbanos solicita autorização do chefe de polícia para construir no pátio do quartel da corporação “*um aparelho de ginástica*”. *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 20/04/1880. AESP, co2606.* Em abril de 1889, a Secretaria de Polícia fechou um contrato com um fornecedor, Affonso de Albuquerque, para a instalação de “*aparelhos de ginástica*” no pátio do quartel do Corpo de Bombeiros, mediante o pagamento de 982 mil réis. *Termo de contrato que assina Affonso de Albuquerque para a construção de aparelhos de ginástica (...).* AESP, e01532, fl. 105. A Educação Física só se institucionaliza com a chegada da Missão Francesa em 1906, a partir da figura do seu chefe e entusiasta da prática, o capitão Paul Balagny.

¹⁶ Anteriormente, o CPP se guiava pelo regulamento previsto na Lei n. 11, de 22 de fevereiro de 1868, a mesma medida que reorganizou o CPP. Funcionalmente, os dois regulamentos são similares. A diferença é que o texto de 1875 é mais detalhado e como vigeu até o fim do período estudado utilizamo-nos como base. Uma cópia do Regulamento de 1868 está em AESP, co2291.

funcionamento da enfermaria e da escrituração dos livros ao valor dos vencimentos, o regulamento descrevia, no capítulo XIII, “*a ordem geral do serviço*”. Nos doze artigos que compõem o item não há qualquer informação objetiva sobre qual o procedimento deviam tomar diante de determinada situação concreta. Indica, sim, as restrições as quais praças de pré e inferiores estavam adstritos, como a proibição de serem empregados “*como camaradas ou de quaisquer outras formas distraídas do serviço do Corpo (...) menos ainda poderão ser ocupadas em serviços domésticos das autoridades ou oficiais*”.¹⁷ Essa medida, estabelecida em lei, além de otimizar a economia do serviço, pretendia afastar de vez o assombro do cativo que pairava sobre os candidatos, já que havia interdição formal de que servissem como empregados domésticos.¹⁸ Entretanto, a norma legal não obstou que se criasse uma rede de interdependência entre praças, inferiores e oficiais, que, valendo-se da pobreza geral, se serviam dos primeiros em ocupações particulares. Em 1889, por exemplo, o comandante recém-empossado do CPP, Henrique Candido de Araújo Azevedo acusava seu antecessor, Francisco de Castro Canto Mello, de dispensar as praças “*de todo o serviço militar para serviço de cozinheiro, jardineiro e camarada a alguns oficiais e até a pessoas particulares*”.¹⁹

Diante da inexistência de comandos específicos, podemos inferir, a partir de outros diplomas legais, além do exame da documentação, que os policiais desempenhavam tarefas variadas, divididas entre o serviço ordinário – patrulhamento de ruas, prisão de criminosos, prestar socorro à população, acudir incêndios, testemunhar em processos crime, supervisão do tráfego de veículos e escolta de presos e testemunhas – e o serviço extraordinário – participação em qualquer tipo de perturbação da ordem.²⁰ Deviam, portanto, não apenas realizar, como sói acontecer com as forças policiais modernas mundo à fora, um rol de atividades que visava à preservação da segurança de uma ordem social em particular, por meio da vigilância e ameaça de sanção²¹, mas eram incumbidos de tarefas multivariadas que extrapolavam essa incumbência normativa e esperada. Sendo assim, a vasta amplitude do serviço policial oferece uma outra medida para definir e conceituar a extensão da

¹⁷ *Regulamento do Corpo Policial Permanente de 28 de abril de 1875*. São Paulo : Typografia do Correio Paulistano, 1975. Uma cópia desse regulamento está em AESP, co2584.

¹⁸ Um ano antes, a nova Lei de Recrutamento já previa essa medida para o Exército.

¹⁹ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 07/07/1889*. AESP, 2345.

²⁰ Heloísa Rodrigues Fernandes. *Política e segurança: Força Pública do Estado de São Paulo, fundamentos histórico-sociais*, op. cit., p. 136.

²¹ Robert Reiner. *The police and politics*. Oxford : Oxford University Press, 2001, p. 3.

competência da polícia e a abrangência do policiamento, naquilo que Egon Bittner descreveu como a intervenção em “*algo que não deveria estar acontecendo e sobre o qual alguém deve fazer algo imediatamente*”.²²

Era na dinâmica da experiência cotidiana que essas atividades, muitas vezes intempestivas e aleatórias, se afinavam e condicionavam-se, como é evidente, às particularidades locais. Como afirmou um pesquisador da polícia norte-americana, a “*experiência tornou-se seu [do policial] único guia confiável*”.²³

Uma intervenção do comandante do destacamento do CPP, em Mogi Mirim, dá uma idéia da imprecisão das técnicas. Ao responder uma crítica publicada no jornal local *O Independente*, ele descreveu a maneira como coordenava as praças sob seu comando: “*E assim temos sido vistos em outros lugares e em outras noites, andando ou parados, o que não é proibido à polícia que precisa e deve parar, mesmo para observar, máxime nas proximidades de hotéis e restaurantes onde há reuniões*”.²⁴

De um ponto a outro da província, era função das praças debelar quilombos, combater insurreições escravas, perseguir presos e escravos fugidos, enfrentar trabalhadores contratados para construir as estradas de ferro, marcar presença em festas religiosas, perseguir criminosos, acudir vítimas de enchentes e incêndios, buscar testemunhas, escoltar alienados... Os flagrantes documentais nos permitem conhecer um pouco sobre a rotina desse trabalho, como a apreensão do subdelegado de Pirapora do Bom Jesus, famosa por sua festa romeira. Anualmente, segundo a autoridade, a freguesia recebia “*de 6 a 8 mil pessoas de todas as classes e condições*”. A presença de uma força do CPP

²² Egon Bittner. “Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia”, in: Egon Bittner. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo : Edusp, 2003, p. 236. “*Os policiais freqüentemente dizem que seus trabalhos são quase que inteiramente imprevisíveis; seria mais correto dizer que qualquer coisa imprevisível que não possa ser normalmente dispensada ou assimilada é, por isso mesmo, um alvo apropriado para a atenção policial*”.

²³ Escrevendo sobre a formação das forças policiais modernas nos Estados Unidos do século XIX, David R. Johnson, lembra que os administradores e o público em geral dotavam-no “*com vagas noções de como realizar seu trabalho; então o colocavam num ambiente isolado onde as pessoas estavam predispostas a ignorá-lo ou a desafiar sua autoridade. Nessas circunstâncias, o policial tinha que estabelecer algumas bases para a manutenção da ordem*”. David R. Johnson. *Policing the urban underworld – the impact of crime on the development of the American police, 1800-1887*. Filadélfia : Temple University Press, 1979, p. 141.

²⁴ Anexo em ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 10/10/1882. AESP, co2325. Outras autoridades policiais, principalmente nas localidades menores, também não tinham muita noção de como levar o serviço. Em 1889, o subdelegado de São José do Barreiro, escreveu ao chefe de polícia relatando que “*esta subdelegacia não tem leis alguma relativamente ao modo como deve ser feito o serviço público de harmonia com a polícia destacada desta cidade*”. Por esse motivo, solicitava a remessa de um regulamento policial e cópia das leis provinciais. Ofício do subdelegado de São José do Barreiro ao chefe de polícia, em 03 de agosto de 1889. AESP, co2700

era, portanto, essencial. Em 1871, o subdelegado requisitou uma tropa composta de dez praças, um sargento, um corneta e um oficial subalterno, “*para os comandar a fim de fazer ali a polícia e manter a ordem como de costume (...)*”.²⁵ Em outra oportunidade, uma força policial foi requerida pelas autoridades policiais de Itu, em 1887, para tentar conter uma rebelião de escravos nas fazendas da região. Naquele ano agitado, foram enviadas para lá oito praças a fim de conter os escravos, que, não obstante, “*passaram ostensivamente pelo centro da cidade*”.²⁶ Até 1881, quando foi criada a Companhia de Bombeiros, eram os permanentes junto com os guardas urbanos os incumbidos de apagar os incêndios na capital.

A prisão de criminosos

Em 13 de julho de 1878, o chefe de polícia remetia ao presidente da província um ofício jubiloso, em que comunicava, com “*satisfação*”, a prisão do “*famigerado criminoso Salvador Gregório, sentenciado a galés, evadido desta Capital no dia 24 de março do corrente ano, quando em serviço na casa de Correção*”. O bandido fora preso em Faxina, no dia sete do mesmo mês graças ao destemor do comandante do destacamento, o sargento Antonio Guedes de Oliveira, que mereceu largos “*encômios*” do chefe de polícia. Ainda de acordo com a autoridade policial, “*o criminoso, além de muitos crimes de morte, tornou-se depois da fuga o terror dos viandantes na estrada da Faxina para Itapetininga*”.²⁷

O júbilo do chefe de polícia é perfeitamente compreensível, afinal os policiais sob seu comando tinham se desincumbido com denodo da prisão do famigerado Salvador, num atestado incontestável de competência profissional. O combate ao criminoso e a prevenção à criminalidade eram (e ainda são), com efeito, a atividade mais ansiada das instituições policiais modernas ou, num arroubo filosófico, a quintessência de sua razão de ser. Na história de auto-afirmação das forças policiais, um ponto fundamental foi o de legitimar a própria prevalência como agência especializada, dotada de um saber exclusivo, em matéria

²⁵ Ofício do subdelegado de Pirapora do Bom Jesus ao chefe de polícia, em 23/07/1871. AESP, co2539.

²⁶ Ofício do delegado de Itu para o chefe de polícia, em 17/10/1887. AESP, co2678.

²⁷ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 13/07/1878. AESP, co2585.

de *law enforcement* e combate ao crime, ao mesmo tempo em que outras funções administrativas ou assistenciais residuais eram descartadas.²⁸

A prisão de um criminoso, portanto, mobilizava as forças policiais, que dependiam da articulação de uma metodologia, por mais simplória que fosse, para alcançar sucesso. Em São João da Boa Vista, os esforços foram baldados, conforme informava o delegado local: *“No dia 19 do corrente chegou a esta vila o destacamento volante que estava em Mogi Mirim, comandado pelo alferes Francisco dos Santos Pinto e já se tentou prender um criminoso que morava perto da vila, mas infrutiferamente por estarem os criminosos de sobreaviso com a chegada da força, mas espero que algum resultado havemos de colher, depois que passe o temor pânico da população”*.²⁹

Em Tatuí, o comandante do destacamento local, furriel Vicente Lucidorio de Oliveira, incumbido da prisão de dois criminosos desconhecidos que se escondiam no mato, armou uma tocaia, mas prendeu o cidadão errado. O comandante foi coadjuvado naquela missão pelas praças Rozendo Pereira Veras, Salvador Leite dos Santos, Brandão Antunes de Oliveira e Francisco José Guilherme e Eugênio Gonçalves da Silva.

“Chegado ao lugar”, relatou ele,

“dividi a escolta, deixando quatro praças na encruzilhada que vem da casa de Manoel Domingues Teixeira e eu e um inspetor de quartirão, um filho deste e mais uma praça coloquei-me em distância de 50 braças mais ou menos; assim dividi a força para prender os indigitados, que constavam-me estarem no mato e como eram eles desconhecidos, tratei de reconhecer todas as pessoas que passavam e não eram conhecidas. Quase às oito horas da noite passavam dois indivíduos por mim e pelas pessoas que comigo estavam, desconhecidos, mandei pararem a esta voz, ambas açoitaram os animais passando por nós a toda a [ilegível], ordenei eu então que fossem cercados; o indivíduo, porém, gritou aos que o cercavam; arredem que vai chumbo; nesta ocasião, as praças cercaram o indivíduo, fizeram desmontá-los e como não se queria entregar a prisão, e tentassem com as praças foi ferido o outro

²⁸ Esse processo de especialização é analisado por Eric H. Monkkonen. *Policing in urban America, 1860-1920*. Cambridge : Cambridge University Press, 2004 e Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997, principalmente capítulo 3.

²⁹ *Ofício do delegado de São João da Boa Vista ao chefe de polícia, em 28/07/1871*. AESP, co2540.

*indivíduo foi preso pelo inspetor de quartirão. Preso o indivíduo que resistiu, quis conduzi-lo a cavalo, ele, porém não quis e veio a pé até a casa do delegado de polícia onde apresentei. Aqui foi então conhecido pelo mesmo delegado ser o cidadão Pedro das Neves Correa, e solto”.*³⁰

Vicente Lucidorio de Oliveira foi engajado pela primeira vez em maio de 1882, em Tatuí, aos 20 anos. Tinha 1,70m, era branco, sem ofício e solteiro. Não obstante sua pouca idade, entre maio e setembro, quando se dá a diligência citada, foi promovido a furriel. Mas, à primeira vista, nem mesmo a terrível cincada que cometeu causou dano à sua carreira, pelo menos não no longo prazo. Se em 1885 ele reingressou na força no nível mais baixo da hierarquia, em 1893, ostentava patente de major e exercia o cargo de major-fiscal.³¹

A descoberta e a prisão de um criminoso evadido eram a concretização completa da missão policial mais “purista”, pois exigia a realização de algumas tarefas complexas, como o trabalho investigativo, necessário para localizar o fora-da-lei, e, depois, a mobilização do efetivo para reconduzi-lo às barras da justiça. A intervenção pós-fato, isto é, levada a cabo depois de o evento criminoso ter se produzido, consistia numa característica basilar do policiamento rural, reduzido a contingentes aquartelados em pequenos destacamentos.

O discurso sobre a criminalidade no interior da província que ecoava nos ofícios de delegados e subdelegados foi uma constante na correspondência policial durante o período estudado e chamava a atenção para o espectro ameaçador de uma população divorciada dos princípios mais caros de civilidade. De um lado, havia aqueles que permaneciam presos a hábitos arcaicos e ultrapassados, atrelados ainda a caracteres “caipiras”, “sertanejos” e “anticristãos”; por outro, a ameaça vinha dos adventícios ou dos escravos, cuja aversão ao arcabouço hierárquico vigente desde os tempos coloniais recrudescia.

De todo o modo, o sucesso da ação da polícia, no que toca à prisão de indivíduos condenados, dependia de algum trabalho investigativo. Assim, é de se supor que a *performance* policial, principalmente no meio rural, de vilas e freguesias esparsas, separadas por grandes distâncias, sofria limitações, tanto pelo seu precário estado estrutural

³⁰ Anexo em ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 15/09/1882. AESP, co2325.

³¹ Ofício do comandante das forças em operação na Vila de Caraguatatuba ao chefe de polícia, em 20/10/1893. AESP, co2761.

e material, tanto pelas restrições inerentes à tecnologia disponível, como pelo nível rudimentar de profissionalização das suas agências, que ainda não contavam com um departamento de “política científica” ou mesmo um serviço de investigação específico.³² Numa época pré-Bertillon e Vucetich, em que as técnicas de identificação ainda engatinhavam, os poucos recursos limitavam a investigação policial.³³

O que não impede que o trem, a fotografia, o telégrafo e mesmo o telefone, este pelo menos na capital, já fossem empregados nas décadas de 1870 e 1880 como tecnologias auxiliares do trabalho policial. Nesse sentido, as praças se viam obrigadas a tomar contato e a manejar razoavelmente as técnicas disponíveis, rompendo, inclusive, as possíveis barreiras de estranhamento que uma reprodução fotográfica, por exemplo, podia causar num “caipira”. Sabemos que Militão de Azevedo tirou algumas fotos encomendadas pela administração policial entre 1880 e 1881³⁴, mas foi só em 1894, a partir do Decreto 264, que a polícia paulista era dotada de um serviço sistemático de identificação fotográfica e se organizava uma Galeria de Fotografados da Polícia.³⁵

No tocante às fotografias, quando à mão, autoridades interprovinciais as permutavam a fim de divulgar as características dos criminosos e suspeitos, mas, como é de se supor, esse expediente devia ser bastante restrito no fim do século XIX, devido à

³² Uma genealogia da instituição e profissionalização da polícia científica em São Paulo está em Luis Antonio Francisco de Souza. *São Paulo: polícia urbana e ordem disciplinar. A polícia civil e a ordem social na Primeira República*. Dissertação de mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 1992. O mesmo autor faz uma análise da gênese das agências investigativas nas forças policiais norte-americanas, ver Luis Antonio Francisco de Souza. “Autoridade, violência e reforma policial”, in: *Estudos Históricos*, n. 22, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998, principalmente pp. 275 a 278. Na França, o serviço investigativo também tem está vinculado ao processo de profissionalização do policiamento do final do século XIX, ver Jean-Marc Berlière. “La professionnalisation: Revendication des policiers et objectif des pouvoirs au début de la IIIe République”, in: *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, 3, 1990. Sobre o desenvolvimento das técnicas de identificação, ver Jean-Marc Berlière. “Police réelle et police fictive”, in: *Romantisme*, vol. 23, n. 79, 1993. Sobre o uso de fotografias na identificação de criminosos pela polícia inglesa, ver Richard W. Ireland. “The Felon and the Angel Copier: Criminal Identity and the Promise of Photography in Victorian England and Wales”, in: Louis Knafla (org.). *Police and war in Europe*. Londres : Greenwood Press, 2002.

³³ Para um histórico dessas técnicas, ver Peter Becker. “Classifier, communiquer, confondre – l’histoire du ‘regard pratique’ dans les services de police en Allemagne au XIXe siècle”, in: *Cahiers de Sécurité Interieure*, n. 56, 1º trimestre, 2005 e Vincent-Jérôme Denis. “Inventeurs em uniforme – gendarmes et policiers face à l’amélioration des feuilles de signalement sous la Restauration”, in: *Cahiers de Sécurité Interieure*, n. 56, 1º trimestre, 2005.

³⁴ Ver *Livro caixa das despesas secretas da polícia (1800-1884)*. AESP, e1560.

³⁵ Marco Antonio Cabral dos Santos faz uma análise minuciosa da Galeria dos Fotografados. Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP/FFLCH, 2004, pp. 290-300. Em 1878 há notícia de uma relação das fotografias com a respectiva identificação nominal dos indivíduos conhecidos como “vagabundos e ratoneiros na corte”, disponível na Secretaria de Polícia paulista. São 226 nomes. Infelizmente, as fotos não sobreviveram ao tempo.

carência e ao alto custo dos equipamentos. Não sabemos se os retratos colecionados pela polícia eram produzidos com o fim específico de fichar os criminosos ou se eram recolhidos incidentalmente. Mas o fato é que alguns instantâneos sobreviveram ao tempo e perenizaram a imagem, na maioria das vezes taciturna, dos que eram perseguidos pelas garras da lei. Algumas das fotografias que temos disponíveis contrastam com aquelas reproduzidas por Marco Antonio Cabral dos Santos, recolhidas da Galeria dos Fotografados. Estas enquadram o criminoso em plano americano, enfatizando o recorte do busto; já nas fotos recolhidas antes da inauguração desse serviço alguns dos suspeitos são retratados de corpo inteiro, muitos em postura ativa e desafiadora.

Numa correspondência entre o chefe de polícia interino e o delegado de Pindamonhangaba na tentativa da prisão do autor de um homicídio contra Francisco de Paula Vieira, encontrado com “93 bagos de chumbo no peito”, no arraial de São Francisco de Paula, termo de Juiz de Fora, em 11 de dezembro de 1874, o chefe de polícia paulista remeteu o resultado do inquérito realizado em Minas Gerais ao delegado de Pindamonhangaba, para onde teria se dirigido o assassino “*João José de Oliveira Barreto Junior, natural de São João del Rey, que fugiu em um cavalo ruço-queimado (...) onde tem parentes e donde já escreveu a sua mulher*”. No mesmo ato, o chefe de polícia enviou uma fotografia do mesmo Barreto (anexo 2) com ordens para ser “*ele capturado e remetido com segurança para esta Capital, dando-me ciência do resultado*”. Em cumprimento daquela missão, o delegado local se dirigiu ao hotel de Custódio José de Oliveira Barreto, irmão do acusado, onde soube que ele pernovernara uma noite, mas fora embora no dia subsequente. Vê-se assim que apesar dos esforços das três autoridades envolvidas e da foto identificatória, o criminoso perdeu-se no mundo.

Em 1875, o chefe de polícia enviava em correspondência ao delegado de polícia da capital as chapas de criminosos afamados. Entre elas constava “*o retrato de Fuão Rosa Lima, pertencente a quadrilha de jogadores*”, além dos “*retratos de Geraldo Antonio de Azevedo e Manoel Wenceslau, pertencentes a uma quadrilha de jogadores que está infectando esta capital, a fim de que as respectivas vítimas possam fazer competente reconhecimento*”.³⁶ (anexo 2)

³⁶ Ofício do chefe de polícia ao delegado da capital, em 02/06/1875. AESP, co2563.

Ainda naquele ano, essa tecnologia foi utilizada na tentativa de desvendar a verdadeira identidade de José Moreira da Silva, que teria se passado por Firmino José Moreira, preso num circo de cavalinhos da capital por suspeito de ter assassinado o Ten. Cel. Lopes, de Sorocaba. De pronto, a suspeita foi afastada, pois o filho do morto não reconheceu o suspeito. Mesmo assim, o delegado achou por bem colocá-lo à disposição do chefe de polícia, dessa vez, por suspeita de sua condição de escravo. No termo de informações lavrado, o indivíduo disse chamar-se Firmino José Pereira, de 42 anos, solteiro, filho de Benedito Moreira da Silva e de Anacleta Maria da Conceição, natural de São João Del Rei, domador de burros, não sabe ler nem escrever. Não fazia quinze dias que residia em São Paulo, sendo empregado na companhia de bondes, como ferrador. No mesmo documento, uma testemunha o reconheceu como sendo escravo-tropeiro, envolvido na morte de um fazendeiro na região de Faxina. Outra testemunha confirmou o uso de nome falso.³⁷

A situação de Firmino ou de José Moreira se agravou com um ofício do delegado de Sorocaba, enviado junto com uma fotografia (anexo 2), informando que ele fora preso por embriaguez e desordens e suspeito de ser escravo fugido, no dia 5 de abril. Indagando gente de Barbacena, a autoridade concluiu que seu nome era José Firmino Pereira e não Firmino José Pereira, “*ser ex-praça do exército ter servido na campanha do Paraguai e ter deixado sua baixa em poder do pai dele*”. Ouviu também de um negociante de mula que o detido veio de Minas para Sorocaba como seu camarada, “*tendo o defeito de embriagar-se*”. Em depoimento ulterior, o detido confirmou a troca do nome, ser natural de Lorena e que tinha sido posto em liberdade no dia 6. Foi preso novamente em 21 (desordem e bebedeira), solto dia 22, “*e andou justo como carroceiro do Alferes Antonio Elesbão da Costa e Silva*”.³⁸ Mesmo com a posse de uma fotografia, a polícia se enredou em uma grande confusão para identificar o verdadeiro nome do acusado, suas origens e paradeiros.

O trânsito de informações não se restringia aos domínios da província de São Paulo. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia e mesmo os departamentos de polícia estrangeiros faziam circular os nomes dos indivíduos inscritos no rol de suspeitos. Um advogado holandês, por exemplo, noticiava a fuga Henri Van Hoven, acusado de falência

³⁷ Ofício do subdelegado da Sé para o chefe de polícia, em 20/05/1875. AESP, co2565.

³⁸ Ofício do delegado de Sorocaba para o chefe de polícia, em 25/05/1875. AESP, co2565.

fraudulenta em Maastrich.³⁹ (anexo 2) Já a direção de polícia de Estocolmo alertava o Ministério da Justiça para a presença de Axel Leonard Alm, acusado de roubar o correio sueco e que fugira do país sem paradeiro conhecido.⁴⁰

Na ausência de fotografias, outros recursos orientavam a polícia no desvendamento de eventos criminosos. Alguns, fruto do progresso incipiente, dinamizavam o trâmite de informações que levavam à prisão mais célere dos envolvidos; outros visavam a facilitar o trabalho de identificação, essencial no serviço de detecção de suspeitos. Ainda havia expedientes quase anedóticos que ilustram com um toque de inocência o serviço rotineiro no interior da província, como a necessidade de se agregar um corneta ao destacamento de Lorena, “*cujo toque, como se ouve de longe, facilita[ria] a reunião rápida da força ao quartel*”, já que a cidade é cortada pelo rio Paraíba e não é servida por nenhuma ponte, sendo a travessia feita por balsa.⁴¹

Falta de recursos técnicos e financeiros suficientes, a polícia lançava mão de conhecimentos construídos a partir de uma base meramente empírica. A identificação de suspeitos e o controle de uma população indistinta que, em número cada vez maior, deambulava pelos caminhos e estradas da província, processavam-se a partir de métodos subjetivos e pouco racionalizados.

Um dos recursos campeões era a descrição pormenorizada do sujeito através de sinais particulares, em que se destacavam seus atributos gerais (altura, cor da pele, cor do cabelo, nome e apelido) e específicos, pelo qual se remarcavam desde detalhes físicos distintivos (cicatrizes, dentes quebrados), até traços de sua personalidade (fala mansa, andar calmo). Não havia qualquer padronização dos sinais característicos que facilitasse a descrição e o reconhecimento posterior do suspeito. Cada qual descrevia o indivíduo de acordo com a percepção íntima de que tinha dele, extravasando não só idéias preconcebidas generalizadas no meio social, mas também preconceitos de foro íntimo, que tornavam os retratos sujeitos a alto grau de deturpação.

A fuga do “*facinoroso criminoso Manoel Balbino ou Manoel Vicente Mendes, vulgo Paraguayo*”, em setembro de 1871, da cadeia de Cabo Verde, levou o chefe de polícia de

³⁹ Circular assinada pelo advogado Gustave Tripels para a chefia de polícia de São Paulo, em 14/01/1876. AESP, co2568.

⁴⁰ Circular do departamento de polícia de Estocolmo para o Ministério da Justiça, sem data. AESP, co2568.

⁴¹ Ofício do subdelegado de Lorena para o chefe de polícia, em 06/12/1876. AESP, co2571.

Minas Gerais a enviar para seu colega paulista a seguinte descrição: *“Altura regular, magro, pardo acaboclado, rosto comprido, nariz grande e afilado, boca regular, bons dentes, olhos pardos e vivos, cabelos um tanto corridos, pescoço fino e comprido, sem barba, mãos finas, dedos compridos, de 20 anos de idade, mais ou menos, muito falante, tem um pequeno defeito em um dos braços, foi voluntário da pátria e traz consigo papéis relativos à sua baixa; anda bem armado”*.⁴²

O acusado Antonio da Cunha Soares, conhecido por Mandica, também ganhou uma descrição quase literária do juiz municipal de Amparo. Segundo o magistrado, ele *“tem idade provável de 50 anos – a estatura e o corpo regulares – a tez morena – os cabelos são crespos e erguidos de modo a impedirem que o chapéu entre bem na cabeça; conserva bigode e barba no queixo, começando esta a branquear; as nádegas são sensivelmente desenvolvidas. É muito cortês, tem a fala sossegada; sabe lidar com tropas e foi visto há dois meses, empregado neste mister para os lados de Taubaté; também sabe domar animais. É natural de Nazaré há quem acredite que ele lá esteja homiziado, não obstante haver deixado a família (mulher e filhos) no distrito do Amparo. Na ocasião do delito residia no distrito de Serra Negra ao serviço do Alferes Manoel Mariano Pinto de Oliveira, a quem tirou a vida, dando depois do crime duas salvas com espingarda, em sinal de contentamento”*.⁴³

Outros sinais particulares enriquecem os ofícios policiais com um colorido de crônica, marcando os estereótipos que circulavam no meio social. Ao descrever Manoel de Souza, criminoso em Minas Gerais e no Espírito Santo, o chefe de polícia capixaba em ofício ao homólogo paulista disse que o sujeito *“parece estrangeiro, fala bem, ainda que um tanto demorado no modo de se exprimir”*.⁴⁴ Já José Marcellino Gonçalves, acusado de homicídio em São João Del Rey, *“deve ter sinais de chumbo, bala, na cara e pelo corpo, domar animais é seu único ofício”*.⁴⁵ O escravo Generoso, sob suspeita de ter matado seu senhor, Fernando de Souza Freire, em Sorocaba, de acordo com um certo João Candido Ferreira da Cunha, que auxiliava em sua captura, tinha *“cor fula, estatura regular, de 25*

⁴² Ofício do chefe de polícia de Minas Gerais para o chefe de polícia de São Paulo, em 1871. AESP, co2536.

⁴³ Ofício do juiz municipal de Amparo para o chefe de polícia, em 1873. AESP, co2548.

⁴⁴ Ofício do chefe de polícia do Espírito Santo para o chefe de polícia de São Paulo, em 05/04/1872. AESP, co2545.

⁴⁵ Ofício do chefe de polícia de Minas Gerais para o chefe de polícia de São Paulo, em 26/04/1872. AESP, co2545.

anos de idade mais ou menos, crioulo, pouco falante, rosto arredondado, tem alguns panos a semelhança de empingens, domador, pouca barba e unicamente no queixo, dentes bons, porém pretos, pescoço grosso, pés um pouco voltados para fora, tem as pernas meio arcadas e no andar apruma o corpo um pouco para trás, dá-se com bebidas alcoólicas, usava de quando tomava o copo para beber (sem qualquer prenda) pôr o chapéu debaixo do braço”.⁴⁶ Para a polícia da Corte, o português Domingos José Soares tinha os “olhos muito vivos” e era “muito loquaz”.⁴⁷ O menor Camillo, de 15 anos, que fugira com a Companhia Cosalli para São Paulo, segundo o juiz de órfãos de Campinas, apresentava “feições semelhante às de bugre e (...) modos de roceiro”.⁴⁸

Localizado na ponta da engrenagem burocrática, o policial se via obrigado a lidar com as tecnologias disponíveis e se beneficiava dos recursos visuais, como a fotografia, já que, sendo provavelmente analfabeto, estava marginalizado da cultura cartorial e escrita que marcou o desenvolvimento da burocracia administrativa brasileira desde os tempos coloniais.⁴⁹ A informação grafada, que compõe o fundamento da memorialística policial, de fato, está na base do policiamento moderno, uma vez que assegura – a partir mesmo do policial mais subalterno – não apenas o recolhimento da informação, como sua perpetuação seja dentro da estrutura burocrática, como no fio do tempo.⁵⁰ Não à toa a *gendarmérie* francesa consolidava seu serviço com base nos *procès verbaux* – uma espécie de boletim de ocorrência preenchido pelo policial – instruindo os *gendarmes* numa metodologia específica para seu preenchimento.⁵¹ O analfabetismo presumível da maioria das praças de permanentes paulistas fomentava o desenvolvimento da oralidade como fonte primária da informação policial, o que transforma totalmente o significado das técnicas de investigação, como os sinais particulares dos suspeitos ou o relato de uma ocorrência, ambos sob o risco de sofrer interpretações muito mais amplas do a oscilação possível em um relato escrito. A margem de desvio e o espaço para uma exegese mais flexível sem dúvida contribuíram para

⁴⁶ Carta particular de João Candido Ferreira da Cunha encartada em ofício do delegado de Santa Bárbara para o chefe de polícia, em 21/03/1880. AESP, co2602.

⁴⁷ Ofício do chefe de polícia da Corte para o chefe de polícia de São Paulo, em 18/05/1872. AESP, co2545.

⁴⁸ Ofício do juiz de órfãos de Campinas para o chefe de polícia, em 18/06/1878. AESP, co2584.

⁴⁹ Ver Stuart B. Schwartz. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo : Perspectiva, 1979.

⁵⁰ Ver, para o assunto, Vincent Milliot (dir.). *Les memoires policiers, 1750-1850 – écritures et pratiques policières du Siècle des Lumières au Second Empire*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2006.

⁵¹ Arnaud-Dominique Houte. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*, op. cit.

a elaboração de um procedimento técnico singular à polícia brasileira, em geral, e paulista, em particular.

Mobilidade

Ainda mais se considerarmos o trânsito constante das praças e sua intensa mobilidade, fazendo circular, de uma localidade a outra e de boca a boca, as informações apreendidas. Com efeito, a mobilidade dos permanentes é uma das características que notabiliza a rotina do policial e dá ao policiamento rural um viés particular. A começar que, como visto, eles não podiam permanecer mais de três meses (ou seis meses nas cidades mais próximas à capital) estacionados em uma mesma localidade. Essa medida levava os policiais a circular por toda a província, muitas vezes seguindo itinerários caóticos em curtos períodos de tempo, o que os tornava, além da função normativa de agentes da ordem, verdadeiras testemunhas e divulgadores das novidades. Muitos policiais, principalmente os de maior patente, aqueles preferidos para comandar os destacamentos, permaneciam anos em contínuas diligências, como foi o caso de Antonio Rodrigues do Amaral, que em 1871, estava à frente do destacamento francano. Naquele ano, ele se disse “*incomodado*” por estar havia dois anos e quatro meses em diligência, solicitando ser recolhido para gozar uma licença, se tratar de problemas de saúde e passar certo tempo com sua família.⁵²

Um outro exemplo pinçado entre muitos é o da praça Manoel José de Paula, natural de Guaratinguetá, nascido em 1852, com 58 polegadas de altura, cabelos grisalhos, olhos castanhos claros, sem ofício e solteiro. Acompanhando sua fé de ofício, é possível verificar sua vida saltimbanca, já que em quatro anos, foi destacado em sete cidades de diferentes lugares:

Engajado em 16/12/1870 no norte da província, apresentou-se na capital, para juramento em 04/01/1871; destacado em Lorena, em 19/01/1871; recolheu-se à Capital em 14/05/1871; em 09/06/1871, foi destacado em Amparo; em 26/04/1872 recolheu-se; foi destacado em Jaú, em 18/06/1872, recolhido em 03/11/1873; foi destacado em Guaratinguetá em 05/12/1873, recolhido em 22/12/1873; em 10/01/1874 requereu reengajamento; foi destacado em Mogi Mirim, em

⁵² Ofício do comandante do destacamento de Franca ao chefe de polícia, em 25/05/1871. AESP, co2536.

29/01/1874, recolhido em 06/02/1874; em 20/02/1874 foi destacado em Jundiá, recolhido em 13/09/1874.⁵³

E as constantes mudanças implicavam muitas vezes em dias e dias de andanças, uma vez que a rede ferroviária da província ainda estava em seus balbucios nas décadas de 1870 e 1880. A marcha podia ser em auxílio de montaria, mas de ordinário, as praças seguiam a pé, a exemplo do 2º sargento Manoel da Fonseca, comandante do destacamento de Rio Novo, no Vale do Paranapanema, que, em 1882, requereu ao governo da província um adicional por ter marchado 138 léguas ou cerca de 910 quilômetros durante aquele ano. A perseguição de criminosos podia obrigar um destacamento a comer chão, sem descanso, conforme o relatório do comandante do destacamento de Itapetininga, que se deslocou 24 léguas a fim de prender três criminosos em Tatuí, acusados de raptar uma moça. Mesmo com todo o esforço, as diligências para a captura dos sedutores se mostraram infrutíferas, pois os acusados tinham protetores no local. *“Assim, pois, saí de Tatuí ao meio-dia e foi mister (...) fazer esforços a fim de caminharmos as duas léguas e para isso foi preciso andar dia e noite sem descanso algum, conseguindo daí o resultado de prender a 3 dos mesmos, justamente os menos importantes nesse crime”*.⁵⁴

Também havia outras funções penosas que obrigavam o permanente a marchar impiedosamente. Dentre elas, a remoção de criminosos, prestar testemunhos nos julgamentos, a devolução de escravos fugidos a seus proprietários, o acompanhamento dos conscritos, enredados pelo recrutamento e o envio de alienados ao hospício na capital. Muitas dessas localidades tinham acesso precário, sem estradas de rodagem e sem acesso por mar ou por rio. Os acidentes, nesses casos, eram passíveis de se suceder, como aquele que vitimou a praça Salvador Assumpção, engajado em março de 1886, em Ribeirão Preto, nascido em 1863, em Itapetininga, com 1,60m, branco, sem ofício e solteiro. Segundo o relato do comandante do CPP, durante perseguição a um criminoso em Capivari, onde estava destacado, Salvador caiu de uma ponte e morreu afogado. A autoridade desconfiava

⁵³ *Ofício do comandante do CPP ao capitão Antonio Rodrigues Vellozo Pimenta, sem data. AESP, co2307.*

⁵⁴ *Ofício de José Plácido da Graça, comandante do destacamento de Itapetininga para o comandante do CPP, anexo em ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 01/01/1871. AESP, co2536.*

que o desastre não fora casual, apesar de o comandante do destacamento ressaltar que a noite era escura, chovia e a ponte não tinha corrimão.⁵⁵

Mesmo o comandante geral do CPP às vezes substituía o resmungo recorrente sobre a eficiência das praças com o fito de exaltar a dura missão de seus subordinados: “*É geralmente sabido os importantes serviços que presta o Corpo Policial na província, encarregando-se da sua polícia, embora discriminada a sua força em pequenos destacamentos; assim como na condução de presos importantes de um lugar para outro, muitas vezes atravessando lugares de matos ínvios ou desertos com a única segurança da própria atividade das praças que tem feito estes serviços e nos quais tem havido atos de verdadeiro heroísmo (...)*”.⁵⁶

Impenetráveis eram os caminhos que ligava a freguesia de Botujuru, no Vale do Ribeira, ao município de Iguape, ao qual estava vinculada administrativamente, tanto que o delegado local solicitava ao chefe de polícia a construção de uma cadeia naquela diminuta localidade para que os presos correccionais não precisassem ser transferidos para Iguape, o que onerava o serviço policial. “*Esta Freguesia, posto que existe em passagem entre as vilas de Cananéia e de Xiririca, somente poder-se-ia considerar perto de qualquer das duas vilas, se acaso tivesse uma regular estrada que facilmente pudesse ligar suas comunicações, mas do Botujuru quer para Cananéia, quer para Xiririca apenas tendo um caminho que regularmente se denomina picadão, impossível se torna que o possa dar um regular trânsito entre essas localidades, e por essa razão se torna como que elas estejam em longa distância uma das outras*”.⁵⁷

Um trabalho perigoso?

Foi justamente em uma diligência para remoção de um preso de Rio Novo para Rio Verde, ambas localidades situadas no Vale do Paranapanema, que a praça Francisco Antonio dos Santos, natural de Itapetininga, nascido em 1842, com 1,72m, carpinteiro, solteiro, branco, engajado em São João Baptista do Rio Verde, em janeiro de 1879, foi acometida de uma terrível moléstia que lhe causou cegueira. Internado na enfermaria do

⁵⁵ Ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 11/01/1888. AESP, co2692.

⁵⁶ Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 07/05/1884. AESP, co2333.

⁵⁷ Ofício do delegado de Iguape ao chefe de polícia, em 29/09/1871. AESP, co2540.

CPP, o médico diagnosticou “*staphyloma da sclerotica*”⁵⁸, doença incurável que o tornava incapaz a todo o serviço, sendo reformado após dois anos e cinco meses de serviço, com o soldo irrisório de pouco mais de 3.000 réis mensais.⁵⁹ Em vista do grave problema e impossibilitado de retornar a Rio Verde, onde residia, Francisco recebeu um tratamento *sui generis* do vice-presidente da província, Barão de Três Rios, que compadecido e, por ordem verbal, em arrepio ao regulamento do CPP e às leis da província, garantiu a continuidade de sua internação e tratamento na enfermaria, mesmo após o desligamento da praça. As despesas corriam por conta do Tesouro Provincial, que desembolsava uma média de 25 mil réis por mês.⁶⁰

Um ano depois, o governo parou de bancar a estada de Francisco na enfermaria, cabendo à própria instituição alocar parte do orçamento para custear as despesas com a ex-praça. O Corpo, inclusive, teria ficado devedor de uma dívida de 86.280 réis, relativos aos gastos realizados na padaria de José Costa Ferreira com as vitualhas servidas ao interno. Em abril de 1883, um irmão de Francisco o retirou da custódia do CPP. No ano seguinte, o jornal *A Gazeta do Povo* publicava uma notícia acusando o governo de “lançar para fora do quartel” Francisco, “por ter causado reparo a insignificante despesa mensal que com o mesmo se fazia”. O comandante do CPP refutou a informação, alegando que o soldado teria sido recolhido por seu próprio irmão em abril de 1883. Disse que em virtude da falta de pagamentos por parte do governo, o soldado só recebia na enfermaria “o indispensável para sua manutenção, cessando aquilo que era dado a título de extraordinário, em regra só prescrito a doentes de gravidade ou àqueles cuja moléstia requer uma alimentação variada; creio que devido a isso pediu ele sua retirada da enfermaria, o que entendi não dever obstar, pois que o mesmo soldado não era considerado doente, mas conservado na enfermaria por uma ordem verbal”. Finalmente, em julho de 1885, Francisco foi novamente recolhido à enfermaria para receber alimentação e vestuário de acordo com a autorização concedida pelo presidente da província e regularizada pelo art. 23 da lei de

⁵⁸ Estafiloma da esclerótica (ou esclera): aumento do volume da esclerótica, devido à inflamação. A esclerótica vem a ser a “*única externa branca e fibrosa do globo ocular, vulgarmente chamada de branco do olho ou simplesmente branco*”, cf. Dicionário Houaiss, versão eletrônica.

⁵⁹ Os policiais internados na enfermaria recebiam meio soldo.

⁶⁰ A trajetória de Francisco Antonio dos Santos está espalhada em vários ofícios constantes dos maços co2326, co2327, co2332, co2333, co2336, co2339, co3030.

força do último exercício. Em 1886, na última notícia que conseguimos apurar na documentação, a ex-praça ainda estava sob os cuidados da instituição.

Mais prosaico foi o incidente com a praça Honofre Barata, destacado em Mococa, e remetido para a capital após ter sido “*ofendido*” por uma cobra cascavel.⁶¹ Outro policial vítima de intempéries naturais foi o alferes Eugênio Crispim, que faleceu em 20 de março de 1883, às duas da manhã, de “*mal do peito*”. O oficial era delegado e comandante do destacamento de Santa Cruz do Rio Pardo, município situado no Vale do Paranapanema. Ele havia sido destacado para aquela região para cuidar de uma situação periclitante para os habitantes locais: o ataque de índios xavantes. Sua morte, inclusive, está indiretamente ligada ao caso, uma vez que Crispim declarou ter adoecido após uma diligência em Campos Novos para investigar a morte de dois xavantes, quando “*ficou embrenhado no mato todo molhado*”. Eugênio de Oliveira Crispim tinha sido sargento de urbanos e foi considerado pelo comandante geral do CPP de “*exemplar comportamento, a par de muitas habilitações (...)*”.⁶²

Alguns meses antes, em agosto de 1882, Crispim relatara uma ocorrência envolvendo índios bravios em Santa Cruz, num lugar denominado Laranja Doce, distrito de N. S. da Conceição Aparecida. Os índios teriam assaltado a fazenda de Domingos Ferreira de Medeiros, matando três escravos. Segundo o policial, “*esses fatos se reproduzem todos os anos, por ocasião de se fazerem derribadas e roças época em que os referidos índios, depois de negociarem por muitos dias os trabalhadores e de calcularem o seu número, saem de surpresa e cometem mil atrocidades, com o fim unicamente de roubarem as foices e machados, alvo objetivo de sua selvagem cobiça*”. O delegado-comandante reclamava de que não podia tomar quaisquer providências num sertão de 40 léguas, sem que houvesse reforço no policiamento, solicitado já havia muito tempo. “*O único meio que me parece melhor para evitar essas continuadas correrias de todos os anos é o governo mandar criar no sertão de Laranja Doce ou Jaguaretê um grande aldeamento de índios, com pessoal suficiente e idôneo que os chame ao grêmio da civilização por meio de bens dirigidas catequeses, para o que temos aqui muitas pessoas boas*”.⁶³

⁶¹ *Ofício do delegado de Mococa ao chefe de polícia, em 08/12/1880. AESP, co2562.*

⁶² *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 10/07/1878. AESP, co2310.*

⁶³ *Ofício do delegado de Santa Cruz de Rio Pardo para o chefe de polícia, em 22/08/1882. AESP, co2621.*

Infelizmente, Eugenio não teve a mesma sorte de seu colega Francisco, que pôde receber um tratamento conveniente na enfermaria do CPP. Esse era um direito assegurado às praças: a internação mediante o desconto de meio-soldo, mas muitas vezes a distância que estavam da capital ou o estado de saúde dos policiais dificultavam o deslocamento. Nesses casos, partia dos próprios policiais ou de particulares, pois aqueles não tinham recursos, o custeio com o tratamento. O delegado de Limeira, por exemplo, arcou com “*o tratamento e medicamentos*” das praças José da Silva Pinto e José Coutinho de Noronha, já que indevidamente o valor estava sendo debitado do vencimento dos policiais. Segundo o delegado, depois de se ferirem no curso de uma prisão, eles foram entregues ao doutor Adolpho Lutz e contaram com medicamentos fornecidos pela farmácia de Botelho Filho. O débito somava 12 mil réis para o soldado Pinto e 43.314 réis para Noronha. O primeiro desertou, tendo pago apenas 5 mil réis. O segundo foi recolhido à capital, devendo 23.140 réis. Diante do prejuízo, o delegado, por meio do chefe de polícia, oficiou o comando do CPP cobrando a dívida, cujo pagamento foi negado pelo comandante geral, alegando que os empréstimos para as praças tinham caráter particular.⁶⁴

Aliás, nas fés de ofício compulsadas foram raros os policiais que não baixaram a enfermaria pelo menos uma vez durante o tempo de serviço. Ao contrário. A maioria era de freqüentadores contumazes. Não podemos afirmar, no entanto, que os policiais ficavam doentes com mais intensidade que o resto da população. Por outro lado, o que não se nega é que a rotina de trabalho do policial o expunha constantemente aos caprichos da natureza. Mas, não obstante, não temos como presumir que ela fosse mais extenuante do que outros ofícios, principalmente no meio rural.⁶⁵ Uma análise nas listas das praças internadas na enfermaria e dos atestados médicos justificando exclusões por motivo de saúde nos dá uma noção mais geral do cotidiano do policial através de suas mazelas.

Dentre as moléstias mais recorrentes, podemos citar catarata, artrite, tuberculosa, reumatismo, hepatite, descolamento de costela, inércia muscular, artrose, dilatação da

⁶⁴ *Ofício do comandante do CPP ao vice-presidente da província, em 14/11/1883. AESP, co3030.*

⁶⁵ Clive Emsley, no estudo sobre a polícia urbana inglesa, mostra que a rotina de trabalho que implicava rondas constantes sob sol, chuva e temperaturas extremas, era maléfica à saúde daqueles trabalhadores. Clive Emsley. *The English police – a political and social history*. Essex : Pearson Education Limited, 1996, 2a edição. Do mesmo autor, ver “The Policeman as Worker: A Comparative Survey c. 1800–1940”, in: *International Review of Social History*, n. 45, 2000.

cavidade do coração, regurgitamento de fígado.⁶⁶ Os policiais também não estavam livres de perturbações “*das faculdades mentais*”.⁶⁷ De fato, a saúde das praças era uma questão importante, afinal condições precárias de saúde obrigavam o afastamento definitivo de muitos policiais, considerados “fisicamente incapazes”. Para se ter uma idéia, em 1880, 103 policiais foram desligados por razões médicas, de um total de 976 praças.⁶⁸ Por isso, o movimento na enfermaria do CPP era intenso, obrigando a polícia a manter uma minuciosa escrituração trimestral sobre seu funcionamento. O regulamento lhe dispunha um capítulo especial, e o relatório do comandante lhe destinava um item específico.

Em contrapartida, para as praças, uma temporada na enfermaria do CPP podia significar, além de cuidados essenciais, um alívio da labuta diária, além da possibilidade de receber uma boa ração calórica diária. Entre 1882 e 1883, baixaram à enfermaria 180 praças; entre 1887 e 1888, foram 353 os que se internaram, de um contingente total de 1399 policiais. Entre março e abril de 1873, passaram 17 praças internadas na enfermaria. Eram eles, um 2º sargento, um músico e 15 soldados. Dois deles, com baixa nos dias 24 e 25 de março, ainda não tinham obtido alta no momento da contabilidade do mês. A média de dias internados por policial foi de quase 12, sendo que dois soldados permaneceram 40 dias, e um deles, o músico Vicente Ferreira, faleceu, vítima de tuberculose.⁶⁹

A fim de garantir um pronto restabelecimento que permitisse o retorno ao serviço, os policiais recebiam uma variada dieta composta de carne verde, frango, pão, açúcar

⁶⁶ A partir desses dados, podemos especular sobre a saúde da população em geral. É verdade que, talvez pelo fato de as praças serem obrigatoriamente avaliadas pelo médico antes de receberem o aval para o serviço, as “incapacidades físicas” fossem exageradas pelos esculápios. Também a possibilidade de ficar afastado do trabalho recebendo meio-soldo levasse muitos policiais a “forçarem” uma doença. Em 16 de abril de 1876, o comandante do CPP oficiou o chefe de polícia, alertando para a necessidade da contratação de outro médico para coadjuvar o tenente cirurgião, “*em vista do crescido número de praças a que atingiu o corpo, sobrecarregado ainda com as praças da Companhia de Urbanos, que são também curados pelo mesmo cirurgião, passando além disso diariamente no quartel a revista de sanidade, como é de seu dever (...)*”, *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 16/04/1876*. AESP, co2311.

⁶⁷ Em 1888, o comandante do CPP pede exclusão da praça Juvenal Baptista de Oliveira por desconfiar que estava “*sofrendo das faculdades mentais*”. De acordo com o relato do tenente comandante do Jorge Caetano da Silva Couto, a praça da Terceira Companhia, “*achando-se de sentinela no corredor inferior da guarda da correção deixou seu posto, saindo ao corredor superior cantarolando razões com praças que ali se achavam de sentinela*”. Em outra ocasião, achava-se “*deitado, mandei-o levantar-se o que fez, orém sempre cantarolando, causando isto sussurros em horas silenciosas. Este soldado é inconveniente (...) pois parece sofrer das faculdades mentais, visto passar as noites em claro, passeando e sempre falando*”. *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 02/03/1888*. AESP, co2343.

⁶⁸ Esse foi o número efetivo do contingente do CPP para o ano de 1880.

⁶⁹ As moléstias listadas foram: larvas, tubérculos, diarreia, balanite, bronquite, gonorréia, bubão, erisipela, oftalmalgia, ulcera, contusão, constipação, embaraço gástrico. Em maio de 1883, a enfermaria recebeu 30 pacientes. Além das moléstias acima, podemos citar cancro, sífilis, hepatite, ataque, pústulas e reumatismo.

refinado, toucinho, farinha de mandioca, arroz, chá da índia, marmelada, leite, farinha de trigo e vinho do porto. No entanto, o consumo de vinho do porto foi privilégio apenas da praça José Damião Moreira, que durante os 40 dias em que ficou internada com diarreia ingeriu duas libras e quatro onças da bebida.⁷⁰

Mas não era só o risco de contrair moléstias ou sofrer um ataque de índios xavantes que acometia os policiais alocados no interior. Em alguns casos, o trabalho trazia outros perigos. Não eram incomuns, por exemplo, os assaltos para livrar os detidos das mãos policiais, principalmente quando as ações do abolicionismo radical se intensificaram, no final dos anos de 1880 (ver capítulo 6). Para agravar a situação, pelejava-se contra a carência material que assolava a polícia – com seu pessoal incompleto e os armamentos obsoletos. Havia ainda uma determinação oficial que o número de praças destacadas nas escoltas não ultrapassasse o número de presos a serem removidos. Em 1880, as praças Josaphat Leite de Oliveira e Manoel Barbosa Loduceno foram louvadas em seu ato de coragem por haverem saltado de um trem em movimento atrás de Prudente Alves do Amaral, condenado a galés perpétuas, quando era trasladado de Rio Claro para São Paulo, e tentou fugir. O chefe de polícia recomendou “*o serviço prestado por Josaphat e Loduceno ao Comandante do Corpo, pois procederam com uma dedicação acima de todo o elogio, peço a V. Exa. autorização para gratificá-los como merecem*”.⁷¹

A gratificação às praças itimoratas foi uma maneira de recompensá-las para além dos salários irrisórios em relação aos riscos inerentes ao serviço policial, uma vez que, como mantenedoras da ordem, os policiais estavam perigosamente na berlinda dos eventos violentos, seja na prisão de criminosos, no assalto a um quilombo ou na intervenção de uma alteração entre imigrantes, na detenção de marinheiros embriagados, enfim, na azáfama ordinária do dia-a-dia de uma sociedade cujas mediações relacionais e a resolução de

⁷⁰ Apesar de parecer estranho, libra e onça são medidas que aferem o peso e não o volume.

⁷¹ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 30/08/1880. AESP, co2598. No mesmo ofício, o chefe de polícia reclamava contra a maneira como era realizado o transporte de criminosos: “Por esta ocasião, não posso deixar de reproduzir a justa reclamação que se tem feito contra o transporte de criminosos nos mesmos carros em que embarcam os passageiros. Além do incômodo de estar em contato com um facínora capaz de tudo, o passageiro está sujeito às consequências de qualquer conflito quando se der uma evasão (...) Pagando o governo uma porcentagem sobre as passagens de presos, as companhias devem proporcionar o meio de transporte em carros especiais. Os criminosos são sempre transportados em carros de passageiros de 2ª classe, que são abertos, entretanto não permitindo o regulamento das companhias o uso de algemas, torna-se fácil a fuga. É um abuso que a autoridade consente por não ter meio mais econômico de conduzir os presos”.*

conflitos cotidianos, pautados na rígida hierarquia escravista, ainda se estruturavam numa linguagem pessoal e violenta. Em 1884, em nota elogiosa o delegado de Jaú louvava “*os relevantes serviços prestados*” pelo furriel Hylario da Veiga Adrião, comandante do destacamento, devido à captura “*de um importantíssimo criminoso – o valentão pronunciado no termo de Brotas por crime de morte – Domingos Gonçalves Moreira – (...) Esta prisão foi devida à grande energia, sagacidade e bravura com que prestou-se o referido furriel, sem que perigasse de força que o acompanhou e também sem maltratar o criminoso que achava-se armado desde os pés até a cabeça (...) considerando-o um dos briosos e dignos soldados do CPP*”.⁷²

Infelizmente não podemos calcular o número de policiais feridos ou mortos em decorrência do seu trabalho, mas não é raro, na documentação, o registro de episódios em que os agentes eram vitimados. Sabemos o número de óbitos anuais, mas não se pode precisar as *causa mortis* dos falecimentos, isto é, se se relacionavam com o cumprimento da função ou se eram vinculadas a fatalidades. Entre 1882 e 1883, por exemplo, faleceram 17 policiais permanentes de um contingente de cerca de 850 praças.⁷³ Destes, sete morreram quando estavam internados na enfermaria do Corpo; já entre 1887 e 1888, faleceram onze praças, sendo seis, enquanto internados.

Em 1872, o sargento do CPP, José Maximiano de Brito Alambert, comandante do destacamento de Santos, foi morto em Cubatão por um escravo fugido. Ao se embrenhar no mato, “*o sargento que vinha a pouca distância vendo inesperadamente o preto armado recuou e nesse ato escorregou e caiu indo sobre ele o preto que o matou logo*”.⁷⁴ Em Botucatu, a praça Benedicto Olegario dos Santos foi levemente ferida no rosto por uma bala, no momento em que o destacamento tentava prender o turbulento Lourenço Mainalde, vulgo Paraná, que, a cavalo, ameaçava os transeuntes com chicote. Na fuga, o bandido abriu fogo diversas vezes contra o policial com sua garrucha de dois canos. O ofensor conseguiu evadir-se, tendo seguido, segundo os rumores, para a capital, “*alcançar uma boiada que vai vender*”.⁷⁵ Pior sorte tiveram os policiais Antonio Martins de Souza e José Antonio Cardos, que em perseguição ao réu João de Tal, em Rio Novo, foram “*varados por*

⁷² *Ofício do delegado de Jaú ao chefe de polícia, em 08/02/1884. AESP, co2633.*

⁷³ Em 27 de janeiro de 1882, havia 964 praças de pré no contingente do CPP; já em 01 de setembro de 1883 eram 824 praças.

⁷⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 11/04/1872. AESP, co2543.*

⁷⁵ *Ofício do delegado de Botucatu ao chefe de polícia, em 25/10/1887. AESP, co2678.*

bala” e mortos.⁷⁶ Em Campos Novos, a praça Eduardo Antonio Rosa foi morta por João Baptista de Camargo, “*que lhe descarregou cinco tiros de revólver sobre a maminha esquerda*”.⁷⁷ Já em Piracicaba, um telegrama do delegado deu conta de que “*ontem um grande número de italianos agrediram a patrulha. Três soldados foram gravemente feridos, dois a bala e um a pau, um moço a expirar por ferimento com bala. Estão presos os italianos*”.⁷⁸ Na capital, em abril de 1883, um confronto entre seis italianos e a polícia resultou no ferimento da praça João Antonio Mendes, soldado da 1ª Companhia do CPP, engajado em fevereiro de 1880, em Iguape, nascido em 1854, com 1,57m, cor branca, sem ofício e casado. Em laudo técnico, o médico do Corpo atestou “*que no dia 9 do corrente pelas 11 horas da manhã pratiquei a extração de uma bala de revólver (...) a bala penetrou pela face antero-lateral, terço médio da coxa esquerda (...) o doente acha-se em boas condições e a não sobrevier algum acidente inesperado, julgo ferimento leve*”.⁷⁹

No universo de carestia no qual estava inserido o policial, sua morte podia deixar desamparada a família que dependia dos proventos oriundos da sua ocupação. Mais que isso, no teatro social, a decência e o pundonor da vida expirada reproduziam-se no último dos atos. Um enterro digno era o fecho para uma existência honrada que tirava do falecido o fardo da indigência e simbolizava algum status social. Se de ordinário o dinheiro curto dificultava um sepultamento adequado, o pertencimento ao CPP ao menos podia providenciar um fim condigno, uma vez que os custos funerários eram arcados pelo erário.⁸⁰

Em 1883, Aurélio Joaquim de Souza Fernandes, diretor da Empresa Funerária da Santa Casa de Misericórdia, reclamava de dívida de 359.400 réis junto ao CPP pelo fornecimento de “*caixões, carros fúnebres, velas de cera e carros alugados na praça para o enterramento dos soldados falecidos na enfermaria (...)*”. De acordo com a documentação, naquele ano foram realizados nove enterros: cinco, em janeiro; um em março; um em julho; um em outubro e um em dezembro. Gastou-se, portanto, quase 40 mil

⁷⁶ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 28/04/1873. AESP, co2550.

⁷⁷ Ofício do subdelegado de Campos Novos ao chefe de polícia, em 29/09/1888. AESP, co2688.

⁷⁸ Ofício do delegado de Piracicaba ao chefe de polícia, em 18/12/1877. AESP, co2574.

⁷⁹ Ofício do chefe de polícia ao delegado da capital, em 10/04/1883. AESP, co2624.

⁸⁰ No bojo da reforma de 1884, quando foram recriadas as forças policiais locais e instituído um novo regulamento, o secretário do Tesouro Provincial esclarecia que “*no enterramento das praças, cabos e inferiores, a Fazenda Provincial apenas paga o caixão, nada pagando pela sepultura e encomendação por serem consideradas pessoas pobres*”. Circular da Tesouraria Provincial, em 04/06/1884. AESP, co2640.

réis, em média, por enterro, sendo que havia disparidades de valores entre um sepultamento e outro. Enquanto o serviço realizado em 3 de outubro foi orçado em 48 mil réis, o de 29 de janeiro custou 28 mil réis. Infelizmente, não dispomos dos nomes relativos a cada um dos enterros, o que podia nos fornecer pistas sobre a diferenciação interna no tratamento dos policiais.

Em apenas um dos sepultamentos, sabemos quem foi o defunto: a praça Silviano Bernardo Chaves, cujo enterro de 43 mil réis foi custeado pelo quartel-mestre Benedicto Gonçalves de Figueiredo, que aguardava restituição pela administração. No ofício, o comandante do CPP declarou achar *“excessiva essa despesa, mas alega a empresa que não estando em vigor o privilégio, não pode ser feito ainda o serviço na forma da tabela”*. Provavelmente, a autoridade se referia a um desconto especial a ser oferecido à polícia. O fato é que Silviano foi enterrado num caixão de 20 mil réis, transportado por um coche de 2ª classe, no valor de 20 mil réis e velado por seis velas de cera, no valor de 500 réis cada uma.⁸¹ Já o cabo de esquadra João Pinto Ferreira, que ficou doente enquanto comandava o destacamento de Caraguatatuba, foi agraciado com as exéquias de um vigário. Mas a praça só recebeu essa comenda devido à caridade do delegado de São Sebastião, que, aliás, bancou todo o tratamento, orçado em 62.530 réis, para o qual esperava ressarcimento da Tesouraria Provincial, descontados os seis mil réis pagos ao sacerdote, *“por ser informado que o comandante do corpo de permanentes insinuou aos comandantes dos destacamentos que tal despesa não deve ser feita quando falecer algum praça”*.⁸²

Mais do que entabular uma análise sobre o significado da violência policial e dos confrontos tensos que se estabeleciam entre a força e os administrados – escravos, imigrantes, brasileiros pobres e ricos – temas que serão tratados oportunamente neste trabalho (ver capítulo 6), pretendemos mostrar com esse exemplário os riscos a que estavam submetidos os policiais durante seu cotidiano. Das longas marchas e da exposição a toda sorte de variação climática – chuva, frio e calor – passando pelo ataque dos índios, por acidentes inerentes ao ofício⁸³, terminando na faca afiada de um escravo fugido ou pelo

⁸¹ Ofício de Aurélio Joaquim de Souza Fernandes, diretor da Empresa Funerária da Santa Casa de Misericórdia, ao comandante do CPP, em 27/01/1883. AESP, co2332.

⁸² Ofício do delegado de São Sebastião ao chefe de polícia, em 10/04/1881. AESP, co2604.

⁸³ A praça do CPP Miguel Ribeiro da Cunha perdeu o *“braço direito na ocasião das salvas pela visita do S.S MM II a esta província (...)”*, em novembro de 1875. Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 27/05/1876. AESP, co2307. Em março de 1888, o guarda de urbanos João Messias, deixou cair

chumbo grosso de um criminoso perseguido, os policiais viviam uma situação de constante temeridade, talvez mais extremada do que o resto da população. E, como visto, ela não se limitava aos permanentes aquartelados no interior ou lotados na capital.

Policciamento urbano

O policiamento na capital segue um modelo excepcional em relação ao restante da província. Em primeiro lugar porque, a partir de 1875, passa a contar com uma força exclusiva: a Companhia de Urbanos; depois, como o principal centro administrativo e econômico de São Paulo, a cidade começa a ganhar, paulatinamente, atributos urbanos que a diferenciam pouco a pouco do entorno rural. Apesar de a concentração populacional na cidade ainda ser tímida até o final dos anos de 1880, a capital desenvolve uma certa autonomia funcional em relação ao universo agrário do interior. Essas características vão influenciar o cotidiano dos policiais no policiamento da cidade.

Mesmo as praças de permanentes, quando recolhidas ali, exerciam outras funções e, por via de consequência, viam alterada sua rotina de trabalho. A começar que o destacamento paulistano, apesar de provisório, girava em torno de 50 praças, em sistema rotativo, que eram alocadas em trabalhos variados, inclusive serviços administrativos e burocráticos, além de servirem como ordenanças de autoridades superiores, o que dragava uma parcela considerável do efetivo.⁸⁴ No que concerne o serviço ativo, podiam ser destacados a montar sentinela nos próprios públicos, como as estações de trem e paradas de bonde, a Câmara Municipal, o Jardim Público, o chafariz, o matadouro ou os dois teatros que existiam na cidade: o São José e o Provisório. Além disso, por serem membros de uma organização militarizada, perfaziam missões simbólicas, a exemplo da formação diária no pátio do quartel do Carmo diante do oficial de plantão e o acompanhamento hierático de procissões e festas religiosas.⁸⁵ Outras tarefas corriqueiras e menos abonadoras também

o revólver quando colocava-o no cinturão, causando um disparo acidental, cujo projétil varou-lhe a perna direita. Imediatamente, o médico da polícia, Dr. Rudge, procedeu aos curativos e o guarda foi enviado para casa. *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos para o chefe de polícia, em 21/03/1888. AESP, co2691.*

⁸⁴ Em 1881, por exemplo, havia duas praças na Secretaria do CPP, um ordenança do chefe de polícia, um do delegado, um para cada subdelegado distrital (Santa Ifigênia, Brás, Consolação, Sul da Sé, Norte da Sé), um ordenança do presidente da província, um do ajudante de ordem e outro do comandante do Corpo e um do secretário.

⁸⁵ A participação do Corpo Policial Permanente nas procissões religiosas é descrita por Antonio Egydio Martins. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. São Paulo : Paz e Terra, 2003.

eram incumbidas às praças estacionadas em São Paulo: a faxina do quartel, da cadeia e da enfermaria, sem dúvida, não devia agradar as praças. Mas era a guarda das prisões – a cadeia pública e a Casa Correcional – que exigia maior dedicação dos policiais. Mesmo assim, a falta de praças lotados na capital causava excesso de serviço, já que as turmas não eram rendidas com regularidade. Segundo um comandante do CPP, no seu relatório de 1883, havia precisão de pelo menos 150 praças de permanentes estacionadas na cidade para cumprir a contento os serviços necessários.⁸⁶

No que toca especificamente a Companhia de Urbanos, seu regulamento, de 30 de junho de 1876, é bem detalhado a respeito do serviço a ser efetuado pelos guardas, encarregados “*da vigilância contínua da capital e suas freguesias e da extinção de incêndios*”.⁸⁷

Também estipulava que aos policiais cumpria observar se os combustores de gás da iluminação pública conservam-se asseados; se as ruas e largos eram regularmente limpos, comunicando ao comandante do distrito qualquer falta, assim como a existência de animais mortos e imundícies; prevenir desordens, procurando “*acomodar os que nelas tomarem parte, ameaçando-os com prisão se não atenderem a suas observações, e prendendo-os se chegarem a cometer algum crime*”; arrecadar, na presença de testemunhas, objetos e dinheiro que se encontrarem nas ruas ou com suspeitos de roubo e furto; comunicar o aparecimento de qualquer cadáver, não permitindo que se mudasse sua posição, comunicar se alguma pessoa for acometida de “*doença repentina*” ou que for encontrada em abandono nas ruas e largos; comunicar a existência de pessoa ferida ou espancada, devendo procurar socorro médico em qualquer farmácia, até sua remoção para hospital ou casa particular; participar ao comandante do distrito a existência de qualquer tumulto, sociedade secreta ou ajuntamento ilícito; acudir ao lugar onde se cometeu crime, prestando auxílio; efetuar e auxiliar a prisão de condenados ou desertores.

No mais, eram requisitados a cumprirem o Código de Posturas, multando os faltosos e recolhendo à prisão os recalcitrantes, suspeitos de furto ou roubo, os escravos sem passe, os motoristas descuidados, os jogadores, os mendigos e os menores. Por outro lado, deviam

⁸⁶ Relatório do comandante do CPP ao presidente da província, em 20/11/1883. AESP, co2327.

⁸⁷ Regulamento da Companhia de Urbanos de 30 de junho de 1876. São Paulo : Typografia do Correio Paulistano, 1976. Uma cópia do regulamento encontra-se em AESP, co2584.

prestar auxílio aos moradores do seu posto, sempre que estes solicitassem, seja para chamar um médico, parteira ou fazer abrir alguma botica fora de hora.

Era um serviço muito mais complexo e administrativo do que aquele exigido, em tese, das praças do CPP, corporação considerada, como visto acima, uma força de ação repressiva, que agia após a ocorrência do evento; embora, quando na capital, a prática mostra que os permanentes desempenhavam uma função parelha à dos urbanos. A presença ostensiva de uma força uniformizada nas ruas da cidade é, de fato, a concepção mais corrente, no século XIX, de uma força policial moderna. É a própria essência do policiamento preventivo, que visa antecipar (e evitar) a ocorrência do crime e da desordem, a partir da presença massiva e regular (num sistema de rondas) de policiais uniformizados.⁸⁸ O esquadrinhamento e a ocupação racional do espaço público pelos agentes da ordem alteram o foco da ação policial, desviando-se do *evento* criminoso em si para se fixar na *pessoa* do criminoso.⁸⁹ Essa nova tendência vai ao encontro dos ditames de uma “nova” ciência criminal, que se inicia com o movimento Iluminista, o qual sugere a racionalização das punições (penas abrandadas, porém certeiras), e se consolidam no final do século XIX, a partir das teorias criminológicas, baseadas no cientificismo e positivismo comtiano, que considera o criminoso um desviante social, um degenerado, cuja má índole é passível de regeneração.⁹⁰ O saber policial, inerente a essa nova polícia urbana, portanto pretende ser capaz de reconhecer o suspeito – o criminoso recidivo – e impedir sua ação.

Ao contrário do que ocorria no espaço rural, caracterizado por uma mobilidade intensa e pela dispersão dos núcleos populacionais, as cidades começam a ser marcadas pela concentração socioterritorial de gente pertencente a uma “classe perigosa”, constituída por um nicho de indivíduos eternamente sob suspeição, os quais se tornaram o alvo

⁸⁸ Sobre a origem e o desenvolvimento do policiamento preventivo, ver Clive Emsley. “Police et prévention: une perspective historique”, in: *Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 14, agosto-outubro de 1993 e Luís Antônio Francisco de Souza. “Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa”, in: *Revista Estudos Históricos* : Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.

⁸⁹ Essa doutrina, que enfatiza a figura do criminoso, é racionalizada com a doutrina criminal positiva – a criminologia científica – principalmente nas mãos de Lombroso, Ferri e Garofalo. Uma síntese dessas doutrinas está em Marcos César Alvarez. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. São Paulo : IBCCRIM, 2003, principalmente no capítulo 2.

⁹⁰ No Brasil, essa discussão se desdobra em várias frentes, como, por exemplo, em Boris Fausto. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo : Brasiliense, 1984; Fernando Salla. *As prisões em São Paulo*. São Paulo : Annablume, 1999; Maria Clementina Pereira da Cunha. *O espelho do mundo - Juquery, a história de um asilo*. São Paulo : Paz e Terra, 1988 e Marcos César Alvarez. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*, *op. cit.*

preferencial do policiamento urbano no final do século XIX.⁹¹ O sistema de policiamento desenvolvido na capital paulista, apesar do seu lento e incipiente grau de urbanização nas décadas de 1870 e 1880, visava a encampar as práticas mais modernas instituídas, àquela altura, nas principais cidades do mundo. Assim, tanto a recém-inaugurada Companhia de Urbanos, como o contingente de permanentes estacionado em São Paulo seguiam os padrões entronizados pelas agências européias e norte-americanas, quais sejam, a divisão da área policiada em zonas e a organização de um sistema contínuo de rondas. A ocupação total do espaço público pelos mediadores da ordem era um dos expedientes a serem empregados pelos administradores no seu sonho progressista. A capital, embora com seus 30 mil habitantes e embalada ainda pela sonolência dos ritmos “arcaicos” – do entorno rural, das relações escravistas, dos carros de boi – serviu de laboratório para a implementação de uma força policial vinculada às dinâmicas da modernidade urbana européia.

Mesmo antes da criação da Companhia de Urbanos, os permanentes lotados na capital eram incumbidos do policiamento da cidade num esquema de patrulhamento rotativo, conforme se depreende deste ofício do alferes do CPP ao delegado de polícia de São Paulo, em janeiro de 1872: “*As patrulhas saíram do quartel às dez horas da noite e foram por mim rondadas e encontradas em seus distritos com atividade, recolheram-se às quatro horas da madrugada, sem novidades. Os lampiões estiveram com boa luz a exceção de um da Ladeira do Piques que estava apagado*”.⁹² Com a inauguração da Companhia de Urbanos, os esboços de um policiamento moderno foram viabilizados na prática. A cidade, então, foi dividida em quatro áreas, representadas pela Estação Central, de Santa Ifigênia, do Brás, da Consolação. Em 1878, por exemplo, o pessoal estava alocado da seguinte maneira: 56 guardas na Estação Central⁹³; 24 guardas na Estação de Santa Ifigênia; 15 na

⁹¹ Sobre o conceito de ‘classe perigosa’, ver Louis Chevalier. *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris : Librairie académique Perrin, 2002. No Brasil, esse conceito foi trabalhado por Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo : Brasiliense, 1986. A criação de uma “*classe criminosa dentro do vasto espectro da população pobre*” carioca é discutida por Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997, p. 133 e 134

⁹² *Ofício de um alferes do CPP ao delegado da capital, em 01/01/1872*. AESP, co2542.

⁹³ A Estação Central da Companhia de Urbanos funcionava, desde agosto de 1877, no n. 16 da rua do Quartel. Em janeiro de 1886, foi alugada uma casa no Largo do Colégio, n. 8, onde passou a funcionar o quartel da Companhia de Urbanos.

Estação do Brás⁹⁴ e 15 na estação da Consolação, sendo que havia um 1º e um 2º sargento em cada estação.⁹⁵

Gradativamente, outras regiões da cidade ganharam estações de urbanos. Ao mesmo tempo, as áreas servidas pelas estações foram divididas em postos de vigilância, onde um ou mais policiais faziam o serviço de ronda.⁹⁶ Os limites territoriais das estações e postos eram pouco nítidos e deveriam ser estabelecidos pelos chefes de polícia, “*tendo em vista a extensão do distrito e o número de guardas de cada estação*”.⁹⁷ Não havia uma sistematização verdadeiramente normativa a respeito da distribuição dos urbanos pela cidade. Cada presidente de província ou chefe de polícia a determinava a seu bel prazer. Pudemos perceber, com o correr do tempo, o espraiamento progressivo das estações e postos de vigilância. Em 1881, por exemplo, o presidente da província fez a seguinte proposta para o policiamento na capital:

“Serão seis somente as estações, quatro guarnecidas por urbanos e duas por permanentes. As estações de urbanos serão: Central, compreendendo o centro da cidade e a estrada Vergueiro; a de Santa Ifigênia, compreendendo o bairro respectivo; a da Consolação, idem; a de Santa Cecília, criada por este ato, compreendendo todo o bairro do Arouche. As servidas por permanentes serão Brás, compreendendo a Mooca, estrada da Penha até o Marco de Meia Léguas, e suas proximidades. A da ponte Grande, compreendendo as ruas e estradas próximas. Santa Cecília terá dois sargentos e doze soldados. A do Brás terá um inferior, um cabo e dez soldados, sendo seis da Companhia de Cavalaria do CPP para percorrerem o perímetro marcado à mesma estação. A estação da Ponte Grande

⁹⁴ A Estação do Brás funcionava na rua do Brás, desde julho de 1878.

⁹⁵ *Mapa da força que compõe a Companhia de Urbanos, em 07 de março de 1878*. AESP, co2585.

⁹⁶ Esse era o princípio dos *ilôts*, em que foram divididas as ruas de Paris no curso da reforma policial de 1854. Quentin Deluermoz. *Les policiers en tenue dans l'espace parisien (1854-1913) : la construction d'un ordre public*. Tese de Doutorado. Paris : Universidade Paris I - Sorbonne, 2006. A distribuição e a rotina dos *cops* nova-iorquinos estão descritas em Christopher Thale. “Neighborhoods, police, and changing deployment in New York City before 1930”, in: *Journal of Social History*, vol. 37, 2004. O autor nota uma mudança no padrão de policiamento no curso do tempo. No período da guerra civil, os policiais permaneciam por longo tempo e com exclusividade em um distrito particular. À medida que se aproximava o final do século XIX, a rotatividade aumentou, o que afastava os *cops* do contato mais próximo com a população. A administração policial também visava, com essa medida, a dificultar a mediação de propinas e subornos, já que havia necessidade de negociar com mais de um agente.

⁹⁷ Art. 33 do *Regulamento da Companhia de Urbanos, de 30/06/1876*. AESP, co2584.

*será guarnecida por um inferior, um cabo e seis soldados, sendo quatro da companhia de cavalaria do CPP. Ficam extintas as estações policiais do Vergueiro, Marco de Meia Légua e Arouche e de urbanos da Freguesia do Brás”.*⁹⁸

Naquele mesmo ano de 1881, os guardas da Companhia de Urbanos foram incumbidos de patrulhar as ruas mais centrais conforme a seguinte orientação: rua Direita (6 guardas), do Príncipe (3), do Imperador (3), da Esperança (3), da Glória (3), da Liberdade (3), da Tabatingüera (3), da boa Morte (3), da Imperatriz (6), do Comércio (4), São Bento (6), de São José (3), da Constituição (3), 25 de Março (6), da Boa Vista (3) e no Largo do Colégio (3). Além disso, havia “postos de vigilância” que contavam com a presença fixa de policiais. Além dos logradouros citados, outras localidades foram contempladas com postos, tais como, a travessa do Rosário, o Largo de São Francisco (e rua do Ouvidor), o Largo da Cadeia, o Largo do Colégio, as ruas do Riachuelo, do Quartel, dos Estudantes, das Flores, do Hospício, do Carmo, do senador Feijó, do Jogo da Bola, num total de 27 postos, sendo que alguns não dispunha de policiais.⁹⁹

Essas divisões eram freqüentemente remodeladas, com o acréscimo de outras estações (como a do Alto de Santana, em 1887) ou postos de vigilância, como por exemplo, os que foram instalados na rua Senador Florêncio de Abreu, na rua do Gazômetro e no Matadouro Municipal.

No entanto, a ocupação plena do espaço público da capital sofria com as limitações estruturais da polícia. A insuficiência de pessoal era considerada um dos maiores problemas, como atestava o comandante da Companhia de Urbanos, em 1881. *“Feita a distribuição dos guardas, não menos que doze ruas, no coração da capital, ficam sem guardas, dando-se o mesmo nas freguesias suburbanas, sendo que na divisão das turmas, entre às cinco e às sete horas da manhã e da uma às quatro, alguns postos de vigilância ficam a descoberto”.*¹⁰⁰ Em 1887, o problema persistia: *“As ruas Direita e São José deixaram de ser rondadas por dois guardas, pois se acham ausentes; a rua de São Bento deixou de ser rondada por três guardas por ter um deles sido licenciado; a rua Tabatingüera é rondada por dois guardas, sendo um da esquina das Flores até a ponte e*

⁹⁸ *Ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 24/08/1881. AESP, co2606.*

⁹⁹ *Mapa da força existente na Companhia de Urbanos, em 21 de junho de 1881. AESP, co2608.*

¹⁰⁰ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos para o chefe de polícia, em 22/06/1881. AESP, co2608.*

*outro desta pela rua do Hospício até a ponte do Carmo, falta esta devido a insuficiência no número de guardas, ainda mais que alguns se acham doentes e outros se ocupam de ordenanças do delegado e sub do sul”.*¹⁰¹

As grandes distâncias a serem cobertas nas rondas e a inexistência de uma rede amplificada de transporte dificultavam a realização do serviço: “*A polícia de certos pontos arredados da cidade, mas nos limites das freguesias suburbanas, como Mooca, estrada do Brás, a partir da estação da linha férrea do Norte, comércio da Luz, até a Ponte Grande e Glória, depois do Largo dos Ingleses, não pode ser feita pela Companhia de Urbanos e menos por praças pedestres. A Companhia de Urbanos já não é suficiente para os postos da cidade e dos pontos mais habitados das referidas freguesias*”.¹⁰² E, quando disponível, o acesso dos guardas ao transporte público sofria embaraços constantes. Em 1881, os policiais deixaram de receber passe gratuito para os bondes, benefício que vigia havia quatro anos. No entanto, reclamava o subdelegado do Brás, “*o serviço policial desta freguesia não é como os do centro da capital, pois que tem de ir e voltar duas e três vezes por dia. Peço, pois, para que lhe sejam dados os passes para que o serviço não sofra (...)*”.¹⁰³

Segundo o chefe de polícia, a ausência de uma força pública nos bairros periféricos que passavam a orbitar ao redor do centro urbanizado ia de encontro aos esforços civilizatórios do governo: era imperioso policiar esse rincão de cidade que se desenvolvia: “*A distância em que se acham os pontos acima indicados, as casas que se vão edificando, a população que para ali se derrama, tudo indica a necessidade de polícia e esta garantia não deve influir pouco para o desenvolvimento desses bairros*”.¹⁰⁴

Mesmo o policiamento dentro de uma freguesia central, como a de Santa Ifigênia, era prejudicado pela relação pessoal/extensão do território. Ao responder uma notícia d’A *Gazeta do Povo* que divulgava uma série de roubos ocorridos entre os dias 3 e 4 de janeiro de 1886, o chefe de polícia oferece detalhes da rotina diária dos policiais:

¹⁰¹ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 29/12/1887. AESP, co2677.*

¹⁰² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 16/10/1878. AESP, co2586.*

¹⁰³ *Ofício do subdelegado do Brás ao chefe de polícia, em 14/05/1881. AESP, co2604.*

¹⁰⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 16/10/1878. AESP, co2586.*

*“É bem verdade que a freguesia de Santa Ifigênia ocupa extensíssima área; contém ela 18 quarteirões compostos de ruas, algumas das quais são extraordinariamente longas, ao passo que para o seu policiamento disponho de apenas 22 guardas urbanos na estação da rua Alegre e de 13 praças do CPP permanente na estação da Ponte Grande. Destes 33 agentes da força pública somente 29 fazem as rondas durante a noite, permanecendo os demais de piquete nas respectivas estações, prontos para os casos anormais em que seja urgentemente reclamada a sua presença. Sendo como é deficiente e muito limitado o número de praças empregadas no serviço das rondas noturnas, compreende V. Exa. que a despeito dos esforços meus e da boa vontade delas, o serviço do policiamento não deixa de ser incompleto e pleno de lacunas. É assim que não obstante haver determinado que as rondas fossem feitas até às 4 e meia da madrugada e houvesse alongado o espaço que cada rondante cumpria percorrer, muitas ruas da freguesia continuam sem agentes que velem pela segurança de seus moradores prela razão de ser isso absolutamente impossível”.*¹⁰⁵

Outros problemas conjunturais turbavam o bom andamento do serviço, conforme alegava o comandante da Companhia de Urbanos, em 1887, ao informar que as ruas Direita e São José deixaram de ser rondadas por dois guardas, pois se achavam ausentes; a rua de São Bento deixou de ser rondada por três guardas, por um deles ter sido licenciado; Lembrava ainda que *“alguns se acham doentes e outros se ocupam de ordenanças do delegado e do subdelegado do Sul”*.¹⁰⁶ A falta de policiais prejudicava a própria essência do policiamento preventivo. Só a presença ostensiva dos agentes que palmilhavam a cidade – dia e noite – nas suas rondas e patrulhas podia assegurar a eficiência do trabalho, que deveria ser otimizado com a divisão do serviço policial em turnos. Não conhecemos a fundo a logística exata do sistema, já que não encontramos qualquer regulamentação legal ou regimental sobre o tema, mas, de todo modo, algumas pistas são dadas pelo exame da documentação.

¹⁰⁵ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 08/01/1886. AESP, co2660.*

¹⁰⁶ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos para o chefe de polícia, em 29/12/1887. AESP, co2677.*

Sabemos, a priori, que os policiais lotados nos postos de vigilância tinham que percorrê-lo “*continuamente o espaço do posto que lhe for designado, com passo regular, parando somente quando tiverem de ouvir alguém sobre objeto de serviço ou observar coisa ou pessoa digna de sua atenção*”.¹⁰⁷

Ao que tudo indica, os guardas urbanos eram divididos em turnos de quatro horas de serviço por quatro horas de descanso. O guarda Gabriel dos Anjos Nascimento devia estar de prontidão das 20hs até a meia-noite, mas foi flagrado às 21:30hs, à paisana, pelo sargento, seu superior.¹⁰⁸ Já o guarda n. 27, interpelado por estar fumando em serviço, respondeu que recebera autorização do subdelegado da Sé para “*fumar em todas as quatro horas de serviço*”.¹⁰⁹ Também não sabemos quantos turnos cada policial realizava por dia, mas há indícios de que eram mais de um, conforme testemunha o guarda n. 181, Henrique Kwentes, que disse ter “*saído do serviço de ronda às quatro horas da tarde, retirando-se para sua casa a fim de descansar para novamente entrar de serviço à meia-noite*”.¹¹⁰

A boa realização do policiamento era supervisionada por oficiais específicos, como o tenente de ronda Rodolpho Gregório de Azambuja¹¹¹, que no início de 1888 informava em ofício protocolar ter circulado pela cidade “*no primeiro quarto de noite sem novidade*”. Também escrutinou outras estações, sendo a Primeira, às 12:30hs; a Segunda, às 2:00hs; a Terceira, às 2:45hs e a Quarta, às 1:40hs, e “*encontrei os sargentos em atividade*”. Já o nosso velho conhecido Manoel Marcellino Francisco de Oliveira, que desligado do CPP provavelmente encontrou guarida entre os urbanos, deparou um problema para cumprir sua supervisão, “*deixando de rondar as freguesias em vista do animal ser desbocado e atirar-se*”. Ato contínuo, disse ter solicitado um outro equino para a cavalaria, mas o pedido foi negado por falta de animal.¹¹²

¹⁰⁷ Art. 30, parágrafo 2º, do Regulamento da Companhia de Urbanos, de 30/06/1876, *op. cit.* AESP, co2584.

¹⁰⁸ Ofício do comandante de urbanos ao chefe de polícia, em 30/01/1886. AESP, co2664.

¹⁰⁹ Ofício comandante de urbanos ao chefe de polícia, em 29/04/1886. AESP, co2668.

¹¹⁰ Ofício do comandante de urbanos ao chefe de polícia, em 22/03/1887. AESP, co2278.

¹¹¹ Rodolpho Gregório de Azambuja tem uma longa história e no mínimo insólita na Companhia de Urbanos, em 1879 era 1º sargento e comandante da Estação de Santa Ifigênia. Em 1882, envolveu-se numa confusão com uma praça do CPP, Martiniano Baptista Araujo, que será narrada no capítulo seguinte. Segundo o comandante da Companhia de Urbanos, o sargento Azambuja teria sido alvejado e morto (!) pela praça. Não obstante, ele reaparece – aparentemente vivinho – como tenente de ronda, em 1888. Entre 1889 e 1891 foi alçado a comandante geral daquela corporação. Depois de novembro de 1891, quando há uma reorganização das forças policiais de São Paulo segue como comandante do 2º Corpo Militar do Estado.

¹¹² Ofícios de Rodolpho Azambuja e Manoel Marcellino Francisco de Oliveira ao chefe de polícia, em 13 e 14 de janeiro de 1888. AESP, co2691.

Nos primeiros anos do serviço da Companhia de Urbanos, aos guardas era facultado dormir na Estação Central, “*resultando disso a conveniência de prestarem-se a qualquer serviço urgente, mesmo estando de folga*”, apesar de a estrutura da corporação ser civilista, não prevendo o acasernamento.¹¹³ Essa observação do chefe de polícia é importante para localizar como a administração policial lidava com sua força de trabalho – assim como o soldado permanente, cujo espírito militar impunha-lhe prontidão permanente, esperava-se que o urbano permanecesse diuturnamente à disposição da instituição. Isso trará implicações marcantes, como veremos mais adiante, sobre a rotina do policial, que não lhe permitia separar o tempo de trabalho das horas de descanso e de lazer.

Já se disse que a intenção do policiamento preventivo é a presença imediata do policial no espaço público, mesclando-se aos criminosos e desordeiros em potencial. Se a simples presença do policial não demove o criminoso de agir, a contingência utópica demanda que o policial, baseado em sua experiência, se antecipe ao fato criminoso e interpele o suspeito, fundamentando sua ação na simples presunção ante as intenções pouco samaritanas do indivíduo. Claro que essa situação só vale como ilustração hipotética, mas, não obstante, na impossibilidade da presença ubíqua do policial em todas as reentrâncias da cidade, a cartilha do policiamento preventivo pretende no mínimo o flagrante do ato criminoso. Não à toa, um dos instrumentos inerentes ao guarda de urbanos era o apito, que ele utilizava para mobilizar seus colegas. Em conjunto com o sibilo, a presença de policiais da companhia de cavalaria do CPP, criada em 1881 (mas extinta no ano seguinte), também auxiliaria num socorro mais presto, conforme sugeria o chefe de polícia, em 1880: “*Seis ou oito praças [de cavalaria], por exemplo, podem percorrer a cidade das dez à uma hora e de uma às cinco (...) o concurso de algumas de suas praças, na ronda noturna, é de grande importância, já pelo aparato, já porque ao toque do apito em qualquer ponto, acudirão com facilidade, o que não sucede com a força pedestre*”.¹¹⁴ Um simples atraso, no entanto, podia significar a fuga do faltoso. Foi isso o que ocorreu em outubro de 1885, quando uma família passeava pela rua São João, às 10 horas da noite quando foi ofendida verbalmente por um ébrio. Nesse caso, o guarda rondante, ao ouvir os apitos, dirigiu-se para o local, mas não tinha ninguém quando finalmente chegou à cena do crime.¹¹⁵

¹¹³ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província em 15/10/1876*. AESP, co2573.

¹¹⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/03/1880*. AESP, co2597.

¹¹⁵ *Ofício do subdelegado para o chefe de polícia, em 08/10/1885*. AESP, co2646.

Outro prejuízo ao serviço era a má iluminação da capital, que desde o início dos anos de 1870, recebeu lampiões a gás. Apesar de espichar para além do arrebol a presença dos paulistanos nas ruas, ampliando as possibilidades de interação com o espaço urbano e emprestando toda uma nova simbologia ao período noturno¹¹⁶, a iluminação artificial era ainda um serviço precário que, além de provocar queixas gerais entre os cidadãos, ampliava o leque de oportunidades aos gatunos de ocasião, os quais aproveitavam o maior fluxo de gente perambulando pelas ruas. O subdelegado de polícia do Brás, por exemplo, ordenou prontamente que se providenciasse a instalação de combustores de gás nas ruas América, Santa Rosa, Benjamim Constant, Florida, Cruz e Carneiro Leão. Segundo aquela autoridade, havia muitas queixas de moradores que vinham sendo vítimas de pequenos furtos onde não havia iluminação. Até porque o guarda urbano, desde o seu posto, não era capaz de ver “*nas trevas*” indivíduos entrando nas casas ou quintais.¹¹⁷

A questão da iluminação pública manteve-se uma preocupação constante da polícia paulistana, principalmente após a inauguração da Companhia de Urbanos, responsável ela própria pela fiscalização e autuação da concessionária responsável pelo serviço, caso houvesse infração do contrato. E os problemas com a iluminação enfastiavam o comandante da instituição. Em relatórios diários passados ao chefe de polícia e retransmitidos ao presidente, a autoridade fazia uma avaliação do serviço. Neles, constataavam as falhas no serviço. Em 20 de maio de 1881, relatava que “*a iluminação pública desta Capital tem feito diferença bastante visível para menor, na intensidade da luz, nos combustores, principalmente das 12 horas da noite em diante, em que a diminuição é demasiada*”.¹¹⁸

Como sugere Egon Bittner, as atribuições da polícia se estendem na medida das contingências de necessidades emergenciais, quando se torna a única agência competente para agir onde ninguém mais está disponível.¹¹⁹ Na capital, cujo trem de vida rodava longe das veleidades metropolitanas, a supervisão do trânsito já assoberbava o serviço da novíça Inspetoria de Veículos, ligada à polícia, cujo cargo de inspetor foi preenchido inicialmente por um alferes, que também fazia as vezes de comandante da Seção de Bombeiros. Cuidava

¹¹⁶ Sobre a simbologia da noite e seu policiamento, ver Simone Delattre. *Les douze heures noires: la nuit à Paris au XIXe siècle*. Paris : Albin Michel, 2000.

¹¹⁷ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/09/1883*. AESP, co2671.

¹¹⁸ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 20/05/1881*. AESP, co2612.

¹¹⁹ Egon Bittner. “Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia”, *op. cit.*

a polícia da regulamentação do serviço prestado pela Companhia de Ferro Carris, no que concerne ao cumprimento das cláusulas contratuais firmadas com o governo provincial¹²⁰, à supervisão e matrícula dos condutores. Em 1881, ano em que o posto foi criado, o inspetor de veículos fazia diligências nos carros e tálburis para investigar denúncia de que os condutores estavam portando armas proibidas e verificar se os cocheiros carregavam tabelas e matrícula.¹²¹

Além disso, a polícia e seus agentes interferiam nas desinteligências entre os bondes e os coches particulares¹²², principalmente no início do serviço, na década de 1870, assim como auxiliava, por meio dos guardas urbanos, na fluência do tráfego em geral, a exemplo do que houve em 1881, quando o inspetor de veículos propôs a instalação de vigias no cruzamento da rua Direita e São Bento, lugar conhecido como Quatro Cantos, e outro na esquina da rua da Imperatriz, lugar conhecido pelo Mercadinho, para impedir

¹²⁰ Em ofício de 5 de março de 1882, o presidente da província alertava o chefe de polícia: “1º: que o trem rodante, além de insuficiente, dando ocasião ao abuso do excesso de lotação dos carros, carece de sérios reparos, a fim de garantir a segurança dos passageiros e dos transeuntes; 2º: que o contrato não é cumprido pela Companhia, entre outros deveres, quanto ao de ter vigias nas curvas das linhas; 3º: que o pessoal empregado quer como condutores, quer como cocheiros, carece de fiscalização, sendo que aqueles têm se recusado a matrícula na repartição da polícia (...)”. Ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 05 de março de 1882. AESP, co2620. Ver também *Relatório sobre a inspeção da companhia de bondes pela comissão formada na polícia, enviado ao chefe de polícia, em 15/06/1884*. AESP, co2633.

¹²¹ Em julho de 1881, o inspetor de veículos cassou a licença e matrícula do cocheiro Joaquim Rodrigues da Silva, “por ter demonstrado falta de perícia, zelo, cuidado e respeito no desempenho de seus deveres. No dia 09 do corrente, mutilou ele o carro que guiava de n. 13, fato este que só teve como origem a falta de cuidado e o entusiasmo de querer mostrar sua bravura aos passageiros que conduzia (...) levava ele o carro em toda disparada pela ladeira do Carmo abaixo, do que resultou virar-se o veículo e ficar completamente estragado. Além de todas estas irregularidades, ainda há a da falta de zelo nos seus uniformes pois que apresenta-se na boléia dos veículos em estado de não se poder acreditar que seja aquele o indivíduo que está habilitado ao governo do veículo em que estive”. Ofício do inspetor de veículos ao chefe de polícia, em 12/07/1881. AESP, co2612. Ver também a série de ofício do inspetor de veículos ao chefe de polícia, encartados na rubrica Diversos, em AESP, co2612, de 1881. Em 1882, houve uma greve de condutores que se queixavam de serem obrigados a pagar metade do valor dos emolumentos necessários para a matrícula na polícia, visto que a Companhia só arcaria a outra metade. Ofício da Companhia de Carris de Ferro ao chefe de polícia, em 11/03/1882. AESP, co2620.

¹²² O diretor da Companhia de Carris de Ferro comunica ao presidente da província um entrevero que se deu entre o cocheiro do bonde e o cocheiro do veículo 36, que estacionou sobre os trilhos e se recusou a sair, causando a batida dos dois veículos, seguindo-se “uma desagradável disputa entre os dois cocheiros, que foi presenciada pelos passageiros e superintendente e mais empregados da Estrada de Ferro. O cocheiro do veículo, um tal de Braga, não satisfeito com o que tinha praticado, apareceu mais tarde na Estação desta companhia armado de um cacete e revólver ameaçando o cocheiro do bonde, o que igualmente foi testemunhado pelos vizinhos. Estas desagradáveis ocorrências e as pedras e outros obstáculo que lançam na linha para interromper os bondes em suas viagens causam sérios embaraços para que esta Companhia possa, como deseja, organizar a regularidade do serviço, e portanto vou rogar a V. Exa. se digne providenciar energicamente mandando policiais na Estação da Estrada de Ferro para que estes fatos que podem ter lamentáveis conseqüências se não reproduzam”. Ofício do diretor da Companhia de Carris de Ferro ao presidente da província, em 11/10/1872. AESP, co2545.

abalroamentos e batidas. Os sinais deveriam ser feitos com duas bandeirolas, uma encarnada e outra branca. A vermelha impende parada incontinente, pois o caminho se encontraria embaraçado; a branca sinalizaria o contrário. À noite, as bandeirolas seriam substituídas por lanternas de cor encarnada e azul.¹²³

Assim, a análise sobre a rotina do policial na capital é importante não só para avaliarmos seus caminhos pelos logradouros da cidade – dos mais concorridos, como as estações de trem, os chafarizes, quiosques, tavernas, teatros; até os recantos mais ermos, escuros e afastados das freguesias periféricas – mas serve também para perscrutarmos as múltiplas oportunidades de interação que se dava entre o policial e a população paulistana – aquele inevitavelmente “de serviço”, enquanto esta dedicada à miríade de quefazeres oportunizados no espaço público. De todo modo, o policial paulistano – permanente ou guarda urbano – passava a ser um personagem mais e mais freqüente nas ruas da cidade, uma vez que o policiamento preventivo representa “*a penetração e a contínua presença da autoridade política no cotidiano da cidade, situação absolutamente inédita e inaugurada no século XIX*”.¹²⁴ No caso de São Paulo, essa nova prática requalificava a rotina dos agentes da lei, principalmente dos guardas urbanos, ampliando exponencialmente suas margens de discricionariedade, de autonomia e de manipulação da posição de autoridade em relação a seus colegas permanentes, sujeitos à vigilância mais cerrada estipulada pela formatação do CPP e cujos fundamentos militares limitavam, em teoria, as possibilidades de socialização das praças com os administrados.

Outras tarefas

É muito difícil aferir a quantidade efetiva de trabalho realizada pela polícia a partir das estatísticas criminais.¹²⁵ Do ponto de vista técnico e aplicado à realidade paulista do

¹²³ *Ofício do inspetor de veículos ao chefe de polícia, em maio de 1881*. AESP, co2607.

¹²⁴ Luís Antônio Francisco de Souza. “Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa”, *op. cit.*, p. 268.

¹²⁵ Como bem lembra Marcos Luiz Bretas, as estatísticas “*podem ser usadas, muito proveitosamente, para mostrar como os administradores da polícia e as elites que eles representavam percebiam a realidade*”. Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997, p. 59. Segundo o autor, sua produção correspondia às preocupações, anseios e medos da elite, pp. 62 e 63. Ainda sobre o uso das estatísticas criminais, ver Sidnei Munhoz. *Cidade do avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP, 1997; Eric H. Monkkonen. *Policing in urban America 1860-1920*. Cambridge : Cambridge University Press, 1981; Boris Fausto. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo : Brasiliense, 1984; Clive Emsley. *Crime and society in England, 1750-1900*. London : Longman, 1996 (2a edição) e Roger

século XIX, o próprio chefe de polícia narra as dificuldades de se coligirem os dados gerais, justificando a demora para a emissão dos mapas da criminalidade de 1878, uma vez que os números das localidades só foram enviados em março de 1880 e, mesmo assim, parcialmente. Em ofício ao presidente da província, ele assumia que os mapas gerais “*não oferecem base para comparação e apreciação de suas cifras nem tampouco para consideração sobre o estado moral da população*”. Ato contínuo, responsabilizava as autoridades policiais locais pelo mau serviço, pois elas “*tomam a obrigação que tem o cidadão de intervir na manutenção da ordem pública e das garantias individuais que a todos aproveita como um favor que prestam à Administração da província ou como m serviço ao partido político. Nestas condições, o concurso que prestam é deficiente e a liquidação da estatística há de ficar sempre prejudicada*”.¹²⁶

Uma leitura dos resultados oficiais aponta que em 1888, por exemplo, foram realizadas 165 capturas, e comunicados 138 crimes. Já entre 1879 e 1880, foram 82 prisões realizadas, sendo que apenas 40 se referiam a crimes cometidos naquele biênio. É preciso lembrar que não tratamos aqui das contravenções, os chamados “crimes sem vítimas”, que infringiam a ordem pública (vadiagem, embriaguez, desordem), cuja competência judicante cabia à própria polícia (independiam de ordem judicial) e que produziam milhares de detenções correcionais por mês, principalmente nas cidades mais urbanizadas, como Santos, São Paulo e Campinas. Nesses casos, a diferença é brutal se comparados a outras ocorrências. Os dados coligidos pela chefia de polícia, relativos aos meses entre novembro de 1879 e dezembro de 1880, atestam que 1779 pessoas foram recolhidas às estações da

Lane. “Polícia urbana e crime na América do século XIX”, in: Michael Tonry & Norval Morris (orgs.). *Policimento moderno*, São Paulo, EDUSP, 2003. Para se ter uma idéia do tratamento das estatísticas criminais pelo governo e a dificuldade de extrair qualquer análise objetiva, basta olharmos para o quadro criminal comparativo publicado no *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Exm. Sr. Dr. João Theodoro Xavier, presidente da província no dia 14 de fevereiro de 1875*. Não há qualquer razão objetiva que determine a flutuação assistemática das ocorrências.

	1869	1870	1871	1872	1873	1874
Homicídio	110	70	48	98	77	98
Tentativa de homicídio	44	35	29	28	18	43
Estelionato e outros crimes contra a propriedade	29	19	8	6	9	9

¹²⁶ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 15/03/1880. AESP, co2597.*

Companhia de Urbanos da capital, inscritas nas rubricas *embriagados*, *diversos motivos*, *alienados* e *escravos fugidos*, sendo que as duas primeiras abrangem 99% dos detidos.¹²⁷

Enumerar essas estatísticas esparsas pode dar a medida da quantidade de vezes em que as forças policiais eram oficialmente solicitadas (crimes reportados), o “trabalho” efetivo realizado no combate à criminalidade (capturas efetuadas), além das outras intervenções policiais na rotina da vida social (prisões correcionais), que, caso cotejadas com as outras “missões” cumpridas, apresentam uma aberrante desproporção. Essa discrepância entre o combate ao crime, consubstanciado, portanto, num mandato aprovado pelo poder judiciário, e as ações provocadas por impulsos bastante nebulosos (a exemplo das prisões baseadas em *diversos motivos* mencionadas acima) desnuda o caráter oficioso, discricionário e, por isso, difuso e incontrolável do serviço policial por parte de outras instâncias governamentais. Principalmente nos centros urbanos de maior monta, o grosso do trabalho da polícia, portanto, era consubstanciado em práticas tácitas, não-escritas, obscuras e intangíveis, não fossem os traços residuais que se emaranham na documentação policial, as quais respondiam primeiramente a uma lógica construída a partir de comandos empíricos e assaz resilientes, forjados na própria experiência cotidiana do policiamento.

Ainda no que concerne ao combate à criminalidade, havia alguns termômetros que auferiam quais ocorrências tinham por condão abalar os espíritos mais suscetíveis. Os crimes de homicídio, por exemplo, invariavelmente são aqueles que despertam a polícia da inércia e causam maior repercussão no meio social. Não à toa eles responderam pela maioria dos casos registrados. Os números oficiais compilados nos relatórios preparados pelos chefes de polícia nos levam a inferir que a polícia devia investigar entre 35 (em 1888) e 110 (em 1869) homicídios por ano, sendo que o total geral de crimes reportados variou de 706, em 1869, para 256, em 1871 e 138, em 1888.¹²⁸

Afora os homicídios, outras ocorrências desarranjavam o humor do governo. Durante todo o período estudo, foram coligidos sob a rubrica *Fatos Notáveis* os episódios

¹²⁷ A discussão fundamental sobre as prisões correcionais na cidade de São Paulo é feita por Boris Fausto. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, op. cit.

¹²⁸ Os crimes listados para os anos de 1869 e 1871 são de resistência, tirada ou fuga de presos, falsidade, perjúrio, destruição de bens públicos, contra a liberdade individual, homicídio, tentativa de homicídio, infanticídio, ferimentos e ofensas físicas, ameaças, estupro, rapto, calúnia e injúrias, adultério, furto, estelionato, dano, roubo, ofensas à religião, ajuntamentos ilícitos, vadiagem, armas defesas, bancarrota, arrombamento de cadeia, desobediência, quebra de desterro. Já para o ano de 1888, são homicídio, infanticídio, ferimento e ofensa física, fuga de presos, tentativa de fuga de preso, defloramento, tentativa de defloramento, roubo, furto, arrombamento, estelionato, resistência, ameaça.

que mereciam atenção destacada das autoridades policiais e que depois ganhavam publicidade nos relatórios anuais dos chefes de polícia. Não fazia parte desse rol apenas os crimes que podiam ser considerados os mais ominosos. Ao lado de assassinatos e de insurreições de escravos, figuravam eventos, mais ou menos, singelos, a exemplo de desastres de trem, afogamentos, desordens em teatros, suicídios, ferimentos, roubos de cadáver, queimaduras, incêndios, ataques de índios. Esses *atos notáveis* eram reunidos anualmente a partir da correspondência oriunda das autoridades policiais e judiciárias que contemplavam várias freguesias e vilas da província.

Portanto, não era todos os dias que havia uma festa religiosa, uma insurreição de escravos, um motim de trabalhadores de estrada de ferro ou um criminoso a ser perseguido. Outras ocorrências chamavam a atenção das autoridades. Mas, não obstante, elas apresentavam o mesmo caráter de insuetude que os crimes de maior monta, afinal eram considerados *atos notáveis*, e, portanto, insólitos. Assim, a rotina policial na cidade e no campo era talhada sob a égide da necessidade imediata.

Como visto, a amplitude do trabalho policial, que vai muito além do *law enforcement* e do controle social, é um fenômeno recorrente em organizações policiais internacionais, principalmente no decorrer do século XIX.¹²⁹ A literatura especializada registra uma lenta tendência de especialização dos aparelhos policiais modernos, que paulatinamente restringiram sua ação à manutenção da ordem pública e ao combate do crime, relegando outras funções para agências específicas.¹³⁰ Na província de São Paulo das décadas de 1870 e 1880, a polícia ainda mantinha muito de suas funções administrativas de outrora. Talvez pela carência de órgãos especializados, talvez por uma predisposição inerente ao aparato policial brasileiro, que mesmo nos dias de hoje reluta em abrir mão de certas prerrogativas, como o sistema de identificação civil e de emissão de passaportes, o fato é que os órgãos policiais concentravam uma parte importante da administração pública, controle de veículos, e da assistência social, como, por exemplo, a atenção a uma epidemia de varíola ou de lepra, o atendimento às vítimas de enchente, a internação dos “alienados”, o acolhimento (ou a reclusão) de mendigos, numa época em que as instituições

¹²⁹ Egon Bittner. “Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia”, *op. cit.*

¹³⁰ Eric H. Monkkonen. *Policing in urban America, 1860-1920*, *op. cit.*

especializadas, como o manicômio, os sanatórios e os asilos ou ainda não tinham sido implementados ou apresentavam funcionamento emergencial.

Nesse caso, não pretendemos discutir o caráter benigno ou malévolo da assistência pública e das ações de fundo caritativo perpetradas pela polícia – entre a abnegação e a segregação – apenas pretendemos demonstrar que, na ausência de outros dispositivos institucionais, sobrava para a polícia e para seus agentes lidar com esses problemas.

Em 1881, um ofício do delegado de São Sebastião descrevia uma calamidade de grandes proporções que se abatera sobre a vila: *“Não é possível descrever o espantoso temporal que desabou sobre aquela localidade (...) As águas correram dos morros em tão grande volume e com tanta força que arrastaram em sua queda enormes pedras e grandes árvores que chegaram às praias, reduzidos a pedaços (...) ficaram destruídas seis casas [no Bairro São Francisco] (...) O primeiro desses indivíduos, Joaquim Teixeira Guimarães, de 70 anos, casado, com 5 filhos, ficou reduzido à miséria: o pequeno cafezal e as demais plantações desse pobre homem desapareceram completamente sob um montão de pedras arremessadas do alto dos morros (...) No Quilombo e em Juiqueriquerê causou também o temporal grandes prejuízos, sendo porém de notar que as pessoas que aí ficaram prejudicadas não são tão pobres que necessitem de socorros públicos (...)”*.¹³¹

Coube, então, à polícia o primeiro socorro aos flagelados, vítimas de tão grave catástrofe. Não é difícil imaginar o delegado de polícia, autoridade mais próxima à comunidade, organizando missões adjutórias com o auxílio das praças de permanentes estacionadas em São Sebastião. Já em Lagoinha, na região do Vale do Paraíba, foi o fogo que devastou a população. Segundo relato dramático do subdelegado, o sinistro deflagrado em 10 de outubro de 1879 consumiu 31 casas (cinco delas cobertas de telhas e 26, de folhas), *“reduzindo ao mais deplorável estado de pobreza os seus habitantes, (...) pessoas pobres e muitas delas viviam da caridade pública. Só pela proteção divina escapou a população de ser presa das chamas (...) É o prejuízo calculado em 2145#000”*.¹³²

E missões de ordem assistencial podiam trazer dividendos aos policiais. Foram raras, mas encontradiças, algumas notas elogiosas em contrapartida a feitos considerados heróicos. A praça do CPP Thomé Antonio Bahia foi obrigada a abandonar seu posto no

¹³¹ Ofício do delegado ao chefe de polícia, em 11/03/1881. AESP, co2608.

¹³² Ofício do delegado de São Luis do Paraitinga para o chefe de polícia, em 05/11/1879. AESP, co2591.

Mercado público de São Paulo com vistas a ajudar a extinção de um incêndio na cozinha da casa de D. Carolina, situada na rua da Boa Vista, 28. Sua ausência temporária, que, pelo regulamento, seria passível de repreensão, foi perdoada pelo comandante geral, que voltou carga contra as guardas da Companhia de Urbanos que deixaram de dar o alarma de sinistro.¹³³

Um pronto socorro teve que ser oferecido por um guarda de urbano ao italiano Mortari Cherubino, que subindo a Ladeira de São João, *“chegou ao guarda do posto (...) e queixou-se que sofria dor, apertando o peito, desse modo caiu prostrado, chegando nessa ocasião outro guarda que o fez conduzir em um carro para a Estação de Urbanos, falecendo ao tirar do carro (...) Com o falecido foi encontrado um cachimbo, um caderno de lembranças sem importância, três cartas de dois filhos de nomes Alexandre e André, moradores no Ipanema, cujas cartas traziam o subscrito dirigido para São Bernardo, o que faz crer que o falecido pertencia àquela colônia, e a quantia de 1780 réis”*. O posterior exame de corpo de delito acusou que a morte deveu-se a uma gastrite crônica. Infelizmente, não podemos saber se a polícia se incumbiu de encontrar amigos e familiares do falecido para comunicar sobre o infortúnio, completando o ciclo assistencial iniciado com o pronto socorro ao doente.

Se o acudimento ao italiano moribundo deixou apenas um frio registro burocrático, outro gesto assistencial protagonizado por um sargento da Companhia de Urbanos foi digno dos maiores encômios por parte de seus superiores. O herói de plantão foi José Joaquim Souto, cuja peripécia mereceu um ofício alinhavado com contornos épicos: *“Surdo às vozes de seus camaradas, que aflitos o queriam conter, surdo à voz da natureza e insensível a todo o interesse próprio que lhe mostravam o perigo iminente, heróico de abnegação e caridade, precipitou-se na cova infecta e de profundidade insondada, conseguindo logo depois levantar nos braços a criança salva”*. De que criança se trata? Do bebê que uma alemã, empregada do Dr. Brasília Barama, acabara de parir, acorada numa latrina da casa do patrão, envergonhada do embaraço, fruto de relação ilícita. No ato, a criança *“desprendendo-se de suas vísceras rolou para a senteira”*. O policial prontamente acudiu os berros da mãe desastrada e desamparada. Seguiu-se, portanto, o ofíciolouvaminheiro do

¹³³ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 29/07/1878. AESP, co2584. Uma companhia de bombeiros foi criada na cidade de São Paulo apenas em 1881.*

chefe de polícia: *“Atos desta ordem, Exmo. Sr., que tanto recomendam os seus autores à estima de seus concidadãos pelos sentimentos nobres que revelam, pedem uma recompensa que sirva de estímulo à imitação e de prêmio ao mérito e valor; é por isso que eu, fazendo quanto estava a meu alcance para corresponder a este fim, mandei elogiá-lo e pela verba do orçamento - auxílio à polícia - lhe fiz entregar a quantia de 50 mil réis, esperando que V. Exa. se dignará aprovar este meu ato”*.¹³⁴

A ação prestimosa, digna de uma polícia cidadã, altruísta e preocupada com o bem-estar dos administrados, que privilegia a vida alheia em relação à própria, valia a pena ser premiada e propagandeada como sendo o ideal de uma polícia liberal, respeitadora de direitos alheios e ombreada às forças européias e norte-americanas, símbolo máximo da civilização. No entanto, os termos elogiosos escriturados pelo chefe de polícia dão a idéia, não só da rarefação desses “atos heróicos”, mas também do seu caráter inusitado, já que a autoridade não consegue esconder sua surpresa com o fato. Muito mais comuns e menos glamorosos eram os serviços assistenciais prestados durante as epidemias de varíola e febre amarela, que obrigavam os policiais a um contato direto com os doentes, uma vez que até o final do Império, na província de São Paulo, não havia um serviço efetivo de saúde pública.¹³⁵

Em tempos republicanos tornou-se célebre a revolta popular contra a vacina compulsória contra a varíola.¹³⁶ Em São Paulo, apesar de alguns sérios surtos epidêmicos, como aquele que assolou a população de diversas regiões da província no triênio de 1872 a

¹³⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 17/08/1880. AESP, co2598.*

¹³⁵ Na verdade, essa função deveria ser realizada pelo Provedor de Saúde, como estatuiu um regulamento publicado em 29 de setembro de 1851. Mas o chefe de polícia, em ofício ao presidente da província, em 1872, reclamava que aquele cargo *“há muito está vago por ser retirado para a corte o médico que exercia esse lugar”*. Na falta do órgão competente, imediatamente ao chefe de polícia era investido dessa função *ad hoc*, no comando da qual, inclusive, confessava que *“pouco tem a fazer, havendo entretanto tantos abusos a cortar e alguns deles ou quase todos assaz prejudiciais a salubridade pública”*. *Ofício do chefe da polícia ao presidente da província, em 06/05/1872. AESP, co2543.* Em 1873, a Câmara Municipal rendeu uma homenagem ao chefe de polícia pelo seu procedimento durante a quadra epidêmica que grassou na cidade naquele ano: *“A Câmara Municipal desta capital tendo em alta consideração os relevantes serviços por V. Exa. prestados durante a calamitosa quadra da epidemia reinante da varíola que com intensidade tem grassado nesta capital há mais de oito meses, encarregando-se de mandar estabelecer o lazareto que por ordem do Exmo. Governo da Província se acha funcionando sob a imediata inspeção e direção de V. Exa. que para ali tem efetivamente feito recolher os indigentes atacados do mal, onde recebem o esmerado tratamento devido ao zelo humanitário e dedicação desvelada por V. Exa. Empregados (...)”*. *Ofício do presidente da Câmara Municipal ao chefe de polícia, em 30/03/1874. AESP, co2555.*

¹³⁶ Sobre a Revolta da Vacina, ver José Murilo de Carvalho. *Os bestializados*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997; Sidney Chalhoub. *Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo : Companhia das Letras, 1999; Nicolau Sevcenko. *A revolta da vacina*. São Paulo : Brasiliense, 1984.

1875, não temos notícia de um confronto sistemático ante as campanhas de vacinação, embora haja aqui e ali notícias de resistência popular contra a vacina forçada ou a reclusão em sanatórios.¹³⁷ Interessante é notar que cabia aos agentes policiais o contato direto com as pessoas infectadas tanto no que concerne à remoção para os asilos, quanto nas desinfecções. Assim, sabemos que eram dois guardas da Companhia de Urbanos que conduziam os carros destinados ao recolhimento dos variolosos encontrados nas ruas, “*um servindo de boleeiro, e outro para ajudar o doente a transportar-se para o carro, visto que outra pessoa não se quer prestar a semelhante serviço*”.¹³⁸ No mesmo sentido, eram os policiais urbanos aqueles destacados para realizarem desinfecções em lugares “*infecto-contagiados*”. Em 1887, “*contando com os oferecimentos de V. Exa.*”, o inspetor de higiene solicitou ao chefe de polícia “*duas praças que já tenham tido bexigas*” para realizar o serviço.¹³⁹ Naquele mesmo ano, tendo notícia de uma casa infectada, a mesma autoridade requereu que os guardas policiassem aquela “*imedição para aí não consentir ajuntamentos e exigirem a maior limpeza e asseio, fiscalizando quanto possível que não haja repetidas comunicações com a casa infeccionada*”.¹⁴⁰ Um ano depois, o guarda urbano José Marçal era elogiado pela Inspetoria de Higiene pelo “*serviço de profilaxia*” e solicitava do chefe de polícia que se impusesse a maior fiscalização possível nos cortiços, hotéis e em “*todos os lugares habitados pela pobreza, porque com as últimas chegadas de*

¹³⁷ Ernani da Silva Bruno relata graves surtos de varíola na cidade de São Paulo. Ernani da Silva Bruno. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo : Hucitec, 1995, especialmente o terceiro volume. Sobre o surto epidêmico em Taubaté, ver Maria Cristina Soto. “Efeitos de uma epidemia de varíola em Taubaté (1873-1874)”, in: *Revista de História*, n. 127, agosto-dezembro 1993. O chefe de polícia fez circular entre os subdelegados da capital uma circular recomendando certas medidas sanitárias, previstas no Código de Postura, e a “*conveniência de conselhos à população para inoculação da vacina*”. Sugere que sejam convidados médicos “*caritativos*” para aos domingos vacinar a população suburbana, já que a afluência dos moradores até o centro, onde se encontra o posto vacínico, é irrisório, ainda mais se considerados o preconceito e a ignorância dos refratários. “*A estatística dos vacinados pelo instituto não pode corresponder satisfatoriamente às necessidades de uma população como a que se acha disseminada pelos bairros da Luz, Santa Ifigênia, Consolação e Brás: a relação há de ser desanimadora. Com certeza, os moradores de tais bairros não se esforçarão muito para virem e conduzirem crianças à Cidade, resultando da primeira visita ao instituto o compromisso de outras para a extração do pus e transmissão de braço a braço. Em todos os bairros acima indicados não existem médicos, mas o Dr. Vacinador, em cujos sentimentos confio, poderá anunciar a vacina naqueles lugares em que não achar um colega que o auxilie. Deste serviço feito com dedicação, em certa época do ano, levando-se quase à porta do cidadão o preservativo para uma moléstia que tem nesta capital e província um passado lutuoso, deve resultar grandes benefícios à saúde pública, concorrendo ao mesmo tempo para economia dos dinheiros do Estado, quase sempre gasto com precipitação no momento do perigo*”. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província em 04/10/1878*. AESP, co2586.

¹³⁸ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 05/7/1887*. AESP, co2682.

¹³⁹ *Ofício da Inspetoria de Higiene ao chefe de polícia, em 25/07/1887*. AESP, co2677.

¹⁴⁰ *Ofício da Inspetoria de Higiene ao chefe de polícia, em 01/08/1887*. AESP, co2677

imigrantes, já se vão manifestando muitos casos de difteria, escarlatina, varíola".¹⁴¹ Em fevereiro, o inspetor novamente solicitava os serviços do mesmo Marçal para o "*papel de desinfetador (no que ele é muito perito), papel que está atualmente sendo perigosamente desempenhado por um homem que se embriaga (...)*".¹⁴² Finalmente, em dezembro de 1888, o guarda foi lotado como enfermeiro no Lazareto dos Variolosos. O problema é que a cada vez que Marçal era adido à Inspetoria de Higiene seus vencimentos como urbano eram suspensos. Assim, não sabemos se o novo salário era compensador.¹⁴³

Assim como os guardas urbanos, os policiais do CPP também eram designados a se expor às moléstias. Em Rio Novo, em 1889, o delegado local requisitava ao chefe de polícia a transferência de dois praças da Estação de Pirambóia a fim de que se postassem à entrada da cidade para evitar a arribada de variolosos provenientes de Botucatu, Tatuí e Guareí, onde a doença fez "*imensas vítimas*". A vila, segundo a autoridade, "*acha-se rodeada pela epidemia, e se ainda não foi devastada, deve-se à graça divina*".¹⁴⁴ O contato direto com as pessoas infectadas de varíola, altamente contagiosa, podia aumentar o risco das praças contraírem a doença. Em Taubaté mesmo, em 1874, seis praças morreram – cinco deles acometidos de bexigas.¹⁴⁵ Em Lorena, as praças Francisco Leandro Serviçal e Antonio Francisco da Silva foram contagiadas pela moléstia.¹⁴⁶ Já Laurindo José Carneiro, engajado em 1875, natural de São Paulo, nascido em 1857, com 1,64m, sem ofício e solteiro, durante sua vida institucional no CPP, baixou a enfermidade cinco vezes, em seis anos, sendo que da penúltima vez fora diagnosticada a varíola.¹⁴⁷

No campo ou na cidade; atrás de criminosos ou desinfetando casas, a rotina de trabalho do policial era extensa, mas deixava espaços vagos para o convívio social e familiar; para o lazer, para o amor e para as picuinhas. É, então, desse cotidiano que trataremos no capítulo seguinte.

¹⁴¹ *Ofício da Inspetoria de Higiene de São Paulo ao chefe de polícia, em 31/01/1888. AESP, co2691.*

¹⁴² *Ofício da Inspetoria de Higiene de São Paulo ao chefe de polícia, em 01/02/1888. AESP, co2691.*

¹⁴³ *Ofício do chefe de polícia para o presidente da província, em 20/12/1888. AESP, co2694.*

¹⁴⁴ *Ofício do subdelegado de Rio Novo ao chefe de polícia, s/d (1889). AESP, co2699.*

¹⁴⁵ *Ofício do delegado de Taubaté ao chefe de polícia, em 07/08/1874. AESP, co2555.*

¹⁴⁶ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 09/02/1871. AESP, co2298.*

¹⁴⁷ *Ofício de Laurindo José Carneiro ao presidente da província, em 12/04/1883. AESP, co2626.*

Capítulo – 5: Nas brechas do cotidiano

No capítulo anterior, procuramos analisar os policiais em serviço, isto é, quais as tarefas de que se desincumbiam sobre o terreno. Agora, pretendemos ampliar esse estudo e vasculhar nos interstícios do cotidiano outros aspectos da rotina policial. Assim sendo, cabe a nós investir em uma abordagem que privilegie as atividades da polícia como fundamento para a formação de uma subcultura policial que, de acordo com Robert Reiner, constitui-se nos “valores, perspectivas e regras do ofício que informam sua conduta – [a cultura policial] não é nem monolítica, nem universal ou imutável (...)”.¹ Ou, de acordo com o entendimento de Haia Shpayer-Makov, a polícia era uma “uma distinta organização cultural com seu próprio estilo de vida, hábitos, rituais, condições de trabalho e relações pessoais”.²

Afinal, os policiais eram partícipes assíduos do dia-a-dia da província. Estavam presentes não só quando chamados a intervir, mas nos momentos de “calmaria”, por assim dizer. Nas brechas do dever, interagem e, ao interagir, legaram uma marca própria, expunham uma personalidade forjada, não só nos domínios da instituição, mas construída a partir da confluência de influências muito mais complexas, dentre as quais sua origem social, sua biografia e o contato íntimo com a população administrada. Além disso, agregasse a esse ponto de vista uma outra dimensão que extravasa o exame da instituição e de seus membros e se estende aos hábitos e costumes da população pobre, de onde, como vimos, os policiais eram oriundos. A aversão às práticas culturais populares por parte dos bem-pensantes, paladinos do progresso, associadas que eram a um estilo de vida desidioso e arcaico, incompatível com os novos parâmetros do trabalho sistemático e da “civilização”,

¹ Ainda segundo o autor, a cultura policial compõe-se de “regras informais não são nítidas e articuladas, mas estão incorporadas em práticas específicas e nuances que variam de acordo com situações concretas particulares e processos interativos de cada encontro. A cultura policial se desenvolveu como um conjunto padronizado de entendimentos que ajudam agentes a interagir com as pressões e tensões que confrontam a polícia, ajustando-se a elas”. Robert Reiner. *The police and politics*. Oxford : Oxford University Press, 2001, p. 87. Para uma perspectiva atual, ver também John K. Cochran e Max L. Bromley. “The myth(?) of the police sub-culture”, in: *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, volume 26, no 1, 2003. Sobre uma história cultural da polícia, ver Jean-Noël Luc. “Du bom usage de l’histoire des représentations des gendarmes”, in: *Sociétés & représentations*, n.16.

² Haia Shpayer-Makov. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Burlington : Ashgate, 2002, p. 07. Ver, do mesmo autor, “Relinking work and leisure in late Victorian and Edwardian England: the emergence of a police subculture”, in: *International Review of Social History*, n. 47, 2002.

era reproduzida no universo policial com muito mais ênfase, pois, afinal, eram os policiais os agentes investidos da prerrogativa de agir em nome dos espíritos modernizantes.

Assim, aparece com muita nitidez na documentação escrutinada a reprovação de um comportamento considerado inadequado pela administração da polícia (e por essa parcela das elites dirigentes), que punia os policiais que relutavam a obedecer aos mandados institucionais, insistindo em perpetuar, mesmo sob a farda, hábitos a serem proscritos – a embriaguez, o jogo, o consórcio ilícito com mulheres, o folguedo, a música menor.³ Da mesma forma que o estudo do perfil das praças, analisado em capítulo anterior, serviu como baliza para um exame mais abrangente da população pobre como um todo, o exame do cotidiano policial pretende se escorar no mesmo condão.

Para finalizar, a história da incorporação do policial à máquina estatal como agente da ordem e como representante da administração pública passa, também, pela introjeção de valores associados ao trabalho sistemático e a princípios inerentes a uma organização burocrática em indivíduos recrutados do estrato populacional que se pretendia fiscalizar. É, portanto, sobre a base desse oximoro dialético – pendular entre a ordem e a burla – pretendemos mariscar os momentos em que os policiais se desviavam do caminho reto e eram flagrados pelo sistema, deixando para trás, dessa maneira, rastros de uma subcultura em formação. Um apanágio que irremediavelmente se associa a práticas afrontosas àquelas idealizadas pelo comando institucional, uma vez que elas chegam a nós através do inventário das indisciplinas policiais. De acordo com o discurso oficial, uma eventual cultura policial deveria ser forjada e doutrinada sob a tutela exclusiva dos comandos internos e da adesão corporativa, impostos de cima para baixo e sem espaço para diálogos e contestações.⁴

³ Sobre a polícia e a cultura popular o Rio de Janeiro, ver Marcos Luiz Bretas. “A polícia das culturas”, in: Antonio Herculano Lopes. (Org.). *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

⁴ Haia Shpayer-Makov mostra como se estabeleceu esse controle institucional sobre a vida extra-corporativa dos policiais londrinos a partir do fomento e da supervisão sobre o tempo livre dos agentes por parte da cúpula administrativa. Essa tendência exige, entretanto, um grau de institucionalização com o qual obviamente a polícia imperial ainda não contava. Haia Shpayer-Makov. “Relinking work and leisure in late Victorian and Edwardian England: the emergence of a police subculture”, *op. cit.*

A rotina policial

O cotidiano do policial era formalmente condicionado pelas medidas disciplinares do regulamento, que escandiam o lícito do ilícito, o permitido do interdito. Suas atitudes não podiam contraditar a miríade de medidas prescritas. Assim, o agente da lei, ao contrário de outros trabalhadores, vivia 24 horas assombrado por um rigoroso guia moral que constrangia todos os seus passos, mesmo nas horas de descanso. Mas será que sobre o terreno eles foram de fato coagidos o regulamento? Ou ao menos absorviam a prescrição moral que impunham a correção de conduta e o distanciamento da vida viciosa das classes populares? Como se equilibrar entre as promessas de um mundo dionisíaco, e um outro, gris e austero? Era, enfim, se esgueirando no limite desses paradoxos que se desenrolava o cotidiano do policial.

Vimos que a missão policial envolvia uma gama ampla de tarefas estritamente supervisionadas, que deixavam, em princípio, poucas brechas para a iniciativa pessoal, a proeza ou o heroísmo. Algumas dessas tarefas permitiam um esgar de excepcionalidade, como a perseguição a um criminoso, outras faziam parte da rotina repetitiva e muitas vezes enfadonha que marcava o longo tempo de trabalho que devia cumprir o indivíduo. Muitas vezes eram incumbidos de serviços os quais deliberadamente se recusavam a realizar⁵ ou desempenhavam-no de má vontade, bufando de tédio e “*insolência*”, a exemplo das praças do destacamento de Araraquara, que ordenadas a buscarem duas testemunhas para depor num inquérito, “*saíram com pouca vontade e resmungando, propositalmente voltando logo depois, [dizendo] que não encontraram, que não sabiam a casa e tal (...)*”.⁶

De ordinário, nas vilas e freguesias, os policiais permanentes destacados e o contingente da polícia local acompanhavam o ritmo repetitivo do devir rural: acasernados em quartéis improvisados, vigiando cadeias rotas que guardavam ébrios contumazes, algum escravo fugido ou o alienado de plantão. Nem uma cidade importante como Franca, que contava 21.419 habitantes, segundo o censo de 1872, sendo cerca de 15% de escravos⁷, provia alguma agitação, se nos fiarmos nos termos do comandante do destacamento local,

⁵ O comandante da Seção dos Bombeiros ordenou a prisão de três praças por falta de atenção e recusa de serviço, “*sendo a falta de atenção e a recusa de serviço as mais graves e ofensivas à disciplina e boa ordem, em repartições arregimentadas*”. Ofício do comandante da Seção de Bombeiros ao comandante da Companhia de Urbanos, em 31/01/1881. AESP, co2606.

⁶ Ofício do subdelegado de Araraquara ao chefe de polícia, em 13/03/1889. AESP, co2699.

⁷ Dados populacionais coligidos por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*. Campinas : Unicamp/NEPO, 2001.

onde havia doze praças destacadas, “*sem nada a fazer*”, pois quatro fazem a guarda da cadeia que abrigam quatro presos, sendo um demente.⁸ A tendência à modorra se repete em outras localidades interioranas em que os eventos criminosos tornavam-se episódios extraordinários.⁹

Mesmo se na capital, e talvez nas cidades mais populosas da província, como Santos e Campinas (que também ganharam uma Companhia de Urbanos, em 1881), o cotidiano dos policiais era mais agitado, em vista da natureza mesma do policiamento preventivo, as rondas se mostravam demoradas, a garoa, persistente; a noite era comprida, escura e quieta; as demandas, repetitivas. A rotina, por vezes monótona, convidava o policial a se entregar ao *dolce far niente*.¹⁰ O tempo de lazer mesclava-se indissociavelmente ao tempo de trabalho, já que a divisão entre os períodos dedicados ao serviço e o tempo de descanso era pouco nítida. Isso valia mesmo para os guardas urbanos, os quais, como vimos, podiam

⁸ *Ofício do comandante do destacamento de Franca ao chefe de polícia, em 25/05/1871*. AESP, co2536.

⁹ Em 1874, uma circular da chefia da polícia solicitou aos delegados e subdelegados que listassem as ocorrências mais freqüentes, além das medidas administrativas, dentre as quais, os crimes praticados; os réus presos; capturas de réus por crimes particulares; os suicídios; o estado da cadeia; os presos que lá entraram durante o ano; os desastres e de qual natureza; os cadáveres encontrados; as alterações na saúde pública; os morféuticos indigentes; os fatos mais importantes, sua natureza e as pessoas que os fizeram. Na maioria das vezes, as respostas recebidas ou eram lacônicas, ou incompletas, ou quase nada reportavam de extraordinário. Em Campos Novos, 3.205 habitantes, segundo o censo de 1886, como não havia cadeia, o subdelegado Honório Brito procedeu a uma subscrição pública para construir uma pequena casa “*para correção dos embriagados. Há na cidade 12 morféuticos, sendo que apenas um vive da caridade pública*”. Em Apiaí, 7.603 habitantes, de acordo com o censo de 1872, não havia dementes nem morféuticos; a cadeia, rota, abrigava 25 presos, a maioria deles por detenção correccional, a serem soltos no dia seguinte. “*Quanto o de mais notável foi ter aparecido nesta Manoel Antonio da Cruz, intitulado-se santo; e que eu deixo de explicar os pormenores e somente confirmo ser verdade o que juraram as testemunhas no inquérito policial que nesta se fez e foi remetido a V. Exa. (...)*”. De Lagoinha, 4.855 habitantes em 1872, o subdelegado já avisava que “*o trabalho não é bem feito, mas é de boa vontade. V. Exa. desculpe se não estiver conforme (...)*”. Junto, relatava a presença de dois loucos, quatro crimes e dois réus presos. Em Cunha, com 7.873 habitantes em 1872, “*o número de pessoas que não tem as faculdades intelectuais em estado normal sobe apenas a 10, sendo que o de simplesmente idosas há 17*”. Mas é da subdelegacia de Ribeira que chegava a notícia mais auspiciosa: “*Não se fez prisão de pessoa alguma nem tampouco por mandado ou deprecada de outra autoridade, não tem havido perpetração de crime algum nem auto de corpo de delito (...) Não se tem dado suicídios nem me consta que nunca tal crime aqui se praticasse. Não existe cadeia nesta, nem casa alugada para tal fim, pelo que reclamo a atenção de V. Exa. para esta falta tão sensível. Também não tem havido incêndios, a saúde pública não tem sido alterada com epidemia de qualquer natureza, devido sem dúvida à salubridade do clima. Não existem morféuticos indigentes e nem loucos (...) Nada tem ocorrido que mereça mencionar à exceção do aparecimento do tal Manoel Antonio que se não fora as acertadas providências forçosamente teríamos a lamentar alguma desgraça em vista do grande número de crentes fanáticos (...)*”. *Ofícios de diversos subdelegados ao chefe de polícia, em 1874*. AESP, co2554.

¹⁰ Alexander von Hoffman ao analisar a rotina de um policial patrulheiro em Boston no fim do século XIX a partir da leitura de seu diário de trabalho, estima que apenas 12% das observações anotadas tinham referência a incidentes diretamente vinculados à ronda. Alexander von Hoffman. “An officer of the neighborhood: a Boston patrolman on the beat in 1895”, in: *Journal of Social History*, n. 26, vol. 2, inverno de 1992, p. 312.

ficar à disposição da Companhia, a pernoitarem na Estação Central.¹¹ Sendo assim, o ócio seduzia, e as possibilidades de usufruí-lo ampliavam-se com a farda. Afinal, aos policiais não só era lícita a presença em ambientes suspeitos, em que os vícios populares abundavam, como se lhes dava, de bandeja, um poderoso alvará que lhes franqueava a presença nesses antros considerados abomináveis. Assim, as oportunidades de se meter com “ilicitudes” medravam na proporção que aumentava a demanda por maior controle e do próprio recrudescimento de atividades contrárias aos bons costumes.

Nas frinchas do cotidiano, os policiais relutavam em arredar pé de sua “cultura” original em prol de um novo feixe de valores, além de buscar a todo custo tirar o melhor proveito do uniforme que envergavam: álcool, mulheres, jogos de azar, divertimentos e música popular. Simplificando, era contra esse conjunto aviltado que se batiam os moralistas do final do século XIX, numa cruzada saneadora para moralizar a índole do trabalhador pobre e do escravo. Caberia à polícia a missão de intervir na vida privada dos indivíduos a fim de retificar esses costumes inconvenientes. Como representantes de uma ordem civilizada, o mínimo que se poderia esperar desses agentes é que eles fossem infensos às práticas impróprias. Afinal, era a eles prover o exemplo maior. Mas os policiais, ao que parece, acataram seletivamente essa cartilha moralizante a ser imposta entre seus pares sociais. No fio do tempo, nem as sistemáticas exclusões por “incorrigibilidade” e “embriaguez” impingidas pela administração policial lograram cevar um espírito virtuoso no contingente.¹² E pensar que alguns que ingressaram na polícia como praças de pré

¹¹ A separação do tempo de lazer e do tempo de trabalho é um princípio que vige nas organizações modernas de trabalho, que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial. Ver, sobre o assunto, E. P. Thompson. “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”, in: *Costumes em comum - estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. Especificamente para a divisão trabalho/lazer nas forças policiais modernas, ver Haia Shpayer-Makov. “Relinking work and leisure in late Victorian and Edwardian England: the emergence of a police subculture”, *op. cit.*

¹² A embriaguez contumaz e o alcoolismo foram considerados pelo discurso higienista do final do século XIX um comportamento “sujo”, que se aproximava do “pecado” e da insubmissão, em contraposição à morigeração e à vida familiar preconizadas pela alta administração policial. Sobre o alcoolismo, ver João Batista Mazzeiro. “Alcoolismo e trabalho – vozes de criminólogos (São Paulo e Rio de Janeiro, 1880/1920)”, in: *Revista de História* : São Paulo, FFLCH/USP, n. 140, 1999. Sobre o alcoolismo entre os policiais, ver também Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP/FFLCH, 2004, p. 148 a 151. Sobre o alcoolismo entre os *gendarmes* franceses, ver Terry Strieter. “Drinking on the job: ivresse among the French Gendarmerie in the XIXth century”, in: *Proceedings of the XIIIth annual meeting of the Western Society for French History*, Edmonton, 23-26 outubro 1985. Flagstaff : Northern Arizona University, 1986. Para o autor, qualquer manifestação pública de embriaguez era considerada um desrespeito ao uniforme e punida severamente, por isso havia uma taxa de apenas 3% de policiais fichados como “ivrognes”: eram poucos os *gendarmes* que bebiam e poucos “heavy drinkers” permaneciam o tempo necessário para a aposentadoria.

alcançaram à oficialidade, mesmo enredados em comportamentos desairosos, como foi o caso, estudado em capítulo anterior, de Francisco de Assis Mendonça, o qual regaladamente era afeito a “*deboches e pagodeiras em alta noite pelas ruas com violão e cantorias em companhia de prostitutas*”.¹³ O mesmo oficial foi preso, em 1876, “*por ter tirado da cavalaria dois animais, a fim de rondar a patrulha com companhia de um paisano*”, isto é, usurpou o curral do CPP para oferecer montaria a um parceiro em passeio pelas ruas da capital, onde estava estacionado. Sabemos que Francisco, pródigo em arrostar soldados da tropa de linha, também foi acusado de espancar uma mulher em plena rua. Audacioso, a cavaleiro, fardado, armado, engalanado com a insígnia de oficial, Francisco fazia as vezes do protótipo *coq-du-village*.

De crista empinada também pavoneava o cabo Bernardino Antonio Hermes, engajado como praça, em janeiro de 1883, nascido no Rio Grande do Sul, em 1855, branco, sem ofício, com 1,75m e solteiro, comandante do destacamento de São João da Boa Vista, “*levando todos à valentona, desrespeitando homens considerados (...) e a sua permanência aqui trar-me-ia dificuldades e podia até ocasionar conflitos (...)*”.¹⁴ Seria a “valentona” um resquício do *ser gaúcho*?

Assim como se gabavam das suas peripécias as praças destacadas em Jambuí. De acordo com as denúncias de um particular, faziam eles, principalmente o comandante e o soldado, seu “*cúmplice*”, o policial Mariano Alves de Oliveira, tropelias e “*atos que o bom senso e a moral militar reprovam*”. Além de procederem a prisões ilegais, principalmente dos credores que ali iam cobrar-lhes as dívidas, eles costumavam constranger mulheres para que entrassem em “*comércio ilícito*”, como ocorreu com Ana Jacinta, que foi levada para a cadeia, esbordada, machucada, amarrada e vilipendiada, “*chegando o insulto ao ponto de introduzirem-na no barril que serve de secreta aos soldados*”.¹⁵

O contato ilícito com mulheres alarmava as autoridades policiais e era fonte de um sem-número de reprimendas disciplinares. A moralidade institucional, a cada encontro furtivo, era posta em cheque pelos policiais que insistiam em infringir as regras de temperança. Refrear a concupiscência das praças e guardas, subordinando seus impulsos sexuais aos padrões normatizados pela religião e pelo decoro, em homologia explícita ao

¹³ *Ofício do delegado de Bragança ao chefe de polícia, em 12/12/1871. AESP, co2540.*

¹⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 11/01/1886. AESP, co2660.*

¹⁵ *Carta de Antonio Luis Felipe Leão ao chefe de polícia, em 29/04/1881. AESP, co2605.*

discurso asceta pregado diante do público em geral, fazia parte da cartilha dos administradores. Não por acaso, as características do bom policial acoplavam-se àquela mesma imagem generalista construída no discurso criminal quando se desejava forjar uma imagem positiva do réu ou das testemunhas: um sujeito morigerado, trabalhador e casado. Em sentido contrário, as reputações eram maculadas caso se associasse o policial a uma vida desregrada, à embriaguez descontrolada, ao ócio e ao destempero venéreo, este último um sinal inequívoco da perdição irreparável do caráter.

Até por isso, a insistência em demarcar essa particularidade depreciadora quando se tentava justificar a exclusão de um policial (por parte de um superior hierárquico), sua remoção de uma localidade (em caso de rixa) ou mesmo para provocar um castigo disciplinar (em caso de vendeta pessoal). Assim, não foram incomuns nos documentos compulsados os casos de envolvimento reprovável de policiais com mulheres – consentido ou forçado – no caso em que a farda, a posição de autoridade e, por que não, um certo *sex appeal* proviam uma sensível vantagem ao agente em relação aos paisanos. Um Don Juan em potencial, insidioso “*sedutor de senhoras casadas*”, rótulo este que recaiu sobre a praça José Joaquim Caldas, engajado em julho de 1888, na cidade de Cachoeira, nascido em Campos (RJ), em 1850, com 1,60m, sem ofício e casado, destacado na vila de Bocaina.¹⁶ As acusações culminavam, por vezes, no píncaro da desonra moral: a sedução e o defloramento de uma moça virgem.¹⁷ A praça Eurico Gonçalves do Valle, engajado em 1880, natural da capital, nascido em 1857, 1,65m, branco, sem ofício e solteiro, destacada em São Bento do Sapucaí, foi incriminada pelo jornal *O Liberal* de haver deflorado uma donzela indefesa. Ainda segundo o jornal, ele teria oferecido reparação através do casamento, o que foi negado pelo pai.¹⁸ Eurico estava havia cinco meses no CPP e, provavelmente, era recém-chegado em São Bento onde seduziu a moça ingênua e direita.

¹⁶ *Ofício do subdelegado de Bocaina ao chefe de polícia, em 19/07/1888*. AESP, co2693.

¹⁷ Sobre sedução e desonra, ver Sueann Caulfield. *Em defesa da honra – moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas : Editora da Unicamp, 2000. Segundo Peter Beattie, “*para os militares, a honra sexual tinha um significado coletivo peculiar. A honra nacional era com frequência pintada como uma mulher virtuosa que a sociedade confiava aos soldados para ser defendida de agressores estrangeiros e insurgentes*”. Peter Beattie. “Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras”, in: Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004, p. 273. A relação entre os policiais e as mulheres no cotidiano carioca é analisada por Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997, principalmente capítulo 6.

¹⁸ *Ofício do delegado de São Bento do Sapucaí ao chefe de polícia, em 16/07/1880*. AESP, co2603.

Será que ele se valeu da força de sua autoridade ou aproveitou-se da lábia de seu uniforme? É difícil saber a resposta. De todo modo, ele e todo o destacamento do município foram transferidos, por ordem do comandante, a Guaratinguetá.

Um ano antes, em São José do Barreiro, as praças João Cypriano e Emilio Vilela de Alvarenga foram acusadas de “*terem violentado a filha do cidadão Ignacio Rodrigues da Silva [Maria Marcellina]*”, revoltando a população local, que subscreveu um abaixo-assinado à autoridade judiciária da cidade pedindo justiça. Em ofício ao presidente da província, o juiz municipal e curador de órfãos requisitou a substituição do destacamento, porque o “*povo em massa compacta, em número superior a trezentas pessoas de ambos os sexos que davam vivas à justiça e pediam que fossem punidos as praças*”.¹⁹ Apesar da grita popular, as praças não foram remanejadas do lugar.

Já na vizinha em São Luis do Paraitinga, o juiz de direito arbitrou uma disputa entre o delegado e o comandante do destacamento. Aquele acusou o sargento de seduzir donzelas, escrevendo-lhes cartas indecorosas. Entretanto, após sindicância, o magistrado concluiu que, apesar de os fatos terem sido reputados verdadeiros, o “*delegado carrega propositalmente as cores do quadro (...) Amigo das mulheres, o sargento, levado por informações traiçoeiras de seus desafetos escreveu a carta em questão, persuadido que tratava com uma moça de costumes livres e, segundo me disse pessoa insuspeita, o soldado que prestou-se a redigir a carta contava com este manejo para substituí-lo no comando do destacamento (...) O que porém é certo é que não obstante estes fatos, o destacamento conserva-se disciplinado, o serviço é feito com regularidade, apesar da má vontade das autoridades policiais ao sargento*”.²⁰ O sargento, “*amigo das mulheres*” e sem recursos técnicos para expressar suas paixões, foi ludibriado pelo ardil de um subordinado que denunciou o procedimento devasso e inadequado de seu superior. A notar a astúcia da praça, que, insidioso, tentou prejudicar o comandante, a partir do reconhecimento e da manipulação da ética militar. Sorte do sargento uma vez que, em seu relatório, o mediador contemporizou a situação, afrouxando as implicações morais do fato.

¹⁹ Ofício do juiz municipal de São José do Barreiro ao presidente da província, em 13/02/1879. AESP, co2593.

²⁰ Ofício do juiz de direito de São Luis do Paraitinga ao presidente da província, em 18/06/1881. AESP, co2600.

Outros consórcios rebuçados marcaram o cotidiano dos policiais na província paulista, como aquele que causou a exclusão da praça do CPP João Marques da Silva, “*por ter sido encontrado em cópula nos taludes da rua do Hospício, em pleno dia, com uma mulher perdida*”.²¹ Em Campinas, o guarda urbano Heliodoro Augusto Pereira deu queixa ao presidente contra sua exoneração solicitada pela chefia de polícia. Para justificar seu ato, a autoridade anexou a fé de ofício do guarda de quando este era soldado do CPP. Vê-se que durante o tempo em que serviu foi preso seis vezes, a maioria delas em reprimenda a descompromissos com ordens recebidas. Mas, talvez uma das mais graves, foi por ter recolhido no quartel sua amásia, “*o que prova falta de moralidade*”.²² Parece que a indecência de seu comportamento manchou uma longa ficha de serviços prestados à polícia, uma vez há registros de seu ingresso na força em fevereiro de 1871, quando aos 32 anos, natural de Mogi Mirim, pintor e casado, prestou juramento à corporação. Em outro caso envolvendo um relacionamento não chancelado pelos cânones da religião, por ter se demorado três dias em Botucatu em uma diligência a Lençóis, “*para permanecer em companhia de uma velha amásia*”, o tenente Antonio Canuto de Oliveira foi admoestado pelo delegado local.²³

Se a relação com as amásias, portanto fora do casamento formalizado, era malvisto, o que dizer do amor venal? Denúncias desse tipo serviam para jogar no lixo a reputação dos faltosos, como no caso da acusação lançada pelas praças do destacamento de Araras contra o sargento Antonio Alves da Rocha, que além de “*viver bêbado todos os dias (...) tem recolhido prostituta no quarto da arrecadação onde os armamentos estão guardados*”.²⁴ Já a praça Benedicto Candido da Penha, engajada em agosto de 1887, teve sua exclusão solicitada “*em vista da má conduta e do péssimo comportamento*”. Sua lista de envolvimento interdito com “*mulheres perdidas*” foi considerável, em vista do pouco tempo que permaneceu em serviço: duas vezes foi detido em Campinas “*por arrombar portas de meretrizes no destacamento de Campinas*” e por “*correr atrás de mulheres na praça Carlos Gomes*”.²⁵

²¹ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 14/12/1883. AESP, co2328

²² Também foi repreendido por arrombar o armário da arrecadação, “*ato esse que depõe contra a sua honestidade*”. Ofício do chefe de polícia, ao presidente da província, em 29/08/1882. AESP, co2616.

²³ Anexo em ofício do chefe de polícia para o presidente da província, em 13/05/1886. AESP, co2671

²⁴ Anexo em ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 21/12/1883. AESP, co2623.

²⁵ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 26/03/1888. AESP, co2343.

O relacionamento amoroso de policiais fora do casamento depreciava a imagem da corporação, uma vez que a administração se mostrava incapaz de incutir-lhes o decoro conveniente e exemplar ao resto da população. Seu procedimento indecente era um indício patente de que não havia uma separação sensível entre a moralidade da tropa e a moralidade da trupe. Quando não era a lascívia incontornável, outras tradições popularescas comungadas pelos policiais exasperavam o alto comando, que demonstrava sem traço de pudor os preconceitos contra tais práticas, à mesma maneira como foi depreciado, nas rodas mais destacadas da sociedade carioca, o violonista Ricardo, professor de Policarpo Quaresma, no romance-chave de Lima Barreto. Nessa obra, o músico foi representado como uma figura marginal, levada em péssima consideração, já que seu mister se avizinhava dos costumes rebaixados do zé-povinho. “*Mas que coisa? Um homem tão sério metido nessas malandragens!*”, comentava uma vizinha alcoviteira, ao flagrar o major Quaresma aprendendo a dedilhar o “pinho”.²⁶ Mesmo Monteiro Lobato, em *Urupês*, associou à figura lorpa do caipira o companheiro violão.²⁷ Voltando algumas páginas, o famigerado Francisco Antonio de Mendonça foi condenado pelos “*deboches e pagodeiras em alta noite pelas ruas com violão e cantorias*” a que deu azo. A mesma justificativa consubstanciou o ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia acerca “*do procedimento dos alferes Antonio Carlos de Santa Bárbara e um outro cantador de modinhas e tocador de violão, que averigüei ser o alferes Candido Carneiro de Campos*”. Ambos, segundo o comandante, foram “*severamente repreendido[s] por este comando, no círculo de todos os oficiais do corpo*”.²⁸

Tratava-se, assim, de formas de vida inconciliáveis a do tocador de violão e do policial. Este, justamente, o vigilante daquele. Como indecorosos eram os “*exercícios de capoeiras*” com que se exibiam embriagadas as praças lotadas na Estação de Cruzeiro Felício de Souza Ferreira e José Luis de Toledo, “*acompanhando esses exercícios de palavras ofensivas à moral e à ordem*”. Os policiais foram, assim, no flagrante do ato do ilícito, advertidas por um professor público, em cuja descompostura pública apregoava “*que seus procedimentos eram pouco dignos e impróprios a policiais a quem competia dar*

²⁶ Lima Barreto. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Virtual Books, capítulo 1, “Lição de Violão”.

²⁷ Márcia Regina Capelari Naxara. *Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo : Fapesp/Annablume, 1998.

²⁸ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 10/03/1875*. AESP, co2563.

exemplo de moralidade e disciplina”. Revoltadas com a lição intempestiva, os policiais ofenderam com pedras o didata e só pararam quando foram recolhidos pelo comandante do destacamento.²⁹

A incoerência inerente à figura do policial violeiro ou, ainda mais explícita, à do policial capoeirista – bêbado e boquirroto –, arrepiava a altivez institucional. E, mesmo assim, sobre o terreno elas conviveram, a despeito das medidas punitivas aviadas pela administração policial. A trajetória pessoal dos indivíduos no curso da hierarquia corporativa – muitas delas em ascendência – demonstra que os valores prescritos para a formação de um policial ideal dificilmente eram absorvidos ou colocados em prática. Essa falha no caráter do agente, ele próprio um infrator dos regulamentos e das normas formais de policiamento, normalmente considerada pelos analistas como uma excrescência de um sistema, a priori, plenamente estruturado para incutir nos policiais a responsabilidade de sua missão com eficiência, deve ser tratada, não como um desvio ou uma aberração do padrão normal, mas sim como parte indissociável da essência constitutiva da organização e da cultura policial.

Até porque esse par, num primeiro momento contraditório, representado até aqui pela figura do policial-violeiro, pelo policial-licencioso, pelo policial-capoeira, ou pelo policial-embriagado, que, à primeira vista, denunciaria a falência categórica do projeto civilizatório atribuído à polícia, incapaz de auto-civilizar-se e de adestrar seus representantes em torno de um comportamento considerado adequado, serve como base analítica para a interpretação histórica da constituição do corpo policial, do seu trabalho e do relacionamento dos agentes com os administrados. No entanto, a orientação da ação do policial e o resultado prático dessa ação, isto é, sua presença no espaço público, não podem ser considerados um dado antecipado, consubstanciado unicamente numa missão almejada pelos governantes ou expressão simples da lei e do regulamento, sob o risco de se superdimensionar o caráter corrompido do policial em ação. Fosse assim, ao se exagerar o peso do normativo, já de saída, a polícia e o policial se mostrariam, no mínimo, inaptos, sob o prisma institucional, ou irremediavelmente comprometidos com as “classes dominantes”. Sob qualquer perspectiva, seguiria um padrão “errado” e passível de retificação.

²⁹ *Ofício do subdelegado da Estação de Cruzeiro ao chefe de polícia, em 17/06/1889. AESP, co2700.*

Mas esse não é o papel da história. O ponto de partida da análise sócio-histórica sobre a polícia deve considerar a presença do policial sobre o terreno (em serviço ou não) como sendo o fruto de desdobramentos complexos e multívocos de seu cotidiano – da sua origem, das idiossincrasias de seu trabalho e de seus ajustes no meio social. Em resumo, a subcultra policial que vimos tratando aqui, divorciada dos auspícios da administração, deve ser tomada como parte integrante e legítima da própria existência da polícia.

Sendo assim, é com o espírito livre, que devemos acompanhar a relutância dos policiais de se absterem de participar dos chamados “*divertimentos populares*” ou, no melhor dos casos, de se lhes tomar parte, munidos unicamente do espírito morigerado e em permanente vigilância, atitudes que se esperavam ser cumpridas pelo agente da lei. Em Santa Bárbara, durante a Festa do Divino Espírito Santo, em que o subdelegado passou apuros para conter as “*aglomerações*” e “*desordens, motivadas pela embriaguez*”, como não houve aporte de policiais de fora, aquela autoridade notificou “*os policiais moradores no distrito para reforço do destacamento, porém*”, lamentava-se, “*em tais emergências, esses policiais ocultam-se e denegam-se*”.³⁰ É bem verdade que o subdelegado se referia aos policiais locais que reforçariam o contingente numa ocasião excepcional e propícia para a aglomeração popular. Mas entre colocar a farda a serviço ou gazetear o trabalho e se misturar à população, a segunda opção tornava-se mais tentadora.

A decisão do comandante do destacamento de Cananéia, Benedicto Nunes Pereira, de freqüentar “*fandangos*” fora da cidade foi deplorada pelo subdelegado local, ainda mais porque o furriel tentou persuadir seus comandados a acompanhá-lo.³¹ Um outro delegado denunciou o comportamento inconveniente do comandante do destacamento de Campo Largo, Joaquim Guedes Pinto, que “*despreza o quartel e vai para assistir as funções e batuques fora da praça de uma légua para mais, como aconteceu no sítio do finado Francisco Ignacio de Arruda; [e ainda] obriga os soldados a beber cachaça, a pretexto de que se não beber seria preso (...)*”.³² O cortejo dos policiais à paisana até o cateretê dos “*pretos libertos*”, segundo o subdelegado de Campo Largo, embasbacava a população e foi objeto de reprimendas do *Diário Popular*, na edição do dia 03 de agosto de 1888.³³

³⁰ Ofício do subdelegado de Santa Bárbara ao chefe de polícia, em 02/06/1875. AESP, co2564.

³¹ Ofício do delegado de Cananéia ao chefe de polícia, em 09/04/1880. AESP, co2597.

³² Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 08/08/1888. AESP, co2342.

³³ Ofício do subdelegado de Campo Largo ao chefe de polícia, em 08/08/1888. ASEP, co2700.

Sem uma distinção nítida entre o tempo de trabalho e o tempo de ócio, o policial, principalmente o do CPP, agregava à sua rotina os espaços destinados ao lazer. Em outras palavras, trabalho, ócio e a própria vida privada dos policiais se confundiam naquele longo lapso temporal em que permaneciam à mercê da instituição. O período carnavalesco ilustra com precisão essa medida difusa, ainda mais se considerarmos que nas cidades maiores era estabelecido um sistema especial de policiamento durante o tríduo de Momo. Na capital, por exemplo, *“o policiamento da cidade foi feito pelos contingentes do 1º e 7º batalhões destacados (...) e pelas praças do CPP e de Urbanos e as rondas foram feitas por patrulha de cavalaria ligeira (...) Um ou outro pequeno distúrbio, conhecidos pelo nome geral de rolos, ocorreram no Teatro de S. José, mas de pequena importância e efetuadas as prisões de seus autores logo restabeleceu-se a ordem”*.³⁴

Isso significa dizer que os policiais obrigatoriamente tinham que combater o entrudo nos anos em que foram proibidos³⁵, bem como zelar pela segurança dos bailes privados. Em meio à baderna das máscaras, dos espirros d'água-de-cheiro e da população extática pela excitação festiva e pela inversão dos papéis ordinários, dos policiais esperava-se a circunspecção necessária para conter os espíritos mais exaltados e proteger aqueles que renegavam a folia. Mas, não podemos esquecer que estavam eles no centro do turbilhão, ombro a ombro com gente da sua mesma extração social, vestindo, a seu modo, uma fantasia vistosa, embutidos do poder de, por mera birra e despeito, estragar a alegria alheia.

³⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 21/02/1888. AESP, co2685. Às vezes, o policiamento se mostrava satisfatório, conforme atestou um relatório do chefe de polícia ao presidente da província: “Não houve fato algum que perturbasse a tranqüilidade pública, correndo os festejos populares quer nas ruas, quer nos teatros e nos clubes, onde tiveram lugar bailes mascarados com a maior ordem. Foi completamente banido o jogo do entrudo graças, segundo creio, às medidas preventivas que entendi dever pôr em execução de acordo com as posturas municipais em vigor que proibiam principalmente a venda de objetos utilizados para tal fim (...)”*. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 21/02/1888. AESP, co2685. Em 1876, a festa paulistana também tinha corrido em paz: “Tenho a satisfação de comunicar a V. Exa., que nos 3 dias de Carnaval não houve acontecimento algum que perturbasse a ordem pública. Pequenas desordens próprias de tais dias foram apaziguadas de pronto; algumas imprudências produzidas por intemperança de bebidas não tiveram felizmente conseqüências porque eu procurei por todos os modos assegurar plena liberdade nas distrações sem ofensas à moral e sem dar margem a distúrbios sérios”*. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/02/1875. AESP, co2566.*

³⁵ *“Sendo completamente proibido pelo Código de Posturas Municipais o jogo do entrudo, rogo à V. Exa. que se digne expedir suas ordens no sentido de fazer-se efetiva aquela disposição não só para que a lei municipal não seja desrespeitada, como porque de semelhante jogo quase sempre resultam funestas conseqüências, devendo assegurar a V. Exa. que por parte da Câmara ficam dadas as providências a seu alcance, e que, disposto como estou a fazer efetivas as disposições do referido Código, espero ser auxiliado por V. Exa. no cumprimento desse dever”*. *Ofício da Câmara Municipal de São Paulo ao chefe de polícia, em janeiro de 1876. AESP, co 2568.*

Difícil devia ser para o agente da lei integrar-se à festa sem dela participar. Manter-se à distância, alheio, atento e imparcial, representante do decoro e da ordem – um *bobby* decalcado da mitologia. Pudera... O guarda Cândido José Sabino, durante “*um jogo de entrudo (...) perdeu o respeito de minha família*”, reclamou, em carta enviada ao chefe de polícia, Manoel Alves de Oliveira, pedindo providências contra os abusos “*de um soldado que é quem deveria guardar pela ordem pública*”. No curso da apuração dos fatos, soube-se que o guarda tinha jogado uma caçamba de água na mulher de Manoel, na terça-feira de carnaval. O sargento Américo Cezar prendeu-o correccionalmente, mas em seguida o soltou, pois um cunhado da mulher molestada assim solicitou, pois “*tinha sido brincado*”.³⁶

A aferição da conduta do policial – se adequada ou não; se boa ou má; se desviada ou reta – não pode ser tomada pelo cotejo exclusivo ante as normas formais, ante os regulamentos ou ante as prescrições hierárquicas, uma vez que elas representam uma fonte incompleta e parcial de direitos e deveres, como deixa claro o exemplo citado acima, em que o sargento arrefeceu a prisão do guarda infrator, pois este estava movido de um inofensivo *animus jocandi*, embora fosse de encontro aos ideais pregados pela cúpula da instituição. Se no âmbito extra-policial a brincadeira era aceita, por que não absorver seus princípios no julgamento da conduta do policial? Isso significa dizer que, no plano interno e corporativo, os policiais ajustavam seu procedimento a partir de um padrão amoldado pela ética particular estabelecida a partir da experiência cotidiana e da permanência de hábitos forjados a partir da convivência. Os eventuais desvios ou corrupções só tinham validade plena se determinados a partir dessa guia mestra alternativa e não necessariamente a partir da comparação exclusiva com os ditames legais e regulamentares. Afinal, como vimos ao longo desse trabalho, uma ficha disciplinar reprovável não consistia num impedimento definitivo para obstar ascensão hierárquica. Mesmo as exclusões por incorrigibilidade não se justificavam somente no desrespeito à letra fria do regulamento. Outras suscetibilidades muito mais subjetivas tinham que ser abaladas para que um policial fosse afastado.

Podemos sugerir que a complacência normativa não estava livre de contradições. Assim, na sua vida privada, guardas e praças equilibravam-se na linha tênue que marcava a fronteira entre as demandas institucionais e a ética comunitária. Para o jornal *A Província de S. Paulo*, o comportamento do sargento do CPP Pedro Antonio Barbosa, comandante do

³⁶ Carta de Manoel Alves de Oliveira para o chefe de polícia, em 07/02/1883. AESP, co2626.

destacamento de Limeira, bem como o procedimento de seus subordinados, não estavam de acordo com os princípios da instituição. Em resposta, o inferior se defendeu alegando “*ser verdade que estive em um divertimento familiar por ocasião do casamento do soldado José Coutinho de Noronha e como não se consentiu certos indivíduos, é esta a razão de dizerem que eu freqüento fuzos continuamente*”.³⁷ De Campo Largo, chegou ao chefe de polícia uma queixa do vigário, informando que “*ontem fui fazer um casamento, onde compareceu o Sr. Sargento com dois policiais, somente para debicarem a mesma cerimônia (...) Aqui entendem que estão na terra dos beócios. V. Exa. me diga como se poder formar o homem sem lei, sem costume e sem moral, quando estas autoridades nunca venham ouvir missa e dizem como Cortesio (egosum quisum) assim eles dizem eu quero posso e mando*”.³⁸

Seja freqüentando casamentos ou por cabular ofícios religiosos, o cotidiano dos policiais nos interstícios do trabalho era vigiado por todos e devia atender, primordialmente, à expectativa do meio social e de um código tácito de condutas. O limite do comportamento tolerado, principalmente pelas praças do CPP, muitas vezes estranhos às localidades, era estabelecido por uma teia de ajustes, arranjos, rixas, que perfaziam as tramas de uma complexa rede de sociabilidades, cuja identificação e deciframento são um desafio constante para o historiador. Talvez o alferes tocador de modinhas fosse bem visto numa determinada freguesia, desde que ele não se enrabichasse com as moças do lugar. Nesse caso, o feitiço se invertia e seu comportamento até então tolerado passava a justificar uma denúncia para instâncias superiores.

Até aqui relatamos resquícios esparsos que desvelam flagrantes da vida do policial, da sua interação com o meio social e das dinâmicas que desse encontro se constroem: a missa, o casamento, os fandangos, o carnaval são ocasiões marcantes, cujos registros mostram-se um pouco mais generosos. Mas há outros instantes fugidios que brotam como fogo fátuo do emaranhado denso da correspondência policial, como a altercação que se deu entre o cabo João Baptista, comandante do destacamento de Lorena, com José Maria

³⁷ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 04/11/1872. AESP, co2325. A praça José Coutinho de Noronha aparece algumas páginas atrás neste mesmo trabalho, quando é obrigado a pagar pelo tratamento de sua doença.*

³⁸ *Anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 21/07/1886. AESP, co2660.*

Ferreira, a quem o primeiro teria agido com arbítrio, tudo porque o filho do cabo jogou um pião na mulher de José e por isso foi chamado à atenção.³⁹

A presença compulsória do policial no espaço público e o contato constante com a população, mesmo no que tange aos permanentes, ampliavam sobremaneira os espaços de sociabilidade, por vezes muito sedutores, a desviá-lo do caminho probó, imaginado pela alta administração. Nas cidades maiores, ainda por cima, os pontos de encontro se multiplicavam: o chafariz, o Jardim Público, o teatro, o quiosque, a taverna, os hotéis de má fama, o armazém. Durante o serviço vigilante e atento, da manutenção da ordem e do pundonor público, o policial se deparava com um sem-número de tentações, muitas delas irresistíveis. O cigarrinho companheiro era permitido nos períodos de ronda, contanto que o guarda “*não desse fogo e nem o pedisse a paisanos*”⁴⁰, o que nem sempre acontecia. Foi inevitável que se estabelecesse um relacionamento folgado entre os policiais e o público em seus estratos mais diversos, contato que extrapolava aquele minimamente necessário para a regularidade do serviço. Num baile de máscaras, por exemplo, montava-se um cenário propício em que se instaurava a Cocanha, universo em que as liberalidades se aguçavam. Assim, deu-se o conflito entre um mascarado e o sargento Manoel Carlos da Cunha, que zelava pelo evento. Segundo relatos oficiais, “*houve provocação da parte do máscara, por diversas vezes, porém o sargento usou de prudência, não puxou do punhal como se disse, apenas simulou que o arrancava do seio (...)*”. Conquanto tivesse sido defendido pelo comandante, não escapou o sargento de repreensão “*por ter dado ocasião àquela cena em um lugar tão público*”.⁴¹

Em trânsito pelos logradouros, instado a interceder nos assuntos públicos e privados, instruído a impor a lei e a ordem, o policial se equilibrava na berlinda da ilicitude, uma vez que convivia intimamente com os indivíduos tachados: gatunos, jogadores, vadios, prostitutas e escravos, membros daquela parcela da população sobre a qual deveria recair a vigilância mais estrita. Mesmo a administração policial percebia os perigos a que estavam sujeitos os agentes da lei, caso permanecessem em demasia em ambientes malvistas, como

³⁹ Carta de João Vituriano Pires, sob o rogo de Domicília Maria Pereira, para o chefe de polícia, em 16/10/1883. AESP, co2326.

⁴⁰ Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 29/04/1886. AESP, co2688.

⁴¹ Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 02/03/1876. AESP, co2568.

as tavernas, onde as praças só deveriam entrar “*para fins muito justificados [e] onde não poderão se demorar*”.⁴²

A preocupação da cúpula policial era justificada, afinal era nesses “*espaços de relações humanas informais*”, dos quais se destacam a taverna, o botequim e, mais tarde, no cenário urbano, o quiosque, em que a população pobre curtia o ócio e urdia laços de sociabilidade, assentados, muitas vezes, em estratégias ilícitas⁴³: o botequim, como relata um historiador, “*nunca era visto como um legítimo espaço de lazer desses indivíduos mas sim como mundo de sua perdição, de seu desregramento*”.⁴⁴

Um relato do subdelegado da Sé, em São Paulo, retrata o estigma desses ambientes perniciosos: “*É sabido por todos, é público e notório que nas tavernas desta cidade há constantemente ajuntamento de escravos que nelas se conservam em palestra, distraídos de suas obrigações quer de dia, quer de noite, [dizendo] palavras obscenas e imorais, falavam mal dos senhores e reunidos nas portas das ditas vendas tornavam impossível o trânsito pela calçada*”.⁴⁵

Mas apesar de toda a prevenção, não foram raros os casos em que policiais são flagrados em tavernas, hotéis e casas de jogo sem que fosse o impulso do dever que guiasse sua permanência. O cabo Leotildo Marzagão entrou em conflito com paisanos numa taverna paulistana, em março de 1886. Nada de se estranhar, uma vez que seu histórico de bebedeiras já lhe rendera um rebaixamento de posto no ano anterior, havendo “*até conhecimento oficial que na casa da residência da referida praça se dão divertimentos proibidos com a circunstância de desrespeitar a vizinhança e provocar desordem*”.⁴⁶ O guarda Gregório Joaquim Rodrigues, embriagado, em mangas de camisa, prendeu injustamente um indivíduo que tomava pacificamente uma garrafa de cerveja, em um

⁴² *Ofício do comandante do CPP ao secretário de governo, em 06/04/1886. AESP, co2334.* Procedimento semelhante foi tomado pela cúpula da polícia londrina que restringia a presença dos *bobbies* nos pubs. Haia Shpayer-Makov. “Relinking work and leisure in late Victorian and Edwardian England: the emergence of a police subculture”, *op. cit.* p. 219.

⁴³ José Carlos Barreiro. “A rua e a taberna. Algumas considerações teóricas sobre a cultura popular e a cultura política. Brasil, 1820-1880”, in: *História*, n. 16, 1997, p. 174. “*Associada muitas vezes à hospedaria e às dependências ara abrigar ferreiros ambulantes, as tabernas eram freqüentadas por capitães-do-mato, escravos camponeses livres, jornaleiros, pescadores e ferreiros, soldados, marinheiros e tropeiros. Ali, portanto, a cultura gestual definia práticas, cimentava sociabilidades e prescrevia comportamentos*”, p. 178.

⁴⁴ João Batista Mazzeiro. “Alcoolismo e trabalho – vozes de criminólogos (São Paulo e Rio de Janeiro, 1880/1920)”, *op. cit.*, p. 44.

⁴⁵ *Ofício do subdelegado da Sé ao chefe de polícia, em 18/06/1875. AESP, co2564.*

⁴⁶ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 06/04/1886. AESP, co2337 e ofício do comandante do CPP ao secretário de governo, em 08/04/1885. AESP, co2334*

armazém da rua da Estação Inglesa.⁴⁷ Ainda na capital, o urbano João Paulo Pereira dos Santos foi multado por estar jogando em uma taverna, tendo ele injuriado e ameaçado com o rifle o fiscal, o que levou a majorar a autuação a 30 mil réis. Em sua defesa, o guarda alegou que não sabia que o fiscal era fiscal e por isso o desacatou.⁴⁸ Em Tijuco Preto, a presença de policiais numa taverna teve consequências trágicas. Segundo informação do delegado, três praças foram traiçoeiramente assassinadas pelas costas, após um tumulto.⁴⁹

O policial devia circular nesse lócus desregrado – a rua – onde vigia a desordem, a baderna e a burla, justamente para impor uma autoridade imparcial e impessoal que governaria os espíritos relutantes rumo à libertação civilizatória. Se tomássemos a ferro e fogo a imagem idealizada da polícia, como sendo um instrumento inconsútil a serviço da dominação de classe e do capital ou como missionários de uma nova ordem social, seríamos levados a crer, como contrapartida, na potência determinista desse ambiente diabólico, pois parece que os agentes da lei eram atraídos por uma força irresistível, que em vez de recuar diante dos gládios da ordem, arrebanhavam seus cavaleiros para essa rodavida desbragada.

Queixas contra o comportamento desregrado dos agentes da ordem chegavam aos borbotões à chefia de polícia, irritando comandantes e supervisores, que se viam obrigados a pelo menos verificar a gravidade da reclamação. Francisco Henrique Santos, guarda urbano lotado na Estação de Santa Ifigênia, foi acusado de freqüentar “*um botequim defronte à Estação, provocando desordens com todos os transeuntes (...) [por] achar-se constantemente embriagado (...)*”.⁵⁰ Em julho, o rondante Augusto da Costa Bispo, responsável pelos postos de vigilância do Centro, encontrou o guarda n. 133 em estado precário: “*Todas as vezes que por ele passei, conversando com paisanos e encostado em uma carrocinha de vender café, demonstrando não achar-se em seu estado normal*”. No dia seguinte, o 133 apresentou-se em completo estado de embriaguez, não conseguindo pôr-se de pé.⁵¹

⁴⁷ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em agosto de 1878.* AESP, co2584.

⁴⁸ *Ofício da Câmara Municipal ao chefe de polícia, em 03/12/1877.* AESP, co2584.

⁴⁹ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 07/04/1884.* AESP, co2634. Em outubro de 1888, o delegado de Faxina avisou que empreenderia uma diligência para prender o assassino que matou os três soldados. *Anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 31/10/1888.* AESP, co2694.

⁵⁰ *Ofício do comandante da Estação da Ponte Grande ao chefe de polícia, em 23/06/1885.* AESP, co2646.

⁵¹ *Ofício do rondante Augusto da Costa Bispo ao chefe de polícia, em 24/07/1885.* AESP, co2646.

A população não se furtava em denunciar essa miscelânea canalha em antros desclassificados, como, por exemplo, fizeram os ‘vizinhos do n. 23’ numa carta enviada diretamente à presidência da província, onde delatavam que na casa n. 23 da rua das Flores “reúnem-se todos os vagabundos e perdidos desta infeliz cidade! Na tal casa que é um covil de bandidos, vadios e ladrões, encontram-se **escravos, filhos famílias, soldados de urbanos, cocheiros e empregados públicos** [grifos meus] durante todo o dia e noite, ferrados num jogo de truque, búzio, vermelhinha, pacau e carimbo; embriagam-se, brigam e finalmente trazem os vizinhos num sobressalto que não há cristão que ature”.⁵²

O controle da jogatina, aliás, era uma preocupação da polícia que já se mostrava constante no final do Império e foi recrudescida à medida que a cidade crescia.⁵³ Ele é um bom exemplo para estabelecermos alguns dos limites que se impunham à eficácia da administração pública e das variações que influenciam a autoridade de poder policial à medida que se alonginham os elos hierárquicos.

Falamos aqui da víspora, da vermelhinha, do truque, do pacau e de toda a sorte de jogos e engodos que se multiplicavam e infestavam vários recantos da província. Começamos em 1877, quando foram presos dois portugueses que brigavam na rua do Ipiranga. De pronto, eles foram identificados pelo chefe da polícia como parte “da turma dos jogadores da vermelhinha, sendo este último [Domingos de Oliveira] de mais habilidade em um novo jogo, que se compõem de uma trança de cabelos amarrada por uma fita verde, com o qual tem conseguido lograr alguns incautos, desconfiando ser este o companheiro daqueles que apareceram na cidade de Campinas com jogo semelhante”.⁵⁴ Em Pirassununga, o subdelegado estrilava “que nesta vila continua e com muito aumento os jogos de toda a qualidade e com especialidade os de cartas por cujo motivo tem-se dado imensos fatos a ponto de haver muitos delitos”.⁵⁵

Os discursos moralizantes associavam inextricavelmente os jogos de azar à falência geral do caráter do praticante. O delegado de Pirassununga, por exemplo, vinculava

⁵² Carta anexa a um ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 19/02/1880. AESP, co2597.

⁵³ Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX, op. cit.* e Guido Fonseca. *Crime, criminosos e a criminalidade em São Paulo (1870-1950)*. São Paulo : Editora Resenha Tributária, 1988. Sobre a jogatina no Mercado Público de Campinas, ver Valter Martins. “Praça do mercado: encruzilhada da cidade. Campinas, século XIX”, in: *anais do XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina – PR, v. 1. p. 1-8.*

⁵⁴ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 1877. AESP, co2576.

⁵⁵ Ofício do subdelegado de Pirassununga para o chefe de polícia, em 08/10/1875. AESP, co2564.

diretamente os jogadores aos ladrões que infestavam a vila. Já os ‘vizinhos do n. 23’ reuniam sob o mesmo teto toda a laia de “*vagabundos e perdidos*” da paulicéia, sob o pretexto de jogar cartas. A representação geral que desenhava o paradigma de um indivíduo de má fama casava esses dois atributos.

Acreditava-se que muitos jogadores mantinham estreita relação com o mundo do crime, tanto que em casos de furtos, os jogadores mais famigerados eram detidos como suspeitos. Esse foi o caso de Leôncio Anastácio Rodrigues, de 30 anos, que costumava perambular à noite pela capital, em busca de casas de jogo, sem residência fixa, dormindo aqui e ali. No inquérito que se estabeleceu após sua detenção, talvez para evitar aporrinhações maiores, voluntariamente se prontificou a assinar o termo de bem viver, ciente de que devia buscar um meio de vida lícito e honesto. Em depoimento posterior, o dono de casa de jogo freqüentada por vários funcionários públicos desconfiava que Leôncio fosse “*traficante de jogo*” e que ele tivesse furtado grande quantidade de dinheiro.⁵⁶

Mesmo sendo proibido pelos códigos de posturas municipais província à fora, o jogo estava arraigado no cotidiano da população, fazia parte dos hábitos de lazer e das práticas de sociabilidade, tanto nas reuniões populares mais ou menos lícitas, capaz de ajuntar gente de toda estirpe – de escravos a filhos famílias – inclusive agentes da lei; quanto nos círculos mais destacados do meio social. Até o governo fomentava o jogo de azar ao promover e financiar várias loterias. Aliás, era corriqueiro encontrar ou um maço de baralho ou um bilhete de loteria entre os pertences da população de baixa renda.⁵⁷

Na carteira do português Manoel José Braga, recolhido à estação central de urbanos, em 1877, foram encontrados os seguintes itens listados pela repartição: “*um pente, duas fotografias, uma carta, mais três fotografias, mais uma outra carta, uma folha de carteiro com apontamentos, duas letras em branco, um cartão de casa de comércio, papel de carteiro com assentos, selos do correio, um ás de ouros, um dito de espadas e um rei de*

⁵⁶ *Inquérito estabelecido após a detenção de Leôncio Anastácio Rodrigues, em 02/01/1881. AESP, co2609.*

⁵⁷ Em 1886, dois presos da Casa de Correção de São Paulo, condenados a galés perpétuas foram contemplados com o prêmio da loteria (5 contos de réis, cada um). Houve uma discussão sobre a legitimidade dos prêmios, a que o Ministério da Justiça decidiu pela outorga aos condenados. Um dos presos era o ex-escravo Vicente Cego, que empregou parte de sua cota para manumitir sua mulher e filho do poder de Joaquim Aleixo Ferreira. O chefe de polícia mandou recolher a cautela até que o prêmio fosse pago para evitar tentativas de suborno. Um ano depois, eles ainda cobravam a entrega do prêmio.

copas [grifos meus], *os quais objetos todos menos as três cartas o delegado entregou ao conduzido*”.⁵⁸

Um espírito mais cínico pode imaginar que o delegado tenha guardado para si o baralho confiscado; no entanto elas permaneceram intactas, anexas como provas do malfeito.

Cartas recolhidas com Manoel José Braga

Apesar do grave fundo moral que continham as denúncias a respeito desses sórdidos encontros, elas invariavelmente alcançavam ouvidos moucos ou pouco prestativos. De um lado, os policiais de base – os próprios agentes da ordem – eram classificados entre aquelas almas perdidas que se entregavam ao vício execrável, isto é, aqueles de quem se esperavam decoro e continência, misturavam-se à rale; por outro lado, mesmo as autoridades superiores, como delegados e subdelegados, não só contemporizavam, como promoviam desbragadas jogatinas.⁵⁹

⁵⁸ *Termo de bem viver contra Manoel José Braga, em 21/08/1877. AESP, co2574.*

⁵⁹ Muitos ofícios e queixas dão conta da organização ilegal de jogatina por delegados e subdelegados nas cidades do interior da província. Em Apiaí, por exemplo, um abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia dava conta do “modo irregular do suplente do subdelegado José Gomes da Rocha, que tem em sua casa uma banca de jogo”. A jogatina estava vinculada ao procedimento devasso da autoridade: “Outrossim sendo casado há pouco mais de um mês, despreza sua mulher e vive escandalosamente amasiado com uma meretriz ao ponto de se apresentar com ela em reuniões públicas”. Abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia, em 07/08/1871. AESP, co2536. Em Itu, o delegado local confessava tolerar a existência de “casas de víspora” na cidade, com a “circunstância agravante de existir um farol convidando aos concorrentes”. A autoridade alega que o jogo era tolerado por “todas as autoridades, tanto presente como anteriores”. *Ofício do delegado de Itu ao chefe de polícia, em 15/10/1873. AESP, co2548.* Em Capivari, o delegado foi exonerado depois da denúncia do seu colega, titular da delegacia de Caçapa, que o acusou de “em diversas ocasiões convida[r] pessoas inclinadas ao jogo de cartas e em sua casa se joga semanas inteiras (...) percebendo ele a título de “barato” no fim do jogo quantia superior a dois contos de réis”. *Ofício do delegado de Caçapava ao chefe*

O rótulo de jogador podia, de fato, se somar a outros atributos depreciativos (vadio, ocioso, turbulento) no momento de justificar uma prisão ou de desqualificar um indivíduo diante da justiça, mas ele funcionava como uma estampa meramente normativa, cujos sentidos concretos eram preenchidos caso a caso. Em outras palavras, sobre o terreno, a prática policial não necessariamente coibia o jogo de azar, como parte de uma política de moralização pública. O ilícito penal previsto na lei tinha vigência limitada e era requalificado num código informal, este sim com validade mais abrangente, e negociado caso a caso, nos interstícios do tecido social. Sendo assim, a ação policial se desenvolvia a partir de uma lógica complexa e particular, que se equilibrava no espaço de tensão permanente provocada pelo encontro de várias forças conflitantes – a letra da lei, o engajamento institucional, os modelos de moralidade, a expectativa da sociedade e do próprio grupo social a que pertencia o policial. O ponto culminante desse entrechoque de influências dava-se com a resposta discriminatória e discricionária do agente da polícia, que muitas vezes se confundia ou se irmanava com aqueles que, em tese, devia reprimir.

Assim, as cenas reproduzidas acima pelo pasquim sardônico *Diabo Coxo*⁶⁰, ainda na década de 1860, são exemplares: uma delas para representar a convivência estreita entre

de polícia, encartado em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 14/06/1876. AESP, co2572.

⁶⁰ Ilustração extraída da edição fac-similar de *Diabo Coxo*. São Paulo : Edusp, 2005.

agentes da lei e criminosos; a outra para simbolizar a desídia endêmica dos policiais. O policial refestelado em uma taverna, tomando um trago espirituoso em companhia dos galés, e, no rosto, uma grimaça safa estampada, desvela o sentido mais cínico da representação do policial para a população: a indiferenciação entre os representantes da lei e seus detratores. O lado em que se está se torna uma questão de contingência e de conveniência. Para piorar, quando não estavam em meio à marginália, as praças sopitavam despreocupadamente em hora de serviço, fazendo-se surdos à má sina do cidadão. Essa imagem transpassa o humor escrachado e ganha um registro consternado na documentação policial: *“Tenho observado por mais de uma vez os abusos a que dá lugar à prática de encarregar-se aos condenados à pena de galés o serviço de abastecimento de água e limpeza das repartições civis e militares desta capital. Esse serviço que não é certamente o trabalho público a que o art. 44 do Código Criminal sujeita os réus por tais condenações, proporciona-lhes constantes passeios pelas ruas da cidade, vigiados por praças de polícia ou de linha que, fazendo-se seus companheiros com eles tomam bebidas alcoólicas nas tavernas e folgam nos cortiços para esse fim alugados”*, escrevia um preocupado presidente da província.⁶¹

Mas por trás dessa relação promíscua podia pairar uma razão economicista que justificava a intimidade dos agentes da lei e dos agentes do crime. O contato entre policiais e os presos esquentava a economia local, envolvendo um círculo amplo de interessados e sobrepondo-se ao desgosto das autoridades, que condenavam o comportamento desviado dos seus subordinados, dentre os quais podemos citar o serviço de garotos de recados para

⁶¹ *Ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 22/02/1879*. AESP, co2593. Marco Antonio Cabral dos Santos registra ofícios no mesmo tom no começo dos anos de 1890, quando o comandante do CPP solicita o fechamento de um quiosque na ladeira do Carmo, onde se encontravam *“soldados de diversos corpos, e paisanos e companhia de prostitutas e de cuja reunião dão-se constantemente desordens (...)”*. Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*, p. 85. Uma crônica de Gonçalves Machado dá sabor literário ao assunto ao relembrar a figura de João de Oliveira, soldado da Força Pública, destacado em Itatiba, veteraníssimo policial, muito bem quisto na cidade, conforme caracterização do autor: *“Porte recatado, cabeça sempre soberanamente erguida, um dente de outro a chamar a atenção de longe, vestia-se irrepreensivelmente, quer envergasse a farda azul-marinho com os grandes botões amarelos a luzir e as botinhas antigas de sua milícia faiscando de bem engraxadas, quer ostentasse traje de paisano, quando viajava com as melhores pessoas do lugar, principalmente em visitas a Campinas, onde ia às brigas de galo, aí se ombreando com gente boa e homens de dinheiros, sem se desmerecer e sem fazer feio ao lado deles. Além disso, o nosso homem, prestativo e cavalheiro, a todos atendia e procurava servir. Respeitador das senhoras, tinha-lhes a confiança; amigo dos velhos, amparava-os sempre; afeiçoado das crianças, ensinava-lhes brincos infantis. Enfim, Joãozinho Soldado era uma figura simpática, acatada e querida”*. No fim da história, passada em 1919, João ludibriou a todos ao se verificar um rematado criminoso. Gonçalves Machado. *“Ocorreu em Itatiba...”*, in: *Investigações – revista do departamento de investigações*, n. 5, maio de 1949, p. 108.

advogados⁶², a facilitação das visitas furtivas de esposas e familiares a detidos, bem como a mediação da presença de quitandeiras no xadrez. À socapa, aproveitava-se o constante movimento para se introduzirem “*bebidas alcoólicas e instrumentos e capazes de auxiliar qualquer tentativa de fuga (...)*”.⁶³ Nessas ocasiões, os policiais logravam lucrar alguns tostões, mesmo que arriscassem a perder o emprego se flagrados. Talvez encetar uma boa função de contrabando já compensasse o engajamento. Quem sabe não foi nisso que se escorou a praça José Pereira de Araújo Chaves, engajado em maio de 1878, nascido em Pirai (RJ), em 1852, com 1,61m, branco, sem ofício e solteiro, destacado em Faxina, que além do “*estado habitual de embriaguez (...), não inspira confiança no serviço porque pactua com os presos no xadrez e de quem não duvido que tenha recebido dinheiro para introduzir cachaça nas prisões*”?⁶⁴

O acesso fácil a materiais bélicos podia se tornar uma tentação aos policiais em busca de incrementar a renda ilicitamente. José Joaquim Souto Filho, 1º sargento, comandante do 3º distrito de urbanos da Consolação, depositário dos armamentos e utensílios do distrito, foi acusado de vender a um italiano um revólver da corporação.⁶⁵ A transação teria sido testemunhada pelo urbano Luiz Custódio da Silva, que apreendeu o revólver junto com o cabo de esquadra do CPP, Porfírio Baptista da Silveira, então ordenança do subdelegado do distrito. O italiano, por sua vez, recusou-se a entregar a arma se não fosse ressarcido do valor pago ao sargento. O fato já tinha sido levado ao conhecimento do comandante de urbanos, que não tomou nenhuma providência. A denúncia partira do ex-guarda urbano José Maria Augusto, que enviou uma carta particular ao chefe de polícia, que, por sua vez, chamou à fala o comandante geral da corporação. Este, por seu turno, saiu em defesa do acusado, alegando que durante o inventário mensal realizado no arsenal da instituição nada fora apurado. O suposto traficante disse que vendera um revólver particular. Não sabemos que tinha razão nessa história. Pode ser que tenha havido conluio entre comandante e sargento, que repartiram o butim do ilícito. De toda forma, o acesso a bens valiosos – armas e uniformes – num universo de pobreza

⁶² Os guardas de urbanos eram terminantemente proibidos de levar recados de presos para advogados, apesar da proibição parecia ser essa uma prática normal, como atestou o comandante ao chefe de polícia, quando solicitou a exclusão do guarda Firmino Cardoso de Campos por esse motivo.

⁶³ *Ofício do chefe de polícia interino ao presidente da província, em 22/02/1878. AESP, co2585.*

⁶⁴ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 05/03/1882. AESP, co2325.*

⁶⁵ *Carta de José Maria Augusto ao chefe de polícia, em 14/05/1883. AESP, co2626.*

avultada podia constituir um meio de amealhar um dinheirinho, até porque o comércio irregular de bens da corporação era fato institucionalizado.

O desvio de fardamento, por exemplo, levou a pelo menos dois processos disciplinares contra oficiais dirigentes. Um deles foi contra o tenente quartel-mestre Antonio da Rocha Leite Junior em conivência com o sargento Arthur da Fonseca Ozório, personagem que reaparecerá nas páginas seguintes. Eles foram acusados de contrabandear peças do uniforme, “*em número algum tanto avultado para serem vendidas em um estabelecimento comercial desta capital* [um tal de Garibaldi, com taverna na rua de Santa Thereza, esquina do Largo da Sé]”. Foi aberta uma comissão de investigação que atestou a culpabilidade de ambos, que foram presos para responderem a Conselho Criminal.⁶⁶ O outro processo deu-se contra o tenente Antonio Joaquim Fernandes por haver desviado os fardamentos da polícia local que foram devolvidos de Tatuí e Mogi Mirim.⁶⁷ No que concerne à base da pirâmide hierárquica, é lícito pensar que a soldadesca desertora podia levantar um bom dinheiro negociando os uniformes ou mesmo os armamentos. Os guardas urbanos Marcellino Praxedes Martins, Antonio Ricardo Marques e Silvestre Antonio Brand (este natural da Alemanha), todos engajados em 1887, “*depois de haverem recebido o vencimento relativo ao mês passado ausentaram-se do serviço, levando consigo todo o fardamento pardo e deixando tão somente o fardamento azul completamente inutilizado*”.⁶⁸

Graves eram as denúncias de que havia praças que se engajavam com o propósito explícito de facilitar a escapada de presos. Na célebre fuga da cadeia pública da capital, em 1884, em que 26 detidos ganharam a liberdade, o jornal *A Gazeta do Povo* aventou essa insinuação. Na ocasião, o comandante alegou que as praças que faziam a guarda eram antigas e, quanto às novas, “*têm o nascimento e domicílio diferentes daqueles lugares donde podia surtir quaisquer suspeitas (...)*”. No dia D, havia 30 praças de guarda na

⁶⁶ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 25/01/1883. AESP, co2622.

⁶⁷ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 07/10/1885. AESP, co2334.

⁶⁸ Ofício do comandante da Companhia de Urbanos para o chefe de polícia, em 04/01/1888. AESP, co2691. Wellington Barbosa da Silva encontra casos de venda de armas e peças de uniformes do Corpo Policial de Pernambuco no mercado negro de Recife. Wellington Barbosa da Silva. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*, tese de doutorado. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 104.

cadeia, sendo que, segundo o comandante do CPP, muitas delas dobraram o serviço devido à escassez de pessoal.⁶⁹

Dois anos mais tarde, o alferes Marcos de Oliveira Alcântara, comandante da guarda da casa de correção, foi alertado por dois colegas de farda de que no dia 22 para 23 de fevereiro, uma outra praça da mesma guarda, em serviço naquele estabelecimento, Heitor Caporal (engajado como Caporal Ettore, em janeiro de 1886, aos 30 anos, italiano, sem ofício, solteiro, com 1,62m, branco), “*havia fornecido aos presos da cadeia instrumentos necessários para a fuga mediante a promessa de 400 mil réis*”, verificando-se mais tarde que na enfermaria havia um rombo na parede por onde poderiam passar os presos. Depois de uma investigação foi comprovada a responsabilidade exclusiva de Heitor e solicitada sua prisão. Disse o alferes que se não fossem os delatores teria havido uma “*calamidade*” nos níveis daquela de 1884. Por sua vez, Heitor confessou que recebeu dinheiro do preso Bianchi (“*seu patrício*”) para comprar formões. A fuga, agendada para o dia 23, de manhã, estava avançada com mais três presos italianos. Corroborava as suspeitas de que Caporal havia se engajado com o intuito de ajudar a fuga de seus conterrâneos o fato de haver ingressado na polícia em janeiro de 1886.⁷⁰

Dos meandros do cotidiano do policial – emaranhados ou não ao tempo efetivo em que estava em serviço – podemos estabelecer a riqueza dos ajustes que se firmavam na órbita de sua vida profissional e pessoal. Um olhar por esse prisma de espelhos multifacetados desfaz uma imagem monolítica do policial como se fosse uma marionete sem voz e vez, nas mãos da elite dominante. É patente que por trás da ação do indivíduo articula-se uma lógica muito complexa em que as decisões que pautam suas ações são tomadas a partir de variáveis múltiplas e que levam em conta imperativos que vão muito além da prescrição legal, da ideologia dos patrões ou da adesão corporativa. Mesmo os momentos mais prosaicos da vida do policial influenciam sua integração institucional e no ambiente que o circunda. Essas relações, sem dúvida, são mediadas – restringidas ou facilitadas – por sua filiação profissional, que lhe empresta um apanágio específico,

⁶⁹ Circular do chefe de polícia ao presidente da província, em 02/10/1884. AESP, 2636; ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 03/10/1884 e 07/10/1884. AESP, co2333. Um relato sobre essa fuga está em Guido Fonseca. *Crime, criminosos e a criminalidade em São Paulo (1870-1950)*, op. cit.

⁷⁰ Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 25/02/1886. AESP, co2339.

reconhecido no meio social em que circula: o de policial – ao mesmo tempo agente da ordem e da desordem.

Também sua condição de policial, sob constante supervisão e vigilância, sem dúvida, multiplicava o registro e a conseqüente exposição de intimidades, as quais, talvez, preferisse resguardar: a família, a vida em pobreza, a lubricidade, as tramóias. Mas enxerir por entre os tapumes da privacidade desses indivíduos pode ampliar a quantidade de elementos necessários para estreitar as tramas que ajudam a enriquecer a hermenêutica do cotidiano. São detalhes, por exemplo, que revelam lampejos da espiritualidade dos policiais, como atestam os pedidos de licença para cumprir promessas religiosas como a do soldado Luis Sampaio Moreira, engajado em abril de 1881, aos 19 anos, natural da capital, com 1,70m, sem ofício, casado, morador de São José dos Campos, que solicitou 15 dias para viajar à Capela de Aparecida, em 1883. Diante da requisição, o comandante não achou “*conveniente*” conceder a licença, por falta de pessoal; mas a praça teve sorte, uma vez que o vice-presidente sobrestou a ordem anterior e permitiu sua viagem.⁷¹ Em julho de 1885, a praça Antonio José dos Santos também pediu licença de 15 dias para “*cumprir um voto em romaria à Nossa Senhora de Aparecida*”.⁷² O pedido foi considerado excessivo pelo comandante, que concedeu apenas seis dias, prazo anuído pelo vice-presidente. Claro que as praças podiam muito bem apelar para a piedade dos superiores e pretextar uma licença como sendo fruto de um chamamento metafísico para, no lugar, cuidar de outros assuntos menos, digamos assim, nobres.

Talvez, caso justificassem a solicitação em outras bases, os pedidos tivessem mais chance de serem denegados, como foi o caso da praça José Lucidorio de Oliveira, engajado em fevereiro de 1883, em Tatuí, aos 26 anos, natural daquela mesma cidade, com 1,68m, pardo, sem ofício casado, que solicitou quinze dias de licença para ir a Tatuí “*tratar negócio de família*”. Como estava estacionado na vila de Rio Bonito, o presidente da província considerou prejudicado o pedido.⁷³ Para piorar, a praça estava havia apenas um mês no serviço do Corpo.⁷⁴ No entanto, outros pedidos sob a mesma base foram concedidos

⁷¹ *Ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 11/06/1883. AESP, co2327. Em fevereiro do mesmo ano, a praça requisitou sua baixa do Corpo, apresentando um substituto. Ver capítulo 2.*

⁷² *Ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 07/07/1885. AESP, co2330.*

⁷³ *Ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 29/03/1883. AESP, co2328.*

⁷⁴ José devia ser parente do furriel Vicente Lucidorio de Oliveira, que em diligência para prisão de um criminoso em Tatuí, prendeu o sujeito errado, ver capítulo 4.

pelos superiores. É evidente que uma boa relação pessoal com as instâncias decisórias era um bom adjutório.⁷⁵

Comer, dormir, morar...

Essa perspectiva da vida privada do policial, desatrelada de uma imagem excessivamente dicotômica que lhe é pespegada – a do próprio representante da vileza contra o pobre povo resistente – acrescenta uma dimensão mais humanizada à análise histórica. Afinal, como os outros trabalhadores, ele também se ressentia das pressões inerentes às dinâmicas do mercado de trabalho e da opressão da pobreza. Eram obrigados a se virar para cavar uma sobrevivência mais decente: levantar o rango, achar um teto, garimpar o dinheiro das crianças, amar, brincar.

E pertencer à polícia podia aliviar parte das agruras cotidianas. A comida, por exemplo. O regime militar do CPP demandava o fornecimento de alimentação para as praças. Na capital, aos soldados aquartelados no Carmo a logística do fornecimento demandava o preparo de um farnel para no mínimo cinquenta praças, que era o número médio do efetivo estacionado na cidade. Não podemos precisar como se dava essa dinâmica. Em contrapartida, sabemos que em alguns momentos, a polícia contratava com particulares a elaboração e a distribuição de marmitas, tanto para os soldados detidos por indisciplina como para aqueles na ativa. Nessas ocasiões, eram oferecidas “*três refeições diárias abundantes e variadas, mediante a importância equivalente ao preço da etapa* [500 réis diários] *estabelecida em lei*”, medida essa considerada salutar ao regime disciplinar, pois vedava-se a ausência das praças sob pretexto de se alimentarem alhures.⁷⁶ A nos fiarmos na proposta de um fornecedor, o cardápio tinha a seguinte composição:

Para as praças detidas: Almoço: dois pães de quarenta réis, com manteiga, uma caneca com café (correspondente a duas e meias xícaras); ou um prato com carne ou um prato com peixe, mais um prato de arroz, farinha e um pão de quarenta réis (sem manteiga)

⁷⁵ As requisições das praças João Pedro dos Santos e Luiz Medeiros dos Santos, que pediram 15 dias de licença para cuidar de negócios de seus interesses. Ambas foram concedidas pelo comando. *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, sem data*. AESP, co2328. O soldado, destacado em Paraibuna, pede 15 dias de licença para ir a Guará tratar negócios de sua família. O comandante não acha inconveniente.

⁷⁶ *Relatório das atividades do CPP no ano de 1884, apresentado ao presidente da província em novembro de 1884*. AESP, co2335. Peter Beattie diz que o rancho distribuído aos soldados de linha era terrível e escasso, aproximando-se em qualidade e quantidade ao que se costumava dar aos escravos e aos prisioneiros. Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit., pp. 163 e 164.

e uma caneca com café. **Jantar:** um prato com carne ou peixe, mais um prato com arroz e com feijão “*com a competente farinha*”. **Ceia:** uma caneca com café correspondente a duas e meia xícaras e um pão de quarenta réis com manteiga.

Para as praças prontas e de guarnição: **Almoço:** um prato com carne ou peixe, um prato com arroz, sua competente farinha, uma caneca com café e um pão de 40 réis (sem manteiga). **Jantar:** um prato com carne ou peixe, um prato com arroz e um com feijão, com sua competente farinha. **Ceia:** uma caneca com café, correspondente a duas e meia xícaras, um pão de 40 réis com manteiga.

Ainda segundo o fornecedor, os gêneros são variados, “*sendo carne seca uma vez por semana e bacalhau em dias de jejum, sendo todos estes de boa qualidade*”. Além disso, ele se comprometia a levar a marmita a seus competentes destinos nas horas determinadas.⁷⁷

Não sabemos se essa proposta foi aceita, mas pode-se sugerir que o regime alimentar da guarnição não fugia muito desse cardápio, ainda mais quando o cotejamos com o serviço oferecido pela enfermaria às praças internadas (ver capítulo 4). De todo o modo, parece ser uma dieta afeita aos hábitos alimentares da população pobre, apesar de não nos ser possível aferir o nível calórico de cada porção – se suficiente ou não para – nem a qualidade da comida ofertada. É certo que, quando destacada em Itu, a praça Ambrosio Rodrigues do Amaral, engajado em 1885 na capital, natural dessa mesma cidade, nascido em 1866, com 1,60m, cor parda, pedreiro e solteiro, rejeitou por duas vezes a “*etapa enviada pelo fornecedor*”, só não se sabe se por pirraça ou pela dignidade ante a gororoba. Essa atitude intempestiva, somada a tantos outros atos indisciplinares, levou o comandante do CPP a pedir sua exclusão do Corpo.⁷⁸ No entanto, havia outras estratégias para levantar o de comer; táticas que denotam a penetração das praças do CPP num círculo de sociabilidades e dependências indesejado pelo comando policial. Durante uma renhida disputa política na cidade de Franca, em 1881, o sargento Arthur da Fonseca Ozório, comandante do destacamento foi acusado de tomar partido de um dos contendores, “*sendo seu comensal*”.⁷⁹ O anfitrião era o Bacharel Pereira da Cunha, figura de proa do Partido Liberal local e provavelmente dotado de um cabedal razoável, na casa de quem o sargento

⁷⁷ *Proposta para a alimentação das praças do CPP, em 01/01/1886. AESP, 2339.*

⁷⁸ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 22/03/1888. AESP, co2343.*

⁷⁹ *Ofício do delegado de Franca ao chefe de polícia, em 23/08/1881. AESP, co2609.*

podia se empanzinar sem ter que apelar para o grude insosso recusado pela praça Ambrosio, em Itu.

Além disso, privar da companhia íntima de notáveis podia assegurar um lugar social privilegiado e atalhar a tortuosa senda que leva à ascensão social, muito provavelmente como uma troca lucrativa de favores que da autoridade do sargento podia fazer uso o bacharel. O privilégio torna-se mais lustroso se pensarmos que Arthur era imigrante português e ingressara no CPP em julho de 1872, então aos 18 anos, no patamar mais baixo da instituição.

Da mesma forma, o tenente Antonio Canuto de Oliveira também foi acusado pelo jornal *O Independente* de ser comensal na casa de um comerciante em Mogi Mirim, cidade onde servia concomitantemente como comandante do destacamento e delegado. A denúncia foi feita com o fito de depreciar a idoneidade de Canuto de Oliveira, acusado de, à guisa de realizar o policiamento, aborrecer com medidas arbitrárias adversários do seu anfitrião.⁸⁰

Amigar-se de um político local não fazia parte da cartilha do bom policial militar, que deveria primar por sua imparcialidade. Mas nem o sargento nem o tenente eram lá muito católicos no seu procedimento, sendo este acusado de atrasar o serviço para ter-se com uma amásia, enquanto aquele foi admoestado algumas vezes durante sua carreira devido a deslizes disciplinares. Além do evento citado algumas páginas acima, que vinculava Arthur Ozório ao desvio de fardamentos, em 1880, o comandante interino da Companhia de Urbanos denunciou que transacionava o soldo dos seus subordinados, fato que como veremos mais adiante era uma prática muito comum nas instituições policiais.⁸¹

Os policiais, principalmente as praças de CPP, podiam nutrir, com maior ou menor qualidade, suas necessidades básicas no tocante à alimentação quando havia fornecimento de rancho. Em muitas cidades não havia refeição, sendo que as praças eram obrigadas a dispensar um valor equivalente à etapa (normalmente de 500 réis diários) para adquirir nos armazéns os gêneros de primeira necessidade, o que levava muitas vezes a indesejáveis situações de dependência e abusos escorchados por parte dos comerciantes, como será analisado mais adiante.

⁸⁰ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da polícia, em 10/10/1882. AESP, co2325. Em fevereiro de 1888, Antonio Canuto de Oliveira ainda era tenente do CPP quando assumiu a delegacia de Jacareí. Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 11/02/1888. AESP, co2691.*

⁸¹ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 28/03/1879. AESP, co2592.*

No mesmo sentido, a corporação militarizada oferecia a seus membros outros benefícios, que podiam tornar-se fundamentais para a sobrevivência do engajado num panorama de pobreza e de desenraizamento: a moradia. Poucos policiais, imagina-se pelo nível de pobreza a que eram submetidos, conseguiam se tornar proprietários de bens imóveis. Essa situação devia ser mais grave nos centros urbanos mais destacados, onde o preço das casas era maior. Portanto devia ser incomum a situação do italiano Liuno Tolosano, praça de permanentes, que logrou ter, “*com seus poucos vencimentos[,] comprado uma pequena chácara na Mooca*”. Apesar dessa importante aquisição, o policial solicitou auxílio financeiro ao comandante do CPP para trazer a família da Itália.⁸²

De ordinário, se o policial fosse do CPP, sua casa era o quartel ou, no pior (e mais comum) dos casos, nas cidades do interior, os tugúrios que eram alugados para servir de quartel. Por isso, deviam ser improváveis os casos em que os permanentes carregassem as famílias a tiracolo, ainda mais porque, em teoria, permaneciam durante um tempo restrito em cada localidade. Viviam, então, no improviso, seja na capital, no Convento do Carmo; seja no interior, como em Araçariguama, onde o subdelegado relatava a necessidade irrevogável de “*ser construída uma tarimba no quartel, para as praças do respectivo destacamento*”. A se presumir que até então as camas não existiam.⁸³ Lembremos que em Queluz “*as praças do destacamento dormem no chão, seus fardamentos vê-se pendentes em pregos nas paredes e portadas*”.⁸⁴ E, em Santos, resolveu-se aprumar o quartel somente devido à honorável visita de “*Suas Majestades Imperiais*”, programada para 1885. Os consertos necessários para não fazer feio diante da realeza foram múltiplos, como informava o comandante do Corpo: “*Não é só caiação e pintura, mas (...) também do assoalho, de vidraças nas janelas e outros que por ora não podem ser feitos antes da*

⁸² Em ofício ao presidente da província, a autoridade policial recomendou a medida, “*visto não o poder fazer de per si em vista de suas circunstâncias pecuniárias. Cumpre-me informar a V. Exa. que acho justo o que pede esse soldado, visto ter ele tido um comportamento exemplar e ser honesto e trabalhador(...) mesmo será bastante proveitosa a vinda de sua família, reconhecendo-se a índole laboriosa de que é ele dotado. V. Exa., porém, fará o que julgar mais convincente*”. Não se sabe se a praça recebeu auxílio financeiro, há apenas um despacho que indica que o ofício foi enviado ao Ministério da Agricultura em 20 de abril de 1877. *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 11/04/1877*. AESP, co2309.

⁸³ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 11/08/1887*. AESP, co2682.

⁸⁴ *Ofício do delegado de Queluz ao chefe de polícia, em 13/05/1878*. AESP, co2582.

chegada dos mesmos Augustos viajantes”.⁸⁵ Um ano antes, a situação não era diferente, já que o edifício “*não tem portas e se acha com o assoalho completamente estragado*”.⁸⁶

Em outras oportunidades, como em Itanhaém, as praças acasernadas repartiam as dependências com índios visitantes, permissão humanitária do delegado, “*a fim de não ficarem ao rigor do tempo quando eles vêm a esta tratar de seus negócios*”, numa medida absolutamente refratária aos ditames do militarismo, que orienta a segregação das praças do meio social. Naquela freguesia litorânea, ao que parece, o quartel funcionava como hospedaria para os viandantes, já que além dos índios abrigava outros residentes temporários.⁸⁷ Se o soldado de permanente, em tese, não tem casa, os policiais locais, por sua vez, residiam nas próprias localidades em que serviam. O quartel funcionava como centro administrativo e almoxarifado nas vilas e freguesias, como atesta a lista de material requisitado para o quartel de Bragança:

“arieiro a tinteiro; bacia e jarro; copo de vidro; pote para água; caneca de folha; lanterna de vidro; castiçal de latão; tina para água das praças; tamborete; canetas e lápis; régua de madeira; papel liso e pautado; urinol; pote de tinta; cabides para armas; cubo de madeira; mesa com gaveta; livros com 50 folhas; caixa com penas; marquesa”.⁸⁸

Por seu turno, os guardas urbanos podiam pousar nas estações, conforme determinação da administração. Quando não, se encostavam onde a pobreza permitia. Os cortiços – fonte de supervisão cerrada dos aparatos policiais – considerados antros de criminosos e freqüentemente objetos de queixas e varejados por incursões policiais serviam de moradia, de remanso e de ponto de encontro para os policiais paulistanos.⁸⁹ Em 1886, o comandante da Companhia de Urbanos alertava o chefe de polícia que “*ainda ontem o guarda Gabriel (...) faltando ao serviço das 08 às 12 horas da noite, foi encontrado pelo*

⁸⁵ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 27/10/1886. AESP, co2337.*

⁸⁶ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 11/05/1885. AESP, co2334.*

⁸⁷ *Ofício do delegado de Itanhaém ao chefe de polícia, em 16/01/1880. AESP, co2598.*

⁸⁸ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/10/1872. AESP, co2544.*

⁸⁹ Em 1879, o subdelegado do Norte da Sé elabora uma relação dos cortiços e de seus moradores em resposta a uma portaria do chefe de polícia, conforme ofício do subdelegado do Norte da Sé ao chefe de polícia, em 29/12/1879. AESP, co2588. Em 1881, o mesmo pedido foi feito para a autoridade de Santos, conforme *ofício do delegado de Santos para o chefe de polícia, em 16/12/1881. AESP, co2605.*

sargento Eutheciano, de ronda, às 9:30 da noite, vestido à paisana, a provocar desordem num cortiço, armado de cacete e canivete (...).⁹⁰ Já o guarda n. 181, Henrique Kwentès, citado no capítulo anterior, morava em companhia de um colega, igualmente urbano, Luiz Gonzaga da Silva, “em um quarto de cortiço da rua da estação Inglesa”.⁹¹

A mistura um tanto quanto promíscua de policiais com a população era um grave empecilho para que se desenvolvessem no seio da tropa laços corporativos exclusivos, destacados do restante da sociedade e essenciais para a concretização do caráter pedagógico moralizador da polícia.

Disciplina e *esprit de corps*

Segundo Pierre Bourdieu, o *esprit de corps* implica na “*possessão*” do preposto pela organização: esses “possuídos” são “a instituição feita em homem que só exercem ou sofrem a dominação porque incorporaram a instituição, porque eles fazem corpo com ela, porque eles lhe dão corpo”.⁹² Ou, nos termos de Luc Boltanski, o *esprit de corps* é definido como um sentimento adquirido que desperta de um discurso segundo o qual os membros do grupo se reagrupam em torno do senso-comum que os honra, os reúne e impedem que “as clivagens implícitas redundem em cisões”.⁹³

Nesses termos, o projeto disciplinar e proselitista pregado pelas instituições policiais paulistas – principalmente a Companhia de Urbanos e o CPP – a fim de converter indivíduos em agentes do Estado foi limitado por diversos fatores. O primeiro e mais patente deve-se à carência material que assolou as forças policiais durante todo o período estudado, impedindo a organização estrutural da polícia. Mas não só. Podemos citar também a incoerência administrativa que estancou a uniformização das corporações e a formação de uma unidade profissional. Em consequência, a polícia não logrou estabelecer

⁹⁰ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 30/01/1886.* AESP, co2664.

⁹¹ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 22/03/1887.* AESP, co2678. Na solicitação de engajamento de guardas urbanos em 1889, alguns pedidos discriminavam o endereço dos postulantes, dentre os quais, podemos citar as ruas do Brás, Maria Benedicta Norte, José Bonifácio, Imperador, Episcopal, Sebastião Pereira, Rua João Alfredo Barão de Ramalho, 25 de Março, Barão de Iguape, Benjamim Constant, Santo Amaro, das Flores, Concórdia, João Alfredo, travessa do Brás, Consolação, Lavapés, Pari, Doutor Abranches, Bambus, Alegria. Ver *requerimentos enviados por voluntários à Guarda de Urbanos ao chefe de polícia, em 1889, rubrica Requerimentos*, AESP, co2700 e co2701.

⁹² Pierre Bourdieu. *La noblesse d'état – Grandes Écoles et esprit de corps*. Paris : Les Editions de Minuit, 1989, pp. 10 e 11.

⁹³ Luc Boltanski. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris : Minuit, 1982, pp. 471-488.

diretrizes essenciais para a padronização de um serviço policial, tanto no que concerne à adesão ideológica dos agentes às regras corporativas, quanto a medidas que incutissem um orgulho de pertencimento e auto-estima dos policiais através de ações proativas e não meramente punitivas.

Como vimos anteriormente, uma forma de se consolidar valores através de uma linha hierárquica é a instrução e o treinamento. Escolas, academias, órgãos de representação de classe, grêmios recreativos, publicações específicas ajudam a criar um liame entre os membros de uma corporação. Nas instituições brasileiras, esse movimento foi patente no exército, onde os oficiais passavam por uma escola formadora, adestrados em uma linguagem uniforme, imposta de fora para dentro, e na magistratura, em que a instrução ideológica niveladora fora transmitida nos bancos das Faculdades de Direito de Coimbra, Recife e São Paulo e em toda a ambiência cultural e política que a experiência em torno do mundo acadêmico propiciava.⁹⁴

Estabelecer e controlar a força policial significava garantir ao poder público as bases do “monopólio da violência legítima”. Mas em nenhum momento durante o regime imperial empreendeu-se uma política policial definida, isto é, um programa específico que doutrinasse os policiais – nem o oficialato – no sentido de formarem uma força de elitizada. Sem instrução ou treinamento formal, a única forma de amalgamar os policiais numa ideologia uniformizada estava no próprio pertencimento à instituição e na adstrição a suas regras e normas disciplinares. A disciplina estrita que guiava o CPP e, em certa medida também a Companhia de Urbanos, visava a enquadrar a fôrceps as praças como compensação à inexistência de outros mecanismos mais brandos de controle e de sedução.⁹⁵ Além disso, a despeito da exposição às regras e normas institucionais, o contato didático com superiores deveria forjar o caráter do homem-policial, desenraizado de suas origens e heranças e curtido em um ideário novo.

⁹⁴ Sobre a formação de uma burocracia judiciária, ver José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003; Andrei Koerner. *Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira*. São Paulo : Editora Hucitec, 1998; Thomas Flory, *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política en el nuevo estado*. México : Fondo de Cultura Económica, 1986; Sérgio Adorno. *Os aprendizes do poder – o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo : Paz e Terra, 1988.

⁹⁵ Por não ser uma força militarizada nem juramentada, o guarda de urbanos era sujeito a menos penas disciplinares que seu colega permanente, mas as faltas no serviço, a conduta arrevesada e as ilicitudes também eram punidas com pena de prisão.

Sem acesso a outros recursos ideológicos, a obediência e respeito à hierarquia eram garantidos pela imposição de um regulamento rígido que enquadrava com severidade as faltas disciplinares. Principalmente o CPP, com sua *allure* militarizada, emprestou das forças armadas o arcabouço repressivo. É verdade que, ao contrário de outras corporações munidas de um caráter proto-penal, a exemplo do exército e da marinha, o CPP nunca institucionalizou a inflicção de castigos físicos, apesar de prever outras penas severas, como a prisão em solitária e a redução da ração alimentar. A demissão do serviço ultimava a gradação das medidas disciplinares.

Assim, na capital ou no interior, o policial, integrado a uma instituição pouco profissionalizada, recebendo baixos salários, sob uma vigilância frouxa, que se limitava ao alcance duvidoso das medidas coativas, visto que mesmo o mais casto dos policiais trazia na sua fé de ofício o registro de alguma prisão, vinculava-se canhestramente à ética corporativa e à cultura policial como almejadas pela alta administração. As penas não funcionavam como um apêndice complementar à construção gradativa e pedagógica do espírito de corporação. Eram, no fim das contas, o único recurso para conformar os policiais aos ideais de disciplina.

Numa organização ideal, o *esprit de corps* devia ser assentado sobre apanágios privativos e discrepantes do resto social, como sendo um fator diferenciador, de orgulho e de solidariedade comunitária. Utilizando-nos de uma injunção foucaultiana, se apagariam do corpo e da alma dos agentes os vestígios de individualidade a partir de imposição de alto a baixo de valores caros à cultura militar – a obediência cega, o destemor, a primazia do coletivo.⁹⁶

Mas o anelo dos dirigentes sobreviveu apenas no plano deontológico dos discursos e dos regulamentos. Quando nos detemos sobre a prática, é fácil vislumbrar que a identificação que conectava os companheiros de farda se balizava por outros valores, esses sim baseados da convivência cotidiana e na persistência atávica de hábitos e costumes consagrados por suas experiências no trabalho diuturno. Assim, os fatores gregários mais notáveis que amalgamavam os policiais e os identificavam como tais jungiam-se a partir de um estilo clandestino de vida e de policiamento (no sentido que não eram avalizados pela administração da polícia) que se perpetuavam e, às vezes, com pertinácia, se

⁹⁶ Michel Foucault. *Vigiar e Punir - história da violência nas prisões*. Petrópolis. Vozes, 2000.

institucionalizavam. O *esprit de corps* da polícia paulista no final do Império gerou, portanto, uma certa solidariedade chauvinista, consubstanciada no respeito das praças a essa ética *de baixo*, que requalificava constantemente os valores incutidos pela cúpula policial, refreando uma adesão incondicional à mentalidade corporativa imposta a partir *de cima*.

Solidariedades policiais

Essa convivência próxima entre os policiais, que ora dividiam os turnos de trabalho, ora comungavam o mesmo teto, de um lado, podia fomentar uma sociabilidade comunitária e positiva, no sentido de se estreitarem laços mutualistas e de camaradagem, que sinalizavam uma inclinação ao pertencimento grupal e a formas mais sólidas de solidariedade, mesmo que seus registros na documentação sejam mais rarefeitos, uma vez que não são o subproduto de ilícitos regulamentares e, por isso, deixam rastros mais brandos (tirante, talvez, as constantes contendas que uniam os policiais contra membros de outras corporações, como a marinhagem e os soldados de linha). No anverso da mesma moeda, a convivência insistente entre praças propiciava a emergência de situações em que se ressaltavam a competição, a mesquinhez, a dominação, as intrigas, que se potencializavam no momento em que reproduziam as dinâmicas relacionais daquela sociedade escravista e altamente hierarquizada, em que a honra – capital pessoal dos mais essenciais – era constantemente desafiada.

Para completar, ainda não havia formas organizadas de associação classista policial, como grêmios, clubes desportivos, sindicatos ou fundos assistenciais, salvo um fundo beneficente – a “Caixa de Socorro para as famílias dos bombeiros”, criada em 1884 pelo Capitão José Feliciano Cabo Viana, mas que teve funcionamento precário.⁹⁷ A exceção talvez fosse a banda de música do CPP, verdadeira menina dos olhos dos administradores, que além de espelhar uma imagem positiva da corporação, funcionando como cartão de visita e vínculo com o público, enchia de orgulho as praças componentes, uma vez que as constantes menções elogiosas lhes reconheciam o esforço e apreciavam o talento. E de modo nenhum se pode desprezar a importância da banda de música nas corporações de

⁹⁷ Waldyr Rodrigues de Moraes. *Milícia Paulista – história da polícia militar paulista*. São Paulo : Museu da Polícia Militar, 2003, 3 vol., p. 634.

estirpe militar.⁹⁸ Segundo Fabien Cardoni, durante o século XIX, passou-se a acreditar que “a banda tem uma ação benéfica sobre o ‘espírito’ das tropas. Se os tambores e os trompetes são necessários às manobras da tropa, a banda do regimento é ao mesmo tempo um atributo militar indispensável, um emblema, um suporte do prestígio e um símbolo do poderio. Ao lado da bandeira e do uniforme (...), a banda constitui a base da identidade de uma tropa”.⁹⁹

Em São Paulo, nos relatórios do comandante do CPP, a banda criada em 07 de abril de 1857, com 17 músicos, era o único item digno de encômios sistemáticos: “Pode-se dizer que é uma útil instituição, principalmente para uma capital como esta, cuja população ávida de meios de distração é-lhe proporcionada pela mesma música, tocando no Jardim Público aos domingos e quintas-feiras e nas solenidades religiosas e outras; por outro lado, pode-se afirmar que é a melhor música que existe na capital”.¹⁰⁰ Como prestava um serviço lucrativo, tinha sempre dinheiro em caixa, o que permitia a manutenção dos instrumentos, sempre renovados e em bem cuidados. Era, de fato, muito solicitada a banda da polícia, para além dos concertos dominicais que performava no Jardim Público. E seus componentes, que chegaram a 28 em 1875, atendiam a um público eclético: da Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência, ao Capitão do Mastro de Santa Ifigênia, passando pelos organizadores da procissão cívica que homenageou o passamento de Luiz Gama, e pelo Club de Ensaio Litterarios e pela Colônia Italiana¹⁰¹; isso quando não era mobilizada

⁹⁸ A importância da banda de música nas instituições policiais é atestada por Fabien Cardoni. *La Garde Républicaine, d'une République à l'autre. Un régiment de gendarmes à Paris, 1848-1871*. Tese de doutorado. Paris : Sorbonne/Paris IV, 2005. Para uma história da banda da Polícia Militar paulista, ver Laura Della Mônica. *História da banda de música da polícia militar do Estado de S. Paulo*. São Paulo : Weril, 1975, 2ª edição. Na Bahia, a música da Força Pública provincial era muito querida, como descreve João da Silva Campos: “Em 1887, ano exato em que a música chegou à maior evidência, debaixo da mestrança de Joaquim Pedro, as suas tocatas noturnas em público, - o tradicional recolher, - às segundas-feiras em frente ao demolido quartel da Mouraria, onde acantonava a força policial, às terças-feiras na Praça do Palácio, e aos sábados diante do palácio do governo, no Corredor da Vitória, atraíam milhares de assistentes que, atroando ensurdecedores vivas, e, às vezes empunhando archotes, acompanhavam a banda até à caserna. Jamais a alma popular da Bahia vibrara assim; jamais dera tão ruidosas e positivas mostras de entusiasmo por motivo semelhante. E nunca mais deu (...) Numa época em que as diversões públicas eram mui raras nesta capital, assistir ao recolher constituía um passatempo muito apreciado. Aboliram-no depois da proclamação da República”. João da Silva Campos. *A música da polícia da Bahia*. Bahia : Imprensa oficial do Estado, 1933, p. 09.

⁹⁹ Fabien Cardoni. *La Garde Républicaine, d'une République à l'autre. Un régiment de gendarmes à Paris, 1848-1871*, op. cit., p. 389.

¹⁰⁰ Relatório do comandante do CPP ao presidente da província, em 20/11/1883. AESP, co2327.

¹⁰¹ Ver ofício do presidente da província ao comandante do CPP, em 17/08/1882. AESP, co2325; ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 28/12/1883. AESP, co2328; ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 30/08/1884. AESP, co2333; ofício do comandante do CPP para o

para fins cívicos e altruístas, como num concerto que ofereceu em “*benefício de nossos irmãos da província do Norte, flagelados pela seca*”.¹⁰²

À parte da banda, também emergiam, no sistema proto-profissional policial, circunstâncias mais primárias de solidariedade. É de se imaginar que o policial, principalmente a praça do CPP, viramundo contumaz, alheado da companhia familiar, dobrasse diante da saudade nostálgica. A solidão do desconhecido que se renovava a cada diligência era arrefecida com a comunhão entre os colegas de infortúnio, única referência em um ambiente que muitas vezes lhe era hostil. Assim, algum tipo de identificação de grupo surgia quando os interesses particulares eram ameaçados. A disputa entre as linhagens hierárquicas pelo controle do contingente policial, que opunha delegados e os comandantes CPP, cada qual se adjudicando a primazia sobre a força pública, fez se irmanarem em torno do comandante do destacamento de Franca as praças estacionadas naquele município, depois que o delegado determinou a prisão da praça José Felix do Prado, engajado em janeiro de 1883, nascido em São Miguel (SP), em 1861, com 1,63m, moreno, ajudante de ferreiro e solteiro, “*por ameaçar ofender com uma faca (...) um pai de família de nome Serafim Borges*”. Ainda de acordo com o delegado, o cabo comandante do destacamento, Candido Antonio de Araújo, porém, “*longe de cumprir a minha ordem, desobedecera a mesma e resistiu, mandando as praças embalarem as armas, como de fato armaram-se para resistir*”. Chamado a acalmar os ânimos, o alferes Joaquim Antonio de Jesus, destacado na vizinha freguesia de Santo Antonio da Rifaina, para desespero do delegado, “*seguiu viagem [de volta] conduzindo consigo todas as praças de permanentes, sem nada participar a esta delegacia, ainda mais, tirando todo o armamento do quartel e fechando em sua casa*”.¹⁰³

A prisão de José Felix do Prado, e provavelmente outras rivalidades interinstitucionais que culminaram nessa revolta, levaram os permanentes a defender em coesão o colega, voltando-se contra o delegado. Também mostraram-se unidas as praças estacionadas em Piracicaba diante da prisão de um companheiro, desta vez pelo próprio superior direto, o comandante do destacamento. O motivo foi a praça “*maltratar uma preta*

presidente da província, em 22/04/1885. AESP, co2334; ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 21/09/1885. AESP, co2334.

¹⁰² Ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 08/07/1878. AESP, co2312.

¹⁰³ Ofício do delegado de Franca para o chefe de polícia, em 22/12/1885. AESP, co2648.

[escrava] *que estava presa*”, sendo que os outros policiais “*abandonaram o armamento e retiraram-se, deixando na cadeia tão somente o carcereiro, levando o guarda que estava preso no xadrez cuja chave tinham*”. A praça que deu origem à revolta teria se irritado com o barulho que escrava fazia, até que entrou no xadrez “*para coagi-la e nesta luta deu com uma corda relhadas na escrava*”. No dia seguinte, em motim, “*vagando todos [as seis praças] reunidos pelas ruas declaravam não mais servir nesta cidade com o dito alferes*”.¹⁰⁴

É fácil deduzir a razão da rebelião do destacamento contra o alferes: o desrespeito à honra pessoal do policial que sensibilizou a todos. Afinal, o comandante justificou a detenção do faltoso a partir de uma interpretação pragmática do regulamento, estabelecendo uma relação automática entre a ilicitude e a pena. Ao proceder assim, mostrou-se inábil ao não pautar sua decisão numa exegese mais nuançada, que considerasse outros elementos contextuais e imprevistos pela regra enregelada. No “mundo real”, a agressão de uma praça contra uma escrava presa seria mais do que concebível, visto a posição social de cada um. O policial era formalmente livre e se considerava oficialmente dotado de uma carga de autoridade que lhe permitia agredir impunemente uma escrava, considerando-se a posição subalterna que ocupava na pirâmide social. Assim, podia descontar no mais fraco os efeitos nocivos dos encontros quando normalmente figurava na ponta desprivilegiada – por ser pobre e talvez não-branco – da relação de dominação. No soldado, inclusive, investia-se uma fração de poder de polícia, além servir ele como instrumento efetivo da violência legítima materializada.

Na sua avaliação pessoal, portanto, não haveria momento mais propício para que fizesse uso desse poder oficial: uma escrava, presa e baderneira. Por seu turno, o alferes fez uma outra leitura da situação, sopesando a autoridade conferida ao policial numa balança ajustada sobre outro fiel: acreditava, talvez, que a lei e o regulamento fossem soberanos em relação ao poder pessoal da praça, independentemente de qual fosse o alvo sobre o qual recaísse a clava da autoridade. Mesmo contra uma escrava, a violência desmedida devia ser objeto de grave repreensão. E foi o que ele fez, num ato que contraditou as expectativas comungadas pelas praças de menor patente e pôs em xeque a honra delineada pela sua

¹⁰⁴ Esse caso está descrito no *ofício do juiz municipal de Piracicaba para o chefe de polícia, em 19/05/1878* e no *ofício do delegado de Piracicaba para o chefe de polícia, em 19/05/1878*. AESP, co2578.

posição mais destacada diante da escrava. Unidas, as praças se rebelaram num desforço derradeiro para que prevalecesse o peso da tradição e das práticas sociais diante da universalidade liberal e desajustada inscrita no regulamento. A resposta contra o arbítrio do superior – arbítrio contra a ética tácita entre os policiais e não como infração regimental, vale frisar – foi emblemática: o rompimento do vínculo hierárquico e a conseqüente recusa da subordinação, considerada falta capital na disciplina militar, mas justificada pela ação do alferes, que teria, também ele, desrespeitado cláusulas pétreas desse código alternativo.

Mas, como dito, os laços de solidariedade eram frágeis e circunstanciais. Estreitavam-se ou lasseavam-se ao sabor das circunstâncias. O convívio exagerado, as disputas miúdas do cotidiano, o ambiente de competição derivado do atrito entre autoridades e exacerbado pela pobreza constante, favoreciam a emergência de situações de tensão. As rixas e rivalidades explodiam, como aquela que se deu entre os guardas Germano Gomes Guimarães e Adão Prudêncio dos Reis, já que estes “*entretêm negociação de dinheiro a prêmio entre seus camaradas, procedimento que vai de encontro às ordens do dia*”.¹⁰⁵ Em Cachoeira, a praça João Baptista dos Santos foi morta pelo colega Faustino Martins Carneiro, quando este tentava prender aquele.¹⁰⁶ Em Santos, o delegado Guilherme Freire prendeu o soldado permanente Luiz Leite Barbosa que feriu gravemente seu colega Leandro Ubatubano de Andrade.¹⁰⁷

Em outros, transparece o resultado de fricções hierárquicas que podem tomar medidas desproporcionais ao regular um universo ainda parcamente delimitado entre o comando institucional – portanto, público e regulamentado – e aquele oriundo do mundo privado, que pressupõe a disparidade de poder, própria de uma sociedade escravista. Esse pode ter sido o móvel sub-reptício do ataque do soldado Antonio Carlos da Silva, “*que armado de sua baioneta quis ferir ao cabo Benedicto Estanislau por lhe haver este feito uma pequena observação de não poder estar no corpo da guarda com a baioneta atravessada entre a farda da direita para a esquerda (...)*”.¹⁰⁸

Mais violento foi o conflito entre a praça de CPP Martiniano Baptista Araújo e o sargento da Companhia de Urbanos, Rodolpho Gregório Azambuja, atingido com um tiro

¹⁰⁵ *Ofício do comandante de urbanos ao chefe de polícia, em 13/07/1887. AESP, co2677.*

¹⁰⁶ *Ofício do delegado de Cachoeira ao chefe de polícia, em 14/08/1880. AESP, co2598.*

¹⁰⁷ *Ofício do delegado de Santos ao chefe de polícia, em 06/06/1884. AESP, co2635.*

¹⁰⁸ *Ofício do delegado de Limeira para o chefe de polícia, em 23/02/1872. AESP, co2546.*

de revólver. Segundo relatos, a praça tinha sido chamada à atenção pelo sargento, pois queria “*pousar à força com Joaquina de Tal*”, moradora do Beco dos Mosquitos. Por ter sido impertinente e gritado com Joaquina, o comandante deu voz de prisão ao soldado, que puxou uma faca e pôs-se a correr “*pelas ruas da Esperança, Santa Thereza, Imperador, Caixa d'Água, Princesa, Ouvidor e São Bento, até em frente à Caixa Filial, onde foi cercado (...) declarando que só se rendia às praças do Corpo de Permanentes, Corpo a que pertencia*”. A fuga de Martiniano mobilizou vários policiais e ganhou contornos épicos, na descrição do comandante dos Urbanos:

“O guarda n. 82, Frederico Griezemberg, com dois ferimentos, um no peito do lado direito e outro do mesmo lado na espinha dorsal; o guarda n. 50, Felisberto Marques da Rocha, com um ferimento no peito do lado direito; o guarda n. 110, João Baptista da Costa, com um ferimento do lado direito das virilhas, o paisano Antonio José Fernandes Braga Sobrinho, com dois ferimentos no peito do lado esquerdo, falecendo cinco minutos depois de ter chegado à estação. O guarda n. 54, Manoel P. dos Santos Apolinario, ferido levemente na mão direita, por ocasião da prisão. A prisão foi efetuada nas obras da Tesouraria de Fazenda, no Largo do Colégio, tendo Martiniano recebido alguns ferimentos na cabeça pela grande resistência que ofereceu”.¹⁰⁹

O sangrento quiproquó em que se meteu Martiniano, aparentemente em resposta à reprimenda que recebeu de um superior, pode, a partir de uma interpretação mais aprofundada, apresentar outras variantes que ultrapassam a mera desinteligência funcional. Em primeiro lugar, a questão do pertencimento: Martiniano era permanente; Rodolpho, urbano. Portanto, este fazia parte de uma força que se pretendia elitizada, composta por guardas alfabetizados e urbanizados. Podiam apregoar preeminência hierárquica em relação aos colegas do CPP, em trânsito na capital, considerados xucros e atrasados. A corroborar, vinha a questão da cor. Martiniano era preto e tinha cabelos carapinhas, o que, como vimos no capítulo 2, pode ser um indício que aproximasse sua condição social à de um escravo.

¹⁰⁹ *Ofício do subdelegado da capital para o chefe de polícia, em 31/07/1882. AESP, co2614 e ofício do comandante de urbanos para o chefe de polícia, em 26/07/1882. AESP, co2614.*

Além disso, era de fora da província – baiano – e alto, com 1,84m, muito acima da média das praças, que alcançava 1,56m. Portanto era um sujeito corpulento, negro, carapinha e forasteiro. Podemos sugerir que havia recém-chegado à província ou, pelo menos, era noviço na capital, já que, além de ser solteiro e contar 30 anos, idade acima da média dos engajados (26,7 anos), lá fora engajado em julho de 1882. Sozinho em São Paulo, quiçá um escravo fugido ou um liberto, encontrou no CPP um refúgio momentâneo para rebater a pobreza. O próximo passo: aproveitou-se da farda: talvez com algum dinheiro na algibeira e alimentado foi atrás de Joaquina de Tal, com quem tentou manter relações indevidas.

Nesse momento, o malogro: viu-se duplamente ferido em sua honra. Primeiro pela negativa da mulher; depois pelo comando do sargento Azambuja, de uma instituição que nem a sua era. A resposta violenta pretendia restaurar o respeito arranhado e defendê-lo diante de seus pares.¹¹⁰ Talvez estivesse melindrado pela autoridade excessiva do urbano, que tomou partido da moça, em detrimento da condição de policial de Martiniano, revelando, quem sabe, uma motivação racial para a admoestação à praça, mas que permaneceu inaudita no registro oficial, em que se justificou a voz de prisão na defesa dos interesses da mulher agredida, aparentemente oriunda de uma classe social que, em teoria, receberia atenção negligenciada das forças policiais. Então, de três, uma: ou o sargento Rodolpho realizou com eficiência “republicana” seu trabalho, defendendo os direitos cidadãos de uma pessoa em apuros – mesmo pobre e sem sobrenome; ou sua ação visou antes agredir Martiniano do que acudir Joaquina de Tal, ou, ainda, defendeu-se a agredida pelos motivos tortos, isto é, não se tinha em mente o resguardo da lei e dos princípios liberais, abstratos e universalistas, que deveriam mover a ação policial num mundo ideal: bateram-se os policiais pela moça porque ela fazia parte de uma rede de sociabilidade enredada entre aqueles guardas urbanos e o público – com ganhos e interesses de parte a parte – e que naquele momento estava ameaçada pela investida do permanente.

Seja qual for a interpretação mais verossímil, o fato é que o cotidiano policial estava palmilhado de possibilidades de vivências e inter-relações que se costuravam a partir de um

¹¹⁰ Em respeito à violência que mediava os encontros sociais, Ivan de Andrade Vellasco, faz a seguinte observação: “O recurso à violência nos conflitos entre os que concorriam nos mesmos espaços sociais seria, assim, uma das alternativas postas pela situação, quando se tratava da defesa do capital simbólico acumulado, responsável pelo respeito e reconhecimento social de seus lugares”. Ivan Andrade Vellasco. *As sedução da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. Bauru/São Paulo : ANPOCS/EDUSC, 2004, p. 282.

sem-número de variáveis. A solidariedade, de um lado, e a hostilidade, de outro, marcam duas faces de uma mesma moeda que representam a interação dos policiais no papel de membros de um grupo que se reconhece como tal e, também, como partícipes de registros culturais e comunitários mais amplos. Assim, estavam eles também vulneráveis a toda sorte de ajustes reproduzidos no meio social e potencializados ou arrefecidos pelas rivalidades internas à instituição.

O ciúme e a disputa amorosa – que tantos crimes motivaram em tabernas, esquinas e cortiços – foram o móvel do assassinato de Jacob Rodrigues Bueno, engajado em 1876, em Pirassununga, nascido em 1843, natural de Minas Gerais, preto, sapateiro e casado, por Agostinho de Escobar Bueno, engajado em 1873, nascido em 1854, em São Paulo, com 54,5 polegadas de altura, seleiro, cor branca, solteiro, ambos praças do CPP. Segundo o Alferes Carlos Oliva de Mello Franco, comandante do destacamento de Rio Claro, onde estavam estacionados, ao dar licença para que os dois pernoitassem fora do quartel, numa rua deserta, e com o consórcio de Atilio Sevezo (engajado em 1875, italiano, nascido em 1856, branco, sem ofício, solteiro), Agostinho deu um tiro de espingarda em Jacob. Segundo o depoimento de Maria de Tal, o assassino “*tinha ciúme de Jacob com quem ela tinha relações ilícitas e desprezava ao mesmo tempo a Atilio*”. Em julgamento pelo júri de Limeira, as praças Agostinho e Atilio foram condenadas a oito e quatro anos de prisão, respectivamente.¹¹¹

Mais uma vez a cor da pele pode ser uma componente extra a ser adicionada ao ciúme, qualificando, portanto, a agressão. Jacob era preto e mais velho que Agostinho e Atilio, ambos brancos. A preferência de Maria de Tal pode ter ferido os brios dos dois jovens. Nesse caso, a derrota amorosa falou mais alto do que um distante liame corporativo. O *esprit de corps*, então, sedimentou-se cinicamente, uma vez que uniu em concerto as praças renegadas pela moça contra o camarada eleito.

¹¹¹ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 07/06/1876. AESP, co2569. Em 1871, o pai de Agostinho, Benedicto José Bueno escreveu ao chefe de polícia esclarecendo uma situação um tanto nebulosa. Parece que em viagem de Agostinho ao Rio de Janeiro, não se tirou passaporte em nome dele, tendo sido ele detido. Pelo menos é isso que se infere da carta em questão, citada a seguir: “Peço desculpa a V. Sa. por estar um pouco incomodado para conversar a respeito do meu filho Agostinho Escobar Bueno, o qual eu mesmo e minha mulher que vai em meu lugar consultará com V. Sa. que dê-nos outorga para ir à província do Rio de Janeiro em casa do avô e padrinho para arranjar-se no comércio, porém o que faltou foi esquecimento de tirar passaporte para que julguei não ser preciso. O menino não é vadio e nem desobediente e está ainda na escola”. Carta de Benedicto José Bueno para o chefe de polícia, em 24/10/1871. AESP, co2536.*

É de se notar em todos os casos citados que os policiais envolvidos contavam pouco tempo de serviço. Jacob, morto por ciúme, fora engajado no mesmo ano em que fora assassinado. Agostinho tinha três anos no CPP e Atílio, apenas um. Martiniano, por sua vez, engajou-se no mesmo mês em que matou os urbanos. Assim é de se imaginar que o vínculo corporativo – a sensação de pertencimento a uma comunidade – ainda era muito frágil, e as solidariedades se teciam pelas contingências concretas do cotidiano, antes do que por princípios racionais (construídos a partir de um padrão previsto e esperado) ou ideológicos (adesão a princípios vindos “de fora”). O resultado desse amálgama tergiversado é a perpetuação de abusos e a homologia de um padrão de dominação e de arbítrio que vigia no espaço social mais amplo, sem que a instituição fosse capaz de refreá-los em prol de uma cultura corporativa, de respeito às regras e à moral coletiva.

Uma posição hierarquicamente superior podia levar a situações de constrangimento extremo, em que o princípio lapidar da subordinação era desviado de seu lugar institucional para dar azo a uma relação fundamentada na dominação pura e simples. Um caso exemplar é o do sargento Antonio Pinto de Mendonça, que tomou vantagem da mulher da praça Emílio Vilela de Alvarenga (engajado em Pindamonhangaba, em 1878, nascido em 1858, naquela mesma cidade, de 1,68m, branco, sem ofício, solteiro), enquanto o policial permanecia preso.¹¹² Dos comentários do juiz municipal, podemos sugerir a inclinação prévia do sargento em humilhar o subordinado: *“Pegou na mulher deste e serviu-se dela no quartel (segundo dizem os presos) à vista destes e do próprio marido, recebendo vaias dos presos que chamavam o marido também preso para ver, dizendo-lhe: ‘Olha, olha’, com grandes algazarras: tais fatos não se comentam, mas requerem providências e como até hoje não houve alguma que me conste, resolvi levar ao conhecimento de V. Exa. para que se digne providenciar como melhor entender”*.¹¹³

Nesse sentido, os casos de sodomia podem se inscrever no mesmo rol dos abusos hierárquicos, ainda mais se pensarmos as instituições militares como um ambiente que facilita esse encontro.¹¹⁴ O policial em posição superior lançava mão de uma autoridade

¹¹² O mesmo Emilio, alguns meses antes, tinha sido acusado de seduzir uma moça.

¹¹³ *Ofício do juiz municipal de São José do Barreiro ao presidente da província, em 21/09/1879*. AESP, co2593.

¹¹⁴ Peter Beattie. “Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras”, *op. cit.*

alheia àquela determinada pelos canais regimentais, mas justificada no amplo social, a fim de subjugar o subordinado hiposuficiente.

Em 1871, a praça Salvador Gonçalves queixou-se do sargento Salvador Nunes Machado, comandante do destacamento de Constituição, “*por motivo vergonhoso e só brutal, qual o de não ter querido se prestar à prática de atos libidinosos (...) [quando] convidou-o para satisfação dos seus desejos, mas que a isso recusando-se com energia foi pelo mesmo agarrado pela cintura, como que em luta da qual fugindo (...)*”, sendo espancado pelo sargento quando relatou aos colegas o ocorrido. Chamado pelo delegado, o sargento negou o fato, alegando que tinha espancado a praça, “*por ter o mesmo dito aos seus companheiros que ele era ‘sargento ruim e que não se dava a respeito’ (...)*”. Não obstante sua justificativa, o sargento acusado de libidinoso foi substituído.¹¹⁵

Num outro caso, a denúncia é mais velada. Não há um relato explícito de constrangimentos sexuais, apenas uma sugestão subliminar de que o sargento da seção de bombeiros, Firmino José Silva, “*de certo tempo para cá, [tem] deixado de se dar ao devido respeito para com as praças, procurando até a residência de algumas para conviver com elas, faltando, muitas vezes, o cumprimento de seus deveres no serviço quer desta seção, quer da Companhia de Urbanos*”. O portador da queixa, o alferes José Severino Dias, solicitou “*(...) a baixa de posto deste sargento, até que corrija-se e faça-se merecedor de tornar a obter esta distinção*”.¹¹⁶

Outros episódios não foram encontrados na documentação: talvez pela delicadeza do tema, envolvido por grossos tabus; talvez pela discrição dos envolvidos, encabulados em romper o rubicão da vergonha para expor-se publicamente e desafiar o lugar da autoridade. Também podemos especular que a raridade das ocorrências se devesse à expectativa e à tolerância em relação aos consórcios “sodomitas” em âmbito militar, ressaltando que o regulamento do CPP, ao contrário do que ocorria no Exército, não previa no rol de condutas sujeitas à pena o intercuro homossexual – consentido ou imposto.¹¹⁷ Marco Antonio Cabral dos Santos descreve um caso já em 1907, em que o 1º sargento Antonio André Pedro foi flagrado “*praticando ato de pederastia com o soldado*” Jorge Ribeiro,

¹¹⁵ *Ofício do delegado de Constituição ao chefe de polícia, em 23/09/1871. AESP, co2540.*

¹¹⁶ *Anexo em ofício do comandante de urbanos ao chefe de polícia, em 23/08/1881. AESP, co2612.*

¹¹⁷ Peter Beattie. “Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras”, *op. cit.*, p. 281. O regulamento do Exército punia o estupro homossexual.

ocasionando sua “*exclusão por indigno*”.¹¹⁸ Seja como for, o fato é que a sexualidade dos policiais é tratada sob o ponto de vista da virilidade e da honra como o capital individual masculino – apanágios primaciais da auto-representação do policial. Mesmo os incontinentes sexuais, que depreciaram a retidão institucional ao extravasar o des pudor, são predadores e, por isso, são punidos. Em comparação às sugestões de homossexualismo, aquelas são muito mais freqüentes.

Se o constrangimento licencioso homossexual, por sua própria natureza, torna-se de difícil identificação, outras formas muito mais sutis de dominação que se institucionalizam através das dinâmicas relacionais internas à polícia puderam ser localizadas. Muitas delas pressupõem violências e castigos excessivos e ilegais por parte de policiais em posição de mando. Na verdade, dão conta de que rixas ou rivalidades pessoais podiam ser cobradas em vinganças, preconceitos e até sadismos camuflados sob a carapuça de punições regimentais, mesmo que a ordem para o castigo fosse, em tese, sem validade, já que proveniente de pessoa incompetente, como no caso que se passou com a praça do CPP Braz Antonio dos Santos, natural da Capital, engajado em 1873, aos 18 anos, pedreiro e solteiro, destacado em Mogi Mirim, que, segundo o relato do comandante do destacamento, “*apresentou-se (...) com a roupa rasgada, os braços com sinais de ter sido amarrado e o rosto inflamado e com alguns pequenos ferimentos e diz que foi de bofetadas que recebera, sendo elas dadas pelo senhor subdelegado de polícia, José Pedro da Silva e alguns paisanos*”. A justificativa dada pelo subdelegado foi a recusa do policial em “*obedecer a ordem de prisão por ele dada em ocasião que achava-se brigando com um indivíduo*”.¹¹⁹

De um abuso semelhante foi acusado o delegado de Pirassununga, que teve de explicar a notícia publicada no *Jornal da Tarde*, de 31 de dezembro de 1879, sobre a prisão da praça Joaquim Antonio Angélico, engajado em 1878, em Priassununga, aos 32 anos, fluminense, de 1,63m, preto-carapinha, sem ofício, solteiro, o qual, de acordo com a folha, teria sido detido em correntes. Em sua justificativa ao chefe de polícia, a autoridade alegou que por ser turbulenta, a praça foi presa pelo comandante do destacamento, mas que, recalcitrante, arrebentou a grade da única prisão da cadeia, saindo à rua armado até que foi

¹¹⁸ Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*, op. cit., p. 151.

¹¹⁹ *Ofício do comandante do destacamento de Mogi Mirim para o chefe de polícia, em 22/05/1875*. AESP, co2563.

preso por paisanos, “*como não houvesse mais prisão onde pudesse detê-lo com segurança. Tanto mais quando ele se achava alcoolizado e a todos ameaçava, mandei prendê-lo com uma corrente até que seu estado o permitisse que fosse posto na prisão, onde se acham os criminosos, sem perigo de novo arrombamento e fuga de presos*”.¹²⁰

Outros relatos de castigos exagerados chegaram aos ouvidos das autoridades policiais. Em Itu, o comandante do destacamento foi acusado de exagerar na punição da praça Januário Block. O delegado da cidade, em vista do estado de saúde do policial, atestado por um laudo médico, ordenou que deixasse a prisão, onde tinha sido detido por doze dias e aguardava a aplicação da pena de sarilho. Por sua vez, o sargento comandante do destacamento recusou-se a obedecer à ordem, dizendo que se o soldado morresse assumiria as responsabilidades sob alegação de que tinha ordem do comandante geral.¹²¹ Já o sargento João Angelino de Souza fora dispensado do posto de cabo graduado em 1884, quando comandava o destacamento de Jaú, uma vez que “*trazia o seu destacamento em completo estado de relaxamento e por deliberação sua prendera a um soldado de seu comando na cadeia pública daquela vila, onde o manteve acorrentado, manifestando assim falta de capacidade de comando e de energia para com seus comandados*”.¹²²

Pior castigo receberam as praças flagradas “*em ato de pederastia*”, citadas por Marco Antonio dos Santos e mencionadas acima: apanharam de correame enquanto estiveram detidas, segundo denúncia do jornal *Diário Popular*. Na ocasião, o comandante geral do Corpo, coronel Pedro Xavier, em ofício para o secretário de polícia Washington Luis, confirmou o castigo, justificando as “*oito correiadas*” que receberam como “*medida moralizadora*”. O castigo físico não contemplado no regulamento e que escandalizou parte da opinião pública representada pelo jornal foi excepcionalmente institucionalizado pelo peso da autoridade máxima da Força Pública. Um caso como esse, de violência extra-legal cometida contra um inferior e sancionada pelo alto comando, não foi exceção na exemplaria estudada. Muito ao contrário: os castigos físicos, proscritos dos regulamentos policiais, no momento em que se tornavam públicos provocavam espécie nos dirigentes da polícia imperial. Talvez, na vigência da escravidão, esse tratamento corretivo fosse mais difundido em policiais negros, a exemplo do que ocorria nas forças armadas, embora não

¹²⁰ Ofício do delegado de Pirassununga ao chefe de polícia, em 03/01/1880. AESP, co2595.

¹²¹ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 26/04/1880. AESP, co2599.

¹²² Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 27/10/1885. AESP, co2334.

haja registro nos arquivos compulsados. A reorientação filosófica da Força Pública paulista no início da República, assentada na rigidez moral, na organização profissional e no recrudescimento do caráter marcial do contingente, simbolizado pela chegada da Missão Francesa, pode ter justificado o arrepio tão flagrante à legalidade.¹²³ O apego ao rigor da lei e ao trâmite burocrático talvez tenha encontrado mais guarida, ao menos nos altos escalões da polícia, durante o Império, período em que o Exército e o CPP funcionaram, mesmo em arremedo, como um arrimo de “modernidade burocrática” numa ordem de base patrimonial¹²⁴, inibindo impulsos similares ou ao menos a sua confissão notória. No despontar da República, sob a égide da igualdade formal, não seria, então, mais necessário manter a mesma fleuma de outrora: discricionariedade e arbítrio – dentro e fora da instituição – encontrariam canais mais desimpedidos sob a carapuça do conceito de poder de polícia e dos “*ilegalismos sancionados*”.¹²⁵

Nos escalões intermediários do CPP, a relação entre os policiais era requalificada por uma noção oblíqua da disciplina e da hierarquia. Cada qual interpretava o poder de que dispunha em razão das contingências e do lugar de autoridade reproduzidos a partir do meio social mais amplo. A arbitrariedade, a violência e as sevícias que perpassavam as relações corporativas espelhavam as dinâmicas de uma sociedade escravista e extremamente hierarquizada, em que a menor das oscilações na escala social devia ser categoricamente afirmada, motivando, muitas vezes, a desmoralização do próximo. Também podemos sugerir que a violência, justificada pelo pendor disciplinar inerente à instituição policial, principalmente no caso do CPP, funcionava como um instrumento de ajustes e arreglos pessoais importados do universo extra-corporação, cuja força institucional era incapaz de condicionar em bases pacíficas e regulares. A autoridade e o poder conferidos pela

¹²³ Sobre a polícia em tempos republicanos, ver Heloisa Rodrigues Fernandes. *Política e segurança*. São Paulo : Editora Alfa-ômega, 1974 e, da mesma autora, “A Força Pública no Estado de São Paulo”, in: Boris Fausto (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. 2. São Paulo : Difel, 1985; Dalmo de Abreu Dallari. *O pequeno exército paulista*. São Paulo : Perspectiva, 1977; Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*, op. cit.

¹²⁴ Sobre a ordem patrimonial e a maneira como operaram as instituições nacionais, principalmente a Guarda Nacional, ver Wilma Peres Costa, *A espada de Dâmocles – o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, São Paulo, Hucitec/Editora Unicamp, 1996 e Fernando Uricoechea. *O minotauro imperial*. São Paulo : Difel, 1978.

¹²⁵ O apego à ordem republicana, de respeito irrestrito à lei, levou à elaboração de um discurso e de um comportamento policial - o poder de polícia - baseado na justificativa de um poder excedente e discricionário que compensasse os princípios ditados pelo novo tempo. Para o assunto, ver Luis Antônio Francisco de Souza. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de Doutorado : USP. São Paulo, 1998.

hierarquia eram canalizados por uma via imprópria aos desígnios da administração: em vez de funcionarem como instrumentos de civilização reproduziam *intra muros* e num grau ainda mais patente a barbárie a ser domesticada.

Esse confronto brutalizado e abusivo entre os policiais num simulacro do jogo social provocava reações de dois tipos por parte das praças vilipendiadas. Ou negociavam um espaço de justiça no mesmo vocabulário pragmático dos superiores, isto é, respondendo com violência a violência impingida; ou articulavam a resposta a partir da manipulação eficiente do arcabouço burocrático com o qual se pretendia revestir a polícia, em geral, mas o CPP, em particular. Buscavam a reparação dos direitos violados por meio dos canais apropriados, que estavam disponíveis mesmo à base da pirâmide hierárquica, pela própria estrutura organizacional da instituição: a denúncia fundamentada no regulamento policial, o qual restringia atos arbitrários e a discricionariedade por meio da nomeação pormenorizada das penas correcionais.

Assim, coberta de uma grande tensão foi a insubordinação do destacamento de Limeira contra seu comandante, o sargento Antonio Rodrigues de Barros. Segundo o delegado local, que relatou o episódio em correspondência policial, o inferior “*é tido com má vontade pelos seus subordinados devido ao zelo empregado pelo mesmo sargento para contê-los de seus desmandos na embriaguez, faltas de serviço e, finalmente, por obrigá-los à observância da disciplina*”. Corriam rumores, inclusive, de que as praças tramavam uma sublevação para assassiná-lo. Desesperado, o delegado acompanhou os revoltosos até a capital, onde requereu a substituição daquele contingente.¹²⁶ Nada impede que por trás desse decantado pendor disciplinar do sargento não se escondesse uma série de perversões e abusos contra seus subordinados, como, por exemplo, a tentativa de reduzi-los à condição servil, expressamente proibida pelo regulamento.¹²⁷ Por outro lado, não podemos afastar a hipótese de que em cumprindo à risca as normas disciplinares, o sargento estivesse rompendo o código silencioso que subscrevia uma certa ética relacional construída a partir de ajustes mais ou menos tácitos entre comandantes e comandados. Seja como for, o

¹²⁶ *Ofício do delegado de Limeira ao chefe de polícia, em 30/08/1874. AESP, co2555.*

¹²⁷ Peter Beattie mostra que no exército, já em 1910, havia denúncias de que oficiais se valiam dos subordinados como empregados pessoais. Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945, op. cit.*, p. 158.

comportamento do superior foi de encontro às expectativas das praças, que incontinenti se rebelaram.

Outro desacordo do mesmo talante, coberto por cores mais picarescas, pudemos observar no conflito que opôs as praças e o comandante do destacamento de Dois Córregos, Américo Cezar, que mandara render um sentinela e mais outros policiais que obstaram a entrada na casa de prisão de um paisano embriagado que acompanhava o sargento. “*E porque as praças recolhidas ao xadrez usassem de palavras que pouco lisonjeavam ao 1º sargento Américo*”, relatou o delegado, “*este que se achava na porta do negócio de molhados (...) em frente da cadeia, dali em altas vozes com ostentação e ofensa à moral pública ordenava a sua escolta que por entre as grades da cadeia espetassem com o sabre as praças recolhidas ao xadrez para que se contivessem. Hoje, sou mais informado que o dito 1º sargento Américo e sua escolta, com toda a imoralidade e desrespeito às autoridades e à população desta vila recolheram no corpo da guarda três ou quatro mulheres prostitutas com que passaram a noite na mais indecorosa orgia*”. Nesse caso, o comportamento aparentemente inofensivo de Américo desagradou as praças, quem sabe excluídas da “orgia” promovida no xilindró.¹²⁸

Por vezes, a insubordinação ultrapassava a mera revolta contra os superiores e gerava ameaças contra a integridade da população. Em São Simão, por exemplo, o chefe de polícia foi obrigado a deslocar para lá um contingente a fim de conter a indisciplina feroz do destacamento estacionado na cidade. Segundo as notícias que circulavam, as praças “*se acham sublevadas, com armas embaladas e aquarteladas. Não só a vida do comandante, como a ordem, segurança e tranqüilidade dos habitantes desta vila acham-se em perigo e ameaçadas por estas praças desenfreadas, ébrias, turbulentas e sem disciplina (...) Na noite de 28 para 29 do corrente as praças presas espancaram o comandante e uma outra praça que achavam-se de serviço, forçaram casas de cidadãos inermes e delas roubaram vários objetos (...)*”. Depois da revolta, a situação descambou para o total descontrole: o quadro tomou, então, proporções dantescas: “*O estado anárquico e assustador desta vila reclama sérias providências: os delitos se perpetuam com freqüência, os presos evadem-se sempre da cadeia e muitos delinqüentes acham-se impunes. Consta também que o*

¹²⁸ Ofício do juiz municipal de Dois Córregos ao chefe de polícia, em 09/10/1882. AESP, co2620.

subdelegado desta vila ia sendo também vítima desta soldadesca desenfreada, tendo alguns deles feito emboscada na proximidade da casa do mesmo".¹²⁹

Se a violência é um registro da resistência e negociação das praças contra os desmandos dos comandantes e mesmo de delegados, provocando uma situação de anarquia constrangedora para os governantes, incapazes de conter os humores vacilantes do contingente a seu serviço; há um outro registro que implica uma sofisticação muito maior dos policiais de base, não só para reconhecer e manipular as forças envolvidas nas disputas de poder, como no manejo do aparato burocrático com vistas a alcançar o resultado pretendido.¹³⁰

As praças destacadas em Araras, por exemplo, lançaram mão desse engenhoso expediente ao representarem ante o chefe de polícia contra o comandante do destacamento, o cabo de esquadra Antonio Alves da Rocha, nos seguintes termos: "*Levamos ao conhecimento de V. Sa. que o cabo comandante de Araras vive bêbado todos os dias e tem maltratado seus subalternos sem motivo algum tem tirado a farda para brigar com o soldado José Francisco Rodrigues tem dado empurrões amurados em João Gonçalves Rodrigues (...). Dá empurrões em paisanos e deve um mês de comida para o soldado Isaías Pires de Moraes*". Assinaram o documento as oito praças do destacamento. O delegado ratificou a opinião dos soldados e disse que o cabo "*tem se comportado de um modo de todo irregular, embriagando-se várias vezes, pelo que já o tenho advertido (...) de sorte que ele se tem tornado incapaz de preencher as funções de seu cargo*".¹³¹

Em Ribeirão Preto, em fevereiro de 1888, as dez praças lá destacadas enviaram um abaixo-assinado ao chefe de polícia queixando-se do comportamento do sargento comandante. Percebe-se, a partir da lista de demandas que os policiais, provavelmente pertencentes à polícia local, racionalizaram no mesmo diapasão do regulamento e do espírito que deveria, idealisticamente, inspirar as relações hierárquicas: "*1º Este sargento trata as praças muito pior que negro cativo; 2º pune as praças fora do prescrito regulamento; 3º sem saber os motivos*". As punições eram as seguintes: fazia dobrar o "*pobre soldado na guarda 10 a 15 dias (...) faz marimbar 8 a dez horas e ainda mais que*

¹²⁹ Anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 26/09/1881. AESP, co2611.

¹³⁰ Esse procedimento foi terminante proibido pelo Decreto n. 348, de 06 de abril de 1896, que serviu como regulamento da Força Pública. De acordo com o texto, tornou-se transgressão disciplinar autorizar, promover ou assinar petições coletivas entre oficiais e praças.

¹³¹ Anexo em ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 21/12/1883. AESP, co2623.

ele provoca e maldi-las com palavras intoleráveis”. As praças peroraram a missiva com uma ameaça: ou se tornariam incorrigíveis ou desertariam todas.¹³²

A compreensão dos trâmites, muitas vezes insidiosos, da burocracia institucional permitia às praças usarem o sistema em seu favor contra abusos e impropriedades cometidos por superiores, se preciso fosse, até mesmo aliando-se a adversários, como delegados e subdelegados ou estabelecendo relações estratégicas em outros eixos de poder. Mesmo as punições disciplinares estabelecidas nos regulamentos dotavam-se, não apenas de rígida previsão legal, mas também de uma base racional e gradativa, que dependia da gravidade da falta cometida e da reincidência, ao contrário dos castigos desproporcionais, arbitrários e violentos, fundamentados tão-somente na veneta do superior hierárquico. Valia a pena para os policiais dominarem os meandros da burocracia em defesa de seus interesses. Podia ser uma ferramenta valiosa para que assegurassem um mínimo de segurança e previsibilidade num ambiente de instabilidade e escassez frumentária.

Desvio de salários

Comum era a prática de se desviar o ordenado das praças, que, de acordo com o regulamento, devia ser pago em dinheiro e quinzenalmente pelas coletorias provinciais aos comandantes de destacamento.¹³³ No meio do caminho, intermediários inescrupulosos, aproveitando-se da posição de mando, surrupiavam sorrateiramente os estipêndios dos subordinados. Num universo de tostões contados, a sobrevivência muitas vezes dependia de estratégias ilícitas, alinhavadas por entre as brechas da estrutura burocrática. A mesma racionalidade que dava a base a um exercício administrativo centralizado, a partir de uma linha de comando que unia a cabeça da administração a seus membros mais afastados, sugerindo um controle mais rígido sobre os órgãos públicos, açulava a ganância dos policiais lotados nas mais diversas escalas hierárquicas, facilitando a ocorrência de um sem-número de pequenas (e grandes) fraudes contra o erário e contra as economias de colegas de farda.

¹³² *Abaixo-assinado dos policiais destacados em Ribeirão Preto para o chefe de polícia, em 25/02/1888.* AESP, co2691

¹³³ Muitas vezes, o dinheiro não chegava às coletorias e os comandantes de destacamento eram obrigados a se deslocar até a capital para recolher o dinheiro, o que levava a muitas reclamações sobre o desperdício de tempo e dinheiro acarretado por essa operação.

Em 1883, por exemplo, flagrou-se um megaesquema de desvio de verbas encabeçado pelo próprio comandante geral do CPP, o tenente-coronel Francisco de Paula Toledo Martins, coadjuvado por quase uma dezena de policiais em posição de mando. Na operação, foram embolsados mais de cem contos réis, escrutinados após uma rigorosa apuração empreendida por uma comissão *ad hoc*, que culminou na exoneração e futura prisão do tenente-coronel e de quase todos os envolvidos.¹³⁴ A ponta do iceberg, que levou ao desvendamento da operação, foram as reclamações generalizadas de destacamentos espalhados por toda a província, entre 1881 e 1883, a respeito da endêmica falta de pagamento às praças. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, em 1884, o problema ainda não tinha sido regularizado, conforme publicou o jornal *Nono Distrito*, de Franca, em sua edição de 16 de fevereiro, por meio de uma carta endereçada ao presidente da província, Barão de Guajará, informando que os soldados Valentin Ayres do Amaral, Benedicto Albino dos Santos e Victor Gonçalves da Rocha “*foram vítimas da fuga do ex-comandante Toledo Martins, que os havia espoliado*”.¹³⁵

À parte desse desvio de grandes proporções, mais corriqueiros foram os esquemas *low profile* realizados no limite entre a audácia de se cometer o peculato, portanto em infração à lei, e as práticas de certa forma consagradas pelo hábito. Exemplo disso foi a conduta do furriel Benedicto Nunes Pereira, comandante do destacamento de Rio Verde, que além de viver “*regaladamente*”, obrigava as praças a comprarem em seu negócio toda a sorte de gêneros, “*coagindo-as ao pagamento por ocasião de receberem seus vencimentos*”.¹³⁶ O mesmo se passou em Sorocaba, onde as praças entabularam um abaixo-assinado, publicado pelo jornal *Diário de Sorocaba*, contra o comandante do destacamento, o sargento Antonio Francisco Ferreira de Carvalho, que a pretexto de lhes fornecer alimentos por meio do armazém de sua esposa, represaria todo o ordenado dos policiais. Nessa ocasião, o delegado saiu em defesa do sargento e justificou essa prática como uma consequência nefasta do estado de pobreza a que estavam acometidos os envolvidos: “*As praças do destacamento desta cidade, como o geral da força pública, vivem*

¹³⁴ O ex-comandante fraudulento foi preso em decorrência do ilícito, em novembro de 1883.

¹³⁵ Ver *Relatório final da comissão instituída para averiguar os desfalques cometidos pelo ex-comandante Francisco de Paula Toledo Martins, apresentado em 10/11/1883*. AESP, co3030. E também *ofício do delegado de Apiaí ao chefe de polícia, em 25/01/1883*. AESP, co2622; *ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 16/01/1883, 21/01/1883*. AESP, co2327.

¹³⁶ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 09/04/1880*. AESP, co2597.

constantemente em apuros pecuniários em consequência dos poucos recursos que têm e por isso se vem muitas vezes sem terem mesmo o que comer (...)". Assim, o delegado autorizou o sargento a fornecer gêneros de primeira necessidade aos seus subordinados, sem a exclusividade de venda: *"isto, porém, sem obrigatoriedade e pelos preços de que se poderiam fornecer em outra qualquer parte"*.¹³⁷

De todo o modo, a punição aos faltosos, em várias ocasiões, dependia do denodo dos prejudicados em denunciar os superiores, procedendo por meio dos desvãos da burocracia, muitas vezes rompendo a barreira dos acordos consuetudinários e enfrentando os potenciais riscos de sofrerem represálias. Algumas vezes, apostava-se no anonimato.

Em 1872, o chefe de polícia recebeu a seguinte carta que veio de Tatuí:

"Ilmo. Exmo. Sr Chefe de Polícia, não haverá um meio de corrigir o sargento comandante do destacamento desta cidade que vive roubando dos cofres públicos quantias superiores a que devia tirar para pagamento das praças que tem no destacamento e deixando de pagar a um pobre polícia como eu e outros, mesmo as praças que aqui estiveram destacadas como Vicente Soares Pinto, José Canuto da Silva e João Francisco dos Santos que foram recolhidas desta cidade, fazendo tudo isto sem que haja um muito de ser corrigido por que o delegado assina tudo quanto o sargento manda (...) V. Exa. indague bem das praças que aqui estiveram que eles contarão tudo que V. Exa. quiser saber e porque razão o delegado ainda não respondeu em ofício em que V. Exa. fala a respeito do sargento porque o delegado vive mancomunado com o tal sargento".

De V. Exa. o menor Polícia Destacado".¹³⁸

O desespero do soldado anônimo que atalhou o caminho hierárquico regular e ousou denunciar diretamente à autoridade maior da polícia os desmandos de superior imediato, o sargento Nicolau Barreiros, e do delegado local, atesta um senso de comprometimento corporativo, uma crença às regras formais que prescreviam os passos que deveria dar como

¹³⁷ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 23/08/1887. AESP, 2682.*

¹³⁸ *Carta de soldado anônimo destacado em Tatuí ao chefe de polícia, em 10/09/1872. AESP, co2548.*

praça do CPP. É esse estado de ambivalência que caracterizava o cotidiano da polícia no final do Império. As regras normativas eram nebulosas, a ordem institucional, forjada a partir das variáveis disponíveis. Se o delegado e os sargentos se guiavam por um ideário costumeiro, apropriando-se da posição de autoridade para auferir ganhos particulares, a praça via na vigência das regras estritamente legais a salvaguarda dos seus direitos, mesmo que elas afrontassem ajustes tácitos urdidos no curso da persistência do hábito. E por ela lutava, apesar dos limitados recursos de que dispunha, mesmo que para isso desafiasse a linha hierárquica, buscando proteção direta no topo da pirâmide.

Pode-se dizer que a denúncia do policial anônimo surtiu efeito, já que em setembro do mesmo ano, a chefia de polícia solicitou a abertura de um inquérito policial para se apurar sobre o caso. Colheu o depoimento de dois colegas do soldado que atestaram as irregularidades do superior.

José Canuto da Silva, de 21 anos, casado, natural de Guaratinguetá, que vive de seu soldo como praça do CPP, confirmou os fatos, dizendo que quando acompanhava o sargento Nicolau Barreiros a Sorocaba receber o soldo da polícia local, o inferior pedia *“que dissesse não haver recebido dinheiro da polícia local, com o fim de jogar, em cujo vício ele e seu irmão José Tolentino vivem constantemente, tanto que pouco param em serviço. Disse mais que sabe por ver que o Sargento deita nos pretos número maior de soldados do que o existente, lesando assim os cofres públicos.”* A segunda testemunha, Vicente Soares Pinto, de 45 anos, casado, natural de Lorena, vive de seu soldo como praça, *“disse que por várias vezes tinha ido a Sorocaba cobrar os pretos da polícia local e do CPP e quando regressava a Tatuí, o sargento Barreiros lhe pedia que declarasse não haver recebido”*. O inquérito termina aí, sem mais desdobramentos, portanto não sabemos se o sargento Barreiros foi condenado a qualquer pena disciplinar ou se foi declarado inocente.

O desvio de salários foi um procedimento assaz usual, muitas vezes em conjuração com comerciantes. Em Rio Novo, o delegado local denunciou a extorsão praticada pelo alferes Antonio Joaquim Estevão Ribeiro, comandante do destacamento. Em seu ofício ao chefe de polícia, a autoridade local destrinchou a ação: *“Reunia em casa do taberneiro Manoel Bethlem Moreira, seu protegido, e onde se achava hospedado e aí somente mostrava aos soldados as quantias que tinham de receber e das mesmas fazia entrega ao referido taberneiro que por essa forma recebeu o soldo de dois meses das praças aqui*

destacadas. Os soldados ficaram sem vintém e pagaram talvez o que não deviam por imposição do mesmo alferes, que talvez por ignorância do que dispõe o regulamento assim procedeu”.

O alferes defendeu-se alegando que o desconto feito em favor do taberneiro tinha sido autorizado pelo próprio comandante do CPP e que se adjudicou do pagamento a fim de zelar pelas praças, evitando, assim, que fossem exploradas pela eventual ganância do comerciante. Corroborando sua justificativa, o alferes juntou um abaixo-assinado dos comandados em que se diziam satisfeitos “*com o nosso fornecedor Manoel Bethlem Moreira, nomeado pelo (...) alferes Ribeiro, a quem damos toda a autorização para que desconte de nosso soldo as quantias que devemos ao fornecedor por sua ordem*”. Assinam o documento José Antonio Ferreira Rodrigues da Silva (a rogo), Augusto Rodrigues da Silva, Casemiro Francisco Dias Rodrigues da Silva (a rogo) e Alberto Magno.¹³⁹

É de se perguntar quem tinha razão nessa história. O delegado que acusava a improbidade do alferes? Ou o militar, que agia movido apenas por abnegação e altruísmo? O abaixo-assinado pode ter sido fruto de coação superior ou foi parte da estratégia dos policiais para não perderem o benefício da conta fiada em caderneta. Dívida salgada em alguns casos, como aquela que enforcava a praça Augusto Rodrigues da Silva, devedor, no fim de abril, de 63.800 réis, que gastou em mantimentos e tralhas de botica. Será, então que os policiais, malgrado pertencerem a um órgão burocrático do Estado, não conseguiam fugir plenamente das relações de patronagem, de deferência e de dívidas de gratidão? De vila em vila, comprometiam-se com dívidas impagáveis e passavam a dever favores àqueles que lhes assistiam sustento? Ou podemos dizer que eram eles os artífices voluntários da conta pendurada, esperando, malandramente, a roda da rotina continuar sua toada e os superiores lhes mandarem para longe dali, aliviando a dolorosa até que recomeçasse alhures o novo círculo de esperteza?

Parece que o destacamento de permanentes estacionado em Franca recorreu a esse último expediente, “forçando”, com uma conduta altamente indisciplinada, a saída da cidade, o que provocou a vergonha e a desonra do comandante do destacamento, o alferes Antonio Canuto de Oliveira. Em ofício ao chefe de polícia, ele informava que “*a fintação no comércio chegou a um estado assustador! O soldado não pode comprar um cigarro sem*

¹³⁹ *Ofício do delegado de Rio Novo ao chefe de polícia, sem data. AESP, co2319.*

abono do comandante do destacamento, até o querosene comprado para luzes do quartel, que a Província paga, fica em débito em diversas casas, confundido com contas particulares (...) julgo assim dever proceder com V. Exa. que tanto se esmera para que a polícia da Província seja como deve ser, a garantia da segurança pública, e não capa de homens viciados a todos respeitos (...) me envergonho de meus próprios companheiros e camaradas (...)”.¹⁴⁰

De fato, foi intenção dos legisladores dotar o CPP de mobilidade. O próprio regulamento previa que os destacamentos não podiam ultrapassar três meses estacionados em uma mesma cidade, se fosse próxima da capital, e seis meses nos lugares mais longínquos. Pretendia-se evitar com isso que se criassem intimidades demasiadas entre os policiais e a comunidade, sob risco de atrapalhar o serviço. Era esse um pressuposto de uma polícia profissional.¹⁴¹ No entanto, muitas vezes a lei não era cumprida e alguns policiais permaneciam anos sem se mudar, causando desesperos nos delegados e subdelegados que perdiam o controle da situação. Temia-se que aos policiais “*que prestam serviço ao bem público, sob a direção e ordens de uma autoridade policial sejam denominados caloteiros*”.¹⁴²

Em Franca, a autoridade escreveu em tom de ultimato ao chefe de polícia: “*Não é sem razão bastante que peço a substituição do destacamento desta cidade: os praças que o compõem, além de muito relacionados no lugar onde se acham há quatro e mais anos, tem chegado ao último extremo da desmoralização, entregando-se completamente ao vício da embriaguez, portando-se insubordinados às ordens superiores, desrespeitando-as completamente, desacreditadas no comércio ao ponto de não lhes confiar nada, não merecendo da confiança as autoridades, enfim, a tal ponto de indisciplina se acham que*

¹⁴⁰ *Ofício anexo a ofício do delegado de polícia de Franca, em 24/10/1880. AESP, co2602.* A nos fiarmos num abaixo-assinado preparado pelos negociantes de Mococa, em dezembro de 1882, o comandante do destacamento Francisco Alves de Castro não esperou a roda da fortuna girar, partindo da cidade levando mulher e filhos, sob o pretexto de conduzir um criminoso para São Paulo, “*prejudicando, assim, aqueles de quem recebia francamente dinheiro e gêneros para sua subsistência e de sua família, bem como não restituiu grande número de objetos que tomou por empréstimo*”. *Abaixo-assinado dos negociantes de Mococa enviado ao chefe de polícia, em dezembro de 1882. AESP, co2620.*

¹⁴¹ Em Nova York, as reformas nas políticas de policiamento levadas a cabo por Theodore Roosevelt quando estava à frente do Departamento de Polícia, em meados da década de 1890, proibiram a ronda de policiais nos distritos em que residiam: “*A medida visava a controlar corrupção, melhorar a disciplina e evitar conflitos de interesse no trabalho rotineiro de policiamento*”, in: Christopher Thale. “Neighborhoods, police, and changing deployment in New York City before 1930”, in: *Journal of Social History*, vol. 37, 2004.

¹⁴² *Ofício do delegado de Juqueri ao chefe de polícia, em 11/02/1881. AESP, co2604.*

*aqui é impossível um corretivo as mesmas (...) Os crimes neste termo se repetem, o público exige segurança, a justiça reclama a prisão de grande número de criminosos, que abundam neste termo limítrofe com a província de Minas e a autoridade vê-se embaraçada pela falta de confiança no destacamento”.*¹⁴³

Em Cachoeira, o subdelegado fez apelo semelhante ao requerer a substituição do destacamento, *“porque estando elas aqui há mais de seis meses tem-se desmoralizado, não só por serem algumas dadas à embriaguez, como por todas contraírem dívidas em diversas casas de negócios, com direta intenção de não pagarem, isto desde sua chegada a este lugar, estes fatos, além de desmoralizar a força pública, desmoralizam também a autoridade”.* Solicitava um rodízio mensal das forças, *“este é sem dúvida o único meio de obstar as praças fintarem aos negociantes, porque tendo estes certeza que elas serão todos os meses substituídas, não confiarão nelas, e assim ver-se-ão elas obrigadas a serem econômicas e comedidas em suas despesas”.*¹⁴⁴

O rodízio dos destacamentos de permanentes era uma prevenção do poder público contra a influência indesejada dos poderes privados sobre a força. A estrutura vacilante da burocracia do CPP dava brechas ao aliciamento dos policiais através do pagamento de dívidas, da contratação para pequenos serviços, chegando até serem encampados como milicianos privados, a exemplo do que se sucedia com os policiais locais. Premidas por um salário insuficiente e por frouxo comprometimento corporativo, não hesitavam em baldear para o lado mais vantajoso, prestando favores à parcialidade oposicionista ou a fazendeiros avulsos, mesmo que assim agravassem os padrões oficiais.¹⁴⁵

Falta de pagamento

O desvio de salários através da sutileza de ardis ou pela extorsão pura e simples era apenas parte dos problemas financeiros dos policiais. Durante todo o período analisado, a falta de pagamento foi um evento recorrente na comunicação interna da polícia, causando transtorno para a administração pública. Os relatos vindo de toda a província narravam situações dramáticas a que eram submetidos as praças. Em Santa Bárbara, em 1872, o

¹⁴³ *Ofício do delegado de Franca ao chefe de polícia, em 24/10/1880. AESP, co2602.*

¹⁴⁴ *Ofício do subdelegado de Cachoeira para o chefe de polícia, em 09/09/1879. AESP, co2588.*

¹⁴⁵ Ver André Rosemberg. “Os limites do policiamento em São Paulo na década de 1870 e 1880 – Corpo Policial Permanente entre a cruz e a caldeirinha”, in: Andrei Koerner (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo : Ibccrim, 2006.

delegado oficiou o chefe de polícia avisando que “*que o CPP não tem rancho e que por espaço de 12 meses as praças não recebiam soldo que é com o que se alimentam por não haver quota para isso, (...) eu não podia e nem devia sustentar as ditas praças e como estivessem sem serviço no quartel onde nem um prego existe, [ileg] para fazerem um pequeno serviço dentro da vila e muito próximo do quartel só nas horas vagas do serviço público dei-lhes permissão visto que ganhavam alguns vinténs para sua alimentação, porém com condição de acudirem ao quartel ao mais pequeno sinal (...)*”.¹⁴⁶

Para sanar essas dificuldades, os comandantes improvisavam estratégias temerárias. Em setembro de 1880, o comandante do destacamento de Jaú, Antonio Rodrigues Vellozo Pimenta, fez um acordo com comerciantes da cidade para que adiantassem o pagamento dos salários dos guardas dos meses de setembro contra a quitação quando a verba estivesse disponível na tesouraria. “*Tendo eu dado esse passo por desejar que as praças sejam pontualmente pagas para poder manter-se intacta a disciplina para o que espero a aprovação de V. Exa.*”. Em vista dessa situação limite, só coube ao presidente aceder o expediente do comandante.¹⁴⁷

Como vimos acima, no caso ocorrido em Rio Novo, a participação da iniciativa privada no cumprimento dos deveres públicos parecia ser de praxe. Se não eram os próprios delegados a arcar com os salários, a incumbência cabia aos comerciantes, que adiantavam os víveres aos policiais sob a promessa de quitação futura. Mas o atraso nos pagamentos exauria a paciência geral. Em Santa Rita do Paraíso, em novembro de 1883, cinco dos proprietários de casa de comércio lavraram um abaixo-assinado dirigido ao presidente da província, Barão de Guajará, reclamando da situação:

“As praças aqui destacadas desde o ano passado que não recebem os seus vencimentos de dois meses: novembro e dezembro de 1882, e como os abaixo-assinados venderam às ditas praças os seus gêneros de comestíveis com abono do respectivo comandante, cujo comandante é pessoa de boas qualidades de boa fé e vendo que não se pode satisfazer este pagamento, sem que antes receba as diárias ou do tesoureiro ou do coletor, e visto que por já repetidas vezes o mesmo comandante

¹⁴⁶ *Ofício do subdelegado de Santa Bárbara para o chefe de polícia, em 03/09/1872. AESP, co2546.*

¹⁴⁷ *Ofício do comandante do destacamento de Jaú para o presidente da província, em 27/09/1880. AESP, co2546.*

tem solicitado do comandante superior, como ele diz e até hoje não respondi, por isso pedem a V. Exa. para desenvolver este negócio tão interessante para o comércio como para utilidade e moralidade destes infelizes praças aqui destacadas (...)”.

Outro problema que afligia os comerciantes era a proibição imposta pelos termos do art. 57 do regulamento do CPP de se impor compulsoriamente descontos no salário das praças visando ao pagamento de dívidas com terceiros, medida considerada “ *muito salutar*” pelo comandante do corpo. Por outro lado, o dispositivo legal era um estímulo às praças a permanecerem inadimplentes, já que não estavam desobrigadas a cobrir os débitos, “*acontecendo esses abusos não somente nos diversos pontos em que se acham elas destacadas, mas também aqui na capital*”.¹⁴⁸ Uma carta do comerciante Manoel Ferreira Coimbra, de Santa Isabel, abordava a questão nos seguintes termos:

“Negociante pobre, tenho fiado meus gêneros aos soldados porque já não há quem os fie, tal é o estado de degradação a que chegaram, infelizmente. Ultimamente os soldados Alfredo José da Silva e Joaquim Martins de Souza principiaram de novo a gastar em meu negócio, isto é gêneros para suas famílias subsistirem e dinheiro para vestuário delas e outros misteres. Estes soldados compraram com garantia assinada pelo respectivo comandante deste destacamento; grande foi a minha surpresa quando hoje, na ocasião de efetuar o pagamento dos guardas, o comandante em vez de cumprir o abono, entregou o dinheiro ao guarda Alfredo, que imediatamente consumiu sem que me desse um real! E como estes soldados dão-me prejuízos superiores a 300 mil réis, vejo-me na dura contingência de pedir a V. Sa. caso seja isso possível ordenar que seja-me paga qualquer quantia sempre que se fizer o pagamento (...) Os soldados que me devem são Alfredo José da Silva, Joaquim Martins de Souza, Manoel de Sales Ferreira e Joaquim Antonio Junior”.

Envolvendo-se no imbróglio, o comandante do destacamento ponderou que as praças Manoel Ferreira Adorno, José Joaquim de Oliveira e Ignacio Gregório, não citados pelo comerciante, mudaram-se de freguesia e “*contestaram as suas contas com algumas*

¹⁴⁸ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 12/05/1879. AESP, co2312.*

promessas de vingança”. Além disso, “*são todos casados e carregados de família*”. Ele fez ainda um apelo ao comandante do CPP para que mandasse fazer o desconto no pagamento, “*a bem da honra do Corpo*”.¹⁴⁹

Esse problema era tão amplificado que o comandante do CPP, em 20 de agosto de 1878, chegou a propor ao governo a extinção do art. 57 e 58 do regulamento do CPP. Em análise do pedido, o conselheiro do Tesouro Provincial foi contra a revogação dos artigos, alegando que eram importantes para “*impedir que as praças comprometam com qualquer especulador os seus vencimentos e fiquem sem eles por ocasião dos pagamentos, já para evitar a indisciplina de as praças discutirem com seus superiores sobre a justiça ou injustiça das dívidas porque se lhes fazem o desconto; já para acautelar qualquer conluio entre os credores das praças e os encarregados dos pagamentos e já finalmente além de muitas outras considerações, para obviar o fato de ser o quartel freqüentado nos dias de pagamento pelos credores das praças, me parece que a revogação de aqueles artigos não pode ter lugar*”.¹⁵⁰

Com isso, procurava-se impedir que a ordem privada tivesse ascendência sobre a polícia ou, pelo menos, sobre a instância mais sensível da cadeia institucional, evitando criar-se um vínculo perigoso de dependência entre policiais e comerciantes, que podiam reverter a dívida em relações impróprias de camaradagem e de benefício pessoal. As dificuldades financeiras, as precariedades materiais e mesmo a frágil estrutura burocrática obstavam um enganche consistente entre os elos da corrente administrativa, o que causava pane nas orientações diretivas. Enquanto o comandante do CPP reprovava a interferência privada nos negócios policiais, chegando até a propor a designação de um oficial “*estranho ao Corpo*”, para inspecionar as praças no que concernia à disciplina, o estado do fardamento e armamento, além de verificar se as praças “*são apenas empregadas no serviço policial ou se em particulares seus e das autoridades policiais*”; o presidente da província via-se obrigado a sancionar a iniciativa do comandante do destacamento de Jaú que contava com a “*boa vontade*” dos negociantes para pagar as praças.¹⁵¹

¹⁴⁹ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, sem data. AESP, co2311.*

¹⁵⁰ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 20/08/1878. AESP, co2312.*

¹⁵¹ Mas, por outro lado, a benemerência dos comerciantes podia esconder uma astúcia com o fito de se lucrar com a desorganização policial. Um ofício do comandante do CPP denunciava o abono de etapa, em teoria restrito à cessão de gêneros de primeira necessidade, que além de suplantiar os 500 réis/dia designados pelo regulamento, fornecia bens supérfluos. Diante da dívida não quitada, os comerciantes contavam com a boa

Diante dessa situação deplorável, o chefe de polícia teceu uma análise arguta sobre o comprometimento do trabalho policial. Ponderou que “*o exíguo vencimento do soldado é dizimado por ágio escandaloso. Quando a importância do pret não é tomada por adiantamento de algum particular que manda receber na capital por preposto seu ficam as praças sujeitas à grande penúria no desembolso de dois e três meses de soldo, precisando vir o comandante do destacamento cobrar do Tesouro os vencimentos atrasados. Neste último caso, as praças, por uma necessidade real, oneram-se de dívidas e não poucas vezes comprometem a independência com que devem servir, prejudicando ao mesmo tempo a disciplina. Por outro lado, a província sofre grave prejuízo com passagens na estrada de ferro, pois a despesa que acarreta o movimento de praças para virem à capital com o fim especial de receberem soldo deve elevar-se anualmente à grande soma que é paga pelos cofres da província (...)*”.¹⁵²

No entanto, por mais que se esforçasse para resolver o problema, a administração era incapaz de pagar em dia os agentes responsáveis pela ordem pública. Essa situação derrisória podia provocar episódios surreais, como o caso do delegado de Casa Branca que teria apreendido dois animais pertencentes ao CPP, “*pretendendo assim indenizar-se de prejuízos que alega ter sofrido com algumas praças!*”.¹⁵³

O resultado é que esse jogo de poder interferia diretamente no cotidiano das praças que viviam a incerteza e a instabilidade. Não podiam se fiar na regra estrita do regulamento nem mesmo nas prescrições de um código corporativo. A regra universal e os princípios racionais, bastiões da burocracia moderna, eram manipulados de acordo com a conveniência: tinham vigência pontual e temporária. Por isso, os policiais viam-se obrigados a desenvolver estratégias próprias, formuladas no espaço vago da norma e da disciplina institucional. Para lograr sucesso, lançavam mão do mesmo vocabulário que alicerçava as relações pessoais de uma maneira geral. Uma linguagem que, quando necessário, não se restringia à obediência estrita da lei, ao direito adquirido por mérito, à universalidade das oportunidades. Quanto esse léxico se mostrava insuficiente, preferiam

vontade da administração policial em pagar as contas, preocupada em atenuar o “*descrédito*” que acometeria as praças. *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 19/12/1885. AESP, co2652.*

¹⁵² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 22/06/1878. AESP, co2585.*

¹⁵³ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 02/12/1879. AESP, co2592.*

flertar com o favor devido, a deferência melíflua, a burla marota, o ardil sagaz, a vantagem ilícita.

Capítulo – 6: O policial e a população: ajustes e tensões

Parte da bibliografia específica ou tangencial sobre a polícia, escrita em grande parcela num momento muito particular de reabertura política após a ditadura militar, restringe a análise do lugar da polícia na sociedade ao aspecto eminentemente repressivo, instrumento incontestável da reprodução da luta de classes: uma instituição privatizada, funcionando a soldo do grupo dominante.¹

Seguindo a abordagem mais tradicional, é de se esperar que a polícia e os policiais teriam obedecido os anseios modernizadores e obtiveram efetivo sucesso na construção do espaço público nos moldes dos projetos das elites paulistas, as quais, além disso, teriam se servido da polícia como força-tarefa para regular e fiscalizar o mercado de trabalho e concretizar no terreno prático a dominação ideológica engendrada na esfera política e intelectual.² Nesse caso, os policiais disseminados pelas cidades em desenvolvimento e nas fronteiras agrícolas em expansão se travestiram de agentes missionários³, impondo aos

¹ Ou na crítica de Ivan Vellasco: “os aparelhos de vigilância e controle do Estado, os tribunais e a polícia são focados a partir da ótica da instrumentalização da dominação, e as ações criminais representariam variadas formas de resistência ao domínio”. Ivan Andrade Vellasco. *As sedução da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. Bauru/São Paulo : ANPOCS/EDUSC, 2004, p. 241.

² Heloisa Cruz. “Mercado e polícia – São Paulo 1890-1915”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago., 1987: “A disciplinarização dos despossuídos segundo regras do assalariamento é uma das questões centrais a serem enfrentadas na constituição de uma nova ordem urbana-social (...) importante ressaltar ainda que, nesta conjuntura, o aparelho policial parece emergir como uma das únicas agências capazes de lidar e pensar sobre a questão dos despossuídos assim como com a dos ‘subversivos e perigosos’ (...) é possível propor que o aparelho policial parece se constituir como um dos instrumentos fundamentais do Estado no controle do mercado de trabalho urbano, principalmente sobre as parcelas não-ativas”, pp. 117 e 121. No mesmo sentido, ver Gizlene Neder. *Criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho no Brasil: 1890-1927*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1986 e *A polícia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930*. Rio de Janeiro : PUC/RJ, 1981; Sidnei Munhoz. *Cidade do avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP, 1997; Marcelo Badaró Mattos. “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)”, in: Marcelo Badaró Mattos (org.). *Trabalhadores em greve polícia em guarda – greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro : Bom Texto/FAPERJ, 2004.

³ A imagem do policial como missionário de uma nova ordem é tributária de uma corrente revisionista de historiadores ingleses surgida entre as décadas de 1960 e 1970 para contestar os trabalhos mais ortodoxos que viam a polícia moderna como um sinal inequívoco de uma evolução bem sucedida e absolutamente legitimada em todo o espectro social inglês. De acordo com essa nova corrente, a demanda pela restituição de uma ordem social desviada em razão do aumento significativo de reivindicações violentas das “classes trabalhadoras” inglesas na virada do século XVIII para o XIX teria sido a causa precipitante para a criação da Metropolitan Police de Londres, em 1829, a epítome da polícia moderna e bem-sucedida, que marca a passagem de um policiamento de base comunitária para o controle estatal. O aparente sucesso da empreitada inglesa fez com que se ampliassem as margens de legitimidade da polícia. Um padrão de hostilidade inicial, mesmo entre os bem-nascidos, temerosos de uma possível usurpação dos direitos individuais do *free born English*, teria sido logo revertido diante da eficiência da nova instituição. Segundo os revisionistas, o motivo fundamental que

estultos, ociosos ou mal-intencionados a nova moralidade burguesa e capitalista e, quando houvesse resistência, persuadiriam os recalcitrantes à força da baioneta.⁴ Teriam feito parte, na verdade, de um complexo arsenal manipulado pelos poderosos com o fito de perpetuar a dominação de classe.

Na realização prática do idílio dos próceres, a polícia ideal teria sido um órgão onipresente e efetivo, seja nos becos da capital, como nos quilombos do interior ou nas colônias de imigrantes. Seu olho panóptico tudo observava, ao mesmo tempo em que seus agentes interferiam, como verdadeiros “*paladinos da ordem*”⁵, no cotidiano tradicional da população pobre, subvertendo hábitos, criminalizando costumes arraigados, arrepiando as inocências em nome do altaneiro valor do trabalho e da civilização.

Toda uma gama de comportamentos passava a ser reprimida pela polícia, que não arredava pé dos ébrios, desordeiros e vagabundos, vítimas preferenciais da repressão. Retificar as condutas depravadas de acordo com a cartilha burguesa teria sido a principal

justificou a criação de uma força policial profissional e burocratizada foi a manutenção da ordem demandada pela classe capitalista; ordem essa que naquele período específico começava a escapar irremediavelmente dos sistemas tradicionais de contenção, até então eficientes. O controle da criminalidade, o combate aos motins e a imposição da moralidade pública seriam atividades subsidiárias a essa missão principal. Como exemplos dessa abordagem, citamos Robert Storch. “The Policeman as domestic missionary”, in: *Journal of Social History*, 1976 e, do mesmo autor, “The plague of blue locusts: police reform and popular resistance in Northern England 1840-57”, in: *International Review of Social History*, v. 20, 1975. Ver também Alan Silver. “The demand for order in Civil Society”, in: David Bordua (ed.), *The police. Six sociological essays*. Nova York : Wiley, 1967. Essa abordagem teórica sofre reparos de vários críticos. Haia Shpayer-Makov, por exemplo, vê o desenvolvimento da Metropolitan Police como parte de um processo mais geral por que atravessou a Inglaterra vitoriana, caracterizado por uma série de incrementos nos serviços urbanos, como a canalização de esgotos, a distribuição de água, de gás e a expansão da rede de transportes. Haia Shpayer-Makov. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*, op. cit., p. 06. Para uma análise amplificada dessas visões discrepantes, ver Robert Reiner. *The police and politics*. Oxford : Oxford University Press, 2001.

⁴ Heloisa Rodrigues Fernandes. *Política e segurança*. São Paulo : Editora Alfa-ômega, 1974.

⁵ Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP/FFLCH, 2004. O autor vai além: “Numa sociedade que observava um crescimento demográfico sem precedentes e uma incipiente industrialização que avançava a passos largos, a polícia apresentava-se como mediadora das novas formas de sociabilidade manifestadas no meio urbano, impondo padrões de comportamento condizentes com as aspirações modernizadoras das elites (...) como agente portador de um projeto civilizador, que procurava enquadrar a população a novos padrões de sociabilidade, ajustando-a aos mandamentos de ordem, higiene, decore e temperança numa cidade que se pretendia modernizada. Assim a polícia se apresentava como organização-chave no projeto de instituição dessa nova ordem urbana (...) Aqui como lá [Inglaterra vitoriana], a conformação de uma nova ordem urbana que visava influir no comportamento individual e coletivo, tinha na polícia seu instrumento de concretização, moldando hábitos e costumes ao juízo das prerrogativas da civilização”, citações nas páginas 9, 11 e 67. “Pedagogia do cassete” é o termo que Valter Martins usa para descrever a intervenção moralizante e higienista da polícia em Campinas no final do século XIX. Valter Martins. “Políciais e populares: educadores, educandos e a higiene social”, in: *Cad. Cedes*. Campinas, v. 23, n. 59, abril de 2003, p. 82.

atividade policial do período, que lotava as enxovias com esses criminosos, perpetradores de “*crimes sem vítima*”.⁶ Conhecer, regular e repreender sumariza o que consistia a rotina policial. Assim, à população desavisada só restava resistir e reagir contra o inimigo, no mesmo compasso de violência que pautava a ação policial; enredados ambos os contendores numa encarniçada “*guerra social*”.⁷

Sem, de forma alguma, tirar o mérito dessas análises, pioneiras em elevar a polícia à condição de objeto autônomo de análise histórica, nem questionar o âmago dos argumentos aventados, nos propomos aqui a levar um pouco mais adiante a discussão para tratar a instituição, como vimos fazendo, em suas especificidades e espaços de autonomia. Buscamos guarida em uma linha interpretativa mais abrangente, que atenua o caráter meramente classista e instrumental da instituição.⁸

Muitos entraves desgovernaram a concretização dos desígnios da classe dominante em fazer da polícia uma ferramenta de controle social a seu serviço. No limite, a aura brancaleônica que corporificava a instituição conspirava para atravancar a missão a ser desempenhada pela polícia nos sonhos dos bem-pensantes, do governo e da própria burocracia policial. Além disso, já está bem assentada na historiografia a condição da permeabilidade das agências policiais a aspectos inerentes a lógicas microlocalizadas que fogem do dualismo dominação/resistência e que se mostram suscetíveis a um sem-número de variantes que se explicam a partir da desconstrução dos dramas e arranjos urdidos nas

⁶ Boris Fausto. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo : Brasiliense, 1984.

⁷ ‘Guerra social’ é a analogia utilizada por Thomas Holloway para descrever a dinâmica entre a polícia e a população pobre carioca durante o império. “*Por sua natureza, a guerra social entre a polícia e o povo nunca foi vencida. Quando muito, tratava-se de uma ação continuada que era mantida e fortalecida por meio das burocracias policiais que evoluíam à medida que o Rio de Janeiro crescia e mudava. Para as autoridades, o adversário não devia ser vencido, mas contido*”. Thomas Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997, p. 240. Uma revisão crítica do livro de Holloway foi feita por Marcos Luiz Bretas em Louis Knafla (org.). *Police and war in Europe*. Londres : Greenwood Press, 2002. Conforme Bretas, “*os policiais em serviço permanecem [na obra de Holloway] a ausência mais sentida, permitindo que o modelo repressivo da história brasileira siga inquestionado*”, p. 186.

⁸ Haia Shpayer-Makov, em trabalho recente, sumariza essa re-interpretação ao atestar que “*indubitavelmente, o Estado utilizava-se da polícia para impor interesses capitalistas, ainda assim esses agentes não podem ser vistos apenas como servos das classes dominantes*”. Haia Shpayer-Makov. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Burlington : Ashgate, 2002, p. 06. Segundo outro historiador, este da polícia norte-americana, “*na verdade, o policial de rua agia não como um instrumento das classes superiores, dos burocratas ou dos membros da comunidade [“local alderman”], mas como um oficial versátil da vizinhança que patrulhava*”. Alexander von Hoffman. “An officer of the neighborhood: a Boston patrolman on the beat in 1895”, in: *Journal of Social History*, n. 26, vol. 2, inverno de 1992, p. 310.

teias estreitas do cotidiano. A agenda cumprida pela polícia na sua rotina de trabalho de enorme abrangência respondia a múltiplas demandas: das prescrições normativas, sem dúvida; do regime disciplinar e da fidelidade hierárquica, igualmente. Curvava-se, é evidente, às pressões do poder privado, em detrimento da observação do ordenamento legal. Mas, nessa toada, a polícia, ou, melhor dizendo, os policiais, eram também sensíveis às solicitações da população em geral, que mantinha com eles uma relação tensa, não se pode negar; mas que estava aberta às demandas, barganhas e à efetiva influência daqueles que deveriam ser apenas e tão-somente os policiados.⁹ Como lembra Robert Reiner, “*a determinação do trabalho policial na prática é alcançada por meio da relação de vários processos e pressões, dentre os quais políticas formais impelidas a partir de cima têm tido, historicamente, relativamente pouca significância*”.¹⁰

Assim, parte da literatura não dá conta do alto grau de autonomia do agente policial que vimos mostrando ao longo deste trabalho e da potencialidade de arranjos que se dão

⁹ O pioneiro dessa análise para o Brasil é Marcos Luiz Bretas, para quem “*o projeto repressivo dos grupos burgueses e dos sábios do período não se adaptava com facilidade àquela realidade em transformação. As fontes policiais nos permitem recompor esta outra realidade, da polícia como organização imperfeitamente constituída, condicionada pelos limites da técnica e dos investimentos em segurança realizados no período, buscando construir em sua atividade cotidiana nas ruas o modo operativo que vai caracterizá-la (...) A polícia não será o resultado da aplicação de um projeto burguês, mas a construção resultante de respostas dadas a necessidades reais e imediatas, transformadas em saber institucional. A polícia dos sonhos liberais ou positivistas teria de esperar*”. Marcos Luiz Bretas. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Editora do Arquivo Nacional, 1997, p. 33. Na historiografia internacional, ver David R. Johnson. *Policing the urban underworld – the impact of crime on the development of the American police, 1800-1887*. Filadélfia : Temple University Press, 1979. O autor faz uma análise sobre o impacto do submundo do crime no trabalho das forças policiais nas grandes cidades norte-americanas. Em trabalho mais recente, Christopher Thale analisa a interação do público com a polícia, em Nova York. Christopher Thale. “The informal world of police patrol”, in: *Journal of Urban History*, vol. 33, n. 2, 2007. Segundo o autor, “*os policiais desenvolveram uma cultura de trabalho que (a exemplo da burocracia) transcendeu as fronteiras da vizinhança ou do cargo. Ainda assim, a supervisão era relativamente insignificante, enquanto havia muito espaço para ambigüidade legal, o que fomentava interpretações e decisões de âmbito pessoal. Era evidente, então, que a comunidade esperava influenciar o trabalho policial*”, p. 186. Do mesmo autor, ver “Neighborhoods, police, and changing deployment in New York City before 1930”, in: *Journal of Social History*, vol. 37, 2004. Sob a mesma perspectiva, mas utilizando um raro diário escrito por um policial bostoniano de fins do século XIX, ver o estudo de Alexander von Hoffman. “An officer of the neighborhood: a Boston patrolman on the beat in 1895”, *op. cit.* Conforme o autor, “*o policiamento ajudou a expandir o papel do governo [centralização do poder administrativo em detrimento das liberdades individuais], mas procedeu assim de maneiras menos burocráticas do que pessoais; menos centralizadas do que localmente orientadas. A polícia urbana de fins do século XIX acomodava e servia os cidadãos na mesma proporção que os disciplinava*”, citação da p. 310. Num dos mais recentes trabalhos sobre a interação entre público e polícia numa sociedade colonial, Prashant Kidambi mostra que a influência popular no serviço policial, por meio de afinidades de casta e de origem social, quebra a imagem corrente de que a polícia colonial na Índia era “*um instrumento ‘monolítico’ de coerção, externo à sociedade local*”. Prashant Kidambi. “‘The ultimate masters of the city’: police, public order and the poor in colonial Bombay, c. 1893-1914”, in: *Crime, histoire & sociétés/Crime, history and societies*, vol. 08, n. 01, 2004, p. 28

¹⁰ Robert Reiner. *The police and politics*, *op. cit.*, p. 07.

nas frinchas do tecido social, readequando as relações de poder entre policial e policiado. A força da lei e da normatização, que guia (ou deveria guiar) a conduta do agente, seu intermediário, é reajustada pela lógica da ação policial, sensível a vetores muito mais “quentes” e flexíveis que o enregelamento do regulamento, da intenção e do discurso. Por evidente, essas dinâmicas se imbricam, mas não são necessariamente convergentes. Estudar as práticas policiais como uma matriz administrativa do poder público leva em conta encontrar a mediatrix entre esses dois jogos de força: de um lado, a figura do policial, embebido em toda a sua complexidade humana e sociocultural; de outro a instituição e seu suporte ideológico. Um não pode ser desvinculado do outro.

É evidente que o policial representava, no fim das contas, o poder de punir, de prender, de ofender. Por isso era muitas vezes mal quisto entre os populares, motivo de troça, de apupos e, muitas vezes, de socos, pontapés e tiros. “*Sou guarda urbano, pelas ruas vago, de espada à cinta, por não ter emprego. E os transeuntes, quando eu vou passando, dizem rosnando: sai daqui ‘morcego’*”, estribilhava uma modinha popular do fim do século XIX.¹¹ Mas também era desafogo. Mediador eleito de disputas cotidianas, sem fazer rogo, o policial tomava partido de um lado a outro de acordo com as conveniências. Intervinha em brigas de vizinhos, resolvia disputas sobre o uso do espaço público, aliviava uma rixa, evitava linchamento de estupradores, podia, inclusive, guardar um escravo fugido longe de seu senhor.

No limiar dessas experiências contrastantes, perpassava um fio em comum – o contato com a população e a tensão e a imprevisibilidade desse encontro. Servindo como representantes de uma ordem alheia e impessoal não raro em contraste aos códigos consuetudinários de convívio, os policiais sofriam na pele as conseqüências dessa intromissão, muitas vezes considerada abusiva, afinal eram os instrumentos mais destacados dessa força universalizante e abstrata que visava a regular e retificar hábitos tradicionais, afrontando a essência do privatismo que perpassava as relações pessoais na sociedade imperial. Mas uma interpretação sem nuances da relação polícia/público pressupõe uma carga exagerada de adesão dos policiais às normas, aos valores e à disciplina, imposta de cima abaixo, desprezando-se além dos próprios limites institucionais,

¹¹ Citação em Euclides Andrade & Hely F. Câmara. *A Força Pública de São Paulo. Esboço histórico (1831-1931)*. São Paulo : Sociedade Impressora Paulista, 1931, p. 24.

os desvios de discricionariedade, de necessidades pessoais, de origem, de pertencimento e de reconhecimento social, que, ao fim e ao cabo, influenciavam sua resposta frente uma situação específica. Nessas ocasiões, as contendas envolviam os policiais, não mais como agentes da ordem ou como meros instrumentos de dominação, mas sim como atores sociais cujos interesses ora se contrapunham ora se aliavam aos interesses de terceiros. E o encontro com a população deixava marcas indeléveis de parte a parte.

Claro está que havia limites bem estabelecidos a serem observados pelos policiais. Meter o nariz em assuntos particulares, principalmente no que se refere ao reservado das famílias “de bem” era uma ousadia arriscada. No entanto, como veremos mais adiante, a polícia foi constantemente solicitada para, além de garantir direitos individuais, prestar auxílio aos escravos flagelados pelas vilanias senhoriais e combater os casos mais flagrantes de “desumanidade”.¹²

A representação do policial na sociedade

Segundo Jean-Noël Luc, “*como todo o grupo profissional, os gendarmes se definem também por sua cultura, pelas imagens com as quais se apresentam e por aquelas que lhes enviam seus concidadãos*”.¹³ Essa apresentação de mão-dupla, construída de dentro para fora e de fora para dentro, reveste-se, no primeiro caso, dos discursos e imagens auto-representativas, nos quais podem ser incluídas as falas oficiais, os regulamentos, as leis, manuais, revistas, imprensa associativa, somados àqueles símbolos que diferenciam a

¹² Essa incursão humanitária e legalista denota a tendência crescente de o poder público mediar a relação – antes absolutamente privada – entre senhores e escravos, a partir das leis emancipacionistas de 1871, como via de consolidar o monopólio da violência legítima. Esse processo conflituoso que friccionou o âmago da ordem escravocrata desnuda a participação ambígua dos policiais, principalmente dos delegados, que permaneceram entre o legalismo/proteção dos cativos e a defesa intransigente dos interesses senhoriais. Principalmente no fim do regime escravista, quando a turbulência da escravaria recrudescera, muitas vezes a garantia da ordem e tranqüilidade públicas demandava das autoridades prudência, cautela e apego aos ditames legais em detrimento da repressão incondicional dos insurretos. Conforme ensina Maria Helena Machado: “Neste sentido, o papel dos órgãos policiais tornava-se passo a passo mais estratégico – tratava-se, desta forma, não apenas de defender os interesses senhoriais, mas, também, o de manter o monopólio do poder de repressão, evitando o desencadeamento de uma situação de confronto entre as forças pró e contra abolição (...) Se havia fortes interesses ligando autoridades municipais aos senhores de escravos, também é verdade que ressalta dos papéis policiais acerca da repressão aos movimentos escravos, a crescente preocupação, sobretudo da parte da chefia da polícia, em manter as atividades repressoras dentro do estrito cumprimento da lei”. Maria Helena P. T. Machado. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão”, in: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

¹³ Jean-Noël Luc. “Du bon usage de l’histoire des représentations des gendarmes”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003, p. 07.

instituição e que a fazem reconhecível pelo público: uniforme, emblemas, repertório musical, medalhas.¹⁴ No segundo caso, o itinerário passa por um sem-número de imagens produzidas pelos administrados, em seus vários suportes possíveis, a respeito da instituição: textos literários, caricaturas, canções, artigos de jornal, cartazes, filmes...

Durante todo este trabalho, vimos tratando basicamente dos discursos de primeiro tipo: aqueles produzidos no interior da instituição e tratam de tornar pública a imagem da polícia. Aqui passaremos a analisar os discursos produzidos na esfera externa à instituição, nos limites da possibilidade das fontes, já que a polícia brasileira em geral, e a polícia paulista, em particular, têm presença rarefeita nas manifestações do público durante o período imperial. É verdade que não realizamos um exame exaustivo do material disponível e, além disso, vale lembrar que a cultura popular escrita sofria, no Império, severas restrições.¹⁵ Por isso, quando abordarmos a relação da polícia e do policial com a população, seremos obrigados a nos valer quase exclusivamente do material produzido pela instituição, o que exigirá uma parcela extra de precaução quanto ao método de análise, uma vez que uma das *vozes* estará quase que irremediavelmente ausente.

Pelo menos no que concerne à província de São Paulo, o que podemos notar é que seja na coleção recolhida por viajantes e folcloristas, seja nos romances de costume ou nas imagens que retratam a vida cotidiana, são raras as menções a policiais. Não localizamos nem em cancionários e modinhas populares, nem mesmo nos jornais e pasquins referências sistemáticas à polícia ou a policiais.¹⁶ A depender do repertório popular, pelo menos na sua expressão mais patente, eles são um personagem quase ausente das cidades e do campo. Para o período estudado, parece não fazer parte do imaginário geral a figura de um policial mitológico, como ocorre no caso francês¹⁷, transfigurado em marionetes que só apanham,

¹⁴ François Dieu. “Le discours du gendarme sur la gendarmerie”, in: *Cahiers de Sécurité Interieure*, n. 11, novembro de 1992 – janeiro de 1993.

¹⁵ Um esboço da representação da polícia do Rio de Janeiro, em diversas manifestações culturais está em Marcos Luiz Bretas. “A polícia das culturas”, in: Antonio Herculano Lopes. (Org.). *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. O autor estende seu estudo ao período republicano e concentra atenções na cidade do Rio de Janeiro, que em comparação com a São Paulo imperial, mesmo tomada a dimensão provincial, era muito mais dinâmica.

¹⁶ Uma abordagem de inclinação trocista da polícia paulista é mais viva a partir dos primeiros anos do século XX, principalmente depois da chegada da Missão Francesa, cujos oficiais foram motivo de textos irônicos dos jornais. Ver Waldyr Rodrigues de Moraes. *Milícia Paulista – história da polícia militar paulista*. São Paulo : Museu da Polícia Militar, 2003, 3 vol., pp. 656 a 658.

¹⁷ Exemplo disso é o volume especial da revista *Sociétés et représentations* sobre o *gendarme*. *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003, ‘Figures de gendarme’. Sobre a auto-representação da polícia inglesa, ver Mark

eternizados no teatro de Guignol¹⁸; travestido na pele do herói, na de um esbirro crápula: o cruel Rengade, de Émile Zola¹⁹; ou fazendo as vezes de um primitivo, mas inofensivo, bajulador, a exemplo do que ocorre com a canção de Gustave Nadaud, que transformou o sabujo Pandore em sinonímia de *gendarme*²⁰:

*“Deux gendarmes, un beau dimanche,
chevauchaient le long d’un sentier;
l’un portait la sardine blanche;
l’autre le jaune beaudrier.
Le premier dit d’un ton sonore:
‘Le temps est beau pour la saison’.
- Brigadier, répondit Pandore,
Brigadier, vous avez raison!”*²¹

Já avançando no século XX, a crônica policial de São Paulo faz referência a um Rengade tupiniquim, este, no entanto, figura de carne e osso. Trata-se do famigerado Tenente Galinha, o caçador de homens. Além de o *site* institucional da corporação narrar suas façanhas, João Antonio de Oliveira, já citado no capítulo 3, foi digno de uma alentada biografia escrita pelo jornalista Adherbal Oliveira Figueiredo.²² Engajado no fim do Império, tornou-se célebre nos primeiros anos da República quando embrenhava-se pelo

Clapson and Clive Emsley. “Street, beat, and respectability: the culture and self-image of the late Victorian and Edwardian urban policeman”, in: Louis Knafla (org.). *Police and war in Europe*. Londres : Greenwood Press, 2002.

¹⁸ Aurélien Lignereux. “Rosser le gendarme dans les spectacles de marionnettes au XIX^e siècle : une école de rébellion?”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003.

¹⁹ Émile Zola. *La fortune de Rougon*. Paris : Fasquelle, 1960.

²⁰ O termo entrou em desuso e quase não é mais utilizado pela mídia francesa, segundo Étienne Gros. “La gendarmerie à la une – le regard de la presse à l’occasion de l’affaire Corse”, in *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003, p. 185.

²¹ Gustave Nadaud. “Les deux gendarmes”, 1852, in: *Les gendarmes em ballades*. CD. Paris : Fortin Productions, 2003. Sobre o Pandore, ver Eugen Weber. “Pandore ou mécaniques”, in *Cahiers de Sécurité Intérieure*, n. 11, novembro de 1992 – janeiro de 1993 e Aurélien Lignereux. “Du mythe de Pandore au Pandore mythique: la gendarmerie du XIX^e siècle à l’ombre de Nadaud”, in: *Revue de la Gendarmerie Nationale*, n. 10, 2004. A acidez popularesca que mofa com os policiais também está presente na crônica norte-americana, principalmente nos textos do jornalista e novelista, Stephen Crane, espécie de celebridade literária nova-iorquina de fins do século XIX. Sobre o tema, ver Christopher P. Wilson. “Stephen Crane and the police”, in: *American Quarterly*, v. 48, n. 02, 1996.

²² Adherbal Oliveira Figueiredo. *Tenente Galinha, caçador de homens, eu sou a lei*. São Paulo : Exposição do Livro, 1965. Ver, também, Raimundo de Menezes. “O Tenente Galinha, um pouco de sua história”, in: *Investigações*, n. 2, fevereiro de 1949.

sertão ignoto à caça de bandidos. Dizia-se ser semi-analfabeto e cego de um dos olhos. O texto oficial da PM edulcora seu comportamento cruel e irascível e lhe apresenta “*como uma figura polêmica*”, atemorizando facínoras devido a sua imponente física. Os cronistas que lhe dedicaram atenção, no entanto, soam bem menos eufemistas: “*O tenente Galinha morreu como viveu: de modo brutal! (...) em seu proceder (...) era a execução sumária, sempre que possível*”.²³ Por seu turno, seu biógrafo assevera: “*Galinha sempre exorbitou. É grande a folha de serviço que prestou ao Estado, mas a par de seus atos de valor (...), o famoso caçador de homens cometia injustiças e abusos inomináveis (...)*”.²⁴ Sua ação implacável teria o transformado inclusive em personagem do canção popular e sua crueldade teria motivado seu assassinio, quando dormia em sua casa na rua Ana Nery, na capital, vitimado, ao que indicam os comentários de época, por crime de oportunidade, que consorciou sua esposa e o amante Israel Coimbra, ávidos por receber seu seguro de vida.²⁵

É verdade que na literatura do Império e dos últimos anos do Oitocentos, encontram-se algumas referências a policiais, ligadas, na maioria das vezes, à realidade urbana do Rio de Janeiro. Talvez a mais célebre seja a de Manoel Antonio de Almeida, que transformou o Major Vidigal, chefe da Guarda Real daquela cidade durante o reinado de Don João, em personagem caricato, um retrato burlesco da autoridade e da ordem pública. Descreve-o assim o autor: o Vidigal, “*rei absoluto, o árbitro supremo*” era “*um homem alto, não muito gordo, cor ares de moleirão; tinha o olhar sempre baixo, os movimentos lentos, e voz descansada e adocicada*”.²⁶

Martins Pena também é pródigo nas alusões a figuras ligadas ao mundo da lei e da ordem, como na célebre *O juiz de paz na roça*, escrita provavelmente em 1833. Em *O*

²³ Alarico Portieri. *Brasileiros dentro e fora do anedotário*. São Paulo : Tilibra, 1974.

²⁴ Adherbal Oliveira Figueiredo. *Tenente Galinha, caçador de homens, eu sou a lei*, op. cit., p. 47.

²⁵ Sobre esse crime, a partir de um relato romantizado, ver Valêncio Xavier. *Crimes à moda antiga*. São Paulo : Publifolha, 2008.

²⁶ Manoel Antônio de Almeida. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo : FTD, 1992, p. 24. A análise célebre dessa obra está em Antonio Candido. “Dialética da malandragem”, in: *O discurso e a cidade*. São Paulo : Duas Cidades, 1993. A seguir, uma descrição historiográfica do Major Vidigal: “*Os membros da Guarda Real tornaram-se os famigerados agentes implacáveis de Paulo Fernando Viana. O mais conhecido dentre eles, celebrado ou vilipendiado por contemporâneos e historiadores, dependendo da ótica em que se considerassem suas ações, foi Miguel Nunes Vidigal (...). Em 1809, tinha a patente de major e serviu primeiro como ajudante e depois como segundo-comandante da nova força policial. Vidigal tornou-se o terror dos vadios e ociosos, que podiam encontrá-lo ao virar uma esquina à noite ou vê-lo aparecer de repente nos batiques que aconteciam com frequência nos arredores da cidade (...). Em vez do sabre militar comum, o equipamento normal de Vidigal e seus granadeiros era um chicote de haste longa e pesada, com tiras de couro cru em uma das extremidades, o qual podia ser usado como cacete ou chibata*”. Thomas Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro*, op. cit., pp. 48 e 49.

ciúme de um pedestre (ou *O terrível capitão do mato*), de 1845, o dramaturgo faz referência direta a um personagem policial.²⁷ Na peça, uma alegoria de *Otelo*, um pedestre trancafia mulher e filha em casa para evitar o assédio de sedutores, enquanto sai à cata de escravos fugidos. Obviamente, no fim das peripécias, seu zelo exagerado faz-se baldado. O arbítrio, o temor e uma ingenuidade meio estúpida que sua figura representava são reproduzidos pela fala de Paulino, o amante de sua mulher, quando se dá conta de que o policial também fora vítima da astúcia do amante de sua filha: “*Se eu não estivesse com tanto medo, ria-me do logro que levou o pedestre*”.²⁸ Em outra passagem, sua condição social é debicada pelo sogro, que retorna ao Rio de Janeiro após 18 anos de ausência e só então descobre o fado de sua filha: “[Casou-se] *com um pedestre! Exclamei eu. Mas não importa. Se esse homem a tem feito feliz, se na pobreza a que seu estado o condena tem suavizado a sua sorte com os dotes de alma (...)*”.²⁹

Aluísio Azevedo, por sua vez, também dá realce a um personagem policial. Mesmo que timidamente, em meio à caterva que habitava seu *O cortiço*, publicado em 1890, ele nos introduz à figura de Alexandre, guarda de polícia. Ele é apresentado como o marido da lavadeira Augusta Carne-Mole e debuta no romance com a seguinte descrição:

“Um mulato de quarenta anos, soldado de policia, pernóstico, de grande bigode preto, queixo sempre escanhado e um luxo de calças brancas engomadas e botões limpos na farda, quando estava de serviço (...) Alexandre, em casa, à hora de descanso, nos seus chinelos e na sua camisa desabotoada, era muito chão com os companheiros de estalagem, conversava, ria e brincava, mas envergando o uniforme, encerando o bigode e empunhando a sua chibata, com que tinha o costume de fustigar as calças de brim, ninguém mais lhe via os dentes e então a todos falava teso e por cima do ombro. A mulher, a quem ele só dava tu quando não estava fardado, era de uma honestidade proverbial no cortiço, honestidade sem

²⁷ Martins Pena. *Comédias*. Edição crítica de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro : Ediouro, 1973. Originalmente, a peça se chamava *O ciúme de um pedestre*, mas ela foi proibida pela censura, o que levou o autor a fazer algumas retificações, dentre as quais, o título, mudado para *O capitão do mato*. O adjetivo “terrível” consta dos anúncios da peça, mas não estava no requerimento enviado para o Conservatório Dramático Brasileiro, p. 13. Agradeço a Marcos Luiz Bretas a indicação dessa referência.

²⁸ Martins Pena. *Comédias*, op. cit., p. 320.

²⁹ Martins Pena. *Comédias*, op. cit., p. 326.

*mérito, porque vinha da indolência do seu temperamento e não do arbítrio do seu caráter”.*³⁰

A pena do romancista fez de Alexandre o esboço do policial ideal. Quando em serviço, não abria, nem para a própria esposa, ela própria de ilibada reputação, exceções à regra ou à função que exercia. Favores ou intimidades, nem pensar. Era, no fim das contas, o anverso marcado do fisiologista: sua autoridade de agente da lei estava estampada em sua altiva postura: “*Alexandre, que estivera de serviço essa madrugada, entrou solene, atravessou o pátio, sem falar a ninguém, nem mesmo à mulher, e recolheu-se à casa, para dormir*”.³¹

Como contraparte a Aloísio Azevedo, um retrato oposto da polícia é elaborado por Arthur Azevedo numa representação humorística publicada na revista *Gavroche*, em 1898:

*“Eu sou a polícia
E, tendo notícia
De haver um banqueiro
De bichos, aqui
Logo pressurosa,
Lépida e zelosa,
Com passo ligeiro
De casa saí
Mas que infelicidade!
Eu caminho a esmo...
Não enxergo bem!
Pelas ruas ando
Sempre tropeçando
Sem prender e mesmo
Sem multar ninguém”.*³²

³⁰ Aloísio Azevedo. *O cortiço*. São Paulo : Editora Moderna, 1988, p. 18.

³¹ Aloísio Azevedo. *O cortiço*, *op. cit.*, p. 20. Em todo o livro, nas poucas vezes em que o narrador se refere a Alexandre, o adjetivo que o acompanha é sempre a circunspecção e suas sinónimas.

³² *Apud*. Marcos Luiz Bretas. “A polícia das culturas”, *op. cit.*, p. 246.

No que concerne às crônicas da vida cotidiana, em São Paulo, podemos nos servir de Antonio Egydio Martins a fim de recuperarmos um personagem de ares mitológicos, um policial responsável por assombrar a população masculina no final do século XIX, principalmente às vésperas das campanhas de recrutamento para as tropas de linha, quando policiais se misturavam a delegados e aos agentes recrutadores na cata de jovens sem isenção ou malquistos pela comunidade. Trata-se de Antonio Rodrigues Veloso Pimenta, major-fiscal do CPP e irmão do conselheiro Dr. José Antonio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente e senador do Império). De acordo com o cronista, o Capitão Pimenta foi responsável por proceder ao recrutamento do contingente paulista que lutou no Paraguai, celebrizando-se *“nesse tristíssimo serviço, a ponto de ficar conhecido como o terror de todo São Paulo, pois muita gente, para se livrar dele, ficou por muitos meses reclusa em casa, sem sair na rua”*.³³

No entanto, a impressão é que o policial paulista – urbano ou permanente – foi alheado tanto da pena observadora dos cronistas. Não se lhe faz referência como agente da lei, instrumento das elites ou como elemento corrompido. Pelo menos no que concerne ao cenário imperial, parece ser o policial uma rele presença imaterial, como nas crônicas de Antonio Egydio Martins, destinado a ajaezar as procissões religiosas.

No máximo foi merecedor de uma homenagem, já póstuma, bem disfarçada como personagem de uma crônica de Affonso A. de Freitas. Numa cidade ainda de proporções acanhadas como a capital do final do século XIX, o memorialista relembra com nostalgia um episódio passado na década de 1880, quando foi interditada a natação no rio Tamanduateí.

“A proibição era concretizada em formidáveis pegas à saparia por aqueles mantenedores da ordem que, incutindo a desordem entre os banhistas, cercavam as duas margens do Tamanduateí, no trecho da rua Glicério, ao tempo do Conde d’Eu [os urbanos recebiam as chufas] (...) Nestes cercos distinguia-se principalmente

³³ Antonio Egydio Martins. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. São Paulo : Paz e Terra, 2003, p. 165. O Capitão Pimenta faleceu em 9 de maio de 1887, aos 72 anos. Há alguns registros sobre ele na documentação. Em 1881, ele era delegado-militar e comandante do destacamento de Jaú, investido na função para arrefecer ódios políticos locais. *Ofício do chefe de polícia para o presidente da província, em 01/02/1881*. AESP, co2607.

certo urbano, tipo excessivamente nervoso, espantadiço, de olhar móbil e brilhante, quase desvairado (...) A todo momento, do ângulo de uma esquina, do fundo de uma rua, do entreaberto de uma porta, uma voz se elevava num grito de vaia: - Oh! Assombração! Oh! Espanta-gato! (...) pobre Assombração! Algoz e vítima da criança insubmissa, quanto te custaria o excessivo zelo pelo cumprimento de teus deveres...”.

Alguns daqueles antigos sapos – “*presentemente conspícuas personalidades*” – moleques sapecas de outrora – reconheceram, em 1916, a figura do Assombração caminhando pelas ruas da paulicéia: “*Mas a vaia foi apenas murmurada: os ecos não se acordaram e as duas personalidades calaram-se acompanhando com o olhar a mirrada figurinha do Assombração meio gibosa e meio curvada pela velhice, mas ainda nervosa e ágil que, estranha à carinhosa contemplação de que estava sendo alvo, atravessava o largo e desaparecia na rua Floriano Peixoto*”. Segundo o autor, o Assombração, *alias* de João Francisco de Paula, sargento reformado do CPP, faleceu aos 80 anos, em 10 de junho de 1917.³⁴

A pena do cronista é condescendente com a memória do policial. Vê-se que o despeito dos *sapos* devia-se mais à impertinência infanto-juvenil do que ao ódio diante a autoridade. A própria contrição dos bagunceiros, já adultos e bem postados na vida, dá uma aura romântica não só à vida na capital do final do Império, como à função do policial, encarregado de interditar uma inocência pueril. O Espanta-gato, o Assombração, está longe de representar o imponente missionário de uma nova ordem moral ou o instrumento de dominação do capital. Seu final de vida em desalento e “*giboso*” empresta um caráter terrivelmente melancólico à profissão à qual se dedicou.

Affonso A. de Freitas também comete a indiscrição de revelar o apelido do português Manoel Antonio Lima Vieira, o Major Vieira, comandante da Companhia de Urbanos por muitos anos: Manequinho Alfaiate. Provavelmente recolhida dos rumores da rua, que digressões podemos fazer acerca daquela alcunha? O diminutivo tão ao gosto da

³⁴ Affonso A. de Freitas. *Tradições e reminiscências paulistanas*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1985, pp. 67 e 68.

cordialidade nacional, transformando o comandante em figura íntima do público, além da indicação do metiê suplementar: resquício de um ofício pretérito ou caçoada desairosa?³⁵

Durante o final do século XIX, o policial, principalmente a praça de CPP, se batia para afastar o estigma pespegado em seus homólogos da tropa de linha, considerados verdadeiros anátemas sociais, às vezes desprezados por seus próprios pares: era sua honra pessoal que estava em jogo.³⁶ Terrível era a comparação com um soldado do exército, afinal, “*que pessoa considerada decente ousaria andar pelas ruas ombro a ombro com uma praça?*”, inquiria o editorial de um jornal, no final da década de 1870.³⁷ Mesmo assim, o traço com o qual foram representadas as praças policiais no *Diabo Coxo* está longe de fazer a distinção dos pobres honoráveis dos pobres não-honoráveis – do policial para o soldado do exército; da praça para o vadio. Vê-se na estampa dos permanentes, “voluntários” para ir ao *front* paraguaio, a figura de sujeitos aparvalhados, mirrados, descalços, timoratos, desolados e amorenados.³⁸

Semelhante visão da polícia – desta vez sobre a polícia carioca – dotada de alta carga patética e caricata é transmitida por James W. Wells, quando este visitou a cidade na

³⁵ Uma análise sobre o uso corrente dos diminutivos está em Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2006, Edição comemorativa, p. 162.

³⁶ Joan E. Meznar. “The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875”, in: *Hispanic American Historical Review*, vol. 72, n. 3.

³⁷ Publicado no jornal *Alvorada*, de Jaguarão, *apud*. Peter Beattie. “The house, the street, and the barracks: reform and honorable masculine social space in Brazil, 1864-1945”, in: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 76, n. 3 (agosto de 1996), p. 440.

³⁸ Ilustração extraída da edição fac-similar de *Diabo Coxo*. São Paulo : Edusp, 2005.

década de 1870. O aspecto derrisório e estereotipado com que representa os agentes da lei pode muito bem ser aplicado aos homólogos paulistas:

*“A polícia do Rio é outro aspecto inusitado que desperta a curiosidade do visitante: os policiais são homens moreno-claros, pequenos, mirrados, de baixa estatura e aspecto doentio. Seu uniforme consiste de um pequeno barrete (galhardamente inclinado de um lado da cabeça), túnica e peça inferior de Holanda marrom, e de um cinto preto contendo uma espada curta. Sua principal ocupação é aparentemente ficar parado nas esquinas na mais frouxa das atitudes e fumar cigarros; são precisos dois para prender um rapazinho, quatro para dar conta de um nativo comum e uma companhia inteira para conter a bulha de um marinheiro britânico, que durante algum tempo os derruba como pinos de boliche, mas sua superioridade numérica acaba por dominar, e o pobre Jack, quase sempre um patife infeliz, leva muitas pancadas com o lado chato de suas espadas durante o caminho até o calabouço”.*³⁹

Muito discrepante é a figura do policial representada em *Escola do Soldado*, espécie de manual organizado por Paul Balagny, chefe da Missão Francesa, publicado pela primeira vez em 1907.⁴⁰ Nesse livreto ilustrado, o oficial do exército francês descreve várias técnicas de instrução para as praças de infantaria da então Força Pública do Estado de São Paulo – são exercícios físicos, de luta, de tiro, de marcha etc. As fotos ilustrativas mostram um policial altivo, impávido, bem fardado, torso inflado, bem nutrido, branco e portando um hirsuto bigode, a reforçar a virilidade militar e a masculinidade inerente a seu papel social.⁴¹ Esses traços visíveis e ratificantes da autoridade pessoal, da altivez do soldado da

³⁹ James E. Wells. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte : Fundação Pinheiro, 1985. *Apud.* Marcos Luiz Bretas. “A polícia das culturas”, *op. cit.*, p. 247.

⁴⁰ Paul Balagny. *Escola do soldado – Força Pública São Paulo*. São Paulo : Typ. Casa Garraux, 1912, 4ª Ed.

⁴¹ Não nos esqueçamos que algumas páginas atrás, Alexandre, o policial de *O cortiço* era ornado “de grande bigode preto”. Aloísio Azevedo. *O cortiço*, *op. cit.*, p. 18. O bigode se tornou, no século XIX, um dos emblemas mais patentes do soldado. A *gendarmérie* francesa regulou por lei o uso do bigode e do bibop (*mouches*). Em algumas oportunidades, seu uso foi proibido, em outras, tornou-se facultativo, e, em 1914, restabelecido novamente. Jean-Noël Luc. “Du bon usage de l’histoire des représentations des gendarmes”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003, p. 11, nota 29. Arnaud-Dominique Houte lembra que a proibição do porte de bigode pelos *gendarmes* em 1832 aguçou as suspeitas da população, preocupada com a facilidade com que “um rosto glabro” se misturaria à massa. Arnaud-Dominique Houte. *Le métier du gendarme national*

Força Pública, do “*pequeno exército paulista*”, expressão de um discurso minuciosamente construído, estão ausentes dos desenhos do pasquim. Lá, mesmo a farda e o armamento parecem mambembes e inofensivos.

É, portanto, no espaço dessa defasagem discursiva que o historiador percorre o universo das representações e do imaginário, terreno próspero para que se ressalte a ambigüidade dos padrões que marcam a interação entre a polícia, o policial e a sociedade. Até por isso, é necessária a precaução quando se analisa a relação da polícia com o público, tanto mais quanto o material disponível é majoritariamente produzido por apenas um dos lados da equação, máxime quando os arquivos policiais mostram-se pródigos em registrar tais encontros, prevalecendo seu lado tenso e violento. No entanto, nas entrelinhas da discórdia, não se excluem do montante pesquisado as ações policiais sem inclinação

au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre. Tese de Doutorado. Paris : Université Paris IV – Sorbonne, 2006, p. 130. De acordo com George L. Mosse, o bigode, componente visual fundamental da virilidade, é um traço moral que se traduz, antes de tudo, fisicamente e visivelmente no corpo, em George L. Mosse. *The image of man. The creation of modern masculinity.* Oxford/Nova York : Oxford Press University, 1996. No que concerne a imagem do soldado da Força Pública, ela se assemelha à que caracterizava os *gendarmes* na publicidade francesa do final do século XIX. Sobre o assunto, ver Quentin Deluermoz. “Images de policiers en tenue, images des gendarmes – vers un modèle commun de représentants de l’ordre dans la France de la seconde moitié du XIXe siècle”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003, p. 206. O uso de bigode e barba também podia servir como instrumentos de diferenciação hierárquica. No exército brasileiro, por exemplo, os soldados rasos eram proibidos de usar costeletas, marca privativa de um oficial. Sargentos costumavam imitar os oficiais ao cultivarem bibops, enquanto as praças se caracterizavam ora pelo bigode, ora pelo rosto imberbe. Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit., p. 159.

repressiva ou ao menos apoiadas numa perspectiva menos hostil, como as assuadas contra o pobre Espanta-gatos.

Aspectos da violência policial

Seja como for, a relação público-policial deve ser interpretada com uma cautela de método. Apesar de a historiografia específica privilegiar o caráter violento da atitude policial, elevando-o quase à exclusividade, não se pode atribuir à violência e ao arbítrio um selo peremptório, servindo como uma guia mestra e um dado incontornável, subjacente e necessário a esse contato. Não negamos ser universalmente proverbial a associação da ação policial com a violência, reforçada nos sistemas de representação de base popular: os policiais franceses, por exemplo, foram designados pelo epíteto de *cogne* durante a Terceira República.⁴² Reconhecemos, todavia, e seríamos inocentes se procedêssemos ao contrário, o atributo conflituoso desse relacionamento, mas a violência policial ou, melhor dizendo, a violência que irrompia da ação dos policiais deve ser encarada de acordo com as particularidades da casuística, como uma decorrência *derivada* do fato histórico e não uma *determinante* para a ocorrência do evento.⁴³ É diferente dizer que a polícia paulista no final do século XIX era violenta, como sendo uma categoria essencial e, portanto, sob o risco de imutabilidade; do que dizer que a relação com a população, principalmente com a população pobre, era consubstanciada por arranjos violentos. Disputas mezinhas motivadas por causas imediatas que pululavam na rotina da pobreza, inerentes ao “mundo” do qual eram originários os policiais, não eximiam os agentes da lei de agirem no mesmo

⁴² Jean-Marc Berlière nota que não só as classes populares eram vítimas da brutalidade policial durante a Terceira República: a ação violenta se estendia “*equanimemente*” a estudantes, boulangistas e nacionalistas, gente da “*boa sociedade*”, p. 22. Neste texto, Berlière lista os motivos que consubstanciam a brutalidade policial: 1) a cultura violenta presente na sociedade; 2) causas políticas e táticas que visam a evitar políticas de “*reformas sociais custosas*”; 3) causas humanas: “*a exasperação, o furor, o desespero, o sentimento de impotência, a raiva*” de parte a parte; 4) violência e brutalidade têm também causas psicológicas e ideológicas – os policiais são considerados como “*os defensores*” dos exploradores das classes dominadas: “*ele encarna uma ordem social injusta, a repressão de uma causa legítima, ele é o cão de guarda da burguesia, e sob essa condição só pode suscitar desprezo*”. Jean-Marc Berlière. “Du maintien de l’ordre républicain au maintien républicain de l’ordre? – réflexions sur la violence”, in: *Génèses*, n. 12, maio de 1993, pp. 24 e 25. Ainda na França, sobre a associação da polícia com a violência, ver Jean-Marc Berlière. “Police réelle et police fictive”, in: *Romantisme*, vol. 23, n. 79, 1993, pp. 83 e 84.

⁴³ Silvia Hunold Lara faz essa discussão para a relação escravista. Silvia Hunold Lara. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo : Paz e Terra, 1988.

diapasão.⁴⁴ Exemplos se repetem à exaustão, como o caso da praça Francisco José Pereira, engajado em 1882, aos 26 anos, na Corte, natural do Ceará, 1,62m, pardo, sem ofício e solteiro, que matou com facada a “mulher pública”, Benedicta Chaves, “com quem entretinha relações amorosas”⁴⁵ ou no confronto de fundo amoroso que opôs o sargento Joaquim da Silva [ileg] e um português, que disputavam uma meretriz em Brotas.⁴⁶

No entanto, não queremos proceder aqui a uma sociologia da violência policial, nem é esse o intuito deste trabalho; antes nos interessa buscar as variantes históricas que determinaram as contingências da relação da polícia com o público e do público com a polícia, dentre as quais destacam-se as de apelo violento e arbitrário. Mas de todo modo, evitaremos iniciar a análise a partir afirmação de que a polícia era violenta e arbitrária como um dado auto-explicativo, num pressuposto preconcebido, e portanto a-histórico, ou seja, como um fundamento invariável no tempo. Afinal, a legitimação da violência, como uma determinante de resolução de conflitos e defesa de valores, está inscrita em uma certa “cultura de violência” ou a um *ethos* inerente às relações sociais em uma sociedade escravista e, também, vincula-se ao monopólio da violência legítima próprio aos aparelhos do Estado⁴⁷, em que o policial, e apenas o policial, está “equipado, autorizado e é necessário para lidar com toda emergência em que possa ter de ser usada força para enfrentá-la”.⁴⁸

No entanto, levamos a discussão mais adiante e pretendemos qualificar essa associação para, com isso, perceber as variações que matizam os padrões de relação da polícia com o público, implicando “um cálculo ou uma escolha sobre as formas de

⁴⁴ Essas experiências e conflitos são narrados, dentre outros, em Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo : Editora Unesp, 1997 e Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo : Brasiliense, 1986.

⁴⁵ Ofício do 3º suplente de delegado de Paraibuna ao chefe de polícia, em 17/09/1882. AESP, co2621.

⁴⁶ Ofício do delegado de Brotas ao chefe de polícia em 04/07/1885. AESP, co2653.

⁴⁷ Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*, op. cit., e Ivan Andrade Vellasco. *As sedução da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*, op. cit. Para o autor, “uma sociedade na qual à violência da escravidão e da ação repressiva do Estado, com seu repertório de execuções, castigos corporais e sevícias, aliavam-se a brutalidade no trato entre homens e mulheres, o espancamento das crianças como recurso pedagógico rotineiro, a agressividade como moeda corrente das relações sociais, a valentia como premissa da honra. A violência constituía um *ethos* que atravessa as relações sociais, fossem verticais ou horizontais, fosse entre estranhos ou próximos, entre amantes, parentes ou inimigos”, citação da p. 246.

⁴⁸ Egon Bittner. “Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia”, in: Egon Bittner. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo : Edusp, 2003, p. 240.

resolução de conflito”.⁴⁹ Ao enveredarmos por outras perspectivas, também abrimos espaço para discussão sobre a mediação conciliadora e, portanto, em certa medida, legitimada pela população, da polícia e do policial no meio social, além de estabelecer o papel dos administrados como agentes ativos nos processos de negociação da ordem social.⁵⁰

Dois tipos de encontros de viés violento se destacam nos documentos. O primeiro diz respeito a confrontos em que policiais e administrados se enfrentam nos espaços de uso público, em virtude da perturbação da ordem social, em que a interferência policial é manejada pelo uso da violência ou traz conseqüências violentas. Normalmente, eles têm um componente de nacionalidade, já que ocorrem entre os agentes e italianos (em sua maioria) ou portugueses. O segundo tipo deriva de queixas ou denúncias por parte da população através de petições e abaixo-assinados ou em missivas e notícias veiculadas pela imprensa sobre abusos cometidos por policiais durante o desempenho de suas funções ou mesmo no tempo livre. Também existe uma série de denúncias contra a ação dos policiais que partem das próprias instâncias jurídico-policiais, ora de magistrados, promotores e delegados, ora da própria administração policial. Nesses casos, são os próprios agentes da ordem acusados de romper, primeiro, com a tranquilidade pública.

De ordinário, as queixas pessoais contra os policiais se assemelhavam a essa realizada por Jacque Ressente, comerciante em Penha de França, que reclamou do procedimento da praça de permanentes F. de Tal Carvalho, que “*ontem às 20:30, pegou a provocar aquelas pessoas que nada lhe tinham feito (...) Por isso venho à presença de V. Exa. apresentar minhas queixas para que essa praça seja punida por que elas são para fazer manter a boa ordem e não serem as que provocam desordens*”.⁵¹ Em outra ocasião, uma carta de Maria Antonia Dias Coelho relatava o procedimento inadequado de um guarda urbano: “*Achando-se a abaixo-assinada em sua casa tranqüilamente na janela,*

⁴⁹ Ivan Andrade Vellasco. *As seduções da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19, op. cit.*, p. 249.

⁵⁰ Ou, conforme explica Ivan Vellasco, “*ênfatar a presença da violência como um dado cultural na sociedade da época não implica o postulado da impossibilidade ou imprevisibilidade da ordem, mas sim a constatação (...) de que isso era um entrave a ser vencido e contra o qual o aparato de vigilância deveria concentrar seus esforços*”. Ivan Andrade Vellasco. *As seduções da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19, op. cit.*, p. 249. No meu trabalho sobre os processos sociais em Santos no final do Império, foram muito comuns as ações privadas de reparação da honra resolvidas na justiça. André Rosemberg. *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, na década de 1880*. São Paulo : Alameda, 2006.

⁵¹ *Carta de Jacque Ressente ao chefe de polícia, em 17/04/1882. AESP, co2620.*

quando passou o guarda (...) Antonio Bento Moraes e um companheiro à paisana e disseram tantos insultos que me seria vergonhoso escrever”.

Não satisfeita com a reclamação, Maria Antonia ainda ousava a ensinar o Padre Nosso ao vigário, prescrevendo qual a atitude esperada de um policial: *“Como devem ser eles que têm obrigação de manterem a ordem e respeitarem o público, mormente as pessoas que estão em sua casa tranqüilamente e não procuram desordem, levo ao conhecimento de V. Exa. para providenciar sobre o abuso desse guarda, que abusando da farda que ocupa e da falta de educação vem insultar pessoas que não fizeram mal algum”*.⁵²

A descompostura dos policiais – uma praça de permanente e outro guarda urbano – a provocar gratuitamente o público representa situações do cotidiano em que o uso da farda proporcionava oportunidades para deslizos de autoridade. São circunstâncias que possivelmente aconteciam a mancheias no ordinário de todo o dia e que ficaram registradas na memória documental por se tratar de agentes da lei; justamente aqueles que com imparcialidade deveriam zelar pelo decoro e pela tranqüilidade pública. No mesmo sentido, o comportamento inadvertido dos policiais mostra sua integração no dia-a-dia da vida paulista e ajuda a balizar as várias ramificações do relacionamento que empreendiam com a população. A “*má-educação*”, o “*abuso da farda*” e a provocação gratuita desvelam uma propensão ao exagero da função, seja para ampliar os espaços de prospecção de ganhos ilícitos, como veremos mais adiante, seja na inversão das relações de hierarquia, tão demarcadas na sociedade escravista.

Nesse caso, o fardamento içava os policiais de uma posição subalterna, que previa deferência, dependência e submissão, para fora do círculo compromissal mais estreito. Desse novo lugar, eles se sentiam mais seguros para intentar algumas ousadias que em outras circunstâncias seriam impensadas, extravasando as possíveis humilhações represadas pela convivência social. Assim como Maria Antonia havia acusado um urbano de insultá-la, Alexandre Pacheco de Souza Guimarães prestou queixa contra os guardas José da Silva Sarmento Soares e Luiz Sarmento “*por várias vezes me tem vindo provocar (...) com palavras obscenas*”, na porta da casa de pasto de que tomava conta. O fato foi

⁵² Carta de Maria Antonio Dias Coelho ao chefe de polícia, em 04/02/1884. AESP, co2640.

testemunhado por cinco pessoas, que subscreveram a missiva.⁵³ Em 1888, o italiano Antonio Lascoleg, dono de uma “*casa de negócio*”, procurou a estação de urbanos para reclamar do comportamento do 2º sargento Augusto da Cunha Cavalheiro, que teria “*dirigido palavras injuriosas à sua mulher*”, quando fora “*comprar uns ovos*” em seu armazém.⁵⁴

Supõe-se a partir da leitura das denúncias descritas acima que Jacque Ressente, Maria Antonia, Antonio Lascoleg, e talvez Alexandre, provavelmente faziam parte das camadas remediadas da população. Uma razoável colocação social, somada a uma carta particular enviada ao chefe de polícia, talvez tivesse a força de mover as engrenagens da burocracia policial que levassem à punição do policial insolente. No que concerne à queixa de Jacque, a praça, de fato, foi detida pela falta cometida. No entanto, caso o queixoso fosse pobre, sem vínculos estreitos nas redes de patronagem, talvez encontrasse mais dificuldade de atingir seu objetivo, além de superar a vergonha vencer a vergonha e o descrédito.⁵⁵ Era necessário, então, apelar para a comunidade e juntar forças contra o ofensor. Nessas ocasiões, a conduta policial estava propensa a se deslocar da provocação abusada, restrita a injúrias verbais, e descambava para a brutalidade.

No capítulo anterior, resgatamos a história do cabo João Baptista, comandante do destacamento de Lorena, cujo filho arremessara um pião na mulher de um certo José Maria Ferreira.⁵⁶ Pois bem, esse fato tomou proporções desmedidas, levando o policial a insultar os pais da criança, que, por sua vez, enviaram uma carta ao chefe de polícia, exigindo punição ao ofensor: “*O comunicante é pobre, não pode haver a vindita de seu direito, mas confiado no saber de V. Exa. atendendo ao grave ataque à sua dignidade ofendida, dará providência ao menos mandando recolher o aludido cabo que não sendo esta a primeira que tem feito, pode pôr em grande perigo a um cidadão pacífico quando vê o homem de má conduta abusar da farda para pô-la em prática*”.⁵⁷ Aliás, as queixas contra a polícia de Lorena se avultaram naquele mês de outubro de 1883. Além de José Maria, um tal João Vituriano Pires, pai de cinco filhos, protestou contra os policiais que invadiram sua casa,

⁵³ Carta de Alexandre Pacheco de Souza ao comandante da Companhia de Urbanos anexa em ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 12/02/1878. AESP, co2584.

⁵⁴ Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 03/02/1888. AESP, co2691.

⁵⁵ Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

⁵⁶ Ver pp. 271 e 272.

⁵⁷ Carta de José Maria Ferreira ao chefe de polícia, em 14/10/1883. AESP, co2623.

bateram nas crianças, como se “*minha casa fosse uma senzala de negro*”.⁵⁸ Já Francisco Cardoso escreveu denunciando o comportamento do mesmo cabo João Baptista e do alferes Francisco Braz: “*São dois homens que esforçam os bons pais de família a perder suas idéias que por vingança prendem e fazem judiações aos homens de bem*”.⁵⁹ A união da população em forma de abaixo-assinados ou petições coletivas foi um recurso muito utilizado contra a conduta dos policiais insolentes ou violentos. Em Lorena mesmo, foi subscrito um documento enviado ao chefe de polícia com 18 assinaturas dos “*ofendidos*” pelo cabo e seu assecla.⁶⁰

Um abaixo-assinado foi o recurso eleito pela população de Casa Branca contra a conduta do sargento Higyno de Moraes Burity e cinco praças. De acordo com os signatários, foram praticadas prisões ilegais de vários cidadãos pacíficos que conversavam em frente às suas casas (dois fazendeiros, um foguista da Mogiana e um telegrafista da mesma companhia). Além disso, o ex-chefe da estação teria sido arrebatado de sua residência à meia-noite, sendo que as praças se apoderaram de vários utensílios pertencentes à vítima: um relógio, uma corrente, uma bengala de unicórnio, um *cavour* e uma espingarda. “*Todos os cidadãos assim violentados e brutalmente agredidos foram metidos na enxovia à proporção que eram para ali conduzidos sem motivo algum justo e razoável para isto e foram nela conservados debaixo de vaias e palavras injuriosas que lhes eram dirigidas pelos mesmos sargento e praças*”. A situação durou até a manhã seguinte quando o sargento soltou-os mediante o pagamento de 3.200 réis de taxa de carceragem. Na noite da prisão, nem o delegado nem o carcereiro estavam presentes, e o juiz de direito só tomou conhecimento do fato no dia seguinte. Os signatários, em número de 70⁶¹, estavam plenamente conscientes da função social a ser desempenhada pela polícia, o que emprestava um caráter ainda mais dramático às arbitrariedades: “*Assim, pois, os abaixo-assinados [estão] convictos de que o caráter distintivo e o fim da polícia (...) é*

⁵⁸ Carta de João Vituriano Pires, sob rogo de Domicilia Maria Ferreira, sua esposa, ao chefe de polícia, em 16/10/1883. AESP, co2623.

⁵⁹ Carta de Francisco Cardozo ao chefe de polícia, em 16/10/1883. AESP, co2623.

⁶⁰ Abaixo-assinado dos “ofendidos” pelo cabo João Baptista e pelo soldado Francisco Braz ao chefe de polícia, em 15/10/1883. AESP, co2623.

⁶¹ Negociante (30); guarda livro (2); fazendeiro (1); agências (2); alfaiate (3); mestre de obras (1); lavoura (1); oficial (1); barbeiro (1); empregado público (1); padeiro (1).

sempre de prevenir os perigos, males sociais e crimes, protegendo para isso a segurança, gozos e direitos individuais e públicos".⁶²

Dois anos mais tarde, novamente a população de Casa Branca se ergueu contra o destacamento estacionado na cidade. Naquela ocasião, os moradores em novo abaixo-assinado reclamavam que *"a força pública (...) longe de cumprir os seus deveres como vigilantes da ordem e tranqüilidade pública são os primeiros a provocarem desordens constantemente sem o menor respeito aos que lhe são superiores"*. Voltavam-se principalmente contra as praças Joaquim Ramos da Motta, Benedicto Antonio de Araújo, Benedicto Antonio dos Santos, Joaquim Bernardes Ferreira; este último teria *"em mangas de camisa"*, munido de duas pedras, desrespeitado aos brados o comandante. *"É também ocasião oportuna para informar a V. Exa. que a disciplina aqui é coisa não observada pelas praças que passeiam descalças pelas ruas, muitas vezes em mangas de camisa e que vivem constantemente embriagadas pelas vendas"*.⁶³

O desleixo dos policiais e o arbítrio de seus atos foram justificados pelo desagrado das praças com a falta de gratificação pela prisão de um escravo fugido. O estado molambento da tropa afrontava não só a bandeira institucional do CPP, como patenteava o desrespeito com a população, que tinha dificuldade em acatar a autoridade emanada daqueles mambembes representantes da ordem. Um policial descalço, desfardado e embriagado não podia fazer legitimar o monopólio da violência de que estava investido. Oriunda de uma tropa caricata, qualquer manifestação de poder não tinha lastro regular e, portanto, era fruto de arbítrio e da estupidez, a exemplo do que atestavam os termos do abaixo-assinado, subscrito por 77 negociantes de Santo Antonio da Alegria, termo de Franca:

"Praças sob o comando de um ilustre do sargento [Benedicto Maria do Espírito Santo Leal], vindos para manutenção da ordem pública na localidade garantia individual na povoação, mas que perturba a paz, espalha o terror, dissemina a desordem e causa balbúrdia em uma povoação mansa e pacífica, é inconcebível e

⁶² *Abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia, em 23/07/1879. AESP, co2589.*

⁶³ *Abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia, em 01/03/1881. AESP, co2626.* Em 1885, foi a própria Câmara Municipal de Casa Branca que se queixou dos maus tratos com que as praças tratavam os presos por embriaguez e alegava que a autoridade policial é negligente com os abusos. *Ofício da Câmara Municipal de Casa Branca ao chefe de polícia, s/d. AESP, co2653.*

*conspurca a farda nacional. Ó TEMPORA, Ó MORES!!! Este proceder exalta o espírito, agita os ânimos e pode produzir uma explosão cuja consequência serão fatais”.*⁶⁴

É certo que os queixosos, em sua maioria, pertenciam a um estrato mais gabaritado da população – no mínimo faziam parte de uma camada média, proprietários de pequenos negócios ou funcionários do Estado – eram alfabetizados e tinham acesso aos canais de difusão, seja através dos jornais, seja pela representação de outras autoridades governamentais que lhes portavam a voz.

Em certas ocasiões, as reclamações contra o abuso policial podia se valer de razões práticas, já que a ação do agente turbava o bom funcionamento dos serviços urbanos. Em abril de 1884, o superintendente da Companhia de Carris de Ferro reclamou ao chefe de polícia sobre a prisão injusta contra do cocheiro do carro n. 12, no dia anterior. Parado no Largo do Mercadinho, esperando para iniciar a viagem das 4h24, o funcionário altercou-se com um engraxate num quiosque, respondendo a uma provocação. Nesse momento, o rondante o deteve, mesmo depois do condutor da chapa 07, testemunha do caso, tê-lo alertado que o bonde estava cheio. Coube ao condutor avisar a central que substituiu o cocheiro, o que não evitou que o carro saísse com atraso de 12 minutos.⁶⁵

Em Bragança, o juiz de direito comunicou ao chefe de polícia as arbitrariedades cometidas pelo destacamento de Cachoeira, que perturbavam sobremaneira a tranquilidade pública, *“varejando os soldados com consentimento ou por ordem do furriel comandante (...) casas de cidadãos pacíficos, espancando-os sob pretexto de andarem armados e que o mesmo comandante não só autorizava (...) essas tropelias, como se gabava ao próprio subdelegado de polícia”*.⁶⁶ De Araraquara, o magistrado local também desabonava a conduta dos policiais: *“O destacamento policial desta vila com a falta de comandante, e com a circunstância de residirem as autoridades policiais fora da vila tem chegado a um grau de relaxamento que o povo tem mais medo dos soldados da polícia do que dos desordeiros. Os policiais vivem espancando cidadãos honestos em suas próprias casas, são*

⁶⁴ Abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia, em 15/01/1881. AESP, co2600.

⁶⁵ Ofício do superintendente da Companhia de Carris de Ferro ao chefe de polícia, em 18/04/1884. AESP, co2640.

⁶⁶ Ofício do juiz de direito de Bragança ao chefe de polícia, em 18/03/1879. AESP, co2593.

participantes em contínuas brigas e até mesmo em alguns furtos: enfim é um escândalo o procedimento em geral dos policiais (...).⁶⁷

Claro está que não podemos descartar uma componente política dos comentários dos magistrados sobre a atuação da polícia, envolvendo uma medição de forças entre facções rivais. O destempero policial muito bem podia recair sobre adversários das autoridades locais – os tais “*cidadãos honestos*” citados pelo juiz de Araraquara. Nesse caso, o juiz sugeria inclusive que o destacamento ficasse subordinado ao juiz municipal, uma vez que o delegado “*mora a duas léguas distante da vila*”. Em todo o caso, pudemos perceber que o comportamento da polícia em relação à população não se resumia à violência contra os pobres e marginalizados, sem que, com isso, afastemos um evidente viés classista que orientava o arbítrio policial. A brutalidade era tão mais explícita quanto mais desprotegido era o indivíduo.

Em 1880, o delegado de São Bento do Sapucaí solicitou a remoção das praças ali estacionadas, Bernardino Prudente dos Santos, José Antonio de Oliveira, Eurico Gonçalves do Valle e Benedicto Albino do Espírito Santo, pois na noite do dia 15 de julho praticaram “*tais violências contra um embriagado que do corpo de delito a que procedi consta a probabilidade de produzirem-lhe a morte*”.⁶⁸ Em Brotas, as praças foram acusadas de haver matado Francisco de Souza Prado no ato de sua prisão e, em Campinas, um vereador local repercutia uma notícia divulgada no *Diário de Campinas*, que dava conta do desaparecimento de um preso durante uma diligência policial, “*sem que tenha deixado vestígio de si exatamente*”.⁶⁹

Em contraparte, vimos pelo conjunto dos casos descritos que o abuso de autoridade atingia também os mais bem estabelecidos, como funcionários públicos, negociantes, estudantes, fazendeiros e artesãos.⁷⁰ Mas é inegável que os policiais eram safos o suficiente para medirem o alcance de sua autoridade. A seletividade da ação, clivando os possíveis interpelados, fazia parte do aprendizado do ofício, até porque admoestar um homem de bem

⁶⁷ Anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 10/09/1873. AESP, co2549. A repercussão desse comentário do juiz de direito de Araraquara foi descrita no capítulo 3.

⁶⁸ Ofício do delegado de São Bento do Sapucaí ao chefe de polícia, em 16/07/1880. AESP, co2603.

⁶⁹ Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 30/07/1878. AESP, co2585 e ofício do vereador Ferdinando Guillon ao chefe de polícia, em 16/12/1882. AESP, co2614.

⁷⁰ A localização do estatuto socioeconômico de uma população mais remediada foi apontada por Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850-1900*. São Paulo : Alameda, 2005.

ou bem relacionado, fazendo valer a universalidade da lei, podia reverter a ousadia em ônus, quando não se mostrasse inútil o esforço.⁷¹

Em 1883, uma prisão em flagrante efetuada pelo guarda urbano Joaquim Eusébio Baptista no Mercado Municipal foi desautorizada pelo administrador do Mercado. Além da contra-ordem, o administrador afirmou que teria sido insultado pelo policial quando o advertiu que não jogasse cascas de jabuticaba no adro, pois além de atentar contra as posturas municipais, podia causar algum desastre. O policial terminou detido.⁷²

Nesse caso, é o policial que se colocou na extremidade mais fraca da corda. Ao desacatar uma autoridade superior, mesmo que não pertencente à polícia, prontamente ele é preso. Se agiu *by the book* ou extrapolou os parâmetros legais, pouco importa. Derrapou no cálculo ao assumir ser maior que a presa. Seu erro foi ter canalizado seu apetite de autoridade sobre um repasto que não pertencia à sua cadeia alimentar. Como guarda urbano, os alvos que lhe competiam estavam restritos a uma fauna bem delimitada pelo lugar social que ocupava: eram trutas e arraias-miúdas. Um peixe mais taludo, como o administrador do mercado, para seu próprio bem, devia permanecer fora de sua dieta. Não importa se ao agir, Joaquim tenha lançado mão da discricionariedade ou da prudência; de todo o modo, seus movimentos eram formatados pelo alto grau hierárquico da sociedade escravista, em que as relações baseadas em laços pessoais suplantavam aquelas amparadas pela racionalidade legal. Justamente por desafiar a tradição, é que o policial foi punido.

Prudência, aliás, era a palavra de ordem quando havia necessidade de a polícia intervir em ocorrências envolvendo pessoas gradas, como nos *meetings* políticos, conforme veremos adiante, ou a estudantada do Largo São Francisco. Nessas ocasiões, as autoridades eram explícitas quanto a lhanza e adequação dos agentes envolvidos. Num tumulto no Teatro São José, por exemplo, que visava a empastelar o jornal *A Gazeta do Povo*, acusado de ser “*intrigante e infame*”, segundo declarou o comandante dos urbanos, “*o papel da autoridade policial, bem como o meu foi o de observar restritamente as instruções de V. Exa., embarçando por todos os modos derramamento de sangue, procedendo a polícia ao*

⁷¹ Marcos Bretas se refere à impenetrabilidade da polícia no tocante à classe superior, mostrando geralmente uma tendência de “*ignorar o caso*”. Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930, op. cit.*, p. 170.

⁷² Carta de Joaquim Eusébio Baptista ao presidente da província, em 07/12/1883. AESP, co2623.

mesmo tempo que com energia – com a máxima prudência”.⁷³ Em 1878, o acadêmico Bartholomeu Nery foi detido na noite de 22 de março por estar embriagado e fazendo desordem na rua da Quitanda, no Hotel Quatro Estações, famoso lupanar da cidade.⁷⁴ Segundo o comandante da Companhia de Urbanos, não seria a primeira vez que ele era preso nessas circunstâncias, *“o que por condescendência e em atenção a sua posição tem sido tolerado por este comando”*.⁷⁵

Outras prisões correcionais contra gente de estirpe grada – bêbados normalmente – no fim recebiam tratamento diferenciado das autoridades competentes. Mas, não obstante, a recomendação superior não impedia que no calor da rua, os policiais realizassem a captura. Ainda mais se tomarmos a cena urbana, a cidade e seus equipamentos – o teatro, o bonde, os estudantes – demandavam abordagens mais medidas, reações filtradas numa sensibilidade mais aguçada, um jogo de cintura malemolente que otimizasse a resposta adequada para se livrar de um embaraço iminente. O cenário é a capital da província: as ruas centrais, um grande burburinho. Diante de um ofício do diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Vicente Pires da Motta, a polícia é chamada para tomar providências contra o aluno Jacintho do Nascimento Moura, que insultara um lente da faculdade, o Conselheiro Martins Francisco Ribeiro de Andrade.⁷⁶

No entanto, os policiais falharam na sua missão e deixaram de prender o aluno ofensor. Perante a inação clamorosa de seus subordinados, o comandante do CPP foi chamado a manifestar-se. Em defesa das praças sob seu comando, alegou que o agressor fora preso em flagrante no pátio da Sé pelos soldados Geraldo Antonio de Azevedo e Miguel Ribeiro da Cunha, mas *“que assim era conduzido para a cadeia; porém o conselheiro Martins Francisco, vendo que as praças conduziam o preso seguro pelos braços lhes disse que o conduzissem livremente, isto é, que não o agarrassem, ao que os soldados atenderam; porém quando assim conduziam o preso este os iludiu e entrou na casa de um seu colega e genro do Dr. Luiz Pinto Homem de Menezes que mora na casa*

⁷³ Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 17/06/1884. AESP, co2640.

⁷⁴ O Hotel das Quatro Nações tinha péssima reputação, acusado de ser invadido por meretrizes nos bailes que organizavam-se lá, principalmente durante o carnaval. Já em 1866, *“as mulheres que o freqüentavam eram notórias horizontais”*. Segundo o jornal *Sete de Abril*, os freqüentadores mais assíduos eram os estudantes. Sobre os hotéis suspeitos, ver Guido Fonseca. *A história da prostituição em São Paulo*. São Paulo : Editora Resenha Universitária, 1982, pp. 117 e 118. Sobre a fama do Hotel das Quatro Nações, ver Affonso A. de Freitas. *Tradições e reminiscências paulistanas, op. cit.*, pp. 142 e 143.

⁷⁵ Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 05/12/1878. AESP, co2584.

⁷⁶ Ofício do diretor da Faculdade de Direito para o chefe de polícia, em 21/03/1873. AESP, co2548.

junto à igreja de S. Pedro e imediata à de d. Felizarda Pinto, no canto do pátio da Sé; ora dando-se o fato por tal forma, não podiam as praças penetrarem no interior dessa casa, em perseguição do criminoso, visto ser inviolável a casa do cidadão”.

Chamados a intervir em assunto no mínimo polêmico, devido à posição social dos envolvidos, as praças agiram de acordo com o protocolo. Prenderam o criminoso empregando a força estritamente necessária, sem olhar cor nem berço. Naquele momento funcionaram como os agentes do credo liberal – a polícia cumpridora do direito, ferramenta isenta de parcialidades, de cega obediência aos princípios constitucionais e direitos individuais. Se fosse, no lugar de um estudante, um liberto jornalista, a atitude das praças seria diversa? Talvez, mas não se pode afirmar a priori com categoria. Afinal, nesse caso, era de se esperar leniência das praças, ofuscadas pela preeminência do estudante. Que soltassem o estudante sob o peso dos séculos de iniquidade e patronagem. Mas não. Consideraram o estudante um indivíduo e como tal sujeito de direitos e obrigações. Cumpriram seu dever bravamente, em consonância com a lei... até a intromissão do próprio ofendido, a nos fiarmos na alegação do comandante. Diante do “deixa disso”, as praças não resistiram e foram ludibriadas pelo estudante que se refugiou em abrigo seguro. Em seguida, os policiais zelosos novamente abraçaram as prédicas liberais e não devassaram o sacrossanto domicílio. E, por essa decisão, terminaram por levar uma senhora descompostura. Vê-se que na encruzilhada, entre dois caminhos a tomar, escolher um deles era decisão difícil. Se aquele previsto na lei, se aquele aprendido na rua. A sagesa recomendava moderação. Um pouco de cada, na medida certa.

Também podiam ocorrer casos em que o policial agia por engano, isto é, interpelava um figurão sem desconfiar de seu calibre. Quando o “mal entendido” era desfeito, a atitude desastrada podia causar dor de cabeça para os superiores, obrigados a colocar panos quentes na situação, embora se apressassem a justificar o ato dos subordinados alegando ignorância da posição social do “ofendido”. Em Franca, o delegado exculpou as praças do destacamento a seu serviço quando tomaram armas consideradas proibidas de um certo senhor Bispo, que se dizia Cavalheiro da Ordem da Rosa: *“Julgo, pois, que o procedimento das praças não deve ser reprovado, porque elas não têm obrigação alguma de distinguirem ricos e pobres, desde que haja desconfiança”*.⁷⁷

⁷⁷ Ofício do delegado de Franca ao chefe de polícia, em 25/04/1885. AESP, co2643.

Já num imbróglio havido em Sorocaba, em 1889, misturam-se uma liturgia peculiar de sociabilidade, aspectos do trabalho da polícia, o abuso de autoridade e as dinâmicas sociais do pós-abolição. O caso se deu quando o major reformado do Exército, João Pedro de Lima Fonseca Gutierrez, oficiou o presidente da província sobre um insulto que teria sofrido de uma praça e do comandante do destacamento. O incidente, segundo o juiz de direito, teria se dado porque ao cruzar com o vigário no Largo da Matriz, o major não tirara o chapéu e foi “*advertido para tirá-lo por uma praça*”.

É o delegado que esmiúça a liturgia: a praxe ensinava escoltar o vigário por cinco praças por “*respeito à religião do Estado e como o sr. vigário exige que se faça tirar o chapéu de todos que deixarem de fazer*”. Como o major não tirou o chapéu, uma praça, “*aliás bem educada e que não conhecia o major por ser nova no lugar (...), observou-lhe com toda a delicadeza para que tirasse o chapéu isto por três ou quatro vezes, ao que o referido major enfurecendo-se disse ao soldado: Está preso por minha ordem!*”, e ainda “*vibrou*” uma bengala sobre ele. O comandante intercedeu e conduziu o major para a cadeia sem lhe dar voz de prisão para a cadeia, momento em que um grupo de gente importante da cidade persuadiu o comandante a soltar o detido.⁷⁸

Mas algumas vezes a mansuetude dos superiores exasperava os policiais ao constatarem o desrespeito com seu esforço de impor a lei e corrigir a população. Numa ocasião ameaçaram, em abaixo-assinado, abandonar a polícia devido à condescendência do subdelegado com o filho do Major Lucio José Seabra, que fora detido na rua das Flores, na cidade de Tatuí, quando estava bastante embriagado. Este, logo que flagrado, começou a insultar o destacamento, chegando a dar um tapa em um guarda, pelo que foi preso à ordem do subdelegado e por este foi solto logo depois de recolhido à cadeia, “*mas o pai do moço e um grande grupo de povo aproximaram-se da mesma cadeia com intenções de tirarem o preso a força*”, relataram as praças. O comandante interino da guarda da cadeia, vendo aproximar-se o perigo, chamou o subdelegado que em vista da pressão popular acabou por prender os policiais, em sala livre, vez que nenhum crime haviam cometido, “*ficando assim desmoralizados e desrespeitados e à vista de tal procedimento, jamais podem cumprir com os seus deveres continuando a serem insultados pelas famílias dos poderosos nesta cidade que não cessam de ser os verdadeiros turbulentos todas as noites, mas querem que a*

⁷⁸ *Ofícios anexos em ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 06/02/1889. AESP, co2700.*

correção só recaia nos miseráveis pobres, por estas razões que ponderam a V. Sa. e esperam serem desonerados do dito destacamento, levando tudo ao conhecimento de que direito pertencer (...)”. Assinaram a petição José Antonio de Proença (a rogo), Gregório Nunes Pereira, Benjamim Antonio Correia (a rogo), Manoel Gregório Alves (a rogo), José Rodrigues Machado.⁷⁹

Os policiais, curtidos nas experiências variadas a que eram expostos, faziam muito bom uso do tirocínio adquirido nas ruas. As decisões que tomavam eram avaliadas de acordo com a conveniência e muitas vezes exigiam análises complexas sobre as dinâmicas sociais que estavam em jogo. Precisavam articular os interesses daqueles que circulavam dentro e fora da corporação, bajulando ora tenentes, ora fidalgos. E, sem dúvida, os policiais deparavam uma barreira que não ousavam ultrapassar: a interpelação ao grupo mais rico e prestigioso era interdita ou, quando acontecia, as praças corriam risco de punição. Mesmo que as prisões fossem levadas adiante, nas instâncias superiores, a ordem era sobrestada. Em alguns casos, como veremos mais adiante, as detenções de tipo correcional de gente com algum dinheiro visavam a extrair alguma compensação financeira do detento; entretanto, cidadãos mais destacados e finórios, estes, estavam a salvo da abordagem mais direta.⁸⁰

Num outro sentido, os mais pobres, vítimas preferenciais dos abusos policiais, por óbvio, tinham mais dificuldade de fazer ecoar seu descontentamento, mas as queixas gerais provenientes de uma parcela “mais grada” da população sem dúvida os beneficiavam a reboque. Também a imprensa costumava noticiar com virulência os excessos cometidos pelos agentes, mesmo quando os casos envolviam a população despossuída e até os escravos.⁸¹ A divulgação de notícias desabonadoras, propagadas por órgãos locais e por meio da publicação de missivas particulares, desencadeava uma rede de responsabilizações que fazia girar a engrenagem hierárquica, numa série interminável de desculpas,

⁷⁹ *Abaixo-assinado dos policiais do destacamento de Tatuí ao chefe de polícia, em 13/04/1876*. AESP, co2568.

⁸⁰ Clive Emsley mostra que na Inglaterra os *gentlemen* tiveram seu primeiro contato mais sistemático com as cortes criminais e com a abordagem policial cotidiana após a difusão, nos primeiros anos do século XX, dos veículos automotores e a regulamentação das leis de tráfego. Clive Emsley. ““Mother, what did policemen do when there weren’t any motors?”” The law, the police and the regulation of motor traffic in England, 1900-1939”, in: *The historical journal*, n. 02, junho de 1993.

⁸¹ Claudia Mauch. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul : Edunisc/Anpuhrs, 2004. Ver também Eduardo Silva. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

justificativas e prestações de conta. Parece que o governo da província demonstrava um zelo exagerado para evitar que a sujeira despontasse de sob o tapete. A imprensa, ao divulgar os desmazelos internos, tornava pública uma situação que circulava apenas no cerrado âmbito corporativo, protegido pelo caráter privatista da correspondência policial, selada muitas vezes pela rubrica *confidencial* ou *reservada*. Cabia então à cúpula administrativa empreender uma caça aos responsáveis e estancar os prejuízos com a imagem previamente arranhada.

Mesmo os relatos de brutalidade policial contra a população pobre ganhavam repercussão nos jornais. A morte de Francisco de Souza Prado, em Brotas, citada páginas acima, foi publicada notícia *Correio Paulistano*. Quando ocorria o desatino, o presidente da província recebia o recorte com a notícia sublinhada e despachava providências junto ao chefe de polícia que, por seu turno, acionava o delegado, o oficial do CPP ou da Companhia de Urbanos na busca de esclarecimentos. Na maioria das vezes, as autoridades safavam o couro dos policiais a fim de não demonstrar fraqueza ou falta de autoridade. No caso de Brotas, o delegado alegou que o ferimento causado em Prado, e que o levou à morte, fora devido a um tombo durante a refrega com os soldados. “*Segundo estou informado não houve abuso da parte da força pública, pois que o que sucedeu a Prado podia suceder ao soldado, isto é, resultar-lhe da queda a mesma ofensa que teve Prado*”.⁸²

Uma notícia publicada em *A Província de S. Paulo* revelou atos de violência cometidos pelas praças do CPP Joaquim de Souza Santos e Julio Vieira do Amaral contra Antonio José da Costa Vaz, um negociante de Itapetininga. O cabo, comandante do destacamento, João Castanho de Almeida Lima, negou o fato, dizendo que o informante do jornal “*vive inventando fantasias, noticiando o que não dá-se nessa cidade*”. Ato contínuo, saiu em defesa de seus subordinados ao afirmar que “*felizmente, o destacamento desta cidade não é turbulento (...) não tem simpatia geral porque cumpre seus deveres, e Vossa Senhoria sabe que nós, os militares, não podemos ser bons para todos, principalmente para certa classe de gente que gosta de desprestigiar tudo para dar ganho de causa à anarquia*”.⁸³

⁸² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 30/07/1878. AESP, co2585.*

⁸³ *Anexo em ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 04/11/1882. AESP, co2325.*

Interessante nessa manifestação é a análise do cabo sobre o lugar social e o papel social a ser desempenhado pela polícia. Reconhece a distância, ou melhor dizendo, o afastamento, que a condição de policial militar impunha aos agentes em relação à população. É um discurso que estabelece a diferenciação clara entre os policiais e os administrados, o que podia motivar, segundo o cabo, a antipatia geral, uma vez que, como representantes do poder público, deles se esperava o cumprimento da lei, doesse a quem doesse, mesmo que se rompessem as bases tradicionais de privilégios, favorecimento pessoal e compromissos patrimoniais. Pelo jeito, o redator de *A Província de S. Paulo* não aprovava um liberalismo tão radical.

Já o delegado de Lorena, após notícia publicada n' *O Município*, justificou o rigor com que as praças trataram um ébrio preso quando entornava numa taberna a partir da condição social do indivíduo: “V. Exa. compreende que a paciência esgota-se e eu não duvido que o embriagado fosse tratado e então em diante com algum rigor, rigor esse que eu acho mui justificável, [pois o detido] é homem de cor e de condição inferior tem o hábito de à voz de prisão obedecer sem resistência, mas que deitando-se-lhe as mãos altera-se e resiste”.⁸⁴ Conduta similar teve o 2º delegado da capital, ao absolver os agentes policiais, acusados pelos jornais *Diário Mercantil* e *Gazeta do Povo* de cometerem abusos no momento da prisão de Joaquim de Souza, na rua do Imperador. Alegou a autoridade que o indivíduo era um famoso desordeiro e que por diversas vezes vinha sendo detido pela polícia, além de ter termo de bem viver assinado. Disse que os guardas “portaram-se com excessiva prudência, apesar dos socos, pontapés e dentadas que o preso lhes dava, empregando os agentes policiais a necessária força física para conter o preso e evitar as contínuas agressões do mesmo (...)”.⁸⁵

Não obstante, por vezes, nem a proteção corporativa nem os vínculos pessoais livravam os policiais das punições disciplinares ou mesmo responsabilização criminal quando se excediam no traquejo com a população.⁸⁶ Talvez como uma resposta à “opinião pública” ou como uma tentativa real de moralizar e depurar a corporação dos maus agentes,

⁸⁴ *Ofício do delegado de Lorena ao chefe de polícia, em 21/10/1880. AESP, co2602.*

⁸⁵ *Anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 29/05/1886. AESP, co2671.*

⁸⁶ É difícil identificar policiais que foram levados a julgamento por faltas cometidas em serviço. O regulamento do CPP, no seu art. 193, declarava que as penas disciplinares não eximiam os responsáveis de responder criminalmente. O estudo da documentação compulsada, no entanto, nos leva a crer que na maioria das vezes, mesmo em caso de abuso ou violências as punições restringiam-se ao âmbito disciplinar e administrativo, ampliando-se a margem de indulgência.

a administração policial prescrevia penas severas aos subalternos faltosos, mesmo que as vítimas fossem gente do povo ou até mesmo escravos, como aconteceu em Jundiaí, quando seis praças do CPP tiveram ordem de prisão decretada, enquadradas no artigo 193 – homicídio – do Código Criminal do Império, pela morte do cativo Anastácio, pertencente a João de Almeida Sampaio.⁸⁷ É verdade que podemos inferir que o indiciamento formal tenha partido da pressão do proprietário, embora não tenhamos qualquer indício das circunstâncias em que ocorreu o atentado nem o resultado do processo. Mesmo assim, a responsabilização penal ia muito além de uma possível indenização pecuniária, caso o dano ao bem tenha sido motivado por incúria ou crueldade dos policiais. Em circunstâncias ordinárias, não era praxe homens livres enfrentarem o banco dos réus por crimes cometidos contra escravos, mesmo se estes resultassem na morte dos cativos.⁸⁸

Outros excessos levaram à punição de policiais. A praça do CPP João Veríssimo Medeiros foi presa por cinco dias por ordem do comandante geral do corpo “*pelo irregular procedimento que teve na rua do Príncipe, prendendo injustamente um cidadão*”. No entanto, não podemos presumir qual o patamar social do detido nem o desvio cometido. Muito provavelmente tratava-se de alguém de certo verniz, pois mereceu o “título” de *cidadão*, que no discurso policial, sem dúvida, sobrepunha-se a *indivíduo* e a *povo*. Ainda preocupado com a formação moral do contingente, o comandante, “*atento ao pouco tempo de praça que tem esse soldado*”, impôs-lhe “*somente aqueles dias de prisão correcional*”.⁸⁹ O mesmo deu-se com a praça Manoel da Costa, repreendida “*severamente*” pelo delegado de Santos por ter agredido um menor. O fato foi noticiado por diversos jornais da capital.⁹⁰ Não sabemos se o dito menor era filho de algum *cidadão* local ou se o delegado agiu com benevolência na defesa do interesse da criança inerme. Entretanto, sobre a “*negrinha*” acossada indevidamente por um guarda urbano, na freguesia de Santa Ifigênia, a qualificação da vítima não deixa muitas dúvidas sobre a posição que ocupava na ordem

⁸⁷ As praças eram Francisco de Carvalho e Silva, José Marins de Mattos, Adão José Bento, Antonio José Francisco Pinheiro, Christiano Frederico e Benedicto Alves da Silva.

⁸⁸ Maria Helena P. T. Machado. *Crime e escravidão - trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830 - 1888*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

⁸⁹ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 27/02/1884*. AESP, co2640. Em Campinas, uma notícia divulgada no *Diário de Campinas* dando conta de “*violência desnecessária praticada pelas praças do destacamento quando fazem prisão*”, foi confirmada pelo delegado, que informou que os policiais foram “*castigados por ordem do comandante*”, em *ofício do delegado de Campinas ao chefe de polícia, em 14/03/1878*. AESP, co2582.

⁹⁰ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 27/01/1887*. AESP, co2682.

social. Não obstante, o subdelegado responsável deu-lhe voz de prisão incontinenti ao ver o subordinado retirar-lhe à força um saco de roupas sujas.⁹¹

Em 1879, na cidade de Araras, o destacamento estacionado naquela cidade foi responsabilizado pelo próprio delegado pelo confronto que armou contra um grupo de trabalhadores portugueses. Segundo o relato, “*o conflito dera-se por imprudência da autoridade policial de então que mandara fazer fogo contra cidadãos pacíficos*”.⁹² Em Cachoeira, de acordo com o jornal *Correio Paulistano*, uma praça do CPP disparou desnecessariamente seu rifle em um “*cidadão inerte*”, causando um enorme conflito. A notícia mobilizou até o Ministério da Justiça, que requisitou esclarecimentos do Presidente da Província. O chefe de polícia, por sua vez, esclareceu a ocorrência desencadeada na madrugada de 6 de fevereiro: “*Foi removido todo destacamento daquela freguesia, estando hoje está policiada por praças novas no lugar, sob o comando de um Alferes*”.⁹³

A repreensão a membros polícia, mesmo àqueles de maior patente, como ocorreu com o furriel Américo Cezar, recolhido à prisão, em vista da agressão contra um “*paisano*”, após notícia divulgada pelo jornal o *Correio de Campinas*, demonstra a preocupação das autoridades em emprestar às forças de manutenção da ordem um caráter de legalidade. Ações truculentas por parte dos policiais (e de delegados e subdelegados) eram objeto de críticas muitas vezes ásperas pelos órgãos de imprensa, que reproduziam a opinião de uma parcela da sociedade com voz ativa. É verdade que essas queixas podiam servir de escoadouro para pendengas políticas ou pessoais – a exemplo de um redator acusando uma autoridade adversária de mal conduzir os subordinados; mas, em contrapartida, indubitavelmente, espelhavam a inclinação da cúpula administrativa, que se mobilizava, de alto a baixo, à cata de esclarecimentos para as condutas desabonadoras dos subalternos. Aparentemente, procurava-se modelar as forças policiais sob a égide de um modelo liberal e burocrático, isto é, de adstrição à lei, de respeito às hierarquias e ao regulamento. Enfim, num determinado espaço, bastante tênue, vale dizer, localizado entre a prática cotidiana e a abstração do discurso, os policiais eram constrangidos a proteger os valores mais caros de civismo – a garantia dos direitos prescritos pelo ordenamento jurídico, por mais paradoxal

⁹¹ *Ofício do subdelegado de Santa Ifigênia ao chefe de polícia, em 28/01/1881. AESP, co2604.*

⁹² *Ofício do subdelegado de Araras ao chefe de polícia, em 18/11/1879. AESP, co2588.*

⁹³ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 02/03/1879. AESP, co2588.*

que possa parecer, se tomarmos como pano de fundo a tipologia tradicional dos relacionamentos interpessoais inerentes àquela sociedade escravista.

Outros confrontos e provocações

Mas essa condição cidadã atribuída pelo romaneio de boas intenções só se sustenta muito fragilmente quando se baixa à análise do cotidiano. Um estudo de caso específico desvela aspectos ambivalentes da relação do policial com a população e pode localizar com subsídios fundamentados sobre o caráter arbitrário e violento desse encontro, evitando, assim, que se parem no ar conclusões insustentadas sobre esse atributo aparentemente endêmico à força policial. Trata-se dos confrontos entre policiais e italianos que se proliferam à medida que cresce a população peninsular na província, mesmo antes do *boom* da imigração subsidiada a partir de 1886.⁹⁴ Nessa disputa, emergem considerações acerca da legitimidade da autoridade policial, reconhecida como agência de resolução de conflitos e de defesa de interesses comunitários entre a população mais pobre.

Começemos com um caso de 1878, em que o comandante da Companhia de Urbanos comunica ao chefe de polícia um ataque feito ao guarda Manoel José de Souza, do posto da rua do Gasômetro, por um grupo de italianos bêbados que fazia baderna na casa de negócio de Poniellini Venira. Os estrangeiros tomaram-lhe o rifle e o boné.⁹⁵ Também na capital, o comandante geral do CPP reportou ao chefe de polícia o confronto havido entre praças do seu comando, destacadas no bairro de Vila Mariana, e italianos. O conflito se deu quando as praças tentaram separar dois italianos que brigavam entre si armados e “*foram inopinadamente agredidos por muitos italianos, cada qual com seu revólver e fazendo pontaria nas praças*”. O soldado Albino foi levemente ferido.⁹⁶

Para piorar, as escaramuças não se resumiam às ruas da capital: o delegado de Ribeirão Preto deu conta do confronto que opôs duas praças do CPP, Appolinario de Souza Gouveia e João Machado da Silva, quando se achavam em serviço na agência dos correios, com dois italianos que “*andavam provocando desordens em casa de mulheres de vida equívoca*”. Recebeu Appolinario uma paulada na testa que lhe quebrou o osso frontal. A

⁹⁴ Sobre o conflito entre polícia e italianos no interior paulista, ver Karl Monsma. “A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900”, comunicação apresentada no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, Nova Orleans, 2008.

⁹⁵ *Ofício do comandante da companhia de urbanos ao chefe de polícia, em 13/03/1878*. AESP, co2584.

⁹⁶ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 16/05/1887*. AESP, co2681.

praça foi tratada pelo médico local que recomendou que não se desse baixa na enfermaria, pois a viagem poderia agravar o quadro.⁹⁷

É certo que os relatos sobre os conflitos narrados acima devem ser acolhidos com muita cautela, já que apresentam apenas a versão oficial. Mas o fato é que havia uma variante étnico-nacional que particularizava os confrontos de imigrantes, principalmente os italianos, com a polícia. Afinal, não podemos excluir da análise a componente da nacionalidade que escancarava os preconceitos e potencializava o espaço para que as rivalidades aflorassem;⁹⁸ também não podemos esquecer as considerações insultuosas manifestadas pelas autoridades policiais acerca da índole do italiano, descritas no capítulo 2. Em contrapartida, embora o fluxo imigrante ainda fosse tímido até 1886, já se costuravam os laços de solidariedade étnica e profissional que marcaram a população italiana em São Paulo, uma vez que imigrantes provenientes de uma mesma região tendiam a se juntar quando chegavam ao Brasil.⁹⁹ Além disso, a “*polícia encontrou nos italianos um grupo mais petulante, e mais bem armado, se comparado à população pobre do Brasil*”.¹⁰⁰

Os imigrantes, em número cada vez maior, encapsulados em costumes e língua estranhos, fomentavam nas autoridades uma preocupação maior com a supervisão e vigilância. Por outro lado, também sofriam com a situação de dependência exacerbada em

⁹⁷ Anexo em ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 24/04/1887. AESP, co2678.

⁹⁸ Boris Fausto mostra que havia uma sobre-representação de italianos entre os acusados de roubo e arrombamento nos primeiros anos de imigração em massa, além disso as elites locais costumavam culpar os italianos pelo aumento da criminalidade na capital. Boris Fausto. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo : Brasiliense, 1984. Ver também Karl Monsma, Oswaldo Truzzi e Silvano da Conceição. “Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898”, in: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 53, outubro de 2003.

⁹⁹ Sobre a solidariedade entre nacionais, ver Zuleika M. F. Alvim. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo : Brasiliense, 1986; Valter Martins. *História de compra e venda. Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859/1908*. Tese de Doutorado. São Paulo : FFLCH/USP, 2001 e André Rosenberg. *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, na década de 1880*, op. cit. Em São Carlos, por exemplo, uma região próxima ao centro se tornou conhecida como a “Pequena Calábria”, ver Karl Monsma, Oswaldo Truzzi e Silvano da Conceição. “Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898”, op. cit., p. 83. Em 1886, por exemplo, um ofício reservado do chefe de polícia ao presidente anexou relatórios do subdelegado de São José do Paraitinga, termo de Mogi das Cruzes, respondendo à reclamação do vice-cônsul italiano sobre a perseguição a italianos negociantes no varejo e sobre a proibição de eles festejarem a restituição à Itália da cidade de Cesares. Dizia a autoridade local que “*conhecendo perfeitamente os italianos aqui residentes em número superior a 20, os quais na maior parte constantemente fazem pagodes nos quais há orgias que incomodam ao sossego público, entendi de os proibir que festejassem aquele dia (...) V. Exa. não imagina o que são os italianos aqui residentes (todos calabreses) que quando se aglomeram para fazer suas serenatas deixam a população sobressaltada*” [grifos meus]. Anexo em ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 30/09/1886. AESP, co2671.

¹⁰⁰ Karl Monsma, Oswaldo Truzzi e Silvano da Conceição. “Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898”, op. cit., p. 87.

relação aos fazendeiros, que muitas vezes os atavam ao eito por meio de contratos exploratórios e manobras ardilosas de endividamento, despertando o ódio dos trabalhadores.¹⁰¹ Os policiais, vistos como os representantes do *status quo*, sempre prontos a defender a hierarquia em vigor, acabavam por pagar o pato.

Também podemos sugerir que a competição pelas vagas de trabalho disponíveis num mercado cada vez mais arrochado podia acirrar as rivalidades entre adventícios e nacionais.¹⁰² E, como vimos no capítulo 3, era o trabalhador brasileiro que compunha majoritariamente o contingente policial paulista. Estes, principalmente os negros e libertos, uma vez investidos de autoridade, aproveitavam as rivalidades seminais e descontavam no couro dos adversários a preferência do mercado pela mão-de-obra estrangeira. Haveria, portanto, uma transferência da disputa simbólica por um espaço no mercado de trabalho para uma seara em que as contendas se materializam em ações violentas de um lado e de outro. Há de se considerar, igualmente, aspectos não-econômicos desse ajuste tenso entre policiais brasileiros, não-brancos, e os italianos, em que a disputa pela autoridade, pela honra e pelo lugar social condicionavam os constantes entrechoques. A violência entre policiais não-brancos e italianos reproduzia não apenas a competição econômica, mas também assumia um caráter simbólico de subjugação e supremacia.¹⁰³

Muitas vezes essas rixas eram provocadas por estopins aparentemente fúteis e desimportantes, como no caso da agressão aos italianos de São José do Paraitinga que estavam “*ponteando uma viola*”, em casa de comércio com portas fechadas, quando o sargento e as duas praças do destacamento, “*com voz de trovão*”, proibiram o divertimento. Mais tarde, ao saírem em serenata, os peninsulares foram revistados pelo policial, o que foi acatado de bom grado por eles. Nessa ocasião, um brasileiro que estava no grupo, “*caixeiro bem-quisto*”, foi “*empurrado com mau humor*”. Os italianos acusaram o sargento de estar

¹⁰¹ Maria Lucia Lamounier. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas : Papyrus, 1986 e Karl Monsma, Oswaldo Truzzi e Silvano da Conceição. “Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898”, *op. cit.*, p. 84 e 85.

¹⁰² Maria Inez Machado Borges Pinto, *Cotidiano e sobrevivência - a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 - 1914)*. São Paulo : Edusp, 1994 e Luis Felipe de Alencastro. “Proprietários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1859 – 1872”, in: *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, julho de 1988. Trad.

¹⁰³ Karl Monsma. “Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between Italians and blacks in western Sao Paulo, 1888-1914”, in: *Journal of Social History*, vol. 39, n. 4, verão de 2006. “*Para negros e pardos, pequenos insultos de italianos significava uma vida de subordinação e humilhações cotidianas; para italianos, o desrespeito de não-brancos simbolizava o perigo de serem equiparados aos negros*”, p. 1135.

jogando o “*jogo de porrada*”, e “*para refrescar veio se mostrar pontual executor das leis (...)*”. O remédio para o arbítrio foi uma subscrição coletiva (11 assinaturas) enviada ao chefe de polícia, que oxalá colocaria “*paradeiro a este estado de coisas, a fim de que o desespero não nos leve a cometer algum ato que manche o nome da nossa nacionalidade*”.¹⁰⁴

Assim, além da atenção maior dispensada pelos policiais em torno dos imigrantes, talvez os italianos – noviços nos macetes daquela sociedade escravista – respondessem mal à intervenção autoritária e, muitas vezes abusiva, daqueles policiais amorenados, mal fardados e truculentos, cujas ações abusivas podiam estar consubstanciadas de segundas intenções. Ao mesmo tempo, talvez os estrangeiros – ao contrário dos nacionais, escolarizados nas práticas de deferência e arbítrio inerentes ao caráter patriarcal das relações sociais – ainda não manejassem a contento todos aqueles códigos de conduta palmilhados de negaças, imprevistos e não-ditos. Também se mostrariam refratários em negociar os espaços de autoridade, de privilégios e de contraprestações com aqueles policiais tão próximos – seja quanto à cor da pele, ao repertório cultural ou ao lugar social – da massa da população renegada, incluindo nesse rol, no maior dos desaforos, os próprios escravos. Em outras palavras, os confrontos entre imigrantes e os agentes policiais davam-se no nível da imposição/recusa da autoridade – aqueles acreditam ter precedência em relação a estes e respondiam mal às demonstrações explícitas de uma hierarquia social desejada.

É isso que explicaria o constante desafio da autoridade presente nos encontros entre italianos e policiais: fosse o quepe e o rifle roubados, fosse a intervenção numa arenga interna, fosse na disputa pela atenção de “*mulheres de vida equívoca*”. Outra prática que denota um dos mais destacados atos de desafio à autoridade era a tomada de pessoas detidas das mãos dos policiais, seja logo após a prisão, ou mesmo de dentro das cadeias. Em junho de 1882, em Itatiba, uma hora depois da prisão de um patrício, “*um grande grupo de (...) italianos chegaram perto da cadeia e em vozes altas gritavam: larga os presos (...). Nessa ocasião*”, escreveu o delegado “*fui obrigado tomar providências, mandando disparar para o ar alguns tiros, a fim de intimidar o dito grupo*”.¹⁰⁵ Aquela cidade, situada na região de Campinas, parece ter sido particularmente agitada durante o período estudado.

¹⁰⁴ Abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia, em 02/12/1879. AESP, co2588.

¹⁰⁵ Ofício do comandante do destacamento de Itatiba anexo em ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 20/06/1882. AESP, co2327.

Em outubro do mesmo ano, o comandante do CPP elogiou, e promoveu a cabo de esquadra, o soldado Manoel João Brandão, da 3ª Companhia, engajado em junho de 1882, na capital, nascido na Bahia, em 1858, com 1,68m, branco, sapateiro e solteiro, por ter se mostrado “*valor e coragem*” em confronto com italianos armados, do qual um deles acabou morto.¹⁰⁶

Na capital, um confronto entre um grupo de italianos e três guardas de urbanos redundou em tiros e nos ferimento de dois policiais e um italiano. De acordo com o inquérito policial, na tarde de 21 de abril de 1888, o urbano número 133 “*fez a prisão de um indivíduo de nacionalidade italiana que, na rua dos Gusmões, espancava a um menor*”. Diante da prisão, houve revolta de outros italianos que seguiram em cortejo os três guardas que conduziam o preso, o qual logrou evadir-se quando passavam pelo Largo dos Protestantes, refugiando-se na casa de um conterrâneo na rua do Triunfo. Os guardas prenderam o dono da casa, Leonci, que ocultara o primeiro detido. A revolta se avultou durante a condução do segundo preso, até que um italiano desferiu um tiro na coxa do urbano 220. Enquanto isso, o guarda 215 atracou-se com Agostinho Papira e também foi atingido por um tiro no pulmão. Este último, “*não sem tenaz resistência*”, foi preso, resultando daí os ferimentos causados pelos rifles dos guardas.¹⁰⁷

O confronto entre estrangeiros e a polícia ganha contornos de rivalidade nacional quando incorporamos um outro componente às escaramuças: a presença do “povo” ao lado da polícia. Empregamos o termo *povo*, entre aspas, porque no discurso das autoridades policiais era o grupo que se antepunha aos italianos, funcionando em termos formais como um grupo social diferente, formado por indivíduos munidos de outros atributos étnicos e de outro estatuto social. Não está implícita nesse termo uma abrangência mais ampla da semântica que fizesse abarcar outros valores de cidadania – participação política ou benefício de direitos e deveres. No discurso policial, ele refere-se apenas a um fragmento da população, inserido em algum aspecto da vida cotidiana. Assim, “*o distintivo do **povo** e do próprio subdelegado é faca na cinta*”, escreveu o delegado de Bragança Paulista, ao solicitar mais praças, em 1872¹⁰⁸; em São Paulo, tendo em vista a epidemia de varíola que grassava na cidade, o chefe de polícia “*julgou imprudente consentir que o **povo** concorresse como sucede todos os anos ao cemitério como o lugar mais perigoso na*

¹⁰⁶ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 18/11/1882. AESP, co2325.*

¹⁰⁷ *Ofício do delegado de São Paulo ao chefe de polícia, em 28/04/1888. AESP, co2685.*

¹⁰⁸ *Ofício do delegado de Bragança ao chefe de polícia, em 20/02/1872. AESP, co2546.*

*atualidade pelas emanções deletérias (...)*¹⁰⁹; em Santos, durante uma brincadeira de entrudo, no carnaval de 1875, “o **povo** que sempre se aglomera em tais ocasiões fez grande alarme sendo de pronto restabelecida a ordem pública pelo Dr. Promotor”¹¹⁰; em 1888, em São Pedro de Piracicaba, segundo relatos do subdelegado local, “os roubos nos terreiros de café das fazendas daqui tem se tornado um pouco salientes e o **povo** tem queixado da falta de policiamento à noite dentro da vila para apreensão desses vendedores de café (...)”.¹¹¹ [grifos meus]

Nesse sentido, o “**povo revoltado**” e a polícia se irmanaram para prender um grupo de italianos que “agrediu uma patrulha” em Piracicaba, de acordo com um telegrama enviado pelo delegado ao chefe de polícia.¹¹² Em São Carlos, no ano de 1885, a polícia prendeu um grupo de italianos que espancara uma praça do CPP. Rebelados, seus companheiros o arrebatarem das mãos da polícia, tomando o rifle de um dos soldados. A confusão se alastrou com a presença de mais italianos que procuravam agredir o comandante do destacamento, homiziado em uma casa particular até que seguiram para a cadeia, em cujo pátio “desafiaram a polícia que fosse prendê-lo, gritando também fora a polícia! (...) Nessa ocasião, o grupo dos italianos havia avultado de trinta a quarenta pessoas (...) e por outro lado, tocando rebate no sino da cadeia, reuniu-se o **povo** em número de duzentas pessoas que vinha em auxílio à polícia, havendo então luta ou conflito, tendo de um lado a polícia auxiliada pelo **povo**, e do outro, os italianos que armados de paus e pedras impediram por ameaças e por palavras que a ação da autoridade se exercitasse em bem da manutenção da ordem pública”. [grifos meus] Durante a confusão, foram feridos o policial Henrique Dias e mais sete paisanos. O delegado tomou conhecimento que os italianos se organizavam com circulares enviadas aos sítios a fim de que se formasse um outro grupo para posterior investida à cadeia e soltura dos patrícios.¹¹³

A luta entre “povo” e a polícia, de um lado, e italianos, de outro, desmascara aspectos da complexa rede de arranjos sociais que ao mesmo tempo em que avalizava a violência policial contra os italianos, nesses casos específicos, legitimava no seio da comunidade a própria intervenção dos agentes policiais em uníssono com os interesses

¹⁰⁹ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 03/11/1873. AESP, co2549.*

¹¹⁰ *Ofício do delegado de Santos ao chefe de polícia, em 09/02/1875. AESP, co2562.*

¹¹¹ *Ofício do subdelegado de São Pedro de Piracicaba ao chefe de polícia, em 03/09/1888. AESP, co2688.*

¹¹² *Telegrama do delegado de Piracicaba ao chefe de polícia, em 18/12/1877. AESP, co2574.*

¹¹³ *Inquérito anexo ao ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 13/04/1885. AESP, co2659.*

particulares de uma parcela da população. Em Piracicaba, a agressão às praças pode ter despertado a ira do “povo” que, talvez, reconhecesse os policiais como membros comunitários. No final de 1877, a reorganização das forças policiais, com a extinção da polícia local, não estava completa. Provavelmente, os policiais agredidos fossem remanescentes da extinta polícia local, adidos ou não ao CPP. Em São Carlos, cidade situada numa boca de sertão, as fazendas se caracterizavam pelo emprego em larga escala de mão-de-obra livre. A chegada cada vez mais freqüente de imigrantes estrangeiros podia, de um lado, endurecer a competição pelos postos de trabalho e, de outro, favorecer a concentração de indivíduos propensos a importar do torrão natal a prática criminosa sistemática, como foi o caso da quadrilha liderada pelo calabrês Francisco Mangano, que tocou o terror naquela região entre 1895 e 1898.¹¹⁴ Num conflito de italianos com a polícia, o “povo” podia se aliar às forças da ordem na repressão, mesmo injusta, dos adversários de ocasião. Aliás, podemos sugerir que as solidariedades de fundo nacional provocavam situações de conflito que legitimava a ação da polícia.¹¹⁵

De todo modo, essas urdiduras eram tecidas ao sabor das conveniências. Se em certos casos, a polícia se congraçava com “povo” contra os alienígenas; em outras ocasiões, os antigos aliados se tornavam adversários. Se o ataque à polícia suscitou reação virulenta da população em Piracicaba e São Carlos, o mesmo não se deu em São Simão, quando em 1888, “às 9:00 horas, um grupo de desordeiros atacou a polícia, espancando-a e tirando um preso, do que resultou ficar gravemente ferido o soldado de nome José Antonio Theodoro”, remetido à Capital a fim de ser tratado na enfermaria. São quatro réus a serem presos de uma família de 16. O delegado pediu ao chefe que mandasse uma força “*superior a deles (...) os soldados que se acham no conflito estão aterrados, o cabo é uma criança de 17 anos, sem prática e não pode resistir*”. Para piorar, havia suspeita de que o soldado João

¹¹⁴ Sobre o mercado de trabalho na região de São Carlos, ver Rosane Carvalho Messias. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista – mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 – 1888*. São Paulo : Editora da Unesp, 2003.

¹¹⁵ Em Campinas, a publicação de um pasquim humorístico por parte da “comunidade” italiana, que seria desrespeitoso ao Brasil e a membros de outras nacionalidades, transtornou o delegado de polícia Raggio Nóbrega, provavelmente de origem italiana, e colocou a cidade em pé de guerra. Em ofício ao chefe de polícia, a autoridade alertava sobre o conflito iminente: “*Hoje estão, nacionais e estrangeiros de outras nacionalidades, todos de acordo num ponto: o de reagir contra a insolência da colônia italiana, que protestou não consentir na publicação do Petiz-jornal (...) isto em menoscabo das leis do país, atentatório da autonomia nacional*”. Ver série de ofícios do delegado de Campinas ao chefe de polícia, em maio de 1881. AESP, co2607.

Antonio dos Santos, da 1ª Companhia, tivesse se aliado com os desordeiros, uma vez que o delegado acreditava ter ele deserdado. “*É um soldado perigoso e penso que ele está junto com os desordeiros, posto que na noite de 31 pp. não acudiu ao toque de rebate a fim de ajudar o destacamento (...) É um soldado de um procedimento infame. Muito receoso estou de que ele com os desordeiros [pretendem] atacar a minha casa ou o quartel*”.¹¹⁶

Dessa vez, o ataque não proveio do “povo” propriamente dito, mas de “*um grupo de desordeiros*”, que talvez pudesse ter contado com o auxílio de um policial desertor, um “*soldado perigoso*”, que se sublevou diante da autoridade precária do comandante, um cabo de esquadra, de apenas 17 anos. Dessa série de episódios emergem vários aspectos desse estatuto vacilante que envolve o policial, a polícia e seu trabalho, afastando de vez uma visão dual e muitas vezes maniqueísta que costuma caracterizar esses personagens. De um lado, temos o soldado traidor, que se baldeia para o bando criminoso, e cuja homonímia do nome – João Antonio dos Santos – não nos permite localizar sua trajetória. Também não temos muitos detalhes sobre a atuação criminosa dos desordeiros: eram quadrilheiros, ladrões de café ou bandidos estradeiros? Ou serviriam como força de apoio para algum um fazendeiro local na disputa pelas terras daquele novo eldorado cafeeiro?

Afinal, foi justamente o avanço da fronteira agrícola para aquelas terras ainda mal ocupadas, no início da década de 1880, a fonte do rebuliço que se estabeleceu entre os fazendeiros da região de Ribeirão Preto, onde está situada São Simão, local do conflito. Malgrado a Lei de 1850, que condicionou a propriedade ao título de compra e à regularização cartorial, o domínio e posse da terra ainda dependiam de ajustes estipulados pelo arbítrio dos fazendeiros, pelo reconhecimento costumeiro dos limites territoriais da propriedade e pela recorrência da falsificação de títulos de propriedade.¹¹⁷ Essa situação generalizava-se na província e era particularmente aguçada naquela região em que o valor da terra se multiplicara enormemente à medida que crescia a cobiça dos plantadores de café.¹¹⁸

¹¹⁶ *Ofício do delegado de São Simão para o chefe de polícia, em 05/04/1888. AESP, co2691.*

¹¹⁷ Márcia Maria Mendes Motta. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese de doutoramento. São Paulo : Unicamp, 1996.

¹¹⁸ Carlos de Almeida Prado Bacellar. “Uma rede fundiária em transição”, in: Carlos de Almeida Prado Bacellar e Lucila Reis Brioschi (org). *Na Estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*. São Paulo : Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

Se alguns dentre os antigos colonos, descendentes dos pecuaristas mineiros que desbravaram a região ainda no alvorecer do Dezenove, recebiam com bons olhos os fazendeiros de fora, pois o consórcio de grandes plantadores, além de valorizar a terra, retiraria a região do isolamento; outros fazendeiros e sitiantes se viam ameaçados pela chegada daqueles forasteiros sanhudos e de suas plantações que impingiam um outro modo de vida calcado na prevalência da cultura cafeeira.¹¹⁹ O encontro entre arrivistas e locais tornou ainda mais violento o processo de ocupação de terras, além de potencializar as disputas pelo poder político, fundamental para garantir prestígio pessoal e incrementar oportunidades de negócio. O resultado disso é que nas instâncias administrativas municipais, as tradicionais famílias Reis, Junqueira ou Arantes, passaram a dividir espaço com os recém-chegados.¹²⁰ Em 1881, o juiz do termo de São Simão escrevia ao presidente da província: “*O termo de São Simão tem uma sina má (...) Há intrigas de famílias tão fortemente cruzadas, há tanto interesse mesquinho, tanto espírito devotado a tudo que é revolta, que só se viesse uma geração nova para ali habitar, poderia se transformar a face das coisas*”.¹²¹ A polícia e os policiais estavam, portanto, metidos até o pescoço nessa disputa intensa, e a praça João Antonio dos Santos podia ser uma peça importante na engrenagem da contenda.

Seja qual for o pano de fundo, a violência do encontro entre o policial e a população escapa ao caráter meramente classista ou não se coaduna necessariamente com a reprodução das dinâmicas de dominação presentes nas relações sociais de maior amplitude e, no sentido inverso, a violência da população contra a polícia não pode ser entendida como mera resistência ou represália à violência seminal. Essas ações apresentam nuances muito mais sutis que inclusive são influenciadas pelas idiossincrasias do policial, como no caso de João Antonio, o paradigma do agente duplo.

¹¹⁹ Janes Jorge. “A vida turbulenta na Capital D’oeste: Ribeirão Preto, 1880-1920”, in: *Revista História & Perspectivas*, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, nº 29, jul./dez. 2003. Para a cidade de Franca, ver Mildred Regina Gonçalves Naldi. *O Barão e o bacharel: um estudo de política local no II Reinado, o caso de Franca*, op. cit.

¹²⁰ “Na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, famílias que estavam na região do rio Pardo anteriormente ao surto cafeeiro, como os Junqueiras, os Arantes ou os Reis, dividiam espaço com recém-chegados, como a família Barreto. Não que houvesse uma oposição fundamental entre esses diferentes membros da oligarquia local que, possuindo os mesmos interesses de classe, podiam estabelecer alianças de acordo com as conveniências do momento. Mas não existiam garantias de que o prestígio do passado recente fosse suficiente para manter a posição social alcançada (...)”, in: Janes Jorge. “A vida turbulenta na Capital D’oeste: Ribeirão Preto, 1880-1920”, op. cit.

¹²¹ *Ofício do juiz de direito de São Simão ao presidente da província, em 04/06/1881*. AESP, co2600.

No entanto, é evidente que se torna mais fácil a corda estourar no lado mais fraco e obviamente era a população pobre quem sofria na pele as sevícias do arbítrio. Não obstante a isso, a reprodução da brutalidade desses encontros não era determinada exclusivamente pelo pendor ou por uma vocação agressiva do policial: ela tinha um lastro de legitimidade, seja na cultura de violência da sociedade imperial, seja na conveniência e na anuência da parcela da população beneficiária de uma ação arbitrária pontual.

Legitimidade e descrédito

Ivan Andrade Vellasco, ao trabalhar com o poder judiciário na comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, no século XIX, sugeriu que a Justiça era um “*locus privilegiado do processo de negociação da ordem*”, pois conformava códigos morais e valores costumeiros, afirmava-se como espaço legítimo de mediação e apresentava-se através do discurso normativo impessoal e universalizante. Resumindo,

“para o conjunto da população, alguns mais, outros menos, o acesso à justiça significava a possibilidade de ativação de direitos, e a percepção e a vivência de mecanismos institucionais passavam a constituir um dos elementos de cálculo, sempre realizados em um quadro de incerteza e expectativas difusas, na busca de estabilidade de suas posições sociais e segurança e previsibilidade cotidianas. Havia, portanto, níveis de confluência entre os interesses de ambas as partes na construção de uma ordem. Isso teria assegurado as bases de legitimação da lei e o acatamento dos preceitos reguladores das relações sociais, na medida em que a atuação dos juízes, promotores e advogados, construía as possibilidades de sua implementação e avalizava as expectativas sociais quanto à ordem legal”.¹²²

A polícia, assim como o poder judiciário, apresentava-se como uma instituição oficial, mas com a diferença de estar mais próxima e imiscuída à população, não apenas pela distribuição mais copiosa dos agentes pela província, mas também pela sua integração compulsória em meio ao público no trato de vários assuntos cotidianos. Os policiais, como

¹²² Ivan Andrade Vellasco. *As sedução da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*, op. cit., pp. 28 e 29.

representantes do Estado, apareciam como o contato imediato do poder público com a população no momento em que ocorria um evento criminoso, quando houvesse perturbação da ordem e da tranquilidade ou, como lembra Egon Bittner, quando fosse necessária qualquer intervenção em um evento imprevisível.¹²³ Se serviam como o prolongamento do braço dominador – seja do patrão, seja do proprietário – para reprimir e constranger os dominados, é simplista supor que o anverso da moeda fosse mera quimera especulativa: muitas vezes a autoridade do policial era solicitada pela população que, a exemplo do que ocorria com o poder judiciário, sentia no agente do Estado um garante legitimado do cumprimento dos interesses comunitários, seja no que concerne à imposição da lei, de preceitos consuetudinários ou de meros interesses individuais. O policial funcionava, ao mesmo tempo, como agente mediador dos meios legais e racionais e como árbitro que manejava regras informais de resolução de conflitos. Sob qualquer prisma, ele, em determinados momentos era detentor de uma autoridade endossada pelo meio social.

Sendo assim, o policial, além de se passar pelo morcego ou pelo Assombração, símbolos da intromissão arbitrária, podia ser recebido como o mediador, o árbitro legitimado para, ao menos, encaminhar o desenlace do conflito em torno de uma solução minimamente consensual.¹²⁴

Nesse sentido, em certas ocasiões, a população de fato elegeu as instâncias policiais como fórum adequado para intervenção em episódios reconhecidamente injustos ou desumanos, mesmo que as vítimas fossem escravos e que a ação da polícia provocasse a intrusão ultimada na relação privatista do senhor com sua propriedade. Não estamos nos referindo à demanda da própria população escrava pelo socorro policial contra os

¹²³ Egon Bittner. “Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia”, in: Egon Bittner. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo : Edusp, 2003.

¹²⁴ Marcos Luiz Bretas lembra que “o comportamento ambivalente dos grupos dominados, apelando freqüentemente para a instituição policial, e a resposta diferenciada dos membros desta não parecem fazer parte do universo de preocupação desses pesquisadores”. Marcos Luiz Bretas. “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 32, 1991. Configura-se numa questão essencial a discussão sobre a fonte da autoridade e da legitimidade da polícia. Wilbur Miller, em trabalho comparativo sobre as polícias londrina e nova-iorquina do século XIX, sugere que enquanto os *cops* norte-americanos aproveitavam de uma autoridade pessoal, próximo que estavam dos cidadãos, com quem se identificavam; a autoridade do *bobby* inglês, ao contrário, era impessoal – o distanciamento apartidário que o caracterizava lhe emprestava uma aura institucional, sem mencionar que a relativa estabilidade política inglesa evitava conflitos diretos entre policiais e grupos sociais extremamente articulados. Wilbur Miller. *Cops and bobbies – police authority in New York and London, 1830 – 1870*. Ohio : Ohio State University, 1999, 2a Edição. Uma revisão bibliográfica sobre o tema, apesar de já um pouco antiga, está em James F. Richardson. “Police history: ‘the search for legitimacy’”, in: *Journal of Urban History*, vol. 06, n. 02, fevereiro de 1980.

desmandos senhoriais que se amiudou no fim do regime.¹²⁵ Trata-se da injunção comunitária – de personagens de grosso calibre, como um Luiz Gama, ou de gente da arraia-miúda – em vistas do desamparo dos cativos diante da crueldade dos proprietários, antes mesmo da ebulição do movimento abolicionista mais generalizado.¹²⁶

O peso do nome de Luiz Gama, por exemplo, avalizou, num bilhete de próprio punho enviado ao chefe de polícia, uma carta anônima que dava conta da terrível vileza de um fazendeiro em São Carlos:

“Ilmo Sr. Luiz Gama

Se o chefe de polícia tivesse ciência dos atos desumanos e horrorosos que pratica certa classe de gente por estes sertões, por certo que daria urgentes providências, visto que as vítimas destas barbaridades, além da desgraça que os persegue por se chamarem escravo, ainda sofrem castigos tão bárbaros, a ponto de sucumbirem.

Um fazendeiro de S. Carlos do Pinhal, de nome José Estevão de Torres, é um daqueles que se pode chamar antropófagos, visto que os infelizes que caem em seu poder têm diminuído a vigésima parte para menos do que poderia viver, por esse mesmo curto espaço que resta, por certo eles dariam de boa vontade, porque ficariam livres das fúrias daquele algoz. Quis chegar estes fatos ao conhecimento de uma pessoa inteligente e humana, lembrei-me de V. Sa., por está muito no caso de socorrer aqueles desgraçados, chegando aos ouvidos do chefe de polícia.

*Não pretendo assinar-me nesta carta, não porque não possa provar o que acima vai dito, mas só e unicamente porque infelizmente moro entre estes perversos de forma humana”.*¹²⁷

¹²⁵ Maria Helena P. T. Machado. *Crime e escravidão - trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830 – 1888*, op. cit. Karl Monsma. “A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900”, op. cit.

¹²⁶ É preciso frisar, no entanto, que essas demandas por justiça que visavam a aliviar a sina ingrata dos escravos, suscetíveis à torpeza irrefreável dos senhores baseavam-se num vocabulário de comiseração e piedade, e não na garantia de direitos e obrigações.

¹²⁷ Anexa em bilhete de Luiz Gama ao chefe de polícia, em 23/12/1875. AESP, co2570. Era o seguinte o teor do bilhete: “Recebi pelo correio a carta inclusa. Não desconheço a necessidade de rigores que há para manter-se uma monstruosidade legal, irremovível de momento, mas sei que a conveniência não poderá jamais invadir as raias da licença, e atingir até o assassinato. Por isso tomo a liberdade de transmitir a V.

Se Luiz Gama dava lustro às súplicas, outras rogações anônimas ansiavam pelo auxílio da polícia. Ainda em 1871, uma carta apócrifa chegou ao conselheiro delegado de polícia da capital: *“Levo ao conhecimento de V. Exa que o Capp Juca morador à rua da Consolação está com a sua escrava Quintiliana presa em um cárcere privado (isto quer dizer bastão de ferro) (pobre escrava) Digna de melhor sorte. A justiça deve officiar para os escravos são pessoas miseráveis em Direitos. Se não houver providências essa pobre escrava tem de sucumbir ante a fome, a vida, a escuridão e assim que depois se saberá. Além do povo todo a vizinhança sabe do fato (...).”*¹²⁸ Em 1872, outra carta chegou ao delegado de São Paulo: *“Constando que Felizardo Antonio Cavalheiro e Silva, morador na Luz que tem em sua casa uma sua escrava presa em uma corrente isto há perto de 4 anos e mesmo com promessa de nunca mais sair e sim só quando morrer; e por isso, Exmo. Sr. Vmce. como Delegado de Polícia era bom sem dizer nada a ninguém fosse passar uma revista em casa do dito cavalheiro para ver se é ou não verdade e salvar a pobre infeliz do cárcere em que vive por que não é por ser cativa que deva padecer assim. A justiça divina proteja a pobre escrava”*.¹²⁹

Em 1882, mais uma missiva narrava as violências sofridas pela escrava Eulália por parte do administrador da fazenda do médico e proprietário Dr. José Caetano de Oliveira Guimarães, *“pois esta escrava é da Bahia e bonita pessoa e hoje quem a vê indigna-se de semelhante malvadeza (...) eu sou fazendeiro neste município e tenho escravos, mas tenho satisfação que os vejo da maneira que os trato (...) não conheço V. Exa. pessoalmente, mas estou informado que tem um coração magnânimo em casos desta ordem”*. O delegado, à requisição do chefe de polícia, intimou Guimarães a levar a escrava à sua presença, quando verificou ser *“inexata a participação contida na carta anônima. Encontrei, é verdade,*

Exa. a mencionada carta”. Em 1881, em uma série de requerimentos enviados ao chefe de polícia, Luiz Gama alertava-o sobre a tentativa de redução criminosa à escravidão de manumetidos em diversas cidades do interior. Ver rubrica *Requerimentos*, em AESP, co2605.

¹²⁸ Carta anônima enviada para o conselheiro delegado de polícia de São Paulo, sem data. AESP, co2539.

¹²⁹ Carta anônima enviada para o delegado de polícia de São Paulo, em 05/10/1872. AESP, co2546. O teor das cartas se repete, com em 1873, em que uma missiva enviada à chefia de polícia dizia ser *“um dever de humanidade de velar-mos pelos que vivem neste mundo, razão pela qI peço a V. Exa que lance suas vistas para dois miseráveis escravos que sofrem atrozes torturas na rua da Tabatinguera n. 61 em casa do João Auto Roiz Ferreira os ditos escravos apanham bordoadas dia e noite da Snra uma e preta de oitenta anos e esta quasi cega de pancada no rosto. Um vizinho encomodado”*. Carta anônima enviada para o chefe de polícia, em 02/10/1873. AESP, co2548.

sinais de castigos, mas pelo estado das cicatrizes vê-se que esses castigos não são de data recente e o estado da escrava, em geral, é bom, mostrando-se bem nutrida e satisfeita".¹³⁰

É verdade que são raros os casos em que conhecemos as providências tomadas pelas autoridades. Provavelmente, na maioria delas os delegados e subdelegados agiam coadunados aos interesses escravocratas, como no caso de Eulália.¹³¹ Mas a documentação traz exceções. Em Campinas, por exemplo, diante de uma denúncia de maus tratos contra um escravo de Antonio Pinto Ferraz, que estava amarrado ao tronco, o delegado mandou uma patrulha à fazenda, e o cativo foi *"relaxado da prisão"*. A autoridade ainda procedeu ao inquérito e remeteu os autos ao promotor.¹³² Em São Paulo, o subdelegado ordenou o depósito de um escravo de José Joaquim do Amaral Bueno do município de Atibaia, apresentado por Luiz Gama, *"com grilheta aos pés queixando-se de bárbaros castigos que recebera não só de açoites por seis dias, como de tronco e viramundo"*.¹³³

De toda forma, para os fins deste trabalho, mais importante do que avaliar a ação das autoridades policiais¹³⁴ é perceber que havia situações em que a população enxergava na polícia um instrumento legitimado para agir, nos limites da legalidade, em interesse dos menos favorecidos, mesmo que uma ação nesse sentido devassasse as fronteiras guarneçadas das relações privadas.¹³⁵

Em outro sentido, também não eram incomuns, por exemplo, abaixo-assinados a solicitar a presença mais constante da força policial em locais considerados perigosos, como aquele da lavra dos moradores do Bairro das Palmeiras, na capital, requisitando uma patrulha *"para nos livrar de maiores incômodos a respeito das desordens que muito se tem*

¹³⁰ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 07/11/1882. AESP, co2616.*

¹³¹ Maria Helena P. T. Machado. *"Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão*", *op. cit.*; Karl Monsma. *"A polícia e as populações 'perigosas' no interior paulista, 1880-1900"*, *op. cit.*

¹³² *Ofício do delegado de Campinas ao chefe de polícia, em 31/03/1876. AESP, co2568.*

¹³³ *Ofício do subdelegado de São Paulo ao chefe de polícia, em 20/07/1877. AESP, co2575.*

¹³⁴ Sobre a atuação legalista das autoridades policiais durante o movimento abolicionista, ver Maria Helena P. T. Machado. *"Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão*", *op. cit.*; Karl Monsma discute a intervenção policial nos últimos anos de escravatura no Brasil, mas reconhece que a eventual defesa dos interesses dos escravos pelos policiais consistia em mero "jogo de cena", uma simulação ideológica que visava, no fim das contas, a garantia irredutível dos interesses senhoriais. Karl Monsma. *"A polícia e as populações 'perigosas' no interior paulista, 1880-1900"*, *op. cit.*

¹³⁵ Esse é o argumento de Maria Helena P. T. Machado. *"Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão*", *op. cit.*

dado”, em que assinaram 16 homens.¹³⁶ A cidade em crescimento fomentava a presença cada vez mais ostensiva de policiais. Do Marco de Meia Léguas, no Brás, outro abaixo-assinado reclamava ao chefe de polícia “*um destacamento para este lugar, visto que populosos como é não tem polícia alguma e seus habitantes assim sem segurança individual e de suas propriedades que são todos os dias pasto de ladrões e ratoneiros de todas as espécies*”.¹³⁷ Do interior da província também chegavam solicitações por mais segurança: uma representação dos moradores de Casa Branca clamava pelas “*necessárias providências tendentes à manutenção da segurança e tranqüilidade pública de que há tempos não gozam os seus habitantes em consequência dos contínuos roubos que estão sofrendo todas as noites*”. Assinaram a petição 120 pessoas, entre homens e mulheres muitas deles se declaram como “*uma vítima*”. Os subscritores do abaixo-assinado eram, em sua maioria, gente simples, vítimas de “*furtos nessas casinhas sitas nos subúrbios da cidade e em outras, habitadas por mulheres mundanas ou pessoas fracas*”, conforme assumia o comandante. Mas, ao mesmo tempo, garantia não haver “*notícia que fosse roubada ou que tentassem roubar uma casa de grande negócio de um capitalista*”.¹³⁸

O apelo de cunho popular, mesmo que exclua diretamente a parcela da população “sem voz” e sem acesso direto aos meios de difusão do descontentamento, matiza os canais de relacionamento da polícia com a população. Havia legitimidade na ação da polícia, eleita tanto para evitar a criminalidade e as desordens que ameaçavam o público, como para servir de intermediário habilitado a aplacar conflitos em potencial. Não é, portanto, o contexto de inapelável guerra social que permeia essa relação.¹³⁹ Em certa medida, os policiais eram bem-vindos em determinadas ocasiões em que as posses modestas ou a própria integridade física estavam em jogo e que a carência de recursos materiais impedia a realização da justiça privada. Em 1876, por exemplo, “*o crioulo Manoel de Almeida*” sentiu-se seguro para “*queixar-se de que na estrada de Santos, caminho de São Bernardo ou mais próximo da capital, foi espancado e roubado. Apresenta algumas contusões e*

¹³⁶ *Ofício do subdelegado da Consolação para o chefe de polícia, em 18/08/1879. AESP, co2588.*

¹³⁷ *Abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia, enviado em 29/03/1883. AESP, co2626.*

¹³⁸ *Abaixo-assinado encartado em ofício do comandante do destacamento de Casa Branca ao chefe de polícia, em 26/07/1880. AESP, co2597.*

¹³⁹ Esse é o argumento central da obra de Thomas Holloway sobre a polícia no Rio de Janeiro: “*Na medida em que as instituições estatais refletem e defendem os interesses de uma classe ou classes específicas a expensas dos interesses de outras, a correção não é apenas uma ameaça: ela é imposta*”. Thomas Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, op. cit., p. 27.

roupas ensanguentadas e alega ser pessoa miserável”. Nem sua cor da pele nem sua condição de miserável impediram que sua reclamação movesse a máquina burocrática.¹⁴⁰

Em 1884, no núcleo colonial de São Bernardo, a polícia foi chamada a intermediar um confronto estabelecido entre os colonos italianos, quando Gardezano Juliani pediu socorro ao subdelegado para acompanhá-lo na condução de um carro com madeiras para construção de sua casa. No fundo, ele temia a ação de seus próprios patrícios, visto que tinham o ameaçado alguns dias antes. “*À vista do que*”, relatou o delegado, “*tomei a deliberação de mandar duas praças que aqui tenho à minha disposição para acompanharem o queixoso como de fato a acompanharam, conjuntamente com o Inspetor de Quarteirão, a fim de se evitar qualquer conflito*”. Entretanto, mesmo com a presença dos policiais, o suplicante foi acossado em sua empreitada e só com a intervenção conciliadora do cabo, comandante do destacamento, que “*fez a eles diversas reflexões que deixassem entrar aquela carrada*”, permitiram a passagem. A confusão teria se dado porque não existia um caminho de saída que ligasse a casa de Gardezano à estrada principal da colônia, o que o obrigava a atravessar os lotes vizinhos. O subdelegado, preocupado com a ordem pública, oficiou ao chefe para que se tomassem providências junto ao Engenheiro de Obras Públicas.¹⁴¹

Ainda tendo como cenário um núcleo colonial, desta vez o situado no bairro de Santana, o chefe de polícia em ofício ao presidente da província avisa que recomendou ao subdelegado de Santa Ifigênia “*que exercesse ativa vigilância sobre o bairro de Sant’Anna no intuito de terem os colonos da Fazenda Nacional garantia nas suas plantações contra*

¹⁴⁰ *Ofício do chefe de polícia ao delegado da capital, em 31/08/1876. AESP, co2570.*

¹⁴¹ *Ofício do subdelegado de São Bernardo ao chefe de polícia, em 13/12/1884. AESP, co2639.* O núcleo de São Bernardo foi palco de inúmeros conflitos entre os próprios colonos, envolvendo disputas de terra, que regularmente solicitavam a intervenção da força policial. Em 1885, o subdelegado local instaurou um termo de bem viver contra Setti Giuseppe, que “*tentara assassinar com arma de fogo e um cabo de pá*” um tal de Gardesani (será o mesmo Gardezano?), “*quando este passava pelo seu caminho*”, intimando Setti a assinar termo de bem viver. As testemunhas do processo disseram que Setti impediu Gardesani passar por sua serventia que dava acesso à sua colônia, fazendo inclusive uma vala no caminho. *Ofício do subdelegado de São Bernardo para o chefe de polícia, em 09/06/1885. AESP, co 2642.* Também aquela colônia foi palco de revolta dos trabalhadores contratados no sistema de parceria, por exemplo, quando o pagamento atrasava. Em 1878, um atraso de alguns dias obrigou o chefe de polícia a se dirigir pessoalmente a São Bernardo para evitar a ordem pública fosse corrompida por 80 colonos que ameaçavam o administrador. Os italianos, segundo o chefe, “*desrespeitaram a autoridade policial, menoscabaram da força pública ali representada por algumas praças e pretenderam um desforço que a todo momento pode dar-se com sacrifício da ordem pública*”. *Ofício da comissão de medição de lotes coloniais no município da capital da província de São Paulo para o chefe de polícia, em 09/01/1878. AESP, co2584 e ofício do chefe de polícia ao presidente da província em 27/09/1884. AESP, co2586.*

os moradores circunvizinhos que para os obrigarem a abandonar a colônia soltam animais nas mesmas (...).¹⁴² Com o mesmo problema, os colonos do núcleo de São Caetano peticionaram ao chefe de polícia reclamando dos danos causados na lavoura pelos animais do cirurgião-dentista Samuel Eduardo da Costa Mesquita. Só teriam recorrido à autoridade policial porque as súplicas que fizeram ao juiz comissário não sortiram efeito. “Assim, pois, os suplicantes confiados no zelo e justiça de V. Exa. confiam que V. Exa. os protegerá, lançando suas vistas para a colônia de S. Caetano (...)”. Assinaram a petição 24 colonos.¹⁴³

Nesses dois casos, podemos sugerir que a polícia se levantou ante o achaque contra os novos colonos, ainda pouco numerosos e sujeitos às instabilidades de um enraizamento precário devido à fragilidade dos projetos migratórios. Vale lembrar que os núcleos coloniais que circundavam a capital – São Caetano, São Bernardo, Glória e Santana – frutos de um plano elaborado pelo presidente da província João Teodoro Xavier, em 1874, visando à elaboração de um cinturão agrícola com vocação policultora, voltados para o abastecimento da capital, passavam, na década de 1880, por uma situação de penúria completa.¹⁴⁴ O chefe de polícia se sensibilizou com a situação dos estrangeiros e combateu a hostilidade ilegal dos vizinhos nacionais. Será que a autoridade estaria agindo sob a batuta da vizinhança incomodada? Ou compadeceu-se verdadeiramente dos estrangeiros, a ponto de se impor perante seus contrerrâneos em nome do desenvolvimento socioeconômico da província? Difícil saber: o certo é que seja qual tenha sido as razões ocultas da atitude tomada, para os pobres colonos a ação policial foi benfazeja. Isso significa dizer que as expectativas sociais em torno da intervenção policial também podiam manifestar-se de modo positivo, principalmente entre aqueles que não detinham poder pessoal e cuja possibilidade de confronto direto em uma situação de ofensa mostrava-se prejudicada. Ao chamar a polícia para a arena de disputa, pretendia-se tornar público o

¹⁴² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 22/09/1877. AESP, co2576.*

¹⁴³ *Abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia, s/d. AESP, co2596.*

¹⁴⁴ Sobre os núcleos coloniais oficiais da cidade de São Paulo, ver Juergen R. Langenbuch. “Os Núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX”, in: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 46, dezembro de 1971. Sobre a história do Núcleo Colonial de São Bernardo, ver Alexandre Alves. “Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano (1877-1903)”, in: Zilda Márcia Gricoli Iokoi (org.). *Diadema nasceu no Grande ABC : história retrospectiva da Cidade Vermelha*. São Paulo : Humanitas, 2001. Sobre o mesmo assunto, ver José de Souza Martins. *Subúrbio : vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo : São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo/São Caetano do Sul : Hucitec/Prefeitura de São Caetano, 1992.

conflito, legitimando sua posição perante o adversário. Seria, enfim, o compromisso dos contendores com uma ordem sob a gerência dos poderes públicos, ampliando-se com isso sua base de legitimidade ao se reconhecer a autoridade do policial.¹⁴⁵

Assim, talvez uma sensação de proteção fazia acolher os policiais de bom grado, talvez em defesa dessa categoria de “pobres honoráveis”, que ansiavam pelo resguardo de uma ordem e uma estabilidade imprescindíveis para atenuar as mazelas da pobreza contra “*ratoneiros e ladrões de toda espécie*”. Principalmente no final dos anos de 1880, a estrutura social ruía sensivelmente: a presença de imigrantes e libertos que transitavam sem a vigilância privada de outrora podia atribular a configuração tradicional de comunidades precariamente equilibradas. A cidade de Santos é a epítome desse movimento novel, com a presença maciça de escravos fugidos e a construção de um bairro-quilombo, o Jabaquara, que recolhia os prófugos de toda a província, irrompendo exponencialmente a possibilidade de conflitos.

Nessas circunstâncias, a competição se exacerbava, e a polícia era requisitada para reprimir os forasteiros em nome de uma ordem anterior. Em 1887, por exemplo, o delegado notificava o chefe de polícia a respeito do grande conflito que houvera no Largo do Mercado entre “*alguns mascates e grande número de pretos*”. Comparecendo ao local com algumas praças, a autoridade verificou que a baderna havia terminado, não havendo nem morte nem ferimentos graves, “*porém houve tentativas com armas*”. Em seguida, o delegado atualizou o superior a respeito das investigações, em que deixava “*patente que os mascates foram atacados pelos pretos por desavença havida com um que comprava fazendas e consta-me ser autor da agressão um preto de nome Quintino morador no bairro denominado Jabaquara*”.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Ivan de Andrade Vellasco analisa essa relação da população desguarnecida em relação à justiça. Segundo o autor, “*tal eficiência [da justiça] (...) alimentava as expectativas depositadas na ação da justiça, ampliando sua base de legitimidade, o que reforçava, por sua vez, a sua função social e firmava sua preeminência como arena de resolução dos conflitos e negociação da ordem*”. Ivan Andrade Vellasco. *As sedução da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*, op. cit., p. 184.

¹⁴⁶ *Ofício do delegado de Santos ao chefe de polícia, em 09/05/1887*. AESP, co2678. Tratava-se “*o preto de nome Quintino*” de Quintino de Lacerda, um dos personagens mais fascinantes da história santista. Morto em 1898, que além de inspetor de quarteirão, major do exército e inspetor sanitário, foi vereador da Câmara Municipal, empossado em 1895, além de ter se afiliado as forças leais da República durante a Revolta da Armada de 1893. Sobre Quintino de Lacerda, ver Ana Lúcia Duarte Lanna. *Uma cidade na transição Santos: 1870- 1913*. São Paulo : Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996; Maria Helena P. T. Machado. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”, in: Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (orgs). *Quase-Cidadão*.

Em outras localidades, o desarranjo da escravidão e os estrangeiros que arribavam a granel apontavam para as novas perspectivas da manutenção da ordem pública. É o que faz supor esse pedido dramático do subdelegado de São Manoel do Paraíso, às vésperas da homologação da Lei Áurea, solicitando a presença de mais praças:

*“Atendendo ao aumento considerável da população desta localidade, já pelo grande número de novos habitantes que aqui procuram estabelecer-se, já pela grande quantidade de liberdade que são concedidas a escravos, homens que, sem educação absolutamente nenhuma, adquirindo os foros de cidadãos, vem comungar das regalias sociais, e ainda a aproximação da estrada de ferro Ituana que aqui está construindo sua estação com grande número de trabalhadores nacionais e estrangeiros, homens estes que também não primam pela educação, é fácil de prever-se quanto a população tem que temer pela sua liberdade pessoal e pelo uso da propriedade que naturalmente podem ser atacadas, sendo certo que a polícia é aqui feita unicamente por quatro praças locais”.*¹⁴⁷

No umbral do regime republicano, podemos sugerir que não apenas os abonados e os bem-nascidos estremeciam diante da nova ordem social; a implosão do escravismo, a reorganização do mercado de trabalho e a presença de uma população refratária aos costumes arraigados atribulavam os laços comunitários em todos os estratos sociais.

Esse movimento pendular que ora rechaçava a presença do policial ora demandava sua intervenção desvela a ambigüidade que caracterizava o contato do público com as agências de manutenção da ordem, além do papel predominante da população, mesmo daquele estrato mais marginalizado, na construção efetiva de uma cultura de policiamento. A conveniência de parte a parte levava o policial a ponderar muito bem a amplitude de sua ação, negociando os espaços de atuação com determinada parcela do público, a qual, de um momento a outro, podia ser substituída por outro grupo, e assim sucessivamente. Conveniência e economia da sobrevivência guiavam esse compromisso regido pela tensão

Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. São Paulo, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

¹⁴⁷ *Ofício do delegado de São Manoel do Paraíso ao chefe de polícia, em 25/04/1888.* AESP, co2691.

– por vezes hostil e violento, por vezes solidário e amical – e que muitas vezes escapava da vigilância e dos preceitos adotados pela cúpula administrativa.

Havia, portanto, um espaço para que a população – mesmo a mais pobre e marginalizada – *acreditasse* a autoridade policial, sem que houvesse necessariamente uma mera “*adesão ideológica*”¹⁴⁸ ou o simples temor ante a força cogente. Isso significa dizer que a experiência real de senso de moralidade, justiça, necessidade do uso secular das regras legais e os meios de sua imposição não eram, de fato, a aceitação falsamente consciente da ideologia dominante. Esse complexo jogo dialético entre proximidade e rejeição fazia parte da construção de uma ordem negociada entre os atores envolvidos, cada qual, é evidente, com maior ou menor poder de barganha de acordo com os limites do lugar social que ocupava. Ao rés-do-chão, as brechas eram suficientemente complacentes para que todos se fizessem ouvir.¹⁴⁹ A legitimidade da autoridade da polícia, portanto, não era um dado meramente retórico: ela subsistia à medida do desejo de se fazer valer um mínimo de segurança e previsibilidade num contexto de carestia e arbítrio.

Tanto que no momento em que se desrespeitavam os acordos – tácitos ou explícitos – entre a polícia e a comunidade, as queixas faziam-se chegar à administração. Estas não provocavam apenas a repreensão aos policiais faltosos, mas também desencadeavam uma série de admoestações a delegados, subdelegados e inspetores de quarteirão, acusados de exorbitar de sua função. Mais uma vez devemos lembrar a componente política que orientava esses ajustes, ainda mais em se tratando de cargos eminentemente nominativos. No entanto, a reboque, os populares podiam se aproveitar das disputas travadas num nível acima para acionar seus próprios interesses.

¹⁴⁸ Essa é a crítica de David Beetham sobre a teoria weberiana da autoridade. Segundo esse autor, a aceitação do poder de outrem é um ato proativo. Ver David Beetham. *The legitimation of power*. London : Macmillan, 1991. A teoria de Max Weber pauta a vigência da autoridade na “*crença na autoridade legítima de quem a impõe*”. Max Weber. *The theory of social and economic organization*. Oxford : Oxford University Press, 1947, capítulo I, seção 7, item 5, p. 132.

¹⁴⁹ Cristiana Schettini, em seu livro sobre a prostituição no Rio de Janeiro no começo do período republicano, mostra as constantes negociações que se travavam entre as prostitutas de janela e os agentes policiais, “*estabelecendo os mais variados acordos para garantir a permanência naquele trecho da cidade*” que vinha sendo ‘saneado’ pelas reformas urbanistas. Ainda segundo a autora, “*os policiais rondantes eram em muitos casos a única defesa com que muitas delas podiam contar contra as violências de clientes*”, sendo que os policiais recebiam ajuda pecuniária das meretrizes. Cristiana Schettini. *Que tenhas teu corpo – uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2003. No mesmo sentido, ver Lerice de Castro Garzoni. *Vagabunda e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Dissertação de mestrado : Unicamp, 2007.

Os exemplos são numerosos, mas não é escopo desse trabalho uma análise mais esmiuçada sobre o cotidiano de delegados e de subdelegados.¹⁵⁰ À guisa de ilustração, reproduzimos um caso dos mais interessantes ocorrido em Guareí, narrado em um abaixo-assinado enviado ao presidente da província e subscrito por oito mulheres, todas sob rogo masculino, e três homens:

“Tem acontecido às moças do lugar irem em fandangos nos sítios quando no dia seguinte tudo vai para a cadeia sem haver motivo justo e depois uns pagam carceragem, outros não pagam, esta parece uma caçoadada, não há quem não note semelhante absurdo. Nós não estamos no tempo do Capitão mór, onde já se viu prender pessoas algumas sem haver culpa formada ou embriagado, só aqui se dá destes fatos, as autoridades fazem o que querem o povo sofrendo sem merecer (...) as mulheres é pagam carceragem e os homens não pagam, a lei deve ser igual a todos, não só aos pobres mulheres que pagam o pato, e isto tudo injustamente, entendemos que os fandangos nos sítios nunca foram proibidos aqui só é que se vê isto (...) por isso V. Exa. pela bondade sua pedem as assinantes para providenciar a tal respeito, a fim de que possa-se viver mais tranqüilamente e as moças não sejam desfeitadas como tem acontecido sem merecerem”.¹⁵¹

¹⁵⁰ Houve casos em que os delegados agiam em favor das solicitações da população. Em Ubatuba, intercedeu junto aos vendedores do mercado que burlavam as determinações das posturas municipais e carregavam o toucinho de sal, “*de sorte que o consumidor ou o comprador ficava sempre lesado no peso de dez e mais quilos (...)*”. O delegado assume que “*obrou com exorbitância*”, mas que o fez “*levado pelo desejo de bem servir ao público e na persuasão de que estava dentro das órbitas legais*”. *Ofício do delegado de Ubatuba ao chefe de polícia, em 01/04/1885*. AESP, co2643. Em Caçapava, o subdelegado local não se curvou às ordens da Câmara Municipal que desejava cobrar imposto dos vendedores ambulantes. Em sua defesa, a autoridade alegou que “*o comércio de compra e venda de gênero nesta cidade se faz nas ruas e praças e não em casas estabelecidas pela câmara. Em tal caso, ignoro o meio de que podia usar a polícia para impedir que o cidadão venda*”. *Ofício do subdelegado ao chefe de polícia, em 14/01/1885*. AESP, co2646. Em Santos, em dezembro de 1884, ocorreu uma grande manifestação popular contra a City of Santos Improvements, em que houve quebra-quebra de bondes e lampiões. O motivo da revolta que uniu “*gente de somenos importância*” a negociantes, industriais, notários e professores foi a regulamentação da distribuição de água pela empresa de capital inglês, que oneraria os comerciantes. Na ocasião, o alferes comandante do destacamento, Joaquim Antonio de Jesus, afirmou que manteve a tropa aquartelada e não interveio na confusão: “*Ao grupo que assim dirigia-se ao quartel por ele testemunha recuar com soldados sob seu comando, comparecendo nesse ato o Dr. Juiz de Direito da Comarca, que acompanhado pelo Delegado e escrivão Machado, disse a ele testemunha que tivesse prudência e contivesse a força para evitar conflito com o povo que estava em número superior*”. *Ofício do promotor de justiça de Santos ao chefe de polícia, em 03/09/1885*. AESP, co2647.

¹⁵¹ *Abaixo-assinado enviado ao presidente da província, em 07/12/1878*. AESP, co2581.

Embora tenha chamado às falas o subdelegado de Guareí, município que segundo o censo de 1886 contava com 3.346 habitantes¹⁵², não sabemos se a administração policial tomou alguma providência punitiva contra o “Capitão Mor”, uma reminiscência dos tempos coloniais; porém o sentimento de injustiça diante da intervenção desabrida num inocente divertimento levou a população feminina a peitar sua autoridade, tomando o caminho mais civilizado: a queixa formalizada a seu superior hierárquico. No entanto, a proibição do fandango não era o real pomo da discórdia, apesar de o delegado aparentemente regular, à base do cárcere, o comportamento público dos concidadãos. O abuso repousava no critério distintivo que obrigava as mulheres a pagar pela estada na carceragem, enquanto os homens eram isentos da taxa. “*A lei deve ser igual para todos*”, bradavam as moças, brandindo um dos *leitmotifs* do Estado liberal. A corrupção desse princípio fundamental era percebida como a quebra do compromisso que regulamentava a vida comunitária guareense, e, por conseguinte, a legitimidade do policial enquanto agente da ordem.

A polícia e o abolicionismo

Como visto, na maioria das ocasiões, as circunstâncias em que a presença da polícia era solicitada, seja para manter a ordem periclitante, seja em “benefício” da população (ou pelo menos de uma parcela dela) desenrolavam-se ao ritmo do cotidiano, isto é, não consistiam na conflagração premeditada e organizada do público num movimento de contestação, de negociação e de demanda. Não obstante, não se quer negar aqui o caráter político dessas insatisfações que espocavam num âmbito mais esparso e individualizado¹⁵³, mas foi no final da década de 1880 que voltaram à evidência as manifestações sistematizadas que ocupavam o espaço público e recuperaram uma tradição da época regencial.¹⁵⁴ Talvez já se tratasse de ecos prenunciadores das “*profundas inquietações*

¹⁵² Dados coligidos por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (org.) *São Paulo do Passado – dados demográficos*. Campinas : Unicamp/NEPO, 2001.

¹⁵³ Há toda tradição de uma historiografia que considera o caráter político incrustado nos movimentos populares antes que se formalizassem em organizações políticas de cunho partidário. Eric Hobsbawm. *Primitive rebels*. Manchester : Manchester University Press, 1956 e George Rudé. *Crowd in history*. EUA : John Wiley & Sons, Inc., 1964.

¹⁵⁴ José Murilo de Carvalho. “Brazil 1870-1914. The Force of Tradition”, in: *Journal of Latin American Studies*, Vol. 24, Quincentenary Supplement: The Colonial and Post Colonial Experience. Five Centuries of Spanish and Portuguese America, 1992.

populares”¹⁵⁵, materializadas numa série de revoltas que se iniciaram no período final do Império, vincando cada vez mais a distância entre as medidas interventoras, racionais e seculares do Estado e as expectativas e práticas tradicionais da população rural.¹⁵⁶ No fragor dos debates de *fin-de-siècle*, os movimentos republicano e abolicionistas recrudesçam em seu teor mais radical, trazendo para arena do debate e da ilegalidade todo um novo estrato social, formado principalmente de uma população citadina mais abastada, antes ausente das preocupações policiais, que se tornava mais e mais visível nas ruas, teatros, casas de pasto e transitando pelas estradas e fazendas no aliciamento dos últimos cativos.

Antes disso, no ano de 1880, um *meeting* contra o gabinete liberal foi promovido na capital pelo Dr. Martinho da Silva Prado, renunciando as grandes reuniões populares de alguns anos depois. No dia 5 de janeiro foram distribuídos convites avulsos para que a população se reunisse, dia 6, às 7 da noite, um domingo, na Praça da Sé para o encontro. Em dois ofícios, sendo um reservado, o chefe de polícia faz um relato sobre os acontecimentos e o comportamento da força pública na ocasião: “*Posso dizer que o espírito da população não passou por alterações algumas, sendo apenas esperado o acontecimento como um fato que excitava a curiosidade*” dos cerca de 400 assistentes do discurso do Dr. Martinho. Mas caindo uma chuva torrencial, pouco se ouviu do orador, “*que me consta falara em sentido de oposição ao governo e fora veemente*”. Como se tratasse de um evento organizado pela burguesia cafeeira, o chefe de polícia não receou que “*a população aderisse a um plano de desordem, caso ele fosse sugerido por qualquer imprudente; receamos apenas que a ocasião fosse aproveitada para perpetração de delitos, que em tais circunstâncias poderiam escapar à vigilância da polícia*”.

É verdade que houve vaias em frente ao edifício do *Constituinte*, jornal liberal, e congratulações em frente ao *Correio Paulistano* e à *Gazeta do Povo*, conservadores, bem como deram-se vivas para o Conselheiro José Bonifácio, cuja casa permaneceu fechada. Alguns mais afoitos quiseram fechar o Hotel Imperial, somente pelo seu nome, “*mas essa*

¹⁵⁵ Fábio Faria Mendes . “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o sorteio militar”, in: *Estudos Históricos*, 24, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹⁵⁶ Trata-se do “quebra-quilo”, contra a padronização dos pesos e medidas, dos “rasga-listas”, contra as novas regras de recrutamento por sorteio, e, por que não, da Revolta do Vintém, contra o aumento da passagem de bonde na Corte. Ainda que essa última manifestação tenha tido um caráter eminentemente urbano, pode ser incluída nas revoltas que despertaram o espírito público no fim do regime imperial.

veleidade de meia-dúzia não achou o necessário apoio". O chefe de polícia louvou "a adesão à idéia de ordem", por parte das famílias Souza Queiroz e Barros. "O Dr. Augusto de Souza Queiroz, filho do Barão de Souza Queiroz, delegado de polícia, reassumiu o exercício com o firme propósito de auxiliar a administração". Apreciou a prontidão e a fidelidade do Capitão Sebastião Raymundo Werten, do Tenente Antonio Gabriel de Silva Bueno e do comandante do CPP, Francisco de Paula Toledo Martins.

O chefe de polícia louvava ainda o comportamento das forças de manutenção da ordem: "A força de linha, o Corpo de Permanentes, embora reduzido pelos destacamentos que fornece à província, e a Companhia de Urbanos estiveram de prontidão, aumentando-se a ronda da cidade sem deixar perceber qualquer ostentação de força. O caso só aconselhava estar prevenido, sem entretanto dar importância ao motivo da reunião (...) A patrulha da cidade foi feita com a maior vigilância, não se dando o menor distúrbio, a atitude da autoridade não deixou notar o menor receio de que esta população, amiga da ordem, votada ao trabalho como primeiro elemento de sua independência e bem-estar, saísse do seu estado normal".¹⁵⁷

O comportamento "republicano" da polícia, que permitiu a livre manifestação das idéias, condescendeu inclusive com uma certa saliência dos manifestantes. Foi, com efeito, um bom ensaio para os encontros sistemáticos que tiveram lugar mais para o fim da década em torno do abolicionismo. Assim, se as revoltas rurais envolviam a "plebe ignara" com a qual a polícia acostumara-se a se envolver, nas cidades, os *meetings* reuniam uma audiência híbrida, em meio à qual podiam-se distinguir figuras de quilate mais grosso, essas desacostumadas ao assédio dos morcegos.¹⁵⁸ É verdade os clubes e associações abolicionistas, como bem lembra Maria Helena Machado, rejeitaram "largo setores de deserdados", para os quais a situação de penúria socioeconômica impedia a adesão a setores organizados, mas "nem por isso a arraia-miúda, turbulenta e desorganizada, deixou de marcar presença junto aos movimentos abolicionistas: os meetings e

¹⁵⁷ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 07/01/1880. AESP, co2596.*

¹⁵⁸ Sobre os participantes do movimento abolicionista, Emília Viotti da Costa escreveu: "Foi inegavelmente nos grupos sociais ligados às atividades urbanas que o abolicionismo recrutou a maior número de adeptos e de elementos ativos e participantes. Constituíam o que se poderia dizer chamar de 'classe média' para diferenciá-la da camada senhorial, cujos interesses se prendiam fundamentalmente à terra". Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia, op. cit.*, p. 493

*manifestações de rua alguns deles contando com a participação de milhares de pessoas, não poderiam ter prescindido do elemento decididamente popular”.*¹⁵⁹

Além disso, no final da década de 1880, a polícia se via em meio às ações ilegais, do trânsito de caifases e de libertos sedutores que vinham livrar os pretos dos últimos bastiões escravocratas. Diante dessa situação inédita, os policiais eram obrigados a se acautelar na contenção dessas hostes mais qualificadas. A prudência mandava selecionar com atenção redobrada os alvos da repressão, e a polícia, ou melhor, os policiais, foram obrigados a desenvolver outros padrões de policiamento adaptados às novas situações provocadas pela crise que se agudizava. Até porque a pressão social pela manumissão irrestrita sensibilizava os estratos mais supinos da sociedade e, mesmo nas esferas oficiais, a defesa intransigente do regime era mitigada.¹⁶⁰

Era preciso jogo de cintura para lidar com esses personagens inéditos que naturalmente exigiam uma contraprestação deferente dos policiais. Vários *meetings* se espalhavam pelas ruas da capital, de Santos e de Campinas. Em muitos deles, os populares – escravos e livres – escortavam figuras de proa da sociedade paulista. Em setembro de 1887, a polícia foi chamada a intervir para dispersar um grupo de cerca de dois mil negros, animados pela banda da irmandade de N. S dos Remédios e conduzidos pelo insigne Doutor Clímaco Barbosa¹⁶¹, que faziam algazarra na Liberdade, assustando as famílias locais e apedrejando casas. O primeiro delegado enviou um destacamento da Cavalaria com 12 praças que foram incapazes de dispersar a multidão.¹⁶²

Por outro lado, os policiais se viam diante de duas ordens discrepantes a obedecer: de um lado a pressão legitimada, mas, às vezes, ilegal dos abolicionistas; do outro, a renitente violência legal, mas ilegítima de uma parcela dos fazendeiros. Para piorar, em certas ocasiões, as posições se embaciavam ainda mais. Em Jundiaí, por exemplo, houve

¹⁵⁹ Maria Helena P. T. Machado. *O plano e o pânico - os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro : Editora UFRJ/EDUSP, 1994, p. 148.

¹⁶⁰ Joseli Maria Nunes Mendonça. *Entre a mão e os anéis - a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas : Editora da Unicamp/Cecult, 1999 e Andrei Koerner. *Judiciário e cidadania na constituição da república brasileira*. São Paulo : Hucitec/ Departamento de Ciências Políticas da USP, 1998.

¹⁶¹ Clímaco Barbosa era editor e proprietário do diário *Gazeta de S. Paulo*, cujo primeiro número foi lançado em 1º de janeiro de 1881. Para o assunto, ver Antonio Egydio Martins. *São Paulo Antigo 1554-1910*. São Paulo : Paz e Terra, 2003, p. 360. Em 1886, Clímaco Barbosa participou de uma subscrição coletiva proposta pelo vereador Costa Pereira a fim de alforriar escravos com mais de 60 anos. Também fez parte da comissão que apresentou o Livro de Honra para o Imperador, conforme Nuto Sant’Anna. *São Paulo Histórico – aspectos, lendas e costumes*. São Paulo : Departamento de Cultura, 1944, p. 95.

¹⁶² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 24/10/1887*. AESP, co2678.

uma representação popular, capitaneada por um certo Sr. Moraes, reputado fazendeiro local, contra o procedimento do delegado, que diariamente reunia 20 praças do CPP na estação da cidade para surpreender escravos fugidos. A notícia publicada no *Diário de Campinas* desagradou o chefe de polícia que chamou o delegado à fala.¹⁶³ Muitos delegados, em vista das fugas em massa e sem condições de repreendê-las, seja por falta de policiamento, seja por impeditivos morais, limitavam-se a “aconselhar” os fujões a voltar para as fazendas. Em Penha do Rio do Peixe, o delegado lamentava as constantes queixas dos fazendeiros, mas devido às “tristes 6 praças” que tinha à sua disposição, alegava que não havia força disponível para atender as demandas, no que era apoiado pelo chefe de polícia.¹⁶⁴ Tratava-se, assim, de um duplo trabalho – conter as revoltas, mas se adequar ao pendor libertário que insuflava corações e mentes. Sem aderir aos apelos da memorialística piegas que alçou ao panteão heróico muitos abolicionistas de ocasião, podemos observar que não era implausível a polícia defender o interesse dos escravos contra a sanha senhorial, apesar de na maioria das ocasiões o alinhamento aos interesses dominantes ter guiado a conduta das autoridades policiais, principalmente aquelas lotadas nas localidades que concentravam os grandes plantéis. Afinal, delegados e subdelegados eram de praxe nomeados com base no interesse dos fazendeiros.¹⁶⁵ E, além disso, não podemos esquecer que uma das missões mais recorrentes da polícia era a captura de escravos fugidos.¹⁶⁶

No entanto, a grave instabilidade política e dos espíritos acabava por influenciar o posicionamento dos policiais, mesmo aqueles de patente mais rasa. É certo que não

¹⁶³ *Ofício do delegado de Jundiá ao chefe de polícia, em 15/01/1888.* AESP, co2696.

¹⁶⁴ *Ofício do delegado de Penha do Rio do Peixe ao chefe de polícia, em 02/02/1888.* AESP, co2696.

¹⁶⁵ A administração policial, principalmente a cúpula do CPP, aliada ao chefe de polícia, intercedia nesse círculo de patronagem ao indicar os chamados delegados-militares. O delegado-militar era um oficial do CPP (alferes, tenente, capitão ou mesmo major) designado a assumir a autoridade policial quando se estabelecia uma situação de descontrole, que podia ter origens variadas: preencher a vacância ordinária em alguma cidade mais relevante; a substituição de um delegado excessivamente atrelado às parciaisidades políticas de plantão, a ponto de comprometer a lisura eleitoral; uma escaramuça violenta entre fazendeiros, se digladiando pelos imprecisos limites dos latifúndios; aplacar a tensão exagerada entre abolicionistas e fazendeiros. Alguns desses homens se notabilizaram por rodar a província, estabelecendo-se em variados distritos, a fim de extinguir os incêndios locais. Vários personagens citados neste trabalho serviram como delegados-militares, dentre os quais José Theophilo dos Santos, Alexandre Magnani, Manoel José Branco, Carlos Augusto Ramalho da Luz, Bernardo de Carvalho, José Raymundo de Azevedo Marques, Tristão Firmino de Almeida, Antonio Canuto de Oliveira, Guilherme José do Nascimento, João Teixeira da Silva Braga.

¹⁶⁶ Para o assunto, ver Thomas Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro, op. cit.* Durante alguns anos, a administração policial junto num maço separado os ofícios que versavam sobre a captura de escravos fugidos, como ocorria com os condenados. Em 1880, reuniram-se documentos de 28 escravos recuperados; em 1881, foram 30 e, em 1884, 20. As capturas não se limitavam às fronteiras paulistas, mas todos os cativos eram de proprietários de São Paulo. Ver, AESP, co2602; co2610; co2633; co2651.

excluímos dessas ações ousadas inclinações oportunistas como aconteceu de veras em Santos, quando os abolicionistas se locupletavam dos escravos que ajudavam a homiziar.¹⁶⁷ Mas, mesmo assim, em muitas situações os policiais defenderam com a própria vida a legalidade, mesmo em feroz oposição aos interesses escravistas.

Em março de 1885, em Itapetininga, cedo pela manhã, “*a população desta cidade foi despertada pelos gritos de Francisca, escrava de D. Francisca do Amaral Mattos*”, que ia sendo arrastada por Procópio de Mattos e um seu capanga. O fato foi comunicado pelo comandante do destacamento, João Castanho de Almeida, ao delegado, exigindo o povo “*o cumprimento da lei, porque a escrava se achava com mandado de manutenção de liberdade a seu favor e tratando de seus direitos e nesse caso pessoa alguma tinha o direito de proceder tão desumanamente*”. O delegado, três praças e mais gente do povo interpelaram Procópio, mandando-o soltar a escrava, “*porque nenhum direito tinham sobre ela enquanto a justiça não se pronunciasse na causa que intentava*”. A autoridade deu voz de prisão que não foi acatada, sendo que uma das praças, Afonso Rodrigues Vaz, policial local, foi morta por um tiro na frente pelo capanga que fugiu. Na mesma ocasião, foi preso Procópio, que mandara dar o tiro.¹⁶⁸

Em Piracicaba, no começo de 1888, o destacamento não fez frente à população, que nas ruas, esperava a chegada do trem que trazia de volta os escravos fugidos do fazendeiro escravocrata Luiz Antonio de Almeida Barros, presos em Jundiaí. De acordo com o relato do delegado, “*a autoridade policial nenhuma providência tomou, ficando a cidade abandonada a seus próprios recursos, testemunhando a inércia do destacamento e a presença de grande número de pretos em trânsito pelas ruas e armados (...) [À chegada do trem] imediatamente bradaram: viva a liberdade e trataram de facilitar fuga dos negros, o que conseguiram facilmente, pois não encontraram o mínimo obstáculo (...) Em seguida, a população desenfreada atravessou as ruas da cidade dando vivas à liberdade e morras aos fazendeiros (...)*”. Foi necessária a troca no comando da delegacia para que a polícia

¹⁶⁷ Wilson Toledo Munhós. *Da circulação ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*. Dissertação de mestrado. São Paulo : PUC, 1992.

¹⁶⁸ *Ofício do subdelegado de Itapetininga ao chefe de polícia, em 07/03/1885*. AESP, co2651.

intercedesse e evitasse o confronto entre escravocratas e abolicionistas, que inclusive planejavam, segundo a autoridade, assassinar o fazendeiro Luiz Antonio.¹⁶⁹

Nos últimos anos do regime escravista, a ação policial variava de acordo com a conveniência. É evidente que essa estrutura se manteve por 350 anos baseada num sistema regulado de força, de controle e de negociação. E nesse esquema, as forças de manutenção da ordem se colocaram inapelavelmente ao lado do poder estabelecido. Mas, no final, quando do seio do estrato elitizado surgiram dissidências, naturalmente a adesão ao *status quo* foi abalada. Mesmo os magistrados, conectados umbilicalmente ao governo, afrouxaram a prudência com que conduziam seus julgamentos, até então sempre em favor dos interesses majoritários, e, nos limites permitidos pela legalidade, passaram a decidir em benefício dos escravos.¹⁷⁰

No nível inferior da hierarquia policial, também a cisão era patente e a soldadesca se aproveitava desse movimento contraditório em benefício próprio. Dentro da desorganização geral das forças policiais, agia-se sob o impulso das pressões imediatas e do benefício pessoal. Nada impedia que os policiais ao mesmo tempo em que lucrassem com a recompensa pela captura de um escravo fugido, participassem com excesso das homenagens à morte de Luiz Gama, desviando-se do cortejo cívico para o qual a banda fora contratada para bradar, ombreada ao populacho, gritos de “vivas e morras” em frente à redação do conservador *Correio Paulistano*¹⁷¹. Nessa roda-viva, momentos depois estavam os policiais a solapar um comício abolicionista, como se deu em setembro de 1887, na capital, quando o jornal *A Província de S. Paulo* divulgou que vários guardas urbanos e secretas, à paisana, provocaram a assistência que se regozijava à saída do Tribunal de Relação, finda a sessão que concedeu *habeas corpus* para seis acusados de furto de escravos da fazenda de Joaquim Marcondes Homem de Mello, em Caçapava. Nessa ocasião, o chefe de polícia informava que os guardas que estavam de serviço foram confirmados nos postos, já em relação aos policiais que estavam de folga, procederia a uma investigação para averiguar se alguém “*procurou induzi-los a cometerem os atos de que*

¹⁶⁹ *Ofício do delegado de Piracicaba ao chefe de polícia, em 11/01/1888*. AESP, co2690. Karl Monsma colige uma grande coletânea de casos no artigo “A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900”, *op. cit.*

¹⁷⁰ Andrei Koerner. *Judiciário e cidadania na constituição da república brasileira*. São Paulo : Hucitec/ Departamento de Ciências Políticas da USP, 1998.

¹⁷¹ *Ofício do comandante do CPP para o presidente da província, em 22/04/1885*. AESP, co2334.

tratam os jornais”.¹⁷² As folhas suspeitavam que teriam sido mandados propositalmente pela polícia, informação refutada pelo chefe de polícia, “*porque a polícia não dispõe de agentes secretos*”.¹⁷³

¹⁷² *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 28/09/1887. AESP, co2680.*

¹⁷³ A história da polícia secreta em São Paulo está para ser feita. No período que estudamos, as referências a uma força secreta parecem ser menos glamurosas e misteriosas do que se costuma crer. Há no arquivo um Livro de Despesas Secretas da Polícia que abrange os anos entre 1880 e 1884. Do montante movimentado, menos de 15% se refere a pagamentos a agentes secretos – três agentes diferentes – sendo que cerca de 70% do total foi destinado à remuneração de serviços de transporte, com cocheiros e passagens de bonde. *Livro Caixa das Despesas Secretas da Polícia (1880-1884). AESP, e1569.* Uma “verba secreta” da polícia era fornecida a cada trimestre diretamente pelo Ministério da Justiça no intuito de cobrir despesas extraordinárias, não previstas no orçamento (500 mil réis/trimestre, em 1875; e 3:500 mil réis, em 1885), por isso o grosso do pagamento era canalizado para gastos com o transporte de pessoal, tanto que em 1887, o chefe de polícia sugeriu ao presidente a compra de um veículo próprio para a polícia, “*o que muito auxiliará a polícia em qualquer hora do dia e da noite em que se faça necessária a presença da autoridade, evitando-se as dificuldades que surgem a cada passo, devido à falta de carros a horas mortas da noite*”. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 04/07/1887. AESP, co2680.* Também a verba secreta bancou gastos com fotografia, tratamento de miseráveis, serviço de carpintaria, serviço médico, assinatura de jornais, serviço de papelaria, aluguel de animais, toque dos sinos do Colégio, reativos para exame cadavérico, aluguel de carros fúnebres, compra de colheres e garfos, recompensas com a captura de criminosos. Em dezembro de 1889, portanto no alvorecer do governo republicano, despenderam-se 12 mil réis para o pagamento da publicação de um edital sobe o entrudo no jornal *O Estado de S. Paulo*. Era exigida pelo Ministério a constante prestação de contas pelo chefe de polícia, obrigado a juntar os recibos e comprovar as despesas. Numa ocasião, inclusive, o chefe de polícia interino Furtado de Mendonça foi admoestado pelo ministro devido à intemperança com os gastos com transporte, ao que respondeu: “*(...) em geral as autoridades policiais são pobres, porque as pessoas abastadas não querem servir os cargos. As que aceitam tais cargos com sacrifício de tempo, sujeitando-se a toda sorte de indisposições, muito fazem em prestar-se gratuitamente do que procede que raros são os cidadãos que permanecem no serviço, achando-se vagos quase todos os lugares (...)* Em diligência à longa distância não é razoável que as autoridades vão a pé ou à sua custa (...) A polícia não tem condução para transporte das autoridades em serviço urgente e a longa distância para condução de presos de importância, quando a cadeia e penitenciária estão à grande distância da sede da repartição (...)”. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 22/02/1878. AESP, co2587.* Em julho do mesmo ano, o novo chefe de polícia foi obrigado, num tom quase exculpatório, a explicar minuciosamente para o presidente da província cada centavo despendido no exercício de 1877 e 1878. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 01/07/1878. AESP, co2587.* A referência a agentes secretos – disfarçados e espiões – é mais incomum e permanece no âmbito reservado da correspondência policial, até porque no caso do *meeting* abolicionista a existência de tal serviço é peremptoriamente negada por ser incompatível com uma política liberal. Mas em outras ocasiões, as autoridades transigem no emprego de agentes à paisana, como quando tentam espionar uma reunião ilícita numa casa de jogatina. De acordo com o chefe de polícia, “*é mais um serviço que prestará a esta cidade, se, dentro da órbita de suas atribuições, conseguir recolher todos os viciosos e jogadores à estação central de urbanos, para depois de conhecidos, providenciar sobre o destino de cada um*”. *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 19/02/1880. AESP, co2597.* Em outra ocasião, o presidente da província estabelece que alguns urbanos “*prestarão serviços dentro da cadeia e policiarão a cidade à paisana, como agentes secretos; que receberão ao mesmo tempo instrução e disciplina*”. *Ofício do presidente ao chefe de polícia, em 20/08/1881. AESP, co2606.* O subdelegado da Sé, em 1885, também sugeria a presença de praças disfarçados para flagrar atividades ilícitas no Jardim da Luz. *Ofício do subdelegado da Sé ao chefe de polícia, em 06/10/1885. AESP, co2646.* Marco Antonio Cabral dos Santos analisa a criação de um serviço mais sistematizado nos primeiros anos de governo republicano. Marco Antonio Cabral dos Santos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX, op. cit., pp. 232 e ss.* Na literatura internacional, ver Clive Emsley. “Political Police and the European nation state in the nineteenth century”, in: Mark Mazower (ed). *The Policing of Politics*. Providence : Berghahn Books, 1997.

É verdade que em meio à disputa ideológica entre libertários e escravocratas, algumas vezes a polícia se tornava alvo das ações abolicionistas, inclusive daqueles que escapavam à força dos grilhões. Em São Paulo, por exemplo, o chefe de polícia relatou que no dia 24 de outubro de 1887, às 20:00hs,

“os negros voltaram à carga contra a força de polícia, que fazia a guarnição da cidade, provocando grande desordem no Largo do Palácio, por ocasião que ali, como de costume, tocava a música do Corpo de Permanentes. As praças foram agredidas a cacete e os desordeiros procuravam desarmá-las, o que não conseguiram, por ter acudido a força de cavalaria, à qual ordenei que desse carga de espada, a fim de dispersá-los; vendo, porém que o tumulto crescia, e que os negros aumentavam, levantando vivas à liberdade e morras aos escravocratas, tendo se estabelecido o pânico entre as famílias que se achavam no Jardim do Palácio, mandei que os portões de entrada fossem guardados por praças de cavalaria (...) requisitei o contingente de infantaria de linha (...) a fim de que, se a turba continuasse, as famílias ali não sofressem violências e ficassem garantidas”.¹⁷⁴

Foram presos dois negros, armados de cacete, os quais a “turba” não conseguiu recuperar. O chefe de polícia assistiu a todo o confronto e disse não ter havido feridos entre os desordeiros, sendo que apenas algumas praças ficaram levemente feridas. A ordem foi restabelecida graças à ronda que circulou pela cidade dispersando os grupos mal intencionados.¹⁷⁵

Esse confronto entre “negros” e policiais é duplamente simbólico. Em primeiro lugar porque escancara o nível de ilegitimidade de que a escravidão gozava às vésperas da abolição plena.¹⁷⁶ E a polícia, arcabouço da legalidade, portava, por evidente, a semântica do poder. Mas as agressões se justificavam não apenas pelo caráter terrorista, isto é, o

¹⁷⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 24/10/1887. AESP, co2678.*

¹⁷⁵ Karl Monsma cita casos em que libertos atacaram a polícia em Bananal e Alambari. Karl Monsma. “A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900”, *op. cit.*

¹⁷⁶ O *status quo* era “a única prova cabal do ser escravo restringia-se ao fato básico de sua condição”. Maria Helena P. T. Machado. *O plano e o pânico - os movimentos sociais na década da Abolição*, *op. cit.*, pp. 26, 27.

vilipêndio ao braço próximo de uma autoridade abstrata, representada pelo Estado. Ao rés-do-chão, o ataque aos policiais cobrava um débito amealhado nas rivalidades cotidianas e muitas vezes marcado por relacionamentos íntimos e pessoais. Os escravos e libertos descontavam no par traidor o lucro que este abiscoitara ao render um escravo fujão, ao “furar” a soldo uma manifestação abolicionista, ao extorquir do jornaleiro incauto a fêria do dia, ou ao, por força da farda, abusar publicamente da esposa ou da irmã indefesas. Cobrava-se, enfim, a conta pela honra humilhada num nível bem concreto e sensível de competição, em que a violência, como vimos, transitava como moeda corrente. A força da multidão unida, a aceitação social ampla pela nobre causa e as novas perspectivas socioeconômicas avalizavam a carga contra os policiais, que, se no abstrato, representavam a situação abjeta; no concreto, eram competidores por uma nesga de sol.

Assim, o período que precedeu a abolição tornou-se um momento propício para se consumarem pequenas nêmesis a vingar dignidades expropriadas, preparando terreno para as disputas pontuais pelas vagas do mercado de trabalho. Foi o que se deu em Sorocaba, em abril de 1888. Naquele mês, o jornal *A Província de S. Paulo* publicava um texto assinado pelo italiano Bernardo Santi, denunciando a ação da praça Joaquim Felix da Costa, engajado em julho de 1888, em Sorocaba, natural de Santos, nascido em 1865, com 1,63m, moreno, sem ofício, solteiro, que como outros policiais promovia “*tropelias (...) prendem, insultam, e espaldeiram qualquer homem morigerado*”. Teria o soldado, “**policiando** *amorosamente, daquela moda, a sogra de Pedro Amaral, eis que este chega em casa, encontrando os pombinhos com a boca na botija*” [grifo original]. Expulso a “*trambolhões*”, teria descontado a afronta prendendo um certo Jacintho Monteiro, liberto, que se encontrava na casa de um tal Tito Pavão. Santi, que alugava o prédio a Pavão, foi ter com a polícia por achar sua propriedade danificada. No corpo da guarda, foi recebido com impropérios e indelicadezas pelo cabo Miguel, que o xingou de “*carcamano*”.¹⁷⁷

O delegado, instado a retorquir a acusação, rebateu a versão de Santi e fez do policial a vítima, pois “*achando-se a praça (...) dormindo em casa de Pedro Amaral, como costumava, foi surpreendido por diversos pretos libertos que procuravam espancá-lo (...)*”. Ainda segundo o delegado, o italiano Bernardo Santi foi ao corpo de guarda e sem ser provocado passou a insultar a polícia: “*Tenho (...) procurado por todos os meios legais que*

¹⁷⁷ *Ofício do delegado de Sorocaba ao chefe de polícia, em 14/04/1888. AESP, co2691.*

o grande número de libertos desta cidade e de outros lugares que para aqui se dirigem se tornem úteis a si e à sociedade (...) Isto tem contrariado a diversos, [entre os quais] está o dito Bernardo Santi que possuindo pequenas casas arruinadas as aluga a essa classe de gente que aí vivia aglomerada em completa miséria”.

Nesse caso, pouco importa onde está a razão. Mais útil é analisar quais os vetores de poder em jogo no imbróglio. Quatro são os contendores: os policiais, os libertos, o italiano proprietário e o delegado. A praça João Felix provavelmente era policial local, já que foi incorporado no CPP apenas em julho daquele ano, após a reforma institucional. No momento do engajamento, fora considerado de cor morena, portanto, classificado pelas autoridades dentro do grupo indistinto de brasileiros livres pobres, mas que já se distanciava dos apanágios inerentes aos recém-libertos. Ou, pelo menos, ele próprio, provavelmente, considerasse recalcada essa ruptura. Nascera em Santos e residia em Sorocaba: duas cidades de pendor urbanizado, com bastante autonomia em relação ao entorno rural, marcadas pela grande circulação de pessoas, de dinheiro e de oportunidades de ocupação. Seria, então, João Felix acostumado nas manhas citadinas, sujeito bem finório, e enamorou-se, segundo Santi, da sogra de Pedro Amaral, provavelmente liberto, como o eram Tito Pavão e Jacintho Monteiro.

O fim iminente da escravidão e a entrada abrupta de um contingente cada vez maior de ex-escravos no universo dos livres que se lhes abria compulsoriamente fomentavam a eclosão de rivalidades que antes tendiam a permanecer latentes por força do próprio escravismo, cujas inclinações paternalistas impeliam deferência e subserviência. O rompimento gradativo dessas dinâmicas, somado à efervescência do abolicionismo, que estimulava atitudes radicais, podia incitar os libertos a mais livremente descontar nos policiais – eles também não-brancos e pobres – a opressão do cativo. O abuso de João Felix, devassando a intimidade de Pedro Amaral, gerou uma seqüência de ações e represálias que talvez não emergissem se o clima social não se apresentasse tão propício.

Já o italiano Bernardo Santi reclamou publicamente da atitude arbitrária da polícia e saiu em defesa de seus clientes. Proprietário de imóveis, morador havia onze anos em Sorocaba, provavelmente investiu os recursos amealhados com o comércio de animais, já em decadência, em novas frentes econômicas. A chegada na cidade de ex-escravos liberados do eito e fora da tutela dos senhores criava necessidades imediatas,

principalmente no setor habitacional. Muitos proprietários enriqueceram nesse período ao repartir os grandes sobrados em pequenos cômodos e alugá-los aos recém-ingressados na economia de mercado.¹⁷⁸ No contato com a polícia, convenientemente aliado a seus clientes libertos, disse ter sido desrespeitado. Foi insultado em seu apanágio mais essencial e, portanto, diferenciador: a nacionalidade. Finalmente, o delegado surge como o legítimo defensor da ordem: arroga-se do discurso corrente que impõe tutela e vigilância sobre os ex-escravos, que devem incorporar-se à sociedade pelas mãos benemerentes dos homens de bem, a ponto de se tornarem úteis, morigerados e obedientes.

Está aí, portanto, a estrutura de um roteiro idealizado de um flagrante paulista pré-abolição. A polícia desprestigiada, não só mostrava-se incapaz de manter a ordem num momento de grande tensão, mas fazia pior: ela própria, ou melhor, seus agentes, funcionavam como estopim da discórdia. Mesmo em anos anteriores, quando as pressões abolicionistas eram menos sensíveis, o relacionamento da população com os policiais foi pautado nesse movimento ambíguo que variava entre a hostilidade e a aproximação.

Não era incomum os policiais serem recebidos com uma salva de pedra quando procediam a uma detenção, nem que os populares tomassem o partido dos soldados de linha quando entravam em confronto, embora houvesse exceções. Como no caso descrito acima, em que Bernardo Santi e seus locatários libertos se congregaram contra os policiais, no teatro da província outras alianças tão esdrúxulas se formaram na tentativa de igualar a autoridade daqueles sujeitos amorenados, arrogantes, abusados e ladrões. Assim, diante da notícia de três praças da cavalaria de linha armados de navalhas estavam provocando desordem em frente à Hospedaria dos Imigrantes, o subdelegado do Brás enviou para o local uma “*força de guardas desta estação*”, que efetuaram a prisão dos desordeiros. Durante a escolta para o quartel, na rua da Concórdia, as praças foram agredidas (“*arremessaram uma grande quantidade de pedras*”) por um grupo de três portugueses, coadjuvados pela multidão que acompanhava a prisão, resultando ferimentos de parte a parte.

Também não podemos esquecer que a ação policial, principalmente no interior, podia ser associada ao recrutamento compulsório que vigorou até princípios do período

¹⁷⁸ Wilson Toledo Munhós. *Da circulação ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*, op. cit.

republicano, criando mitos como o do Capitão Pimenta, citado algumas páginas atrás. Afinal, as campanhas de recrutamento eram uma incumbência da autoridade civil, organizada pelo delegado, e os policiais participavam da “caçada” como agentes recrutadores.¹⁷⁹

Pode-se sugerir que o desprestígio do policial em relação à população, bem como os confrontos advindos dessa asserção, transitam por entre diferentes canais de representação, isto é, correspondiam à troça ante a autoridade claudicante, a concorrência num ambiente de carestia e até a sensibilidade classista. No próximo item, aprofundamos um pouco mais essa discussão.

Estratégias de sobrevivência

Vivendo na pele essa realidade incerta e cambiante, os policiais certamente tomavam consciência da situação e dela tiravam proveito. Pode-se dizer que eles aprenderam rápido o caminho do imprevisto para abiscoitar vantagens agraciadas por fora dos trâmites legais. Dependendo da habilidade de negociação do policial, dos contatos estabelecidos com gente mais graduada na hierarquia policial, conseguiam movimentar a máquina institucional em benefício próprio. Alguns chegavam a se aproveitar dos próprios mecanismos internos da polícia para tentar levar vantagens indevidas. O furriel Joaquim da Costa Bastos, comandante do destacamento de Franca, se fez passar pelo delegado da cidade, num ofício auto-elogioso, em que propunha sua promoção para a grade de 2º sargento pelo “*bom serviço que tem prestado com energia (...) o honrado militar, furriel Joaquim da Costa Bastos*”. Ao tomar conhecimento da petição, o comandante do CPP farejou logo a farsa, reconhecendo a caligrafia do subordinado, que “*se elogiou acima dos seus reais merecimentos*”.¹⁸⁰ Esse policial já aparecera na documentação quando destacado em Campinas. Na ocasião estava dando tiros de garrucha em um paisano que estava na casa de uma meretriz, embriagados “*a ponto de não poder ter de pé firme*”.¹⁸¹ Em seu histórico institucional, consta o seguinte: Joaquim da Costa Bastos foi engajado pela primeira vez em fevereiro de 1883, na cidade de Campinas. Nascido em Silveiras, em 1860 (ou 1861), com

¹⁷⁹ No entanto, ao contrário do que ocorria nas províncias do Nordeste, São Paulo contribuía com poucos recrutas em relação ao total nacional, ainda mais depois da Guerra do Paraguai. Peter Beattie. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*, op. cit.

¹⁸⁰ Ofício do delegado de Franca ao presidente da província, em 26/03/1888. AESP, co2694.

¹⁸¹ Ofício do delegado de Campinas ao chefe de polícia, em 21/05/1883. AESP, co2622.

1,70m, branco, era ourives e solteiro. Em outubro de 1889, aparece um segundo engajamento, em Silveiras. Dessa vez, ele se diz pintor e casado. Talvez o episódio fraudulento tenha provocado sua exclusão da força, medida insuficiente para que ele retornasse anos depois.

Nas ruas, nas estradas, imiscuídos em meio a uma população que comungava das mesmas origens sociais, os policiais sentiam-se atraídos a exercer autoridade inédita e, com isso, deixar patente a diferença, mesmo em escala diminuta, que os colocava numa posição preeminente em relação a um igual. Apesar de funcionarem como o legítimo representante do Estado, vezeiramente extrapolavam os limites da lei e davam curso a uma série de arbitrariedades e caprichos em benefício próprio.

Ser policial também abria possibilidade de manipular uma vasta rede de pequenos poderes, em que o titular da patente, dentro dos limites permitidos pelo seu lugar social, ouriçava a crista diante de históricos adversários, dando curso a desforras, melindres e fanfarronices propiciados pelo lugar de autoridade galgado ou, às vezes, arditamente apropriado, como no caso do cabo Benedicto do Espírito Santo, do destacamento de Penha de França, que, durante as festas de ano novo na Aldeia de São Miguel, *“intitulou-se que era o subdelegado desta freguesia e que tinha carta branca e de aí em diante começou a fazer despotismo querendo amarrar pessoas livres, sem que cometessem crime algum, também dirigindo-se ao diretor da Companhia de Cavalinhos que ali existia dizendo que lhe desse um camarote porque era o subdelegado de polícia”*.¹⁸²

O policial reproduzia em sua própria micro-escala a mesma base fundamentava as relações mais gerais, calcadas na marcada diferença do lugar social, construído no seio de uma sociedade escravista. Num brevíssimo intervalo de tempo, o indivíduo experimentava uma metamorfose. Antes, encontrava-se num dos lugares mais baixos da escala social, vítima do poder irrestrito e do arbítrio dos que se encontravam em posição superior. Quando armado e uniformizado se arrogava o lugar do outro. Circulando num espaço amplo que potencializava os encontros com inúmeros atores sociais, dava vazão ao jogo paternalista de coerção e benemerência; de violência e proteção, mandando às favas o império da lei universalizante. Sabia, é claro, a quem devia deferência, mas enredado numa teia de pequenos poderes, o pobre, o não-branco, o liberto, o imigrante, agora

¹⁸² *Ofício do subdelegado de Penha de França para o chefe de polícia, em 02/01/1882. AESP, co2618.*

transformados em policial, podiam ousar a desafiar as estruturas tradicionais da hierarquia social. Ora fazendo alianças estratégicas, ora tomando partido, o policial se adestrava no jogo do poder. Assim, podia manipular em benefício próprio a discricionariedade inerente ao poder de polícia, conceito articulado no discurso das autoridades que sancionava as ilegalidades e excessos cometidos pela polícia, tendo como justificativa a necessidade de manter a ordem pública a qualquer preço.¹⁸³

O “abuso da farda” era reclamação corrente nas queixas contra o procedimento policial. Quando o guarda de urbano Jesuíno Joaquim de Oliveira, recém-engajado, pediu para fazer parte do destacamento da estação do Alto Sant'Anna, “*alegando ter família e ser ali residente (...)*”, o comandante da corporação obtemperou que esse “*guarda tem maus precedentes e acha-se indisposto com os demais moradores e que seu intento é **prevalecer-se da farda** [grifos meus] para exercer vinganças contra certas pessoas (...) tornando-se por isso inconveniente sua continuação nesta Companhia*”.¹⁸⁴

Podemos sugerir que o *ser* policial, mesmo entre os que ostentavam as patentes mais baixas, abria à praça ou ao guarda urbano um amplo espectro de oportunidades de ganho proporcionadas pelo lugar peculiar de autoridade a que eram promovidos.¹⁸⁵ Foram muitas as estratégias de sobrevivência arquitetadas pelos policiais, aproveitando-se de uma posição privilegiada que ocupavam no meio social em que conviviam, com vistas a engrossar a renda franzina dos vencimentos oficiais. Arrecadar um dinheiro ou uma vantagem, espúria ou não, motivava um sem-número de estratégias de que os policiais lançavam mão.

O acúmulo de funções, interdito pelo regulamento, levava alguns policiais a dividir o tempo de serviço, em teoria exclusivo, com outras atividades econômicas. No mundo rural, podiam ser empregados como roceiros, recebendo os vencimentos do governo sem prestar qualquer serviço, como denunciou um tal Joaquim Azevedo da Silva Oliveira, de Juquiá, a respeito de dois guardas municipais (policiais locais) “*que trabalham em serviços de roça para eles a três léguas de viagem e quando chegam os dias 15 e 30 de*

¹⁸³ Sobre as “ilegalidades sancionadas”, ver Luis Antônio Francisco de Souza. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de Doutorado : USP. São Paulo, 1998.

¹⁸⁴ *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 01/03/1887*. AESP, co2678.

¹⁸⁵ Ou pelo menos podiam evitar uma detenção inopinada, como no caso de João Antonio de Assumpção, preso na plataforma da estação da estrada de ferro São Paulo a Cachoeira pelo chefe da estação, e que no momento de ser detido declarou-se guarda de urbanos da Estação Central. *Ofício do chefe da estação para o chefe de polícia, em 03/05/1877*. AESP, co2583.

cada mês o delegado passa visto nos pretos e manda receber o dinheiro na mesa de rendas de Iguape (...)”.¹⁸⁶

Se por um lado a polícia, principalmente a polícia local, podia ser um cabide de emprego para lavradores que recebiam vencimentos sem trabalhar, por outro, o uso da farda e a disponibilidade de armamento podia incrementar a possibilidade de ganho dos policiais no cumprimento de funções privadas que envolviam o emprego da violência e coerção. Na fronteira embaciada dos domínios entre o público e o privado, os agentes da lei muitas vezes transitavam indistintamente pelos dois lados. Mais patentes eram os usos particulares que se faziam dos policiais nas disputas localizadas de poder. Há registros de que policiais, principalmente os locais, foram contratados como sicários de aluguel. Em Bananal, o periódico *Echo Bananalense* noticiou que os policiais Antonio José Fernandes e Anselmo José Garcia tentaram assassinar a mando o cidadão Julio Ferreira de Mello por 10 mil réis cada um. Parece que havia o envolvimento do sargento comandante do destacamento, Manoel da Costa Rosa, que foi destituído pelo delegado.¹⁸⁷

Também as praças podiam lucrar com as disputas políticas locais, quando eram recrutadas por alguma das parcialidades concorrentes. Dessa vez, o jornal *Correio Paulistano* acusou o soldado Leonardo de Tal de, em companhia do Dr. Ferreira Braga, por meio de ameaça, obrigar vários eleitores de Piedade (região de Sorocaba) a votar no conselheiro Paula Souza. O policial faria parte do destacamento de Una. “*Chegando na cidade*”, escreveu o comandante geral, “*o referido soldado, a paisana, de pala e chapéu*”, apresentou-se ao comandante do destacamento de Piedade com uma guia do comandante de Una dizendo que estava em serviço.¹⁸⁸ Nos livros de Relação de Mostra do CPP há de fato um Leonardo Alves Antonio de Camargo, engajado na Vila de Una, em julho de 1881, nascido em 1842, 1,70m, sem ofício, casado e pardo.

Pois assim, tanto os policiais sicários, como o agitador político, eram peças da engrenagem que marcavam a vida sociopolítica brasileira no fim do Império. As disputas

¹⁸⁶ Carta Joaquim Azevedo da Silva Oliveira para o chefe de polícia, em 22/11/1870. AESP, co2539.

¹⁸⁷ Ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 14/10/1872. AESP, co2541; ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 22/10/1872. AESP, co2544. Em Alambari, o comandante do destacamento reclamava que o subdelegado requisitou uma praça que pousasse em sua casa todas as noites, o que causou mal-estar no destacamento. “*O sr. subdelegado*”, relatou, “*por intrigas particulares que tem neste lugar quer por isso ter em sua casa uma praça como capanga (...)*”. Ofício do comandante do destacamento de Alambari ao chefe de polícia, em 12/04/1881. AESP, co2606.

¹⁸⁸ Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 26/05/1882. AESP, co2325. A citação é do alferes Benedicto Antonio da Silva Abreu, comandante do destacamento de Sorocaba.

localizadas de poder, por terra e por controle político demandavam a organização de séqüitos particulares que enfrentassem inimigos e coagissem os recalcitrantes. Para os poderosos e seus asseclas, nada mais prático do que fazer uso da máquina policial, claudicante em seus alicerces burocráticos. Os policiais, longe da ingenuidade, lucravam com a situação, associando-se ao lado mais vantajoso. Talvez, conforme sugeriu a imprensa no caso das praças que facilitaram a fuga dos presos, ingressassem na polícia já movidos por segundas-intenções.

E, ao mesmo tempo, podiam aproveitar do ambiente gerado pela crise escravista para levantar algum dinheiro. Num ambiente de fugas em massa, em que, principalmente nas grandes cidades, se embaciavam as distinções sociais e o abolicionismo radical recrudescia, a vigilância sobre essa população semovente e indistinta ganhava corpo entre as preocupações policiais, como uma tentativa desesperada de manter pela via única da coerção o regime em frangalhos. Gozando de um estatuto formal de liberdade, mesmo que não o fosse, o policial participava ativamente, na medida das limitações materiais da instituição, da repressão a quilombos e aos prófugos do cativo.

Nessa missão em defesa da ordem pública – recuperar os fujões – os policiais encarregados logravam operar um sistema paralelo de recompensas e prêmios que, provavelmente, açulavam o empenho demonstrado no serviço. Essa prática, se corrompia o corolário da burocracia moderna¹⁸⁹, não se desviava das relações promíscuas entre as esferas pública e privada que embalavam a roda patrimonial da política e da administração brasileiras. Não devia ser incomum a apropriação de policiais, principalmente os pertencentes à polícia local, mais sujeita a relações personalistas, na caça de escravos fugidos. Já às vésperas da Lei Áurea, o subdelegado de Cruzeiro foi acusado em abaixo-assinado dos próprios eleitores do município de “*empregar cotidianamente os soldados da polícia local desta vila em seus serviços particulares (...) como tem mandando-os pegar escravos fugidos de seu sogro*”.¹⁹⁰ No entanto, mais importante no que concerne à abordagem deste trabalho, essa empresa levada a cabo no lusco-fusco da legitimidade permitia aos policiais auferirem um ganho extra.

¹⁸⁹ O Exército, por exemplo, no contexto da Questão Militar, recusou-se a partir de 1887 a perseguir escravos fugidos.

¹⁹⁰ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 02/05/1888. AESP, co2690.*

O contato imediato com a população pobre, ainda mais em cidades maiores, como Santos, Campinas e São Paulo, território sem feitores e por onde se camuflavam os escravos fugidos na tentativa de se confundir no mundo dos livres, podia revelar aos policiais identidades secretas que arriscavam ser desmascaradas mediante uma boa recompensa.¹⁹¹ Além disso, com o fim do tráfico internacional, principalmente na província de São Paulo que capitalizava o comércio interno de cativos, os escravos se tornaram um bem cada vez mais valioso que majorava a cobiça dos fazendeiros e, em consequência, o valor do serviço. Não se excluem desse jogo possíveis artimanhas e trapaças preparadas pelos policiais para seduzir os escravos incautos e entregá-los de mão-beijada aos senhores. Assim, o guarda urbano Henrique Manoel dos Santos Junior “*apresentou-se na estação policial da Freguesia do Brás, no intuito de reclamar o pagamento da gratificação que lhe competia pela captura de um escravo*”.¹⁹² Já o ex-guarda urbano Ferreira, preso na Casa de Correção, escreveu ao chefe de polícia reclamando o recebimento da gratificação de 20 mil réis paga pelo senhor do escravo Adão, que teria sido capturado por ele.¹⁹³

O mercado de escravos fugidos envolvia vários escalões da polícia, todos ávidos por levar alguns caraminguás. Nesses casos os conflitos eram iminentes, cada qual defendendo a sua porção. No caso do guarda Henrique, ele acusou o subdelegado do Brás de ter recebido o dinheiro; seu colega Ferreira teria sido engabelado pelo sargento João Baptista. O destacamento de Franca fez pior: insurgiu-se para cobrar uma gratificação pela prisão do escravo Julião, acusado de assassinar seu senhor na cidade de Campinas e de roubar-lhe cinco contos de réis. No ato da prisão, o delegado teria recuperado 3.9464.000 réis. Mas só o oficial de justiça teria recebido uma gratificação de 400 mil. “*Desfeitadas*”, as praças trataram de conspirar contra a delegacia, portando-se de maneira “*insubordinada*” durante a diligência. Uma das praças, armada de garrucha, ainda teria obrigado o oficial

¹⁹¹ Sobre a escravidão urbana, ver Leila Mezan Algranti. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis : Vozes, 1988; Maria Helena P. T. Machado. “Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na Cidade de São Paulo”, in: Paula Porta (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*, volume 2. São Paulo : Paz e Terra, 2004; Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas - escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo : Editora Hucitec, 1998; Maria Odila L. S. Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo : Brasiliense, 1984 e, da mesma autora, “Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”, in: *Estudos Econômicos*, n. 15 (número especial); Mário Danieli Neto. “O escravo urbano na Campinas Imperial”, in: *in: Campinas – visões de sua história*. Campinas : Editora Átomo, 2006.

¹⁹² *Ofício do comandante da Companhia de Urbanos ao chefe de polícia, em 01/10/1881*. AESP, co2612.

¹⁹³ *Carta de José Alves Ferreira ao chefe de polícia, em 10/10/1882*. AESP, co2614.

Sancho a lhe entregar 10 mil réis.¹⁹⁴ Em Casa Branca, o motivo da revolta das praças foi a recusa do delegado a repassar-lhes dez mil réis da recompensa de 200 mil a ser paga pelo senhor lesado. A autoridade, entretanto, teria arrumado um meio de enviá-las para a capital sem dividir o butim. O subdelegado local acreditava ser justificada a “cólera” dos soldados contra seu colega.¹⁹⁵

Assim, os policiais tornaram-se peças-chaves para tentar manter incólume o regime que desmoronava. Podiam ser considerados como epígonos dos capitães-do-mato, ostentando uma roupagem (ou seria o caso de dizer um uniforme?) mais afeita à modernidade que se queria alcançar – expressão final da contradição do escravismo. No entanto, não havia nenhum dispositivo legal que regulamentasse a recompensa pecuniária pelo serviço; a praxe, contudo, não incomodava a cúpula institucional, que em nenhum momento se voltou contra a medida. De fato, as gratificações e prêmios confirmavam um caráter privado ao policiamento, mesmo sendo a captura de escravos uma incumbência inerente ao serviço policial, uma vez que podiam influenciar nas prioridades do serviço, ao se privilegiar uma ocorrência “remunerada” – a perseguição de um cativo de fazendeiro rico, por exemplo – em detrimento de outra, integrada na agenda ordinária. Mas é importante notar que até nesse viveiro patrimonial, em que os interesses privados se sobrepunham, os agentes policiais demonstravam efetivo poder de barganha ao pelear pelas remunerações prometidas. No mesmo sentido, seria de se esperar que envidassem tempo, esforço e denodo em ações que redundassem num estipêndio extra, inclusive ao otimizarem, eles próprios, a rotina de trabalho com vistas a potencializar as margens de lucro. Era, então, evidente que os policiais se assanhassem a receber as recompensas privadas.

À parte das gratificações pela captura de escravos fugidos, o uso da farda podia prover outros ganhos e vantagens. Alguns deles originários da própria posição funcional de policiais, como, por exemplo, a prerrogativa de viajar de graça, de trem ou ao preço de meia-passagem, de bonde, quando em serviço. Mas logo essa prática descambou para os abusos, principalmente na capital, onde o policial podia se servir a quase toda hora da rede de transporte público, descontentando sobremaneira a empresa concessionária, que em

¹⁹⁴ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em 25/05/1886. AESP, co2671.*

¹⁹⁵ *Ofício do delegado de Casa Branca ao chefe de polícia, em 11/03/1881. AESP, co2606 e ofício do delegado de Casa Branca ao chefe de polícia, em 01/03/1881. AESP, co2612.*

março de 1885 distribuiu 9.104 passes gratuitos à requisição da chefia de polícia.¹⁹⁶ Os policiais não se furtavam em “*pedir passagem nos carros*”, sem pagar o valor devido.¹⁹⁷

Nos documentos manifestam-se outras inconveniências cometidas pelo policial, de comportamento reprovado no cânone da disciplina e que flerta com o mundo do crime. Restou-nos também a rubrica admoestadora contra o lero-lero mavioso na porta da taverna, contra a indolência, a insolência, a jogatina, a embriaguez, o amor venal. A partir desses lugares impróprios engatam-se outras irregularidades que se somam a outras práticas, de um lado ilegais, quando amparadas às expectativas altaneiras da cúpula institucional, mas abertamente legitimadas pela práxis cotidiana do policial, na construção de uma subcultura funcional: uma ferramenta a mais na luta do agente da lei pela sobrevivência. Trata-se do golpe aplicado num caipira ou num preso impotente, das espertezas, das pequenas corrupções: enfim, o ludibrio pespegado pelo lobo travestido em pele de cordeiro.

Foram muitas as reclamações de detidos que confiaram a guarda do dinheiro a policiais e nunca mais se lhe viram a cor. José Vicente Purcinio, preso na capital, enviou um requerimento ao comando do CPP, esperando que lhe fosse entregue os 32 mil réis que havia emprestado à praça Pedro José dos Santos, quando fazia a sentinela no estabelecimento. A petição, de fato, sensibilizou o comandante que preocupado com a moralidade da corporação, dizia compreender “*a inconveniência de tais negociações entre praças do Corpo e presos guardados por elas fiz recolher à capital o mesmo soldado*”. Ato contínuo, ele ordenou ao comandante da companhia à que pertencia a praça que “*procurasse receber dele a importância de que era devedor (...)*”. Como a dívida ultrapassava seus vencimentos mensais, o comandante fez com que ela fosse quitada a partir de descontos parcelados.¹⁹⁸ Outras queixas davam conta de apropriações indébitas causadas por agentes da lei, como contra a uma patrulha que escoltava um preso de Botucatu a Piracicaba, acusada de, no caminho, roubar chapéu e faca dos viandantes, raptando uma mulher que com eles seguia, ou da reclamação coletiva de vários paulistanos, assinada pelo advogado Carlos Augusto Garcia Ferreira, que durante o procedimento de

¹⁹⁶ *Ofício da Companhia de Carris de Ferro de São Paulo ao chefe de polícia, em 24/04/1885. AESP, co2653.*

¹⁹⁷ *Ofício da Companhia de Carris de Ferro de São Paulo ao chefe de polícia, em 15/05/1886. AESP, co2668*

¹⁹⁸ *Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 01/02/1886. AESP, co2339. No mesmo sentido, Justino Peixoto da Motta “vem implorar” ao chefe, o “poder mais competente (...) muito digno Magistrado” pedir que receba o dinheiro que emprestou a uma praça do CPP, quando estava preso em Brotas e que nunca lhe foi pago. Carta de Justino Peixoto da Motta ao chefe de polícia, em 15/01/1883. AESP, co2626.*

captura “foram vítimas” dos agentes policiais que subtraíram vários bens dos requerentes, dentre os quais espingarda, laço, dinheiro, mataram galinha e cachorro.¹⁹⁹

É esse mesmo movimento irregular que é flagrado num ofício enviado ao chefe de polícia por um dos subdelegados da capital, Rafael Tobias de Oliveira Martins, em 1875, quando tomou as dores do lavrador João Cardoso Bicudo, que se queixou de duas praças do Corpo de Guarnição que o teriam roubado em 14 mil réis. A vítima viera ao palácio fazer despachar um requerimento quando uma das praças da guarda

*“se propôs conseguir o despacho mediante um copo de aguardente que beberiam depois de darem um passeio de carro, sendo essa a indenização pelo bom êxito que ele assegurava ter o requerimento. O interessado sendo um lavrador rústico deixou-se levar por essas promessas e alugando um carro deu de beber a um e foi com outro até a freguesia do Brás. Neste trajeto a praça que o acompanhava o mesmo Bicudo subtraiu-lhe do bolso a quantia acima referida que se achava dentro de um buço (...) Trato de saber por intermédio do comandante do Corpo com o auxílio do cocheiro os nomes exatos de ambas as praças e envidarei esforços para que tal crime não fique impune e não venham as praças recentemente chegadas da Corte reproduzir as cenas que ali se dão diariamente”.*²⁰⁰

A presença do caipira ignaro, noviço na cidade estranha, foi um prato cheio para os policiais. Seduziram-no pelo uniforme: sinal de honestidade, de lisura, de prestação de serviço. Fisgaram o simplório na sua carência mais aguda – a hesitação em tramitar pelo emaranhado dos papéis, símbolo de um mundo com o qual não estava habituado. As praças manipularam com destreza seu ponto vulnerável, lançando a isca certa para o sucesso da arapuca. Ofereceram apressar um requerimento burocrático, atalhar um procedimento intrincado, no qual seria obrigado a lidar com funcionários e com a abstração das leis. Uma pinga pelo serviço era um escambo excelente. Saíram-se bem, ao que parece.

Responsáveis pelas Câmaras Municipais por aplicar multas contra as infrações das posturas municipais, os policiais se aproveitavam dessa função para desfalcas além de

¹⁹⁹ Autos de requerimento assinado enviado ao chefe de polícia, em 24/07/1883. AESP, co2625.

²⁰⁰ Ofício do subdelegado da Capital ao chefe de polícia, em 05/09/1875. AESP, co2564.

bolsos incautos, o erário. É o que se deu em março de 1879, quando o comandante da Companhia de Urbanos informou o chefe de polícia sobre a prisão do guarda Cassiano de Goes Maciel, pelo 1º sargento, comandante da Estação de Santa Ifigênia, por ter, “*de folga e paisano*”, multado em dez mil réis o carroceiro Manoel, escravo de Victorino Gomes Cardim, recebendo do escravo quatro mil réis, dizendo-lhe que assim a multa ficava quitada. Em rubrica, o chefe de polícia ordenou a exclusão do guarda, pois “*o seu procedimento repreensível é digno da mais severa censura*”.²⁰¹

O sargento de urbanos Francisco Gregório da Cruz Mendes também fez valer sua autoridade ao se negar a pagar uma dívida, reconhecida de próprio punho com o comerciante Ciasugge Theodoro, residente na rua do Seminário, beco do Sapo, obrigando-se a pagar todo o fim de mês. Não sabemos se traído pela confiança em excesso ou atemorizado pela ameaça de uma retaliação arbitrária, o comerciante rolou a dívida o quanto pôde, isto é, até que ela atingisse 149.640 réis, sem que o sargento a quitasse, nem mesmo mediante a oferta de uma prestação quinzenal de 10 mil réis. Foi só então que Theodoro decidiu submeter uma queixa ao chefe de polícia, solicitando que intercedesse junto ao sargento. No entanto, o chefe de polícia não se sensibilizou com o problema do comerciante, rubricando no ofício a seguinte resposta: “*Não tem lugar o que requer. Faça o suplicante valer seu direito pelos meios legais, perante a quem compete*”. Do alto de sua farda e do lugar social que ocupava, o sargento despeitou o vínculo de respeito e confiança que sustentava o senso comunitário (talvez amuado pelo fato de o credor ser italiano?). De todo o modo, fez uma dívida e recusou-se a honrá-la, pendurando o débito na conta da polícia.²⁰²

A cidade em crescimento era pródiga nas tentações. Os novos personagens, as riquezas que afluíam, o espaço público em construção. E, melhor para as praças, sua presença era solicitada, era imposta, era natural. Em São Paulo, por exemplo, aproveitavam a luz bruxuleante dos lampiões a gás, que iluminava a escuridão noturna, atijando os transeuntes a prolongar o dia, para subtrair bens alheios, conforme relato do comandante da Estação de Santa Ifigênia, o 1º sargento Rodolpho Gregório de Azambuja. Em ofício ao chefe de polícia, contou que às 10 da noite, voltando o inglês Izaiah Hough para casa um

²⁰¹ Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 28/03/1879. AESP, co2592.

²⁰² Carta de Ciasugge Theodoro ao chefe de polícia, em 12/08/1880. AESP, co2596.

pouco alcoolizado, foi abordado por um urbano que lhe recomendou entregar-lhe um relógio de prata com corrente de ouro para que não corresse o risco de ser furtado, providência com a qual o inglês concordou. Entregou-lhe também uma moeda de vinte mil réis que servia de medalha. No dia seguinte, o inglês surrubiado reconheceu o guarda Manoel Gonçalves de Moraes como autor da apropriação indébita, comunicando o fato ao comandante, que procedeu a uma revista no indigitado policial. Os objetos foram encontrados, e o guarda, detido.²⁰³

Outros registros dão conta da abordagem de “suspeitos” por policiais que redundaram no surrúpio dos bens dos detidos. Em notícia publicada no dia 03 de março de 1885, sob a rubrica “Fato Grave”, o jornal *Correio Paulistano* atribuiu a cinco praças do CPP a subtração da quantia de cem mil réis, além de um passe de estrada de ferro, um pente, um espelho e um canivete do português Damião dos Santos, preso por turbulento por aquelas praças na noite do dia 28 de fevereiro.²⁰⁴ Não obstante a denúncia, o comandante reputou como falsa a informação, apesar de ser “*vezo antigo julgarem-se prejudicados em dinheiro aqueles que são presos na rua por turbulentos, por praças da Companhia de Urbanos ou do Corpo de Polícia*”. Em defesa dos subordinados, ele responsabilizou a imprensa pelo exagero, uma vez que, “*sem levar em conta esse sistema de malversação procura sempre malquistar os agentes da força pública (...)*”. Mas o fato é que os registros da “malversação” pululam mesmo em instâncias não noticiosas. Na cidade de Santos, por exemplo, em fevereiro do mesmo ano, o italiano Vicente Cabriola foi preso por turbulento pelas praças João Manoel Correa Leal e Salustiano Thomas Pereira. O preso denunciou as praças por maus tratos e o caso foi parar no Ministério da Justiça. Somado a isso, houve a denúncia de que as praças lhe teriam roubado 45.000 réis.²⁰⁵ Em Santo Amaro, o próprio subdelegado acusou o cabo comandante do destacamento e seus subordinados de recolherem inadvertidamente o dinheiro de dois carreiros presos como turbulentos, isso depois de os haver agredido.²⁰⁶ Na capital, a cartomante Maria Reynal de Notaro escreveu de próprio punho ao chefe de polícia reclamando que policiais invadiram sua casa e

²⁰³ *Ofício do comandante da estação de urbanos de Santa Ifigênia para o chefe de polícia, em 20/05/1879. AESP, co2592.*

²⁰⁴ *Ofício do subdelegado de São Paulo ao chefe de polícia, em 05/03/1885. AESP, co2646.*

²⁰⁵ *Ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 14/03/1885. AESP, co2644.*

²⁰⁶ *Ofício do subdelegado de Santo Amaro ao chefe de polícia, em 11/03/1888. AESP, co2688.*

levaram, sem justificativa, “*um ferro de engomar, um leque, um bilhete da grande loteria do Pará e um sobretudo de homem*”.²⁰⁷

Assim, fica claro que os policiais, principalmente os de baixa patente, aqueles que tinham contato direto com a população, viam o ingresso na polícia como a oportunidade de tirar vantagens, mesmo que miúdas, num contexto de grave carestia. Quando impunham a autoridade que lhes fora investida de maneira a impender a cartilha oficial, seja prendendo os recalcitrantes, que insistiam em não se dobrar aos valores consagrados, seja perseguindo um escravo fugido; não o faziam obrigatoriamente em nome do Estado ou de ideais altivos. Enxergavam para além do cumprimento do dever uma chance inédita de obter um benefício qualquer, mesmo que fosse um bilhete de loteria ou um sobretudo. Nesse caso, imbricavam-se duas lógicas distintas: a do controle social sobre uma população sem tutela e a satisfação imediata das necessidades individuais. Muitas vezes, a cultura da sobrevivência policial, construída nos desvãos da burocracia, se utilizava e era convergente com a expectativa dos governantes acerca do trabalho da polícia.

Um episódio ocorrido na capital, em 1884, ilustra bem essa questão, mostrando outras nuances dos propósitos policiais no controle da população. Naquela ocasião, o comandante do CPP respondeu a uma reclamação publicada no jornal *A Província de S. Paulo*, de 02 de dezembro, contra as praças da Estação do Brás. Segundo a autoridade, “*o comandante da Estação declarou que recebeu com efeito mil réis do indivíduo que ali foi preso ultimamente e destinada essa quantia para limpeza e fornecimento de água para a mesma Estação, tendo recebido estas instruções de seu antecessor, existindo aliás desde o comando do furriel Américo César e porque o atual subdelegado daquela freguesia declarasse ignorar uma tal prática, mandei restituir a quantia recebida, lembrando(...)*”.²⁰⁸

A denúncia partiu de Reniebed Martomaqui, preso depois de uma reclamação de barulho em sua casa, na noite de 29 de novembro. Naquela mesma noite, outros dois indivíduos foram recolhidos por estarem embriagados. De acordo com o subdelegado do Brás, “*no dia seguinte, estes dois indivíduos antes de serem soltos fizeram a faxina no quartel (é uma instituição dos meus antecessores como retribuição aos turbulentos, ou embriagados que pernoitam na Estação, a qual eu também adotei). Martenaqui, não*

²⁰⁷ Carta de Maria Reynal de Notaro ao chefe de polícia, em 18/05/1885. AESP, co2650.

²⁰⁸ Ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 03/12/1884. AESP, co2639.

querendo sujeitar-se pagou mil réis a um preto que costuma encarregar-se desse serviço, não é por conseguinte como ele diz no artigo, que o obrigaram a pagar mil réis (...) Não tendo penalidade alguma aos indivíduos que pernoitam na Estação, a não ser dormir fechados, achei boa medida tomada, sem distinção, e continuo a apoiar, tanto mais que é um serviço necessário para o qual não há verba e não pode ser feito pelas praças”.

A detenção de Martomaqui e dos outros dois ébrios é um caso típico do que se convencionou chamar de *prisão correcional*, cuja utilidade é servir como um corretivo, uma medida sumária que visava a concertar um comportamento considerado lesivo à boa ordem e aos bons valores, sem que houvesse desdobramentos judiciais. A prisão começava e terminava na delegacia. Esse procedimento foi amplamente executado pela polícia brasileira contra os ébrios, os vadios, jogadores, os mendigos, as prostitutas, enfim todos aqueles que teimavam em não aderir a uma nova ordem social, proposta a partir das aspirações elitistas de civilizar a população, impor o valor nobre do trabalho, zelar pela “aspepsia” do espaço público e escamotear os maus modos dos pobres.²⁰⁹

Mas gostaria de sugerir uma leitura complementar à interpretação corrente das prisões correcionais, sem tirar, em absoluto, o mérito dessas análises. Trata-se de olhar a questão por outros ângulos. Observando a dinâmica do trabalho policial, podemos sugerir que o desapego à lei e aos valores liberais, representado pelas detenções arbitrárias, pode ter sido precipitado por outros motivos que não passavam necessariamente pelo crivo de uma política supina de controle social ideológico, constrangimento e moralização de vadios, ébrios, prostitutas, escravos e desordeiros. Nesse caso específico, mas cujo argumento pode se estender para a miríade de prisões correcionais registradas apenas na brevidade estatística, parece que o recolhimento de ébrios e desordeiros satisfazia necessidades prosaicas da rotina cotidiana da Estação do Brás – a faxina geral e o dinheiro do café – que, muito provavelmente, era praxe em outras delegacias.

Se o detido era pobre, devia compensar os policiais com uma contrapartida não-pecuniária, no caso, a limpeza do xilindró, que muito bem poderia ser convertida em outras sevícias. Na justificativa do delegado, as prisões funcionavam como uma prestação de serviço *oferecida* compulsoriamente aos infelizes e, pela qual, deviam retribuição. Melhor

²⁰⁹ A bibliografia sobre o assunto é vasta, mas todas as análises são tributárias da pesquisa de Boris Fausto. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, *op.cit.*

então apostar nos bêbados remediados, que tropicavam pelas ruas, bem vestidos, e com algum dinheiro nas algibeiras.

E pelo que parece não havia ironia na explicação da autoridade. Ele considerava o vaivém da Estação de Urbanos como um negócio rentável: fornecia teto e rango contra trabalho ou um mil réis. Os indivíduos detidos eram soltos um ou dois dias depois, sem registro na contabilidade judicial, para serem presos logo em seguida, sob a justificativa genérica de garantia da ordem pública. Com isso, a polícia paulista pode ter desenvolvido um eficiente sistema de arrecadação compulsória, além de aquecer a economia local, ao dar emprego ao “*preto que costuma encarregar-se desse serviço*”.

Se por um lado, a organização descentralizada da Companhia de Urbanos, repartida em estações desmembradas da estação central podia facilitar o achaque dos policiais, por outro era uma pedra no sapato dos escrivães que deixavam de ter controle sobre o entra-e-sai dos presos. Isso porque os mandados de prisão e soltura redigidos pelos notários eram passíveis de emolumentos de mil réis, conforme estabelecia o Regulamento de Custas. Nos postos periféricos, aparentemente em maior escala do que na Estação Central, o relaxamento dos presos independia de ordem superior de delegados, subdelegados ou do próprio chefe de polícia, causando um desfalque considerável aos escrivães.

Saindo em defesa de sua classe, o escrivão José Moreira Lyrio oficiou o subdelegado do sul da Sé nos seguintes termos: “*A detenção nas Estações é uma prisão que incumbe a autoridade tomar dela conhecimento e conseqüentemente a necessidade de ordem de soltura, que por lei se denomina mandado. Para comodidade da polícia criaram-se as estações de urbanos, visto a cadeia ser distante da sede do mesmo palácio, porém isso não alterou a natureza das prisões ou detenções de embriagados, vagabundos, criminosos que estão sob a vigilância das autoridades policiais*”. Coube ao chefe de polícia interceder na pendenga, alegando que deviam ser detidos nas estações fora do centro indivíduos que não podiam ser logo apresentados à autoridade, assim como os vadios, ébrios e turbulentos obrigados a assinar termo de bem viver. Dizia ainda que tais indivíduos podiam ser postos em liberdade sem o mandado passado pelo escrivão. Sem dúvida, os policiais agradeceram...²¹⁰

²¹⁰ *Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, em janeiro de 1879. AESP, co2591.*

Outra forma de arrecadação pouco ortodoxa era de uso corrente em Santos e só foi denunciada em de 1876, quando o novo amanuense externo, Tiburtino Mondim Pestana, tomou posse do cargo, e notificou ao chefe de polícia o “*costume de cobrar o amanuense 500 réis por cada escravo que vinha a bordo dos navios para ser vendido na província. Pelo que parece essa praxe é muito antiga aqui, pois que os possuidores de escravos vêm fazer o pagamento espontaneamente. Como não sei em que lei ou decreto se fundamentavam os meus antecessores para fazer tal cobrança, rogo a V. Exa. que se digne indicar-me o que devo fazer de ora em diante*”. O delegado local, delegado militar, vale dizer, o alferes do CPP Antonio Joaquim do Pinho, instado a esclarecer a questão, ponderou: “*Sobre isso sei ser verdade o que alega o referido amanuense em sua consulta, pois o falecido Rocha Lima, antecessor de Mondim, fazia essa cobrança e até autorizou ao seu primeiro substituto, Pedro Borges de Goes (...) que podia fazê-la porque era muito legal. Confiando sempre no caráter íntegro e reconhecida honradez e longa prática do finado Rocha Lima e mesmo tendo encontrado como praxe velha essa contribuição quando tomei conta desta delegacia nunca indaguei saber se era ela fundada em algum artigo de lei ou autoridade por algum decreto, certo de que sobre isso nunca se me fez reclamação alguma. A dita cobrança, segundo o que sei, revertia em favor de quem a cobrava*”.²¹¹

O delegado Antonio Joaquim do Pinho teve sua biografia exposta nos documentos policiais, a partir dos quais, conseguimos rastrear fragmentos de sua vida pessoal e institucional. Era natural da província de São Paulo, casado, com 53 anos quando ingressou na corporação, em 07 de outubro de 1874, como praça de alferes. Em sua passagem pela corporação foi eleito agente do Conselho Econômico Administrativo, em dezembro de 1874 e foi louvado pela ordem do dia 26 de fevereiro de 1876 “*pela firmeza e disciplina por que se apresentou na formatura de 25/02/1876*”. Por despacho do presidente da província lhe foi mandado contar em dobro o tempo em que serviu na Campanha do Paraguai, entre 23 de fevereiro de 1865 a 25 de abril de 1870.²¹²

Mas não apenas louros palmilharam a vida institucional de Antonio. Ao contrário. Sua trajetória na polícia foi marcada por reproches e detenções, como em fevereiro de 1875, quando foi detido pelo procedimento pouco disciplinar que teve na formatura da

²¹¹ *Ofício do amanuense externo da polícia de Santos para o chefe de polícia, em 23/12/1876. AESP, co2568.*

²¹² *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 10/07/1878. AESP, co2310.*

guarda de honra da Catedral da Sé. Logo no dia seguinte, foi solto. Em 15 de julho de 1877, foi repreendido por “*haver se afastado do cumprimento de seus deveres, deixando de ir à secretaria de polícia como lhe cumpria na qualidade de oficial rondante receber ordem da respectiva autoridade para o serviço da patrulha*”.

Em 1878, pediu reforma, em vista do que recebeu a seguinte ressalva do comandante do CPP: “*O alferes Antonio Joaquim do Pinho, além de muitas faltas cometidas como comandante do destacamento da cidade de Santos há dois anos passados, tem contra si ser oficial muito dedicado à política até mesmo com prejuízo do serviço*”.²¹³ Assim, parece que o pedido de aposentadoria foi-lhe negado, já que em 1879, o subdelegado de Cachoeira oficiou ao chefe de polícia, dizendo que por ter sido removido do comando do destacamento, o, agora tenente, Antonio Joaquim do Pinho exortou seus subordinados a “*levantarem aqui qualquer conflito*”, a fim de sabotar e desmoralizar o novo comandante, Antonio Canuto de Oliveira.²¹⁴

Vale dizer que quando assumiu a delegacia santista, Antonio Joaquim do Pinho não se vexou em suspeitar da antiga prática. Tratou o assunto com fleumática naturalidade, ao contrário do novo amanuense, que, apesar da possibilidade de continuar levando o seu, preferiu revelar o esquema a quem de direito. Seria o questionamento do amanuense um sinal dos tempos? A racionalidade burocrática, a prescrição legal rígida, estaria se impondo sobre costumes arraigados, às vezes ilícitos, com que os policiais se serviam para complementar a parca renda? Ou será que, no fio do tempo, as práticas de peculato seriam institucionalizadas pelas mãos do amanuense, cumprindo esse ciclo aparentemente teleológico, que submete as individualidades ante a força do costume e das tradições?²¹⁵

É, assim, a ambigüidade inerente a esse movimento vacilante, que antepõe forças muitas vezes antagônicas como a racionalidade da função, a ética costumeira e as necessidades individuais do agente, que informam a ação do policial sobre o terreno. Ele não está movido por um apelo determinista que lhe impõe um procedimento compulsório. Insistimos: a lei, as diretrizes corporativas, a subordinação hierárquica só respondem a uma

²¹³ As informações sobre a carreira de Antonio Joaquim do Pinho foram extraídas do *ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 13/10/1878*. AESP, co2310.

²¹⁴ *Ofício do subdelegado de Cachoeira ao chefe de polícia, em 11/07/1879*. AESP, co 2588.

²¹⁵ A discussão sobre a institucionalização da corrupção como um atributo inafastável das forças policiais está em Clive Emsley. “Sergeant Goddard: the story of a Rotten Apple, or a diseased orchard?”, in: Amy Gilman Srebnick e René Lévy (orgs.) *Crime and culture – an historical perspective*. Aldershot : Ashgate, 2005.

parte de sua paleta decisória. No cotidiano, quando em contato com a população, muitos outros interesses pesam na sua decisão e no seu modo de intervir, mitigando o caráter instrumental de sua função. E, ao se inverter a equação, os fatores também são cambiantes: a imagem do policial perante o público, em outras palavras, sua representação diante dos administrados, não era uma figura monolítica de rechaço ou de ódios absolutos. Para nos atermos à metáfora pictória, seu retrato aparecia matizado por um variado gradiente de tons – ora agressivos, ora amenos. Mas, o certo, é que esse indivíduo, grávido de ambigüidades, estava longe, muito longe, de ser o agente ideal para manter a ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“E aí? É a mesma coisa?”. Costuma ser esse o primeiro comentário que se faz quando anuncio o tema da minha pesquisa. A proximidade do objeto – a polícia – da vida cotidiana e as candentes discussões que nos últimos tempos se estabeleceram em diversos níveis sobre a instituição suscitam uma curiosidade que extravasa o contexto meramente historiográfico. É realmente tentador ensaiar uma aproximação numa linha temporal retilínea da polícia de fins do Império com a atual; comparar duas realidades que têm como base uma “mesma essência” e, formalmente, as mesmas incumbências. Muito porque é um dos orgulhos mais caros à corporação gabar-se da própria longevidade: reconhecer-se a partir do mito de origem, que remonta ao início do Brasil independente, no caso da Polícia Militar, como um dos esteios da formação do Estado e da Nação, garantindo, sobretudo, a ordem pública e o respeito às instituições. Apregoar uma continuidade inconsútil faz parte de uma estratégia que empresta à polícia o lastro de uma autoridade incontestável.

Talvez, conforme disse um importante pesquisador americano, seja mesmo essa uma das contribuições da historiografia policial: prestar às ciências sociais um serviço ao fornecer-lhes um termo retrospectivo de comparação, tendo em vista pesquisas contemporâneas.¹ Um ponto de interrogação que empalideça, de um lado, essa aura teleológica do endodiscurso corporativo; de outro, seu contraponto inevitável, o verso da mesma moeda, uma versão que reconhece a polícia como mero instrumento repressor, agindo sob a égide do capital e das classes dominantes. Cada uma a seu modo, ambas as asserções pairam numa dimensão descontextualizada, a-histórica e eternizada: na base do “foi assim e assim será”. No fundo, tratam a polícia no seu caráter mais superficial, variando apenas seu papel normativo. O primeiro como *persona* épica; o segundo como coadjuvante abjeto.

Afortunadamente, a pesquisa histórica não tem como condão exclusivo o pragmatismo aplicado. Pelo menos, não no seu ponto de partida. Este estudo sobre a polícia no final do Império, por exemplo, é muito menos ambicioso: pretende contribuir com a revelação e sistematização de fontes até então veladas pelos desvãos do tempo, além de mover a perspectiva metodológica para um prisma ainda um pouco relegado. Privilegiar uma

¹ Roger Lane. “Polícia urbana e crime na América do século XIX”, in: Michael Tonry & Norval Morris (orgs.). *Policimento moderno*. São Paulo : Edusp, 2003. Lane diz que como os sociólogos e antropólogos “*chegaram antes*”, a dívida dos historiadores para com eles “*tem sido evidente*”. O historiador traça também o caminho inverso, propondo que, malgrado a fusão de fronteiras entre as disciplinas, a História auxilia suas congêneres ao apontar os fenômenos cujas raízes são “*profundas e antigas*”, além de ser “*fonte de informação real*”, que ajudam a testar hipóteses retrospectivamente, pp. 12 e 13.

abordagem sociocultural que também coloque na ribalta o indivíduo policial como um co-protagonista do evoluir da instituição.

Nesse sentido, olhando para a constituição da polícia paulista e para seus agentes no final do Império, tempo em que a autoconstrução de uma identidade ainda estava nos balbucios, percebemos que, como no tempo atual, o controle externo sobre a atividade policial era mitigado. Talvez porque, dentre os ramos da administração pública, o Corpo Policial Permanente fosse um dos mais burocratizados num cenário em que as práticas patrimoniais e a fisiologia davam as cartas. E quanto maior o grau de institucionalização, maior a autonomia usufruída, ainda mais se considerarmos a frágil capacidade administrativa do governo durante o período estudado. Essa falta de supervisão externa e a concentração de poder e de auto-suficiência, que até hoje vigem nas instituições policiais, por outros motivos, vale dizer, foram uma das principais marcas da polícia paulista.

A relativa independência em relação a outros vetores de poder, a frouxidão dos laços hierárquicos internos e a estrutura burocrática ainda claudicante, corroborados, paradoxalmente, pela carência de recursos materiais, de um lado, e, de outro, pela amplitude dos serviços a serem providos – obrigada que era a velar por todos os ramos da administração e da assistência pública – fazia da polícia, principalmente a polícia de base militar, uma instituição extremamente permeável a uma série de pressões internas e externas. Dos fazendeiros escravocratas, da população urbana, da cúpula oriunda do Exército, dos próprios policiais e da população pobre.

Membros de todos os estratos sociais, vis-à-vis o policial, negociavam nos limites de seu poder de barganha uma ordem desejada, legitimando quando necessário a intervenção do “agente do Estado”. Assim, o policial, enquanto personagem do teatro social, se fez representar pela ambigüidade complexa do seu caráter – herói e vilão; lórpa e educador (aos olhos da arraia-miúda, vale ressaltar, muito mais vilão que herói). Em contrapartida, na estima dos bem nascidos, não passava da mesma corja do zé-povinho que devia reprimir, não obstante, por trás, ansiassem plasmar a polícia de indivíduos modelares, capazes de infundir no populacho os padrões de moralidade, de decoro e de morigeração, imprescindíveis a um país postulante ao panteão da modernidade e da civilização.

Estava armado, portanto, um palco propício para que se semeassem, tanto entre as praças de baixa patente, como entre os oficiais – que buscaram, ambos, o ingresso na instituição como uma alternativa momentânea para aliviar à abertura da pobreza e da opressão inerente a uma sociedade escravista e, portanto, altamente hierarquizada – traços de uma

cultura específica, em que despontavam uma certa arrogância e o impulso do arbítrio e da discricionariedade, como formas de driblar a penúria do dia-a-dia na luta por uma sobrevivência mais digna.

A corrupção, o peculato e as vantagens ilícitas muitas vezes eram legitimados por esse plano tácito e consuetudinário, tecido nas franjas desfiadas de um concorrido espaço oficial, formal em construção, sustentado pelo frágil alicerce das aparências.

Do mesmo modo, tanto internamente, como no trato com a população, misturavam-se os padrões de relação vigentes no amplo social – o personalismo patriarcal, a violência e a comiseração – com o respeito à lei e ao formalismo liberal. Sobre o terreno, entretanto, no batente diuturno, na capital ou no sertão, enfrentando situações “reais”, o policial mediava sua resposta, sopesando muito bem os códigos à sua disposição. Alguns eram expressos, calculistas e racionalizados: o regulamento, as expectativas dos superiores; mas longe da supervisão direta, nas ranhuras do cotidiano, vigoravam também (se não com mais valia) outras cartilhas de conduta – tradicionais, inscritas na pertinácia do costume, em que tinham mais valor o tirocínio, a experiência e, no fim, a salvação da própria pele.

ANEXO 1

1. Araçariguama
2. Araraquara
3. Alambari
4. Amparo
5. Atibaia
6. Araras
7. Apiaí
8. Bom Sucesso
9. Brotas
10. Belem do Descalvado
11. Bragança
12. Botucatu
13. Bananal
14. Buquira
15. Campinas
16. Caçapava
17. Cabreúva
18. Capivari
19. Caconde
20. Cajuru
21. Cotia
22. Cananéia
23. Campo Largo
24. Dois Córregos
25. Espírito Santo do Pinhal
26. Sapé da Boa Vista
27. Entre Rios
28. Franca
29. Faxina
30. Freguesia da Escada
31. Guareí
32. Guaratinguetá
33. Itapetininga
34. Indaiatuba
35. Iporanga
36. Jundiaí
37. Jambeiro
38. Jacareí
39. Itatiba
40. Iguape
41. Jaú
42. Itu
43. Itanhaem
44. Juqueri
45. Jaboticabal
46. Lavrinhas
47. Limeira
48. Lençóis
49. Lorena
50. Mogi das Cruzes
51. Mogi Guaçu
52. Mogi Mirim
53. Monte Mor
54. Mococa
55. Natividade
56. Nazaré
57. Patrocínio de Santa Isabel
58. Penha de Mogi Mirim
59. Pindamonhangaba
60. Piedade dos Matos
61. Paranapanema
62. Piracicaba
63. Pirassununga
64. Parnaíba
65. Porto Feliz
66. Paraibuna
67. Pereiras
68. Piquete
69. Pilar
70. Penha
71. Queluz
72. Redenção
73. Rio Claro
74. Rio Novo
75. Rio Verde
76. Ribeira
77. Rio Bonito
78. São Sebastião do Tijuco Preto
79. Santo Antonio da Boa Vista
80. Santa Cruz do Rio Pardo
81. São José do Rio Pardo
82. Santo Antonio da Boquirá
83. Santa Rita do Paraíba
84. Santa Rita do Passa Quatro
85. São João da Boa Vista
86. São José do Paraitinga

87. São Luis do Paraitinga
88. São José dos Campos
89. São José dos Barreiros
90. São Carlos do Pinhal
91. São Bento do Sapucaí
92. Sapé
93. São Sebastião
94. Santa Branca
95. Santa Bárbara
96. Santa Isabel
97. São Roque
98. Socorro
99. Sorocaba
100. Sarapuí
101. Silveiras
102. Santos
103. Serra Negra
104. São Simão
105. Sapé
106. São José
107. Santo Antonio da Alegria
108. Taubaté
109. Tatuí
110. Tietê
111. Una
112. Ubatuba
113. Vila Bela
114. Xiririca

ANEXO 2

José Pedro de Oliveira

Manuel Baptista Cepellos

João Antonio de Oliveira

Joaquim Antão Fernandes

Antonio Baptista da Luz

Uniformes do CPP (1865), Guarda de Urbanos (1886), CPP (1888) e Guarda de Urbanos (1974)

Uniformes do CPP em 1890

João José de Oliveira Júnior

Fuão Rosa Lima

Geraldo Antonio de Azevedo e Manoel Wenceslau

Firmino José Pereira ou José Firmino Pereira?

MAESTRICHT, le 14 Janvier 1876.

*Copie manuscrite
Lanceo nome - Henri van
Hoven - ci-joint en bas
frauduleux - Procès en Limbourg - Pays
Bas -*

Monsieur,

Nous avons l'honneur de porter à votre connaissance que le Sieur HENRI VAN HOVEN dont le portrait est ci-joint, fermier et marchand de bestiaux à Blankenberg, commune de Cadier et Keer, Province du Limbourg, Pays-Bas, a été déclaré en état de faillite par le tribunal de Maestricht à la date du 21 Décembre 1875.

Cet individu après avoir détourné la majeure partie de ses biens est fugitif, emportant avec lui une somme considérable, provenant de la réalisation de ses biens et de l'escompte d'un grand nombre de traites fausses.

Une poursuite est dirigée contre lui du chef de banqueroute frauduleuse et de faux en écriture de commerce.

Des mandats d'arrêt ont été décernés contre lui par M^{rs} les juges d'instruction de Maestricht, Liège et Bruxelles. Le gouvernement Neerlandais demande l'arrestation et l'extradition de cet individu.

Comme la masse faillie a un intérêt immense à ce que le failli soit arrêté afin de pouvoir récupérer les sommes détournées que les curateurs estiment à plus de deux cent mille francs, nous offrons une prime de **2500 francs** à celui qui fera son arrestation en déans les six mois à partir d'aujourd'hui.

L'individu a une taille moyenne, nez pointu, bouche moyenne, moustache et cheveux bruns-noirs, parle le Hollandais, le patois du Limbourg, et le français incorrectement avec un accent hollandais très prononcé.

Veuillez, Monsieur, demander les recherches nécessaires par les autorités compétentes et communiquer vos informations à M^r l'officier de Justice à Maestricht ou au sous-signé Curateur à la faillite.

Agréez, Monsieur, l'expression de ma considération distinguée,

Gustave TRIPELS, avocat.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder – o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo : Paz e Terra, 1988.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo : UNISINOS, 2007.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. “Proprietários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1859 – 1872”, in: *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, julho de 1988. Trad.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis : Vozes, 1988.

ALMEIDA, Adilson José de. *Uniformes da Guarda Nacional: 1831-1852. A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 1998.

ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo : FTD, 1992.

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. São Paulo : IBCCRIM, 2003.

ALVES, Alexandre. “Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano (1877-1903)”, in: Zilda Márcia Gricoli Iokoi (org.). *Diadema nasceu no Grande ABC : história retrospectiva da Cidade Vermelha*. São Paulo : Humanitas, 2001.

ALVIN, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo : Brasiliense, 1986.

ANDRADE, Euclides Andrade & CÂMARA, Hely F. *A Força Pública de São Paulo. Esboço histórico (1831-1931)*. São Paulo : Sociedade Impressora Paulista, 1931.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru : EDUSC, 1991.

AREND, Silvia Maria Fávero. “Casar ou amasiar: a vida conjugal dos populares porto-alegrenses no final do século XIX”, in: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e HAGEN, Acácia (orgs.). *Sobre a rua e outros lugares - reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre : Caixa Econômica Federal, 1995.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha – a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas : Editora da Unicamp, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Apogeu do café na Alta Mogiana”, in: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (org.). *Na Estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*. São Paulo : Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Uma rede fundiária em transição”, in: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (org.). *Na Estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*. São Paulo : Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

BADINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo : Fapesp/Annablume, 2001.

BALAGNY, Paul. *Escola do soldado – Força Pública São Paulo*. São Paulo : Typ. Casa Garraux, 1912, 4ª Ed.

BARREIRO, José Carlos. “A rua e a taberna. Algumas considerações teóricas sobre a cultura popular e a cultura política. Brasil, 1820-1880”, in: *História*, n. 16, 1997.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Virtual Books.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*. Campinas : Unicamp/NEPO, 2001.

BAYLEY, David H. “The police and political development in Europe”, in: TILLY, Charles (org.). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton : Princeton University Press, 1975.

BEATIE, Peter M. “Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930)”, in: CASTRO, Celso Castro, IZECKOSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004.

_____. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*. Durham : Duke University Press, 2001.

_____. “Conscription versus penal servitude: army reform’s influence on Brazilian State’s management of social control, 1870-1930”, in: *Journal of Social History*, vol. 32, verão de 1999.

_____. “The house, the street, and the barracks: reform and honorable masculine social space in Brazil, 1864-1945”, in: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 76, n. 3, agosto de 1996.

BECKER, Peter. “Classifier, communiquer, confondre – l’histoire du ‘regard pratique’ dans les services de police en Allemagne au XIXe siècle”, in: *Cahiers de Sécurité Interieure*, n. 56, 1º trimestre, 2005.

BEETHAM, David. *The legitimation of power*. London : Macmillan, 1991.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo : Brasiliense, 1981.

_____. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. São Paulo : Biblioteca pioneira de Ciências Sociais, 1977.

BÉRLIÈRE, Jean-Marc. *Le monde des polices en France, XIX^e-XX^e siècles*. Bruxelles : Complexes, 1997.

_____. “Archives de police: du fantasme au mirage”, in: PETIT, J.G., CHAUVAUD, F. (dir.). *L’histoire contemporaine et les usages des archives judiciaires 1800-1939*. Paris : H. Champion, Collection Archives et Histoire, 1998.

_____. *Le préfet Lépine, vers la naissance de la police moderne*. Paris : Denoel, 1993.

_____. “Du mantien de l’ordre républicain au maintien républicain de l’ordre”, in: *Genèses*, 12, maio, 1993.

_____. “Police réelle et police fictive”, in: *Romantisme*, vol. 23, n. 79, 1993.

_____. “La professionnalisation: Revendication des policiers et objectif des pouvoirs au début de la III^e République”, in: *Revue d’Histoire moderne et contemporaine*, 3, 1990.

BERTIM, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo : USP.

BITTNER, Egon. “Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia”, in: Egon Bittner. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo : Edusp, 2003.

BOLTANSKI, Luc. *Les cadres: la formation d’un groupe social*. Paris : Minuit, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d’état – Grandes Écoles et esprit de corps*. Paris : Les Editions de Minuit, 1989.

BRETAS, Marcos Luiz. “A polícia das culturas”, in: Antonio Herculano Lopes. (Org.). *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. Book review de Thomas H. Holloway. *Policing Rio de Janeiro: Repression and Resistance in a 19th-Century City*. Stanford: Stanford University Press, in: KNAFLA, Louis (org.). *Police and war in Europe*. Londres : Greenwood Press, 2002.

_____. “A polícia carioca no Império”, in: *Estudos Históricos*, n. 22, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

_____. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

_____. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Editora do Arquivo Nacional, 1995.

_____. “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente”, in: *IB*, n. 32, Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1991.

BRIOSCHI, Lucila Reis. “Caminhos do Ouro”, in: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (org.). *Na Estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*. São Paulo : Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

_____. *Criando historia : paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo, 1725-1835*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 1995.

_____. *Entrantes no sertão do Rio Pardo : o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo : Ceru, 1991.

BROERS, Michael. “De la gendarmerie impériale à la Carabiniere Reale: l’expérience policière piémontaise, premier exemple d’exportation du modèle français”, in: LUC, Jean-Noël. *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle*. Paris : Publication de la Sorbonne, 2002.

_____. “La gendarmerie au XIXe siècle: les origines d’un modèle”, in *Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 11, novembro de 1992-janeiro de 1993.

BRUNO, Ernani da Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo : Hucitec, 1995.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)*. Tese de doutoramento. Campinas : Unicamp/FE, 2007.

BUSTAMANTE, Fernando. “Origine du corps de Carabiniers du Chili – militarisation de la sécurité publique et influence des modèles européens sur l’organisation de la police chilienne”, in: *Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 11, novembro de 1992-janeiro de 1993.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos (Ensaio sobre as relações de demografia e a economia)*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1952, 3 vol.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “Vida Cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista”, in: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*, volume 2. São Paulo : Paz e Terra, 2004.

CAMPOS, João da Silva. *A música da polícia da Bahia*. Bahia : Imprensa oficial do Estado, 1933.

CAMPOS, Pedro Dias de. “A Força Pública do Estado de São Paulo”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIV, 1909.

_____. “Quartéis de São Paulo”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIV, 1909.

CANABRAVA, Alice P. *O algodão em São Paulo 1861-1875*. São Paulo : T. A. Queiroz, 1984.

CANAVO FILHO, José. *Asas e glória de São Paulo: polícia militar*. São Paulo : CSM, 1977.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1964.

_____. “Dialética da malandragem”, in: *O discurso e a cidade*. São Paulo : Duas Cidades, 1993.

CARDONI, Fabien. *La Garde Républicaine, d'une République à l'autre. Un régiment de gendarmes à Paris, 1848-1871*. Tese de doutorado. Paris : Paris IV-Sorbonne, 2005.

CARTAYRADE, Cyril. “Le marié était en bleu. Les mariages de gendarmes dans le Puy-de-Dôme au XIX^e siècle”, in: *Sociétés et Représentations*, n° 16, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Os bestializados*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

_____. “Cidadania: tipos e percursos”, in: *Estudos Históricos*, n.18, 1996.

_____. “Brazil 1870-1914. The Force of Tradition”, in: *Journal of Latin American Studies*, Vol. 24, Quincentenary Supplement: The Colonial and Post Colonial Experience. Five Centuries of Spanish and Portuguese America, 1992.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã, a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Rio de Janeiro : Ed. Nacional, 1979.

CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra – moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas : Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim, o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

CHASSAIGNE, Philippe. “Du “travailleur en manteau bleu” au gardien de la loi et de l’ordre: professionnalisation et statut des policiers en Angleterre au XIX^e siècle”, in: GUILLAUME, Pierre (org). *La professionnalisation des classes moyennes*. Editions de la maison des sciences de l’homme d’aquitaine, 1996.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris : Librairie académique Perrin, 2002.

CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do Rio Pardo á Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto : Ribeira, 1986.

CLAPSON, Mark Clapson and EMSLEY, Clive. “Street, beat, and respectability: the culture and self-image of the late Victorian and Edwardian urban policeman”, in: KNAFLA, Louis (org.). *Police and war in Europe*. Londres : Greenwood Press, 2002.

COCHRAN, John K. e BROMLEY, Max L. “The myth(?) of the police sub-culture”, in: *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, volume 26, no 1, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família - representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro : Graal, 1983.

_____. “Repensando a família patriarcal brasileira – notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil”, in *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 37, maio de 1981.

COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo : Editora Unesp, 1997.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles – o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo : Hucitec/Editora Unicamp, 1996.

CRUZ, Heloisa. “Mercado e polícia – São Paulo 1890-1915”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago., 1987

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *O espelho do mundo - Juquery, a história de um asilo*. São Paulo : Paz e Terra, 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O pequeno exército paulista*. São Paulo : Perspectiva, 1977.

DANIELI NETO, Mário. “O escravo urbano na Campinas Imperial”, in: *Campinas – visões de sua história*. Campinas : Editora Átomo, 2006.

DEAN, Warren. *Rio Claro – um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

DELLA MONICA, Laura. *História da banda de música da polícia militar do Estado de S. Paulo*. São Paulo : Weril, 1975, 2ª edição.

DELATTRE, Simone. *Les douze heures noires: la nuit à Paris au XIXe siècle*. Paris : Albin Michel, 2000.

DELUERMOZ, Quentin. *Les policiers en tenue dans l'espace parisien (1854-1913) : la construction d'un ordre public*. Tese de Doutorado. Paris : Universidade Paris I - Sorbonne, 2006.

_____. “Paris sous le rapport de la police. Incertitudes et mutations dans les politiques de sécurité urbaine : 1854-1896”, in *Cahiers de la Sécurité Interieure*, n. 16, 2006.

_____. “Images de policiers en tenue, images des gendarmes – vers un modèle commun de représentants de l'ordre dans la France de la seconde moitié du XIXe siècle”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003.

DENIS, Vincent. “Inventeurs em uniforme – gendarmes et policiers face à l'amélioration des feuilles de signalement sous la Restauration”, in: *Cahiers de Sécurité Interieure*, n. 56, 1º trimestre, 2005.

_____ e MILLIOT, Vincent. “Police et identification dans la France des Lumières”, in: *Genèses*, n. 54, março de 2004.

DIAS, Luciano de Mattos. *Medidas, normalização e qualidade: aspectos da história da metrologia no Brasil*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, 1998.

DIAS, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”, in: *Projeto História – trabalhos da memória*, n. 17, novembro 1998.

_____. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo : Contexto/USF, 1998.

_____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo : Brasiliense, 1984.

_____. “Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”, in: *Estudos Econômicos*, n. 15 (número especial), 1985.

Diabo Coxo. São Paulo : Edusp, 2005.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *A propriedade da terra no Vale do Paranapanema – a Fazenda Taquaral (1850/1910)*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP, 1987.

DIEU, François. “Le discours du gendarme sur la gendarmerie”, in: *Cahiers de Sécurité Interieure*, n. 11, novembro de 1992 – janeiro de 1993.

EISENBERG, Peter L. “Trabalhadores esquecidos: o trabalhador livre nacional no século XIX – sugestões para uma pesquisa”, in: EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos-escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas : Editora Unicamp, 1989.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1990, 2 volumes.

EMSLEY, Clive. "Sergeant Goddard: the story of a Rotten Apple, or a diseased orchard?", in: Amy Gilman Srebnick e René Lévy (orgs.) *Crime and culture – an historical perspective*. Aldershot : Ashgate, 2005.

_____. "The Policeman as Worker: A Comparative Survey c. 1800–1940", in: *International Review of Social History*, n. 45, 2000.

_____. *Gendarmes and the State in Nineteenth-Century Europe*. Oxford : Oxford University Press, 1999.

_____. "A typology of nineteenth-century police", in: *Crime, histoire et société/Crime, history and societies*, vol. 3, n. 01, 1999.

_____. "Political Police and the European nation state in the nineteenth century", in: MAZOWER, Mark (ed). *The Policing of Politics*. Providence : Berghahn Books, 1997.

_____. *The English police – a political and social history*. Essex : Pearson Education Limited, 1996, 2a edição.

_____. *Crime and society in England, 1750-1900*. London : Longman, 1996 (2a edição).

_____. "'Mother, what did policemen do when there weren't any motors?'" The law, the police and the regulation of motor traffic in England, 1900-1939", in: *The historical journal*, n. 02, junho de 1993.

_____. "Evolution de la gendarmerie au milieu rural, de l'Empire à nos jours", in: *Cahiers de la sécurité intérieure*, n. 11, novembro de 1992-janeiro de 1993.

_____. "Police et prévention: une perspective historique", in: *Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 14, agosto-outubro de 1993.

_____. *Policing and its context*. Oxford : The Macmillan Press, 1983.

_____, REINKE, Herbert, LÉVI, René. "Les police au XIXe et XXe siècles: aperçus sur les historiographies anglaise, allemandes et françaises", in: *Cahiers de la sécurité intérieure*, n. 14, 3º semestre de 1994.

_____ e WEINBERGER, Bárbara (orgs.). *Policing Western Europe – politics, professionalism, and public order, 1850-1940*. Westport : Greenwood Press , 1991.

FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris : Éditions du Seuil, 1989.

FARIA, Rodrigo Santos de. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930) – o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina*. Dissertação de mestrado. Campinas : IFCH/UNICAMP, 2003.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo : Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. “A Força Pública no Estado de São Paulo”, in: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. 2. São Paulo : Difel, 1985.

_____. *Política e segurança*. São Paulo : Editora Alfa-ômega, 1974.

FERRARI, Alceu R. “Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes – resultados preliminares”, in: *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 52, fevereiro de 1985.

FERRAZ, Cel. Arrison de Souza. *Grandes soldados de São Paulo*. São Paulo : Serviço gráfico da Secretaria de Segurança Pública, 1960.

_____. “José Pedro de Oliveira”, in: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. CXXXIII, 1950.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos – cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo : Editora da Unesp, 2005.

FIGUEIREDO, Adherbal Oliveira. *Tenente Galinha, caçador de homens, eu sou a lei*. São Paulo : Exposição do Livro, 1965.

FIJNAUT, Cyrille. “De la gendarmerie hollandaise à la marechaussée royale des pays-bas (1805-1815)”, in: LUC, Jean-Noël (org.). *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle*. Paris : Publication de la Sorbonne, 2002.

FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”, in *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política en el nuevo estado*. México : Fondo de Cultura Económica, 1986.

FONSECA, Guido. *Crimes, criminosos e a criminalidade em São Paulo (1870 – 1950)*. São Paulo : Editora Resenha Tributária, 1988.

_____. *A história da prostituição em São Paulo*. São Paulo : Editora Resenha Universitária, 1982.

FONSECA, Paloma Siqueira. “A presiganga e as punições na Marinha (1808-1831)”, in: CASTRO, Celso, IZECKOSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004.

FOUCAULT, Michel Foucault. *Vigiar e punir*. Petrópolis : Vozes, 2000.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador : Hucitec-EDUFBA, 1996.

FRAGOSO, José Luis. “O império escravista e a república dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora”, in: LINHARES, M. Y. (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro : Campus, 1990.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo : Editora Unesp, 1997.

_____. “As idéias estão no lugar”, in: *Cadernos Debate*, n. 01. São Paulo : Brasiliense, 1976.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. São Paulo : EDUSP, 2005.

FREITAS. Affonso A. de Freitas. *Tradições e reminiscências paulistanas*. Belo horizonte : Itatiaia, 1985.

FREVERT, Ute. “Service militaire et Histoire du Genre em Allemagne au XIXe siècle” in: *L’histoire sans les femmes est-elle possible? Actes du Colloque de Rouen, 27-29 novembre 1997*. Paris : Perrin, 1998.

GAGINI, Pedro. *Fragmentos da história da polícia de São Paulo*. São Paulo : s/e, 1966.

GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no Nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2006.

GARZONI, Lericce de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Dissertação de mestrado : Unicamp, 2007.

GAYOL, Sandra. “Entre lo deseable y lo possible. Perfil de la policía de Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX”, in: *Estudios Sociales*, n. 10, 1996.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*. São Paulo : Brasiliense, 1986.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha – formações urbanas da Noroeste paulista*. São Paulo : Editora da Unesp, 2002.

GITHAY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar - trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889 – 1914*. São Paulo : Editora Unesp/Prefeitura de Santos, 1992.

GROS, Étienne. “La gendarmerie à la une – le regard de la presse à l’occasion de l’affaire Corse”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003.

GRAHAM, D. e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil, 1872-1970*. São Paulo : IPÊ, 1984.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil imperial*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. “Senhores sem escravos: A propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”, in: *Almanack Braziliense*, n. 06, novembro de 2007.

_____. *O fiador dos brasileiros – cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

GUESLIN, André. *Gens pauvres; pauvres gens dans la France du XIX siècle*. Paris : Aubier, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial – origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro : Editora Revan/UERJ, 2001.

HARRING, Sidney. *Policing a class society: the experience of American cities, 1865- 1915*. New Brunswick : Rutgers University Press, 1982.

HOBBSBAWN, Eric. *Primitive rebels*. Manchester : Manchester University Press, 1956.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2006, Edição comemorativa.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

_____. “The Brazilian ‘judicial police’ in Florianópolis, Santa Catarina, 1841-1871”, in: *Journal of Social History*, n. 20, vol. 04, verão de 1987.

_____. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

HOUTE, Arnaud-Dominique. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*. Tese de Doutorado. Paris : Université Paris IV – Sorbonne, 2006.

_____. *Gendarmes et gendarmerie dans le département du Nord (1814-1852)*. Paris : Service historique de la Gendarmerie nationale/Phénix Éditions, 2000.

IRELAND, Richard W. “The Felon and the Angel Copier: Criminal Identity and the Promise of Photography in Victorian England and Wales”, in: KNAFLA, Louis (org.). *Police and war in Europe*. Londres : Greenwood Press, 2002.

IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, in: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004.

JOHNSON, David R. *Policing the urban underworld – the impact of crime on the development of the American police, 1800-1887*. Filadélfia : Temple University Press, 1979.

JORGE, Janes. “A vida turbulenta na Capital D’oeste: Ribeirão Preto, 1880-1920”, in: *Revista História & Perspectivas*, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, nº 29, jul./dez. 2003.

KIDAMBI, Prashant. “‘The ultimate masters of the city’: police, public order and the poor in colonial Bombay, c. 1893-1914”, in: *Crime, histoire & sociétés/Crime, history and societies*, vol. 08, n. 01, 2004.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira*. São Paulo : Editora Hucitec, 1998.

KOVARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo : Brasiliense (2ª edição), 1987.

KRAAY, Hendrik. “O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889)”, in: CASTRO, Celso Castro, IZECKOSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004.

_____. *Race, State and Armed Forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s – 1840s*. Stanford : Stanford University Press, 2001.

_____. “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial”, in: *Diálogos – revista do Departamento de História e do programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá*, v. 3, n. 1, 1999.

_____. “‘The shelter of the uniform’”: the Brazilian army and runaway slaves, 1800-1888”, in: *Journal of Social History*, vol. 29, n. 03, 1996.

LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas : Papirus, 1986.

LANE, Roger. “Polícia urbana e crime na América do século XIX”, in: TONRY, Michael & MORRIS, Norval (orgs.). *Policiamento moderno*. São Paulo : EDUSP, 2003.

LANBENBUCH, Juergen R. “Os Núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX”, in: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 46, dezembro de 1971.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição Santos: 1870- 1913*. São Paulo : Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. São Paulo : Edusp, 1995.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo : Paz e Terra, 1988.

LE FLEM, Jean-Paul. “La création de la *Guardia Civil* et le modèle gendarmique français (1808-1844)”, in: Jean-Noël Luc (org.). *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle*. Paris : Publication de la Sorbonne, 2002.

LEITE, Beatriz Westin Cerqueira. “A reforma judiciária de 1871 e sua discussão no Senado do Império”, in: *História*, n. 1, 1992.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo : Símbolo, 1979.

LIGNEREUX, Aurélien. “Du mythe de Pandore au Pandore mythique: la gendarmerie du XIXe siècle à l’ombre de Nadau”, in: *Revue de la Gendarmerie Nationale*, n. 10, 2004.

_____. *Gendarmes et policiers dans la France de Napoléon – le duel Moncey-Fouché*. Maisons-Alfort : Service historique de la Gendarmerie Nationale, 2003.

_____. “Rosser le gendarme dans les spectacles de marionnettes au XIX^e siècle : une école de rébellion?”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003.

LINS, Silvia Queiroz Ferreira Barreto. *De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos do auge das tropas de muars à instalação das estradas de ferro (1855-85)*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 2003.

LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião – a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 2005.

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira: 1889-1937*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

LUC, Jean-Noël (org.). *Histoire de la Maréchaussée et de la gendarmerie. Guide de recherches*, Maisons-Alfort : SHGN, 2005.

_____. “La gendarmerie en Europe – l’exportation du modèle français – Introduction”, in: LUC, Jean-Noël. *Gendarmerie, état et société au XIXe siècle*. Paris : Publication de la Sorbonne, 2002.

_____. “Du bon usage de l’histoire des représentations des gendarmes”, in: *Sociétés & représentations*, n.16.

MACHADO, Gonçalves. “Ocorreu em Itatiba...”, in: *Investigações – revista do departamento de investigações*, n. 5, maio de 1949.

MACHADO, Maria Helena P. T. ““Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”, in: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

_____. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”, in: *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (orgs). São Paulo, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese de livre docência. São Paulo : FFLCH/USP, 2005.

_____. *O plano e o pânico - os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro : Editora UFRJ/EDUSP, 1994.

_____. “Em torno da Autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”, in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 08, n. 16, março-agosto 1988.

_____. *Crime e escravidão - trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830 - 1888*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

_____. “Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na Cidade de São Paulo”, in: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*, volume 2. São Paulo : Paz e Terra, 2004.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1992.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara – terra e população*. São Paulo : Edusp, 2006.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula - sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 1999.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. São Paulo : Paz e Terra, 2003.

MARTINS, José de Souza. “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil”, in: MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo : Hucitec, 2000.

_____. *Subúrbio : vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo : São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo/São Caetano do Sul : Hucitec/Prefeitura de São Caetano, 1992.

MARTINS, Valter. “Praça do mercado: encruzilhada da cidade. Campinas, século XIX”, in: *anais do XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina – PR*, v. 1. p. 1-8.

_____. “Policiais e populares: educadores, educandos e a higiene social”, in: *Cad. Cedes*. Campinas, v. 23, n. 59, abril de 2003.

_____. *História de compra e venda. Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859/1908*. Tese de Doutorado. São Paulo : FFLCH/USP, 2001.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998.

_____. *Ao sul da história*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo : Editora Hucitec, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)”, in: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve polícia em guarda – greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro : Bom Texto/FAPERJ, 2004.

MATTOS, Odilon Nogueira de. “Campinas: de freguesia a metrópole. Um breve roteiro para sua história”, in: MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de e GODOY, João Miguel Teixeira de (orgs.). *Campinas – visões de sua história*. Campinas : Editora Átomo, 2006.

MATTOSO, Katia Maria de Queiroz. *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.

MAUCH, Claudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul : Edunisc/Anpuhrs, 2004.

MAZZIEIRO, João Batista. “Alcoolismo e trabalho – vozes de criminólogos (São Paulo e Rio de Janeiro, 1880/1920)”, in: *Revista de História* : São Paulo, FFLCH/USP, n. 140, 1999.

MELLO, Zélia Cardoso de & SAES, Flávio A. M. “Características dos núcleos urbanos em São Paulo”, in: *Revista de Estudos Econômicos* 15 (2), maio/agosto de 1985. São Paulo, IPE, 1985.

MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”, in: CASTRO, Celso, IZECKOSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/Bom Texto, 2004.

_____. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o sorteio militar”, in: *Estudos Históricos*, 24, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis - a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas : Editora da Unicamp/ Cecult, 1999.

MENEZES, Raimundo de. “O Tenente Galinha, um pouco de sua história”, in: *Investigações*, vol. 2.

MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista – mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 – 1888*. São Paulo : Editora da Unesp, 2003.

MEZNAR, Joan E. “The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875”, in: *Hispanic American Historical Review*, vol. 72, n. 3, agosto de 1992.

MILLER, Wilbur. *Cops and bobbies – police authority in New York and London, 1830 – 1870*. Ohio : Ohio State University, 1999 (2ª edição).

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café : análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo*. São Paulo, s/n, 1938.

MILLIOT, Vincent (dir.). *Les memoires policiers, 1750-1850 – écritures et pratiques policières du Siècle des Lumières au Second Empire*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2006.

MONKKONEN, Erik. *Police in urban America, 1860 – 1920*. Cambridge : Cambridge University Press, 2004.

MONSMA, Karl. “A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900”. *Paper* preparado para apresentação no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, 2008.

_____. “Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between Italians and blacks in western São Paulo, 1888-1914”, in: *Journal of Social History*, verão de 2006.

_____, TRUZZI, Oswaldo e CONCEIÇÃO, Silvano da. “Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898”, in: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, no 53, outubro de 2003.

MONTOIA, Ana. “O ideal de cidade: a reforma dos costumes e a gênese do cidadão em São Paulo no século XIX”, in: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*, volume 2. São Paulo : Paz e Terra, 2004.

MORAES, Waldyr Rodrigues de. *Milícia Paulista – história da polícia militar paulista*. São Paulo : Museu da Polícia Militar, 2003, 3 vol.

_____. *Comandantes da Polícia Militar de São Paulo*. São Paulo : Museu da Polícia Militar, 1999.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “E a rua não é do rei. Morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre, século XIX”, in: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e HAGEN, Acácia (orgs.). *Sobre a rua e outros lugares - reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre : Caixa Econômica Federal, 1995.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo : Difel, 1974.

MOSSE, George L. *The image of man. The creation of modern masculinity*. Osford/Nova York : Oxford Press University, 1996.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese de doutoramento. São Paulo : Unicamp, 1996.

MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça – economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850*. São Paulo : Editora da Unesp, 2005.

_____. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas : Unicamp, 1998.

MUNHÓS, Wilson Toledo. *Da circulação ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : Pontifícia Universidade Católica, 1992.

MUNHOZ, Sidnei. *Cidade do avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP/FFLCH, 1997.

NADAUD, Gustave. “Les deux gendarmes”, 1852, in: *Les gendarmes em ballades*. CD. Paris : Fortin Productions, 2003.

NALDI, Mildred Regina Gonçalves. *O Barão e o bacharel: um estudo de política local no II Reinado, o caso de Franca*. Tese de doutoramento. São Paulo : USP/FFLCH, 1988.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A Ressaca da Marujada – recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2001.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo : Fapesp/Annablume, 1998.

NEDER, Gizlene. *Criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho no Brasil: 1890-1927*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1986

_____. *A polícia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930*. Rio de Janeiro : PUC/RJ, 1981.

NOZOE, Nelson e COSTA, Iraci Del Nero. “Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX”, in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, 1992.

OLIVEIRA, Henrique Caldeira de. *Ribeirão Preto na República Velha : economia e riqueza através das transações imobiliárias*. Tese de doutoramento. Franca : UNESP, 2006.

_____. *As transações imobiliárias de Ribeirão Preto de 1874 a 1899*. Edição do autor, 2004.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850-1900*. São Paulo : Alameda, 2005.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas – o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2002.

PENA, Martins. *Comédias*. Edição crítica de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro : Ediouro, 1973.

PERROT, Michelle. “Enjeux et perspectives”, in: *Démocratie et pauvreté. Du quatrième ordre au quart-monde*. Paris : Albin Michel, 1991.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo – expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo : Difel, 1968.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência - a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 - 1914)*. São Paulo : Edusp, 1994.

POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO. <http://www.polmil.sp.gov.br>.

PORTIERI, Alarico. *Brasileiros dentro e fora do anedotário*. São Paulo : Tilibra, 1974.

- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo : Brasiliense, 1957.
- REINER, Robert Reiner. *The politics of the police*. Nova York : Oxford University Press, 2000 (3ª edição).
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade - estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1995.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... um inventário da saúde pública. São Paulo 1880-1930*. São Paulo : Ed. Unesp, 1993.
- RICHARDSON, James F. "Police history: 'the search for legitimacy'", in: *Journal of Urban History*, vol. 06, n. 02, fevereiro de 1980.
- ROSEMBERG, André. *Ordem e burla, Ordem e burla – processos sociais e justiça em Santos, na década de 1880*. São Paulo : Alameda, 2006.
- _____. "Os limites do policiamento em São Paulo na década de 1870 e 1880 – Corpo Policial Permanente entre a cruz e a caldeirinha", in: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo : Ibccrim, 2006.
- ROYNETTE, Odile. "Signes et traces de la souffrance masculine pendant le service militaire au XIXe siècle", in: *L'histoire sans les femmes est-elle possible? Actes du Colloque de Rouen, 27-29 novembre 1997*. Paris : Perrin, 1998.
- _____. "*Bons pour le service*" – l'expérience de la caserne en France à la fin du XIXe siècle. Paris : Belin, 2000.
- RUDÉ, George. *Crowd in history*. EUA : John Wiley & Sons, Inc., 1964.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. São Paulo : Paz e Terra, 1975.
- SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo*. São Paulo : Annablume, 1999.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.
- SÂMARA, Eni de Mesquita. "Casamento e papéis familiares em São Paulo no séc. XIX", in: *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 37, maio de 1981.
- SANCHEZ, Fábio José Bechara. *Identidade e conflito: a construção política dos "remanescentes de quilombo" do Vale do Ribeira*. Dissertação de mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2004.
- SANT'ANNA, Nuto. *São Paulo Histórico – aspectos, lendas e costumes*. São Paulo : Departamento de Cultura, 1944.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP, 2004.

SÃO PAULO. *Memória urbana – a grande São Paulo até 1940*. São Paulo : Arquivo do Estado/Emplasa/Imprensa Oficial, 2001. 3 vol.

SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo – uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”, in: SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo : Editora 34/Duas Cidades, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo : Perspectiva, 1979.

SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria – uma cidade e seu tempo*. Campinas : Editora da Unicamp, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*. São Paulo : Brasiliense, 1984.

SHPAYER-MAKOV, Haia. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Burlington : Ashgate, 2002.

_____. “Relinking work and leisure in late Victorian and Edwardian England: the emergence of a police subculture”, in: *International Review of Social History*, n. 47, 2002.

_____. “Le profil socio-économique de la police métropolitaine de Londres à la fin du XIXe siècle”, in: *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, 39, 4, 1992.

_____. “The making of a police labour force”, in: *Journal of Social History*, n. 24, v. 1, 1990.

SILVA, César Mucio. *Processos-crime – escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo : Alameda, 2004.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. Tese de doutorado. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SILVER, Alan. “The demand for order in Civil Society”, in: BORDUA, David (ed.), *The policie. Six sociological essays*. Nova York : Wiley, 1967.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

SOARES, Leonel de Oliveira. *No caminho dos Goias: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2003.

Société d'histoire de la révolution de 1848 et des révolutions du XIXe siècle. *Maintien de l'ordre et polices en France et en Europe au XIXe siècle*. Paris, Créaphis, 1987.

SOTO, Maria Cristina Martinez. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935*. São Paulo : Annablume, 2000.

_____. “Efeitos de uma epidemia de varíola em Taubaté (1873-1874), in: *Revista de História*, n. 127, agosto-dezembro 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro : Graal, 1982.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa”. *Estudos históricos*, n. 22, 1998.

_____. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de Doutorado : USP. São Paulo, 1998.

_____. *São Paulo: polícia urbana e ordem disciplinar. A polícia civil e a ordem social na Primeira República*. Dissertação de mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 1992.

SOUZA, Maristela Coccia de. “Fênix adoecida: higiene, habitação e população pobre em Campinas, em fim dos oitocentos”, in: MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de e GODOY, João Miguel Teixeira de (orgs.). *Campinas – visões de sua história*, Campinas : Editora Átomo, 2006.

STEEDMAN, Carolyn. *Policing the Victorian community*. Londres : Routledge, 1984.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*, Marco Zero, n. 6, setembro de 1983.

STORCH, Robert. “O policiamento do cotidiano na cidade Vitoriana”, in: *Revista Brasileira de História*, v. 5. São Paulo, 1985.

_____. “The Policeman as domestic missionary”, in: *Journal of Social History*, 1976.

_____. “The plague of blue locusts: police reform and popular resistance in Northern England 1840-57”, in: *International Review of Social History*, v. 20, 1975.

STRIETER, Terry. "To marry or not to marry? Matrimony and the Family among the Gendarmes of Nineteenth-century France", in: *Proceedings of the Annual Meeting of the Western Society for French History*, 23, 1996.

_____. "The faceless police of the Second Empire : a social profile of the gendarmes of mid XIXth-century France". *French History*. Oxford, vol. 8, n° 2, 1994.

_____. "Louis Napoleon's coup d'état and the police: the activities of the gendarmes during 2 December", in: *Proceedings of the Annual Meeting of the Western Society for French History*, 19, 1986.

_____. "Drinking on the job: ivresse among the French Gendarmerie in the XIXth century", in: *Proceedings of the XIIIth annual meeting of the Western Society for French History, Edmonton, 23-26 outubro 1985*. Flagstaff : Northern Arizona University, 1986.

THALE, Christopher. "The informal world of police patrol", in: *Journal of Urban History*, vol. 33, n. 2, 2007.

_____. "Neighborhoods, police, and changing deployment in New York City before 1930", in: *Journal of Social History*, vol. 37, 2004.

THOMPSON, E. P. _____. "Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial", in: *Costumes em comum - estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo : Paz e Terra, 1988.

TILLY, Charles. "Reflections on the history of European state-making", in: TILLY, Charles (org.). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton : Princeton University Press, 1975.

TOBIAS, José Antonio. *História de Campos Novos Paulista - capítulos da Boca do Sertão do Paranapanema*. Marília : Editora da Unoeste, 1990.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro imperial*. São Paulo : Difel, 1978.

VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do Arroz – agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. Tese de doutorado. São Paulo : USP/FFLCH/USP, 2006.

VELLASCO, Ivan de Andrade Vellasco. *A polícia imperial: notas sobre a construção e a ação da força policial (1831-1850)*. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - *Guerra e Paz*, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH, na Universidade Estadual de Londrina, em Londrina – PR, entre 17 e 22 de julho de 2005.

_____. *As seduçãoes da ordem – violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século 19*. São Paulo : EDUSC/ANPOCS, 2004.

VIEIRA, Hermes e SILVA, Oswaldo. *História da polícia civil de São Paulo*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1955.

VON HOFFMAN, Alexander. “An officer of the neighborhood: a Boston patrolman on the beat in 1895”, in: *Journal of Social History*, n. 26, vol. 2, inverno de 1992.

WATTS, Eugene J. “Black and blue: afro-american police officers in twentieth-century St. Louis”, in: *Journal of Urban History*, vol. 07, n. 02, fevereiro de 1981.

WEBER, Eugen. “Pandore ou mécaniques”, in : *Cahiers de Sécurité Intérieure*, n. 11, novembro de 1992 – janeiro de 1993.

WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. Nova York : The Free Press, 1947.

WEINBERGER, Barbara. *The Best Police in the World: An Oral History of English Policing from the 1930s to the 1960s*. Londres : Scolar Press, 1995.

WILSON, Christopher P. “Stephen Crane and the police”, in: *American Quarterly*, v. 48, n. 02, 1996.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas - escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo : Editora Hucitec, 1998.

XAVIER, Valêncio. *Crimes à moda antiga*. São Paulo : Publifolha, 2008.

ZOLA, Émile. *La fortune de Rougon*. Paris : Fasquelle, 1960.